HISTORIA DE PORTUGAL

TOMO I

J. P. OLIVEIRA MARTINS

OBRAS COMPLETAS

I. Historia nacional:

HISTORIA DA CIVILISAÇÃO IBERICA, 4.ª ed. (1897), 1 vol. br. 700 rs. Enc. 900.

HISTORIA DE PORTUGAL, 7.ª ed. (1908), 2 vol., br. 1$400 rs. Enc. 1$800.

O BRAZIL E AS COLONIAS PORTUGUEZAS, 4.ª ed. (1888), 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.

PORTUGAL CONTEMPORANEO, 4.ª ed. (1907), 2 vol., br. 2$000 rs. Enc. 2$400.

PORTUGAL NOS MARES, (1889), 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.

CAMÕES, OS LUSIADAS E A RENASCENÇA EM PORTUGAL (1891), 1 vol., br. 600 rs. Enc. 800.

NAVEGACIONES Y DESCUBRIMIENTOS DE LOS PORTUGUESES *(ed. do Ateneo de Madrid*, 1892), 1 vol. (não entrou no commercio.)

A VIDA DE NUN'ALVARES, 2.ª ed. (1894), 1 vol., br. 2$000 rs. Cart. 2$400. Enc. (folhas doiradas) 3$200.

OS FILHOS DE D. JOÃO I, 2.ª ed., 2 vol., br. 1$400 rs. Enc. 1$800 rs.

O PRINCIPE PERFEITO, (1895) 1 vol., br. 2$000 rs. Encad., folhas doiradas, 3$200

II. Historia geral:

ELEMENTOS DE ANTHROPOLOGIA, 4.ª ed. (1895), 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.

AS RAÇAS HUMANAS E A CIVILISAÇÃO PRIMITIVA, 2 vol., br. 1$400 rs. Enc. 1$800 rs.

SYSTEMA DOS MYTHOS RELIGIOSOS, 2.ª ed. (1895) 1 vol., br. 800 rs. Enc. 1$000.

QUADRO DAS INSTITUIÇÕES PRIMITIVAS, 2.ª ed. (1893) 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.

O REGIME DAS RIQUEZAS, 2.ª ed. (1894), 1 vol., br. 600 rs. Enc. 800.

HISTORIA DA REPUBLICA ROMANA, 2.ª ed., 1897, 2 vol., br. 2$000 rs. Enc. 2$400.

O HELLENISMO E A CIVILISAÇÃO CHRISTÃ, 2.ª ed., 1 vol. br. 800 rs. Enc. 1$000.

TABOAS DE CHRONOLOGIA E GEOGRAPHIA HISTORICA, (1884), 1 vol., br. 1$000 rs. Encadernado 1$200.

III. Varia:

A CIRCULAÇÃO FIDUCIARIA, 2.ª ed., 1 vol. br. 800 rs. Enc. 1$000 rs.

A REORGANISAÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL, *opusculo*, (1877) br. 150 rs.

O ARTIGO «BANCO» no *Diccionario Universal Portuguez*, (1877), 1 vol., br 500 rs.

POLITICA E ECONOMIA NACIONAL, (1885), 1 vol., br. 700 rs.

PROJECTO DE LEI DE FOMENTO RURAL, *apresentado á camara dos deputados na sessão de 1887*, 1 vol., br. 300 rs.

ELOGIO HISTORICO DE ANSELMO J. BRAAMCAMP, *ed. part.* (1885), 1 vol. (esgotado).

THEOPHILO BRAGA E O CANCIONEIRO, *opusculo*, (1869) esgotado.

O SOCIALISMO, (1872-3), 2 vol., br. 1$200. (Esgotado)

AS ELEIÇÕES, *opusculo*, (1878), br. 200 rs.

CARTEIRA DE UM JORNALISTA: I. *Portugal em Africa*, (1891), 1 vol., br. 400 rs.

A INGLATERRA DE HOJE, CARTAS DE UM VIAJANTE, 2.ª ed., (1894), 1 vol., br. 600 rs. Enc. 800.

CARTAS PENINSULARES, (1895), 1 vol. br. 800 rs. Enc. 900 rs.

HISTORIA

DE

PORTUGAL

POR

J. P. OLIVEIRA MARTINS

Setima edição

TOMO PRIMEIRO

1908
PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA
LIVRARIA EDITORA
Rua Augusta — 44 a 54
LISBOA

Á

MEMORIA

DE

ALEXANDRE HERCULANO

mestre e amigo

ADVERTENCIA

> «Antigamente foi costume fazerem memoria das cousas que se fazião, assi erradas, como dos valentes & nobres feytos. Dos erros porque se delles soubessem guardar: & dos valentes & nobres feytos aos bõos fezessem cobiça auer pera as semelhentes cousas fazeram.»
>
> *Coronica do Condestabre.*

A historia é sobre tudo uma lição moral: eis a conclusão que, a nosso vêr, sáe de todos os eminentes progressos ultimamente realisados no fôro das sciencias sociaes. A realidade é a melhor mestra dos costumes, a critica a melhor bussola da intelligencia: por isso a historia exige sobretudo observação directa das fontes primordiaes, pintura verdadeira dos sentimentos, descripção fiel dos acontecimentos, e, ao lado d'isto, a frieza impassivel do critico, para coordenar, comparar, de um modo impessoal ou objectivo, o systema dos sentimentos geradores e dos actos positivos.

O desenvolvimento do critero racional e o predominio crescente dos processos proprios das sciencias, baniram os modelos antigos e fizeram da historia um genero novo. Nem os discursos moraes ou litterarios *sobre* a historia, á maneira do XVII

seculo, nem o doutrinarismo secco do XVIII que sobre factos e instituições mal conhecidos construia systemas geraes chimericos, nem a opinião, muito seguida em nossos dias, de considerar a historia unicamente nos seus phenomenos exteriores, averiguando eruditamente as epochas e as condições dos successos, merecem, a nosso vêr, imitação.

Todos estes systemas, porém, ensaios successivos para determinar o genero de um modo definitivo, teem um lado de verdade aproveitavel. Os modelos classicos fizeram sentir o caracter moral da historia; os modelos abstractos, a necessidade de comprehender os phenomenos n'um systema de leis geraes; os modelos eruditos, finalmente, a condição imprescriptivel de um conhecimento real e positivo da chronologia e dos elementos que compòem o *meio* externo ou phisico das sociedades. (1)

Nada d'isto, porém, é ainda realmente a historia, embora todas essas condições sejam indispensaveis para a sua comprehensão. O intimo e essencial consiste no systema das instituições e no systema das idéas collectivas, que são para a sociedade como os orgãos e os sentimentos são para o individuo, consistindo, por outro lado, no desenho real dos costumes e dos caracteres, na pintura animada dos logares e accessorios que formam o scenario do theatro historico.

Estes dois aspectos são egualmente essenciaes; porque a coexistencia independente dos motivos collectivos e naturaes, e dos actos individuaes, é um facto incontestavel na vida das sociedades.

Na *Historia da civilisação iberica* tratámos de estudar o systema de instituições e de idéas da sociedade peninsular, para expôr a sua vida colle-

(1) V. *Th. da hist. universal*, nas *Taboas de chronol.*, pp. VI-XXII.

ctiva, organica e moral. Tomámos ahi a sociedade como um individuo, e procurámos retratal-o phisica e moralmente. Agora o nosso proposito é diverso. Tratando da historia particular portugueza, somos levados a encarar principalmente o segundo dos aspectos essenciaes da historia geral. A sociedade portugueza, como molecula que é do organismo social iberico, peninsular, ou hespanhol — estas tres expressões teem aqui um alcance equivalente — obedeceu, nos seus movimentos collectivos, ao systema de causas e condições proprias da historia geral da peninsula hispanica. Por isso procurámos sempre, na obra referida, indicar o modo pelo qual as leis geraes se realisavam simultaneamente nas duas nações hespanholas: duas, porque a historia assim constituiu politicamente a Peninsula.

Metade da historia portugueza está, portanto, escripta na *Historia da civilisação iberica*: a metade que trata da vida da sociedade, como um ser organico. Comprehender-se-ha, pois, que nos abstenhamos agora de repetir o que está dito, e que nos limitemos a enviar o leitor para esse livro; indicando, quando fôr necessario, o logar onde poderá encontrar a explicação das causas geraes a que no texto se tem de alludir.

Resta fazer a segunda metade: resta caracterisar o que ha de particular na historia portugueza; resta fazer viver os seus homens, e representar de um modo real a scena em que se agitam: tal é o programma d'este livro, cujas difficuldades de execução excedem em muito as do anterior. N'esse, bastavam o conhecimento e o pensamento: um para nos dizer como foram as cousas, outro para nos indicar o principio e o systema da civilisação. Agora carece-se do faro especial da intuição historica, e d'um estylo que traduza a animação pro-

pria das cousas vivas. Toda a longanimidade do leitor será pois necessaria para desculpar as imperfeições da obra.

E' mistér indicar ainda outro assumpto e prevenir uma impressão, natural em quem ler successivamente as duas obras. A *Historia de Portugal* consiste n'uma serie de quadros, em que, na maxima parte das vezes, os caracteres dos homens, os seus actos, os motivos immediatos que os determinam e as condições e modo porque se realisam, merecem antes a nossa reprovação do que o nosso applauso. Crimes brutaes, paixões vis, abjecções e miserias, compõem, por via de regra, a existencia humana; e por isso mais de um moralista tem condemnado o estudo da historia como pernicioso para a educação. — Por outro lado, a *Historia da civilisação iberica* respira um enthusiasmo optimista que, ao primeiro exame, pareceria contradictorio com o pessimo e mesquinho caracter que as acções dos homens apresentam. Um exemplo bastará para demonstrar este antagonismo: além considerámos as conquistas americanas e asiaticas uma obra heroica, e agora veremos que montanha de ignominias foi o imperio portuguez no Oriente.

Esta contradicção, real para o criterio abstracto, não existe, porém, para o criterio historico. Toda a boa philosophia nos diz que o homem real é a imagem rude de um homem ideal, que essa imagem vive no mundo inconscientemente, e que todas as acções dos homens, maculadas de defeitos e vicios, obedecem a um systema de leis, idealmente sublimes. E' esta verdade que o povo consagrou quando formulou o adagio: Deus escreve direito por linhas tortas.

Pesada esta consideração, que não podemos agora desenvolver de um modo cabal, vêr-se-ha como na

historia de uma civilisação os caracteres particulares das acções dos homens, fundindo-se no systema geral de principios e leis que os determinam, perdem individualidade, e não valem senão como elementos componentes de um todo superior: que sejam humanamente bons ou maus, importa nada, porque só nos cumpre attender ao destino que os determina, e a moral é um criterio incompetente para a esphera ou categoria collectiva de que se trata.

Na esphera dos movimentos de instituições e idéas, na categoria da vida social, as acções dos homens são sempre absolutamente excellentes; porque a supremacia da sociedade sobre o individuo consiste no facto da existencia de uma consciencia superior da Idéa, no organismo que se diz sociedade. Os poetas épicos, seres privilegiados cuja voz não é propria, senão collectiva, são os orgãos vivos da consciencia de uma civilisação: assim Camões sente e exprime a grandeza historica do imperio das Indias, que na propria opinião particular do poeta são uma Babylonia, um poço de ignominias.

Esclarecido este lado do problema, embora de um modo incompleto e rapido, resta-nos dizer que na segunda metade da historia, na que trata dos individuos e dos episodios, na que pinta os costumes e os pensamentos, o criterio é outro: por isso affirmâmos que a historia é uma lição moral. Nos vicios e nas virtudes, nos erros e nos acertos, na perversidade e na nobreza dos individuos que foram, ha um exemplo excellente. Na sabedoria ou na loucura dos actos politicos e administrativos passados ha um meio de prevenir e encaminhar a direcção dos actos futuros. A historia é, n'esse sentido, a grande mestra da vida.

Se os vicios, os erros, o crime e a loucura predominam sobre as virtudes, os acertos, a nobreza e a sabedoria dos homens, como sem duvida predominam, iremos por isso condemnar a historia por perniciosa? Não, decerto. Apresentar crua e realmente a verdade é o melhor modo de educar, se reconhecemos no homem uma fibra intima de aspirações ideaes e justas, sempre viva, embora mais ou menos obliterada. Conhecer-se a si proprio foi, desde a mais remota Antiguidade, a principal condição da virtude.

HISTORIA DE PORTUGAL

LIVRO PRIMEIRO

Descripção de Portugal

«Onde a terra se acaba e o mar começa.»
CAMÕES, *Lusiadas*, III, 20

I

Os lusitanos

«O povo desde o qual os historiadores teem tecido a genealogia portugueza está achado: é o dos lusitanos. Na opinião d'esses escriptores, atravez de todas as phases politicas e sociaes da Hespanha, durante mais de tres mil annos, aquella raça de celtas soube sempre, como Anteu, erguer-se viva e forte; reproduzir-se, immortal na sua essencia; e nós os portuguezes do seculo XIX temos a honra de ser os seus legitimos herdeiros e representantes.»

Com esta ironia encoberta mas grave, fustigava Alexandre Herculano (1) os seus predecessores, historiographos nacionaes, e, segurando com valor a

(1) V. o seu retrato no *Portugal Contemporaneo* (2.ª ed.) II, pp. 283 a 327.

férula magistral, castigava o povo culpado de acreditar n'uma tradição que tem para o erudito, além de outros defeitos, o de ser recente. Só desde o fim do XV seculo o nome de *lusitani* começa a substituir o do *portugalenses*, nos livros; mas essa innovação, perpetuando-se entre os eruditos, torna-se por fim uma crença nacional e quasi popular.

Que valor merece a innovação? Nenhum; e por varios motivos. «Tudo falta: a conveniencia de limites territoriaes, a identidade da raça, a filiação da lingua, para estabelecermos uma transição natural entre os povos barbaros e nós.» Ora estes argumentos, decisivos para o sabio historiador, não nos parece a nós — perdoe-se-nos o atrevimento — que o sejam. Outro tanto succede com todas as nações, ou quasi todas, desde que procuramos estabelecer a arvore genealogica, indo aos arcanos de um passado ignoto reconhecer a phisionomia dos mortos de muitos seculos e determinar d'entre elles os primeiros avós de uma nação. Seria absurdo exigir conveniencia de limites territoriaes, ou por outra, identidade de fronteiras, entre a localisação de uma tribu primitiva, e a de uma nação moderna: nem aos povos que hoje mais indiscutivelmente representam, pura, uma raça, poderia fazer-se tal exigencia. Se ha ou não identidade de raça, é exactamente o problema que deveria agitar-se; e, sem isso, negal-o é proceder dogmatica e não scientificamente.

Allega-se que são indecisas as noções de Strabão com respeito ás fronteiras dos lusitanos; diz-se mais que não coincidem com as que Augusto deu á provincia da Lusitania. (1) O geographo antigo,

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 11-15 e *Taboas de chronol.*, pp. 256-7.

ora parece incluir os callaicos nos lusitanos, extendendo as fronteiras d'estes ultimos até á costa do norte da Peninsula; ora os separa, dando-lhes o Douro como divisoria. A demarcação de Augusto adoptou esta segunda versão. As fronteiras orientaes extendiam-se, quer para o geographo, quer, depois, para a administração romana, muito além da raia portugueza, incluindo Salamanca, e subindo quasi até proximo de Toledo. D'ahi para o sul, e depois para o nascente, seguindo o curso angular do Guadiana, os lusitanos de Strabão e a Lusitania de Augusto tinham como limite este rio, quasi desde as suas fontes, e até á sua foz, na costa do nosso Algarve.

Se ligassemos, pois, um valor positivo ás resenhas dos antigos geographos, e um alcance socialhistorico á identidade das fronteiras primitivas e actuaes, parece-nos que poucas nações poderiam com melhores motivos achar na ethnologia dos antigos o fundamento da sua vida moderna. Alargue-se a fronteira do norte ao Minho (conquista da Lusitania sobre a Gallecia) retráia-se a fronteira de leste ao Douro (conquista da Tarraconense sobre a Lusitania) e teremos feito coincidir os antigos com os actuaes limites. Qual é, dos primitivos, o povo que no decurso da sua vida historica deixou de conquistar e de ser conquistado? qual é o que não ganhou ou não perdeu, de um lado ou d'outro, sobre ou para os visinhos?

Se a maneira porque, a partir do seculo XV ou XVI, os historiographos nacionaes filiam o Portugal moderno na antiga Lusitania justifica as fundadas ironias do nosso grande historiador, não nos parece que o processo por elle seguido para negar a doutrina, seja conveniente, nem até verdadeira a opinião de que entre portuguezes e lusitanos nada

haja de commum. Quando hoje vimos renascer de um modo erudito, e d'ahi affirmar-se no espirito popular, a tradição nacional germanica, a italiana e até a romania: que valor tem o facto da tradição lusitana ter estado obliterada por seculos, para só resurgir n'uma epocha relativamente proxima e de um modo erudito? Se os portuguezes da Edade-media não sabiam de seus avós lusitanos, acaso saberiam de seus avós, italos, romanos ou teutonicos, os piemontezes, os vallacos, ou os prussianos até ao XVIII seculo? Acaso, tambem, ser-lhes-ha mais possivel do que a nós estabelecer uma transição natural e uma historia ininterrupta desde as primeiras edades até ás modernas? Não, decerto. Se a erudição podesse demonstrar a unidade da raça iberica, então os lusitanos baixariam á condição de uma variedade sem autonomia; facto é, porém, que pouco ou nada sabemos, nem de iberos em geral, nem de lusitanos em particular, e por isso as fabulas dos velhos antiquarios não merecem a attenção moderna. Não haverá, porém, acaso outro caminho para atacar este problema? A' falta de monumentos escriptos, nada poderá valer-nos? Entre a fabula ingenua dos antiquarios e as exigencias seccas e formaes dos eruditos modernos, não estará outra via? Affigura-se-nos que sim. (1)

Todos reconhecem hoje a indestructivel tenacidade das populações primitivas. Raizes profundas que nenhuma charrua destroe apesar de revolta a leiva pelo ferro das conquistas, depois de esmagadas as folhas e troncos pelo tropear dos cavallos de guerra, depois de queimados e reduzidos a cinzas pelos incendios das invasões: embora

(1) V. ácerca dos lusitanos, *As raças humanas*, ·, pp. 198-201, e 209-11, *nota*.

se lancem novas sementes á terra e nasçam vegetações novas, essas raizes profundas tornam a reverdecer, crescem, dominam um chão que é seu, e afinal convertem ou esmagam, transformam ou exterminam, de um modo obscuro, lento, mas invencivel as plantas intrusas.

A permanencia dos caracteres primitivos dos povos, facto hoje indiscutivel, permitte fazer — consinta-se-nos a expressão — a historia ao inverso: julgar de hoje para hontem, inferir do actual para o passado. A questão da raça lusitana apresenta-se-nos pois n'estes termos: ha uma originalidade collectiva no povo portuguez, em frente dos demais povos da Peninsula? Crêmos que a ha circumscripta porém a traços secundarios. Crêmos que as diversas populações da Hespanha, individualisadas sim, formam, comtudo, no seu conjuncto, um corpo ethnologico dotado de caracteres geraes communs a todas. A unidade da historia peninsular, apesar do dualismo politico dos tempos modernos, é a prova mais patente d'esta opinião. (1)

Esse dualismo, porém, leva-nos tambem a crêr que entre as diversas tribus ibericas, a lusitana era, senão a mais, uma das mais individualmente caracterisadas. Não esquecemos, decerto, a influencia posterior dos successos da historia particular portugueza; mas elles, por si só, não bastam para explicar o feitio diverso com que cousas identicas se representam ao nosso espirito nacional. Ha no genio portuguez o que quer que é de vago e fugitivo, que contrasta com a terminante affirmativa do castelhano; ha no heroismo lusitano uma nobreza que differe da furia dos nossos visinhos; ha nas nossas letras e no nosso pensamento uma nota

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. xxxiv-xl v.

profunda ou sentimental, ironica ou meiga, que em vão se buscaria na historia da civilisação castelhana, violenta sem profundidade, apaixonada mas sem entranhas, capaz de invectivas mas alheia a toda a ironia, amante sem meiguice, magnanima sem caridade, mais que humana muitas vezes, outras abaixo da craveira do homem, a entestar com as féras. Tragica e ardente sempre, a historia hespanhola differe da portugueza que é mais propriamente epica: e as differenças da historia traduzem as dessimilhanças do caracter.

Poderemos regressar agora ao passado, e perguntar-lhe a causa primaria d'este phenomeno? Decerto não. Ou sombras impenetraveis o encobrem, ou a escassez do nosso saber nos não deixou ainda desvendal-o. Como hypothese — e do nosso atrevimento será escusa a nossa modestia — somos levados a crêr que a individualidade do caracter dos lusitanos (quer n'elles incluamos os callaicos, quer não) provém de uma dóse maior de sangue celtico ou celta (questionou-se outr'ora sobre isto) que gira em nossas veias, de mistura com o nosso sangue iberico. Os nomes proprios de logares, os nomes de pessoas e divindades, tirados das inscripções latinas da Lusitania e da Tarraconense, que constituem o nosso Portugal, provam a preponderancia de um elemento celtico. As vagas indicações dos antigos falam-nos dos celtas das margens do Guadiana, e dão-nol-os na costa occidental da Peninsula. Vale porém mais do que isso a analogia evidente entre as manifestações particulares dos lusitanos e dos gallegos, e aquella phisionomia que os estudos eruditos sobre os celtas da França e da Irlanda teem determinado a estes ultimos. (1) Ten-

(1) V. *As raças humanas*, liv. II, p. 4.

támos ha pouco esboçar a nossa phisionomia differencial: escusado é tornar agora ao assumpto.

Se a idéa de uma filiação dos lusitanos foi expressa de um modo ridiculo pelos antiquarios classicos, a idéa de uma filiação celtica ou celta teve já a mesma sorte quando. quasi em nossos dias, houve quem pretendesse filiar directamente o portuguez na lingua dos bardos. Paz do esquecimento a todas as chimeras!

II

Fundamentos da nacionalidade

Que valor tem o problema da nacionalidade perante a questão da independencia politica?

Causas complexas, de ordem a mais diversa, e de merecimento mais distante, circumstancias que não vêm agora ao caso desenvolver, fizeram com que no nosso tempo se substituisse, ao principio do equilibrio internacional, o principio das nacionalidades, na organisação dos corpos politicos independentes da Europa. (1)

Invasora como todas as doutrinas, e além d'isso habilmente explorada pelos estadistas, a das nacionalidades tentou — se não tenta ainda — predominar absoluta no triplo conjuncto de causas naturaes que de facto determinaram sempre, e sempre determinarão, a existencia das nações: a geographia, a raça, e as necessidades de ponderação; uma vez que a Europa é de facto uma amphictyonia. Sobre estes tres elementos naturaes, ou antes coarctado por elles, o egoismo das nações e a ambição dos imperantes talharam no mappa a delimitação das fronteiras. Por escasso que seja o conhecimento da historia, ninguem ignora que de todos tres o que mais impunemente tem sido e é atacado pela vontade dos homens, é o primeiro. A rebeldia dos

(1) V. *Th. da hist. universal*, nas *Taboas de chron.*, pp., XXII e segg.

dois segundos traduz-se de um modo mais immediato e efficaz nas guerras de equilibrio e nas guerras commerciaes ou estrategicas. Guerras, propria e exclusivamente de raça, são raras, se é que alguma houve; e os povos opprimidos por extranhos, quando teem o sentimento como que religioso da communidade de origem, extinguem-se, ou em revoltas estereis, ou emigrando. O equilibrio, o commercio, a estrategia, porém, muitas vezes aproveitam o sentimento da raça, fomentando-o, para dar com elle ás guerras a sancção que n'outros tempos se achava, de um modo analogo, nas crenças propriamente religiosas.

Até hoje todas as successivas tentativas para descobrir a nossa *raça* teem falhado. Latinos, celtas, lusitanos e afinal mosarabes, teem passado: ficam os portuguezes, cuja *raça*, se tal nome convém empregar, foi formada por sete seculos de historia. D'essa historia nasceu a idéa de uma patria, idéa culminante que exprime a cohesão acabada de um corpo social (1) e que, mais ou menos consciente, constitue como que a alma das nações, independentemente da maior ou menor homogeneidade das suas origens ethnicas. O patriotismo tanto póde, com effeito, provir das tradições de uma descendencia commum, como das consequencias da vida historica. Não ha duvida, porém, que, se assenta sobre a affinidade ethnogenica, resiste mais ao imperio extranho do que quando provém apenas de uma communidade de historia. No dia em que a independencia politica se perde, obliteram-se mais rapidamente os caracteres autonomicos, embora durante a lucta valham menos os elementos de força provenientes da homoge-

(1) V. *As raças humanas*, introd., pp. LXVII e segg.

neidade ethnogenica. Assim tantas nações perderam na Europa moderna a sua autonomia, sem que restem vestigios vivos da sua antiga independencia; ao passo que as individualidades ethnicas apparecem ainda hoje distinctas no seio de nações politicamente unificadas desde largos seculos: taes são o paiz basco, a Galliza e o Aragão, na Hespanha; a Irlanda e a Escocia, de raça celtica, na Inglaterra; a Provença, ou a Bretanha, em França; e, na Russia, a Finlandia que é scandinava, ou as provincias balticas que são germanicas. (1)

O patriotismo portuguez não é pois argumento a favor nem contra o problema da unidade de sangue das populações com que Portugal se formou. O jornalismo e a politica podem explorar rhetoricamente todas as cousas, confundindo-as; mas á sciencia impassivel e soberana fica mal deixar-se arrastar por motivos inferiores. O patriotismo é excellente, no seu logar. Negar que durante os tres seculos da dynastia de Aviz a nação portugueza viveu de um modo forte e positivo, animada por um sentimento arraigado da sua cohesão, seria um absurdo. Essa cohesão que fôra ganha nas luctas e campanhas da primeira dynastia, perde-se no XVI seculo, por causa das consequencias do imperio oriental e da educação dos jesuitas. Portugal acaba; os *Lusiadas* são um epitaphio.

Deixemos pois celtas e lusitanos em paz, e aproximemo-nos dos tempos que precederam a formação da monarchia portugueza. N'essa epocha, o Mondego divide em duas metades o territorio nacional e as differenças typicas da população de-

(1) V. *Instit. primitivas*, pp. 290-306.

viam ser então ainda mais accentuadas do que o são hoje. Na metade do sul o typo vae confundir-se com os limitrophes de além da fronteira do reino; e na metade do norte, diz um nosso illustre escriptor (1), «a Galliza, que tem comnosco de commum a lingua, que é uma continuação natural da zona geographica portugueza, podia muito melhor formar com Portugal uma nação, do que Portugal com Castella». A Galliza, cuja lingua se tornou litteraria sob o nome de portuguez (2), vem com effeito até ao Mondego: o mosteiro de Lorvão dá-se em antigos documentos como situado *in finibus Gallecie*.

O fallecido Soromenho (*Or. da ling. port.*) dizia que «entre a lingua usada na provincia de Entre-Douro-e-Minho e a que mais tarde apparece nas terras do Cima-Côa e na Estremadura ha uma differença bastante sensivel. Póde sem receio dizer-se que, á similhança do que succedia além dos Pyreneus, em Portugal havia tambem uma *langue d'oc* e uma *langue d'oil*, a lingua do Norte e a lingua do Sul... O Mondego é a lingua divisoria... ainda um seculo depois de D. Diniz ter abandonado o latim como lingua official». Esta differença coincide singularmente com as differenças, evidentes para todos, no clima, na vegetação, no caracter das populações do Norte e do Sul do nosso paiz. E a uniformidade posterior da lingua explica-se natural e comesinhamente pelo facto de sete seculos de unidade nacional. «A importancia que o portuguez adquiriu repentinamente, diz o sr. Ad. Coelho (*A lingua portugueza*), *resultou da introducção da cultura poetica na côrte portugueza*». E' conhecido o papel

(1) O sr. F. Ad. Coelho.
(2) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.), pp. 122 5.

da politica no sentido de unificar as linguas de uma nação; abundam os exemplos de linguas substituidas, e nem sempre a lingua denuncía a stirpe (1). Os normandos perderam em França o seu idioma scandinavo, os burgundios e os lombardos, na França e na Italia, os seus idiomas germanicos; á maneira dos oscos e umbrios (2) que tinham trocado pelo latim as suas linguas.

Não se pretenda por fórma alguma dizer, comtudo, que ao sul do Mondego houvesse uma lingua diversa; diga-se, porém, que o argumento da *unidade actual* da lingua, depois de sete seculos de vida nacional, não tem valor. Todos vêem ainda hoje como é rara a população no sul, menos densos portanto os laços collectivos; e todos sabem como essas regiões, sujeitas por seculos a guerras exterminadoras habitadas por mosarabes, invadidas por berberes, taladas pelo fanatismo almoravide (3) passaram para sob o imperio da monarchia nascida na Galliza portugueza. Como não receberiam a lingua do vencedor? Não podia haver lucta entre duas linguas romanicas, porque a arabisação do sul fôra completa: podel-a-hia haver entre o arabe e o portuguez, quando a população captiva passava á condição de escrava? quando as novas terras conquistadas eram povoadas por colonias frankas, ou pelos cavalleiros hyerosalemitanos?

Por taes motivos parece evidente a ausencia de uma causa ethnogenica no facto da formação da monarchia portugueza, cujas razões de existir são comesinhas, praticamente comprehensiveis, sem theorias subtis. A lingua vale decerto muito, como argumento: mas não valerá nada o homem que a

(1) V. *As raças humanas*, I, pp. 20-5.
(2) V. *Hist. da repub. romana*, I, pp. 117-15.
(3) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.), pp. 81-111.

fala? Não se acham por esse mundo homens de uma mesma raça falando idiomas diversos, e populações de um mesmo idioma, pertencendo a raças differentes? (1) Ora quem trilhou Portugal e a Hespanha visinha observou decerto — ou não tem olhos para vêr — uma affinidade incontestavel de aspecto e de caracter, um parentesco evidente, entre as populações dos dois lados do Minho, dos dois lados do Guadiana, dos dois lados da raia secca de leste. Se esses homens não falassem, ninguem distinguiria duas nações. E por outro lado, confundiu já alguem um algarvio, ou um alemtejano puro, com um puro minhoto? A historia commum funde, não scinde; e quando vêmos, depois de sete seculos, differenças tão marcadas, a observação dos homens leva-nos a crêr que com effeito em Portugal faltou uma unidade de raça, sobrando pelo contrario uma vontade energica e uma capacidade notavel nos seus principes e barões. Com um retalho da Galliza, outro retalho de Leão, outro da Hespanha meridional sarracena, esses principes compozeram para si um Estado. (2).

* * *

A raça é de facto o mais tenue dos laços proprios para garantir a cohesão independente de um povo. E além d'isso a doutrina — se admittissemos a identidade d'ella e do facto — exigiria que á expressão de raça se ligassem sempre certos caracteres correspondentes á vastidão necessaria, á eminencia sempre crescente das funcções organicas, e

(1) V. *As raças humanas*, I, pp 20-5.
(2) V. *Th. da hist. universal*, nas *Taboas de chronol.*, pp. XXX-I.

á originalidade activa, das nações modernas. Mal de nós, pois, se ao facto de termos ou não termos sido os lusitanos, ou outros quaesquer, fôrmos pedir argumentos para defender a nossa independencia nacional; porque esse facto não augmentará, nem a nossa força, nem as nossas razões; porque esse facto nem sequer chega para motivar a nossa separação da monarchia leoneza.

Não nos levantámos contra ella como lusitanos opprimidos: nós nem tinhamos a menor idéa de que fossemos lusitanos, ou qualquer outra cousa. A população do condado portucalense, ibera, cruzada de celtas, romanisada, submettida ao governo dos godos, depois aos arabes, e finalmente ao monarcha leonez, não podia ter decerto um sentimento de cohesão collectiva ou nacional, incompativel com o estado da sua cultura, com a tradição, e com a situação social e politica: é isso o que todos os documentos historicos nos revelam. «Portugal, diz o snr. Herculano, nascido no XII seculo em um angulo da Galliza, dilatando-se pelo territorio do Al-Gharb sarraceno, e buscando até augmentar a sua população com as colonias trazidas de além dos Pyreneus, é uma nação inteiramente moderna.» E' decerto; sem isso, porém, impedir que tenha raizes antigas. Não confundamos esta questão com a da independencia, e teremos, crêmos nós, pisado o verdadeiro e solido terreno da historia.

A causa da separação de Portugal do corpo da monarchia leoneza não é obscura, nem carece de largas divagações para definir-se: é a ambição de independencia do governador do condado, que o tinha do rei suzerano; é o afastamento d'esta nova região roubada aos sarracenos; é a necessidade de pulverisação da soberania, que a alliança d'esta idéa com a de propriedade, e a ignorancia de

meios administrativos capazes de manter a ordem em terrenos dilatados, tornam inevitavel na Edade-media. (1) Portugal separava-se, da mesma fórma que o reino da Navarra se dividira em tres, e pelos mesmos motivos. Portugal defende a separação: o monarcha suzerano impugna-a. Debate-se mais de uma vez a questão com as armas; não porque se chocassem os sentimentos nacionaes, mas porque os principes defendiam o que era, ou julgavam ser, propriedade sua. Estas primeiras guerras portuguezas não depõem decerto de um modo particular em favor da independencia, porque eram a lei de toda a Hespanha, a lei de toda a Europa — podemos dizer assim. E' um preconceito fazer do conde D. Henrique o fundador consciente da independencia de uma nação, quando o conde apenas cuidava da independencia pessoal e propria. O sentimento de independencia nacional, a idéa de que os reis são os chefes e representantes de uma nação, e não os donos de uma propriedade que defendem e tratam de alargar, bem se póde dizer que só data da dynastia de Aviz, depois do dia memoravel de Aljubarrota. (2)

No XII e XIII seculos Portugal é um certo territorio, propriedade de um certo principe: d'onde vem? quem é? pouco importa. O conde D. Henrique era francez. Assim, a epocha da primeira dynastia desmente por todos os lados, e de todas as fórmas, a idéa de uma raça, possuindo, de um modo mais ou menos definido, a consciencia da sua existencia collectiva.

E' essa consciencia que dá porém o caracter

(1) V. *Th. da hist. universal,* nas *Taboas de chronol.*, pp. XXVI-VII e *Instit. promit*, pp. 222 e segg.
(2) V. *Instit. primitivas*, pp. 233-43.

eminente á segunda dynastia, ou de Aviz, em cujas mãos Portugal desempenha um papel bem similhante ao dos phenicios da Antiguidade. (1) Como aos phenicios succedeu aos portuguezes: no momento em que a razão de ser da sua acção na civilisação da Europa desappareceu, a nação definhou, sumiu-se, perdendo tudo até perder a independencia.

E' verdade que a nossa independencia restaura-se em 1640. Mas como, de que modo? Atrever-se-ha alguem a dizer que é uma resurreição? Não será a historia da Restauração a nova historia de um paiz que, destruida a obra do imperio ultramarino, surge, no XVI seculo, como no nosso appareceu a Belgica, filho das necessidades do equilibrio europeu? Não vivemos desde 1641 sob o protectorado da Inglaterra? Não chegámos a ser positivamente uma feitoria britannica? E ainda no decurso d'esta historia o Brazil veiu, enchendo-nos de oiro, prestar-nos um ponto de apoio extra-europeu, e como que restaurar o antigo caracter do Portugal manuelino, capital europêa de um imperio ultramarino, á maneira da Hollanda. E que melhor prova póde haver da nossa desorganisação do que a duração ephemera da obra do marquez de Pombal — o estadista que concebeu a verdadeira restauração de Portugal, chegando por um momento a fazer d'elle outra vez uma nação independente? que melhor prova do que a reacção victoriosa de D. Maria I?

A perda do Brazil, reduzindo o reino á miseria, veiu mostrar a fragilidade do nosso edificio politico. Os inglezes tiveram de nos tutelar para manter, como lhes convinha, a dynastia de Bragança; e passada, vencida a crise, appareceu com o libe-

(1) V. *Raças humanas*, I, IV, 2, 3.

ralismo a impotencia manifesta de restaurar a vida historica de uma nação imperial ou colonial. (1)

Não confundamos, pois, pelo amor de tudo o que ha sensato, o patriotismo com as questões e problemas scientificos das origens naturaes ethnicas. Tambem a Suissa, alleman, italiana, franceza, odiou o austriaco, á maneira por que nós *odiamos Castella.* Basta a historia, basta o interesse, para dar homogeneidade social e politica a um povo; e basta essa homogeneidade para crear um patriotismo.

Ora o patriotismo das *raças* assim formadas exprime-se na acção, e não em miragens enganadoras de um passado que a historia acaba. Na sua lingua, nas suas tradições, no seu caracter, o celta da Irlanda encontra sempre um ponto de apoio vivo e positivo. Quereis uma prova da differença? Os pontos de apoio que nós buscamos são mortos ou negativos: morto o imperio maritimo e colonial, a India, e toda a historia que terminou com os *Lusiadas* em 1580; negativo, o *odio a Castella*, que nem nos opprime, nem nos odeia.

Se a unidade da raça primitiva se não vê, menos ainda Portugal obedece na sua formação ás ordens da geographia: os barões audazes, ávidos e turbulentos são ao mesmo tempo ignorantes de theorias e systemas. Vão até onde vae a ponta da sua espada: tudo lhes convem, tudo lhes serve, com tanto que alarguem o seu dominio.

Por isso as fronteiras de Portugal oscillam du-

(1) V. *Portugal contemporaneo,* II, pp. 119-37.

rante os primeiros dois seculos á mercê dos azares das guerras, com Leão e Castella de um lado, com os sarracenos do outro; e Portugal vem a ser formado com dois fragmentos: do reino leonez, um, dos émirados sarracenos, outro.

Quando Fernando-Magno de Castella, descendo do oriente, conquistou a moderna Beira aos musulmanos, (1) a Galliza encontrou em Coimbra e na linha de defeza do Mondego uma fronteira que a punha ao abrigo de futuras correrias, até ou além do valle do Douro. Pelo meiado do XI seculo a expressão geographica de Galliza ia, pois, até ao Mondego; porém, as novas conquistas tinham sido constituidas pelo rei n'um governo, ou condado, cujos limites eram, pelo norte, o Douro; e a leste, uma linha passada por Lamego, Vizeu e Cêa, e que, descendo de novo á costa, acompanhava os pendores setentrionaes da serra da Estrella. Condado de Galliza ao norte, de Coimbra ao sul do Douro, sarracenos ao sul do Mondego: eis ahi a condição do territorio do moderno Portugal na segunda metade do XI seculo.

Já, porém, n'esta epocha, uma expressão a que não correspondia valor politico, militar ou administrativo, apparece a designar o territorio de entre o Douro e o Minho e a moderna provincia de Traz-os-Montes: a essa parte do condado da Galliza chama-se já Portucale.

Nos ultimos annos do XI seculo correrias felizes deram ao celebre Affonso VI a posse de Santarem, Lisboa e Cintra, alargando as fronteiras christans até á linha do Tejo. Os nossos territorios de entre Mondego e Tejo foram creados em condado ou governo, e confiados á guarda de Gonçalo Mendes da

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 116-7.

Maia, o nomeado *lidador*: e os tres governos que tinham por limites successivos o Douro, o Mondego e o Tejo, constituiram em favor do genro de Affonso VI, Raymundo de Borgonha, uma especie de vice-reino. Breve foi, porém, a duração d'este periodo; porque logo em 1097, depois do desbarato do conde borguinhão e da perda da fronteira do Tejo, Affonso VI effectua uma nova divisão do territorio, dando autonomia politica á expressão geographica de Portucale ou Portugal, e annexando-lhe o antigo condado de Coimbra. O condado portucalense, por tal fórma engrandecido, foi dado a um primo do conde da Galliza, e os seus dominios recuavam assim de golpe desde o Tejo até ao Minho. Esse primo era o conde D. Henrique, tambem genro do poderoso Affonso VI.

Na primeira metade do XII seculo, o conde e a viuva sua herdeira levam as fronteiras do seu Estado, para leste, até Zamora, e para norte, por entre Minho e Bivey, até Tuy e Orense. As guerras civis dos Estados da Peninsula davam e tiravam assim, constantemente. territorios e povoações. A fronteira norte-leste breve regressa, porém, aos seus actuaes limites de além-Douro; mas o governo de Affonso Henriques, o primeiro que ousou quebrar de todo os laços tenues da vassallagem a Leão, viu alargar-se do lado opposto a raia até á linha do Sado, desde que, no meiado do XII seculo, Lisboa, Santarem, Cintra, Almada e Palmella cairam definitivamente em seu poder, accrescentando novas terras ás do primitivo condado portucalense.

As fronteiras do norte e leste, no além-Douro, eram já, ao tempo da accessão de Sancho I ao throno, as mesmas de hoje: margem esquerda do Minho, por Melgaço a Lindoso, d'ahi a Bragança por Miranda, entestar com o Douro no ponto em

que agora se extremam Portugal e a Hespanha. A fronteira de leste, entre Douro e Tejo, só no tempo de D. Diniz se demarcou por onde hoje passa: no fim do XII seculo a raia seguia desde a foz do Coa, rio acima, até á confluencia do Pinhel, e, acompanhando-o, passava entre Sabugal e Sortelha, em demanda das fontes do Elga. D'ahi ao Tejo, então e agora, a fronteira é a mesma.

Ao sul do Tejo é difficil, senão impossivel, determinar chronologicamente as fronteiras portuguezas. A nacionalidade do dominio nas cidades do Alemtejo permittiria traçar geographicamente a linha da fronteira com uma aproximação conveniente, tanto mais que os territorios de entre as cidades, devastados e ermos, eram posse de quem no momento os pisava armado. Mas as successivas correrias de lado a lado, a tomada, logo a queda, depois a reconquista de uma mesma cidade, ás vezes n'um periodo de mezes, tornam impossivel demarcar a fronteira antes da epocha em que definitivamente uma certa região passa para o dominio portuguez, para d'elle não mais saír. Assim, a tomada de Evora em 1166 dá á linha do Sado, pouco antes conquistada, um ponto de apoio a leste contra as fortalezas sarracenas de Jerumenha, Elvas e Badajoz. Por ahi a raia portugueza iria até Marvão, acaso até Arronches.

Tal é a linha das primeiras fronteiras do moderno Portugal.

No primeiro quartel do XIII seculo, Alcacer do Sal, base estrategica da linha sarracena ao sul, e Elvas, padrasto avançado da linha de leste, cáem em poder dos portuguezes; e á determinação final da nossa raia alemtejana vem juntar-se, até ao meiado do seculo, a conquista do Algarve, completando, entre o Guadiana e o mar, o moderno Portugal.

No ferir das guerras da conquista não são os musulmanos que põem um freio á ambição pessoal dos principes, porque a sorte do imperio do Islam estava lançada, e para a consummar concorriam todos os Estados christãos da Peninsula. Será porventura a raça que delimita as fronteiras da nova nação? Ocioso é já responder. Será a geographia? Não parece; desde que vêmos a raia cortar de lado a lado as planicies do Alemtejo, as bacias do Tejo e do Douro, e caír perpendicularmente sobre as cumiadas das montanhas em vez de lhes seguir a orientação. Qual dos tres elementos nos resta? O equilibrio. O equilibrio é com effeito o elemento ponderador: á ambição dos principes de Portugal oppõe-se a resistencia dos reis de Leão; as armas, invocadas, demonstram que, se um dos antagonistas não tem força bastante para submetter o adversario, o outro tem de usar com prudencia de um poder limitado. Quando tenta passar além do Minho, ou adquirir para si Badajoz, a reacção mostra-lhe até onde póde ir a acção dos meios de que dispõe. Do equilibrio ou ponderação das duas forças antagonicas nasce a determinação geographica do Portugal moderno, para o qual só no extremo norte e no extremo sul, sobre o Minho e sobre o Guadiana, se assentou em admittir uma fronteira natural.

Estas já longas explicações bastarão, parece-nos, a expôr claramente o nosso pensamento. Ha ou não ha uma nacionalidade portugueza? Questão absurda, assim formulada. Evidentemente ha, se nacionalidade quer dizer nação. Se por nacionalidade se entende, porém, um corpo de população ethnogenicamente homogeneo, localisado n'uma região naturalmente delimitada, insistimos em dizer que tal cousa se não dá comnosco. Se por nacionali-

dade se entende, finalmente, essa unidade social que a historia imprime em povos submettidos ao regime de um governo, de uma lingua, de uma religião irmans, como nós o temos sido durante sete seculos, evidentemente a resposta só póde ser uma.

III

Geographia portugueza

Quando se observa o retalho da Peninsula, de que a historia fez Portugal, separado do corpo geographico a que pertence, desde logo se vê como a vontade dos homens póde sobrepujar as tendencias da natureza. Os rios e as serranias descem, perpendiculares sobre a costa occidental, proseguindo uma derrota e provindo de uma origem que se dilatam para muito além das fronteiras, até ao coração do corpo peninsular. As cumiadas das montanhas e os valles extensos mudam de nacionalidade n'aquelle ponto convencional que aos homens aprouve fixar.

Não falta, porém, quem pretenda encontrar, no nosso proprio territorio, motivos determinantes da constituição primordial da nação: tanto póde a obcecação doutrinaria! Diz um que essa separação dos litoraes é uma regra; (1) nega outro o caracter arbitrario da linha das fronteiras de leste, affirmando que essa linha coincide com os limites extremos até onde os nossos rios são navegaveis. Decerto nunca os viu quem tal affirma. No Guadiana apenas se navega até Serpa, e entretanto o rio é portuguez nas duas margens até Monsarás, formando a raia d'ahi até Elvas. O Douro para cima da Regoa é tão navegavel até Zamora como até á Barca-d'Alva. No Tejo, passando Abrantes, tanto se vae

(1) V. *As raças humanas*, introd., pp. xxxi-ii.

até Alcantara, como até Aranjuez. Onde está pois a concordancia da fronteira com a parte navegavel dos rios? A allegada *base geographica* da nacionalidade desapparece pois, se é que uma tal expressão não quer apenas denunciar o destino maritimo, como que phenicio, da nação.

As duas cousas não devem, porém, confundir-se, pois n'um caso encontramos a causa determinante da aggregação social, emquanto no outro se observa a consequencia do facto da existencia anterior d'essa aggregação, fortuitamente constituida n'um litoral. E' evidente que o caracter maritimo e colonial da nação portugueza, na segunda dynastia, não podia ter influido no facto já secular da independencia. E' sabido que D. Affonso Henriques, o author d'ella, não tinha navios, servindo-se dos dos Cruzados para tomar Lisboa e Alcacer. A marinha foi uma creação da monarchia e um producto da nação, depois de constituida: o caracter maritimo é historico, não é primitivo em um povo rural, como era o portuguez dos primeiros tempos, e ainda hoje o é o gallego. O movimento de deslocação da capital do reino para o sul, as medidas de D. Diniz, as de D. Fernando, depois a empreza do Infante D. Henrique, são momentos successivos de uma historia que é o nervo intimo da vida portugueza. Desde a reunião das esquadras cruzadas no Tejo para a conquista de Lisboa, desde a introducção dos genovezes, que vieram ensinar-nos a navegar, vê-se começar a formar-se essa nação cosmopolita, destinada á vida commercial, maritima e colonisadora. (1)

E' essa a nação que a historia fórma; e por isso mesmo que a vida portugueza foi maritima, e o

(1) V. *O Brazil e as colonias portuguezas* (2.ª ed.) pp. 1-29.

destino da sua historia o mar: por isso mesmo avultam os elementos que diariamente tornam cosmopolitas as cidades maritimas de um paiz cuja capital é um dos melhores portos do mundo. Portugal foi Lisboa, e sem Lisboa não teria resistido á força absorvente do movimento de unificação do corpo peninsular.

Erguido em frente do mar como um amphitheatro cujos primeiros degraus as ondas constantemente aspergem, o territorio portuguez, independente, adquiriu d'esta localisação um caracter seu: ao mesmo tempo que nos habitantes de Portugal acaso uma diversa combinação de sangue favorecia uma tendencia particular. Assim como, porém, as cristas das montanhas, e, pelo coração dos valles, o curso dos nossos rios, são as veias e os tendões que nos ligam ao corpo peninsular; assim tambem no nosso sangue os elementos primitivos accusam o facto de uma origem e de uma raça irman.

E se temos uma phisionomia moral, distincta sem ser diversa, tambem as condições do nosso territorio nos dão um genero de destino differente, mas encaminhado a um mesmo fim. As navegações e descobertas são a nossa gloria e a nossa maior façanha. Mareando a interrogar as mudas ondas, construimos; conquistando, derrocámos. Navegadores e não conquistadores, desvendámos todos os segredos dos Oceanos; mas o nosso imperio no Oriente foi um desastre, para o Oriente e para nós. A bordo fomos tudo; em terra apenas podémos demonstrar o heroismo do nosso caracter e a incapacidade do nosso dominio. Façanhas de homens que dirigem instinctos devotos e pensamentos de cubiça, eis ahi o que nós veremos ser o nosso imperio oriental. Epopêa do espirito indagador, audaz e paciente, as nossas navegações, as nossas explorações colo-

nisadoras, tornam-nos os genios d'esse elemento mysterioso, para o qual, porventura, a nossa alma celtica nos attrahia. Quando á Europa humilhada o castelhano impõe a lei com a espada e o mosquete, nós, amarrados ao banco dos remeiros, segurando o leme, ferrando as velas, alargamos mar em fóra a nau, com o olhar perscrutador fixado nos astros que nos guiam. Vamos de manso, ao longo das costas... Ninguem nos vê: só as ondas ouvem as melopêas monotonas dos marinheiros, cujo rithmo obedece ao rithmo do quebrar da vaga contra o costado. — Elles vão, emplumados e vestidos de aço, arrogantes e cheios de imperio, com o seu grito stridente e tragico, ensurdecer e estontear o mundo! Ninguem diria dois povos irmãos; e são-no, porque ambos obedecem a um motivo identico, a um pensamento egual, que está no fundo da sua alma inconsciente, como a chamma que arde no cerne da Terra, dando origem a rochas tão diversas no aspecto, na côr, na rigeza, na structura, no merito.

Portugal é um amphitheatro levantado em frente do Atlantico que é uma arena. A vastidão do circo desafia e provoca tentações nos espectadores, arrastando-os afinal á laboriosa empreza das navegações, que era para elles um destino desde que a politica os destacára do corpo da Peninsula.

Quando se percorre de norte a sul a estreita facha da nação occidental da Hespanha, encontram-se os successivos prolongamentos das cordilheiras peninsulares, galgando uns até ao mar, terminando outros mais distante da costa. Entre elles abrem-se as bacias ou estuarios de rios parallelos que podem

dividir-se em dois systemas: o do norte e o do sul, delimitados pela cordilheira da Estrella-Aire-Montejunto-Cintra.

No systema do norte, o Douro é a arteria central d'uma região montuosa, coroada nos limites setentrionaes e austraes pelas duas cordilheiras culminantes da Galliza e da Beira. De uma e de outra, como socalcos ou degraus successivos d'essa platéa de montanhas que se fecha áquem da fronteira portugueza, descem outras serras, entre cujas depressões se precipitam os rios nacionaes do norte: o Minho, que delimita a Galliza, o Lima, o Cávado e o Ave, ao norte do Douro, e ao sul o Vouga e o Mondego. As serras de entre Minho e Lima são as do Suajo; as de entre Lima e Douro, as do Gerez e do Marão, separadas pelo Tamega, confluente d'este ultimo; as d'entre Douro e Vouga, Montemuro; as d'entre Vouga e Mondego, Caramullo.

No sul, as bahias do Tejo e Sado, divididas pela peninsula da Arrabida, constituem o centro de um systema de caudaes irradiantes que cortam a zona mais plana, limitada de um lado pela serra da Estrella, do opposto pela do Algarve. Ao norte, na raiz austral da primeira, corre o Tejo, desinternando-se de Castella: destacando-se d'este, para sueste, o Sorraia, em plena planicie; e, mais pronunciadamente para o sul, o Sado, que vae nascer no pendor norte das montanhas algarvias.

Se a metade norte de Portugal é fechada a leste por um systema de contrafortes avançados dos Pyreneus cantabricos, a metade sul, theatro das guerras castello-portuguezas, contradiz de um modo incontestavel a opinião dos que vêem na orographia a base necessaria da delimitação das fronteiras nacionaes.

A começar do sul, o Guadiana fende a cordi-

lheira andaluza penetrando no interior da Peninsula. Curvando a sua orientacão em Badajoz, o Guadiana, depois de ter regado os nossos terrenos raianos, toma uma direcção léste atravez das largas campinas da Estremadura hespanhola que os tratados apenas dividiram do nosso Alemtejo. N'esta metade austral da nossa fronteira de léste, as planicies e as aguas do rio que as rega mudam de nação sem mudarem de natureza; e outro tanto succede aos contrafortes avançados que reunem n'um mesmo promontorio as serras de Guadalupe e a Morena, e onde em Portugal assentam Portalegre ao norte, Evora ao sul. No troço de fronteira ao norte d'esta como que garra lançada pela ossatura da Hespanha no Portugal alemtejano, corre, primeiro, o amplo valle em cujo centro deslisa o Tejo, prolongando-se com elle, Estremadura em fóra, até Toledo; e seguem, depois, as cumiadas da Guardunha que dividem o Tejo do Zezere, apertando este rio contra a serra da Estrella.

O pendor austral das serras do Algarve e a facha ou tapete de jardins sobre que pousa a sua base o throno d'esses montes, formam uma ultima e como que excepcional provincia geographica, vedeta sobre o continente fronteiro, cujo clima e producções partilha.

Geognosticamente, o territorio portuguez póde dividir-se em tres regiões principaes: a das rochas igneas e paleozoicas, a dos terrenos secundarios, e a dos terrenos terciarios.

Tracemos uma linha que, partindo de Aveiro para norte, ao longo da costa, se dobre para nascente acompanhando a fronteira marginal do Minho. D'ahi extende-se por toda a raia de leste até

ás serras do Algarve, baixando-a em direcção poente, para a prolongar com a costa até Sines. Depois, interne-se a contornar a bacia do Sado, por Grandola, Cercal, Panoias, Aljustrel, Ferreira, Torrão até Vendas-Novas; em seguida a do Sorraia, por Lavre, Mora, Ponte-de-Sôr, caíndo sobre o Tejo em Abrantes, e caminhando para norte por Thomar, Alvaiazere. Anadia — e ter-se-ha encerrado em Aveiro um perimetro que abrange cerca de tres quartas partes da superficie total da nação. E' a região dos terrenos primitivos.

A dos terrenos secundarios compõe-se de dois retalhos isolados. O primeiro extende-se ao longo da margem direita do Tejo, desde Lisboa até á Barquinha; entestando d'ahi até Aveiro com a linha anteriormente traçada, e vindo ao longo da costa, a descer para o sul, circumscrever a serra de Cintra, chegando outra vez a Lisboa. O segundo é constituido pelo litoral do Algarve, no pendor sul das serras, até ao mar.

A terceira região, finalmente, a dos terrenos terciarios, desce pela costa, desde a ponta do Bogio, ao sul do Tejo, até Sines, alargando-se pelas duas zonas divergentes dos valles do Sado e do Sorraia, contornados pela linha determinada antes ao delimitar a raia da primeira região.

Esta ultima é, como se viu, a mais extensa e importante. Abrange as duas provincias ao norte do Douro, a quasi totalidade das duas Beiras e do Alemtejo, e boa metade do Algarve. A Estremadura quasi por si só compõe as duas segundas regiões — uma ao norte, outra ao sul do Tejo (1).

(1) V. para a geologia terciaria do Tejo, os *Elem. de Anthropologia* (3.ª ed.), pp. 212-17, podendo cotejar-se o estudo da região portugueza com o da Peninsula no seu todo na *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. VII-XXI.

Na do norte predominam os terrenos cretaceos e jurassicos, formando tambem estes ultimos a quasi totalidade do retalho algarvio da segunda região. Uma pequena mancha de granitos em Cintra, os basaltos dos arredores de Lisboa, e as dunas da costa, desde a Marinha-grande até Aveiro, são os phenomenos esporadicos da geognosia d'esta parte de Portugal.

Na região do sul do Tejo apenas a Arrabida e S. Thiago de Cacem apresentam breves nodoas de terrenos jurassicos; e estes, os terrenos modernos formados pelas alluviões do Tejo e Sado e que lhes bordam as margens, e os areaes da costa entre o Bogio e o cabo de Espichel, são as unicas excepções do vasto lençol da região dos terrenos terciarios.

Na primeira e mais extensa das zonas geognosticas de Portugal tambem o Tejo póde dar lugar a uma divisão em duas sub-regiões differentemente caracterisadas. Tomadas ambas como um todo, os terrenos, schistosos quanto á structura, e primarios ou paleozoicos quanto á edade, predominam em massa, envolvendo as rochas eruptivas ou igneas. Porém ao norte do Tejo o volume d'estas rochas, exclusivamente graniticas, é proximamente egual á dos schistos; ao passo que ao sul, além d'estes ultimos predominarem, apparecem não só granitos mas porphyros e diorites.

Entre Castello-de-Vide, Portalegre, Niza e o Crato, inscreve-se acaso o maior e mais compacto affloramento de granitos ao sul do Tejo. Depois d'este vem o de Evora, bracejando de um modo irregular, para norte até Vimeiro, para nordeste até Lavre, e no lado opposto até Vianna, Aguiar e S. Manços. Afinal, as pequenas nodoas de Galveas, de Santa Eulalia, de Freia, de Reguengos, da Vidigueira, e de

Valle-Vargo a nascente de Serpa, completam o systema de afloramentos graniticos da sub-região do sul do Tejo. Os porphyros e diorites constituem um longo dorso que vem de sueste a nordeste, desde Serpa, por Beja, Alvito, Torrão, Alcaçovas, terminar junto de Cabrella, quasi na raia da região terciaria. Além d'esta formação principal, encontram-se destacadas as manchas sporadicas de Alter, de Bonnavilla, de Monforte, e as duas mais consideraveis de Campo-maior e de Elvas, proximo da fronteira.

Ao norte do Tejo as condições variam. A massa de rochas eruptivas predomina sobre a dos schistos. Depois do macisso schistoso da Guardunha, entre Castello-Branco e o Fundão, transposto o valle do Zezere, encontra-se a base alastrada da serra da Estrella, e afinal os alicerces de Monte-muro. Os granitos veem desde a fronteira, entre Alfaiates e a Barca d'Alva, pela Covilhan e Taboa ao sul, por Vizeu a poente, entestar no Douro, cuja margem esquerda sobe até á raia de Leão. Pequenas são as nodoas schistosas na área circumscripta: S. João-da-Pesqueira e Villa-nova-da-Foscoa, na margem do Douro; Villa-da-Egreja ás origens do Vouga; Pinhel e Valhelhas no pendor sul da serra da Estrella.

Porém as abas occidentaes das serras da Guardunha, da Estrella e de Montemuro, ladeadas ao sul pelo Tejo, formam duas vastas zonas de terrenos paleozoicos, uma cortada pelo Zezere, outra pelo Mondego e pelo Vouga: são estas zonas que veem raiar com a região dos terrenos secundarios até Aveiro, e com o mar desde Aveiro até á foz do Douro, tendo de permeio a facha de dunas da costa.

Ao norte do Douro os schistos predominam para

cima da linha Regoa-Chaves, os granitos para baixo. Ao longo da costa, desde o Porto até á Povoa, encontra-se, destacado, um affloramento de rochas eruptivas; e, para leste, um outro nas serras do Gerez e do Suajo, a poente do Tamega, lançando junto a Braga um ramo que vae, por Barcellos, a Vianna e até Caminha.

A leste da linha Chaves-Regoa são irregulares e dispersos os affloramentos eruptivos: acompanham a margem portugueza do Douro desde Bemposta até Miranda; apparecem em dois pontos da extrema fronteira do norte; veem de Montalegre, por Chaves até Valpassos e Torre-de-D. Chama; e pela serra do Marão, desde Mondim e Ribeira-de-Pena, por Villa-Pouca e Villa-Real, morrer junto ao Douro em Villarinho. Todo o resto, o Marão, da Campean a Santa Martha, as alturas á esquerda do Corgo, a maxima parte do valle do Tua, e todo o valle do Sabor, são formados pelos terrenos paleozoicos.

IV

A terra e o homem

Conhecida a orographia e a geognosia do territorio, brevemente indicaremos o systema de caracteres agricolas e climatologicos, ambos subordinados aos anteriores, e todos solidariamente ligados para formar a phisionomia natural das diversas regiões do territorio portuguez.

A sua antiga divisão em provincias obedecia mais a estas condições naturaes do que a moderna divisão em districtos: as causas determinantes de uma e de outra são o motivo d'esta differença. As provincias formaram-se historicamente em obediencia ás condições naturaes; os districtos actuaes foram creados administrativamente de um modo até certo ponto artificial. Umas provinham dos caracteres proprios das regiões, e a administração limitára-se a reconhecer factos naturaes; outros, determinados por motivos abstractos, nasceram de principios administrativos e estatisticos (área, quantidade de população, etc.), fazendo-os discordar o menos possivel dos limites naturaes, geographicos e climatologicos. Por estes motivos nós agora estudaremos por provincias, e não por districtos, o territorio portuguez; deixando para o lugar competente o estudo das condições modernas da nação. (1)

(1) V. *Portugal contemporaneo*, pass.

A divisão das provincias apoiava-se em factos phisicos de um valor eminente. Começando pelo norte, o territorio de além-Douro inscreve duas zonas separadas pelo Tamega: a leste, Traz-os-Montes, a oeste, Entre-Douro-e-Minho. Além de obedecer, como se vê, á geographia, buscando nos rios fronteiras naturaes, a divisão das duas provincias consagrava differenças essenciaes: as geognosticas já por nós observadas (rochas eruptivas dominando a oeste, schistos a leste do Tamega), e além d'ellas as climatericas. Portugal, segundo já se disse n'outro lugar, é em geral um amphitheatro de montanhas, levantado em frente do Oceano. Esta circumstancia caracterisa para logo as regiões de um modo tambem geral, dividindo-as em duas categorias: as maritimas e as interiores; as cis e as transmontanas; as que estão directamente expostas á acção das brisas maritimas, e os declives orientaes, os valles interiores, e os degraus ou socalcos das serras encobertas aos bafejos do mar por cumiadas occidentaes sobranceiras.

Esta circumstancia dá caracteres inteiramente diversos ás duas provincias do Douro-Minho e de Traz-os-Montes, divididas pelas serranias do Gerez e do Marão, que roubam a ultima á acção das brisas maritimas. Quem alguma vez transpoz o Tamega, decerto observou a profunda differença da paizagem e do caracter e aspecto dos habitantes de áquem e de além d'esse rio. O transmontano, vivo, agil, robusto, destaca-se para logo do minhoto, obtuso mas paciente e laborioso, tenaz, persistente e ingenuo. Além do Tamega o clima é secco (40 a 80 % de humidade relativa) poucas as chuvas (500 a 1:000 millim. e no estio 70 a 80 apenas), grande o calor no fundo dos valles apertados, mas temperado nas alturas; intensos os frios hibernaes, que coroam de neve as

montanhas e gelam a agua pelas baixas (12 a 15° temp. média). A'quem, as brisas do mar, estacadas na sua passagem pelas serras, condensam-se e produzem as chuvas copiosas: por isso no Minho o pendor occidental das serras de oriente é sarjado pelos numerosos e successivos rios parallelos, cujos valles, reunindo-se junto á costa, formam ao longo d'ella a primeira das planicies litoraes de Portugal. Habita essa região pingue uma população abundante, activa, mas sem distincção de caracter, nem elevação de espirito: consequencia necessaria da humidade e da fertilidade. Falta essa especie de tonificação propria do ar secco e dos largos horizontes recortados n'um céu luminoso e puro. O Minho é uma Flandres, não uma Attica. As chuvas precipitam-se abundantes (1:200 a 2:000 mill. annuaes, e no estio 80 a 200) sobre um chão lavrado de caudaes; a humidade (70 a 1000 °/₀) torna flaccidos os temperamentos e entorpece a vivacidade intellectual, que nem um frio demasiado irrita, nem um calor excessivo faz fermentar, á maneira do que succede nas zonas genesiacas dos tropicos. Temperado o clima (12 a 15°), sem excessivos afastamentos hibernaes, a população satisfeita, feliz, e bem nutrida de vegetaes e de ar humido, offerece a imagem de um exercito de laboriosas formigas sem cousa alguma de aládo e brilhante de um enxame dourado de abelhas.

O clima determina a paizagem. Além Tamega as louras messes do trigo, os pampanos rasteiros, o carvalho nobre e o castanheiro gigante vestem os pendores de elevadas serras, cujas cristas dentadas de rochas, no inverno coroadas de neves, se recortam no fundo azul do firmamento, dando fixidez e nobreza ao quadro, e infundindo o quer que é de elevado no espirito. A natureza vive na

luz, e a alma sente que os elementos teem dentro em si forças que os animam.

A'quem Tamega o scenario muda: a humidade cria em toda a parte vegetações abundantes; não ha um palmo de terra d'onde não brote um enxame de plantas; mas como o solo é breve, como a rocha afflora por toda a parte, e os campos nascem do terreno vegetal formado nas anfractuosidades do granito pelas folhas e ramos decompostos, e nos estuarios dos rios pelos sedimentos das cheias, a vegetação é rasteira e humilde, o pinho maritimo de uma constituição debil, o carvalho um pigmeu enleiado pelas varas das vides suspensas. A densidade da população completa a obra da natureza n'uma região onde o vinho não amadurece: o acido picante dá-lhe uma similhança das bebidas fermentadas do norte, cidra ou cerveja, e com ella, ao genio do povo, caracteres tambem similhantes aos de bretões e flamengos. A vegetação, de si mesquinha, é amesquinhada ainda pela mão dos homens: as necessidades implacaveis da população abundante produzem uma cultura que é mais horticola do que agricola: pequeninos campos, circumdados por pequeninos valles, orlados de carvalhos pigmeus, decotados, onde se penduram os cachos das uvas verdes. No meio d'isto formiga a familia: o pae, a mãe, os filhos, immundos, atraz d'uns boisinhos anões que lavram uma amostra de campo, ou puxam a miniatura de um carro. Sob um céu ennuveado quasi sempre, pisando um chão quasi sempre alagado, encerrado n'um valle abafado em milhos, dominado em torno por florestas de pinheiros sombrios, sem ar vivificante, nem abundante luz, nem largos horizontes, o formigueiro dos minhotos, não podendo despegar-se da terra, como que se confunde com ella; e, com

os seus bois, os seus arados e enxadas, fórma um todo d'onde se não ergue uma voz de independencia moral, embora amiude se levante o grito de resistencia utilitaria. (1) A paizagem é rural, não é agricola; a poesia dos campos é naturalista, não é idealmente pantheista. Quem uma vez subiu a qualquer das montanhas do Minho e dominou d'ahi as lombadas espessas de arvoredo, sem contornos definidos, e os valles quadriculados de muros e renques de carvalhos recortados, sentiu decerto a ausencia de um largo folego de ideal, e de uma viva inspiração de luz. Apenas aqui e acolá, engastado na monotonia da côr dos milhos, um canto do verde alegre do linho vem lembrar que tambem no coração do minhoto ha um lugar para o idyllio infantil do amor.

Descendo para o sul do Douro, entre a Beira montanhosa e a Beira litoral, dão-se differenças analogas ás que distinguem o Minho e Traz-os-Montes: analogas, dizemos, e não identicas, porque n'esta nova região começam a sentir-se as influencias de causas geraes, como são as da latitude. A zona anterior estanceia entre os parallelos de 41° e 42°; as Beiras descem até 39° 30'. Portugal, inscripto entre 37° e 42°, e lançado como uma estreita facha norte-sul, tem na latitude das regiões uma causa geral a concorrer sempre com as causas particulares, quaes são a altitude, a exposição e a constituição geognostica das montanhas, no sentido de determinar os caracteres das suas differentes provincias.

(1) V. *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) II, pp. 183-91.

N'esta de que agora nos occupamos, levanta-se ao centro a serra da Estrella, a cujo pendor maritimo se chamou Beira-alta, dando-se aos declives transmontanos oppostos, reunidos á Guardunha, o nome de Beira-baixa. Tres zonas compõem a região das duas provincias: o litoral formado pelos estuarios do Vouga e do Mondego, as serranias occidentaes ou maritimas, e as orientaes ou transmontanas.

A serra da Estrella é a mais elevada das cordilheiras portuguezas; é o prolongamento da espinha dorsal da Peninsula; é a divisoria das duas metades de Portugal, tão diversas de phisionomia e temperamento; é finalmente como que o coração do paiz — e acaso nas suas quebradas e declives, pelos seus valles e encostas, demora ainda o genuino representante do lusitano antigo. Se ha um typo propriamente portuguez; se atravez dos acasos da historia permaneceu puro algum exemplar de uma raça ante-historica onde possamos filiarnos, é ahi que o havemos de procurar, e não entre os gallegos ao norte do Douro, nem entre os turdetanos da costa do sul, nem entre as populações do litoral cruzadas com o sangue de muitas raças e com os sentimentos e costumes das mais variadas nações.

O pastor quasi-barbaro d'essas cumiadas da serra a topetar com as nuvens (1:800 a 2:000 m. de altit.), abordoado ao seu cajado, vestido de pelles, seguindo o rebanho de ovelhas louras, é talvez o descendente dos companheiros de Viriato. Por essas eminencias, tapetadas de relva no estio e de neves no inverno, nem as villas, nem as arvores se atrevem a subir: só o pastor nómada as habita. Do alto do seu throno de rochas vê gradualmente ir nascendo a vida pelas encostas: primeiro o zim-

bro, rasteiro e roído pelo gado, circumda os altos nús; logo apparecem os piornos, as urzes brancas, os carvalhos; depois, já a meia altura da encosta, os castanheiros, as lavouras, e os enxames de aldeias; afinal, na extrema baixa, o lençol de lagunas, tapete de esmeraldas engastadas em fios de brilhantes, que o sol faceta ao espalhar-se no labyrintho dos canaes.

A serra da Estrella, reforçada ao norte pelo contraforte de Monte-muro, fecha, com o Marão e o Gerez, uma muralha natural, onde os ventos do mar estacam. Apenas cortada pelos valles do Douro e do Tua — duas fendas — essa barreira, cujos picos sobem até 2:000 m., encerra e protege o Portugal do norte, sendo a principal causa das chuvas abundantes e do clima creador do litoral de além-Mondego.

O beirão, habitante da encosta occidental onde o ar é mais humido do que em Traz-os-Montes (65 a 100 °/₀), as chuvas mais abundantes (700 a 1:200 millim.) e a temperatura identica; onde o castanheiro colossal, o cedro, o carvalho e o pinheiro bravo pôem na paizagem todos os tons e essa grandeza propria de arvores que vivem seculos: o beirão é menos vivo, mas mais robusto. Quem divagou por essas terras admirou decerto a structura herculea dos seus homens, cuja face, não luzindo com os brilhantes reflexos de vida interior, accusa todavia um pleno desenvolvimento da vida animal. Berço dos audazes bandidos, anachronicos representantes de uma independencia de outras edades, (1) a Beira é o viveiro de musculosos trabalhadores, que vão todos os annos, pelo estio, lavrar as glebas do sul do Tejo, levemente vestidos com as bragas curtas de

(1) V. *Portugal contemporaneo*, (2.ª ed.) II, pp. 51-3.

linho, descalços, com a camisola de lan agasalhando o tronco, o barrete phrigio na cabeça, a manta e a enxada ao hombro.

Descendo ao litoral, o beirão é amphibio: pescador e lavrador. A lavoura nasce do mar: os carros são barcos, adubos o *molisso* de algas e mariscos. Ao lado de um talhão de milho está uma marinha de sal. O mar insinua-se pelos canaes retalhando a planicie, em cujo centro, como uma arteria, corre placidamente o Vouga. A tres leguas da costa vê-se fundeado um barco: as mulheres cozem as redes, ao lado, sobre a terra humida e negra, que os bois lavram, ou o cavador abre á enxada. O calor (15 a 16), a humidade permanente (65 a 80 %), fazem germinar breve as sementes, multiplicam as colheitas, e as febres. Essa paizagem deliciosa e original, indecisa entre o mar e a terra, e que nos enche de vivo prazer, quando a dominamos desde os altos de Angeja á raiz das montanhas, attrahe-nos como a sombra da manzanilha, cheia de frescura e veneno. Os elementos, confundidos, vingam-se da temeridade dos homens.

A exposição oriental ou transmontana das abas da serra da Estrella e dos cerros subalternos da Guardunha dá á provincia da Beira-baixa um outro aspecto: ha maior seccura no ar, e as chuvas são menos abundantes; os olivaes medram melhor, e os habitantes juntam á vida agricola a industrial, tecendo as lans dos rebanhos da serra com a força das torrentes que se despenham nas quebradas do valle do Zezere.

Já similhante por muitos lados ao alto Alemtejo, a Beira-baixa é a transição da metade norte para a metade sul do paiz.

Caminhemos de oriente para occidente. O Alto-Alemtejo tem o clima de Traz-os-Montes; a temperatura média é mais elevada (16 a 17), porque a menor altura das montanhas dá frios menos intensos no inverno; as chuvas estivaes são menores tambem (30 a 50 mill.). Fronteira aberta da Hespanha, a raia apenas convencionalmente o divide da Estremadura castelhana. As mesmas planicies onduladas, as mesmas culturas cerealiferas, as mesmas florestas de sobros e azinhos, as mesmas vinhas, os mesmos costumes, os mesmos homens, estão de um lado e do outro da fronteira. Torrada pelo sol a face barbeada, de olhar vivo, gesto livre, porte nobre e seguro, bizarro, folgasão, hospitaleiro e communicativo, o alemtejano exprime no seu todo a grandeza um tanto austera do chão sobre que vive. Não é decerto um grego de Athenas, mas é um grego da Beocia. Os seus campos são um granel, os seus montados um viveiro. Quando nas longas e alinhadas estradas, entre lençoes de mattas de azinho escuro, sob o calor de um sol dardejante, divisamos ao longe uma pequena nuvem de poeira, que a luz illumina, e ouvimos o tilintar alegre das campainhas e guizos nas colleiras dos machos — é o cazeiro, que a trote largo, com a cara redonda e alegre, o ventre apertado nos seus calções de briche preto, vae á feira de Villa-Viçosa em maio, ou á de Evora em junho, tratar dos negocios da lavoura. A distancia, vem o arreeiro no seu carro toldado, guiando a récua de machos carregados de odres de vinho; logo o pastor com o guarda-mato de pelle de cabra, o caiado ao hombro, conduzindo as ovelhas, a vara de porcos, gordos como texugos, ou a boiada loura de longas hastes. O sol ardente dá tom a todas as côres, vida a todos os movimentos; suffoca-se, a poeira céga, e as bagas

de suor camarinham na testa. O alemtejano diz pouco, e raro canta; não é misanthropia, é indifferença. O idyllio não póde seduzir a quem vive em ampla communhão com o campo largo, o céu sempre azul, o sol sempre em fogo. Apenas, de verão, baila ao som da guitarra nas noites calmosas, fazendo a vigilia aos seus santos favoritos, não para esquecer um trabalho que lhe não dóe, mas para dar largas aos seus amores de um momento.

Os que uma vez embarcaram abaixo de Serpa, onde as cataratas põem ponto á navegação, Guadiana em fóra até ao Algarve, terão sentido ao chegar á foz a impressão de quem entra, de um sertão, em um jardim; de quem deixa uma gruta escura por uma planicie luminosa. Breve é a extensão do Algarve, desde Villa-Real até Lagos, abrigado pela ponta do cabo de S. Vicente; mas esse trajecto sombrio do Guadiana divide duas regiões caracteristicamente accentuadas. O algarvio é um andaluz. Ao contrario do alemtejano, tudo o interessa, de tudo fala, agita-se em permanencia, com uma vivacidade quasi infantil. No Algarve não ha o silencio e a impassibilidade: ha o movimento constante, o falar, o cantar de uma população como a dos gregos das ilhas, ora embarcados nos seus navios costeiros, ora occupados nos seus campos, que são jardins. Se a planicie e os longos horizontes das montanhas dão ao espirito a placidez solemne, tambem o arrulhar constante da onda, sobre a qual, debruçado como um eirado, está o Algarve, põe no pensamento uma agitação permanente, meio-tonta, mas encantadora. Ao calor de um sol já africano, durante o estio, e no seio de uma constante primavera, durante o inverno, o algarvio desconhece a aspereza da vida: nem os frios

o obrigam á industria para se vestir, nem a fome ao duro trabalho da enxada para comer. Emquanto voga sobre o mar, mercadejando, pescando, contrabandeando, crescem-lhe no campo a figueira, a amendoeira, a laranjeira, cuja seiva o sol se encarrega de transformar todos os annos em fructos. A alfarrobeira nas encostas da sua serra, a palma pelos vallados, pedem apenas que lhes colham os fructos e os ramos; e o mercador, no seu barco, ao longo da costa, espera as cargas, para as trocar por dinheiro.

No decurso da nossa viagem deixámos em claro as mortiferas baixas do Guadiana: nem vale a pena demorarmo-nos n'essa região desolada; porque agora, regressando pela costa acima, o litoral do Alemtejo e a parte occidental da Estremadura transtagana partilham com ella os caracteres tristonhos e doentios. Entramos na região dos terrenos terciarios: as aguas estagnam e apodrecem nas baixas; as populações definham. Ou torradas pelo arido suão, que os areaes ardentes não podem suavisar, e sem montanhas que obriguem os vapores do mar a condensarem-se; ou envenenadas pelos miasmas dos paúes que o sol de fogo põe n'uma fermentação permanente, as populações amarellecidas e magras definham, curvadas pelo trabalho mortifero das marinhas de sal, ou da cultura pantanosa do arroz. São o contraste das baixas do norte do paiz, estas baixas do sul. Além, copiosas chuvas e uma humidade creadora; aqui o ar secco (500 a 700 mil. annuaes, 30 a 50 no estio; humidade, 30 a 80 %) duro e carregado de emanações mephiticas. Além, uma temperatura branda; aqui um calor (med. 17°) excessivo. Além, uma população exuberante; aqui, as solidões e os

areaes nús, matizados pela traiçoeira cevadilha, e pelo áloes orgulhoso, levantando com imperio o seu penacho côr de fogo. Além, homens laboriosos e familias; aqui tribus esfarrapadas em choupanas, tiritando com o frio das sezões n'uma atmosphera de lume; mulheres esqualidas, creanças verde-negras, homens na indifferença de desolação, ou na vertigem do crime.

Entre estas duas regiões litoraes extremas está porém a central, a vingar-nos da miseria de uma e da opulencia da outra. Quem desce, de Canha e Alcacer-do-Sal até Setubal na peninsula de entre Tejo e Sado, e domina, desde o promontorio da Arrabida, a paizagem circumdante, respira afinal a longos traços uma plena vida e uma doce alegria. Acaso não ha no reino panorama nem mais bello, nem maior, nem mais nobre, nem mais variado. A nossos pés descem as anfractuosidades da serra vestidas de espessas matas: as giestas douradas, as bagas carmineas dos medronhos, o rosmaninho, a alfazema, misturando todos os seus aromas inebriantes. Sobranceiros a Palmella, vemos-lhe os muros ameiados; Setubal desenha-se no valle encastoada n'um jardim de laranjaes; no fundo quebram-se as ondas contra as rochas do Cabo; e para o lado opposto as collinas da fidalga Azeitão ondulam por sobre o espesso tapete de pinhaes extendido até ao Tejo. Erguendo a vista, divisamos além do mar a ponta de S. Vicente e o sul; para leste, Evora de um lado, as campinas do Riba-Tejo do outro; para norte, Lisboa em amphitheatro sobre a sua bahia; além d'ella, Cintra e os montes da Estremadura cistagana, a qual, até ao Mondego, fórma a primeira

zona extremenha, por onde vamos entrar no exame da ultima das regiões do nosso territorio.

O litoral do centro, entre o Mondego e o Tejo, é a parte mais benigna do paiz. Ahi o ar temperado pelas brisas maritimas mantém um grau de humidade, (60 a 85 °/ₒ), e as chuvas, regulares sem serem copiosas (700 a 800 mil annuaes, e 20 a 30 no estio) uma rega, que fertilisam os terrenos sem os tornar gordos, como os do norte. Nem o calor (15 a 16°) tisna de verão as vegetações, nem o frio do inverno as atrophia. Por tudo isto, a população abunda, sem exorbitar, como no Minho; e o habitante reune á laboriosidade de uma vida agricola a liberdade de uma existencia mais ampla. Por tudo isto, além dos caracteres geognosticos da região, a flora é variada, reunindo o pinheiro bravo e o manso, a vinha, a oliveira e o carvalho, o trigo, o milho e o centeio. Desde os campos que o Mondego todos os annos fertiliza, por Leiria e Alcobaça vestidas de florestas, pelas veigas do Nabão, chegamos ao Tejo; e, transpondo-o, entramos no seu valle, que é para nós como o Nilo é para o Egypto. N'elle com effeito o campino nos traz á idéa o typo d'essas raças da Africa setentrional, lybios ou mouros, cujo sangue anda misturado em nossas veias. A cavallo, de pampilho ao hombro, grossos sapatos ferrados, gorro vermelho na cabeça, o ribatejano, pastoreando os rebanhos de touros nas campinas humidas e vicejantes, é como um beduino do Nilo. A vasta planicie matizada de povoações e bosques de choupos, de salgueiros e de álamos, contornada ao longe pelas cumiadas das serras, tem o caracter das paizagens do Egypto, ou de Tunis, dominadas pelo esqueleto giganteo do Atlas (1).

(1) V. *Elem. de Anthropologia* (3.ª ed.) p. 232.

Como o beirão, tambem o ribatejano reune á vida agricola a maritima ou fluvial: é elle quem vem nos seus barcos de *agua-acima*, até Lisboa, trazer o seu tributo de cereaes e fructas. Pelo Tejo, o Portugal maritimo abraça o Portugal agricola fundindo n'uma as duas phisionomias typicas da nação. Rio acima, o Alemtejo de um lado, a Beira do outro, por esta fórma se communicam com a população maritima do litoral. Lisboa, com Sines ao sul, Aveiro ao norte, eis os pontos cardeaes d'essa costa occidental, d'onde tantas grandes aventuras, tão dilatadas viagens se emprehenderam. Capital geographica, Lisboa é tambem a nossa capital maritima; e se as viagens e descobertas são o coração da nossa historia particular nacional, Lisboa é tambem a nossa capital historica. As toadas plangentes que ao som da guitarra se ouvem por toda a costa do occidente; essas cantigas, monotonas como o ruido do mar, tristes como a vida dos nautas, desferidas á noute sobre o Vouga, sobre o Mondego, sobre o Tejo e sobre o Sado, traduzirão lembranças inconscientes de alguma antiga raça, que, demorando-se na nossa costa, pozesse em nós as vagas esperanças de um futuro mundo a descobrir, de perdidas terras a conquistar ao mar?

Os sonhos cheios de encanto e melancolia, por tão longos tempos embalados pelo incessante murmurio do mar bretão e pelo ciciar das florestas druidicas; o carinho da natureza pelo homem, traduzido n'essas lendas piedosas em que os animaes falam, os passaros veem fazer ninhos na mão dos santos, e a voz das fadas se mistura com o ramalhar das arvores e o murmurar das aguas; esse vaporoso e encantador botão da alma celtica, porventura desabrochava no espirito nacional portu-

guez, quando a conclusão das guerras da independencia assim o ordenou.

D. João de Castro, o marinheiro, tem, como um druida, o amor ingenuo da natureza: «O' vergonha e grande cubiça dos homens, que por haver as desventuras dos metaes cavam tanto a terra que lhe tiram fóra as tripas, derribam grandes outeiros, abaixam asperas e altissimas serras no andar e olivel dos campos, e não contentes de *estragarem tanto a terra*, rompem e furam pelo mar por haverem uma perla — e para esculdrinhar uma obra maravilhosa da natureza são timidos e preguiçosos!»

V

A historia nacional

D'esta viagem, breve, pallida, e incorrectamente esboçada, ficaria — ousamos crêl-o — no espirito do leitor uma impressão por isso mesmo verdadeira. Pallida e como que indeterminada, sem fortes côres nem linhas pronunciadas, é a phisionomia da nação, quer na paizagem, quer nos homens. Nenhum traço profundo distingue a nossa geographia; benigno, médio ou temperado é o nosso clima, e tambem o nosso caracter.

Se alguma cousa de facto nos individualisa, é a falta de affirmação do nosso genio. Aquellas a que poderemos chamar qualidades peculiares nossas, consistem na facilidade com que recebemos e assimilamos as de extranhos. Navegadores — e só por si este caracter não imprime em nós um cunho distincto dos demais povos maritimos—a maneira por que nos aventurámos ao mar, retrata ainda a nossa phisionomia collectiva: fomos prudente e pacientemente ao longo das costas africanas, ou de ilha em ilha, no oceano, caminhando passo a passo, avançando sempre, tenazes, mas jámais temerarios (1).

Essa individualidade passiva do nosso genio traduz-se na nossa historia. Ninguem busque n'ella

(1) V. *O Brazil e as colonias portuguezas* (3.ª ed.) pp. 2-6.

movimentos originaes e profundamente caracterisados por uma idéa nacional: esperal-o-hia o castigo reservado a todas as chimeras. Ninguem busque tampouco o systema de um desenvolvimento proprio e organico, obedecendo a leis particulares, e constituindo, no seu todo, aquillo a que se chama uma civilisação: por esse lado apparecemos indestructivelmente ligados ao corpo peninsular; e apesar de politicamente separados, obedecemos ás leis geraes que lhe determinam a vida historica. O conjuncto dos nossos pensamentos moraes, o caracter dos movimentos que compõem o systema do desenvolvimento das instituições, o das condições das classes, e até as linhas geraes da nossa vida politica, são apenas um aspecto do systema da historia da peninsula iberica. Por isso nós, que, em outro livro, (1) tratamos d'este assumpto, não voltaremos agora a occupar-nos d'elle, para não fatigarmos o leitor com repetições inuteis. Procuraremos n'esta obra determinar o modo particular, proprio ou nacional, com que realisámos um programma historico geral, definindo a nossa individualidade collectiva; procuraremos tambem indicar os movimentos politicos, em que resolutamente defendemos a nossa autonomia; e finalmente mostrar que, sendo a ausencia de caracter nacional affirmativo, e a malleabilidade com que recebemos e assimilamos as influencias extranhas, o que mais pronunciadamente nos individualisa como povo, a independencia da nação não proveiu de factos naturaes, porém sim dos actos de vontade dos seus homens.

Causas de outra ordem houve de certo que vieram dar-lhes um apoio energico, e, não falando agora nas maritimas e coloniaes, referimo-nos ás

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.).

influencias extranhas á Hespanha, que por momentos nos pozeram, a nós, seus filhos, n'um estado de antagonismo transitorio com o desenvolvimento da historia peninsular. E' sabido que a nossa primeira dynastia procedia de Borgonha; nos primeiros tempos são numerosos os fidalgos e soldados extrangeiros entre nós; e as conquistas de Lisboa, de Alcacer, do Algarve, effectuam-se com o auxilio de exercitos e armadas forasteiros. Mais tarde veem combater ao lado de D. João I os inglezes, com quem já ao tempo de D. Diniz celebraramos tratados de commercio, e que, nossos alliados no tempo de D. Fernando, nos impressionavam com os seus costumes e lettras. D'então data a generalisação dos nomes inglezes como Tristão, Jorge, Duarte, que se começam a encontrar ao lado dos antigos nomes romanos e gothicos. As allianças inglezas repetem-se nos primeiros tempos da dynastia de Aviz, até que o desenvolvimento do nosso imperio colonial nos torna soberanos. Annexados á Hespanha depois, voltamos a depender da Inglaterra ou da França, quando readquirimos a independencia. Generaes francezes commandam as campanhas da Restauração, patrocinada pela França; generaes inglezes, as guerras do principio do seculo subsidiadas pela Inglaterra. E duas vezes, quando se tentou chamar a nação á vida eminente da sciencia; duas vezes, quando D. João III e o marquez de Pombal reformaram a Universidade; duas vezes se importaram mestres extrangeiros.

De tudo o que deixamos escripto o leitor decerto comprehendeu já o systema de preceitos a que vae obedecer o nosso estudo; e affigura-se-nos ser este o caminho verdadeiramente scientifico de encarar a historia nacional, despindo-a de illusões patrioticas, e de phantasias chimericas. Mal de nós,

se, amando do coração a nossa independencia, imaginarmos que ella póde manter-se firme sobre um alicerce de fabulas, contra a recta e indestructivel verdade da sciencia! A independencia dos povos assenta sobre tudo na vontade collectiva: tal foi a base da nossa, tal continuará a ser, se com a vontade tivermos o juizo correspondente. Sem elle, o querer é apenas um capricho.

Obedecendo pois ao enunciado, dividimos a historia patria em quatro periodos successivos. No primeiro, o da dynastia de Borgonha, não nos destacamos ainda bem do systema dos Estados peninsulares: somos um d'elles, e a independencia provém exclusivamente do espirito separatista da Edade-média personalisado no ciume absolutista dos reis e barões portuguezes. — Depois de Aljubarrota, porém, o sentimento de independencia nacional torna-se popular, desde que a revolução do Mestre d'Aviz o faz coincidir com o interesse particular da região portugueza. Entretanto a vida maritima fôra-se desenvolvendo; e a nova dynastia obedece conquistando o litoral da Africa aos marroquinos, á corrente historica peninsular; e inicía, com as navegações e descobertas, um movimento particularmente nacional. Póde então dizer-se que por um momento Portugal esteve á testa da historia da Hespanha.

A terceira epocha abrange, a nosso vêr, a infeliz empreza do Imperio oriental, onde o movimento maritimo nos levou. Os elementos de vida propria, formados na epocha anterior, produziram uma colonisação á antiga e uma litteratura néo-latina: n'estas duas circumstancias provavamos faltar-nos uma fibra de intima originalidade nacional. A perversão dos costumes, a vastidão das emprezas, o limitado dos nossos meios, os erros politicos, final-

mente, condemnam-nos á perda da independencia. —Se na quarta e final das epochas da nossa historia voltamos a reganhal-a, a nossa vida apparece, comtudo, outra. Ao imperio oriental perdido, vem a exploração e colonisação do Brazil substituir-se, dando um ponto de apoio externo ao pequeno corpo europeu; e mais tarde, perdido a seu turno o Brazil, voltamo-nos agora, a vêr se a Africa póde darnos os meios de custearmos as despezas de um paiz pequeno e mediocremente abastado, sobre o qual pesam os encargos cada vez maiores do machinismo nacional. Hollanda do extremo occidente, radicada no corpo da Hespanha, como ella o está no corpo germanico, só n'um ponto de apoio externo podemos fundar o alicerce de uma independencia excepcional; só á custa de recursos coloniaes poderemos talvez satisfazer as multiplas e dispendiosas exigencias da organisação economica, scientifica e moral, hoje inseparaveis e indispensaveis á existencia de uma nação. (1)

(1) V. *O Brazil e as colon. port.* liv. IV-V, e *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) liv. VI, 1, 3.

LIVRO SEGUNDO

HISTORIA DA INDEPENDENCIA

(DYNASTIA DE BORGONHA: 1109-1385)

«He nossa entençon curtamente fallar, nom come buscador de novas razões, per propria invençom achadas, mas come aiumtador em huum breve moolho, dos ditos dalguns que nos prouguerom.»

F. LOPES, *Chr. de D. Pedro I.*

I

A separação de Portugal

O condado portucalense, creado nos ultimos annos do XI seculo a favor do conde borguinhão D. Henrique, genro de Affonso VI, pouco tempo existiu sob o regime de uma vassallagem indiscutidamente reconhecida. Era essa a epocha em que a Hespanha tendia a constituir-se n'um systema de Estados independentes, á medida que successivas regiões iam saíndo de sob o dominio musulmano para o dos descendentes dos godos asturianos, ou dos seus actuaes alliados; (1) e o condado portucalense obedecia a esta tendencia geral, no empenho que o seu conde não mais encobriu desde a morte do sogro.

E' com effeito da data do obito de Affonso VI

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.), liv. III, 1.

que deve contar-se a éra da independencia de Portugal; embora por largos annos ella seja mais uma ambição do que um facto; embora essa ambição traduza um pensamento que os acontecimentos posteriores da historia impediram se realisasse. Qualquer que fosse o valor dado no XI seculo á expressão geographica de *Portucale*, é facto provado por todas as memorias e documentos d'esses tempos, que para ninguem deixava de considerar-se o territorio de entre Minho e Mondego como parte da Galliza. O facto da constituição do condado de nada vale contra esta opinião; porque demasiado se sabe que a formação dos Estados medievaes, na Peninsula e fóra d'ella, jámais obedecia ás prescripções geographicas ou ethnologicas. Não se attribua pois a causas d'esta ordem, nem á consciencia de uma solidariedade nacional, o facto da desmembração da Galliza dos fins do XI seculo. A scisão que o Minho demarcou obedeceu apenas a motivos de ordem politica.

Isto mesmo, porém, deu causa a uma ambição, na qual devemos reconhecer o principio da vitalidade da nação portugueza, durante estas primeiras e ainda indecisas epochas da sua existencia. A solidariedade nacional espontanea existia de facto para os gallegos; e desde que a Galliza fôra dividida pela politica em duas, áquem e além Minho, restava saber qual d'essas metades tomaria sobre si o papel de representar um sentimento de independencia, commum a todos os membros ainda então disconnexos do corpo peninsular.

Varias causas concorriam para attribuir este papel á metade portugueza da Galliza; e porventura acima de todas o facto do merecimento pessoal do conde portuguez. Circumstancias d'esta ordem eram decisivas n'uma epocha em que a anarchia

systematica da constituição da sociedade fazia principalmente depender os destinos immediatos d'ella da perspicacia ou da bravura dos seus chefes. Nada ha de commum entre a vida d'estes tempos e a dos posteriores; e n'um certo sentido póde até dizer-se que os factos de ordem politica são independentes dos de ordem social, porque a sociedade é como um elemento passivo que por este lado (mas por elle apenas) obedece ás consequencias do desordenado capricho dos actos e caracteres dos chefes militares que a governam, sem propriamente a representarem.

Nos primeiros tres seculos, isto é, na primeira epocha da historia portugueza, a independencia é um facto originado no merecimento pessoal dos chefes militares dos barões de áquem Minho. Nacionalidade propriamente dita, não a ha; ou pelo menos não nol-a revelam os monumentos historicos, unanimes, tambem, em revelar uma ambição collectiva ou social que se extende a toda a Galliza. Ao merecimento pessoal reune-se, nos primeiros monarchas portuguezes, a circumstancia de serem os interpretes d'este sentimento. Por isso a tendencia permanente e o principio claramente definido da politica portugueza, nos primeiros seculos, é unificar a Galliza, constituindo a noroeste da Peninsula um Estado tão homogeneo, como o Aragão ou a Navarra a nordeste.

N'este proposito se filiam todas as guerras civis — se este nome convém ainda aos conflictos entre Portugal e Leão — e as repetidas allianças dos barões gallegos das duas zonas divididas pelo Minho. A facilidade com que os reis portuguezes transpõem armados as aguas d'esse rio, e se apossam por varias vezes dos territorios da Galliza leoneza, são provas evidentes da opinião exposta.

Não quiz a sorte que chegasse a realizar-se este primeiro pensamento politico, a que chamaremos hegemonia de Portugal na Galliza, para usarmos de expressões modernas; antes ordenou que os limites convencionaes do condado portucalense apenas inscrevessem o ponto de partida da formação de uma nação, cujo caracter, ulteriormente definido, proveiu principalmente da phisionomia geographica da região; de uma nação, repetimos, que veiu a perder a tradição d'essa primitiva origem, desde que o genio das populações de entre Mondego e Tejo sobrepujou o das do norte, na direcção e impulso dados á vida collectiva portugueza.

Se n'esta primeira epocha da nossa historia o pensamento occulto que dirige com maior ou menor consciencia a politica, é incontestavelmente o da hegemonia de Portugal na Galliza, seria absurdo suppôr que, ao lado d'este principio, decadente desde certa epocha, se não fossem tambem manifestando de um modo correlativo, e cada vez mais pronunciado, os symptomas da deslocação do centro vital da nação.

A circumstancia que mais decisivamente determina este caracter da nossa historia primitiva é a conquista dos territorios sarracenos de áquem Mondego, levada a cabo pelos barões portuguezes, sem os auxilios do suzerano de Leão. E' este movimento que, principiando por quebrar os laços de solidariedade entre os gallegos leonezes e os portuguezes, vae gradualmente addicionando a estes ultimos os *lusitanos* (seja-nos licito dizer assim, para mais claramente definir o nosso pensamento) até ao ponto de os ultimos predominarem na phisionomia posterior da nação, transferindo de Guimarães e de Coimbra, para Lisboa, a capital do reino: fazendo substituir á vida rural, primeiro quasi exclusiva,

a vida commercial e maritima depois predominante e quasi absoluta.

A primeira epocha da historia portugueza offerece pois á observação do critico dois movimentos (1), oppostos n'um sentido, concordes em outro, que é o da affirmação positiva da independencia. Mas, se essa affirmação, terminante nas guerras leonezas, e tambem nas sarracenas, exprime de um lado a politica da hegemonia na Galliza, do outro exprime, de um modo todavia inteiramente inconsciente e espontaneo, uma tendencia contraria. E' a da formação de uma nação *lusitana*, de que a Galliza portugueza desce á condição de provincia ao norte, como o Algarve, mais propriamente turdetano, vem a sel-o ao sul. O entre Douro e Guadiana, isto é, a espinha dorsal da Estrella, ladeada pelas Beiras ao norte, pelo Alemtejo a sul, pela Estremadura a poente: eis ahi o que, logo desde o XIV seculo, começa a representar o corpo homogeneo da nação portugueza.

No Portugal primitivo, a politica da hegemonia na Galliza não se fundava, porém, sómente em uma indeterminada ambição collectiva. Era um pensamento decisivo e fixo dos monarchas, e trazia origens tão antigas como a propria constituição do condado portucalense.

Creado por uma desmembração da Galliza, o condado cedido ao borguinhão não é natural que satisfizesse os desejos ambiciosos do principe. Como

(1) Resumimos á politica o campo das nossas observações, por termos deixado na *Hist. da civil. iberica* desenhados os traços geraes dos movimentos propriamente sociaes. V. Livro III; pass.

as almas que, desorientadas pelas extravagancias do barbaro christianismo medieval, viviam n'um estado de aspirações nebulosamente infinitas: assim a ausencia de um criterio fixo, intellectual ou moral, e a lei da pura força em que existiam, lançavam os barões n'uma vida de aventuras, cujo criterio unico era a sua ambição, cujo unico limite era o limite imposto por uma força adversa. O poder do rei leonez era, para o conde borguinhão, o limite forçado das suas temeridades.

Logo porém que Affonso VI morreu, deixando um vasto espolio a dividir, D. Henrique exigiu para si um largo quinhão. Quebrada pela morte a cadeia da vassallagem a um rei poderoso, e acaso desobrigado já da gratidão para com um sogro que tanto favorecera o conde, é d'esta éra que, a nosso vêr, data a independencia de Portugal; e não da éra, de resto indecisa e impossivel de determinar, em que Affonso Henriques tomou para si o titulo de rei. E' dar uma demasiada importancia ao facto exterior e secundario do titulo, o fazer d'elle o symbolo da independencia da nação. Apesar de rei, D. Affonso Henriques prestou vassallagem: e a sua monarchia não é, de facto, mais nem menos independente, como monarchia, do que o condado de D. Henrique, ou o infantado de D. Thereza. A força e não a definição de um dominio, só effectivo quando se estriba nas armas, eis ahi o que exclusivamente caracterisa os movimentos dos seculos XI e XII.

Ora essa força era já para D. Henrique um facto, desde que lhe morrera o sogro. A unidade que o seu valente braço dava ao dominio sobre os territorios herdados ou conquistados, levara-a Affonso VI comsigo para o tumulo; e entre os dois herdeiros rivaes, D. Urraca e o rei de Aragão, o conde portugalense tinha um logar bem preparado para

exercer a sua astuciosa influencia, e para impôr condições e preço a uma alliança que ambos egualmente ambicionavam.

Passemos longe d'essas chronicas de perfidias, de violencias, de adulterios e barbaridades que constituem a historia da herança de Affonso VI. Como os generaes de Alexandre, os principes da Peninsula retalham o manto do imperador; e a Edade-média, tão phantasiosamente pintada com traços de nobreza e galhardia, não é de facto menos corrupta e asquerosa do que a edade dos satrapas do Oriente. A ferocidade é mais violenta, a luxuria menos requintada, a perfidia mais ingenua, porque os homens são verdadeiramente barbaros, e não gregos barbarisados (1).

Do pacto de alliança de D. Henrique e D. Urraca resultou o engrandecimento do condado, para o norte na Galliza e para leste ao longo da bacia do Douro, abrangendo Tuy, Vigo, Santiago, por um lado, Zamora, Salamanca, Toro e até Valladolid pelo outro. A divisão e demarcação do novo Estado chegou a fazer-se com a possivel solemnidade, e com a concorrencia de barões leonezes e castelhanos. Era a definição de um Portugal que a historia não consentiu se mantivesse.

N'este convenio ou tratado vieram posteriormente fundando-se todas as pretenções dos soberanos portuguezes á posse da Galliza, e d'aquella parte da Castella-velha geographicamente denominada Terra-de-Campos: territorios que o conde D. Henrique soubera ganhar para si na disputa da herança de Affonso VI. Tres annos apenas gosou o conde a posse d'esses seus dilatados dominios. Morrendo, a mesma historia de ignominias, adulterios e bar-

(1) V. *Hist. da repub. romana*, I, pp. 309-43.

baridades ia assignalar o governo de sua viuva herdeira, como tinha assignalado o da viuva do conde Raymundo. Eram irmãs tambem, no caracter e nos appetites sensuaes, as duas filhas de D. Affonso VI.

Morrendo, o velho conde portuguez, ao sitiar Astorga, chamou para junto de si o filho, em cujo peito borbulhavam ambições: «Filho, toma esforço no meu coração! Toda a terra que eu deixo, que é d'Astorga até Leão e até Coimbra, não percas d'ella cousa nenhuma, que eu a tomei com muito trabalho. Filho, toma esforço no meu coração! e sê similhante a mim, e sê companheiro dos fidalgos e dá-lhes todos os seus direitos, aos concelhos. Filho, toma esforço no meu coração!»

Tal era o testamento do conde; já deixava ao filho uma nação constituida nas suas duas faces parallelas e correlativas: a nobreza, os concelhos. «E depois que houve castigado o filho d'estas cousas e outras muitas que aqui não dizemos, morreu.»

A viuva de D. Henrique, publicamente amancebada com o conde gallego Fernando Peres, deu com os seus escandalos pretexto para uma revolta, que poz em risco a conservação dos vastos dominios herdados de seu marido. Assim tambem succedera a D. Urraca, perdida de amores pelo conde de Trava.

Dissemos pretexto e não motivo, porque nos costumes ingenuamente dissolutos da Edade-média a mancebia não era caso que offendesse o pudor particular nem publico: os amantes das princezas offendiam, porém, o ciume dos seus collegas em fidal-

guia; e o poder effectivo de que um d'elles dispunha, á sombra do amor que o preferira, enchia de inveja e odio os companheiros.

As memorias do tempo retratam-nos D. Thereza como uma mulher sagaz, viva e bella. A astucia combinava-se no seu espirito com um amor que a levava a *comprometter-se*, como diriamos na nossa linguagem moderna. Uma vez, na cathedral de Vizeu, apresentou-se com o amante, no meio da egreja apinhada de povo, e em frente do prelado que prégava. A authoridade dos bispos corria então parelhas com a rudeza das suas liberdades; e o de Vizeu não duvidou dizer á rainha, em voz alta, do pulpito ou dos degraus do altar, que abandonasse o amante ou se casasse: era um escandalo aquella união, uma vergonha proceder de tal modo. A condessa, vermelha de colera e confusão, fugiu rapidamente da egreja seguida pelo amante.

Porque não succederia ao escandalo a vingança, para não quebrar a constante alliança da impudicicia e da crueldade, dominantes na Edade-média? Porque naturalmente as invectivas do bispo traduziam a força do partido dos invejosos e rebeldes, que já faziam do moço filho de D. Henrique um pendão de revolta contra a viuva apaixonada. Nem por tão pouco se affligiria a consciencia do bispo, pois o clero demasiado ouvia tambem os conselhos da carne, e os amores sacrilegos eram tão frequentes como os amores livres ou adulterinos.

A princeza não era menos sagaz do que voluptuosa, e adiava para mais tarde a vingança. Beijos lascivos, perfidias indignas e barbaridades ferinas, eis os elementos que constituiam a mulher da Meia-Edade. Os dotes femininos eram naturalmente pervertidos por um ambiente de brutali-

dade anarchica nos sentimentos e nas acções; e, quando a mulher dispunha da aucthoridade e da força, ou como a Fredegonda dos Merowigues cevava em sangue a sua féra natureza, ou satisfazia n'uma impudicicia desesperada as necessidades sensuaes do seu temperamento. Nem a crueldade, nem a sensualidade eram menores nos homens: mas a natureza que n'elles dá o predominio aos pensamentos, como o dá aos sentimentos nas mulheres, fazia com que a rudeza dos primeiros andasse subalternisada á ambição e aos calculos politicos, ou á bravura e ás façanhas guerreiras.

Não se imagine, porém, a mulher da Edade-média um ser apenas formado de crueldade e amor; menos se supponha D. Thereza uma similhante creatura. A condessa, infanta ou rainha de Portugal — porque de todos estes titulos usou — era tambem sagaz e astuta, qualidades que o filho veiu a herdar com o sangue. Não tinha o animo varonil de uma amazona, mas tinha a perspicacia e o juizo proprios dos principes d'esses tempos. Sabia moderar a colera e engulir affrontas como a de Vizeu, quando não podia vingar-se d'ellas. O amor traduzia apenas uma exigencia dos sentidos, deixando livre e independente a acção da intelligencia. No meio das agitadas circumstancias do seu breve governo, não deixou abandonadas as conveniencias proprias, como dona e senhora do Estado portuguez.

Muitas vezes se lêem descripções de uma vida sentimental e heroica, em que as mulheres andam loucas de paixões poeticas, e os homens, typos de nobreza e audacia, são victimas dos conflictos do amor e da honra. Não ha nada mais differente da verdadeira, do que essa Edade-mé-

dia das operas. A carnalidade desenfreada, o cynismo e a perfidia, uma frieza sempre calculadora, uma ambição feroz, uma avareza sordida, uma corrupção de todas as fontes da vida moral: eis ahi o que de facto constitue a vida aristocratica da Edade-média. Onde está a causa de tamanhas desordens? Está na coexistencia e no conjuncto de condições barbaras e de tradições cultas. D'onde provém a illusão com que muitos suppozeram bellezas espontaneas nos caracteres, e nobres dedicações nos actos, creando com a phantasia um falso quadro de encantos? Da ingenuidade dos typos barbaros.

Ha, com effeito, na natureza espontanea o quer que é dé seductoramente bello, que nos chama para uma região de deleites inconscientes: assim todas as descripções das sociedades primitivas produzem em nós uma impressão vivificante, e desde logo somos levados a engrandecer e nobilitar os homens ainda não corrompidos pelas aberrações da civilisação. E' mistér porém observar que taes homens primitivos não são os do XI seculo; que na Edade-média existem e vivem, principalmente por via da Egreja, todas as tradições da cultura antiga; e que a conjuncção da barbarie e do requinte lança nos caracteres uma semente de perversão, prompta a rebentar em actos monstruosos, tão corrompidos no principio, como barbaros na fórma. E' popular o sentimento de tedio e nojo para com o imperio de Byzancio: pois as causas originarias d'essa repugnancia são tambem communs ás sociedades néo-latinas, ou néo-godas da Hespanha. (1) Só variam as proporções: os elementos combinados são os mesmos. No Oriente

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 143 e segg.

a cultura é maior, os costumes mais requintados: aqui é maior a rudeza, e a feição barbara predomina. Por isso os vicios procuravam, além, esconder-se sob o manto das convenções; e aqui se expandem ingenua e francamente, á luz de uma ignorancia quasi primitiva.

Assim que D. Urraca morreu, Affonso VII, depois de reconquistadas ao visinho aragonez as cidades de Castella, olhou para oeste, afim de reconstituir de novo a monarchia leoneza, fazendo regressar ao seu dominio os territorios de Campos e da Galliza. A invasão e a guerra duraram apenas uma campanha; e a amorosa Thereza curvou-se ao imperio das condições, reconheceu o facto da conquista, e confessou com humildade a vassallagem ao sobrinho leonez.

Portugal retrahia-se aos primeiros limites — do Minho ao Mondego — do condado creado por Affonso VI; e os calculos do conde borguinhão frustravam-se, depois de menos de vinte annos de indeciso dominio.

Esse infortunio da *regina* de Portugal acabou de decidir os invejosos do conde gallego, seu amante. As tendencias de sublevação, até ahi sopitadas ou mal definidas, tomaram corpo e unidade; e a revolta declarada dos barões achou nos desastres de 1127 motivo sufficiente para se erguer em campo aberto.

Capitaneava a revolta o infante portuguez. Não é esta a unica occasião em que vemos erguerem-se em armas os filhos contra os paes, os irmãos contra os irmãos, como prova de que, se os sentimentos andavam pervertidos pelos instin-

ctos brutaes, ou vinculos de familia eram apenas laços tenues que se rompiam ao impulso de qualquer exigencia da colera ou da ambição. Nem sentimentos, nem instituições fixas: uma anarchia total no individuo e na sociedade, uma desordem acabada na moral e no direito, eis ahi as bases historicas da Edade-média, cujo deus é a força.

D. Affonso Henriques, o primeiro rei portuguez. ou capitaneava ou era o pendão apenas — hypothese que a sua curta edade justifica — da revolta que tinha por chefes o arcebispo de Braga D. Paio, Sueiro Mendes o *grosso*, Ermigio Moniz, Sancho Nunes, genro da *regina* Thereza, e Garcia Soares. Aos pactos de Braga succedeu o encontro de Guimarães. A rainha, abraçada ao seu amante, vinha seguida por barões fieis de áquem, e pelos barões de além-Minho, que se tinham submettido a Affonso VII (1). A batalha decidiu-se pelo filho, e a rainha fugiu a esconder no condado do amante o desespero da derrota. De protectora, os acasos da guerra faziam-na agora protegida; e a historia deve ainda ao conde gallego a justiça de mencionar que a não abandonou, quando a viu despojada do poder e do titulo. Os prazeres da paixão acaso suavisariam á formosa filha do grande Affonso a infelicidade das armas, e porventura tambem o desespero maternal, se é que os vinculos de sangue tinham para a mãe um merecimento superior ao que tinham para o filho.

No seio da barberie corrupta em que se revolvia, a Edade-média tinha, porém, não só o instincto dos deveres, innato nos homens, como o medo dos castigos divinos prégados por uma religião que até para o proprio clero baixára ás condições de

(1) V. *Instit. primit.*, p. 215.

um quasi fetichismo. As lendas contam que, vencedor, o filho encarcerára a mãe, e põem na bocca de D. Thereza este anathema terrivel: «Affonso Henriques, meu filho, prendeste-me e metteste-me em ferros e exherdaste-me da minha terra que me deixou meu padre, e quitaste-me de meu marido: rogo a Deus sejas assi como eu sou, e porque metteste ferros nos meus pés, quebradas sejam as tuas pernas com ferros. Mande Deus que isto assim seja!» E o anathema cumpriu-se em Badajoz, annos depois, porque Deus vingador não perdoava os crimes frequentes dos filhos contra os paes. Assim pensavam esses homens simples.

A' batalha de Guimarães ligava-se, porém, um alcance maior do que o de uma simples questão de familia: era a ruptura de solidariedade entre as duas metades da Galliza, e a victoria da portugueza sobre a leoneza. Era o primeiro symptoma de uma direcção nova, que se ia imprimindo na vida historica nacional. Essa ruptura da solidariedade, e a força da monarchia leoneza sob Affonso VII, serão dois motivos concorrentes para impedir que as tentativas do primeiro rei portuguez tenham sobre o norte resultados efficazes.

Logo depois de Guimarães, Affonso Henriques, preferindo o papel de invasor ao de atacado, procura reivindicar as fronteiras perdidas em 1127 por D. Thereza. Duas vezes invade a Galliza transminhota: duas vezes é forçado a recuar, em 1130 e em 1132; mas depois de Guimarães, depois da lide de Val-de-Vez em que os portuguezes venceram, já a independencia de facto estava conquistada. Sellados os preliminares de paz, Affonso Henriques occupou-se em *acalmar* as terras do seu senhorio afim que nunca «lhe acontecesse outro tal desavisamento,» e conquistou «todallas for-

talezas de portugal assy como se fossem de mouros.»

Quem era Affonso Henriques? Já amestrado no officio de reinar, á maneira porque então se entendia um tal officio, o moço principe reunia as condições necessarias para consolidar uma independencia até ahi precaria. Era audaz, temerario até, pessoalmente bravo, qualidade nem tão commum no tempo, como a muitos acaso pareça. Fraco general, ao que se vê, porque as batalhas feridas com as tropas leonezas perdeu-as sempre, era feliz guerrilheiro. Capitaneando um troço de soldados, caía de improviso sobre um logar, e a furia irresistivel do ataque deu-lhe a maior parte das suas victorias. Nem a grandeza das emprezas o assustava, nem as distancias o impediam de acudir a um tempo, do extremo norte, quasi ao extremo sul no paiz. A estes dotes militares reunia outros não menos valiosos, na precaria situação em que se apossára do reino. Era secco, astuto, friamente ambicioso, sem chimeras, nem illusões. Era um espirito agudo e pratico, e isso fazia boa parte da sua força. Mal dos politicos ao mesmo tempo apostolos! Como a tenra haste que verga á mais leve brisa do cannavial, assim Affonso Henriques, sem rebuços obedecia, logo que a sorte lhe era adversa. Passada a tormenta erguia-se; e á facilidade astuta com que se humilhava, respondia logo a teima perfida com que se rebellava. Isto fazia-o indomavel. Tinha o quer que é de fugitivo, na sua politica e no modo porque fazia a guerra. Ubiquo militarmente, era nos negocios um proteu. Os seus amigos, leonezes, sarracenos, não achavam por onde prendel-o. Submisso e humilde quando se achava vencido, subscrevia a todas as condições, acceitava todas as durezas; para logo mentir

a todas as promessas, rasgar todos os tratados, com uma franqueza ingenua, uma simplicidade natural, que chegavam a espantar a propria Edade-média. Nem brios cavalleirosos, nem sentimentos de familia, nem odios pessoaes, nem vinganças estupendas: nenhuma chimera, nenhuma grande ambição, nenhum sentimento poetico, enchiam a sua cabeça, estreita, e inteiramente occupada pela idéa fixa de consolidar a sua independencia. O predominio absoluto de uma idéa pratica, servida por uma intelligencia lucida, por um caracter sem grandeza, e por uma valentia provada, tornavam-no invencivel, ainda mesmo quando era batido. A sua teima fazia-o similhante a uma lamina de aço, um instante vergada por um esforço momentaneo, logo estendida quando livre, e impossivel de manter curvada desde que se acha solta. O seu pensamento tinha a tenacidade da mola, e não a rigeza do bronze nem o peso do chumbo. Vivia dentro do seu Portugal como um javardo no seu refoio: assaltado, investia, despedaçando tudo com as fortes prezas. Perseguido, fugia. Não tinha a nobreza do leão, nem a astucia ferina do tigre: possuia apenas a tenacidade brava e bronca do javali. Um fraco apenas lhe notam, embora os actos da sua vida não denunciem que esse defeito o prejudicasse muito: gostava de ser adulado.

Affonso Henriques foi quem verdadeiramente consummou a separação de Portugal, não pelos meritos proprios apenas, mas porque a direcção politica do reino começou no seu tempo a ser encaminhada pelos factos no sentido de definir de um modo positivo a independencia da nação.

Uma parte dos barões da Galliza leoneza, sublevados contra o suzerano, acolheu-se em 1137 sob a protecção de Affonso Henriques, prestando-lhe

vassallagem, e, assim, de novo se levantou a questão das fronteiras do norte de Portugal. Affonso VII não pudera, nos annos anteriores, descer a rebater as invasões do turbulento visinho, occupado como estava a debellar o navarro; agora, porém, tinha já os movimentos livres, e apressou-se a submetter a Galliza. Por seu lado Affonso Henriques era solicitado a defender a fronteira austral, onde os sarracenos tinham vindo n'uma álgara feliz derrocar o castello de Leiria. E' por estes annos que o destino de Portugal se debate entre a Lusitania e a Galliza, quando a actividade do guerreiro é solicitada, ora do norte contra os leonezes, ora do sul contra os sarracenos. Oscillante ainda e indeciso, breve assistiremos ao definitivo pender da balança no sentido do alargamento das fronteiras austraes.

A simultaneidade do ataque leonez e sarraceno em 1137 obriga Affonso Henriques a curvar a cabeça, assignando as pazes de Tuy, nas quaes desiste das suas pretensões de além-Minho, confessando, ao mesmo tempo, vassallagem ao suzerano de Leão. *Ut arundo fragilis ferebatur:* vergava como o cannavial o principe, a este sopro da fortuna adversa! Desistia de tudo, da ambição e até da independencia. Quem se fia, porém, na palavra do pertinaz batalhador? Defendido o seu senhorio por norte, não se demora a persistir n'uma guerra leal mas perigosa. Espera melhor occasião para a desforra; porque lhe não custa subscrever a um tratado, a que não pensa decerto submetter-se, senão emquanto a força das cousas a isso o violentar. Não assim os fronteiros de nordeste que, apesar das pazes de Tuy, continuam a guerra por conta propria: tão frageis eram ainda os laços, que reuniam os vassallos ao conde soberano de Portugal!

De Tuy, o leonez, subindo pelo valle do Lima atravez da Galliza portugueza que assolára, vae encontrar as mesnadas dos ricos-homens sublevados nos Arcos-de-Val-de-Vez. Resam as tradições de um torneio ou *bufurdio* (1) em que os cavalleiros inimigos batalharam por seus exercitos, vencendo os portuguezes na estacada, onde numerosos combatentes ficaram mortos, segundo as regras da cavallaria. Apesar de victoriosos, porém, os portuguezes não podiam resistir a Affonso VII, tanto mais que D. Affonso Henriques desistira de continuar uma guerra improficua.

Que fazia entretanto o principe? Tratava da desforra de Leiria; e em 1139 levava a cabo o temerario fossado de Ourique, pagando uma estocada com outra; e preludiando esse duello de morte, entre Portugal e o Al-Gharb sarraceno, com um golpe que foi, com a rapidez penetrante do raio, ferir o corpo musulmano quasi junto a Chelb ou Silves, o coração da Hespanha austral. A esta aventura temeraria, mas feliz, ia succeder em curtos annos a empreza mais seria e importante da conquista da linha estrategica do Tejo: facto de um alcance capital, n'esse periodo em que o futuro destino da nação fluctuava ainda indeciso entre a Galliza e a Lusitania.

— — —

Desde que o antigo condado portucalense, batido na sua tendencia de absorver a Galliza, conquistava a região de entre Mondego e Tejo, chegando a avançar padrastos ameaçadores para o sul,

(1) V. *Instit. primitivas*, p. 165.

era evidente que um novo Estado se formava; e esse Estado nascia dos actos proprios do conde portuguez, não de concessões ou beneficios do suzerano. Esse Estado era pois um reino, uma vez que a esta palavra andava ligada, de um modo mais ou menos definido, a idéa da independencia, segundo o direito politico dos godos. Foi, portanto, quando o plano de se apossar do sul do reino começou a occupar o espirito do guerreiro, orgulhoso pela victoria de Ourique, isto é, em 1139 ou 1140 (a erudição não conseguiu determinar a éra) que Affonso Henriques tomou para si o titulo de rei. O caso não era novo, porque por vezes a mãe usára chamar-se rainha de Portugal; dava-se, porém, agora a circumstancia de que esse titulo, embora juridicamente usurpado, o era com tamanho fundamento, que nunca mais deixou de ser o dos soberanos portuguezes.

A razão politica da independencia, evidente hoje para a critica, não o estava de certo para o rei, a quem as conquistas apenas satisfaziam a ambição, e o titulo a vaidade. Via-se mais poderoso e grande; mas não tinha de certo a consciencia de que isso importasse o primeiro passo no caminho da formação de uma nova nação peninsular. Ferido, tirára do sarraceno uma desforra completa; mas faltava ainda apagar a nodoa de Tuy, rasgar esses tratados que ligavam, como vassalla, á corôa soberana de Leão, a sua corôa ainda mal assente, o seu reino precario ainda. Uma volta da fortuna podia outra vez precipital-o, das eminencias onde as suas ambições o erguiam, na humilde condição de conde de Portugal.

Em Val-de-Vez Affonso VII assignára os preliminares de uma paz que os acontecimentos dos annos posteriores não tinham consentido se tra-

duzisse n'um tratado definitivo; e agora não era já licito ao leonez exigir, nem ao portuguez acceitar as duras condições de uma perfeita vassallagem.

O papado exercia então na Europa uma especie de suzerania espiritual sobre os principes christãos; porque no meio d'esses guerreiros, bravios e timidos como selvagens, o sacerdote tinha verdadeiramente o poder de condemnar em nome de Deus. (1) Uma excommunhão valia muitas vezes mais do que um exercito. Assim, o cardeal Guido, legado do papa, é quem em 1143 dicta em Zamora, onde Affonso Henriques foi vêr-se com o imperador (d'esse titulo usava Affonso VII) as condições do tratado de paz. O portuguez desiste ahi das suas pretenções ás fronteiras cedidas por D. Urraca, e Affonso VII por seu turno reconhece a independencia do novo reino e o titulo do seu soberano. Esta soberania e independencia não eram, porém, absolutas. Na jerarchia feodal havia graus diversos de suzerania e vassallagem correspondente; e os tratados de Zamora alteravam a natureza, mas não quebravam de todo os laços que prendiam Portugal ao corpo da grande monarchia peninsular. Affonso Henriques ficava sendo um rei, mas o seu reino nem por isso deixava de fazer parte do imperio da Hespanha; nem elle proprio, por tal fórma, deixava de ficar n'uma situação subalterna perante o imperador. Era uma vassallagem politica, substituindo a pura vassallagem pessoal do regime anterior. O direito feodal não se obliterára, porém, ainda ao ponto de prescindir de uma obrigação pessoal; e por isso o soberano portuguez continuava a ser vassallo do visinho, não

(1) *Th. da hist. universal,* nas *Taboas de chronol.*, XXXII-III.

como soberano, mas como senhor de Astorga, para esse effeito doada a Affonso Henriques. (1).

Estas subtilezas propriamente byzantinas, inspiradas pela politica ecclesiastica que imprimia o seu cunho ao feodalismo, formavam um systema de enganos reciprocos, de mentiras mais ou menos sinceras, com que se revestiam os actos brutaes da força, e os actos perfidos da astucia.

Affonso Henriques, *regendi imperii jam bene sciolus*, mestre acabado na arte de enganar e na arte de combater, tinha já formado o seu plano, e por isso subscrevia sem reserva a todas as exigencias do tratado. A independencia e a soberania que elle lhe dava eram apenas pessoaes e vitalicias, e nas idéas aristocraticas a hereditariedade era inseparavel do dominio. O seu reino era pois um falso reino, desde que, não havendo no direito politico dos godos outra base para a successão, além da electiva, ou Portugal seria por sua morte absorvido no imperio hespanhol, em via de cristalisação, ou o filho de Affonso Henriques teria de recomeçar a debater com as armas a questão vital da independencia. Os termos do tratado decerto o não illudiam, garantindo-lhe apenas pessoalmente a independencia e a soberania; e se da parte do leonez houvera o intento perfido de o enganar, elle preparava uma licção ao mestre, e tão eloquente como fôra cruel a licção que dera ao sarraceno.

Entre os dous litigantes o italiano perspicaz foi provavelmente o conselheiro de ambos. Guido, como o insecto artificioso e cheio de habilidades, teceu a trama. Ao leonez mostraria o modo de illudir o adversario: conceder-lhe tudo, deixando esse tenue cordão umbilical de Astorga, para no

(1) V. *Quadro das instit. primit.*, pp. 267-75.

momento opportuno fazer reverter os territorios portuguezes ao corpo da monarchia soberana. Voltando-se depois, com um sorriso. diria baixo ao portuguez, que o tratado não valia nada de principio a fim, se elle quizesse seguir-lhe os conselhos. Todas as habilidades do imperador provariam inuteis: tinha um meio seguro! — Affonso Henriques devia ouvir com attenção tenaz as confidencias do cardeal. Havia um direito superior ao direito feodal: era o canonico. Havia um soberano, rei dos reis: o papa. Porque não seria Affonso Henriques vassallo do papa? Collocasse os seus reinos sob a suzerania papal, e nenhum imperador das Hespanhas ousaria tocar-lhes. Só assim a sua corôa ficaria segura na cabeça, d'elle e de seus descendentes. A suzerania do papa era de resto infinitamente menos incommoda. Reduzia-se a uma pequena somma de dinheiro. Um nada! Quatro onças de ouro por anno, nem mereciam a pena contar-se deante da independencia de facto. Se o rei acceitasse, elle proprio em pessoa redigiria a carta, elle que redigira o tratado; elle proprio seria portador da missiva ao papa. Se viera a Hespanha fazer a paz, iria de Hespanha com o coração contente, por ter conquistado mais um vassallo para a Egreja. — E mais um censo annual para o thesouro romano, accrescentaria mentalmente!

Affonso Henriques desde logo acceitou. Pouco lhe importava o censo, porque não tinha sequer a certeza de ser fiel ao pagamento. O cardeal illudia-se, se suppunha que o rei tremia das excommunhões: um rei que não havia de hesitar em rasgar as bullas pontificias, e pôr e depôr bispos, como bem lhe approuvesse!

O cardeal partiu levando a carta do rei; e emquanto este ia formando a tenção de supprimir o

pagamento do censo, logo que lhe conviesse fazel-o, o cardeal foi pela viagem ruminando o modo de colher as onças de ouro, sem se inimisar com o leonez. Só annos depois Affonso VII veio a saber como o visinho e já quasi émulo illudira as disposições do tratado de Zamora. Insistindo com o papa para que recusasse a vassallagem, não o consegue; mas tampouco Affonso Henriques consegue aquillo por que pagára o preço de quatro onças de ouro annuaes; pois nas piedosas cartas que lhe escreve, como suzerano a vassallo, o papa cuidadosamente evita chamar-lhe *rei*, e *reino* a Portugal.

Em vão Affonso Henriques insta e exige. Por fim, já nos derradeiros annos do seu reinado, e á custa de um presente de mil morabitinos e do augmento do censo annual, Alexandre III decide-se, e sancciona-lhe o titulo, garantindo-lhe a hereditariedade, sob condição de preito e confirmação outorgada aos seus successores.

Portugal, que já a esse tempo tinha uma razão de ser territorial independente da Galliza, achava agora um fundamento juridico de independencia de Leão. A suzerania do papa collocava o novo reino ao abrigo das pretenções da monarchia leoneza; e se Affonso Henriques não saía da condição subalterna de vassallo, porque apenas mudára de protector ou suzerano, o facto é que na mudança ganhava uma liberdade real, esperando o que de facto veiu a conseguir: que a vassallagem se tornasse nominal apenas.

Ainda no tempo do primeiro rei portuguez de

novo se ateia a guerra com Leão; mas basta um exame superficial dos monumentos historicos para vêr que o caracter e as condições d'essa nova campanha são já totalmente outros. Não é um vassallo rebelde pugnando pela independencia: é o choque de duas monarchias que reciprocamente se reconhecem como taes. A serie de guerras entre os diversos estados da Peninsula — caminho por onde ella chegou a determinar as condições definitivas das suas constituições politicas — tem na campanha de 1160 um episodio. Affonso Henriques, já rei de facto e de direito, já senhor da linha estrategica de Santarem, e possuindo além d'isso, como vedetas avançadas para o sul, varias praças do Alemtejo, dispunha de forças sufficientes para pesar com a sua espada no debate das questões politicas dos Estados peninsulares. Desde que se decidisse a fazel-o, é natural que a velha ambição das fronteiras dilatadas de norte e nordeste fosse a causa efficiente dos seus actos.

Fernando II de Leão casára com uma filha do rei portuguez, mas nem ao genro nem á filha Affonso Henriques cedia os seus ambiciosos propositos. Raras vezes a politica tomou em consideração os vinculos de familia. O rei de Leão usurpára a corôa de Castella, e contava que a esposa lhe trouxesse a alliança do portuguez; porventura teria havido intelligencias positivas entre os dois monarchas. Quando com uma livre audacia se rompiam as pazes mais solemnes, que admira que se mentisse a convenios ou ajustes privados? Affonso Henriques era, como se sabe, mestre na arte de reinar. O facto é que, logo um anno depois do casamento da infanta, aproveita o momento em que o rei Fernando se achava a braços com a insurreição dos castelhanos, para mandar seu filho

e herdeiro, Sancho, á batalha de Arganal, onde foi batido (1165). Invadindo em pessoa a Galliza, o rei apossára-se facilmente de Tuy e do districto de Toronho até ao Lerez, seguindo d'ahi para leste (1166). Essa nova occupação portugueza da Galliza dura até ao desastre de Badajoz (1169).

Correndo então ao sul, Affonso Henriques decide-se a consolidar as suas possessões do Alemtejo, conquistando Badajoz aos sarracenos. Este acto, porém, era simultaneamente um episodio da guerra com Leão, porque o wali de Badajoz se collocára sob a suzerania de Fernando II, e porque a praça ficava para fóra dos limites de leste, marcados em Zamora ás futuras conquistas do rei de Portugal sobre os musulmanos.

A cidade caiu sobre o ataque do portuguez. Colhidos por surpreza, os defensores encerraram-se na alcaçova, resistindo. Poz-se o cerco, mas entretanto o rei de Leão, avisado, correu a defender o que era seu; e Affonso Henriques foi colhido entre dois inimigos. De sitiante viu-se cercado.

Afinal o temerario capitão caía em poder do adversario, afinal o caçador colhia-o fóra do refoio. Debate-se, estrebuxa e, ainda vencido, lucta desesperado; mas está pesado, velho e gasto. Faltam-lhe as forças para arremetter como d'antes, com a cabeça baixa e as presas activas, contra a matilha dos lebreus. Tropeça e cáe. E' colhido. Cumpria-se o anathema: Deus castigava o filho que prendera sua mãe! Prisioneiro, curva-se submisso, recolhendo a colera e os dentes açulados, perante o seu nobre vencedor. Tal nome convem de facto a Fernando II, cuja magnanimidade perdoou as perfidias e ataques do visinho e sogro. «Restitua o que roubou, guarde o que é seu, e vá em paz!» Cabisbaixo, com o joelho ferido, a coxear, Affonso Hen-

riques parte d'alli a Santarem, concluir o que lhe resta de vida. Não tem coleras, nem fundas magoas pela affronta que soffreu: só lamenta a virente Galliza, perdida para todo o sempre.

Como o avarento, em cuja alma a paixão exclusiva absorveu todos os sentimentos e paixões humanas, assim na alma de Affonso Henriques a monomania da conquista, doença vulgar nos principes da Edade-média, atrophiára o desenvolvimento de tudo o mais. Mas, se entre os consocios de uma patria irman, se entre os herdeiros de uma historia commum, ha o amor por essa patria e a veneração pelos antepassados, nenhum merece na alma dos portuguezes respeito maior, do que o primeiro de todos aquelles a cujo braço esforçado se deve a obra da constituição politica da nação. N'este sentido as manias chegam a ser sublimes. Um salteador é, não raro, um verdadeiro heroe; a perfidia é uma virtude, a crueldade é um titulo de gloria, porque o espirito collectivo substitue o criterio moral e abstracto pelo criterio historico, o qual tem como base a consagração dos factos consummados.

A separação de Portugal foi um facto consummado, graças ao valente mediocre, tenaz, brutal e perfido caracter de Affonso Henriques.

II

A conquista do Al-Gharb

Nas suas emprezas contra Leão, Affonso Henriques, batido sempre como guerreiro, conseguira desforrar-se dos desbaratos com a astucia. Das duas faces que apresenta a historia da fundação da monarchia, vimos a primeira: resta-nos vêr a segunda. Assistimos aos actos do politico; vamos assistir agora ás fecundas emprezas do conquistador.

O principe trazia para a guerra as manhas da côrte, sem prejudicar a firmeza necessaria, a bravura, o sangue-frio e a audacia. Com este conjuncto de elementos dava um caracter original á guerra *(novo genere pugnandi)*. Ia de noute, ás escondidas *(furtim)*, como um chefe de bandidos em assalto a algum villar, fortificado, no pendor de uma serra distante *(quasi per latrocinium)*. Assim investiu e tomou Santarem. «Assim conquistou a maior parte dos castellos das provincias de Belatha e Al-Kassr, este inimigo de Deus!» diz o chronista arabe. O ponto de ataque era de antemão escolhido. Por uma noute escura e tempestuosa punha-se a caminho com um troço de homens resolutos: dir-se-hia uma quadrilha de salteadores. Galgavam rapidamente as distancias, e chegados ao destino, apeiavam-se, approximando-se caladamente dos muros. Affonso Henriques encostado á escada, era o primeiro a subir com o

punhal preso entre os dentes. Parava, escutava, com o olhar agudo, a respiração suspensa: afinal pousava ancioso o pé entre as ameias, e apertando o punhal nas mãos, cozia-se com os muros. Na sombra não o distinguiam. Caía como um falcão sobre a sentinella, e apunhalava-a antes que ella podesse tugir um grito. Entretanto os companheiros iam subindo. O bando reunia-se na esplanada, armado e resoluto, e ao grito de «Santiago!» caía sobre a guarnição adormecida e trucidava-a. «Tal foi o modo por que este inimigo de Deus tomou a maior parte dos castellos das provincias de Belatha e Al-Kassr!»

Havia porém ainda outra maneira de guerrear, cuja invenção não pertence a Affonso Henriques: era o systema de álgaras, fossados ou correrias, atravez dos extensos territorios fronteiros. De um lado e de outro, n'uma zona mais ou menos larga, conforme o ordenavam a constituição geographica e a estrategia, desdobravam-se as charnecas periodicamente assoladas. Aqui e além, apertadas em cintos de muralhas, ficavam as povoações, em cuja volta, como oasis, appareciam malhas de terrenos agricultados. Confiar ao nervo e á velocidade dos cavallos o transpôr as passagens perigosas d'esses desertos onde as sortidas dos castellos podiam cortar a retirada, e cair impetuosamente sobre as searas, incendiando-as, sobre os rebanhos, roubando-os, sobre os tardivagos, matando-os; talando os campos, cortando as arvores, incendiando as casas, e voltando rapidamente com as prezas feitas: tal era o processo egualmente seguido por christãos e sarracenos; reduzido já a um systema de invasões annuaes na epocha das colheitas, e contado como principal recurso financeiro da rude economia do tempo.

Se a tomada de Santarem (1147) é um typo da primeira especie, a batalha de Ourique, ou Orik (1139), é o typo da segunda. A fortuna accendia a audacia de Affonso Henriques, que levou o fossado por entre as fortes posições de Santarem e Alcacer, deixando Palmella, Cintra e Lisboa na retaguarda; atravessando o Tejo, para ir talar os campos de Chelb ou Silves, emporio sarraceno da Hespanha lusitana. Poucas vezes, porém, um fossado era apenas uma correria e um saque. As guarnições dos castellos passavam signal, combinavam sortidas; e o episodio de uma batalha acompanhava quasi sempre a obra de depredação. A batalha de Ourique, qualquer que tivesse sido a importancia numerica dos combatentes, deu a Affonso Henriques uma victoria que o encheu de animo para entrar em campanhas mais regulares e fecundas.

Os primeiros nove annos do governo do principe tinham sido absorvidos pelas questões leonezas, quando em 1137 uma invasão sarracena veiu destruir Leiria, que elle erguera para defender Coimbra das subitas investidas dos inimigos. Ourique desforrou-o do desastre, que o rei por outro lado remediava reconstruindo o castello, então fronteiro do extremo sul dos seus Estados. Mas logo o musulmano responde, voltando como uma onda que, alastrando o territorio christão, vae rolando até aos altos de Trancoso, deixando pela segunda vez derrubadas as muralhas de Leiria. Affonso Henriques consegue dominar a invasão, que retrocede ao abrigo da linha do Tejo; e retribue logo a visita com uma tentativa frustrada sobre Lisboa. Depois, alliado ao wali de Mertola contra o de Santarem, vae assolar os districtos de Merida e Beja. Nos intervallos d'estas correrias, o rei fe-

rira as batalhas do tratado de Zamora, e ganhára a victoria que lhe preparou o cardeal Guido.

O periodo de dez annos que está entre 1137 e 1147 offerece n'estas guerras o aspecto de um movimento que oscilla, como um pendulo suspenso de um ponto que é Lisboa: invasões sarracenas para o norte, portuguezas para o sul do Tejo, instabilidade de resultado de ambas. O eixo d'este movimento era evidentemente Lisboa e o systema das suas linhas de defeza — Cintra-Almada-Palmella-Santarem. A conquista da linha do Tejo tornava-se a condição indeclinavel, não já do alargamento, mas até da conservação da monarchia de Affonso Henriques.

Demasiado, porém, sabia elle que os recursos militares de que dispunha, se chegavam para os fossados annuaes, se bastavam para conquistar *quasi per latrocinium* os castellos isolados, eram demasiado escassos para tentar empreza tão vasta como a da conquista do systema de fortalezas que formavam o nucleo defensivo do centro do que foi depois o reino portuguez. Na tentativa frustrada que fizera sobre Lisboa em 1140 fôra ajudado por uma esquadra de Cruzados. As suas esperanças estribavam-se n'um auxilio d'essa ordem: até porque, sem forças navaes para entrar no Tejo — ainda então não havia marinha militar — seria absurdo tentar a empreza.

Entretanto, sete annos iam passados depois d'essa primeira apparição dos Cruzados, sem que outros viessem proporcionar-lhe occasião para realisar os seus designios. Impaciente, orgulhoso ainda com o resultado da correria de Beja (1145), seguro do lado de Leão pelas pazes de Zamora, forte pela confirmação do seu titulo, confiado na protecção papal — o sangue pula-lhe nas veias, e decide to-

mar Santarem, (1147) *á sua moda*, isto é, por surpreza. Pela calada da noute appareceu á raiz das muralhas da villa. Pozeram-se escadas. Subiu um furtivamente e abafou uma *vela* (sentinella); depois subiu outro, depois terceiro, «e depois que todos tres foram em cima do muro, a vela que estava em cima do caramancham, quando sentiu Mem Moniz que se ia alongando, disse-lhe: «Manahu!» e elle respondeu-lhe em aravia e fel-o descer, e logo que foi em baixo cortou-lhe a cabeça e deitou-o aos de fóra. E então elles poseram outra escada e subiram por ambas o mais toste que poderam, e foram tantos que se apoderaram do muro e britaram as portas por onde entraram elrey e os que com elle foram. E d'esta guisa foi furtada a villa de Santarem aos mouros.» O resultado correspondeu pois ao plano, e quem sabe se a temeridade teria arrastado o rei a proseguir do mesmo modo contra Lisboa? Não foi, porém, necessario. Esse anno vieram os Cruzados (1) por quem suspirava, e com elles metteu hombros á empreza.

A guerra toma desde então um caracter regular de cercos e campanhas. Os meios correspondem aos propositos, e estes á idéa da nação que começava a definir-se.

A tomada de Lisboa lavra a acta do nascimento da nação portugueza, até ahi envolvida nos limbos da geração. O cerco affigura-se-nos como o concilio internacional, uma especie de congresso guerreiro, em que a Europa baptisa o recem-vindo á luz da historia. Creado pelos actos geradores da vontade

(1) V. nas *Taboas de chronologia*, a das Cruzadas, a p. 219.

de um homem, abrigado pela égide da Egreja, Portugal tem a existencia confirmada pela sancção dos exercitos cruzados da Europa. O caracter cosmopolita da sua vida futura, da sua ulterior phisionomia politica, parece ter-lhe sido desde logo imposto, como um baptismo, quando, em frente d'essa piscina do Tejo, onde fundeiam duzentas naus coroadas pelos pavilhões de tantas nações da Europa, se estende o cordão do exercito de flamengos, lotharingios, allemães e inglezes.

As columnas dos cavalleiros cruzados combatem ao lado das mesnadas dos barões portuguezes, estendendo-se em meia lua, a investir o morro de Lisboa; e com as pontas apoiadas contra o rio, formam metade do cinto que a armada, fundeada no Tejo, encerra. Com os frankos e inglezes, colossaes de estatura, rubros de sangue, herculeos de musculos, vêem italianos sagazes, mestres consummados na arte das minas ou sapas. Sobre os navios e do lado da terra a arte acorre em auxilio da força. Os inglezes montavam as suas manganellas ou catapultas, os frankos as suas torres; e Affonso Henriques pasmava d'esses maravilhosos instrumentos deante dos quaes a escada e o punhal do salteador nocturno pareciam miseraveis. Acaso a comparação offendia a sua opinião, bem fundada, de atrevido; acaso achava mais rapido e simples confiar o resultado aos seus expedientes favoritos de condôr: o facto é que decidiu começar por um assalto. Foi no dia 3 de agosto que pela primeira vez rebombou a trovoada dos golpes do moganons, o stridente sibilar das settas despedidas do alto das torres, e das pedras soltas das fundas, (1) o clamor apocalyptico

(1) V. na *Hist. da repub. romana*, I, pp. 251-5, a descripção das machinas de guerra dos antigos, que eram as da Edade-média.

dos combatentes, erguendo um côro de imprecações ferozes, proferidas nas mais desvairadas linguas. A' tormenta dos sons respondiam os relampagos do pez, do azeite, da estopa incendiada, que os muros de Lisboa vomitavam sobre os assaltantes, ajudando o sol que, illuminando a scena, congestionava as cabeças dos filhos da algida Germania, da Britannia ou da Frankonia. A's ondas de lume, ao lume do sol, veio juntar-se um novo clarão de chammas e de grossas voltas de fumo negro que subia cravejado de scentelhas a perder-se no ar: as torres ardiam! O assalto era repellido; a tentativa falhára.

Começou o cerco. Em poucos dias a voracidade feroz dos homens louros do norte destruiu quanto havia em torno de Lisboa: hortas e pomares, villas, cazaes e granjas. Dentro da cidade escasseiavam os mantimentos, e bandos de soldados fugiam com fome: do alto dos muros, os que ficavam perseguiam-nos com surriadas de pedras. Os gastadores minavam, atulhando a sapa com lenha cortada nos arredores: no dia decisivo, o fogo, consumindo esses transitorios esteios, roubaria a base ás muralhas. Os italianos construiam uma grande torre, que ficou terminada em meiado de outubro, quando a resistencia de Lisboa tocava o extremo. Queimaram-se os robles da sapa, assestaram-se os tiros, prepararam-se as columnas de soldados, e deu-se o assalto, logo que se ouviu o estrondo de um panno inteiro das muralhas que se derrocava do lado do oriente.

Lisboa capitulou. Os Cruzados cevaram o amor do ouro, da prata, e das mulheres formosas, *(auri et argenti et pulcherrimarum fœminarum voluptas)* que os levava á Syria; e Affonso Henriques tomou posse da cidade. As fortalezas satellites de

Lisboa não podiam resistir: Cintra, Palmella, e Almada caíram em curto espaço nas mãos dos vencedores.

A base geographico-maritima de Portugal estava ganha para não mais se perder; e se o rei fôra o author do facto da separação, era o rei quem todos os dias ia adiantando a obra de uma independencia positiva e formal. Lisboa não valia menos, para tal fim, do que a protecção de Roma.

Esses dias de Zamora e de Lisboa (1143 e 47) marcaram o apogeu do reinado do primeiro monarcha portuguez. Batido em Badajoz pelo genro leonez (1169), foi-o tambem nas suas novas conquistas, pelo sarraceno (1161-71). Affonso Henriques não era já o mesmo homem: a edade quebrára-lhe o vigor de outros annos; e o perdão de Badajoz e as armadas dos Cruzados deviam ter quebrado tambem a cega confiança que punha nos seus recursos e habilidades. Via que no coração dos homens podia haver mais do que ambição e manha; e na arte da guerra processos mais valiosos do que a escada e o punhal, a *razzia* e o assalto nocturno. Taes observações, acompanhadas pela ferida do joelho que o conservava tolhido roiam o velho capitão no seu antro de Santarem (1171).

O enthusiasmo da tomada de Lisboa tinha-o impellido a proseguir, aproveitando a commoção triste dos vencidos e o apparecimento do novas frotas que agora, christan Lisboa, demandavam o Tejo, para refrescar, nas suas viagens para a Palestina.

Al-Kassr, ou Alcacer-do-Sal, era, para além de Lisboa, o centro estrategico da linha de defeza do Alem-Tejo, que guardava Chelb ou Silves. Logo

depois de rendida Palmella, Affonso Henriques, confiando demasiado nas proprias forças, investira, só e ao modo antigo, o castello de Alcacer, mas fôra cruelmente vencido (1151). Annos depois, vale-se do auxilio de uma frota ingleza, sem conseguir render a desejada praça (1157), que afinal cáe perante o ataque combinado das forças portuguezas e alliadas da Cruzada de 1158. Evora e Beja cedem tambem por essa occasião; e dir-se-hia que Silves, desguarnecida da sua linha de fortalezas fronteiras, ia caír rapidamente nas mãos do afortunado principe.

Não era, porém, assim. Essas successivas conquistas das praças do Alemtejo não tinham a importancia decisiva que tivera a de Lisboa. Levantadas como pontas de rocha isoladas, no meio dos vastos campos desolados, as praças do Alemtejo offereciam aos guerreiros abundantes prezas; e por isto os Cruzados de tão boa vontade paravam aqui, a preludiar na Hespanha o programma feito para a Syria. Saqueadas, incendiadas, porém, ou arrazadas, o seu valor para o reino era por certo lado pequeno ou nullo. O rei não dispunha de forças bastantes para guarnecer tão numerosos castellos e tão dilatadas fronteiras. Já para conseguir manter a linha do Tejo, tivera de doar ás ordens monastico-militares estrangeiras (Hospital, Templo, Santiago) as praças rayanas de Thomar, de Palmella, de Leiria. Os territorios despovoados e nús não vinham augmentar-lhe o numero de soldados, nem a riqueza. Para que isso succedesse era mister que a paz e o tempo fomentassem o desenvolvimento natural das forças economicas. Assim, desde que as armadas dos Cruzados, abarrotadas de prezas, largavam a bahia do Tejo, Affonso Henriques, tornando a achar-se a sós com

os seus recursos militares, era forçado a abandonar as conquistas avançadas do Alemtejo. Annos havia, tomára e deixára Beja; e agora (1158), das praças conquistadas, apenas guarnecia e conservava Alcacer.

Estas campanhas do Alemtejo estão perante Silves como, antes, as da Estremadura perante Lisboa: emquanto o sarraceno pisar o Algarve, serão precarias todas as conquistas n'este largo trato de terreno devastado que não poderá nutrir-se e prosperar, emquanto não estiver ao abrigo das invasões. Porque não foi Affonso Henriques cair directamente sobre Silves, aproveitando-se de alguma esquadra de Cruzados, em vez de consumir as suas forças na empreza esteril das correrias, conquistas e saques das praças do Alemtejo? Porque evidentemente lhe faltava a larga vista das aguias dominadoras, tendo só o que é commum a todas as aves de rapina: o ataque fulminante, e a garra cheia de força e tenacidade.

Depois de saquearem Alcacer, os Cruzados tinham partido; e a noticia dos successivos desastres dos ultimos onze annos decidira os almuhades (1) a tratar seriamente de pôr cobro aos progressos de Affonso Henriques. Invadem o Alemtejo; e junto de Alcacer, seis mil portuguezes mortos, o exercito desbaratado, decidem a perda de todo o Alemtejo (1161) pondo em perigo Lisboa. Os sarracenos chegaram a tomar Palmella e Almada, mas julgaram prudente abandonar esses pontos destacados na peninsula de entre o Tejo e Sado. Desde que outras emprezas obrigaram a retirar o exercito almuhade depois de fortificar Alcacer, já Affonso Henriques, e os seus discipulos em aventuras po-

(1) *Taboas de chronologia*, pp. 43 e 271.

diam á vontade recomeçar as correrias e assaltos. Effectivamente, em 1162, um troço de burguezes toma Beja por surpreza; e em 1166 um bando de salteadores, com Giraldo á frente, de escada ao hombro, punhal nos dentes, entra uma noute em Evora, que saqueia e atulha de cadaveres. Eram portuguezes? eram sarracenos? eram de uns e d'outros; eram uma das muitas companhias de bandidos que batalhavam por conta propria, sem noção de patria a que pertencessem, nem de religião que seguissem. Tinham por culto apenas a ladroagem, e adoravam o deus do estupro, do saque, da matança. Eram de todas as nações; e falavam uma algaravia, mosarabe nos christãos, *most*'latina nos musulmanos — uma lingua franca.

Affonso Henriques não podia socegar vendo essas façanhas. Eil-o outra vez a cavallo, Alemtejo em fóra, a correr charnecas e arremetter cidades: Moura, Serpa, Alconchel, e, internando-se pela Estremadura hespanhola, Caceres e Tordjala, ou Trujillo (1166). Essa era a sua paixão, o seu furor. Que importa, se, apenas voltava costas, logo se erguia de novo a bandeira musulmana nas muralhas que escalára á traição? Elle tambem voltaria, no verão seguinte, a repetir a sua façanha. E assim, por falta do genio militar do conquistador, as scenas repetiam-se, os castellos passavam successivamente de mão em mão, e portuguezes e sarracenos apenas podiam chamar seu ao terreno que actualmente pisavam. Se as forças proprias do portuguez lhe não consentiam outra cousa; se, sem o auxilio dos Cruzados, não podia abalançar-se á empreza de Silves, melhor fôra sacrificar a paixão ao interesse proprio, consolidando o dominio, do que pôr em perigo o Portugal cistagano, por consumir de um modo esteril as forças militares do novo reino nas

correrias transtaganas. O rudo capitão não tinha porém intelligencia para tanto: a correria arrastava-o, a presa seduzia-o, e a guerra governava-o a elle, em vez de ser elle quem governava a guerra. Sem plano fixo, á tôa, á aventura, internára-se até Trujillo e queria tomar Badajoz, invadindo territorios que, apesar de sarracenos, eram vassallos do visinho monarcha de Leão. A sua loucura teve a sorte de todas as loucuras; e já o vimos coxeando e duplamente ferido, no joelho e nos brios, caminhar a esconder a sua vergonha em Santarem (1169).

O desastre de Badajoz devia ter soado por todo o Al-gharb, onde as correrias e façanhas do bando de Affonso Henriques espalhavam a angustia e o terror; e o musulmano, inimigo por patria e religião, não devia ao bulhento principe a generosidade magnanima do genro leonez. Um novo e poderoso exercito transpõe o Tejo, e vem cercar o ferido em Santarem (1171). Acode-lhe Fernando II que, como verdadeiro rei, sabia calar os resentimentos pessoaes, deante de um perigo commum para todos os principes christãos da Peninsula. Duas vezes salvo pelo genro que o vencera; humilhado, abatido, ferido e velho, Affonso Henriques já não é o irrequieto soldado de outros tempos. Santarem que ganhára por esforço proprio, escalando os muros, era o seu tumulo. Ahi n'um leito gemia dores de muitas especies: todo o Alemtejo estava perdido; e agora (1184) Jussuf, o grande émir de Marrocos, vinha em pessoa, dirigindo o exercito, cercal-o outra vez. Acudiria o genro outra vez a salval-o? Cinco annos havia que o exercito musulmano passeiava triumphante pelos seus reinos. Não pudera entrar em Abrantes, mas tinha destruido Coruche, que era para a defeza de Lisboa e da linha

do Tejo, como fôra Leiria para Coimbra e para a linha do Mondego. Evora apenas resistiria ás invasões, que tinham levado Alcacer e Serpa, Beja, Moura, Jerumenha e todo o Alemtejo (1179-82). Como o javali, encerrado no covil e perdido, o guerreiro contava as horas, e antecipadamente sentia o penetrar das lanças nas suas carnes abatidas pela edade, e o quebrar dos seus ossos tão rijos ainda, mas mal governados pelos tendões flacidos. Chorava; talvez se arrependesse dos seus erros. Feliz porém mais uma vez, os acasos imprevistos concorriam para o salvar. A' magnanimidade do genro devera o não ter ido acabar n'alguma masmorra escondida nas montanhas das Asturias; e a esta circumstancia, verdadeiramente excepcional, de um principe generoso, devera tambem o salvar-se do primeiro cerco. Em vez de Fernando, que não acudiu agora, veiu em seu auxilio a sorte que matou o émir de Marrocos, e espalhou uma peste no meio do exercito almuhade.

Levantou-se o cerco, Affonso Henriques pôde respirar ainda livre os ultimos annos da sua já acabada vida.

O pensamento que elle não soubera ou não pudera realisar, coube ao filho e herdeiro pôr em pratica. O modo serio de conquistar o Alemtejo era ir com os Cruzados, por mar, investir Silves. Logo que Sancho I herdou o reino, e desde que appareceu no Tejo a primeira armada, decidiu-se levar a cabo a empreza. Já então havia uma frota portugueza; e se á constituição geographica do corpo da nação faltava a metade meridional, o coração, Lisboa, pulsava já independente e vivo; os na-

vios da primeira expedição do Algarve são d'isso a prova. Abria-se agora uma segunda epocha; e, ou filha do genio do monarcha, ou proveniente da expansão natural das forças nacionaes, ou resultado das duas causas combinadas, o facto é que, entrados n'uma segunda edade, respiramos um ar diverso, observamos um typo differente e uma nova phisionomia da nação.

Consolidam-se as conquistas, povoam-se e fortificam-se as villas, começa a esboçar-se a administração, abandona-se a guerra de escada e punhal. Ha um pensamento na politica e uma idéa nas campanhas. Sancho I é já um rei: Affonso Henriques fôra como um bandido, á imitação de Pelayo.

O districto de Chenchir ou Al-faghar — assim os arabes denominavam o nosso moderno Algarve, — era o que é hoje ainda: um jardim estendido sobre a costa, e apoiado contra um muro de serras que o defendem dos ventos do norte. A guerra não conseguira mirral-o, como succedeu á costa da Berberia, fronteira. Retalho da Africa, scindido pelo mar do Calpe, no Algarve tinham os arabes achado um pedaço da sua patria. O clima, a flóra, não eram bem europeus; e quem, nos fins do XII seculo, visitasse Silves, ou Chelb, dir-se-hia transportado a uma cidade oriental. D'entre as varias raças que tinham vindo á Peninsula, foram os arabes do Yemen que principalmente a povoaram. Chelb ao sul, Hayrun (Faro) mais ao norte, eram as duas cidades principaes do Al-faghar; mas a primeira excedia em muito a segunda. Contava cerca de trinta mil habitantes, era opulenta em thesouros e formosa em construcções. Davam-lhe a primazia entre as cidades da Hespanha arabe. Vestida de palacios coroados pelos terraços de marmore, cortada de ruas

com bazares recheiados de preciosidades orientaes, cercada de pomares viçosos e jardins, Chelb era a perola de Chenchir, onde os prodigos da Mauritania vinham gosar com as mulheres formosas, de puro sangue arabe, os seus ocios luxuosos. Era ao mesmo tempo uma praça temivelmente fortificada.

Quando pela primeira vez as armadas combinadas, dos portuguezes e dos Cruzados, appareceram na costa de Al-faghar, Chelb intimidou os guerreiros frisios e dinamarquezes, a ponto de lhes dominar a avidez com que namoravam uma preza de tamanho quilate. Não se atreveram a atacar, limitando-se a tomar Albur (Alvôr), e retirando com um saque abundante.

Para os Cruzados, homens louros do norte que, sob a ingenuidade azul dos olhos, escondem uma crueldade fria e pratica e um desvairado appetite dos gosos vedados aos climas setentrionaes, a empreza de Chelb tinha o valor da riqueza a roubar, das bellas mulheres, d'esse Oriente mysterioso e seductor, a gozar sobre os leitos de sedas da India ou nos fôfos tapetes da Persia. Eram voluptuosidades que antegostavam; calculando ao mesmo tempo os thesouros de pedrarias, os marfins, os estofos preciosos, a myrrha, o incenso, os metaes reluzentes, com que voltariam ás suas agrestes serras, ás suas costas algidas, deslumbrar as noutes veladas á luz baça da candeia, de azeite de phoca. Positivos e praticos ao mesmo tempo, mediam bem o impossivel da aventura, e por isso preferiram á temeridade de atacar Chelb, a modestia de saquear Albur. Bastava-lhes o que levavam.

Não succedia outro tanto a Sancho I. A conquista do Al-faghar tinha para elle um alcance

maior. E os portuguezes mais familiarisados com as seducções dos costumes arabes, menos sensiveis ás tentações da carne, mais abertos aos arrebatamentos da paixão, como todos os homens do sul, tinham um proposito mais firme e intenções diversas.

Logo depois da primeira tentativa frustrada no proposito essencial, appareceu no Tejo uma segunda e mais poderosa armada de guerreiros do norte. Decidiu-se então a conquista de Silves. Sancho e as tropas portuguezas iriam por terra, atravez do Alemtejo, investir a cidade pelo norte, cortando os soccorros de Alcacer e das demais praças transtaganas: emquanto as armadas combinadas iriam por mar e, subindo a ria de Silves, poriam o cerco pelo sul, apoiando-se nos navios.

Silves, collocada n'uma eminencia e defendida por fortes muralhas, em cujo recinto, no coração da cidade, se erguia a almedina ou alkassba, estava ligada a uma torre albarran por uma couraça. A torre defendia uma vasta cisterna que dava agua á cidade: conquistal-a seria, portanto, o preludio do cerco. Desembarcados, os Cruzados começaram por assolar os arrabaldes, destruindo quintas e casaes, trucidando os tardivagos, incendiando e roubando, segundo a regra invariavelmente seguida n'estas emprezas. Quando em torno dos muros não havia mais do que destroços, ruinas e cinzas, atacaram a torre albarran. Foi em 21 de julho de 1189, esta primeira tentativa frustrada. Em 29 chegou por terra el-rei Sancho, cerrou-se o cerco, e prepararam-se os meios do ataque decisivo. Os sitiados, no desespero, açulavam o furor e a cubiça dos inimigos com insultos e crueldades. Nas ameias da torre albarran penduravam pelos pés os prisioneiros christãos; e alli, em frente do exer-

cito, como exemplo e ameaça, matavam-nos ás lançadas. Era ardente o furor, incansavel o trabalho. Estavam preparadas e promptas as machinas de guerra: começaram os assaltos. Os allemães tinham montado um vae-vem coberto, cujas pontas de ferro trabalhavam impunemente na derrocada dos muros: era a *origa* dos gregos, a *testudo* de Vitruvio, o *ericius* das guerras dos romanos, em portuguez *ouriço* — uma catapulta couraçada contra as massas de estopa a arder em azeite que sobre ella os defensores vasavam. Muitas torres, numerosos trons batiam os muros e levantavam os sitiadores á altura das ameias. A albarran caíu por fim, entulhou-se a cisterna. As fontes dos pateos ajardinados de Chelb deixaram de correr, e a sêde veiu auxiliar as machinas e as armas dos christãos. Os musulmanos, fortificados na almedina, resistiam, comtudo.

O cerco entrava desde esse momento n'uma phase nova. Os assaltos repetiam-se, infructiferos, e a alkassba parecia intomavel. Soccorreram-se ás artes dos mineiros de Italia; mas os arabes eram egualmente mestres na engenharia. As galerias subterraneas cruzavam-se, encontravam-se, rompiam-se. Fatigados de pelejar em vão, á luz de um sol abrazador, transferiram os combates para o coração da terra. Os gastadores eram soldados, e rijas batalhas eccoaram n'essas galerias. A lenha accumulada ardia presa do fogo; e á luz das chammas, buscavam-se, um a um, os inimigos, ferozes como tigres, punhal ou alfange em punho, e estrangulavam-se, despedaçavam-se, como feras. O crepitar do fogo acompanhava as imprecações roucas, e nos olhos havia mais chammas do que nos montes de troncos e ramos incendiados. O sangue corria dando á lama das galerias subterraneas

a côr do barro com que em tempos mais felizes os arabes ladrilhavam os seus eirados alegres e os seus pateos ajardinados.

A furia dos combates era excitada pelos calores da sêde. Os sitiados ardiam em febres. Viam-se nús estendidos sobre as lages das ruas, sobre os ladrilhos das casas, para refrescar a pelle. Comiam o barro do chão. Estorciam-se, desesperados, e morriam pelas esquinas. As ruas deixavam apodrecer os cadaveres, e as mães engeitavam os filhos, quebrando-lhes os craneos tenros contra as umbreiras das portas.

Nos sitiantes a furia era outra. Durava já um mez o cerco, e não fôra para tão demorada campanha que os Cruzados tinham vindo. A alkassba não caía! os perros musulmanos não se rendiam! Entretanto elles, Cruzados, iam morrendo de feridas, de insolações; e o despojo promettido não chegava. Não podiam perder assim o seu tempo. Isto diziam uns; outros não queriam abandonar o trabalho gasto, e despedir-se de uma presa meio conquistada. Sancho I, desanimado, pensou em retirar. Então rebentaram as iras; porque a segunda opinião vencera no animo dos Cruzados. Quasi chegaram ás mãos, os portuguezes e os homens louros do norte. Finalmente a alkassba rendeu-se nos primeiros dias de setembro; mas isso deu logar a novas rixas. O rei queria uma cidade, e não um despojo. Os Cruzados queriam o contrario. Sancho offereceu pagar-lhes o valor da presa; os Cruzados recusaram. Havia uma cousa que o rei não podia pagar com ouro: era o delirio do saque, a orgia das matanças e dos estupros. Esses ferozes caçadores de mouros queriam retoiçar-se pelo interior das alcovas mysteriosas, e enterrar os braços nas arcas dos thesouros, ensopar em sangue as

almofadas macias sobre que iam abraçar as morenas filhas do Yemen.

Cevados, partiram logo. Sancho pedia-lhes que acabassem a empreza, tomando Hayrun. Recusaram; não queriam arriscar os lucros, e estavam turgidos de goso. Só ambicionavam tornar á patria, para contar os seus feitos, e depôr aos pés das louras e ingenuas donzellas do norte, de suas noivas e de suas filhas, os collares, os brincos, as manilhas de ouro arrendado, que tinham roubado nos leitos, com a honra e a vida, ás filhas de Mafoma.

Sancho I, não podendo seduzil-os, nem convencel-os, desistiu da empreza; e deixando Silves guarnecida, e occupado o oeste do Algarve, retirou para o norte. Afim de consolidar a conquista, tomou Beja. Mas, emquanto o velho Faro se conservava em poder do sarraceno, não devia o rei portuguez considerar seu o Al-faghar.

Effectivamente durou pouco o primeiro dominio portuguez no extremo sul do reino. Quando o filho de Jussuf, Jacub, chegou a soccorrer Chelb, já a cidade estava perdida; e elle não soube ou não pôde retomal-a. Vingou-se irrompendo pelo reino; e, galgando o Tejo, assolou a Estremadura toda, pondo cerco a Thomar. Tampouco soube ou pôde vencer, e retirou-se; mas para voltar no anno seguinte. Então Silves caíu de novo em poder do sarraceno (1191) que, victorioso, tomou Beja, e na sua *gaswat* fulminante, veiu ameaçar Lisboa, desde os muros de Almada, conquistada.

Portugal recuava outra vez aos limites do Tejo; porém Silves, embora perdida, indicava o futuro

inevitavel d'este longo e mortifero duello. O rei occupava-se em consolidar os seus Estados, povoando, e organisando a administração. Na impossibilidade de levar a cabo a conquista do Al-faghar, enfraquecido militarmente o reino pelas correrias, desilludido sobre a efficacia do auxilio dos Cruzados, abandonou com razão o systema das álgaras e surprezas. com que, sem conseguir manter-se um dominio estavel, se extenuavam as forças vivas da nação. O seu governo sabio preparou as decisivas emprezas posteriores.

A primeira d'essas foi a tomada de Alcacer em 1217. No tempo de Affonso II já os portuguezes se tinham achado na batalha das Navas de Tolosa (1212), em que os principes christãos da Peninsula, tomando uma cruel desforra do desastre de Alarcos, deram o ultimo golpe no dominio sarraceno. Affonso II não tinha amor pela guerra. O lado organisador e administrativo do governo de seu pae imprimira-lhe paixões pacificas. Instigava-o ainda mais a sua avareza natural, e a condição dura em que a fraqueza dos ultimos annos de Sancho I o collocara, por ter doado o reino inteiro, thesouros e castellos, aos nobres e ao clero. Affonso II não quiz tomar parte da empreza de Alcacer, porque andava occupado a reivindicar para si o reino.

Kassr-al-Fetah, Castello-da-porta ou da entrada, se dizia essa chave do Alemtejo; e sem a posse de um tal ponto estrategico, eram vans as tentativas de consolidação do dominio portuguez ao sul do Tejo. Castello sobre todos nocivo, chamam-lhe as memorias coevas, (*Castrum super omnia castra nocivum*, GOSUINI CARMEN) porque d'ahi iam annualmente para Marrocos cem prisioneiros christãos, arrebatados aos territorios fronteiros até Lisboa, nas álgaras de todos os annos.

Com o auxilio de uma forte esquadra de Cruzados, Alcacer ficou definitivamente em poder dos christãos no meiado de 1217. Nove annos depois, Sancho II, em quem renascia o espirito guerreiro dos avós, recomeçou a conquista do Algarve, caminhando ao longo da fronteira de leste, valle do Guadiana abaixo, e tomando successivamente Elvas, Serpa, Moura, Mertola, Ayamonte, Tavira e Cacella, que os arabes denominavam Hisn-Kastala (1226). As deploraveis pendencias que lhe roubaram a corôa não deixaram a Sancho II consummar a conquista do Algarve, que no meiado do XIII seculo cáe por fim (1249), obscuramente, em poder do usurpador da corôa fraterna, Affonso III.

Consolidada a separação, constituido geographicamente o paiz, resta-nos agora observar os movimentos internos da nação; para vêrmos como dentro d'ella se affirma a independencia, só plena e cabalmente definida, porém, na crise que poz termo á dynastia de Borgonha.

III

A monarchia e a justiça

«D. Diniz foi um aváro, Affonso IV um homem de juizo, Pedro I um doido com intervallos lucidos de justiça e economia.» Assim A. Herculano caracterisa os tres monarchas, a quem já fôra concedido reinar sobre Portugal integralmente constituido, dentro dos limites das suas fronteiras actuaes. Mas que eram então um rei e um reino?

Errada idéa formará d'essas epochas aquelle que não puder desprender-se das impressões resultantes de periodos mais proximos de nós. Foi só desde o xv seculo que o desenvolvimento das nações peninsulares permittiu aos reis começarem a ter consciencia do caracter juridico-social do seu cargo (1). Até ao xiv seculo, os Estados peninsulares, ou — limitando-nos agora ao campo exclusivo das nossas observações — Portugal, não merece propriamente o nome de nação, se a este vocabulo dermos o valor moderno. As comparações illustram superiormente a historia; e em nossos dias temos exemplos de similhança quasi absoluta. Esses principados slavos, onde a occupação da Turquia jámais deixou de encontrar resistencias, são como foram a Hespanha. O Montenegro reproduz as tradições das Asturias, ninho dos bandidos de Pe-

(1) V. *Hist. da civil. iberica*, (3.ª ed.) liv. III, 4.

layo; a Servia ou a Herzegovina, em cujas campinas, avassalladas pelo turco, as quadrilhas dos indomitos montanhezes veem periodicamente fazer as suas razzias, são como foi Portugal. A historia repete-se ainda na independencia final, ganha pela irradiação do fóco de resistencia invencivel.

Regiões fadadas a tal existencia não podem ser propriamente nações: não attingiram esse momento de existencia collectiva, não sairam dos periodos preparatorios da organisação. O processo tem, n'este caso, dois graus caracteristicos. Primeiro apparece o bando, depois a familia. O rei é o chefe dos bandidos, antes de ser o protector, o pae, dos seus subditos. Se a guerra é antes um systema de rapinas do que uma successão de campanhas, a justiça é tambem mais a expressão arbitraria de um instincto, do que a applicação regular de um principio. A sociedade que se desenvolve de um modo espontaneo, á lei da natureza, vae successivamente definindo as idéas collectivas, á maneira que progride na serie das fórmas evolutivas do seu organismo (1).

A substituição do principio da justiça — no qual incluimos as relações entre individuos, e entre classes e instituições — principio militar, marca o momento da primeira transformação que é a passagem do organismo do bando para a fórma social primitiva: a familia nacional, cujo pae ou patriarcha é o rei.

A loucura de D. Pedro I vale, portanto, a nosso vêr, tanto como o bandidismo de Affonso Henriques. Os dois reis são os dois typos — da guerra e da justiça. Assim como a primeira era selvagem e feroz, assim a segunda é irregular, cheia de capri-

(1) V. *Instit. primit.*, pp. 233 e segg.

chos e arbitraria. Mas se Affonso Henriques foi o chefe do bando, D. Pedro I é decerto o *pae* da familia portugueza.

O seu furor justiceiro não é mais louco, do que o furor guerreiro do primeiro rei. Tentámos esboçar a phisionomia d'essa epocha primitiva; buscaremos agora, indo beber á fonte limpa das chronicas mais proximas, accentuar as feições do segundo periodo. Na guerra não havia regra, nem planos: era uma correria solta. Na justiça não ha processos, nem garantias: é o dominio livre do capricho. Mas se, n'um caso, a bravura engrandecia e a victoria exaltava os actos do bandido, no outro, a rectidão dava força, e a protecção paternal coroava as decisões do *kadi*. O rei é o grande Juiz da familia portugueza: a sua vontade é lei, as suas sentenças são oraculos (1).

A justiça de Pedro I caracterisa-se, pois, para nós, com o merecimento de um typo, da mesma fórma que a guerra de Affonso Henriques. São tambem os dois individuos symbolicos, por isso mesmo que são como que doidos. As phisionomias dos outros reis esbatem-se mais no fundo do quadro, confundem-se de um modo mais ou menos completo na massa dos sentimentos do povo; e os seus actos acompanham o desenvolvimento das forças e instinctos collectivos, sem os dominarem de uma fórma superior e typica. O leitor perspicaz não esquece que estas apreciações excluem a do merecimento individual das pessoas. Sancho I tem uma bella vida tristemente rematada n'um torpor de fraqueza. Affonso II tem uma phisionomia commum e antipathica, sem nobreza, mas forte e penetrante. Sancho II possue muito do seu predeces-

(1) V. *Instit. primitivas*, pp. 137-47.

sor em nome. Affonso III destaca-se pela educação franceza, que lhe ensinara a dissimulação, a perfidia, de mãos dadas com o bom-senso governativo. Diniz é um aváro; Affonso IV é um homem de juizo, no dizer de Herculano. Todos reunidos, porém, n'um grupo, formam um corpo de phisionomias indecisas ou communs: são mais ou menos guerreiros, são pessoalmente melhores ou peiores, o que á historia importa pouco; são bons ou maus administradores da republica, seu patrimonio, cuja riqueza fomentam, acompanhando o desenvolvimento natural da sociedade.

No principio e no fim d'esta serie estão, porém, os dois individuos typos, os dois loucos—um, phrenetico, brandindo o punhal mortifero; outro, carrancudo e féro, empunhando o latego do algoz e a vara de juiz, ou risonho e folgasão, dançando e cantando nas ruas no meio da sua familia, como um pae.

Pedro I tinha a paixão da justiça: era n'elle uma mania, como em seu avô o fôra a guerra. Não prescindia de julgar todos os delictos. Os criminosos vinham á côrte, desde os remotos confins do reino. Quando algum chegava, manietado, e o rei comia, levantava-se pressuroso da meza, e trocava a vianda pela tortura. Prazia-se em ajudar e dirigir os algozes; indicava os expedientes e processos para obter a confissão dos réos. Nunca abandonava o açoute: enrolado á cinta em viagem, tomava d'elle, e por suas mãos castigava o facinora que no caminho lhe traziam. Os adulteros mereciam-lhe um odio especial: jámais lhes perdoava. D. Pedro tinha um escudeiro, Affonso Madeira, ***luitador e travador de grandes ligeirices***, a quem embora amasse ***mais que se deve aqui dizer***, o rei mandou castrar, porque peccou com Catarina Tosse. — O rapaz engrossou e morreu depois da

sua natural door. Certa mulher era infiel ao marido, que nem por isso se offendia: offendeu-se o rei, e mandando-a queimar, respondeu ao esposo desolado que lhe devia alviçaras pelo ter vingado. Havia um homem casado, com filhos, mas que antes da boda forçara a mulher. Roussou? morra. Enforcou-o, entre os choros e supplicas da esposa e dos filhos. O seu odio aos peccados da carne perseguia com furor as alcouvetas; e as feiticeiras não lhe mereciam menos cuidados.

Quando o tomavam os ataques da furia justiceira, a gaguez fazia ainda mais terrivel a expressão da sua phisionomia. A fala não lhe deixava traduzir bem as cóleras; e rubro, grosso, agitando o latego, n'um delirio, mettia espanto. Os gagos, porém, teem isto de particular: tanto o defeito accrescenta ao horror na furia, como põe nas horas mansas o quer que é de bonhomia quasi ironica. Era assim D. Pedro. Caçador tenaz, descansava do officio de juiz nas corridas do monte, seguido pelos moços com os nebris e falcões, e pelas matilhas de caens. Então o seu rosto aplacava-se, e era benigno, bemfazejo, liberal, folgasão. *Foi grande criador de fidalgos.* Glotão, passava horas esquecidas á meza, onde a vianda era em grande abastança.

Punir os maus, enfrear os fortes, «querendo fazer graça e mercê ao nosso poboo» era o seu constante desvelo paternal. Nas côrtes que reuniu em Elvas (maio de 1361) vê-se pelas respostas aos capitulos dos povos como o seu governo era protector. Queixavam-se os conselhos de que as casas dos mestres das ordens, dos bispos e priores, dentro das villas, caíam em ruinas; e o rei decide de um modo simples: *filhem* as nossas justiças aos proprietarios o que fôr necessario para as obras.

Filhem mais, para as pôr em grangeio, as herdades e vinhas ermas. Os ricos-homens veem ao concelho e pousam em casa de mulheres honestas, perdendo-lhes a reputação; pousam nas adegas e nos celleiros de trigo, e fazem d'elles cavallariças, allega o povo — e o rei ameaça o fidalgo que assim fizer. O clero, isento como estava dos serviços militares da hoste ou do appellido, recusa-se a acudir na hora de um perigo imminente? Que os clerigos acudam com os leigos, diz o rei, quando haja fogo ou inimigos.

Mas o «nosso poboo» ás vezes exige de mais, como uma creança que se sente adorada. Modere-se: o rei é um pae, mas o pae é um juiz, sempre benigno e amoravel porém. Quando recusa, não se vê arrogancia, apenas uma reserva prudente: «mostrem e declarem aquello em que lhis vam contra seus foros, graças e mercees que ham e que nos lhas faremos guardar.» Exigir que as meretrizes e barregans andem estrèmadas pelo trajo, é querer muito n'essa Edade-média prostituta e adultera, faminta e leprosa, que vive de carnalidades, violencias e feiticerias: «Tragam suas vestiduras como as poderem aver, porque perderiam muito em os pannos que teem feitos e nos adubos que em elles tragem.» Mas quando o povo se queixa do que soffre com os serviços militares, obrigado o villão a ter cavallo e armas desde que possue uma certa *quantia* de bens, o rei attende e ordena que não sejam quantiados a nenhum os pannos de seu vestir e de sua mulher até dois pares, nem as roupas de suas camas.

Sobre a cabeça do povo humilde pesam duas ameaças constantes: o nobre com a sua violencia, o judeu com a sua manha. O fidalgo e o onzeneiro são a desgraça da gente, a perdição das fi-

lhas e a ruina das searas. Quem nos protegerá senão o rei? Se o judeu onzenar, responde este, «nós o mandaremos matar e lhe tomar quanto houver.» Mas ninguem se atreva com elle, a não ser a justiça, que anda sobranceira a todos, a tudo. De uma vez D. Pedro mandou matar dois escudeiros por terem roubado a um judeu; e se tambem cortou a cabeça a outro, dos bons, de Entre-Douro-e-Minho, por ter partido os arcos de uma cuba de vinho a um pobre lavrador, foi elle o proprio que mandou degolar o sobrinho do alcaide de Lisboa por depennar as barbas a um porteiro.

A justiça havia de ser tremenda quando os costumes eram barbaros, corruptos e ingenuos ao mesmo tempo; quando o incesto, o adulterio, o assassinato, o estupro, o roubo, e essa offensa extravagante da merdinbuca *(stercum in ore)*, tão frequente nos foraes, acompanham as linhagens das familias e enchem as paginas das cartas dos concelhos. (1) O juiz não será um algoz, mas é mistér que seja um tyranno; e o symbolo da justiça não está na balança com o seu fiel sensivel, mas antes na espada e no latego, na furia e no amor, no capricho benevolente e na sanha vingadora de um rei temido como foi D. Pedro.

Assim como a sua justiça era, pois, destituida de magestade, assim o eram as suas folganças. Dir-se-hia um rustico feito rei; e acaso por isso o povo o amava tanto. Não tinha distincções, nem delicadezas, no sentimento, nem no trato. Em tudo era brutal. Se confundia em si o juiz e o algoz, as suas festas eram *kermesses* extravagantes e ple-

(1) V. para os usos judiciaes, etc., na Edade-média portugueza, o *Quadro das Instit. primit.*, pp. 17-18, 154, 163-4, 170-1, 175-6 e 181-205; e *Regime das Riquezas*, pp. 172-4.

beias. Os instinctos aristocraticos e as fórmas da cortezia nobre, os torneios, as lanças, não tinham n'elle um amador. Era um democrata, um *tyranno* á moda antiga, em cujo espirito encarnara toda a brutalidade popular: por isso mesmo era adorado! Os seus castigos terriveis, passando de bocca em bocca, faziam-lhe um pedestal de força; e as suas continuas folganças populares cimentavam essa força com o amor intimo que nos merece quem tem comnosco a irmandade de gostos. O povo via-se rei na pessoa de D. Pedro.

Quando voltava em bateis de Almada para Lisboa, a plebe lisboeta saía a recebel-o com danças e trebelhos. Desembarcava, e ia á frente da turba, dançando ao som das *longas* (trombetas) como um rei David. Estas folias apaixonavam-no quasi tanto, como o seu cargo de juiz. Por ellas chegava a fazer loucuras. Certas noites, no paço, a insomnia perseguia-o: levantava-se, chamava os trombeteiros, mandava accender tochas; e eil-o pelas ruas, dançando e atroando tudo com os berros das longas. As gentes, que dormiam, saíam com espanto ás janellas, a vêr o que era. Era o rei. Ainda bem! ainda bem! que prazer vel-o assim tão ledo! — Vestiam-se todos á pressa, desciam ainda tontos de somno; e as ruas, um momento antes silenciosas e negras, brilhavam com as luzes, e tinham o clamor da multidão em vivas e o movimento das danças universaes.

Era uma loucura? Seria. A Edade-média é uma vertigem. O povo, afflicto pelas miserias do mundo e pelos terrores do céo, vivia n'um sonho feito de dôres positivas e de medos transcendentes: rodopiava n'um *sabbath*. Deus abençoe o rei que nos defende por sua mão! que vem comnosco bailar ás noites por essas ruas lugubres! que persegue

os incantadores e feiticeiras! E' o nosso justo juiz, o nosso bom pae, o nosso amigo e irmão: adoremol-o!

Não eram só justiça e festas que o rei lhes dava: era pão. Sabio administrador, juntava grandes thesouros; e esta noticia augmentava, ao medo e ao amor, o respeito por um rei tão bom. A brutalidade e o egoismo dos costumes medievaes traduzia-se a miude n'um flagello terrivel — a fome, de que o pobre povo soffria sempre mais ou menos. A fome e as guerras geravam pestes. A primeira metade do seculo XIV fôra uma cadeia de desgraças. «No anno do Senhor, de 1330, diz o livro de Ceiça, foi a pestilencia grande e morreram então em dois mezes cento e cincoenta religiosos.» Os lazaros eram tantos e tão antigos que D. Diniz deixara-lhes em testamento duas mil libras. Em 1333 houve fome, e os mortos já não cabiam nos adros das egrejas, enterrados aos seis em cada cova. No dia de S. Bartholomeu do anno de 1346, tremera a terra a ponto de os sinos tocarem nas torres, pavorosamente, um dobre de finados, annunciando o acabar do mundo. Depois veiu a peste de 48; e em 55, dois annos antes da morte de Affonso IV, foi a secca, havendo outra fome medonha. Da gafaria para a cova, ameaçado por todos, na terra e no céo, o povo infeliz e faminto congregava-se em volta do throno protector, adorando o rei justiceiro e providente, inimigo das pestes, das guerras, das fomes, e sentia-se rico dos thesouros guardados nas torres do castello. Além d'isso, D. Pedro fartava-o. As suas folias não eram só danças e musicas. Quando Affonso Tello foi armado cavalleiro houve uma kermesse monumental. Durante a vigilia d'armas, cinco mil tochas illuminavam as ruas, desde S. Domingos até ao

paço; e o rei, entre as alas de lumes, radioso e bom, na sua gaguez, dançou com o povo a noite inteira. Ao outro dia o Rocio estava coalhado de tendas e montanhas de pão e grandes tinas cheias de vinho. Nas fogueiras, em espetos collossaes, assavam-se vaccas inteiras. Havia de comer para toda Lisboa. O povo exultava, n'esses ágapes da monarchia.

A velha tragedia dos seus amores e da sua rebellião augmentava-lhe ainda as sympathias. O tyranno apparecia, justiceiro e bondoso, sobre o fundo de um azul de amores infelizes que encantavam a alma popular. Ignez de Castro, a sombra de um anjo, coroava-o de além do tumulo. Mas esta piedosa recordação era, na alma do rei, um espinho que o mordia sem cessar. O seu genio cruel pedia vinganças. Entendeu-se com o visinho de Castella, e pôde haver ás mãos dois dos assassinos. O povo não approvou o escambo; e o rei muito perdeu de sua fama, diz o chronista. O castigo dos assassinos foi duro: D. Pedro estava fóra de si, as palavras atropellavam-se-lhe na garganta, e não podendo satisfazel-o as muitas injurias, deshonestas e feias, vingou-se a chicotear os infelizes na cara. A sua colera attingia a ironia soez. Queria cebola e vinagre, para comer o Coelho em molho-de-villão. Por fim mandou que lhes arrancassem, vivos, os corações, a um pelo peito, a outro pelas costas. Gozou-lhes a morte, e acabou vingado.

Pedro I é a viva imagem da Edade-média, politica e domestica. Todos os vicios e todas as virtudes, a fereza e a ingenuidade, os odios terriveis e as amisades espontaneas, sommadas n'um caracter primitivo onde acaso alguma lepra dos vicios civilisados antigos punha nodoas novas, formavam

o caracter d'esse rei que é verdadeiramente um symbolo. Por isso o povo, vendo-se n'elle retratado, o adorou.

A politica da independencia puzera no seio da familia portugueza um membro, cujas arrogancias e pretenções ameaçavam desnortear o fiel da justiça social. O clero aspirava a usurpar a authoridade á monarchia. Além da força que as tradições juridicas lhe davam; além da authoridade espiritual e do espectro das bullas de excommunhão, pavor das almas ingenuamente crentes; além do poderío fundado n'uma riqueza excessiva e na machina absorvente da mão-morta, poço onde caíam as heranças e legados dos rudes batalhadores arrependidos; além de todas as causas geraes, o clero invocava em Portugal um argumento particular: o rei era vassallo, o papa suzerano. Por tal preço obtivera Affonso Henriques um simulacro de sancção juridica para a sua rebellião.

A situação do clero catholico no seio da primitiva sociedade portugueza — e das coevas em geral — resulta de um tal concurso de elementos heterogeneos, que nenhuma das faces do systema dos costumes retrata, melhor do que esta, a confusão cahotica d'esse novo mundo que se formava sobre as ruinas e destroços do antigo. Politicamente, o facto de um poder, superior por ter um fundamento transcendente, estranho ao poder civil, é a primeira causa de conflictos. (1) Perante a Egreja, todos são egualmente subditos, desde o rei até ao infimo dos *viliores*. A base religiosa d'esse poder

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 158 e segg.

consolida-se com a força que dá a riqueza. Os barões, crendo de facto na verdade da revelação, e n'uma outra vida onde hão de ser julgados, teem uma religião feita de medo; e como no fundo são barbaros, vivem na terra á lei da força, remindo com esmolas e legados, á hora da morte, os longos rosarios de crimes. Julgando-se proximos a apparecer perante o supremo juiz, reconhecendo á hora da morte a inutilidade da força e da perfidia perante quem tudo póde e tudo vê, compram o perdão com o fructo das rapinas e dos crimes; e assim formam o alicerce de um poder real, verdadeiro e mundano. Salvos os mortos, os que ficam teem de entender-se com o clero herdeiro; teem de debater por todos os meios a influencia e o poder, para outra vez, á hora da morte, repetirem os actos causadores das luctas que lhes encheram a vida. Por tal fórma se encerra um circulo vicioso que a politica não póde romper, porque a religião o não consente. Desde que as raças germanicas, avassallando o imperio antigo, não tinham podido desenvolver a sua independencia religiosa e acceitaram o christianismo, força era que assim fosse, emquanto os dogmas christãos governassem as consciencias.

N'este sentido é perfeitamente legitima a influencia do clero; e não o é menos por virtude da authoridade que lhe dá o saber, com effeito já pervertido, mas ainda preponderante sobre reis e principes analphabetos. Legitima a sua influencia, historicamente legitima a sua força, o clero, porém, recebia por seu turno a acção reflexa do meio ambiente em que vivia. Era tão aváro, tão feroz, tão barbaro, tão vicioso, como os seculares; e a sua cultura accrescentava ainda, aos defeitos da brutalidade, os da civilisação. As perversidades re-

quintadas, as perfidias subtís tinham n'elle os melhores mestres; e por sua via entravam no corpo de uma sociedade barbara. Os sacerdotes eram os educadores politicos dos principes, quando não eram os seus declarados adversarios. Ensinavam as manhas, a quem apenas sabia commetter os actos brutaes. Aos vicios do instincto sabiam juntar as perversidades da intelligencia.

Se os principes da Egreja influiam de tal modo, a plebe ecclesiastica acompanhava as massas no rodopio lugubre e sanguinario da dança infernal da Edade-média. Os homens da Egreja commettiam todos os crimes. Sacerdotes, habitando os templos e os mosteiros, os seus erros eram outros tantos sacrilegios, pela qualidade dos delinquentes e pela condição do lugar. Roubavam, feriam, matavam, mentiam. Os casados andavam bigamos; os solteiros, publicamente amancebados. Davam o braço ás prostitutas, viviam com ellas, e desfloravam donzellas. Engeitavam os filhos, repudiavam as esposas. Além de criminosos, eram indignos. Faziam-se carniceiros em praça publica, matando e degollando as rezes, vendendo carnes. Eram jograes, tafues, bufões. Escondiam a corôa, deixavam crescer o cabello, e abandonavam o trajo ecclesiastico, para mais á solta poderem abandonar-se aos seus desvarios.

E, obrando taes crimes, desvirtuando por tal modo os legitimos privilegios do sacerdocio e da illustração, não deixavam de reclamar o fôro de uma justiça especial. D'ahi resultava que o rei podia enforcar um réo, por ser secular, e o cumplice ecclesiastico ficava impune. Testemunhas seculares não valiam contra elles, e ecclesiasticas não appareciam, porque o vedava a solidariedade da classe. O desvario era tamanho, que havia quem

chegasse a ordenar-se, unicamente para commetter crimes impunemente.

Juntem-se estes costumes aos costumes bravíos da epocha; junte-se mais a serie de conflictos politicos e economicos, levantados pela condição particular da Egreja; addicione-se a situação especial de vassallo em que Affonso Henriques collocára o throno portuguez — e desde logo se comprehenderão os motivos dos longos e pittorescos conflictos da primeira epoca da historia nacional.

A erudição lançou para o campo das lendas os episodios tradicionaes do tempo de Affonso Henriques; mas a historia não póde desprezar esses traços pittorescos com que o povo retrata, infiel mas typicamente, as tendencias e os costumes. Sabe-se a historia do bispo negro de S. Cruz de Coimbra; e os monumentos remotos contam o que Affonso Henriques, se não fez, poderia ter feito ao legado que veiu de Roma excommungal-o por se ter levantado contra a mãe, pela ter mettido a ferros e não a querer soltar — segundo resa a chronica. Era homem «muy bravo de grande coraçom» o principe a quem a rebeldia do clero irritava. Foi esperar o legado ao Vimieiro, chegou-se a elle, travou-lhe do cabeção, sacou da espada e quizera cortar-lhe a cabeça. Os cavalleiros do rei acudiram: «Dirão em Roma que sois herege!» O cardeal tremia de medo, o rei de colera, mas baixou a espada e voltou: «Pois quero que Portugal não seja excommungado em todos os meus dias e que não leveis d'aqui ouro, nem prata, nem bestas, senão tres!» E proseguia exigindo uma carta de Roma garantindo a posse «d'isto (Portugal) ca eu o ganhei com esta minha espada.» O sobrinho do cardeal ficaria em refens: teria a cabeça cortada se a carta não viesse em quatro mezes. O cardeal,

diz-se, prometteu, annuindo a tudo; e o leitor sabe, pelo modo como lhe contámos os pactos de Zamora, qual é a verdade que esta scena pittoresca exprime. O rei que «em sua mancebia foi muito bravo e esquivo,» prosegue a lenda, feitas as pazes, disse ao cardeal: «Agora vede como sou herege!» E despindo-se, mostrou-lhe as feridas de todo o corpo, contando-lhe as batalhas em que as tinha havido. Resolvida a contenda, satisfeita a cubiça, aplacada a colera, apparecia depois do guerreiro violento o homem timido e crente, com a visão do inferno e o terror da excommunhão.

Por isso os prelados de Braga, Coimbra e Porto eram como tres reis no reino, cujos limites já para um unico provavam escassos. Se as guerras da separação, primeiro, depois a conquista do sul do reino e a deslocação do seu centro para Lisboa, marcam os momentos geographicos decisivos da historia da independencia, a resolução dos conflictos ecclesiasticos e a consolidação do poder monarchico marcam, decerto, o movimento tambem decisivo d'essa historia, sob o aspecto mais intimo e organico da justiça social.

Dos tres reis mitrados, o do Porto foi o que mais trabalhos deu aos monarchas portuguezes. O reinado de D. Sancho I, tão brilhantemente iniciado pela conquista de Silves, e com tanta sabedoria dirigido para a consolidação do centro assolado do paiz, é dos mais notaveis na historia dos conflictos com o clero. O rei era tão irascivel como credulo: acompanhava-o sempre uma feiticeira, diariamente consultada. Não tinha o furor bellico do pae, nem a energia justiceira do neto: parece ter sido um homem commum, mas serio.

Na primeira decada do XIII seculo governava o

bispado do Porto Martinho Rodrigues, homem atrevido, ambicioso, cheio de força e vicios. A authoridade da corôa limitava-se por esses tempos ao velho Porto, hoje o suburbio de Gaya, e o bispo imperava na cidade. Exacções e tyrannias, communs a todos os senhorios feudaes, levaram os burguezes do Porto a rebellar-se contra o bispo, invocando o auxilio que o rei lhes não refusou. Acclamado pelo povo, Sancho I entra na cidade; arrombam-se as portas das egrejas, a turba invade e assola os templos, conspurca os altares; e o bispo fica cinco mezes preso no palacio episcopal, até que finge submetter-se ás exigencias, com o proposito, que realisa, de ir a Roma pedir desforra ao papa. Entretanto o de Coimbra encerrava os templos e negava os serviços religiosos aos fieis: era esse um dos meios ordinarios de combate. Sancho I vae a Coimbra, faz de bispo, obriga os padres, á força, a celebrarem os officios divinos, mandando arrancar os olhos aos recalcitrantes.

Voltou a final (1210) Martinho Rodrigues, de Roma, com bullas de Innocencio III. O nuncio ou legado do papa devia em pessoa lel-as ao rei; porque o chanceller Julião, valendo-se da ignorancia do soberano, usava alterar o que lia. Sancho I ouviu com humildade a monitoria papal. Estava doente, já fatigado da vida, e na perspectiva da proximidade da viagem para o outro-mundo, memorava tudo o que tinha feito, os desacatos e sacrilegios. Os remorsos enchiam de terror o seu animo duro, obtuso e bravio. Curvou-se e penitenciou-se. Este era sempre o momento infallivel da victoria da Egreja: a superstição entregava-lhe, manietados e submissos, os seus terriveis inimigos, na hora da morte imminente. Sancho I

pedia aos monges de Alcobaça que rezassem por sua alma esses lugubres psalmos, que pareciam aos infelizes como um ecco das terriveis symphonias da eternidade. Reclinado no leito da morte, o rei, apavorado, via a face medonha do supremo Juiz; e sentia-se já precipitado nos abysmos ardentes, no seio das chammas crepitantes, roído, macerado pelos monstros diabolicos, a gritar em dôres infernaes.

Desistiu de tudo; abandonou á sua miseranda sorte os burguezes fieis, deu rendas, legados, terras, senhorios. Deu mais até do que possuia! Conseguiria por tal preço obter o perdão? Os padres diziam-lhe que sim, e abençoavam-no promettendo-lhe a salvação.

Fóra da camara, onde o rei agonisava (1211), o herdeiro, Affonso II, vulgar e obeso, avarento e incapaz de perceber a situação cruel do pae, ruminava porém, com o chanceller Gonçalo Mendes, discipulo de Julião, o plano da desforra. Começou por confirmar tudo o que o fallecido doára ao clero, porque primeiro tinha que liquidar contas com os irmãos e com o seu partido. Sancho I deixára-lhes metade do reino. Affonso queria-o inteiro para si; e era muito bastante para vêr que não podia bater-se ao mesmo tempo com todos os adversarios. Faltava no caracter do filho a nobreza do caracter do pae. Nas côrtes de 1211 confirma ainda a isenção dos cargos publicos, mas prohibe ao mesmo tempo ao clero a compra de bens de raiz. O de Braga protesta, e Affonso II manda-lhe arrazar os campos, destruir as granjas e confiscar as rendas. Estava outra vez declarada a guerra entre a monarchia e o clero. O rei morre, impenitente, apesar das ameaças das bullas de Honorio III.

O segundo Sancho tinha muito do caracter do

primeiro: era sinceramente devoto, e na Edade-média a sinceridade implicava certeza de derrota. E' verdade que já a este tempo o terror das excommunhões diminuira: tão excessivo uso o clero d'ellas tinha feito. Os interdictos e a denegação de sepultura em sagrado eram acompanhamento constante de todas as pretenções ecclesiasticas. Se, porém, a força das armas canonicas minguára, não tinha diminuido o poderio positivo do clero, que era a classe mais opulenta do reino. O que os bispos exigiam de Sancho era demasiado; e como lhes foi negado, depozeram o bom e valente rei (1245). Em França, o usurpador subscreveu a tudo; sentado no throno, o terceiro Affonso, soube defender-se como se defendera o segundo. Trazia de fóra a muita experiencia, a manha, e a pertinacia consummadas, que aprendera nas côrtes mais polidas da Europa central.

Evidentemente o clero baixa n'esta longa e interessante batalha. O fundamento juridico das suas pretenções vae gradualmente fugindo, á medida que as tradições romanistas e o espirito secular inspiram as acções dos monarchas, primando sobre as maximas do direito canonico. Esta substituição traduz o aclaramento gradual que se dá nas consciencias, á maneira que as superstições infantis d'essas primeiras e obscuras alvoradas, se vão abrindo no dia claro do renascimento da cultura intellectual.

D. Diniz (1279-325) já não é analphabeto, e mede bem o valor da sciencia: prova-o a fundação das Escholas. Por outro lado, vê que a principal causa da força do clero está no ultramontanismo, palavra então desconhecida ainda para exprimir a influencia e authoridade soberanas dos papas sobre as Egrejas nacionaes. Libertar-se d'essa pe-

rigosa intervenção era o meio de diminuir a gravidade dos conflictos. Acaso a tradição dos concilios da Hespanha visigothica influiu para a creação das assembléas de prelados, cujas *concordatas*, registrando os fóros da Egreja, a subtrahiam á influencia estrangeira, por tornarem nacional o clero e internas as suas questões. O rei, que assim fomentava a educação e nacionalisava a Egreja, cimentando por outro lado o desenvolvimento economico do paiz, tinha uma intuição dos caracteres modernos das nações. Portugal caminhava de facto, rapidamente, na estrada da sua independencia, isto é, da sua constituição organica. O povo costumou-se a dizer: «El-rei D. Diniz fez tudo o que quiz.»

Pedro, o justiceiro, com a sua typica individualidade conclue de um modo terminante e brusco a velha questão da influencia de Roma, quando estabelece o *placito regito:* «Nenhumas bullas, nem lettras pontificias serão publicadas em Portugal sem consentimento meu.»

Procedia summariamente: e a sua politica, toda pessoal, acclamada com enthusiasmo por um povo que o adorava, era a voz indomavel da nação que falava por sua bocca. A sua loucura era a synthese do pensamento collectivo. Quando o bispo do Porto reagiu, o rei foi lá em pessoa, diz a chronica, fechou-se com elle n'uma sala, despiu o gibão para ficar mais á vontade: trazia por baixo uma saia de escarlata. O bispo, transido de susto, esperava, sem ousar pedir soccorro. D. Pedro chegou-se e, placidamente, tirou-lhe a capa; desenrolou o latego, e correu-o a açoites, dizendo-lhe a rir, gaguejando: vae! anda! toma!

Não podia conceber leis, a cuja sombra os criminosos ficassem impunes; e por isso dava-se-lhe pouco de enforcar os padres. — E as regalias da

Egreja? — «Vam-no enforcando, respondia com bom humor e pausa, porque não podia falar depressa. Vam-no enforcando: por esse caminho lá vae para Jesus Christo, seu vigario, que no outro-mundo o julgará!»

E ficava-se a rir, vendo o tonsurado espernear na forca.

Tudo mudára. Os tempos eram diversos; as excommunhões, papeis rabiscados; as regalias da Egreja, uma tradição apenas. O rei parado, com os olhos na forca, ria!

«E diziam as gentes que taes dez annos nunca ouve em Portugal como estes que reinara el-rei dom Pedro. (Fernão Lopes.)

A fidalguia não tem uma historia tão grave como a do clero. As condições peculiares da constituição do reino portuguez augmentavam ainda os embaraços que em toda a Hespanha houve para a formação acabada de um feudalismo. (1) Todos os conflictos da nobreza com a Corôa proveem, não de uma questão de ambição politica, não de um pensamento definido de emancipação revolucionaria, como a do clero; mas da avareza, da cubiça, da brutalidade pessoal dos homens, nos quaes é mistér incluir tambem os reis.

A não serem, por outro lado, as revoltas do Porto, e as guerras entre Bragança e outros concelhos transmontanos, por causa do senhorio de Lamas, nada se encontra em Portugal que dê idéa de uma descentralisação de dominio politico, simi-

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 127-32 e 148-9.

lhante á que lavra para além das nossas fronteiras (1)

Poucos são os conflictos entre o rei e os barões que não tenham por origem a *pilhagem* dos realengos. Distante, e por isso mais fraca a acção da Corôa, o fidalgo do logar não receava chamar seu e apossar-se violentamente do terreno visinho, pertencente ao rei. Além d'isto, os nobres forjavam titulos, inventavam doações, para *honrarem* territorios sujeitos á acção das justiças reaes. D'estas causas provinham confusões inextricaveis, que a força apenas decidia. Quando o mordomo do rei, ou o seu aguazil, appareciam a cobrar um tributo ou reclamar um preso, o fidalgo usurpador, ou, do terreno, ou do privilegio apenas, saía com os seus homens: «Ca por aqui é *honra!*» E enforcava-os. Enforcava-os, ou matava-os mais barbaramente ainda. Um porteiro, que ia fazer uma penhora, teve as mãos cortadas, e foi depois assassinado. Outro, atado á cauda de um cavallo, foi de rastos, levado a galope em volta de toda a *honra*. Um foi *pendurado pelos braços*. Outra vez o fidalgo *prendidit eos per gargantas:* os processos eram tão barbaros como o latim.

Entretanto, embora destituidas de um alcance ou significação politico-feudal, não faltam nas primeiras epochas portuguezas revoltas e desordens oriundas das necessidades bulhentas da fidalguia. Batalhar era o unico meio de passar o tempo, ganhando fama e dinheiro ou terras. Mais pacifico o reino occidental da Peninsula, «em aquell tempo os fidallgos portuguezes hiam a Castella muitas vezes por se provarem pellos corpos quando em Portugall mesteres nom avia.» Mesteres eram des-

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 135-43.

ordens, como a que assolou o paiz no tempo de Sancho II e levou á deposição do rei. Eis aqui um episodio do livro das *Linhagens:* «E este Raymão Viegas de Portocarrero, sendo vassallo d'elrey D. Sancho de Portugal, veio uma noute a Coimbra com a companha de Martim Gil Soverosa, onde el-rey jazia dormindo na sua cama; e roubaram-lhe a rainha D. Mecia sua mulher de apar d'elle e levaram-na para Ourem. O rei lançou-se apoz d'elles e só os pôde alcançar em Ourem que era então muy forte. Disse-lhes que abrissem as portas, pois era elrey D. Sancho, e levava seu preponto vestido de seus signaes e seu escudo e seu pendão ante si, e deram-lhe muy grandes sétadas e muy grandes pedradas no seu escudo e no seu pendão e assim se houve ende (d'alli) a tornar.» Mesteres eram estas guerras civís frequentes; mesteres, porém, menos nobres, eram as vinganças crueis exercidas sobre o povo inerme, como a de um tal Martim Esteves, que matou os doze melhores homens de Alter-do-Chão «por deshonra que lhe ahi fizeram.»

Mesteres ainda, são os desaggravos do thalamo tão a miude violado. Houve um Dom Rodrigo Gonsalves casado com Dona Ignez Sanchez; ella, estando no Castello de Lanhoso, fez maldade com um frade de Boiro, e o marido, certo d'isto, chegou ahi, cercou as portas do castello, e queimou-a a ella e ao frade e homens e mulheres e bestas e caens e gatos e gallinhas e todas as cousas vivas, e queimou a camara e pannos de vestir e cama, e não deixou cousa movel.

Nos mesteres amorosos tambem essa gente barbara se «provava pellos corpos» mas sem necessidade de ir a Castella. Quando em tão pouco se tinha a vida alheia, como se teria em muito a honra?

De Affonso Henriques, o rei «muito bravo e esquivo em mancebo», conta a historia que foi um dia hospedar-se em Unhão, a casa de um homem-bom que havia nome Gonçalo de Sousa, e emquanto elle ia adubando o comer, foi elrey vêr-lhe a mulher que tinha por nome Dona Sancha Alvares e começou-lh'a... E Dom Gonçalo de Sousa entrou pela porta e viu assim ser e pesou-lhe d'ahi muito e disse-lhe: Senhor, levantae-vos, ca adubado o tendes. E o rei foi sentar-se, e comeu e partiu; e o marido pegou da esposa, montou-a n'um jumento com a cara para a cauda, e mandou-a assim á côrte entregar ao rei.

Estes escrupulos do fidalgo não eram, porém, geraes, e fazem-lhe honra. A promiscuidade repugnante, o incesto, o sacrilegio são casos communs. Um fez um filho em Tereja Mendes, abbadessa de Lorvão e levou-o para a côrte, onde D. Diniz lhe deu muito bem e muita mercê. Outro «ouve um filho, Ruy, que foi privado d'elrey D. Diniz e ouvidor de sua caza.» Os reis, os nobres teem barregans publicas e legiões de bastardos. Quando D. Maria Paes, amazia de Sancho I, vinha do enterro do rei em Coimbra, encontrou em Avelans Gomes Lourenço, que lhe saíu ao caminho e a *filhou* por força, roussando-a. Elvira Annes roussou-a Ruy Gomes de Briteiros. E D. Fernão Mendes, o bravo, «foi o que matou sua madre na pelle da ussa e pose-lhe os caens, porque lhe baralhara com a barregan.» A bestialidade nem respeita o sangue, nem um incesto impede o casamento das nobres damas. «Dona Thereza Gil foi de mau preço e ouve filhos de seu primo co-irmão»; Dom Pedro Garcia *jouve* com sua irman e «fez em ella semel.» Dona Mor Garcia não foi casada, mas roussou a seu irmão Pedro e «fez em ella Martim

Tavaya.» Outrotanto succedeu a uma Maria Mendes, que depois casou com Lourenço Soares de Valladares. E' longa a lista das torpezas das *Linhagens* da fidalguia. Taes são os poeticos amores da Edade-média, cujo brio é perfidia, cuja bravura é crueldade, cuja nobreza é astucia. A carne, o sangue e o ouro, a orgia bestial, a carniceria e o roubo são os elementos d'essas historias, em que a rudeza barbara apparece manchada de podridões asquerosas.

O roubo e o assassinato compõem essa epopêa aristocratica, cuios amores são *roussos*, estupros, adulterios, cuio espirito é a avareza e a perfidia. (1) *Filhar* as terras do rei, é a primeira das emprezas da *cavallaria* em Portugal. E o rei não vale mais do que os cavalleiros. Quantas vezes, com effeito, não seria usurpadora a sua intervenção? quantas vezes a ira brutal do fidalgo não teria um fundamento justo? Affonso II leva metade do seu reinado a espoliar da herança os irmãos, e todo elle a *inquirir* o fundamento legal da posse dos dominios aristocraticos: faz-se idéa da regularidade do segundo processo, depois de observada a primeira façanha. A confusão é tão grande, que D. Diniz (1309) decide abolir todas as *honras* posteriores a 1290.

E' tambem no seu tempo que um outro acto de grande alcance vem diminuir o poder da nobreza, de um modo analogo ao que succedera ao clero. Assim como, fóra da nação, o clero tinha em Roma o seu chefe supremo; assim tambem as Ordens militares, estabelecidas em Portugal, tinham fóra do reino os seus mestrados. Nacionalisar as Ordens militares (1310) equivalia ao que se conseguira

(1) V. *Instit. primit.*, pp. 98 e 157.

com as assembléas do clero. O *Templo*, poderosa machina destruida por Clemente V, legava os seus bens ao *Hospital*, mas os tres reis de Castella, Aragão e Portugal, *como todos tres fuessemos uno a catar nuestro drecho*, conseguem nacionalisar os bens dos templarios. E' com elles que D. Diniz funda a ordem portugueza de Christo.

Os monges militares (1) tinham representado um papel importante no movimento da reconstituição economica dos territorios portuguezes. Desde os primeiros tempos que ás Ordens jerosalemitanas fôra confiada a guarda de numerosas povoações. O Templo, o Hospital e o Sepulcro fruiam de abundantes doações; e Affonso Henriques concedera á primeira a terça parte de todas as conquistas ao sul do Tejo. A' inopia de forças para levar a cabo as grandes emprezas de Lisboa, Alcacer e Silves, pontos decisivos da conquista do sul do reino, remediavam os Cruzados; mas as esquadras partiam com o saque, e sósinhos os portuguezes não podiam conservar o adquirido. N'este motivo se fundára a concessão permanente de terras ás Ordens militares. Como vimos, Sancho II estendeu as fronteiras do reino pelo alto-Alemtejo; e sem recursos para conservar as conquistas, chamou para o reino os cavalleiros de Santiago e Calatrava, cujo mestrado era castelhano.

Tal era o unico meio de guarnecer os castellos dispersos pelas vastas campinas assoladas do sul do reino. A instabilidade do dominio e a escassez da população — ainda hoje sentimos as consequen-

(1) V. *Instit. primit.*, p. 263.

cias d'essas prolongadas guerras — não permittiam que a cultura se estendesse; e á falta de productos da terra, christãos e sarracenos tinham de soccorrer-se ao systema de correrias e álgaras permanentes. Como em nossos tempos na Servia, o lavrador trabalhava armado, na limitada área aproveitada em torno dos lugares fortificados. Além da occupação constante de *alancear mouros*, havia os grandes fossados annuaes, no tempo em que as searas estavam maduras; e isto fazia precaria e transitoria a agricultura. Todas estas causas reunidas produziam em resultado a devastação universal, já consummada na edade de que nos occupamos. Nos foraes dos primeiros seculos da monarchia, o alfoz dos concelhos é demarcado por uma certa penedia no alto da serra, pelo carvalho insulado, pela *velha* estrada mourisca, por certa pedra de côr diversa; jámais por casas, villares ou granjas.

O norte do reino, abrigado das invasões, defendido pelas linhas estrategicas do Tejo e do Mondego, não era, desde seculos, theatro da guerra santa. As depredações, menos geraes e menos frequentes, provinham ahi apenas das rixas dos senhores e das guerras civis. Affonso II mandou arrasar as propriedades do arcebispo de Braga. As guerras entre os filhos de Sancho I, as commoções que acompanharam a queda de Sancho II, a rebellião armada de Affonso (depois IV) contra seu pae, a do viuvo de Ignez de Castro, entre outras, trouxeram decerto ruinas e desastres, mas não para comparar com as assolações do sul, nem sequer com os males dos primeiros tempos, quando a ambição de conquistar a Galliza fazia do Minho o theatro das luctas quasi constantes com Leão.

As guerras castelhanas do tempo de D. Fer-

nando teem um novo theatro, porque o antigo condado portucalense descera já á condição de provincia portugueza. O coração do reino está em Lisboa, a terra querida d'elrey Diniz, *ca hy nascera, hy fora criado y bautizado, e hy fora rey*. Nem o norte do Mondego, rico e populoso, nem o sul do Sado, demasiado bravio e inhospito, chamam a attenção administrativa dos governos. Toda ella se applica para o centro do reino, a renovar e agricultar, e para o desenvolvimento da navegação e do commercio pelo magnifico porto onde todos os navios, em viagem dos mares do norte para o Mediterraneo, vinham refrescar, desde que Lisboa era christan. D. Diniz lavrou o primeiro tratado mercantil com a Inglaterra (1308). Os armadores da Normandia, da Flandres e da Inglaterra, já no fim do XIII seculo demandavam o Tejo, para mercadejar; e os cuidados dos reis não se limitavam apenas a favorecer esse commercio, porque as plantações de vastos pinhaes nas costas teem como motivo proporcionar madeiras ás construcções navaes, e ao mesmo tempo defender as terras da invasão das dunas, no litoral de entre o Tejo e Mondego.

O ultimo d'esta serie de phenomenos que demonstram a formação crescente de um organismo nacional, é o apparecimento de Lisboa, a cidade querida, como um centro de actividade maritima e commercial. Definitivamente separado de Leão, obliteradas as ambições da absorpção da Galliza, geographicamente completo até ao mar do Algarve, rota a dependencia feudal de Roma, nacionalisado o clero e as Ordens militares, fortalecido o poder dos reis, iniciada a organisação da justiça, da administração, do ensino — o corpo da nação portugueza, até ahi acephalo, achava em Lisboa a

capital. A cidade do Tejo dava mais do que um centro de vida organica, dava um destino definido — o maritimo — a uma nação que na terra da Hespanha não tinha individualidade, nem por uma indole homogenea e particular dos habitantes, nem por uma conformação especial e autónoma do territorio.

Corintho ou Veneza do occidente, Lisboa *grande cidade de muytas e desvairadas gentes* era mais do que a capital do reino: era a razão de ser da sua independencia.

IV

A crise

Quando Portugal se encaminhava, por fim, no sentido de uma rapida e definitiva constituição, quiz o acaso que o throno coubesse por herança a um principe de fracas, mas sympathicas qualidades.

> **Do justo e duro Pedro nasce o brando**
> **(Vede da natureza o desconcerto!)**
> **Remisso e sem cuidado algum Fernando.**

O filho de Pedro I era uma infeliz creatura, mal equilibrada nas suas qualidades e defeitos. Não era, decerto, aquelle homem de que a nação carecia para consolidar de um modo seguro a sua independencia; e n'um sentido póde dizer-se que as condições em que se achou foram a causa dos males de que muito soffreu. Faltava-lhe a firmeza necessaria para realisar os planos concebidos por uma intelligencia perspicaz. Era inventivo, mas era chimerico. Media o alcance dos actos e pensamentos, mas não sabia pesar o valor dos meios. O corpo de leis que promulgou para fomentar a navegação e o commercio, honrarão eternamente a sua intelligencia e a fina percepção com que via no desenvolvimento maritimo o futuro da patria. A obra consideravel das fortificações da capital (1377) concorre tambem a mostrar que reconhecia

a verdade — cruamente por elle aprendida — de que Portugal era já, e seria sempre Lisboa. Accusam-no modernos sabios de ter defraudado a moeda: mas que outro remedio havia então contra a penuria do thesouro? que outros exemplos davam os demais principes? que outro exemplo damos nós ainda hoje, quando, para não cercear o peso ou diminuir o toque do ouro, cunhamos papel? — Accusam-no porque *hordenou almotaçaria em todallas cousas* (1375): e que outro remedio havia, na curta sciencia do tempo, contra os monopolios e agiotagens, mais funestos na paz do que as batalhas dos tempos de guerra? Tarifar os generos e os salarios foi medida applaudida quasi até nossos dias; obrigar os detentores á venda dos cereaes, determinar a partilha dos grãos, foram actos de salvação publica repetidos ainda depois de D. Fernando, e sempre que uma crise obriga a suspender as garantias, ou justiça civil. Mas o rei que cerceava as moedas e ordenava a almotaçaria em todas as cousas, era o que fundava a marinha mercante nacional: era o que, olhando para o mar, não se esquecia da terra, obrigando os proprietarios dos maninhos alemtejanos a cultival-os, ou a aforal-os. A administração de D. Fernando é um cesarismo. O desenvolvimento politico e economico da nação chegava a um momento de crise organica traduzida por uma crise militar e dynastica. A população e a riqueza tinham crescido de um modo notavel desde que, havia mais de um seculo, terminára a reconquista do territorio aos musulmanos. O censo que annos depois se fez (1417) dá ao reino 4:800 besteiros de conto, ao Porto 8:500 habitantes, e a Lisboa 63:750. Pullulavam enxames de aldeias e casaes pelos campos agricultados, e muitas villas que depois definharam eram ainda impor-

tantes: Sines, Cezimbra e Mertola. Algumas cidades eram muito maiores do que são hoje: Evora e Beja, Santarem, Thomar, Leiria. D. Fernando herdou o reino robusto e forte.

Mas o pobre rei, tão bom e tão sagaz, tinha porém um fraco, que estragava tudo: era doido por mulheres. Singular na edade-média, a pessoa de D. Fernando parece estar no fim de uma epocha historica, como um indicio e um typo mal esboçado de futuros personagens. Superior na intelligencia, acaso por isso mesmo era desmandado no modo de proceder. Talvez lhe conviesse o nome de sceptico, especie moral que o desenvolvimento da intelligencia, sem o desenvolvimento parallelo da vontade, ou do caracter, faz tão commum em nossos dias. Para Cesar, D. Fernando era, porém, bondoso de mais: tinha um fundo de sinceridade que o perdia, porque á indifferença não reunia o cynismo. Era, no fundo, um pobre homem de talento. Este genero de individuos é sempre sympathico; e por isso o povo, embora chegasse a mofar, nunca o odiou. As suas fraquezas, prazeres e amores sempre foram criticados com benevolencia. O povo sabia que no fundo o caracter do rei não era perverso. Não o podia respeitar nem temer, mas sorria-se amigavelmente das suas extravagancias. Era o filho prodigo da nação.

A's suas qualidades e vicios sympathicos reunia o ser formoso, agil, cavalleiro como os bons, caridoso, affavel, «gran criador de fidalgos e muito companheiro com elles, cavalgante, torneador, grande justador e lançador atavolado» — o jogo era uma das basofias do fidalgo medieval — dadivoso para com todos, e grande agasalhador de estrangeiros. A toda a gente queria bem, mas de um modo familiar e singelo, que não infundia respeito.

Os reis de fóra, sabendo-o tão singularmente bom e simples, riam-se-d'elle.

Era um infeliz, no sentido que a expressão tem popularmente em castelhano. Dava tudo pela caça: uma paixão desenfreada. Só falcoeiros de besta contava quarenta e cinco, e não estava satisfeito: queria povoar com elles uma rua inteira em Santarem. Quando mandava por aves, nunca lhe trouxessem para menos de cincoenta, entre açores e falcões, gerifaltes e negris, todas *primas*. Tinha um regimento de mouros para apresarem as garças e outras aves, que iam buscar a caça nas lagôas. Não perdoava sequer os innocentes pombos. Eram ás legiões as matilhas de cães para coelhos, rapozas e lebres. Correr lebres ou atirar aos pombos era o seu *grande sabor e desenfadamento*. O do seu avô Henriques fôra correr mouros e atirar ás ameias dos castellos: os tempos, os temperamentos, eram já inteiramente diversos.

Ainda assim, não era a caça que perdia o rei. Namorado sempre e mulherengo, «amador de mulheres o achegador a ellas,» diz F. Lopes, tinha um feitio terno, *amavioso*. A carnalidade arrastava-o aos maiores excessos, e é provavel que tivesse vicios ingenuos. Sua irman solteira, a infanta D. Beatriz, fôra cinco vezes offerecida, outras tantas recusada, a diversos principes, nas varias combinações politicas que a sua fertil imaginação creava, e que a sua indolencia invencivel punha logo de parte. A côrte d'essa irman era um viveiro de donas, onde o rei permanentemente satisfazia os seus gostos mulherengos. Foi n'essa côrte que viu e se perdeu de amores por Leonor Telles. Parece, comtudo, que antes d'isso não amava; porque é proprio dos temperamentos, como era o do rei, não ter paixões. A sua delicia era o gozar indolente

dos carinhos e meiguices das mulheres, não era amar. Não é provavel, pois, «a suspeita deshonesta que alguns tinham da virgindade da infanta ser por elle minguada.» Bastavam ao rei «os jogos e fallas tão a meude misturadas com beijos e abraços e outros desenfados de similhante preço.» Só aos fortes corações é dado amar e enlouquecer. D. Fernando não tinha essa virilidade de caracter. Distincto, perspicaz, engenhoso de espirito, bom, affavel de genio, faltavam-lhe o valor que faz os homens, e a vontade que faz os reis. Era uma indolencia formada de espirito e sensualidade; uma creatura romantica e sympathica; uma mulher, fraca e intelligente, sentada no throno. Leonor Telles conquistou-o, porque tinha o genio de um homem; e o segredo d'essa alliança tenaz não está n'uma paixão do rei, está na inversão das pessoas e dos sexos. Ella fez-se rei; elle tornou-se a amante, passiva, indolente, sensual.

O tempo de D. Fernando foi uma serie de guerras com o visinho reino de Castella. As muitas desgraças d'essas emprezas loucas tiveram de bom o affirmar de um modo terminante a independencia formal e positiva da nação, como sáe da batalha de Aljubarrota. A' maneira de certas enfermidades agudas, quando atacam o homem de temperamento indeciso e constituição debil, na edade em que attinge a virilidade, e determinam uma revolução organica, fixando e consolidando a saude — assim as guerras castelhanas de D. Fernando são, para Portugal, uma crise. O seu destino vacillante, os seus orgãos esboçados apenas, soffrem a prova de uma commoção violenta. Acordam ou-

tra vez as tentações antigas, já anachronicas, da conquista da Galliza; o reino é mais de uma vez invadido; a miseria, a ruina, as devastações e a penuria affligem, como uma febre ardente, o corpo da nação. Falta decerto um rei que a dirija, um homem forte que a represente e guie; mas isso mesmo concorre para caracterisar a crise, demonstrando que a vitalidade collectiva existia já, e não provinha apenas da imposição forte de um braço guerreiro. Em dois seculos Portugal tornára-se de um amalgama de populações ruraes, cuja unidade estava apenas no genio dos seus barões, em um organismo, cuja consciencia de uma vida collectiva era real e definida. Tal é, a nosso vêr, o merecimento d'essa revolução nacional, cujo supposto chefe, o Mestre de Aviz, é mais o instrumento do que o heroe.

Não precipitemos, porém, a narrativa.

D. Fernando julgára convir-lhe apoiar a usurpação do throno de Castella por Henrique de Trastamara, quando o poder do rei D. Pedro ainda chegava para bater o rival em Najera. Depois que o usurpador, voltando de França com o auxilio de Duguesclin, consegue desthronar o rei perdido, D. Fernando julga conveniente alliar-se ao do Aragão e ao mouro de Granada, contra o Trastamara victorioso. Formára o chimerico plano de bater o vencedor com o partido vencido que o invocava; esperando sentar-se no bello throno de Castella, de que promettia um retalho ao aragonez, outro ao granadino. A empreza não destoava dos antecedentes historicos; porque o regime politico da Hespanha, retalhada em varias monarchias, era um systema de conquistas successivas de reinos. Era, porém, chimerica por dous motivos, um ignorado então, outro evidente: a incapacidade do rei, e o

destino que marcava á Hespanha a solução unitaria. Se Portugal pôde escapar aos preceitos d'esse fado, deveu-o ao movimento que, por lhe dar Lisboa, fazia d'elle uma nação cosmopolita, commercial e maritima, e não propriamente hespanhola: outra Hollanda, no corpo de outra Allemanha (1).

A politica de D. Fernando era, pois, historicamente insensata, falta que seria absurdo irrogar ao rei; mas era tambem pessoalmente absurda, porque os seus planos eram chimeras, tão breve nascidas como abandonadas. Haveria no espirito do rei o pensamento, mais ou menos definido, de se substituir ao castelhano na obra da unificação politica dos Estados peninsulares? Nada authorisa a suppol-o; e até porque tal pensamento não estava ainda cabalmente definido para os monarchas de Castella.

O facto é que D. Fernando declarou a guerra e abriu a campanha, invadindo a Galliza (1369); «mas sua ida foi de tal guisa que mais sua honra fora não ir alla dessa vegada.» Muitos barões gallegos correram a recebel-o, a acclamal-o. Tradições de outras eras? Ambições, ainda vivas, de uma independencia, que mais de uma vez tinham considerado solidaria com a soberania de Portugal? E' provavel; mas é tambem certo que a rapina era o motivo immediato da adhesão, porque «muytos vinham-se a ele e pediam-lhe os bees dos que se iam para D. Henrique, o que era dado ledamente.» O inimigo, de Castella, fazia outro tanto. O conde Andeiro foi o mais caloroso dos partidarios gallegos de D. Fernando. Saíu ao encontro do rei, alvoroçado, a gritar: «Hu vem aqui meu senhor Elrey D. Fernando?» E o rei, esporeando

(1) V. *As raças humanas*, I, pp XXXI-III.

o cavallo, radioso e feliz por uma tão facil conquista, vendo-se já sentado no throno de Castella, avançou, respondendo: «Eu som! eu som!» A invasão tornava-se um passeio até á Corunha; mas pouco adivinhavam ambos, o conde e o rei, quanto haviam de pagar caro os prazeres d'esses dias breves.

O castelhano corre sobre a Galliza, e D. Fernando foge a esconder-se em Coimbra. A resaca assoladora vem até Braga e Guimarães, atravez de todo o Minho. A provincia inteira gritava por soccorro: Aqui d'el-rei, contra o castelhano! — O rei, indeciso, indolente, esperava a realisação da sua chimera: — não é mister batalhar; Castella inteira vem entregar-se, como se entregára, de braços abertos, a Galliza! — Passeava-se, entretanto, com o exercito, entre Santarem e Lisboa. Ia, vinha, avançava e retrocedia, tão tonto que já o povo da capital ria d'esses passeios: *exvollo vae, exvollo vem!* (1)

Afinal em Coimbra — cidade funesta aos dois Fernandos (2)—decidiu-se a acudir ao Minho, quando o rei de Castella, depois de assolar tudo, tinha já partido para além da fronteira. Pela raia, porém, o batalhar continuava, e tambem na costa

(1) Curiosa coincidencia a repetição d'esta scena em 1834 na guerra civil: *(Portugal contemporaneo* (2.ª ed.), II, pp. 371).

D. Pedro vae
D. Pedro vem,
Mas não entra
Em Santarem!

O estribilho do tempo de D. Fernando acabava — *de Lisboa a Santarem.*

(2) V. *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.), II, pp. 291.

andaluza o bloqueio maritimo: já Portugal tinha armadas. Mas a guerra dilatava-se; e Castella, decididamente, não o chamava para seu rei. Começou a *assentar-se del a covardice*, abandonou os alliados; e aborrecido e desilludido por esta vez, assignou as pazes de Alcoutim.

A sua chimera só, porém, o deixou quieto por tres annos.

D. Pedro tinha morrido em Montiel, assassinado ás mãos de Trastamara (1369); a filha mais velha do defunto era casada com o duque João de Lencastre, da casa de Inglaterra: d'ahi vinham as pretenções d'este á corôa castelhana e o bravo duello que a Inglaterra e a França debateram na Hespanha por muitos annos. A influencia franceza era dominante em Castella; e para logo, nas successivas e ulteriores convulsões, a alliança ingleza venceu em Portugal. D. Fernando, ou movido pelo desejo de desforra, ou pensando ainda nas suas velhas ambições, e esperando ludibriar o alliado. assigna em Braga (1372) o tratado de alliança com o inglez, contra o castelhano. Henrique de Trastamara, em cuja côrte andavam diversos fidalgos portuguezes, como os gallegos da invasão anterior andavam com D. Fernando, manda Pacheco (o terceiro assassino de D. Ignez de Castro) vêr se effectivamente o rei se dispunha á guerra. Era tão voluvel o seu caracter, que o castellão não acreditava ainda. Voltou Pacheco: sem duvida o rei estava disposto a entrar em campanha. Então D. Henrique, com bondade, lhe pede que abandone essa chimera, e insta pela paz. Elle, excitado pelas *hespanholadas* de Affonso Tello, suppõe que a fraqueza era o motivo da insistencia. Inuteis as observações, o rei de Castella prefere invadir a ser invadido; e rapidamente entra pela Beira (1372),

cáe sobre Lisboa, cujo cerco uma esquadra, ao mesmo tempo partida de Sevilha, encerra por mar (1373).

Que fazia D. Fernando? Do alto dos muros de Santarem, onde se fechára, via passar o exercito inimigo, sem ousar mover-se. Dois motivos lh'o impediam. Esperava a toda a hora o soccorro do inglez; e se o fructo d'essa guerra lhe era destinado a elle, bom seria que em pessoa o disputasse. Deixar, porém, invadir assim o reino, pôr cêrco á capital, abandonar o povo, abandonar Lisboa, era vergonhoso, decerto. Mas se n'esses dias Leonor Telles, enferma, estava de cama, com as dôres do parto? Como havia de o pobre rei acudir aos dois deveres? A quem obedecer primeiro: ao tyranno politico, a corôa, ou ao domestico, a rainha? Como todos os fracos, decidiu-se pelo mais proximo; tapou os ouvidos aos clamores da nação, para attender só aos ais da enferma. Não era por paixão que o fazia, era por indolencia: sempre esperava que Lisboa afinal havia de resistir, e saberia defender-se!

Com effeito, não se enganava. A cidade valia muito mais do que o rei. Quando viu approximar-se o castelhano, chegou a ser temeraria; porque pretendeu defender com barricadas os arrabaldes, fóra dos muros. Lisboa tinha a homogeneidade na resistencia; e em vão D. Diniz (o infante que por condemnar o casamento de Leonor Telles fugira para Castella), em vão Pacheco e os mais portuguezes de D. Henrique buscavam convencer os lisbonenses da vantagem da rendição. Não estamos agora no norte, meio gallego, onde a idéa de nacionalidade vogava indecisa nos dois lados do Minho: estamos no coração do paiz, e n'uma terra sem tradições leonezas, que não foi *separada*, que

nunca obedeceu a outro rei mais do que ao portuguez, a quem deve o que é. Inuteis as tentativas de D. Diniz, de Pacheco, e dos mais, o exercito approximou-se. Viu-se então a temeridade de defender os arrabaldes; e á pressa, recolheram-se todos para dentro dos muros. O enxame acudia ás portas, correndo curvado com o peso das trouxas, das arcas, onde salvára o que tinha mais precioso. Vinham as familias em grupos, as mães, carpindo, arrastando os cordões de creanças, espantadas de tudo aquillo. Já os castelhanos entravam pelos casaes e quintas dos arredores: o lume ardia ainda na lareira, a porta estava aberta, os quartos vasios. Arrazaram e queimaram tudo, desde as hervas até aos telhados.

No rei assentára outra vez a covardice; e, como o inglez não acudia, acceitou a paz, e foi de Santarem a Vallada assignal-a (1373). «Quanto eu *haarricado* venho!» dizia a rir, na volta. Effectivamente não queria mal algum a D. Henrique; e, se a empreza falhára, o melhor era fazer cara alegre, e acabar por uma vez com o muito que, do cêrco, padecia Lisboa. Além d'isso, agradára-lhe o trato do inimigo; agradára-lhe tanto, que lhe concedeu a irman, D. Beatriz, para casar com o irmão do castelhano, Sancho. Triste destino o d'esta princeza, que era, nas mãos do rei, como os joguetes que as creanças dão, tiram, voltam a dar, ao sabor do seu capricho infantil!

Este mesmo modo de que usava com a irman, estava reservado á filha: a outra Beatriz nascida em Santarem durante a invasão precedente. Henrique de Trastamara tinha morrido; e o herdeiro, João I, na idéa de reunir as duas corôas de Castella e Portugal, pedira a D. Fernando (que não tinha outro filho) a mão da pequena D. Beatriz;

ao que este annuira, celebrando-se tratados, porque para casamento era cedo ainda: a pequena teria oito annos, se tanto.

Mas o rei, diz o chronista, trazia sempre sua fala com os inglezes, o mais encobertamente que podia. Que falas eram essas? Era a alliança de Lencaster, na qual D. Fernando via talvez ainda luzir a possibilidade de realisar a sua chimera. O conde Andeiro, que na primeira guerra abrira a Galliza ao portuguez, fôra desterrado para Inglaterra, na occasião de Alcoutim, por exigencia do castelhano. Era Andeiro o confidente do rei, e o seu agente para com Lencaster. Veiu de Inglaterra, escondido, a Extremoz, onde o rei, ao tempo, assistia: trazia novos tratos e combinações, com a promessa de uma esquadra. O rei acceitou com facilidade, e afiançou ao duque inglez a mão da filha promettida ao de Castella.

D'esta vez decidiu-se a proceder com energia. O castelhano, porém, já conhecedor de tudo, mandára começar as escaramuças pelas fronteiras de entre Tejo e Guadiana, theatro das façanhas de Nunalvares (o futuro condestavel, que agora começa a sua epopêa) em quanto dispunha o grosso das forças para a campanha de Lisboa. A energia do portuguez consistiu em enviar a esquadra a Sevilha destruir a inimiga. Com effeito, em quanto mandasse no Tejo, Lisboa não podia ser efficazmente cercada. Mas a *sandia presumpção* de Affonso Tello perdeu a esquadra em Saltes (1381). A armada castelhana, victoriosa, entrou no Tejo, trazendo a bordo o infante D. João, irmão do rei, filho de D. Pedro o crú, que se homisiára de cá por ter assassinado a mulher, Maria Telles, irman de Leonor. Tambem lhe tinham acenado com a mão da pequena D. Beatriz, e a ambição perdera-o! D. João

repete as palavras de D. Diniz na campanha precedente; mas é recebido a tiro, o infeliz. As surriadas de trons e virotões exprimiram a eloquencia independente de Lisboa; e o infante, humilhado, levou para Castella o desmentido formal a todas as sedições que annunciára e promettera.

Chegou, afinal, por mar o Lencaster com os seus, trazendo novo alimento á guerra, já accesa por todo o Alemtejo. Castella declarára-se pelo papa de Avinhão, Clemente VII; os inglezes e o rei D. Fernando pronunciam-se pelo papa de Roma, Urbano VI. A religião vinha azedar ainda mais os odios dos combatentes. E os inglezes do duque, mercenarios e barbaros do Norte duro, lançaram-se a este pedaço do Meio-dia, como lebreus famintos a um regabofe. Estas gentes dos inglezes, refere o chronista, não vinham como a defender a terra; mas para a destruir e buscar todo o mal, matando, roubando e forçando mulheres. Nem se limitavam a tão pouco. De uma guerra que lhes era indifferente, nas causas e motivos, entre povos inimigos que não distinguiam, inimigos eram para elles todos, e cevar-se o seu constante proposito. Guerreavam pór conta propria, para saquearem. Tomam aos portuguezes Monsarás, o Redondo e Evora; e as populações, por fim desesperadas, acodem-se ao processo classicamente peninsular das surprezas e assassinatos. «As gentes começaram a matar muitos d'elles escusamente», a ponto de que mais de um terço ficou enterrado pelos campos e aldeias do Alemtejo. Na extraordinaria confusão em que a indolencia e as chimeras do rei punham o paiz, já cada um combatia por si proprio, com o proposito unico da defeza nacional.

Se os inglezes deixaram em volta do Tejo alguma cousa a roubar, ou algum campo a queimar, os

castelhanos da esquadra, desembarcando, quando o exercito anglo-luso tinha subido para Evora a encontrar o inimigo, acabaram a obra destruidora n'uma razzia monumental, a que não escapou eira nem beira, nem arvore, nem cousa viva. Em volta das muralhas de Lisboa ficou tudo um deserto morno e secco.

Pela terceira vez assentou no rei a covardice; e sem combater, voltando as costas ao inglez logrado, assignou as pazes de Badajoz com o castelhano (1381). De novo a pequena infanta D. Beatriz torna a ser promettida a outro noivo: Fernando, de Castella, que não vem ainda, comtudo, a ser seu marido; porque, ao voltar para casa, o rei João, enviuvando, teima no antigo plano da fusão dos reinos. O casamento da filha com o valetudinario monarcha visinho, é o ultimo e o mais insensato dos actos de D. Fernando. Extinguia-se com elle a dynastia; e por herança legava, do leito da morte, a independencia em perigo ao povo que, apesar de tão dorido, ainda e sempre lhe queria.

Fôra no viveiro feminino da côrte da irman que o rei Fernando vira Leonor Telles. Era a terceira Leonor que escolhia para companheira, e foi, desastradamente, a unica que veiu a ter. A primeira, de Aragão, recusou-lh'a o perspicaz pae, por vêr quanto era defeituoso e fraco o caracter do promettido genro. A segunda, de Castella, repudiou-a, desde que viu e se namorou da terceira.

Maria Telles, irman de Leonor, era aia da infanta D. Beatriz. Leonor, casada, vivia no seu solar da Beira. Estava em Lisboa, de passagem, a visitar

a irman, quando o rei a viu. Como começaram esses amores? Os antecedentes do rei e o caracter da futura rainha deixam vêr bem que não deveu ter havido uma d'estas paixões fulminantes, communs nos homens d'armas, mas de que D. Fernando era incapaz, e Leonor Telles tambem.

A fria ambição calculadora era commum ás duas irmãs. A aia da infanta, por quem o infeliz e louco D. João se namorára com paixão, preparára-lhe cuidadosamente uma entrevista, á noute, no seu quarto. Quando o infante chega, soffrego de amor, vê um altar e um padre diante do leito. Casemo-nos primeiro, amaremos depois. O infante, coacto pela paixão, casou-se para amar; mas a aia pagou mais tarde, com a vida, o erro de brincar com um leão, como se fôra um rafeiro.

Leonor Telles tinha em si o saber sufficiente para ensinar: não carecia das lições da irman. Percebeu que o rei, nas suas ligeirices, a preferia á propria infanta; mas o papel de amante não lhe convinha: queria o de rainha. Foi-se deixando ficar, e acirrava com tentações a inclinação do monarcha sensual e passivo. «Era louçan, aposta, e de bom corpo». D. Fernando costumou-se ás denguices da sereia: nos fracos, o costume gera necessidades imperiosas, a que tudo sacrificam. Com o tempo, a idéa de que Leonor era casada, naturalmente a insistencia com que ella, séria e affectando decóro, falaria na necessidade de voltar para casa, para o marido, fizeram sentir ao rei a impossibilidade de quebrar o habito dos seus amores innocentes e molles. A indolencia é muito mais teimosa nas suas exigencias do que a força; um habito sensual tem maior tenacidade do que uma paixão. Leonor Telles devia saber isto perfeitamente. O momento decisivo approximava-se: não podia con-

tinuar por mais tempo em Lisboa, o marido chamava-a, as más linguas podiam falar...

O rei lembrou-se então de que para alguma cousa lhe podia servir sel-o: desmancharia esse casamento, porque uma dama tão senhoril e casta não podia ser sua amante. D. Fernando não tinha, o ingenuo, nem ponta de cynismo. Falou seriamente, em particular, á irman. Mulheril como era, este caso tinha maior gravidade do que uma guerra com Castella, pelo repudio da princeza que lhe estava promettida nos tratados de Alcoutim. «Melhor fizera elrey, dizia o povo, tel-a por tempo e depois casar com outra mulher.» Bons conselhos! para quem vivia todo na atmosphera feminina e molle da côrte de D. Beatriz, onde Maria Telles reinava. Como se Maria, Leonor, não fossem excellentes senhoras, recatadas, mas seductoras na sua terna dignidade!

Maria poz por condição o casamento; Leonor Telles concordou em que muito queria ao rei, mas ainda mais ao seu nome. Combinaram tudo em segredo, e foram, ás escondidas, ao norte, casar-se (1371) a Leça do Bailio, junto ao Porto. Tinham, com effeito, medo de Lisboa. Quando regressaram á côrte e os rumores se confirmaram, as opiniões moveram-se na capital. O commum das gentes accusava o rei com odios apaixonados; mas não faltavam os experientes a observar placidamente, «que não era maravilha; já a outros acontecera cousa semelhante; todo o homem namorado tinha uma especie de sandice; o amor era como dôr que doe e não doe ao mesmo tempo». Muita gente se ria do marido infeliz que sensatamente fugira para Castella, e para prevenir os motejos mandára pôr no barrete dois cornos de ouro em fórma de plumas; muitos notavam a facilidade com que o papa fazia

e desfazia casamentos; e esta cumplicidade da religião e do amor não augmentava em nada o respeito pela Egreja. Em summa, desde que o riso entrava na questão, o odio do povo não era muito; e Lisboa esperava para ver o resultado d'essa comedia, e tomar o pulso ao caracter da rainha. Ninguem sabia ainda de quantas manhas elle era formado.

Mas nem em todos a longanimidade era tão grande; e uma parte da plebe decidiu-se a pedir contas, a reclamar garantias, e até a protestar. Esses adivinhavam a perversidade da rainha. No rei assentou a covardice, e Leonor Telles não podia ainda contar com partido proprio. Fugiram, pois, ás escondidas, para Santarem; e o povo, burlado, ficou em vão esperando o rei no atrio de S. Domingos, para onde o comicio fôra aprazado. Pelo caminho, na fuga, o rei carinhoso observava: «Olha aquelles villões traidores, como se juntavam: prendiam-me certamente, se lá vou.» E não podia esconder o susto, conchegando-se ao collo da rainha, no seio d'uma inclinação protectora. Leonor Telles sorria, calada. Era rainha, mas apupada: o plano da vingança acordava-lhe no animo, e tambem o desdem por esse pobre rei, perdido e fraco.

Este primeiro acto da nova rainha foi decerto o seu primeiro erro. Desde logo, até os mais indulgentes viram que não havia remedio; e o partido dos seus inimigos cresceu em numero e ganhou forças e atrevimento. Ella prejudicára os seus planos por um acto precipitado; e todos os esforços que empenhava em ganhar sympathias eram vãos. «Era mui grada e liberal a quaesquer que lhe pediam, mas quanto fazia tudo damnava; e a sua caridade e as suas manhas não podiam encobrir os seus deshonestos feitos.»

Com effeito, a rainha nem melhorava a fraqueza do rei, nem o afastava das suas loucuras e emprezas perdidas; e por sobre isto era reconhecidamente má. Accusavam-na de ter preparado o assassinato da irman pelo infante seu marido; e era publico que, no meio da agitação da terceira guerra castelhana, tentára matar o Mestre de Aviz, forjando para tanto um falso alvará. O povo já a descrevia como uma fera sangrenta; e o povo sabia quantos odios comprimidos ella guardava contra essa Lisboa miseravel que a insultava e a apupava. Toda a gente se sentia offendida, humilhada, com a humilhação do pobre rei. Contava-se como era com elle ousada e faladora; e como el-rei, submisso e indolente, curvava a cabeça e se calava. Era uma desgraça que entrára no palacio. Depois, além de cruel, sanguinaria, e descomposta no modo, era de uma deshonestidade publica. Todos sabiam que nas barbas do marido tinha o amante no paço. E o pobre rei não desconfiava, na sua cegueira. Quando o Andeiro viera de Inglaterra, escondido, com os tratos de Lencaster, el-rei recolheu-o na torre do seu paço de Extremoz. A sala da sésta era o quarto do conde; e o rei ia-se, e a rainha vinha passar horas esquecidas a sós com o amante. O rei, como homem de são coração, não via o o que escandalisava a todos. Pouco se lhe dava d'isso a ella, chegando a fazer gala dos seus desvarios. O adulterio e a crueldade, o prazer e o sangue, alliavam-se bem n'esse genio perverso, mas intelligente e altivo, tão desdenhoso como impudico. Queria firmar sobre o odio uma força que não pudera conquistar pelo amor. Repellida, accusada, escarnecida por um povo, para quem talvez quiz ser boa, decidiu impôr-se-lhe pelo desabrido do odio e pelo desplante do comportamento.

Vingava-se á maneira antiga, como uma Cleopatra.

No outomno de 1383 falleceu D. Fernando; e logo que a tampa caiu sobre o caixão do defunto, rebentou a revolução.

— — —

A revolução de 1383-5 tem um caracter de um Juizo-de-Deus. A dynastia mentira ao papel justiceiro: morra por ello! Por uma serie de extravagancias domesticas e politicas, D. Fernando levára a uma crise a obra lenta e demorada da independencia nacional, iniciada com uma espada por Affonso Henriques, assegurada com um açoite por Pedro o crú. E' verdade que não deixára de fomentar a consistencia material interna do corpo da nação; mas de que valia isso, pois que a deixava outra vez a braços com o problema vital da succéssão, o problema da independencia?

Logo que o rei morreu, os differentes actores da tragedia começaram a tomar os seus logares na scena.

O castelhano immediatamente encarcera em Toledo o infante D. João, o mais perigoso dos seus émulos por direito de herança, mas perdido perante o povo pela nodoa do ataque de Lisboa, na esquadra inimiga.

A rainha viuva, julgando o momento opportuno para conquistar sympathias, representa uma scena de prantos. Abandonára por um instante a sua politica de vingança, agora que tudo podia perder, se a não escudassem o respeito, ou o amor dos seus. Ella não queria entregar o reino a Castella: queria que a filha fosse acclamada rainha, e ella, como regente, rei de facto. Talvez pensasse em casar-se com o Andeiro, a quem parece amava do coração:

seria esse o castigo fatal dos seus crimes, por ser a causa da sua perdição?

Como a rainha sabia a ruim opinião que havia a seu respeito, «fingia-se mui desconsolada e chorava em grandes prantos. Em uma camara escura, coberta de dó, com lagrimas e soluços — que ás mulheres não faltam quando lhes servem — se lamentava, com as visitas, do seu desamparo, queixando-se do governo que o rei déra ao reino, agora pobre e infeliz.» (Fernão Lopes) Na sua dôr, na boa vontade que tem de servir a nação (para que ella a não expulse do throno) está por tudo. Com effeito, a morte do marido punha-a á mercê da vontade do povo. «Era em tudo obedecida, assim dos povos como dos grandes; mas bem via que essa obediencia nada tinha de pessoal, porque ninguem a amava, nem a respeitava. De um momento para outro podia perder tudo. Os de Lisboa queriam que se constituisse um conselho de governo composto de dois homens-bons de cada comarca: annuiu a essa tutela. Quando fôra a acclamação da rainha D. Beatriz, mulher do castelhano, observára os tumultos geraes e os votos desencontrados das cidades. Em Lisboa, a acclamação provocára rixas e conflictos; muita gente era pelo infante D. João ou pelo infante D. Diniz, que andavam por Castella; outros gritavam: *Arreal, arreal, cujo for o reino, leval-o-há!* Em Santarem o infante D. João foi positivamente acclamado. Elvas, para não se decidir, no meio de tanta confusão, gritou: *Arreal, arreal, por Portugal!*

Esse era effectivamente o grito da nação: por Portugal! Ninguem se recommendava bastante, no animo do povo, para merecer uma corôa disponivel, para se sentar n'um throno vago. O que Portugal não queria, era que n'esse throno viesse sen-

tar-se o castelhano. A rainha não o queria tampouco; e era toda esforços para ganhar a si o povo, para herdar de facto o reino. Organisada a regencia, pensou desde logo na guerra; porque o rei de Castella já se preparava para vir occupar Portugal. Nomeou os fronteiros do reino, e deu ao Mestre de Aviz a zona de entre Tejo e Guadiana.

Havia porém dois homens que, no fundo, protestavam: Nunalvares e Alvaro Paes. O primeiro é a mais nobre, a mais bella figura que a Edade-média portugueza nos deixou. O typo cristallisado nos romances, o typo do cavalheirismo e da pureza, tinha encarnado na pessoa do futuro condestavel. «Usava muito de ouvir e lêr livros de historias, e especialmente usava mais lêr a historia de Galaaz, em que se continha a somma da tavola redonda.» Tinha a nobreza ideal do cavalleiro, e a castidade de um mystico. Era uma açucena na alma, e um leão na bravura e na generosidade. Resistira por muito tempo ao pae que o queria casar, porque não curava de mulheres, nem isso lhe alegrava o coração. Por tudo isto, a infamia da rainha abraçada ao amante, e as lagrimas fingidas pelo marido. córavam-lhe as faces de pejo e enchiam-no de indignação. Nunca a obra indispensavel de salvar Portugal podia levar-se a cabo com tal mulher: Deus não consente aos impuros os grandes actos. «Um dia, passeando só no paço, a cuidar no que havia de ser do reino», occorreu-lhe a idéa de que só a morte do Andeiro podia pôr termo ás desgraças publicas.

O cavalleiro tinha então 24 annos; e esse rapaz, typo ingenuo e puro de virtude, é a imagem de uma nação, tambem joven, e ainda crente n'um futuro proximo. A' indignação da candidez forte junta-se a sabedoria fria e o calculo experiente de Alvaro

Paes, padrasto do futuro grão-doctor. Tudo se conspirava para matar o Andeiro, para perder a rainha. — Era verdadeiramente o juizo de Deus, cuia sentença, logo que fosse publica, seria acclamada pela nação inteira. Isto assegurava ao mestre de Aviz Alvaro Paes em Lisboa. Falava por sua bocca a cidade que Leonor Telles tanto odiava, e que tamanhos medos tinha da rainha. Pensaria já o author do plano do dia 6 de dezembro (1383) na fundação de uma nova dynastia? Queria acaso matar apenas o valído para aterrorisar a rainha; e entregal-a, assim, manietada, ao poder de uma oligarchia urbana, em que Lisboa se arrogasse o papel de defensora do reino, tendo á frente de um conselho de governo, com a regente vilipendiada e coacta, o Mestre, homem simples, por instrumento e chefe? Era um plano atrevido, mas mais de uma vez posto em prática por diversas cidades opulentas da Hespanha. Não contava, porém, Alvaro Paes, nem com a arte que os annos desenvolveram no Mestre; nem com o generoso e nobre caracter de Nunalvares; nem com a força invencivel dos futuros textos e doutrinas do grão-doctor João das Regras.

Combinado o programma do dia 6, Alvaro Paes abraçou e beijou o Mestre. N'esse dia foi este ao paço despedir-se da rainha: partia para a sua fronteira do Alemtejo. Momentos depois voltou acompanhado por alguns fidalgos dos seus. A rainha, surprehendida, interrogou-o. — A fronteira era muito *grossa*, levava pouca gente, os arrolamentos estavam errados, queria examinal-os...

Leonor Telles estava então na sua camara, sentada no meio das suas damas, costurando, sobre o estrado. De joelhos, aos pés da rainha, o Andeiro, de corpo bem disposto, *lustroso*, viril (40 annos),

vestindo, apesar do luto, um gibão de setim cramesi e um tabardo de panno preto, sem o burel branco do estylo, falava manso com ella. Era um quadro de familia, e tudo parecia sereno, menos o tom e o aspecto do Mestre e dos seus, de pé, carrancudos e indecisos, como quem tem na mente um crime.

A rainha, inquieta, mas simulando indifferença e sangue frio, chamou o escrivão da puridade e mandou abrir o livro dos vassallos da comarca: Escolhesse o Mestre os que quizesse. O escrivão de pé, com o livro aberto, ia lendo, indifferentemente *item, Dom*... etc., mas o Mestre não lhe prestava grande attenção. Uns perante outros, os personagens da tragedia adivinhavam-se, mas não se confessavam. Só, porventura, o escrivão, no seu tabardo negro, com a voz monotona, era sincero. Andeiro levantou-se, saíu a outra sala, a avisar os seus sequazes: o que o Mestre vendo, receiou perder-se, ou que o ensejo lhe fugisse. Levou-o comsigo para fóra. A rainha, no meio das suas damas, sobre o estrado, costurava. O momento agudo da crise chegára: era mistér consummar o acto. O Mestre empurra então o conde para o vão de uma janella. Elle ia a fallar... «sendo, porém, mais tempo de o matar, do que de o ouvir», deu-lhe uma cutilada na cabeça, a valer. Desarmado, o infeliz não podia defender-se; e assim que inclinou a cabeça rachada pelo meio, a gente do Mestre acabou-o alli ás estocadas. Foi uma façanha arteiramente combinada, barbara e cobardemente executada. Nunalvares, quando a mesma solução lhe occorrera, pensou decerto n'um plano diverso.

Consummado o assassinato, poz-se em scena a comedia do contra-regras, Alvaro Paes. Foi mandado um pagem a gritar pelas ruas que acudissem

ao Mestre, que o matavam no paço. Entretanto, dentro d'elle, era grande o alvoroço. Uns fugiam pelas janellas, outros pelos telhados: todos corriam como doidos, cheios de susto, e se acotovellavam nos corredores e entre as portas. A rainha levantando-se, ao ouvir que lhe tinham matado o amante, rugiu de colera, como a fera a quem roubam os filhos: era a sua cruelfraqueza! Viu tambem a sua vida em perigo, e por ventura n'este momento desejou a morte (1). Animosa, mandou perguntar ao Mestre, que n'um eirado do palacio, á vontade, descançava das commoções violentas, se tambem a queria matar. Elle voltou, respeitosamente, que não. Era um homem simples, costumado a vêr em Leonor Telles a mulher do rei; e por isso, além de ser muito novo (26 annos). não se atrevia a tanto. Era fogoso, brutal, e de instinctos pesados: um instrumento capaz de executar os planos manhosos de Alvaro Paes, prompto para tudo, porque não distinguia bem a linha que separa a nobreza da villania — como, de resto, succedia a quasi todos os homens d'armas da Edade-média. Foram a revolução, os companheiros e depois a mulher, quem fez d'elle na edade madura um sabio rei.

Na rua, Alvaro Paes vinha a cavallo (por excepção rara, que era velho já e pesado) á frente da procissão de energumenos, bradando por desvairadas maneiras. A plebe, investindo com o palacio, quebrava os cancellos de ferro, trazia escadas para o assalto e montes de lenha para queimar tudo. Era uma algazarra incrivel de improperios e nomes deshonestos, dirigidos á rainha. Já de dentro havia medo de que o fogo pegasse, e que o fim da tragedia fosse um incendio justiceiro. Extenuavam-se a

(1) V. *instit. primit.*, p. 157.

gritar que o Mestre estava vivo, Andeiro morto; mas ninguem tinha ouvidos no meio do clamor da turba. Por fim, o Mestre de Aviz appareceu a uma janella e foi victoriado: «Vinde para nós, gritavam-lhe, e dáe ao démo esses paços!» Alli mesmo, ao pé do palacio, ficava a Sé. Era necessario solemnisar a festa com os repiques dos sinos, conforme a plebe o ordenava; mas os padres, recolhidos no alto da torre, não sabiam o que queriam d'elles; e por esse crime foram precipitados á rua o bispo e mais dois; e os cadaveres, arrastados ao Rocio, ahi ficaram para pasto dos caens.

Tambem o Mestre já sentia fome, depois de tamanho dia. Foi com Alvaro Paes comer socegadamente. O homem cumprira o que tinha promettido: e, á mesa, na satisfação da victoria, instruiu o rapaz sobre o que lhe restava fazer: pedir perdão á rainha, depois de jantar. Quem sabe? dir-lhe-hia elle, mastigando, mais tarde... casar com ella... E o mestre, bastardo, pobre, ambicioso e simples, via abrirem-se-lhe horisontes seductores.

Com effeito, depois de jantar, o Mestre de Aviz foi ao paço e, de joelhos, pediu perdão á rainha. Tamanha simplez encheu-a a ella de espanto. Estava calada, não sabia que responder; e como o pobre insistia, ella, afinal com desdem, voltou-lhe: Falemos de outras cousas .. O Mestre saía desorientado e corrido, atraz d'elle as suas guardas, quando a rainha, seguindo-os, deu de chofre com o cadaver do conde empoçado em sangue e cobero com um tapete velho. Não pôde mais conter-se; e o seu animo, perdido, rebentou em duras queixas: «Enterrae-o ao menos, já que o mataste tão deshonradamente!» Elles não curaram d'isso, nem se doeram do adverbio da rainha, e foram para suas pousadas. Era tempo perdido.

Ao outro dia a rainha partiu para Alemquer — suffocada em odios contra Lisboa: queria vel-a arrazada e queimada de mau fogo, queria uma tonelada de linguas das suas mulheres. Queria uma vingança, uma desforra que désse brado ao mundo. Que lhe importavam, á sua alma desvairada, a nação e a independencia? No egoismo absoluto de uma paixão, esquecia tudo; e por isso mudou de rumo á sua politica, e convidou o rei de Castella a vir tomar posse de Portugal. Perdia-se irremediavelmente.

Entretanto a maxima parte da nobreza acompanhava-a, e a fidalguia era então o exercito. Uns não queriam pactuar com a revolta da plebe de Lisboa, nem curvar a cerviz ao imperio de Alvaro Paes. Outros eram fieis á legitimidade da regencia. O resto dos que não acompanhavam a rainha e grande parte das classes médias eram pelo infante D. João, preso em Toledo. O plano de Alvaro Paes e o partido do mestre de Aviz caiam tanto, que, desanimado, o ultimo decide-se a abandonar a empreza e a fugir para Inglaterra — como fez depois o seu successor na historia, o Prior do Crato. Poderam, porém, contel-o. Para que? Para o decidirem a uma segunda vergonha. Eram incapazes de nenhuma grande audacia, de nenhum plano temerario; e só um d'esses poderia dar a victoria. Não sentiam o palpitar violento de uma nação forte que aspirava á vida. Os seus meios eram mesquinhos, soezes e crueis. Conquistaram o castello em Lisboa, levando á frente de si as mulheres e os filhos dos que o defendiam pelo infante D. João. Angariavam sequazes, comprando-os a dinheiro, segundo a regra de Alvaro Paes: *dae o que não é vosso, promettei o que não tendes, e perdoae a quem vos errou*. A rapina e a impuni-

dade eram o alicerce da força do partido, já ridiculamente alcunhado do *Mexias de Lisboa*. O segundo plano proposto, para evitar a fuga do *Mexias*, era a antiga idéa commum e soez de Alvaro Paes: casal-o com Leonor Telles. O Mestre accedeu; e propoz o caso á rainha, que respondeu com uma gargalhada. Podia-se acaso descer mais? Não podia.

Quem faz, porém, os Messias é o povo. Valham pouco, valham nada, pouco importa. São um lábaro, onde a turba escreve um moto. Vão, mas não guiam. Portugal com effeito gerava uma revolução messianica; pedia em altos brados que o salvassem; tinha a consciencia de que podia e havia de ser salvo. Esta força latente e invencivel, era, porém, ignota para a simplez do Mestre e para o lerdo instincto de Alvaro Paes. Andavam ambos como cégos em torno de um pharol, sem o verem. Eram ambos como certos animaes das trevas, a quem a desnecessidade priva de olhos.

Para vêr e para sentir a gravidade do momento, para conceber a audacia da revolução, era mistêr, ou a ingenua candura dos fortes, ou a refinada sabedoria dos mestres. O de Aviz teve a fortuna de encontrar dois homens que o fizeram rei, e tornaram o seu titulo ridiculo de *Mexias*, no titulo verdadeiro e forte de Defensor-do-reino, positivo messias da nação (1384).

Termina o reinado de Alvaro Paes, desde que o futuro condestavel e o grão-doctor tomam conta, um da guerra, outro da politica. Temerarias, audazes, quasi loucas ambas, exprimem ambas a suprema sabedoria; porque traduzem o até ahi indefinido querer do povo, e empregam os meios unicos de salvação. Nunalvares faz de toda a fronteira e

theatro de incessantes campanhas, pouco ou nada attende ás ordens do Defensor-do-reino, por vezes desobedece formalmente. A' medida que o Mestre via o resultado das armas do nobre capitão, ia reconhecendo a propria inferioridade; e a simplez natural do seu genio tinha de bom o abrir-lhe os olhos á verdade. Nos actos alheios, aprendia a pesar os seus, ganhando com isso a attitude de um moderador prudente. Era sábia a arte com que ponderava os conflictos inevitaveis de Nunalvares com João das Regras; do cavalleiro idealista e heroico, e do habil, consummado politico; do representante ingenuo de douradas phantasias, com o frio calculador das cousas positivas; do ultimo homem da Edade-média, com o primeiro do novo Portugal monarchico. Entre ambos, o Mestre de Aviz era um pendulo regulador das duas forças em opposição.

A politica ia buscar outra vez as allianças inglezas, acordando a antiga ambição castelhana da casa de Lencaster; e a guerra, ora terrivel em batalhas, ora fidalga em reptos e duellos, ia acordar por todo o paiz a revolução. Os grandes, os alcaides das terras, eram por Castella ou pelo infante D. João; mas o povo era pelo Messias: cria e esperava o milagre. Formavam-se *uniões* espontaneas; e as levas de populares conquistavam para o Mestre os castellos e villas fortificados aos senhores e aos alcaides dos concelhos.

Uma grande parte do reino obedecia ao governo de Lisboa; mas a rainha, o rei de Castella e o exercito invasor, na sua marcha sobre a capital, occupavam Coimbra. Leonor Telles acabou ahi. Arrependida de ter chamado o castelhano que a desprezava; reconhecendo que erradamente, por uma precipitação, forjára por suas proprias mãos

as cadeias do seu captiveiro, vendo agora quanto se illudira, e que erro fôra o seu em não avaliar a justa vitalidade do paiz, tentou ainda urdir uma trama para se libertar, perdendo o genro e a filha. Os seus planos falharam; e anojada e cheia de desespero, seguiu a ordem do genro, que de Coimbra a mandou enterrar no mosteiro de Tordesillas. Como acabaria a sua vida? Quem sabe? talvez arrependida, santamente amortalhada no burel monastico? acaso roida de desespero, impenitente?

O exercito castelhano desceu sobre Lisboa, e este segundo cerco da capital (1384) foi mais cruel ainda do que o primeiro, no tempo de D. Fernando. Veiu a fome perseguir os heroicos lisbonenses, que andavam já doentes das cousas que comiam. Por fóra a peste alastrava, porém, de cadaveres os arrayaes castelhanos; e quando, um dia, a rainha de Castella, pretendente de Portugal, adoeceu tambem, os inimigos levantaram o cerco. O povo encontrava n'isto motivos para crer n'uma protecção do céu.

Por mais de um anno se prolongaram ainda as guerras pelas provincias afastadas; mas Lisboa, Coimbra e todo o centro do paiz era, já em 1385, pelo Mestre. Os ultimos actos da revolução iam consummar-se: as côrtes de Coimbra e a batalha de Aljubarrota.

Em Coimbra o grão-doctor é o general e o chefe. Essa batalha de discursos era diversa, mas não menos brava de pelejar; porque uma grande parte da nobreza, decidida a defender o reino do castelhano, não o estava a acclamar rei o Mestre de Aviz. Legitimista, considerava-se ligada ao infante D. João; e a união dos fidalgos, completa para a defeza, não existia, agora que se tratava

de consolidar, com uma nova dynastia, a independencia e a constituição definitiva do reino.

O rei de Castella era schismatico e excommungado por apoiar Clemente VII contra Urbano VI; e além d'isso os maus costumes de Leonor Telles não deixavam ter certeza sobre a legitimidade de D. Beatriz. — Todos apoiavam João das Regras, porque ninguem queria o castelhano. — D. João, continuava o doutor (e aqui principiavam os murmurios) é bastardo, porque el-rei D. Pedro jámais se casou com D. Ignez de Castro. — Um momento houve em que Nunalvares esteve a ponto de brigar com o *roncador* Martim Vasques, o chefe dos *leaes*; e as côrtes por um triz se tornavam n'uma batalha. Interveiu o Mestre de Aviz, apasiguando o exaltado capitão, melhor no campo do que no conselho.

Ahi reinava o *grão-doctor*. Além de illegitimos, continuava sem se perturbar, os filhos de D. Ignez de Castro tinham tomado armas contra a patria; e este argumento, proprio a impressionar os leaes, pesou, mas não os decidiu. Então o doutor lançou mão das reservas e venceu. Apresentou as bullas, nas quaes o papa recusára acceder aos pedidos do rei D. Pedro para a legitimação dos filhos. Podia haver prova mais solemne? Ousaria ainda alguem conservar duvidas? E apoz isto desenrolava todas as consequencias: a divisão das forças do reino perante o castelhano, inimigo commum; a impossibilidade de acclamar rei um principe preso em Castella, etc. O ataque era irresistivel; e tudo cedeu, declarando-se vago o throno, e elegendo-se para o occupar o Mestre de Aviz, D. João I.

Que melhor prova podia dar-se da vitalidade da nação e da sua independencia já acabada, do que estas côrtes de 1385, em que ella exalta uma

dynastia, sem base na tradição nem na herança, unicamente enraizada no querer absoluto, commum dos portuguezes? E' só n'este momento que bem de facto se póde dizer terminada a historia da independencia; porque a dynastia de Borgonha trazia comsigo o peccado original da doação primitiva, segundo o direito feodal: o reino era um senhorio, sublevado, como por tantas vezes e por tão longos tempos o tinham sido, na propria Hespanha, a Galliza e a Biscaya. (1) Agora as cousas mudavam; e mudavam, porque a nação, alargando-se para o sul, recebendo novas gentes em seu seio, fomentando a actividade commercial e maritima em Lisboa, ao mesmo tempo que se constituia interna ou organicamente, era já um ser diverso do antigo, e um ser dotado de vida independente e propria. A crise, que temos vindo historiando — com um vagar desculpavel pela sua significação excepcional — parece ter, para a vida nacional portugueza, a importancia que a natureza dá ás crises que determinam a passagem de uns para outros dos seus typos organicos. (2)

Não bastava porém uma acclamação, era necessario um baptismo, á nova monarchia. Aljubarrota respondeu com as armas á eloquencia das côrtes; e, victorioso no conselho e no campo, o throno de D. João I ficou inabalavel. Segundo o parecer dos inglezes, seus alliados e mestres na nova tactica militar com que vieram a esmagar em Azincourt a cavallaria franceza, o Mestre d'Aviz entrincheira o seu pequeno exercito. Nortberry, Hartcelle e d'Artberry, capitães, traçaram a *carriagem*. Cortaram-se ramos de arvores com os quaes se levan-

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) a pp. 118-21 os quadros dos estados peninsulares.
(2) V. *Elem. de Anthropologia* (3.ª ed.), pp. 13-20.

tou uma estacada para paralysar as cargas da cavallaria; ao meio d'essa estacada um carreiro estreito, internamente bordado por archeiros e bésteiros de pé, estava aberto, como uma tentação e um laço ao ardor fidalgo dos inimigos.

A desproporção do numero era grande entre os combatentes. O castelhano trazia comsigo vinte mil homens de cavallo, nos quaes entravam dois mil francezes, gascões e bearnezes: com a peonagem, o seu exercito ia a mais metade. Em volta de D. João I não havia mais de duas mil lanças, oitocentos bésteiros e quatro mil peões: alguns elevam a dez mil o total. Evidentemente, só a força da arte podia vencer a desproporção do numero. Pelo meio dia appareceu o exercito inimigo, victoriosamente composto na galhardia das armas reluzentes com o sol, dos pendões e bandeiras blazonadas, das mesnadas dos ricos homens da Hespanha e da França meridional, montados nos seus cavallos de guerra. Os portuguezes, calados, humildes e obscuros, por detraz das suas trincheiras, esperavam o choque d'essa brilhante móle. Havia em muitos valentia e enthusiasmo, mas não faltava o temor, menos ainda a decisão firme de morrer vencidos, na desesperança de rebater um ataque tão poderoso. O condestavel e os cavalleiros excitavam o ardor bellico; os bispos, confessando, absolvendo, dando a commungar, distribuiam a paz ás consciencias, preparavam para a morte, accendendo a coragem com os odios religiosos. Havia exaltação, votos singulares, ditos agudos, mas sobradas duvidas sobre o resultado do dia. Os padres resavam no seu latim: *Verbum caro factum est*, e os soldados traduziam d'esta fórma o evangelho: muito caro feito é este: Havia até medo n'essas levas de gente bisonha do campo, soldados

saídos de uma população rural; mas uns trinta peões que fugiram, apavorados, foram trucidados pelos castelhanos: o que nos prestou o serviço de evitar as deserções, consolidando o proposito da defeza.

O exercito inimigo não se tinha decidido ainda sobre o modo de operar. Uns optavam pela prudencia: vinham de longe, cansados da viagem, não tinham comido ainda: esperassem, e os portuguezes, como javardos no seu covil, seriam forçados a saír por lhes faltar o mantimento. Outros achavam uma vergonha, para tão fidalgos cavalleiros, o parar deante d'uma estacada mal defendida por um punhado de soldados bisonhos. Apesar do rei vir em andas, doente com sezões, venceu a ultima opinião, e atacaram galhardamente. «Em esto os ginetes dos inimigos provavam a miude d'entrar na carriagem dos portuguezes, mas tudo achavam apercebido de guisa que lhes non podiam empecer. De forma que os castellãos tiveram de apear e combater com armas curtas.» (F. Lopes).

Realisava-se a previsão, e a batalha acabou por um destroço completo da cavallaria orgulhosa. O rei de Castella fugiu nas suas andas. Toda a bagagem do seu exercito caiu em poder dos vencedores. Eram carretas e azemolas sem numero e dezenas de milhar de cabeças de gado.

Como para a Europa central foi depois Azincourt, assim Aljubarrota foi na Hespanha: o ultimo dia da cavallaria feodal, e o primeiro ensaio d'esses combates de pé, com que dois seculos mais tarde a infanteria castelhana de Carlos V havia de conquistar a Europa.

A Edade-média portugueza acaba no dia de Aljubarrota, com a primeira epoca da nação, com

o periodo da sua formação trabalhosa e lenta. Novos horizontes, vastas ambições, pensamentos ainda inconscientes de um largo futuro, amadurecem encobertos, no seio da nação, formada, acclamada, baptizada em sangue. Chama-a de longe um dubio tentador — o Mar!

LIVRO TERCEIRO

A CONQUISTA DO MAR TENEBROSO

(DYNASTIA DE AVIZ: 1385-1500)

> ... quantas vezes estive mettido de baxo das bravas ondas por saber o fundo das barras e para que parte endereçavâm os canais, e entrada dos rios até então nunqua lavrados cubertos de bravo mato; e asi mesmo que para alcansar a verdade das rotas, fluxos do mar, voltas e remansos de rios, surgidouros de portos, abriguo de enseadas, deferença das agulhas, altura das cidades, e fazer tavoas de cada lugar e rio em que se contem a mostra da terra, baxos, restingas, rotas, e como se devem de entrar, perdi muita parte da saude e disposição natural.
>
> DOM JOHAM DE CASTRO, *Primeiro roteiro da costa da India.*

I

O Infante D. Henrique

Desde o meiado do XII seculo que se propagára na Europa a noticia da existencia de um imperio christão no extremo Oriente. O nuncio da Egreja da Armenia falára ao papa (Eugenio III) em um principe, chamado João, cujos dominios estavam situados para além da Armenia e da Persia, e que reunia ao Imperio o sacerdocio: era um papa do extremo Oriente, e fizera numerosas conquistas, o Preste-Joham. (1) Esta lenda, espalhada na Europa,

(1) V. *As raças humanas*, I, pp. 96-9.

excitava tanto mais a pia curiosidade dos christãos, quanto essas distantes regiões se pintavam como paraizos carregados de ouro e encantos.

Durante a Edade-média, vogavam tambem extravagantes lendas ácerca do Atlantico. (1) As tradições obliteradas pela ignorancia davam caracteres phantasticos ás antigas viagens dos carthaginezes ao longo das costas d'Africa, e ás ilhas do mar atlantico. (2) Esse infinito de aguas, onde mergulhavam todas as costas conhecidas, povoava-se de monstros e sombras extravagantes: era o Mar Tenebroso! Os homens do norte, que nas suas barcas tinham descido desde os mares gelados do pólo a piratear nas costas da França, foram caindo para o sul; e já no XV seculo tinham chegado ás Canarias, já commerciavam ao longo da costa africana, para cima do cabo Bojador, onde tambem, por terra, chegavam os berbéres de Marrocos. (3)

As tradições dos geographos antigos, idealisadas pela imaginação bretan, tinham dado logar á formação de lendas maravilhosas. O mar tenebroso era um oceano de luz, semeado de ilhas verdes, onde havia cidades com muralhas de ouro resplendente: ao cabo das longas e perigosas viagens estava o paraizo terreal. Para os geographos arabes, menos fecundos em phantasias, o mar tenebroso era uma vasta e infinita campina, a acabar n'um cahos de nevoeiros e vapores aquosos; e «ainda que os mareantes, diz Ibn-Khaldún, conheçam os rumos dos ventos, não havendo, para além, paiz algum habitado, perder-se-hão irremediavelmente,

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. VII-VIII e *Elem. de Anthropol.* (3.ª ed.) pp. 126-7 e 215-17.
(2) V. *As raças humanas*, liv. IV, 2.
(3) *Ibid.*, pp. 111-18.

porque o limite do oceano não é outro, senão o proprio oceano».

Além d'estas tentações maritimas, havia a ambição do Oriente e do seu commercio, accendida em toda a Europa pelas Cruzadas; e mais particularmente na Hespanha, pelo contacto intimo em que a occupação arabe a puzera com os monopolisadores d'esse commercio, durante a Edade-média. Hormuz (1) era o emporio mercantil de todos os mercados do oceano indico. D'ahi as carregações se dirigiam para a Europa e para a Asia do norte, seguindo derrotas diversas. As da Asia iam em cáfilas, caminho da Armenia, por Trebizonda, engolphar-se na Tartaria; as da Europa, ou vinham por mar a Suês, e d'ahi em caravanas, pelo Cairo, a Alexandria, ou seguiam por terra o valle do Euphrates a Bagdad, passando em Damasco, no seu caminho de Beirut, sobre o Mediterraneo.

Tinha, porém, no começo do xv seculo, a empreza encetada com tamanho vigor e tino pelo infante D. Henrique, o pensamento determinado de chegar por mar — como veiu a chegar-se — ao imperio do Preste-Joham das Indias? Parece-nos que não. Devassar o mar tenebroso em demanda das ilhas de que havia uma noticia mais ou menos vaga; reconhecer e ir occupando gradualmente a costa occidental da Africa — parecem ter sido emprezas ainda não ligadas n'esse tempo com a da viagem aos reinos do Preste-Joham. Esta viagem, comtudo, não occupava menos o espirito do principe, que pensava leval-a a cabo por um caminho differente: por terra. A conquista de Ceuta pren-

(1) Seguiremos em geral a orthographia de Kiepert nos seus Atlas, com referencia aos nomes geographicos do Oriente, traduzidos nas nossas chronicas pelo ouvido dos soldados da India.

de-se directa e principalmente a este pensamento. Architectos arabes da Hespanha tinham ido pelo interior da Africa até Timboktu, cujos palacios rivalisavam com os de Cordova ou de Granada. Ceuta era a chave maritima do imperio de Marrocos; e, porventura, atravez da Africa se poderia chegar ao dourado Oriente. Em todo o caso a terra offerecia um campo de exploração mais definido do que esse mar incognito, infinito, cheio de trevas.

No ambicioso espirito do infante, cabiam as duas emprezas: conquistar o imperio marroquino, ou pelo menos o seu litoral, para garantir o monopolio do commercio do Sudão; (1) e ao mesmo tempo conquistar ás trevas as ilhas d'esse mar desconhecido, seguindo tambem o longo das costas occidentaes para as visitar e explorar. Tenaz e até duro de caracter, D. Henrique sacrifica tudo aos progressos da sua empreza: nem o dobram as lagrimas do irmão infeliz sacrificado em Tanger, nem as supplicas do outro irmão, o nobre D. Pedro, talvez por sua culpa morto em Alfarrobeira. A's conquistas da Africa immola os dois principes; ás navegações os seus ocios, as rendas da Ordem de Christo, e as vidas obscuras dos muitos que morreram ao longo das costas, ou na vasta amplidão dos mares terriveis. Dominado por um grande pensamento, é deshumano, como quasi todos os grandes-homens; mas, no limitado numero dos nossos nomes celebres, o de D. Henrique está ao lado do primeiro Affonso e de João II. Um fundou o reino, outro fundou o imperio ephemero do Oriente; entre ambos, D. Henrique foi o heroe

(1) V. *As raças humanas*, I, pp. 94-6 e *O Brazil e as colon. port.*, (2.ª ed.), pp. 244-8.

pertinaz e duro, a cuja força Portugal deveu a honra de preceder as nações da Europa na obra do reconhecimento e vassallagem de todo o globo.

A candida nobreza de Nunalvares, a sabedoria do grão-doctor João das Regras, a explosão da força nacional, tinham feito de D. João I quasi um heroe: os seus illustres filhos fazem d'elle o mais feliz dos paes. Ditoso homem mediocre a quem tudo favorece, deu-lhe a sorte uma esposa virtuosa e nobre na princeza, cuja lição e cujo exemplo pòem a semente das suas grandes acções no coração dos infantes — D. Pedro, acaso o typo mais digno de toda a historia nacional; D. Fernando, cujos meritos desapparecem perante o do martyrio que o santificou; D. Duarte, o rei sabio e feliz: D. Henrique, finalmente, em cujo cerebro ferviam os destinos futuros de Portugal. E' uma pleiade de homens celebres, presidindo a uma nação constituida e robusta. Com taes elementos consegue-se tudo no mundo. Bons guerreiros, á antiga, os infantes não se parecem, comtudo, já com os antigos personagens. A côrte apresenta uma phisionomia diversa: dir-se-hia uma Academia. D. Duarte occupa-se em cousas sábias, escreve o seu *Leal conselheiro*. D. Pedro, cujas dilatadas viagens chegaram a formar lenda, traz comsigo vasta lição, muitos livros, cartas, conhecimentos; a litteratura e a geographia occupam-no por egual, e tambem escreve: dedica ao irmão primogenito o seu tratado da *Virtuosa bemfeitoria*. A' noute, nos serões, lêem-se, *pouco, passo, e bem apontado*, como D. Duarte manda na sua obra, as historias seductoras de Galaaz, de Merlim, de Tristão. Não é

uma côrte da Edade-média, é já uma côrte da Renascença, cheia de idéas novas e de uma cultura eminente. A educação transforma a politica, e as theorias monarchicas da Italia são applaudidas e adoptadas. Bole-se na legislação, limitam-se os privilegios aristocraticos e burguezes, adianta-se a obra da unidade organica do corpo nacional. Os principes, valentes e sabios, são estadistas, no moderno sentido da palavra; e o rei, que na mocidade obedecera aos impulsos de Nunalvares, ás lições de João das Regras, obedece agora aos incitamentos dos filhos, que lhe mostram, com os livros e os mappas, a conveniencia de ir tomar Ceuta — primeiro acto de uma longa e ambiciosa historia que desenrolavam perante os ouvidos soffregos do antigo Mestre de Aviz. A rainha, orgulhosa nos filhos, approva tanto, que, já moribunda, ainda obriga o marido a partir. D. João I, passivo agora e sempre, obedece; e, do principio ao fim da sua fecunda existencia, parece fadado a ornar-se com os louros por outrem ganhos, a ceifar a seara que outro semeou. Tinha porém a habilidade propria dos homens de juizo — a de pesar, vêr, e julgar com rectidão.

Os planos de D. Henrique mereciam a plena approvação do rei, que lhe dava ampla liberdade para proseguir; e até o incitaria, se o infante carecesse de estimulo. Já no proprio anno de Ceuta, D. Henrique fizera uma primeira tentativa, enviando uma frota a sondar e reconhecer a costa da Africa.

Terminada a empreza de Ceuta, poz decididamente mãos á obra, e estabeleceu-se em Sagres.

Era uma lingua de rocha cravada nas ondas e açoitada pelas ventanias do noroeste. Estava-se alli como a bordo; e a academia do infante parecia uma náu, em que vogavam os destinos ainda ignotos da nação. Os antigos tinham chamado *sacrum*, sagrado, a esse promontorio, e o nome de agora tambem traduzia, no pensamento e na linguagem, a passada denominação. Sagres ia ser no XV seculo, como fôra nos velhos tempos, o pedestal de um templo. Acreditavam os antigos celtas, do Guadiana espalhados até á costa, (1) que no templo circular do promontorio sacro, se reuniam ás noutes os deuses, em mysteriosas conversas com esse mar cheio de enganos e tentações, aberto ao capricho dos homens para os tragar. Agora, os modernos herdeiros dos druidas erguiam em Sagres um novo templo, onde tambem ás noutes, não deuses, mas homens, se entretinham em falas com os ignotos mares, com as regiões desconhecidas. O espirito era o mesmo, a religião era outra: — era a da Renascença — a sciencia, a tentação irresistivel que arrastava os homens para a natureza; que os fazia extenuarem-se a desflorar a virgindade dos mares, a interrogar a mudez das noutes, na sua ancia de saber, de dominar, de conhecer o mundo inteiro e os seus segredos: «quantas vezes estive mettido debaixo das bravas ondas, por saber o fundo das barras e para que parte endereçavam os canaes!»

Em Sagres reunira o infante todos os recursos de que então dispunham a cosmographia e a arte de navegar. D. Pedro trouxera-lhe das suas viagens o manuscripto das peregrinações de Marco Paolo. Esses livros, os mappas de Valseca, as narrativas

(1) V. *As raças humanas*, I, p. 184.

e roteiros dos pilotos, as rudes cartas maritimas, faziam vergar as mesas, a que o infante, tendo ao lado o seu cosmographo, Jayme de Mayorca, então celebre, rodeado de discipulos, passava os dias a discorrer, as noutes a interrogar, silenciosamente, os enygmas propostos nos textos e desenhos. Como Raymundo Lullio, entre as drogas e retortas do seu laboratorio se extenuava a buscar o principio da vida, os corpos simples ou elementares da materia para obter o segredo da existencia physica e organica: assim o infante procurava desvendar os segredos das ilhas e dos continentes, dos golphos e enseadas, velados pelo manto azul-negro do Mar Tenebroso.

Essa paixão naturalista da Renascença nos seus primeiros tempos, essa tenaz curiosidade scientifica, differia essencialmente do mysticismo religioso da Edade-média, eivado de phantasias kabbalisticas, e da ingenuidade das mythogenias primitivas. O homem já preferia a sciencia á imaginação: rejeitava as fabulas, e confiava tudo aos processos e aos meios positivos. «Ora manifesto é, diz, um seculo depois, Pedro Nunes, que estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram indo a acertar; mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geographia, que são as cousas de que os cosmographos hão de andar apercebidos. Levavam cartas mui particularmente rumadas, e não já as que os antigos usavam, que não tinham mais figurados que doze ventos, e navegavam sem agulha.» A bussola, o astrolabio e o quadrante já guiavam as expedições maritimas enviadas annualmente de Sagres pelo infante, a sondar o Oceano, ou a descer a costa para o sul. Porto-Santo, a Madeira e os Açores foram por esta fórma arrancadas

ás trevas do mar. (1) Mas, apesar das successivas investidas, não se conseguira ainda dobrar o cabo Bojador, limite extremo até onde a costa era conhecida: havia doze annos que os navios iam e voltavam sem resultado. Era uma barreira natural, junta a um muro de terrores phantasticos.

Gil Eannes parte, afinal, em 1434, e volta com a desejada nova. O mundo não acabava alli, sabia-se já; mas seria possivel ir além d'esse *finis-terrae* da Africa? Gil Eannes voltou para responder affirmativamente. Dissiparam-se, portanto, os sustos; e os navios foram seguindo, costa abaixo, por Cabo-Verde, a Guiné, onde, cheios de satisfação, os mareantes aprisionam os primeiros negros — os azenegues do Senegal. (2)

Era um antegosto das horrorosas façanhas a que as tentações do mar os haviam de conduzir; mas as perdas de gente e dinheiro, já sensiveis, o dilatado das viagens, sem consequencias fecundas, esfriavam nos animos o enthusiasmo do principio. Não acabava, jámais, a costa da Africa! e o Preste-Joham e os encantos do Oriente traduziam-se apenas pela *malagueta* da Guiné. (3)

O infante morreu em 1460, e com a sua morte parou o movimento das navegações. A empreza, primeiro esboçada, parecia colossal de mais para as forças da nação: não podiam ellas vencer de todo, nem o Mar, nem Marrocos; e o que se tinha conseguido, perante os resultados praticos, desanimava, e fazia sentir cansaço.

---

(1) V. A chronologia particular das viagens de descoberta no *Brazil e as colonias portuguezas* (2.ª ed.) pp. 2-3.
(2) V. *As raças humanas*, I, pp. 116-7.
(3) V. O *Brazil e as colon. port.*, (2.ª ed.), pp. 14-5.

Antes de nos alongarmos na historia d'essa empreza, cabe-nos o dever de registrar brevemente a da formação das forças navaes portuguezas, indispensaveis para o emprehendimento das viagens de descoberta e das expedições militares á costa da Berberia.

Póde dizer-se que, até ao fim do XII seculo, não ha marinha na Hespanha occidental. As luctas da reconquista, então feridas, eram-no por terra exclusivamente: e a impericia maritima dos christãos, junta aos relativos progressos dos arabes concorriam para tornar difficil a conservação das praças litoraes conquistadas. Os primeiros dispunham apenas de pequenas lanchas costeiras; emquanto os segundos tinham navios regularmente armados e equipados, com que percorriam toda a costa occidental, refrescando nos seus portos, abastecendo-os de munições e gente quando estavam cercados, e desembarcando a miude, com o fim de talar os campos dos christãos e captivar os tardivagos ou indefesos. Já, porém, no XI seculo o bispo de Compostella tinha mandado vir de Genova pilotos, sob cuja inspecção construiu duas galés que foram ás costas do Algarb sarraceno pagar em moeda egual antigas e grossas dividas. Os genovezes foram os nossos mestres na arte de navegar.

Mas desde o meiado do XII seculo o exame das armadas de Cruzados, com cujo auxilio Lisboa e depois Alcacer foram tomadas, tinha vindo accrescentar os conhecimentos; demonstrando ao mesmo tempo que, sem o imperio no mar, jámais poderia levar-se a cabo a conquista do sul do reino. A' empreza de Silves, no tempo de Sancho I, vão já navios portuguezes; e o que escrevemos sobre o caracter mais regular e systematico da politica e das campanhas d'esse reinado leva-nos a crêr que d'ahi deve datar-se a fundação da marinha militar

portugueza. Com effeito, essa marinha existe nos reinados de Sancho II e de Affonso III, como o provam as expedições maritimas que terminaram pela conquista definitiva do Algarve, e as façanhas do lendario Fuas Roupinho. Havia então já um corpo de tropas especiaes de embarque.

Que eram esses navios, porém? O leitor de certo viu alguma vez, de tarde, ao cair do sol, o recolher dos barcos, voltando do mar, nas praias de Ovar ou da Povoa-de-Varzim. Viu a construcção e os typos d'esses navios primitivos, e as pittorescas physionomias dos seus tripulantes: eis ahi uma esquadra do XIII seculo. (1) Vel-a-ha, real e verdadeiramente, se, com a imaginação, substituir por armas os utensilios da pesca. E quando os barcos, encalhados na areia humida, descarregaram — hoje o peixe, então as presas, os mantimentos e a gente — homens e mulheres, fincadas as mãos sobre os joelhos, curvados, com o dorso contra o costado do barco, em linha ao longo d'elle, impellem-no, manobrando ao som de um canto rythmico, para o fazer rolar sobre toros até ficar em secco, distante dos perigos das ondas. Essa scena repetia-se para pôr a enxuto, e para pôr a nado as embarcações; e Sancho II realisou um progresso, ainda hoje desconhecido nas nossas praias de pescadores: mandou construir *debadoyras* (cabrestantes) para encalhar, tirados por cabos, os navios. No tempo de Affonso III já o poder maritimo portuguez é de tal ordem, que os nossos navios vão em soccorro a Castella, e o papa nos convida a acompanhar as gentes do norte á Cruzada.

O reinado de D. Diniz marca uma segunda éra

(1) V. no *Regimen das riquezas*, pp. 81-8, a evolução dos vehiculos maritimos.

na historia da marinha nacional. Reciprocamente indispensaveis a marinha mercante e a militar, os cuidados do rei administrador dirigem-se principalmente a fomentar a primeira, cuja importancia o tratado de commercio, feito em 1308 com a Inglaterra, accusa. Além d'isto o rei applica-se a melhorar o porto de Paredes, na costa ao norte do cabo da Roca, defendendo-o contra as dunas, que, apesar de tudo, o invadem e destroem. Com este mesmo pensamento mandaria semear o pinhal de Leiria. Tambem no seu tempo, por morte do conde do mar, Nuno Cogominho, em cuja familia esse cargo andára, vem tomar o almirantado da armada portugueza o genovez Pezzagna. Nacionalizada, a familia dos Peçanhas tem por largos tempos o condado do mar, ou almirantado, como já, á moda arabe, se dizia então.

Os progressos realisados no XIV seculo preparam os recursos poderosos, com que, no seguinte, o infante D. Henrique póde levar de frente as duas emprezas a que votára a sua existencia. D. Fernando, o *amavioso* e infeliz rei, merece n'esta historia uma menção condigna. Apesar das chimeras da sua politica tornarem em derrotas as suas emprezas, a sabedoria e o alcance economico da sua legislação dão-lhe o direito de preeminencia na historia da formação do poder naval dos portuguezes. Já então a alfandega de Lisboa rendia, por anno, de 35 a 40 mil dobras: (1) o que demonstra

(1) A dobra continha 4 libras e 2 soldos; 50 dobras compunha o marco de ouro cujo valor moderno é de 120$000 rs; a dobra equivaleria pois a 2$400 rs.; e o rendimento da Alfandega a de 84 a 96 contos. Havendo no porto, como diz o chronista, «400 a 500 navios de carregação» e em Sacavem e no Montijo, á carga do vinho e do sal, 60 ou 70 em cada logar, supponde que esses navios se substituissem quatro vezes, fazendo quatro viagens n'um anno, e sabendo nós que

o progresso commercial do reino, e comprova a opinião expressa no livro anterior, da deslocação do centro de gravidade nacional do norte para o sul, e da nova phisionomia adquirida depois do antigo caso da separação do condado portuguez do corpo da monarchia leoneza.

O rei que pretendia, com justiça, impedir aos proprietarios a detenção improductiva das terras, obrigando-os a lavral-as, ou a dal-as a quem por elles o fizesse, era o mesmo que, n'um corpo de leis, protegia e fomentava o commercio maritimo de Lisboa, já então uma cidade cosmopolita. Os genovezes, os lombardos, os aragonezes, os mayorquinos, milanezes, corsos, biscainhos, gentes de tão variadas partes — de toda a Hespanha e das costas circum-mediterraneas — fixavam-se em Lisboa a commerciar. Pelo Tejo saíam cada anno para cima de doze mil tonneis de vinho, sem contar o dos navios da segunda carregação, em março. Os navios eram já maiores e tinham coberta. O chronista chama á capital «grande cidade de muitas e desvairadas gentes». Era uma Veneza que se formava, para succeder á antiga; e, como nas cidades republicanas da Italia, tambem o commercio era privilegio dos mercadores, prohibido aos nobres e clerigos, sendo vedado aos estrangeiros negociar fóra do porto-franco de Lisboa.

O rei D. Fernando assistia ao pleno desenvolvimento de uma potencia commercial e maritima; e o que fez em favor do seu progresso demonstra a lucidez do seu espirito. O rei em pessoa era armador e negociante de certos generos exclusivos.

a sua lotação média regularia por 100 toneladas — vemos que o movimento do porto attingia mais de 200:000 toneladas de generos diversos. Comparando-a com o rendimento da alfandega, faremos idéa do grau de franquia do porto.

Creou *bolsas* de seguros maritimos, mutuos, em Lisboa e no Porto, com o producto de uma taxa especial lançada sobre o commercio, instituindo o cadastro ou estatistica naval. Reduziu a metade os direitos de importação dos generos trazidos por navios nacionaes, estabelecendo assim um direito differencial de bandeira, a cuja sombra se multiplicou o numero dos navios mercantes portuguezes. Deu, aos que desejassem construil-os, a faculdade de cortar madeiras nas mattas reaes. Isentou de direitos os materiaes de construcção naval, e os navios construidos fóra, por conta de nacionaes; e o mesmo concedeu á exportação dos generos do primeiro carregamento de navios novos. Por sobre esta protecção efficaz e energica, emprestava ainda aos armadores capitaes para commerciarem, ficando interessado com elles no dizimo dos lucros, que se liquidavam duas vezes ao anno.

N'outro logar dissemos que o governo de D. Fernando fôra um cesarismo, e com effeito o foi de todos os modos: na sábia protecção dada ao fomento material da nação, na violencia das medidas de salvação publica, na desordem dos costumes da côrte, e no caracter bondoso e ingenuamente devasso do rei. Este Cesar do fim da Edade-média preparava o caminho á nação, cuja vida brilhante de dois seculos, afastada da estrada ordinaria da agricultura e da industria, ia ser a vida de uma Roma imperial, de uma Carthago, de uma Veneza: metropole acanhada de um imperio colossal, subordinada nos seus destinos ao merecimento individual dos governantes autocratas, mais do que á força espontanea de um espirito nacional, ao machinismo activo de um systema de instituições e classes, organicamente construido e funccionando normalmente. De todos os fundadores do Portugal maritimo D.

Fernando é o maiòr; e se as queixas formuladas, ao decair do XVI seculo, contra os que afastaram os portuguezes do arado para o leme, do campo para o mar, teem razão absoluta — a sabedoria de D. Fernando foi como o peior dos erros. Camões fulminava, pela bocca do velho do Restello, os que arrastavam Portugal para o mar; como Plutarcho tambem condemnou Themistocles por ter lançado os athenienses no caminho das emprezas maritimas.

Mas esses lamentos do espirito utilitario, se teem um cunho de verdade positiva, teem tambem um escasso merecimento historico. Não tivesse a Grecia sido colonisadora e maritima, e a sua voz educadora jámais se teria ouvido no mundo. Outrotanto diremos de nós. Não tivessemos alargado pelo mar um nome sem razão de ser na Europa, e, jungidos á Galliza virente e á Castella farta, teriamos tido menos fome e menos dôres, menos miserias decerto, mas nenhuma honra, tambem, na historia. O proprio nome de Portugal não teria existido, senão como lembrança erudita de um certo condado, que, nas mãos de principes astutos e atrevidos, conseguira viver alguns seculos separado do corpo da nação hespanhola.

Traduzirá isto apenas uma vaga e sentimental banalidade? Não, decerto. Infeliz de quem não viveu; e viver, para os homens e para as nações, differe de absorver, digerir e segregar, porque é mais do que satisfazer as necessidades organicas. Além d'isto, o destino, fatalidade, providencia, determinação, ou como se queira dizer — traduzido com as successivas palavras, antigas, actuaes ou futuras, um mysterio eterno — elege ou condemna — escolham tambem os sectarios entre as duas expressões — os homens e as nações a uma determinada

obra. Nós fomos elegidos ou condemnados a conquistar para o mundo esse Mar Tenebroso que o enchia de vagas ambições ou de funebres terrores.

Era este o momento opportuno de dizermos todo o nosso pensamento ácerca da empreza nacional, do seu destino, da sua missão, ou como aprouver melhor chamar-lhe. A viagem das Indias, que vamos contar — descrevendo préviamente a derrota, por Ceuta e Tanger, e, no reino, pela consolidação do poder cesarêo dos reis — necessitava ser julgada: agora que, ainda no molhe os tripulantes, sobre a amarra os navios, se não desferrou o panno, nem se deram as salvas da partida.

Essa esquadra, que fundeia no Tejo, era já poderosa ao tempo de D. Fernando. Os cuidados do rei em favor da marinha mercante abraçavam tambem a marinha de guerra. A armada que foi bloquear Sevilha (1372) era, no dizer do chronista, *formosa campanha de ver*. Mice Lançarote Peçanha, da linhagem do genovez, ia de almirante; e o cosmopolitismo da nova patria portugueza vê-se bem no nome dos capitães: um João Focin castelhano, um Badasal de Spinola, um Brancaleon. Como Roma, Lisboa recebia no seu seio e nacionalisava gentes de toda a parte; e d'este agglomerado de caracteres, naturalmente inorganico, sairá, no momento culminante do XVI seculo, um espirito superior ao espirito nacional-natural e a noção de uma patria moral ou ideal, como foi a patria de Virgilio.

A esquadra de Sevilha contava trinta e duas galés, trinta náus redondas, afóra as que vieram *per ella da costa do mar*. Vinte e tres mezes teve bloqueado o Guadalquivir, e retirou com a paz. Outra frota, quasi tão poderosa como esta, foi ainda

ao Mediterraneo, na seguinte guerra de Castella, para soffrer o desastre de Saltes (1381) consequencia da temeridade do fanfarrão Affonso Tello.

Agora, fundeada no Tejo, a armada, espera o rei e os principes para ir conquistar Ceuta, em Africa.

II

Portugal em Africa

Todos estavam impacientes por partir; mas o vento norte fresco, o vento de monção, assobiava contra as paredes do quarto onde jazia moribunda, com a peste, a rainha D. Philippa. Ninguem pozera na empreza melhor amor do que ella: mandára fazer tres espadas cravadas de pedraria para os filhos, que em Ceuta haviam de ser armados cavalleiros; mas o destino não lhe consentiu vêr terminada a façanha. Morreu; e ainda não se tinham acabado de arrancar das paredes do convento de Odivellas os pannos de dó do enterro, quando a armada partia. Morrera a 20; são hoje 25 do mez de julho de 1415.

As pazes celebradas com Castella no anno anterior tinham dado o socego a uma côrte onde fervia o desejo de praticar grandes cousas. Diz-se que o rei pensára em abrir em Lisboa um torneio de um anno, onde viriam os mais celebres cavalleiros da Europa medir-se com os portuguezes; mas esse plano extravagante foi substituido pelo projecto mais sensato de ir a Ceuta. Para não prevenir os inimigos, conservára-se um segredo absoluto sobre o destino da grossa frota que se reunia em Lisboa. Todos temiam: o aragonez, e principalmente o mouro de Granada. Vinham de varias partes soldados e navios. D. Duarte apparelhára em Lisboa

oito galeões, e D. Henrique tinha chegado do Porto com uma divisão de cincoenta e dois navios de toda a classe. Havia inglezes, francezes e allemães na armada, que, depois de inteiramente reunida, contava 33 galeões grandes, 27 menores, de tres bancos de remeiros, 32 galeras e 120 fustas, transportes, e outros vasos secundarios. Iam embarcados cincoenta mil homens.

Ao passarem á vista do cabo de S. Vicente os navios baixaram as velas *por razam das reliquias que ali havia.* Ainda em Sagres não existia ao tempo a eschola do infante, mas o preito dado ao logar sagrado para muitos parecerá symbolico. Era esta a primeira grande emprèza maritima de Portugal; ou antes e melhor, era a primeira vez que as esquadras portuguezas saíam de Lisboa com o fito de alargar o reino para além do mar. Inexperientes ainda os pilotos, as correntes do estreito dispersam a poderosa armada, parte da qual é arrastada até Malaga, indo o resto fundear em Ceuta.

Não nos permittem as proporções d'esta obra narrar todas as batalhas e cercos, nem isso importa; pois que, salvas excepções que temos tomado em conta, todos se parecem entre si. Nenhum caracter novo, nem particular, apresentou a tomada da cidade que, colhida de improviso, não pôde resistir. Os moradores abandonaram-na depois de um combate em que obtiveram a prova da inutilidade da defeza; e os christãos saquearam a cidade deserta, arrancando as columnas de alabastro, os marmores das portas e janellas, os tectos lavrados em paineis dourados, dos palacios da opulenta Ceuta. Emquanto a turba dos soldados se espalhava pelos meandros das ruas e pelas casas da cidade abandonada, os fugitivos, de longe, sobre as collinas, bradavam desesperados e miseraveis n'um

triste clamor de perdidos. Ficavam-lhes além, dentro dos muros da cidade tomada, afóra tudo o que possuiam, os cadaveres insepultos dos muitos que na vespera tinham morrido no combate.

Ceuta era portugueza; e uns sinos, antigamente tomados em Lagos, serviam desde logo para solemnisar a sagração da mesquita dos infieis. O infante D. Henrique, principal author, denodado executor da empreza, recebeu o titulo de duque, novo então em Portugal. Todos os tres irmãos foram armados cavalleiros.

Que se faria porém de Ceuta? Muitos opinavam pelo abandono, recolhido, como estava, o saque: eram os que ignoravam os vastos designios do infante, ou os não approvavam.

Ceuta guardou-se como principio de mais dilatadas emprezas.

Vinte annos decorridos — em que o infante se déra principalmente aos seus trabalhos de Sagres, — e vendo acaso que as descobertas das ilhas do Atlantico não valiam assaz perante os sonhos da sua ambição, e que ao longo de Africa pouco se adiantou por mar, torna a preoccupal-o a idéa das conquistas marroquinas, desde tempo postas de parte. A Atlantida mysteriosa teimava em não apparecer; ou reduzia-se afinal á Madeira, ou ao archipelago açoriano, onde não havia, nem encantos, nem muralhas d'ouro, nem estranhas gentes: só desertos cerrados de florestas, bravíos de abrir, e pouco remuneradores. O reino encantado do Preste-Joham fugiria deante dos navios aventureiros, como uma miragem enganadora?

Já D. João I morrera a este tempo, e governava o reino o bom, infeliz D. Duarte. O ambicioso irmão

levou-o a emprehender a conquista de Tanger, depois de ter convencido a que o acompanhasse o infante D. Fernando. O rei, ou approvou, ou não teve energia bastante para se oppôr á temeraria empreza. No conselho em que ella se debateu, porém, o outro irmão, D. Pedro — cuja sensatez parece tel-o já a esta epocha afastado de uma côrte, onde a irrequieta ambição de D. Henrique governava — observa que tudo falta, para esperar um bom exito. Não havia dinheiro para custear o exercito, e, sem grande cargo de sua consciencia, o rei não o podia tomar aos povos. Mudar a moeda (enfraquecel-a) em proveito proprio, não o devia: fallece-vos o principal cimento da passagem! Posto que Tanger se tomasse, e Arzilla, e Azamor, que se lhes faria? Do reino, despovoado e mingoado, era loucura enviar gente a guarnecel-as: seria trocar boa capa por mau capello, perder Portugal sem por isso ganhar a Africa. O exemplo dos castelhanos não colhia, porque dispunham de mais vastos recursos. — O infante vira muito mundo, e aprendera a medir pelo seu justo peso a importancia limitada da nação. A ignorancia, mãe de todas as temeridades e audacias, não o cegava.

D. Henrique, pertinaz, decidido e, por sobre isso, violento e sem carinho, não perdoou decerto a sabia prudencia com que o irmão se oppunha aos seus designios. As relações de ambos, já frias, azedaram-se talvez; e porventura aqui esteja o motivo da indifferença com que D. Henrique ouviu os rogos do irmão, quando mais tarde lhe pedia que o servisse perante o sobrinho, Affonso V — indifferença que decerto concorreu para a morte de D. Pedro em Alfarrobeira, se porventura a não causou.

As advertencias do principe no conselho eram tanto mais graves, quanto os seus argumentos eram

absolutamente fundados, positivos; e grandes os creditos da sua opinião, merecido o respeito que todos tributavam ao seu caracter. Por isso, apesar da nenhuma brecha que os argumentos, por via de regra, fazem nas teimas, o rei (ou D. Henrique) julgou necessario escudar-se com o parecer do papa. Consultou-se, pois, Roma; e a resposta, que de lá veiu honra o nome do que a deu: «Se as terras foram christans e ha templos convertidos em mesquitas, a guerra é santa; se o não foram, deve distinguir-se: são visinhos incommodos e põem em perigo os christãos? admoestem-se, ameacem-se e só em ultimo caso se recorra ás armas. Não é este, porém, o caso? então, deixem-nos em paz, porque a terra e a abundancia d'ella é do Senhor, que faz nascer o sol sobre os bons e os maus, e dá de comer a todas as aves do céu.»

Esta ultima das tres hypotheses indicadas pelo papa era a verdadeira, o que não impediu o infante de proseguir na sua teima. «A gente do reino havia esta ida por tão pesada, que a mais d'ella preferia pagar as multas (impostas aos refractarios ao alistamento) a arriscar as vidas.» Nem as multas, nem o dinheiro do rei, nem os emprestimos, bastavam, porém, para supprir o orçamento da armada; e por isso lançou-se mão dos bens dos orfãos. Porém, apesar de tudo, dos 14:000 homens com que se contava para a ida, apenas 6:000 se conseguiu reunir.

Partiram, afinal, os dois irmãos; mas logo um mau agoiro entristeceu os soldados: o vento despedaçou a bandeira do infante, quando a desfraldava. Essa bandeira, sobre que o mouro havia de cuspir affrontas, ia já rota de Portugal...

O resultado correspondeu ás previsões geraes: depois de batida, a expedição portugueza teve de capitular sob os muros de Tanger (1437), deixando

D. Fernando em refens de Ceuta, que era o preço da liberdade do exercito. Tristes lagrimas de desespero orvalharam então as areias da costa africana: não seriam as ultimas, nem as mais copiosas. D. Henrique voltava com as reliquias da sua expedição, deixando o irmão preso. «Que el-rey se lembre de mim... roguem por minha alma, que é a ultima vez que nos veremos!» dizia o infeliz ao despedir-se, em lagrimas. D'alli os mouros levaram-no a Fez. Ia como Isaac para o altar, ou como Jesus para o Calvario. Conduziram-no montado n'um sendeiro mui magro, desferrado, tendo por freio umas tamiças, a sella esfarrapada, os arções despregados. Deram-lhe tambem uma canna, para guiar a azemola. Atraz d'elle iam os outros prisioneiros amarrados sobre as bestas de carga. A gente acudia ao caminho de Fez, chamada pelo pregão: «Venham vêr o rei dos christãos!» E os apupos, as pedradas, os escarros, caíam sobre os infelizes, chouteando, na sua paixão, esmagados por um sol abrazador. Uns, com os apupos, rêmordiam-se colericos; o infante, submisso e conformado, lembrava-se de que outro tanto, e mais ainda, soffrera Jesus por elle. Antes, porém, ser de uma vez crucificado, do que acabar lentamente nas lobregas estrebarias de Fez, varrendo as immundicies, comido de bichos, devorado de febres, porque nem a lentidão do martyrio lhe poupou o cadaver aos insultos da turba. Pendurado nú, pelos pés, nas ameias da cidade, foi a sorte que lhe deram. Antes, pregado na cruz, tivesse expirado como Christo. O pobre infante é o primeiro martyr da nossa epopêa; e se nos honramos do muito que fizemos, é agora o momento de deixar aqui uma lagrima de saudade e pena por esse infeliz precursor do nosso imperio!

De volta ao reino, e salvo, D. Henrique oppoz-se decididamente á entrega de Ceuta. O rei, lavado em lagrimas pela sorte do irmão, morreu logo no anno seguinte, triste e taciturno. Com a deshumanidade de um apostolo, D. Henrique sacrificava tudo e todos á sua fé. Por cousa nenhuma consentiria que se entregasse Ceuta: e os reinos do Preste-Johan? e o imperio do Oriente? Homens, familia, palavra, tudo era vão, diante d'essa miragem que, desde tantos annos, lhe punha a cabeça em delirio.

Com o seu braço conquistára Ceuta; arrastára a Tanger o irmão; deixára-o lá perdido, nas mãos féras dos inimigos: tudo isto eram holocaustos no altar da sua idéa. Quem sabe se elle mesmo não choraria a sós a crueldade do seu destino. e a desgraça do irmão que levára ao cepo do sacrificio? Não é, comtudo, provavel. Pelo menos, a impressão que o leitor d'estas historias recebe da narração dos seus actos consecutivos, é a de que no caracter do infante não primava a humanidade.

Voltou a encerrar-se em Sagres, com os seus livros, os seus mappas, os seus cosmographos e mareantes; voltou a olhar para o mar — pois que, por largos annos, para sempre talvez! estava perdida metade da sua empreza. Os seus navegadores iam vogando e *resgatando* (1) ao longo da costa da Africa: e as ilhas dos Açores iam successivamente saindo dos arcanos do Mar Tenebroso. O papa (Nicolau V) dava-lhe o senhorio e dominio sobre todas as descobertas na Africa (1454); e o infante, no meio das contrariedades, não desanimava na sua fé.

Entretanto o reino passára, das mãos da rainha viuva, para as do infante D. Pedro (1438) e d'es-

(1) *Regime das Riquezas*, pp. 92 e 107-9.

tas, finalmente, para as de Affonso V (1446); entretanto miseraveis intrigas, a que D. Henrique não quiz oppor-se para salvar o irmão que lh'o pedia, tinham levado á desgraça de Alfarrobeira (1449); e o infante, com a influencia que exercia no curto espirito do sobrinho, facilmente o decide a lançar-se nas aventuras africanas: já morrera D. Pedro, para vir repetir o que dissera nas vesperas de Tanger. Quando, em 1460, morreu D. Henrique, esse principe tão funesto aos seus, mas tão proveitoso para o reino, já Affonso V tinha conseguido tomar Alcacer-Seguer (1458). Dez annos depois, a conquista de Arzilla importa a rendição de Tanger. O dominio portuguez na costa de Marrocos chegava ao apogeu; mas qual era o resultado d'essas emprezas? Vinha por ahi a Portugal o commercio das Indias, como D. Henrique pensára? Não. Monopolisado pelos arabes no Oriente, logo que Ceuta foi para elles perdida, desviou-se para outros portos do Mediterraneo. Varrida essa illusão, que restava? Uma serie de praças fortes, eschola de soldados, fonte de permanentes conflictos, esteril em proventos, pasto para a van necessidade batalhadora da nação: precipicio aberto, que ia tragando, improficua e ingloriamente, muitas forças vivas do paiz. A opinião do sabio principe D. Pedro era absolutamente verdadeira: nós não tinhamos recursos, no reino pequeno e pobre de gente, para povoar Marrocos; e mudar parte de uma população escassa, de Portugal para a Africa, era trocar «uma boa capa, por um mau capello». A' conquista de Ceuta movera ainda uma illusão: mas agora, varrida ella, as campanhas de Africa eram uma serie de emprezas quixotescas, que viriam a terminar pela doidice varrida de D. Sebastião.

Contra uma opinão muito acceite, nós pensamos, pois, que a decisão de D. João III, abandonando as praças africanas, só peccou por serodia; e que Portugal nada tinha a esperar do seu dominio na Barberia — desde que o destino o levava para o Oriente, e desde que era manifestamente provado não poder chegar-se lá por via de Marrocos. Incidente na nossa vida nacional, o dominio portuguez das praças do litoral d'Africa é apenas um episodio da grande historia das descobertas e conquistas ultramarinas; e o seu melhor merecimento foi de servir de eschola para os guerreiros da India, de posto de acclimação — como hoje Malta ou Gibraltar, para os inglezes. Para padrão das façanhas de Affonso V e das lançadas de Lopo Barriga, não valia a pena que custou, ainda quando não fosse a causa da final catastrophe de D. Sebastião.

III

O principe perfeito

Perfeito não quer dizer sem nodoa, mas sim acabado, completo; não tem aqui uma significação moral, tem um valor politico. D. João II é um exemplar *perfeito* do genero dos principes da Renascença, para quem Machiavel escreveu (um pouco depois) o cathecismo: é um mestre da moderna arte de reinar.

O exemplo mesquinho da pessoa do antecessor e pae, Affonso V, as desordens do reino e a fraqueza do rei, tinham educado o espirito agudo e observador do moço principe.

A tragedia de Alfarrobeira (1449) começára com um crime o espectaculoso mas triste reinado do *africano*; e o epitheto dado ao rei ajudou a formar a tradição de um homem cheio de valor e tenacidade, coisa que o pobre Affonso V jámais foi. Combater com denodo, n'um momento de furia, era uma qualidade commum que lhe não faltava; mas d'ahi ao valor consummado vae uma distancia enorme. O grande defeito da sua mocidade fôra a facilidade com que se deixava lisongear. Tutelado na sua menoridade, pela mãe primeiro, pelo tio e sogro depois, o pobre rei soffreu as consequencias communs a quasi todos os principes, como elle acclamados em creanças. Em volta do rei, pupillo de futuro imperante, formou-se um partido de ad-

versarios da regencia, ambiciosos a quem não satisfazia o juizo do infante D. Pedro, cheios de esperanças na liberalidade e no caracter desegual do moço rei. Exploravam-lhe as fraquezas, açulando-lhe os odios nos momentos de colera, distrahindo-o com facecias e ditos nas horas de abatimento, gabando-lhe tudo: os arremeços e as cobardias, a brandura e a colera, como aduladores de officio. Da insensatez do rei esperavam colher um farta ração de beneficios e presentes. Apesar de o infante já ter feito entrega da regencia, temiam-no ainda sobremaneira, e não cessavam de o malquistar no animo do sobrinho e genro. D. Pedro em vão instava com o irmão, D. Henrique, para que desmanchasse essas perfidias. Aborrecido de viver, desejoso de deixar o mundo, o ex-regente via que tudo se conspirava para o perder. «Era grande principe, de grande conselho, prudente, de viva memoria, bem latinado, e assaz mixtico em sciencias e doutrinas de letras, e dado muito ao estudo.» Era um dos poucos, a quem a sabedoria tornára realmente bons.

Os seus brios offendidos, a perfidia dos validos, o tonto desvairamento do rei, levaram ao encontro de Alfarrobeira, quando o principe vinha á côrte justificar-se das calumnias: e vinha armado, por saber que no caminho o esperavam para o matar. Effectivamente o mataram, a elle, e ao seu fiel Achates, o nobre conde de Avranches, typo de lealdade cavalheiresca, sempre rara, e agora de todo ausente em côrtes italianisadas. Morto o seu principe, o conde prepara-se para morrer tambem, vingando-se: «O' corpo! já sinto que não podes mais; tu, minha alma, já tardas!» E com furia, defendia-se e matava. Quando por fim o derrubaram, ferido, cruzou os braços, dizendo: «Fartar, rapazes!

vingar, vilanagem!» E morreu, trespassado de lanças.

Livre do importuno conselheiro, Affonso V e os fidalgos da sua roda, tão simples e estouvados como o rei, poderam abandonar-se á vontade ao capricho das suas loucùras e batalhas. Fatigando o povo com impostos, desbaratando com prodigalidades o patrimonio da corôa, o rei, levado pela sua mania, sacrifica tudo ás correrias africanas, que a decomposição interna do imperio marroquino já tornava possiveis.

Mais de vinte annos consumiu em taes emprezas que o envelheceram. Era corpulento, e com os annos tornára-se gordo, a ponto de não poder já usar senão vestiduras soltas. Tinha a barba espessa, e era calvo; os cabellos ennegreciam-lhe as mãos, as orelhas, o nariz, accusando a vulgaridade e a violencia bravia do seu temperamento. Apesar de bem proporcionado, era tão commum no aspecto como no espirito. Brutal e vingativo, obtuso mas teimoso, e até cruel, a sua phisionomia reproduzia a do commum dos homens d'armas; e imprimiu o cunho a esses guerreiros de Africa, broncos, sem o menor requinte de perversidade fina, nem ponta de elevação distincta: como touros que marram ás cegas e qualquer destro bandarilheiro dóma.

Foi isto mesmo que succedeu a Affonso V em França, onde Luiz XI se fartou de rir do simples, illudindo-o com promessas, fatigando-o com viagens, picando-o com ironias perdidas, carregando-lhe a nuca de lisonjas, cumprimentos e attenções, como o bandarilheiro faz ao touro, quando o carrega de vistosas farpas, bem aguçadas.

Affonso V fôra a França pedir auxilio, porque o castelhano batera-o. Em 1474, Henrique IV de Cas-

tella ao morrer, deixava por herdeira D. Joanna, a *beltraneja* (assim os adulterios da mãe tinham denominado a filha) confiando o governo do reino ao visinho de Portugal, e pedindo-lhe que casasse com a sobrinha. Affonso V julgou que o reino de Castella era a nova Africa da sua velhice, e poz-se em campo para conquistar a corôa testada: conquistar, dizemos, porque os castelhanos invocavam contra a *beltraneja* os mesmos argumentos que, um seculo antes, nós invocavamos contra a mulher de João I, D. Beatriz. Castella offerecia o throno a Isabel, como nós o tinhamos dado ao Mestre de Aviz.

Affonso V poz-se em campo. Já ao seu lado se via a reservada figura do filho. Receioso das loucuras do velho, arrancára da sua fraqueza um titulo secreto, pelo qual o rei annullava todas as doações superiores a dez mil réis de renda que fizesse durante a guerra. O pae dava e não dava, o filho dobrava cuidadosamente o papel, guardando-o para o futuro...

A batalha de Toro (1476) não foi propriamente uma derrota militar, mas foi uma derrota para o rei e para as suas ambições. O pobre velho, gordo, estafado, sem poder comsigo, foi correndo abrigar-se em Castro-Nuño, e deitou-se logo a dormir. Avendaño, o fidalgo do lugar, declarára-se por elle: mas a mulher, castelhana esperta, apontava-lhe o volume de carnes, para alli deitado a resonar ruidosamente, como os gordos, e dizia ao marido: — «Olha lá por quem te perdeste!» — Effectivamente o rei não valia para cousa alguma. Os castelhanos rebeldes desde logo reconheceram o seu erro, e Affonso V tomou a resolução de ir pedir a Luiz XI que lhe valesse.

O principe herdeiro aprendia muito, porque

observava tudo, com o seu olhar profundo e sagaz. Deixou ir o pae, e ficando a reger o reino, continuou, por amor da honra, mas sem calor, uma guerra que elle decerto via não conduzir ao fim desejado. Emquanto o pae andava por fóra, acclamaram-no, ou acclamou-se rei: diz-se que de França lhe viera uma abdicação. Porém Affonso V, desilludido afinal, decidiu-se a voltar; e o principe entregou-lhe immediatamente a corôa. Guardal-a, para que? Se elle, de facto, continuava a reinar em nome do pae, desfeiteado, vencido, quasi moribundo? Todas as maximas que Machiavel escreveu no seu livro do *Principe*, tinha-as antecipadamente D. João II na memoria: — E' melhor ser louvado do que aborrecido, mas só quando isso não prejudica; o bem é preferivel ao mal, quando se póde escolher entre ambos para se conseguir um fim.—Por isso, como sabio principe, decidia-se a reinar sob o nome do pae, já inteiramente docil e subjugado por tantas miserias, esperando o momento proximo de outra vez tomar o nome de rei — méra formalidade.

No decorrer de dois annos (1479-81) a paz, negociada pelo principe *perfeito*, fazia da *beltraneja*, encerrada n'um convento, a *excellente-senhora*, e do rei um cadaver, afogado n'uma agonia de afflicções pungentes.

O filho não tinha nada dos loucos desvarios do pae, e desde logo vira o absurdo da guerra de Castella. Seria mais nobre e cavalleiroso proseguir valentemente na defeza dos direitos da corôa, da honra do velho, e da vida e sorte da infeliz princeza confiada á guarda de Portugal? Seria. Mas D. João II pensava (Machiavel) que o principe não deve preoccupar-se com a infamia dos seus actos, quando sejam necessarios á conservação do Estado; e que, depois de tudo bem pesado, praticar uma

certa virtude póde muitas vezes trazer a ruina, quando a infamia traria comsigo a segurança e a fortuna.

Este era effectivamente o caso em 1479. Dizia o principe que tempos havia para usar de coruja, tempos para voar como falcão. Não traduzia, porventura, com uma concisão mais eloquente, as palavras do italiano?—«O principe deverá imitar bem os brutos (porque ha duas maneiras de combater: com as leis e com a força; a primeira dos homens, a segunda dos brutos) e saber empregar as artes da raposa e do leão; pois o leão não se defende dos laços, nem a raposa dos lobos: é portanto mistér ser raposa para conhecer as redes, e leão para assustar os lobos.» — D. João II, menos classico ainda, recorria aos exemplos venatorios da Edade-media; tempos havia para usar de coruja, tempos para voar como falcão!

Os filhos de D. João I, abrindo as portas da nação á cultura da Renascença, chamando sabios, viajando, formando bibliothecas, tinham lançado á terra dura do velho Portugal as sementes italianas. Affonso V rebentára do solo como um cardo antigo, rijo e bravo, cheio de espinhos. Fôra um aborto, ou um anachronismo medieval. D. João II nascia italianisado, com todos os vicios e virtudes da cultura da Renascença. A sua côrte era um retrato das pequenas côrtes de Italia; e o principe como um italiano, cheio de perfidias e ambições, de lucidez e de manha, de instinctos sanguinarios e fortes decisões politicas.

Os tempos de coruja tinham acabado, porque não carecia mais de pactuar com as tontices do pae; rei agora (1481), seria o falcão. Mas para ser verdadeiramente rei, teria de vestir ainda muitas vezes o habito da ave nocturna, até vêr por terra

o poder d'essa fidalguia que os erros do pae tinham ensoberbado. Isto, porém, não satisfazia ainda as suas largas ambições. O *homem*, como Isabel de Castella o designava com espanto, mirava mais longe. A possibilidade de vir a sentar-se, elle ou os seus herdeiros, no throno de uma Hespanha unida, affagára-lhe o espirito em moço, e chegou a esperar (antes de Toro) realisal-a. Depois, rechaçado, mas não desesperado, fez de coruja em 1479; contando voar de falcão no momento opportuno. Nem paravam ahi as suas ambições: lembrava-se do fallecido infante D. Henrique, e dos vastos planos, abandonados, que tinham fervido n'aquelle cerebro. A sua monarchia dilatava-se da Hespanha á India: e com a Peninsula na Europa, com a Africa, a India, o encantado reino do Preste-Joham, sonhou a monarchia de Philippe II...

N'uma só cousa o portuguez primava ao italiano: era sobrio, severo, detestava o luxo—que prohibiu. A sua côrte apresentava o quer que é de funebre e austero, sempre agradavel a portuguezes. A sua figura, tambem, nada tinha de imponente, nem de graciosa. Os habitos de coruja davam-lhe mais caracter do que os de falcão: ás duas aves, porém, pedia a côr que punha em tudo, o negro. De maravilhoso engenho, subida agudeza, e *mixtico pera todalas cousas*, de memoria viva e esperta, faltavam-lhe porém os dotes exteriores. Não tinha elegancia, nem no corpo, nem no dizer: arrastava as palavras, falava a custo e com uma voz fanhosa. Era alvo, mas com umas veias de sangue que o faziam «com menencoria ser muy temido». Inspirava medo sem infundir amor. Aos 37 annos já

tinha cans na barba e nos cabellos; só n'essa edade deixou de ser abstemio. A força muscular, dote necessario aos principes dos bons tempos, tornava-o celebre: cortava com um golpe de espada tres e quatro tochas de cera reunidas. «Muy grande astucioso e acquiridor, sem deixar de ser inteiro e dadivoso, era muy manhoso em todalas boas manhas que um principe deve ter.» A natureza não o aiudava, decerto; e tambem, na sua educação de principe, deixava de obedecer á regra de Machiavel: «Não é necessario ser-se dotado de todas as qualidades, mas é indispensavel affectal-as; — possuil-as e servir-se d'ellas póde chegar a ser perigoso: fingil-as e sempre util; — seja-se fiel, clemente, humano, religioso e integro; mas de modo que, senhor de si, se possa e saiba fazer todo o contrario, quando a isso o caso obrigue.» — D. João não era, nem clemente, nem humano, e não julgava necessario ao seu papel fingil-o: isso fazia com que muitos o detestassem, o que era um mal: fazendo com que, se a maior parte o temia, ninguem o amasse, o que se tornava peior ainda. A perspicacia e authoridade não eram n'elle bastantes para que soubesse envolvel-as n'uma simulada bonhomia, porque doçura ou humanidade não as havia na sua alma. Não hesitava perante o assassinato, á italiana, mas tinha a fraqueza portugueza de confessar como isso se praticava. Lopo Vaz, a quem Affonso V fizera conde, levantou-se em Moura defendendo o titulo revogado ou não confirmado, e o rei «por não fiar já d'elle... determinou de o mandar matar... por certos cavalleiros que manhosamente lá mandou e o mataram á traição, aos quaes o principe fez boas mercês». Mas o cardeal D. Jorge da Costa, o *alpedrinha*, vendo-se ameaçado, temeu e fugiu para Roma: o rei expozera-lhe um modo facil de acabar

com elle — mandal-o tomar por quatro moços de esporas, afogal-o em um rio e dizer que caira e se afogára por desastre.

Assim que o pae morreu, D. João II convocou côrtes (1482) e mostrou quem era. Mandou examinar as jurisdições dos donatarios da corôa, prescrevendo que os corregedores entrassem nas terras de doação no cumprimento dos mandados regios, abolindo o direito de asylo dos criminosos usurpado por muitos terrenos não coutados; e ao mesmo tempo que assim coarctava as regalias historicas da nobreza, punha cobro ás invasões anarchicas dos fidalgos no fôro dos concelhos, prohibindo o lançamento de *pedidos*, o intrometterem-se na jurisdição do crime e nas eleições e officios municipaes. O rei, inspirado pelas novas idéas ácerca da authoridade soberana, começava por investir com a nobreza: seria o successor, D. Manoel, que, reformando os foraes, atrophiaria a outra face do systema duplo de instituições, cujo equilibrio mais ou menos estavel formára a vida politica da Edade-media (1). Mas D. João II via-se tambem forçado a emendar os erros do pae, como o segundo Affonso tivera tambem de fazer á morte de Sancho I. O moço rei decidira formalmente revogar as doações do antecessor, reivindicar para a corôa o que os fidalgos tinham pilhado ao pobre, gordo, Affonso V. De todos esses fidalgos, o chefe era o poderoso duque de Bragança, cujos dominios contavam cincoenta villas, cidades e castellos, além de propriedades sem numero; cuja mesnada subia a 3:000 de cavallo e mais de 10:000 infantes; um rei no reino, do qual possuia, pelo menos, a terça parte. Costumado a considerar o rei como egual, da li-

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) p. 137-49.

nhagem de reis, e herdeiro do famoso condestavel, o duque sincera e ingenuamente acreditava na justiça da sua rebeldia. «Deservia muito grandemente o rei, fazendo-lhe guerra calada,» e carteava-se com o conde de Athouguia, seu tio, então em Castella, homem prudente, que buscava dissuadil-o, respondendo-lhe em enygmas ao gosto da epocha: «Tal não deveis cuidar, quanto mais commetter... quereis abrir uma fonte para matar vossa sede.. achareis a agua tão quente que vos hão de lá ficar as unhas... *tradiderunt quos deligebam.*» Com effeito, era atraiçoado, e o rei tinha os seus espiões por toda a parte. Um certo Figueiredo vinha a escusas referir tudo a D. João II, que lhe respondia, com a sua voz demorada, baixa e fanhosa: Guarda-te o melhor que puderes, e depois te farei mercê». — O espião ia e tornava, e quando, afinal, o duque foi preso por surpresa e executado, o rei deu a mão a beijar ao Figueiredo: «Até agora fiz que te não conhecia, d'ora avante olharei por ti. Pede o que quizeres: ha tempos de coruja e tempos de falcão...»

O duque foi degollado publicamente no rocio de Evora (1483), depois de um simulacro de processo. Effectivamente, em taes causas os processos são apenas formulas. A força impera á solta nas demandas politicas, por isso mesmo que ellas põem em questão os fundamentos organicos da sociedade, e portanto a lei civil. O duque e o rei eram inimigos velhos; e aos odios antigos vinham juntar-se agora as intenções, rebeldes em um, tyrannicas no outro. Entretanto, o caracter desnaturado da politica dos reis na Renascença levava D. João II a representar um papel repugnante, dando ao vencido uma palma como que de martyr; ao passo que a sobranceria do fidalgo, quasi-rei, lhe mantinha

a dignidade altiva até sobre o cadafalso. Recusa prestar-se a responder no tribunal, a tomar parte na comedia que o indigna; e quando os carrascos, afflictos, lhe vestem o derradeiro traio, uma loba roçagante, capello e carapuça de dó, com os pollegares atados por uma fita ao cinto, elle observa serenamente: «Soffrerei tudo, e mais um baraço ao pescoço, se S. A. mandar!»

A morte, tão digna, do duque de Bragança excitou ambições de vingança na nobreza, e positivamente começou a tramar-se o assassinato do rei, que o sabia. Os seus espiões andavam por toda a parte; e a politica dependia das intrigas de alcova e dos serviços dos miseraveis. O rei usava de todos os instrumentos, e o *sancta sanctis* da razão-d'Estado absolvia-o de todos os crimes. Havia um Tinoco, privado do bispo d'Evora, o qual tinha por manceba uma irmã d'elle, e que por isso lhe queria muito. O rei descobriu o caso, e comprou-o. Tinoco veiu, disfarçado em frade, a Setubal, contar a conspiração em que o prelado estava, e de que o duque de Vizeu era chefe; e recebeu cinco mil cruzados em ouro e um beneficio de seiscentos mil réis, porque D. João II não regateava o preço dos bons serviços. Estava compilada e tratada «a segunda e desleal desaventura de que se causou a triste morte do duque de Vizeu». O rei chamou-o a Setubal, e matou-o por suas mãos ás punhaladas. Prescindiu de processo, mas não de um auto posthumo, com o fim de justificar o seu crime, e a perseguição dos mais conjurados. O bispo de Evora foi mettido no fundo de uma cisterna, em Palmella, onde com peçonha acabou a vida; os outros foram assassinados ou justiçados, onde quer que os encontraram os algozes do rei; e um, que conseguira fugir para França, nem por isso esca-

pou com vida, porque o rei mandou lá um sicario matal-o.

O principe *perfeito* mostrava-se consummado na arte de reinar, e ninguem ousava já resistir-lhe. A primeira metade do seu programma estava realisada — agora o falcão ia alargar os seus vôos amplos!

Ninguem lhe resistia, mas no fundo da consciencia alguma cousa o denunciava como assassino. Uma noute, em Santarem, acorda em sobresalto, ouvindo alguem chamal-o. Quem era? Ninguem. Illusões! dizia-lhe a rainha no leito: era *cousa má* que andava pelos vãos dos telhados. (1) O rei não socegava, porém, e levantou-se, vestiu um roupão, tomou a espada e a rodela, na mão esquerda uma tocha, e viu que uma sombra o guiava. Quem era? Abria as portas diante do rei, e mostrava-lhe o caminho. Foram assim até aos vãos dos telhados, a sombra e o rei. Aos gritos da rainha acudiram todos, e acharam-no no sotão, despejado, alegre e seguro, diz o chronista mentindo palacianamente. A coruja noctivaga perseguia o ambicioso falcão: a educação do principe não conseguira apagar de todo a consciencia do homem.

Fernando e Isabel, de Castella, que lhe haviam tomado o pulso, ainda em tempo do pae, admiravam-lhe muito as qualidades e tinham-no em grande conta. Elle, nem por ter tratado as pazes de 1479, desistira dos seus grandiosos planos. Os reis castelhanos tinham uma filha, D. João II um filho: o casamento de ambos seria talvez um meio, mais

(1) V. *Systema dos mythos relig.*, p. 291.

simples e mais rapido do que uma guerra, para dar ao herdeiro um grande throno. Tratou-se, ajustou-se e fez-se o casamento (1490); e n'esse dia de grandes esperanças, o rei sombrio e fanhoso quiz mostrar que tambem sabia ser magnifico. As bodas de Evora ficaram celebres, e principalmente o banquete, uma *kermesse* formidanda. Na sala do jantar, onde os noivos, o rei, e toda a côrte se achavam, appareceu uma vasta machina: era um estrado com rodas, tendo em cima um carro com dois bois, á canga. Os bois estavam assados inteiros, com as pontas e as patas doiradas; e o carro carregado de carneiros tambem assados, tambem inteiros, com as armas doiradas. Vinha um fidalgo, de aguilhada ao hombro a dirigir o carro, e moços empurrando a machina. Deram a volta da sala, cumprimentando o castelhano, que gabou muito a idéa; e entre os applausos de todos, o carro saiu, e bois e carneiros foram dados ao povo, pasmado fóra. Terminado o idyllio culinario, foram-se todos á comida, a côrte e o povo. Nos velhos tempos do rei D. Pedro essas festas eram uma só: o rei comia na rua entre os seus, e bailava, ao som das *longas*, com as raparigas da rua.

A' noute houve *mômos*, que ficaram celebres.

Entrou (el-rei) pelas portas da sala com nove bateis grandes, em cada um seu mantedor, e os bateis mettidos em ondas do mar feitas de panno de linho e pintadas de maneira que parecia agua. Com grande estrondo de artilheria, que troava, e trombetas, atabales, e menistres altas, que tangiam, e com muitas gritas e alvoroços de muitos apitos de mestres, contramestres e marinheiros, vestidos de brocados e sedas, com trajos de allemães, em bateis cheios de tochas e muitas velas doiradas accesas, com toldos de brocado e muitas e ricas bandeiras.

E assim vinha uma nau á vela, cousa espantosa, com muitos homens dentro e muitas bombardas, sem ninguem vêr o artificio como andava, que era cousa maravilhosa.

O toldo de brocado e as velas de tafetá branco e roxo,

a cordoada de ouro e seda, e as ancoras doiradas. E assi a náu, como os bateis, com muitas velas de cêra douradas todas accesas, e as bandeiras e estandartes eram das armas d'el-rey e da princeza, todas de damasco e doiradas, e vinha diante do batel d'el-rey, que era o primeiro sobre as ondas, um muito grande e formoso cysne com as pennas brancas e doiradas, e apoz d'elle vinha na prôa do batel o seu cavalleiro em pé, armado de ricas armas, e guiado d'elle, e em nome d'el-rey saiu com sua falla e em joelhos deu á princeza um breve, conforme sua tenção, que era querel-a servir nas festas do seu casamento; e sobre conclusão de amores desafiou para justa de armas, com oito mantedores, a todos os que o contrario quizessem combater.

E por rei de armas, trombetas e officiaes para isso ordenados, se publicou em alta voz o breve e desafio, com as condições das justas e grados d'ellas, assi para o que mais galante viesse á teia como para quem melhor justasse. E acabado, os bateis botaram pranchas fóra, e saiu el-rey com seus requissimos mômos, e a náu e bateis, que enchiam toda a sala, se saíram com grandes gritos e estrondo de artilheria, trombetas, atabales, charamellas e sacabuxas, que parecia que a sala tremia e queria caír em terra.

El-Rey dançou com a princeza, e os seus mantedores com damas que tomaram, e logo veio o duque com fidalgos de sua casa, com outros requissimos mômos. E veio outro entremez muito grande, em que vinham muitos mômos mettidos em uma fortaleza, entre uma rocha e mata de muitas verdes arvores e dois grandes selvagens á porta, com os quaes um homem de armas pelejou e desbaratou, e cortou umas cadeas e cadeados que tinham cerradas as portas do castello, que logo foram abertas, e por uma ponte levadiça saíram muitos e mui ricos mômos; e em se abrindo as portas, saíram de dentro tantas perdizes vivas e outras aves, que toda a sala foi posta em revolta e cheia de aves que andavam voando por ella até que as tomavam. E saído este grande e custoso entremez, veiu outro em que vinham vinte fidalgos, todos em trajos de peregrinos, com bordões dourados nas mãos, e grandes ramaes de contas douradas ao pescoço, e seus chapeus com muitas imagens, todos com manteos que os cobriam até ao joelho, de brocados e por cima com remendos de veludo e setim... E assi vieram muitos e ricos mômos que não digo... e dançaram todos até antemanhan; e foi tamanha festa que, se não fôra vista de muitos, que ao presente são vivos, eu a não ousara escrever.

O principe *perfeito* sabia tambem ser magnifico, e qual um Medicis, no momento opportuno. De facto, o casamento affagava-lhe as esperanças e ambições, abrindo horizontes de novas grandezas.

Ainda Colombo não descobrira a America, mas o futuro imperio do principe Affonso alargava-se já por ignotas regiões. D. João II queria dar, em troca de Castella, um bom dote ao herdeiro; queria-o, além de imperador da Hespanha inteira, e da Italia hespanhola, imperador dos Estados orientaes do Preste-Joham. As propostas de Colombo, apesar de recusadas, excitavam-no; e por terra e mar enviava expedições em busca do lendario principe. A empreza iniciada pelo infante D. Henrique proseguia nas mãos do rei, que tomára a peito descobrir os mundos remotos. O seu poder naval era já tão grande, que o Tejo via com pasmo o famoso galeão de mil tonneis, monstro boiando n'agua, erriçado de canhões. Nunca os estaleiros tinham produzido navio tão grande; nunca até ahi surgira a idéa que o rei teve de artilhar as caravelas, dando um alcance e uma mobilidade desconhecida aos trons do mar. No seu pensamento havia um proposito firme de o subjugar, desvendando-o até aos seus ultimos confins, dissipando inteiramente as trevas e mysterios das ondas. Mandou aperfeiçoar as bussolas, desenhar cartas maritimas para orientação das rotas; commettendo esses estudos a uma Junta em que entraram os seus phisicos, mestre José e mestre Rodrigo, ambos judeus, com o famoso allemão Behaim, discipulo de João Monte-Regio, que em Vienna estudára astronomia com o celebre Purbach. Foi essa junta que inventou as taboas da declinação do sol, permittindo aos navios alongarem-se das costas, rumando seguros em alto mar. Traçavam-se como que estradas sobre as ondas, estradas tão mysteriosas como as regiões da Mina, cuja navegação costeira a astucia do rei envolvia em descripções terriveis para afugentar rivaes — á maneira do que os phenicios tinham feito, quando

os romanos pretendiam seguil-os nas suas viagens mediterraneas. (1) A posse dos segredos das costas e dos segredos das rotas enchia de confiança o animo do rei no futuro grandioso do seu imperio. O cabo da extrema Africa, limite por tanto tempo invencivel, tinha já recebido o nome de Boa-Esperança! (1486).

Aladas esperanças eram todas essas que o rei afagava, olhando a cabeça do filho. N'este momento, a que podemos e devemos chamar revelador, D. João II teve a consciencia do famoso destino que se preparava á Hespanha: do seu imperio universal, da extraordinaria vastidão do seu poder politico, e da sua influencia moral. Symbolisava tudo isso na cabeça do filho amado; porque a cegueira dos homens careceu sempre das lunetas de um symbolo para vêr de certo modo a realidade das cousas. Os symbolos passam, as cousas ficam; e da mesma fórma os homens morrem e as idéas vivem eternamente. E, na sua fraqueza, o espirito humano amortece, desespera e cáe quando vê apagado ou destruido o symbolo em que para elle estava, mesquinhamente, a realidade inteira.

O funesto acaso da queda de um cavallo, matando o principe Affonso (1491), foi para D. João II como o tiro do caçador, quando n'um instante precipita, ás voltas, o passaro que de azas pandas vogava, inebriado, no oceano do ar e da luz. O largo vôo do falcão estacou, e todas as illusões se apagaram deante do cadaver gelado do principe, casado de um anno. Essa vida que se finára, levava comsigo todos os sonhos doirados, todas as esperanças, todas as chimeras!

Foi um chôro universal. «El-rey por tamanha

(1) V. *As raças humanas*, liv. IV, 3.

perda, tamanho nojo e sentimento, se trosquiou. E elle e a rainha se vestiram de muito baixo panno negro. E a princeza trosquiou os seus bellos cabellos e se vestiu de almafega e cabeça coberta de negro vaso.» Nas exequias, os homens, as mulheres, até as creanças, tomados de vertigem, arrancavam as barbas e os cabellos, davam bofetadas nas faces, batiam com as cabeças nas quinas da eça funeraria, e arranhavam o rosto a fazer sangue. O luto era geral e desvairado. A' imitação do rei e da princeza viuva, toda a gente andava tosquiada; e os que não podiam, por pobres, comprar o burel, que encarecera excessivamente, adoptaram trajos extravagantes: as mulheres vestiam as saias do avêsso, e os homens punham em cima de si os saccos de forragens e os xaireis ou cobertas das bestas de carga.

Este incidente imprevisto da morte do principe é um dos que obrigam a meditar sobre o valor do acaso na historia. Tivesse-se consummado a união dynastica de Portugal ao resto da Hespanha já unificado, e a historia da Peninsula, a historia da Europa, seriam diversas. (1) Que papel teria tido no mundo um imperio exclusivamente senhor de todas as regiões descobertas? Que teria succedido, se Carlos V e a dynastia austriaca não viessem reinar em Hespanha, pondo nas mãos de um homem o imperio da Allemanha, da Italia e da Peninsula iberica? Acaso a união, realisada no periodo ascencional da Hespanha, se tivesse consolidado abafando o cristallisar da alma portugueza na éra classica e abastardando a semente que nos deu Camões. Unido então, Portugal ficaria como se

(1) V. *Theoria da hist. universal*, nas *Taboas de chronol.*, pp. XXXII-III.

nunca tivesse existido, por isso que não chegára ainda a formular o seu pensamento historico, nem a consummar a sua empreza...

D. João II, humilhado, abatido, e rapado por dó, voltou a envergar o habito da coruja, para morrer (1495). Agonisante, mal podendo articular já as palavras, com uma voz arrastada e fanhosa que a proximidade da morte fazia satanica, dizia, encostando a cabeça felina sobre a mão descarnada: «Persigam-me sem dó os filhos do Bragança!»

IV

Em demanda do Preste-Joham das Indias

No verão de 1486 tinha Bartholomeu Dias partido de Lisboa, para dobrar o Cabo da Boa Esperança; o que de facto conseguiu, não podendo porém ir mais ávante, porque lh'o não consentiram as tripulações assustadas. No mesmo anno mandára o rei, por terra, para o Oriente, Antonio de Lisboa e Pero Montaroyo, que não passaram de Jerusalem, por só ahi reconhecerem que, não sabendo falar o arabe, não podiam intentar a viagem.

No anno seguinte, portanto, escolhem-se dois homens que sabem arabe, para ir por terra descobrir o Preste-Joham. A viagem por mar, ou se abandonava por parecer impossivel, ou aprazava-se para mais tarde: quando houvesse informações mais cabaes, colhidas nas expedições por terra. Affonso de Payva e Pero da Covilhan partiram de Lisboa, via Napoles, com cartas de credito sobre o principe banqueiro, Cosme de Medicis. D'ahi os viajantes embarcam para Rhodes, depois para Alexandria, d'onde seguiram pelo Cairo para Tur, (Tor) na praia do mar Vermelho ao sopé do Sinai, como mercadores, acompanhando as caravanas. De Tur foram a Aden, onde se separaram: Covilhan para a India, Payva para Suâkin (Suaquem) na costa da Abyssinia; aprazando o encontro, á volta, no Cairo.

Covilhan, em Aden, embarcou para Kananor, no Malabar, e d'ahi foi a Kalikodu (Calecut) e a Gôa. Atravessou, depois, o oceano indico, indo parar a Sofala, onde colheu noticias sobre a costa oriental da Africa, e sobre a ilha da Lua (Madagascar). Voltou logo ao Cairo, pressuroso de enviar a Lisboa as importantes informações obtidas, e ahi soube da prematura morte de Payva. Recebidas em Lisboa as cartas do viajante, D. João II recambiou logo os arabes seus emissarios, com ordem de visitarem Hormuz e a costa da Persia. Executada essa missão, Covilhan, cujo primeiro dever era obter noticias do Preste-Joham, partiu para a Abyssinia. Já por esta epocha o encantado principe que, segundo Marco Paolo, habitava a Asia central, fôra transferido para a Nubia; e a lenda personalisava no obscuro Negus o extravagante monarcha, tão falado e admirado em tempos anteriores. Covilhan, de quem não houve outras cartas, por largos annos aprendêra no Oriente a verdade; mas não podia transmittil-a para Portugal. Preso, sem ser maltratado, favorecido e rico pelo contrario, viveu por trinta e tres annos na Ethiopia, (1) onde acabou.

Se a sua viagem não saciava a curiosidade principal do monarcha portuguez, se o Preste-Joham continuava a ser um mytho, o facto é que mais valiosos resultados se tinham obtido. A Covilhan cabe a honra de ter marcado o itinerario da navegação da India, affirmando que pelo sul da Africa se chegaria ao Oriente. Nas cartas que enviou do Cairo, dizia que os navios que navegassem ao longo da costa da Guiné, chegariam, proseguindo, ao ex-

(1) V. *Regime das riquezas*, p. 109.

tremo sul do continente africano; e que, aproando ahi para leste, em direcção da ilha da Lua, por Sofala, se encontrariam no caminho da India.

D'estas e das mais informações recebidas se compoz o programma da atrevida expedição do anno de 1497, cujo destino marcado era desde logo Kalikodu, ou Calecut, como cá lhe chamavam, e onde Covilhan estivera. Vasco da Gama foi escolhido por D. Manuel (já a esse tempo D. João II tinha tres annos de fallecido) para commandar a expedição. Era um homem ousado mas prudente, e reunia ás qualidades militares as de marinheiro, cousa então commum, e depois ainda. Succedeu o mesmo a Affonso d'Albuquerque, a D. João de Castro, e a muitos outros; e a esta circumstancia deve dar-se um merecido alcance. A separação das aptidões não vinha embaraçar os planos; e havia uma unidade no mando, porque o capitão era tambem o piloto.

O maior juizo e prudencia dirigiam os preparos da expedição. Pesavam-se e debatiam-se todas as noticias do Covilhan, commentando-as com os conhecimentos anteriores. Examinavam-se os roteiros e cartas; e Bartholomeu Dias de viva voz contava tudo o que lhe succedera, os embaraços com que havia a luctar, as difficuldades a vencer. Com a sua larga experiencia dirigia a construcção dos navios, banindo os exageros nas dimensões, recommendando a solidez dos cavernames. O descobridor do Cabo devia acompanhar a expedição até S. Jorge da Mina, e ficar ahi no *resgate* do ouro. Eram quatro náus pequenas, para poderem entrar em todos os portos, visitar todas as angras, passar os baixios, ao longo das costas. A sua construcção ia aprimorada e forte, como jámais se vira: madeiras escolhidas, sans, e de exagerada grossura, pregadura

bem atacada, demorado e cuidadoso calafeto. As attenções não eram menores com o equipamento: levavam tres *esquipações* de velas armadas e mais apparelhos, cordoalha tres vezes dobrada, e mantimentos, armaria e bombardas em abastança. Levavam seis padrões de pedra lioz com o brazão portuguez e a esphera armillar, que o rei adoptara por emblema, esculpidos. Um havia de ser collocado na bahia de S. Braz, outro na foz do Zambeze, outro em Moçambique, outro em Melinde, outro em Calecut, outro na ilha de Santa Maria. Iam dois capellães a bordo de cada navio; iam linguas ou interpretes negros, cafres e arabes; iam dez condemnados para qualquer sacrificio necessario, e finalmente iam cento e quarenta e oito soldados. Tinham-se escolhido os melhores pilotos, e o rei não consentia que se poupasse em cousa alguma. Vinha em pessoa examinar o estaleiro, e demorava-se a conversar com os mestres, ouvindo as observações de Bartholomeu, de Pedro Dias, e Vasco da Gama, que lhe mostrava o novo astrolabio de Behaim, tosco triangulo de madeira, mas muito efficaz. Pelo modelo tinham-se mandado fazer outros, mais pequenos, de latão.

Tres dos navios levavam os nomes dos tres archanjos: *S. Gabriel*, capitanea, de 120 toneis, *S. Miguel* (antigamente *Berrio)* e *S. Raphael* de 100 toneis. O nome do quarto, de 200 toneis, desconhece-se.

No fim de junho estavam todos concluidos, promptos e fundeados no mar, em frente da egreja de Restello, onde os capitães velaram a noute de 7 de julho. No dia seguinte, depois da missa, acompanhados pelo rei e por todo o povo da cidade, seguiram em procissão para a praia, cantando, com tochas nas mãos, e embarcaram.

Diz Camões que, n'este momento,

> ...hum velho d'aspeito venerando,
> Que ficava nas praias entre a gente,
> ....
> C'hum saber só d'experiencias feito,
> Taes palavras tirou do experto peito:
> ....
> Oh maldito o primeiro que no mundo
> Nas ondas vela poz em sêcco lenho!

No peito de muitos havia, com effeito, uma condemnação formal por essa teima persistente dos monarchas em sacrificar dinheiro e gente á chimera das navegações. (1) A prudencia de experiencias feita, ronceira e fria, não acreditava no exito, depois de tantas tentativas falhadas. O resultado havia de votar contra ella; mas as palavras do poeta prophetisavam as consequencias funebres d'um imperio, que todos porém, os audazes e os prudentes, acclamaram quando Vasco da Gama voltou. Camões, assistindo já ao declinar do sol, pôde contar as fomes soffridas no mar, os temporaes e os naufragios, as peregrinações nos reinos adustos do terrivel Adamastor, e o collar de esqueletos brancos estendidos ao longo dos areaes das duas Africas — um rosario de tragedias funebres! Pôde tambem contar as ondas de protervia e crimes, d'esse mar da India, que se estirou até á Europa para afogar Portugal em vasa.

Com sete dias de viagem, a 15 (julho), chegam ás Canarias, onde um nevoeiro dispersa a pequena frota, que, entre 23 e 27, se reunia outra vez em

(1) V. *Hist. da repub. romana*, p. I, XIX, *intr.*

Cabo-Verde, para d'ahi partir em 3 de agosto. Tres mezes gastaram para descer até Santa Helena (nov. 7), onde refrescaram, porque tinham seguido ao largo, sem se internarem no golpho da Guiné. Desembarcaram tambem para reconhecer a altura, com o astrolabio, porque a bordo não lh'o consentiam os balanços dos navios; tiveram algumas escaramuças com os indigenas, e partiram afinal no dia 16 de novembro. A 19 estavam á vista do cabo Tormentoso ou da Boa-esperança, dois nomes que egualmente justificou d'esta vez. Tres dias alli andaram, batidos pelos temporaes. O vento e o mar eram tantos, que os navios mettiam as postiças debaixo de agua, e difficilmente se diria se andavam sobre as ondas, ou de envolta com ellas. No alto dos castellos, á pôpa, levavam as náus retabulos pintados, com a imagem dos santos do seu nome; e quando o mar lançava com estrepito os paineis, sobre o tendal, toda a tripulação das náus empallidecia de susto. Era um triste prognostico, e parecia que o favor divino os queria desamparar. Mares crueis e espantosos vinham pela pôpa arrebatando os bateis, arremeçando-os contra os costados das náus, avariando os lemes. Amainavam as velas, cortavam os tendaes, começavam a alijar carga ao mar... Por fim o tempo abonançou: «Nosso Senhor seja louvado, que nas maiores fortunas soccorre com a sua infinita misericordia!»

Dobrado o cabo a 22, no dia 25 fundeavam na bahia de S. Braz, onde as calmarias os forçaram a demorar-se até 7 do mez seguinte. Navegando uma semana ao longo da costa austral d'Africa chegam a 15 aos ilheus-Chãos, derradeiro termo da viagem de Bartholomeu Dias. Começavam agora a seguir as instrucções do Covilhan, o piloto ausente pelas terras do Preste-Joham, a quem demandavam.

Queriam seguir ao longo da costa, mas as correntes, a que haviam grande medo, lançavam-nos para o pélago do sul, vasto e perdido. Os marinheiros revoltam-se inutilmente: Vasco da Gama, como um destino, inexoravel e prudente na sua audacia, venceu as revoltas e as correntes.

Saíam por fim do Mar Tenebroso, e só agora se podia considerar vencido o temivel cabo. As tempestades e as correntes amansaram. De dia a calma e o céu de azul puro; á noute, por duas ou tres vezes, no topo dos mastros, brilhava a luz de S. Fr. Pedro Gonçalves, o Sant'Elmo de Lisboa. Tudo eram promessas de bonança. Subiam aos mastros a vêr os signaes do milagre, e traziam, com devoção, os pingos de cera verde que o santo lá deixára. A's vezes chegavam a brigar contra algum incredulo, e mais de um d'esses pagou *por ello.* Os marinheiros recordavam-se piamente do seu santo, que ficára em Lisboa, e de Xabregas, onde cada anno o levavam em procissão, vestindo o melhor que tinham, pondo os seus ouros, coroados de coentros e flores, com bailes, musicas, folias e merendas, pelas hortas do arrabalde. O bom santo protegia-os: já se não rebellavam, e alegres proseguiam, confiados tambem na pericia e valor do capitão, que os domava com intrepidez.

A 10 de janeiro tomavam terra em Inhambane, communicando com os cafres; a 22 tinham subido até Quilimane, onde veem visital-os a bordo *fidalgos*, com toucas de seda lavradas na cabeça. Pela primeira vez chegavam *á India.* Viam gentes diversas, e signaes d'essa civilisação distante, demandada com tanto ardor. Emergiam do mar d'Africa e da obscura sombra do continente negro. Esses *fidalgos*, para quem olhavam, porém, quasi com amor, como irmãos, seriam os seus mais crueis inimigos.

Ficam um mez em Quilimane, para reparar os navios e restaurar a saude, porque o escrobuto começára a lavrar com força nas tripulações; e, partidos, chegam em 2 de março a Moçambique. Os symptomas anteriores augmentam: vêem mais, muitos *fidalgos*: estão, decididamente, ás portas da India! vão afinal chegar ao imperio do Preste!

O que observavam augmentava-lhes o desejo, avivando-lhes a curiosidade. Tudo era novo para elles, mas tudo avigorava as esperanças de virem a encher-se com o saque d'essas cousas brilhantes, marfins e sedas, ouros e pedras, que luziam nos toucados e vestidos dos *fidalgos* de Moçambique. Em volta da esquadrilha fundeada vogavam os navios da terra, sem coberta nem pregaria: as taboas cosidas a couro, e velas de esteiras de palma. (1) Os mouros vinham mercadejar com elles. O proprio sultão em pessoa quiz cumprimentar Vasco da Gama, que o recebeu a bordo. Pediu-lhe pilotos que o guiassem á India, á terra do Preste-Joham; pediu-lhe informações ácerca do famigerado imperador. O mouro disse-lhe que o Preste era um poderoso principe, com muitas cidades n'aquella costa, grandes navios e muita copia de mercadores: foi, pelo menos, isso o que Vasco da Gama percebeu, e taes novas encheram-no de alegria.

Mostrou-se depois o sultão perfido, e a esquadrilha, sem os pilotos, foi seguindo, costeiramente até Mombas (8 de abril), onde um acaso a salvou da traição que os *mouros* lhe preparavam. Elles tinham descortinado já perigosos concorrentes n'esses homens vindos por mar ás regiões que, desde a Arabia, o Egypto e a Nubia, eram até ahi imperio seu e indisputado. Salvo por um milagre, Vasco da

(1) V. *Regime das riquezas*, pp. 85-6.

Gama seguiu a Malinda (15), onde o *sultão* o acolheu bem; mas não confiando mais n'esses *fidalgos* do Zamgebar, aproveitou de um *mouro* que se deixára ficar a bordo em Moçambique, e que succedeu conhecer a rota para Kalikodu. Fizeram-se ao mar, e em vinte e seis dias (24 de abril a 19 de maio) estavam na India. Durára a viagem dez mezes e onze dias.

Foi então que o seu espanto chegou ao auge. Tudo o que já tinham visto não dava uma idéa, nem distante, do que viam agora, desembarcados. O esplendor e o fausto natural do Oriente enchiam-nos de admiração e cubiça; e na sua ignorancia religiosa viam por toda a parte os christãos do Preste. Os indigenas adoravam a Virgem Maria; e os nossos prostravam-se tambem deante de Nossa Senhora na pessoa de Gauri, a deusa branca, Sakti de Shiva, o destruidor. Esta confusão, augmentada ainda por não se entenderem no que diziam, dava logar a scenas ingenuamente comicas. Alguns, duvidosos, observavam que, se os idolos eram diabos, a sua reza era só para Deus; e com esta reserva mental ficavam quietos na consciencia. Para augmentar o espanto, veiu ter com elles um *mouro* a falar portuguez: «Boa ventura! boa ventura! muitos rubis! muitas esmeraldas!»

E nada d'isto era um sonho, eram «sem mentir, puras verdades.» Os indigenas abraçavam-nos, e os broncos alemtejanos, os beirões, os marinheiros do Tejo, ingenuos e ignorantes, abraçavam-nos tambem, na effusão de um instincto humano, como patricios. Dir-se-ia que se conheciam de muito, e que pouco ou nada os distinguia: de Lisboa á India era uma curta distancia, porque o sentimento não tem bitolas. Eram todos christãos, tambem tinham reis! o mundo era um só, e o homem o

mesmo em toda a parte! A naturalidade ingenua com que se praticavam as maiores cousas, é a grande prova da força heroica dos homens da Renascença.

Por esse tempo, na India—e com este nome designamos todas as costas e ilhas incluidas entre os meridianos de Suês e de Tidor, e entre 20° de latitude S. e 30° N., theatro das campanhas portuguezas—na India, dizemos, raças estranhas impunham uma especie de dominio em tudo similhante ao que foi depois o dos portuguezes: um monopolio commercial-maritimo, e como consequencia d'elle, feitorias, colonias e Estados. Os povos que nós iamos despojar d'esse dominio eram os arabes e os ethiopes, os persas, os turkomanos e os afghans, que, descendo do mar Vermelho e do mar da Arabia, confundidos na onda religiosa do islamismo, tinham avassalado a peninsula do Indo ao Ganges, e a Africa oriental desde Adal até Monomotapa. Estendendo-se para o extremo Oriente iam, como nós fomos, até Kambodja e Tidor nas Moluccas, atravez do Arakan e do Pegu, da peninsula de Malaka e de Birma e Shan (Sião) no continente, atravez de Sumatra e Borneo e pelo meio do archipelago de Sunda. A todas essas gentes chamaram os portuguezes *mouros*, (1) expressão generica já usada na Europa para designar os sectarios do Islam, e por isso tambem adoptada agora que, tão longe e atravez de tantos mares, iamos encontrar-nos de novo, frente a frente, com o *turco*, antagonista do *christão* em todo o mundo.

«Al diablo que te doy! Quien te trouxe acá?» assim um mouro de Tunis, em Kalikodu, cumpri-

(1) V. nas *Raças humanas*, a ethnographia do Oriente a pp. 70-85, 90-105 e 122-41 do vol. I.

mentava o portuguez; e como em Moçambique e em Mombas, os *mouros* (usaremos d'ora ávante d'esta expressão generica, já explicada) induzem ou obrigam o Samudri-rajah (Çamorim), rei ou conde—a India vivia n'um regime simili-feodal—de Kalikodu, a exterminar os portuguezes. Kalikodu era o emporio commercial da costa do Malabar, e os dominios do seu rajah formavam o chamado reino de Kanará.

Facil seria, sem duvida, convencer o principe de que Vasco da Gama era um pirata, o seu rei uma burla; e sem o pensarem, decerto, os mouros de Kalikodu definiam antecipadamente o dominio portuguez, que só veiu a differençar-se d'uma pirataria commum, em ser uma rapina organisada por um Estado politico. Convencido ou violentado, o rajah manda perseguir os navegantes, que embarcam e se defendem (agosto 30.) Depois de uma estação, de alguns mezes na ilha de Anjediva, sobre a costa, Vasco da Gama decide voltar; e faz-se de vela para Portugal em 10 de julho de 98. Um anno depois, no mesmo dia, chegava a Lisboa. Na viagem, separou-se da frota Nicolau Coelho em Cabo Verde, e Vasco da Gama veiu pela Terceira, sepultar ahi o irmão que morrera no mar.

O enthusiasmo foi grande em Lisboa, á chegada de Vasco da Gama: tambem D. Manuel tinha as suas Indias, e Portugal o seu Colombo! E o Preste-Joham, que noticias? E de Covilhan? Nada. O navegador conseguira vencer o Cabo e achar a India, mas não conseguira decifrar o enigma, que a este tempo já contava tres seculos de successivas indagações.

Pouco viriam essas a importar para a historia. O essencial era a decifração do outro enigma, ainda maior—o do Mar Tenebroso. Pouco faltava já;

e em vinte annos mais, não haveria, na rotunda superficie do globo, um canto de terra incognita, nem um palmo por explorar na vasta amplidão dos mares. «Debaixo das bravas ondas, por saber os segredos da terra e os mysterios e enganos do oceano», os portuguezes, com uma curiosidade heroica, tomaram em suas mãos o futuro da Europa, e do mundo. No anno seguinte ao da descoberta da India, Pedro Alvares Cabral, que para lá fôra mandado com uma imponente esquadra, não resiste á tentação da curiosidade. Descendo no Atlantico, em direcção de leste, uma pergunta incessante o persegue: que haverá para o poente? Para esse lado descobriu Colombo umas Indias no hemispherio norte: acaso haverá mais Indias no hemispherio do sul? Amarou para oeste, a indagar, a vêr... Mais uns mezes, na longa viagem do Oriente, que importavam? Com effeito, descobriu o Brazil; (1) a terra de oeste vinha, desde o extremo norte até ao extremo sul, estendendo-se ao longo, nos dois hemispherios. Só então a America se pôde dizer inteiramente descoberta.

A noticia das novas terras encontradas impressionou pouco Lisboa; na côrte ardia o desejo de descobrir o Preste, o encantado Preste-Joham; de fazer com elle um bom tratado, para chamar a Portugal um pouco, ao menos, das tantas cousas boas que Vasco da Gama vira por seus olhos, e, contadas, enchiam de cubiça o espirito de toda a gente. Cabral fôra mandado a isso, e não a descobrir terras: já eram demais as Cruzes, e os nomes do repertorio escasseavam já para denominar ilhas e cabos, portos e bahias, costas e continentes. Desejava-se outra cousa, ferviam outras esperanças:

(1) V. no *Brazil e as colon. port.* p. 3 (2.ª ed.) a descoberta das costas brazileiras.

«Boa ventura! boa ventura! muitos rubis! muitas esmeraldas!»

Tomarem-no por um pirata enchera de colera Vasco da Gama. Além da necessidade de mostrar ao Çamorim perfido o poder do rei de Portugal, era indispensavel desaggravar os brios do fidalgo offendido. Não podia ir d'esta vez, mas para outra seria a sua vingança.

Logo que Vasco da Gama chegou, decidiu-se, pois, enviar uma grande armada á India; porque agora, sabido o caminho, não havia mais receios, nem motivos, para reduzir o numero, nem a lotação dos navios. Pedro Alvares Cabral fôra nomeado almirante da frota, que contava treze náus, e levava mil e duzentos homens.

A construcção dos navios tinha progredido com a frequencia e extenção das viagens. Náus e galés, embarcações de vela e remo, tinham-se preparado melhor, augmentando em dimensões. No primeiro quartel do XVI seculo, porém, quando a avidez commercial não pervertia ainda a prudencia, a lotação ordinaria não excedia 400 toneladas. (1) A náu navegava á vela, jogando dos costados a artilheria, no convez ou sob a coberta. A' pôpa e prôa, nos castellos, luxuosamente ornados de lavores e douraduras, assentavam tambem canhões; e nos cestos de gavea havia pequenas colubrinas. De um a outro castello corria um baileu ou varanda volante, d'onde, nos combates, atiravam os mosqueteiros, e se passava á abordagem dos navios inimigos. Muitas

(1) V. no *Brazil e as colonias port.* (2.ª ed.) a composição typo de uma nau da India, a p. 34 *nota*.

náus andavam munidas de rostos ou esporões de aço nas prôas, para a investida. As galés, navios de remo, dividiam-se em ***bastardas e subtís***: as primeiras de 27 bancos a tres remeiros e 7 peças grossas; as segundas de 25 bancos e 5 peças apenas. A artilheria grossa jogava sómente á prôa, nos costados: entre os remeiros, collocavam-se, porém. umas peças menores, a que se chamava ***berços***. Havia, além d'isto, as *fustas*, galés pequenas de 16 ou 20 bancos de dois remos, com duas peças grossas. As galés, comtudo, tambem velejavam: e para isso tinham dois mastros, onde levavam latinos; as fustas um só. Havia, porém, galés que, por se approximarem mais da armação das náus, se diziam ***bastardas***: armavam dois mastros, mas no do traquete tinham duas velas redondas, e cestos de gavea, como as náus.

A esquadra de Pedro Alvares Cabral levantou ferro do Tejo no dia 9 de março do anno de 1500. Os gritos da marinhagem, para alar a um tempo os viradores nos cabrestantes, melopêa triste e funebre como o mar; o surdo roçar das amarras nos escovens; o apito dos mestres, dirigindo as manobras; as bandeiras multicolores soltas ao vento; e as velas meio desdobradas nos mastros, formavam o vivo quadro da nação que tambem partia, no anno de 500, já confessada e bem disposta, para essa longa viagem de pouco mais de um seculo, cheia de escrobutos e naufragios, ao cabo da qual a esperava um tumulo, vasto como é o mar, mudo como elle é nas calmas funebres dos tropicos.

Não havia protestos agora, senão esperanças, cubiças, ambições. Não partiam á aventura; partiam á conquista do que tinham descoberto, e queriam trazer para Portugal, para casa. Ninguem duvidava do exito, e o capitão levava cartas solemnes do

rei para o Çamorim. Em troca d'ellas, da sua alliança, dos presentes que lhe mandavam, viriam os rubis e as esmeraldas, a pimenta e a canella, monopolisada pelo turco, inimigo de Deus!

Já na praia começava a levantar-se a basilica, monumento ingenuo d'essa religião do commercio, erguido a Jesus e á Pimenta — os dois deuses que viviam no céu portuguez (ou carthaginez): dois deuses piamente adorados, mas servidos ambos de um modo egualmente barbaro.

O almirante acaso pensava, já no Tejo, n'esse rumo de Oeste, o de Colombo, que o levaria á America; e porventura acreditava pouco na existencia do lendario Preste-Joham, por cuja causa tantas viagens se tinham feito. Não o mandavam descobrir, mandavam-no conquistar; mas elle queria tambem inscrever o seu nome na lista dos que, durante o seculo anterior, tinham pouco a pouco rasgado as trévas do mar mysterioso. A sua viagem, além de iniciar o dominio portuguez na India, teve, com effeito, as duas consequencias desejadas. Varreu as duas lendas, a do Preste e a do Mar Tenebroso; descobriu o Brazil, e veiu dizer a D. Manuel que o supposto imperador do Oriente era um miseravel rei preto, infiel, acantonado nas montanhas invias da Abyssinia.

Atraz de uma lenda, attrahido por uma voragem, Portugal descobrira os continentes e ilhas do Atlantico e chegára á India. Por uma illusão, consummára a realidade que espantava o mundo inteiro. O mundo é uma miragem, e os homens sombras levadas pelos sabios ventos do destino...

Reconhecidas as terras, sulcados os mares, por occidente e por oriente, faltava porém ainda reunir essas duas metades do mundo conhecido, e dar-lhe a volta, para se saber que cabia todo, inteiro, nas

mãos do homem: eis ahi o valor da viagem de Magalhães, vinte annos mais tarde.

Não ha mais trevas no mar; consummou-se a grande conquista. Mas uma nova empreza se desenha agora: devorar o descoberto, digerir o mundo.

Portugal inteiro embarca para a India na esquadra de Cabral (1).

(1) *Hist. da republ. romana*, I, pp. 217-8.

LIVRO QUARTO

A VIAGEM DA INDIA

> **Dês o primeiro dia que com a vista e experiencia propria me acabei de desenganar do grande erro que até alli me trazia a fama das cousas da India... me nasceu logo um desejo ardentissimo de fazer por esta via um grande e extraordinario serviço.**
>
> **Rodrigues da Silveira**, ***Reformação da milicia e governo do Estado da India oriental.***

I

D. Francisco d'Almeida

Em 13 de Setembro do anno de 500 chegou Cabral a Kalikodu. Não ia, como Vasco da Gama fôra — como descobridor; ia como embaixador, á frente de uma poderosa armada, para não ser tomado por pirata, mas sim pelo emissario, que era, do nobre monarcha portuguez, portador das suas cartas e propostas de alliança para o rajah de Kalikodu. Como tal foi effectivamente recebido, n'uma audiencia solemne. Os portuguezes, vestindo as suas melhores roupas, as suas armas mais bellas e polidas, pensavam impôr de ricos ao monarcha do Oriente; mas os representantes da pobre e forte Europa iam ficar deslumbrados com as magnificencias da India opulenta. O brilho das armadu-

ras era offuscado pelo rutilar da pedraria «cujas chammas impediam a vista». O rajah vinha em um palanquim ou andor trazido aos hombros pelos nobres, recostado sobre almofadas de seda, entre colchas lavradas de fio de ouro caíndo em pregas franjadas com borlas cravejadas de pedras preciosas, e pannos de carbaso de linho finissimo, cuja alvura sorria ao lado da vermelhidão sanguinea das sedas e brocados. Corria a compasso o andor coberto por um pallio de seda franjado de ouro, e dentro d'este duplo sacrario via-se o rajah negro rutilante de pedras preciosas. Cegava olhal-o. Aos lados do pallio iam pagens com leques de pennas de pavão agitando o ar, e á beira do palanquim os que levavam as insignias da soberania: a espada e a adaga, e estoque de ouro, a flor de liz symbolica, o gomil de agua, e finalmente a copa onde o rei cuspia o betele, cujo mascar faz os dentes côr de rosa e dá «muito bom bafo».

Em toda a volta e prolongando-se na cauda da procissão, charangas de musicos atroavam o ar com os seus tambores, com os tam-tams de prata e de ouro, suspensos por cordeis em bambus altos, com as trombetas enormes, umas rectas, outras curvas, levantadas para o ar, e que davam aos musicos o aspecto de elephantes com trombas douradas, cujos pavilhões se viam cravejados de rubis e esmeraldas. Vinha uma grande trompa de ouro levada por dois homens a cavallo! Os musicos, negros, iam nús, com manilhas nos braços e nas pernas, e á cinta um panno cobrindo as vergonhas. Nús iam os nayres e mais tropas do rajah, esgrimindo aos saltos em pyrrhicas singulares, parecendo atacados de furia, com as suas armas variadas: alfanges curvos para os golpes de cutilada, espadas largas e ponteagudas para as estoca-

das, espadas triangulares com o vertice nos copos e na ponta a base espalmada, arcos e molhos de frechas de bambu delgados, lanças com anneis tilintantes e guizos, correndo, saltando e gritando em brados: «Cucuya!» como na hora das batalhas. Mais ao largo, o povo mudo, n'uma impassibilidade de orientaes, olhava.

A recepção do embaixador fez-se no *çarame* do rajah, á beira-mar, pavilhão de fórma oitavada erguido sobre esteios, todo rendado de varandas e lavores, marchetado de marfim, chapeado de prata e ouro em folhas, com pinaculos e corucheos que se desenhavam levemente no fundo azul do ceu— tão azul como o do mar onde fundeava a esquadra de Pedro Alvares Cabral. Na longa praia apinhavam-se as choças dos pescadores e galeotes e por entre ellas a multidão negra, espantada. Para o interior avistava-se a cidade, com os palacios e jardins do rei, dos nobres e dos ricos, docemente abrigados contra o sol inclemente pela sombra dos palmares e dos bosques de arvores aromaticas. No meio de um turbilhão de gritos de guerra, de sons de trombetas, o cortejo encaminhou-se para o palacio do rajah.

Ahi o Çamorim estava sentado sobre o véllo preto, insignia da realeza, no seu throno de prata com braços de ouro e as espaldas cravejadas de rubís, diamantes e esmeraldas, no meio da sua côrte, recostado em macias almofadas de seda, sobre fôfos tapetes da Persia, somnolento e immovel. Negro, nú, um véo de linho branco descia-lhe em pregas desde o umbigo até aos joelhos, com a ponta caída e n'ella enfiados anneis de ouro e rubís. Da extremidade pendia uma perola enorme. Os dedos, braços, estavam cobertos de anneis e manilhas. Das orelhas caíam arrecadas de ouro

cravejadas: á cintura trazia um cinto de ouro. Ao pescoço collares roliços, de ouro tambem; e duas voltas de um fio de perolas, grandes como avellans, que desciam até ao umbigo, suspendiam um enorme coração de ouro encastoando a mais bella, a maior esmeralda. Nos cabellos compridos e apanhados em nó no alto da cabeça havia perolas e pingentes, e a corôa era um deslumbramento. O thesouro inteiro de Kalikodu saíra á luz. Ao lado do rajah, em pé, viam-se os pagens nús com pannos de purpura, apresentando as espadas e adagas de copos de ouro cravejados, e junto ao soberano o da copa de ouro com a toalha a tiracollo, e o da boceta cravejada de brilhantes, com o sal delido em agua de rosas, onde molhava as folhas de betele, antes de as dar ao brahmane-mór, que detraz das espaldas do throno as passava religiosamente ao rajah, para mascar. Outros pagens tinham as toalhas, perfumadas de almiscar, com que nas occasiões devidas esfregavam os braços e as pernas núas do soberano reluzentes de manilhas cravejadas de rubis. Em torno havia castellos de alfaias: vasos e urnas de bronze, de prata, de ouro, e os lampadarios de metal amarello sempre accesos, segundo os ritos ordenavam. Os escrivães, de pé, tinham debaixo do braço as longas folhas de palmeira, seccas, onde se registravam as leis e tratados, em sulcos abertos pelos estyletes de ferro, que balouçavam entre os dedos. Em frente de Pedro Alvares Cabral, que, sentado, lia a carta de D. Manoel em arabigo, estava a credencia com os presentes que trazia: uma taça e duas massas de prata, quatro almofadas de brocado e dois pannos de Arraz, de um desenho primoroso. A côrte, de pé, escutava em torno. Mais longe agrupavam-se as mulheres do rajah, untadas de sandalo, e

nuas da cintura para cima, com as cabeças coroadas de flôres, e collares de contas de ouro, e pedraria, manilhas grossas nas pernas, braceletes, e anneis fulgurantes. O rajah tinha mais de mil, entre amantes e varredeiras, escravas e embostadoras. Para além das columnatas de alabastro, nos pateos inundados de sol, viam-se os elephantes submissos, com os seus collares de campainhas e guizos, cobertos por xaireis de seda recamada de ouro; viam-se os pallios e leques do cortejo do soberano; os truões e os fakires, rebolando-se no chão, desgrenhados, a uivar gritos. Depois formavam alas, ou esgrimiam com tregeitos e cutiladas, os nayres, bucellarios do rajah, casta singular e polyandra de quem disse o poeta: «geraes são as mulheres porém sómente para os da geração de seus maridos.» (1) Mas o que sobretudo enchia de espanto e cubiça os portuguezes, envergonhados da sua pobreza, eram os rios luminosos da pedraria que, destacando-se do fundo acobreado das pelles indigenas, os cegavam: «As chammas que d'elles saíam impediam a vista!» Sobre o ouro de Sofala, eram os rubis do Pegú, os diamantes do Dekkan e de Narsinga, as saphiras de Simhala (Ceylão) e os seus topazios e turquezas, jacinthos e amethistas. Eram as bellas esmeraldas de Babylonia!

De parte a parte, comtudo, passada a recepção solemne, não se entendiam bem; e os escrivães em balde mostravam as longas folhas de palmeira escriptas, agitando os estyletes de ferro, a indicar as passagens das leis que julgavam oppôr-se ao que pensavam serem os pedidos dos portuguezes. Estes, em tregeitos, esforçavam-se por lhes

(1) V. *Quadro das instit. primit.*, pp. 264-7.

fazer perceber que queriam pôr alli feitorias, para trazerem por mar, para a Europa, as preciosidades da India; e não cessavam de affirmar quanto el-rey de Portugal era poderoso e forte. Apesar de não ter tantos ouros nem pedrarias tinha o bronze das suas peças e o ferro das suas granadas! accrescentavam com decidida importancia. Os escrivães iam comprehendendo, desconfiados; e os portuguezes desconfiavam tambem dos sorrisos do rajah. Apesar d'isto, porém, foi concedido o que pediam; e Cabral fundou a primeira feitoria portugueza na India, em Kalikodu.

Logo os mouros vieram reclamar contra os intrusos que os despojavam; e favorecidos pelo indigena, caíram sobre a feitoria, trucidando os portuguezes que lá havia: cincoenta ao todo. Começava a historia da India. Seguiram-se logo as terriveis represalias do almirante. Tomou dez náus de mercadores arabes, passou á espada mais de 500 homens tripulantes, e, bombardeando a cidade, poz-lhe fogo. O incendio de Kalikodu, em 16 de dezembro do anno 1500, era a funebre aurora da historia oriental. Se as pedrarias tinham cegado os olhos dos portuguezes, agora as chammas cègavam os olhos afflictos do rajah, n'essa noute de cruel memoria.

Incendiada Kalikodu, o almirante foi com a esquadra entrar em Katchi (Cochim) um pouco ao sul, na mesma costa de Malabar, mas já para além dos dominios do rajah perfido de Kalikodu. O terror da recente façanha abriu-lhe os braços do pequeno soberano de Katchi; e fundou-se ahi, em boa paz e amizade, uma feitoria, tomando o almirante, entretanto, refens, para segurança. Triumphára; o brahmane rajah de Katchi, revoltára-se abertamente contra o Çamorim seu suzerano. No

meiado de janeiro (1501) partiu Cabral para Kananor: ahi carregou as suas náus de pimenta e canella, e regressou ao reino. Dos treze navios com que partira um anno antes, apenas tres o acompanhavam: cinco, desgarrados, voltaram por diversas vias, e outros cinco foram tragados pelo Mar Tenebroso. Esse inimigo terrivel, embora vencido, não estava domado, e a primeira expedição da India, este primeiro acto da tragedia de mais de um seculo, esboçava já todos os elementos da acção: assassinatos e incendios, morticinios e naufragios; a espada e a pimenta; as armas do guerreiro em uma das mãos, as balanças do mercador na outra; uma Carthago moderna — e, no fundo, a voragem aberta do mar, prompto a devorar homens, navios e riquezas; a fonte perenne do vicio, entornando caudaes de torpezas!

Da curta historia anterior da India resultavam dois factos: a inimisade perfida do rajah de Kalikodu, e a feitoria de Katchi. Castigar terrivelmente o primeiro e consolidar, fortificando-a, a ultima, foi o principal motivo da segunda armada, que em 1502 (fevereiro) partiu de Lisboa para o Oriente, sob o commando de Vasco da Gama, o capitão desapiedado, o fidalgo offendido nos brios pelo miseravel *Çamorim*.

A historia da viagem é um horror; e a desforra do capitão uma prova d'essa frieza sanguinaria, impassivel e cruel, que effectivamente existe no temperamento, quasi africano, do portuguez. Obliterada na sujeição ou na paz, rebentou sempre com o dominio e com a victoria, na guerra. Se taes sentimentos, vivos na alma do Gama, inspi-

ram os seus actos, a sua campanha não obedece a um plano, nem no seu rude espirito cabem as largas vistas do estadista. Se algumas levava, reduziam-se a espantar a India com a crueldade das suas façanhas, e a dominal-a com o terror dos seus morticinios. Grande sobre as ondas, em lucta com os temporaes, é a imagem da nação, cuja grandeza está na coragem e na teima com que soube vencer o Mar Tenebroso. Um terramoto agitou o mar da India quando o Gama pela segunda vez o trilhava; e o almirante, imagem da bravura épica do povo portuguez, acreditou e disse que até as proprias ondas tremiam com medo nosso — com medo d'elle!

Navegando porém no mar das Indias, com toda a artilheria carregada de metralha, para arrasar Kalikodu, encontra o Gama uma náu de mercadores arabes que ia para Meka ou voltava, nas romarias constantes á santa Kaaba. Além da tripulação, o navio trazia duzentos e quarenta homens, passageiros, com suas mulheres e filhos. Era isto no dia 1 de outubro de 1502, «de que me lembrarei toda a minha vida!» escreve o piloto ainda horrorisado, ao recordar como a náu foi cobardemente incendiada, com todos os que continha, e que morreram desesperados no fogo ou no mar. Ia a bordo um flamengo, que assim refere a occorrencia: «Tomámos uma náu de Meka, onde iam a bordo 300 passageiros, entre elles mulheres e creanças; e depois de sacarmos mais de 12:000 ducados do dinheiro e pelo menos 10:000 de fazenda, fizemol-a saltar com os passageiros que continha, por meio de polvora, no 1.° de outubro.» Satisfeito de si, o capitão rumou para Kalikodu. Mandou intimar ao rajah a expulsão de todos os *mouros*, que eram cinco mil familias, das mais ricas da cidade; dizendo-lhe que qualquer creado

d'el-rey D. Manuel valia mais do que elle, *Çamorim*; e que seu amo tinha poder para fazer de cada palmeira um rei! — Como era de vêr, o rajah recusou; e o capitão que, ao fundear, apresára um numero consideravel de mercadores no porto, mandou cortar-lhes as orelhas e as mãos, e amontoados n'um barco, foram com a maré varar na praia, levando a resposta do Gama á recusa do afflicto principe. (1) Começou logo o bombardeio (2 de novembro). A cidade ardia outra vez; e á população em choros, respondiam as risadas ferozmente cynicas dos marinheiros, abrigados detraz das amuradas dos navios, junto ás peças que vomitavam fogo. Era uma inepcia, uma barbaridade e uma covardia; porque as curtas lanças e as settas dos indigenas não podiam medir-se com as granadas, despedidas de longe, de bordo das náus.

(1) «Então mandou aos bateis que fossem roubar os pageres (barcos) que eram dezeseis e as duas náos, em que todos acharam arroz e muitas jarras de manteiga e muitos fardos de roupa. Então tudo isto recolheram aos navios e a gente toda das náos grandes, e mandou que recolhessem o arroz que quizessem, que tomaram quatro pageres, que vasaram, que não quizeram mais. Então o Capitão-mór mandou a toda a gente cortar as mãos e orelhas e narizes e tudo isto metter em um pager, em o qual mandou metter o *frade* tambem sem orelhas, nem narizes, nem mãos, que lhas mandou atar ao pescoço com uma ola (folha, carta) para el-rey em que lhe dizia que mandasse fazer caril para comer do que lhe levava o seu *frade*.

E a todos os negros, assim justiçados, mandou atar os pés, porque não tinham mãos para se desatarem, e porque se não desatassem com os dentes com páos lhes mandou dar n'elles que nas bocas lh'os metteram por dentro, e foram assim carregados uns sobre os outros embrulhados no sangue que d'elles corria e mandou sobre elles deitar esteiras e ola secca e lhe mandou dar as vélas para terra com o fogo posto, que eram mais de 800 mouros, e o pager do *frade* com todas as mãos e orelhas tambem á véla para terra sem fogo, com que foram logo ter a terra, onde acudiu muita gente a apagar o fogo e tirar os que acharam vivos com que fizeram seus grandes prantos.» Gaspar Correia, *Lendas*, I, p. 302.

O Gama, cada vez mais satisfeito de si, foi-se a visitar o porto amigo de Katchi; e decidiu regressar ao reino por Quilua, d'onde trouxe o ouro com que o rei D. Manuel fez uma custodia para o seu templo dos Jeronymos. Vinha contente da brava desforra que tomára: o *Çamorim* estava punido!

Deixára o Gama na India uma parte da sua armada sob o commando de Vicente Sodré, personagem tão eminentemente celebre como o proprio almirante, cujo tio era. Fidalgo, este amava as façanhas brutaes e estrondosas; o outro queria mais á pirataria e ao roubo. Com effeito, assim que o Gama partiu da costa do Malabar, o de Kalikodu, invocando porventura direitos de suzerano sobre o visinho de Katchi, exigiu d'elle a expulsão dos portuguezes da feitoria. Mas os ataques repetidos ao poderoso rajah do Canará ensoberbeciam os seus vassallos, e fomentavam a decomposição do systema politico de Hindustan. O de Katchi resistiu, implorando o auxilio do Sodré, que pouco se lhe dava da feitoria, e a abandonou para ir ao corso das náus de Meka: era trabalho de mais proveito e menor risco piratear de parceria com a corôa portugueza nas costas de Adal e da Arabia, á embocadura do mar Vermelho. (1) O producto das náus de Meka pertencia, metade ao rei de Portugal, me-

(1) «...em que no mar tomaram náos de Cambaya e Calecut que iam para Meka, a que roubaram o melhor que acharam de que se carregaram os navios e caravellas quanto poderam e mormente roupas de muito preço e muitos mantimentos e mouros para dar ás bombas, e não se occuparam em carregar os navios de pimenta e drogas que levavam as náos de Calecut que a todas, umas e outras, poseram fogo e queimaram com toda a gente sem a nenhum darem vida, mas Vicente Sodré mandou que os Mouros que tinham tomado para a bomba todos os tornaram com os outros e todos forão mortos.» Gaspar Correia, *Lendas*, I, pp. 365-6.

tade ás tripulações: cabendo aos soldados uma parte, aos marinheiros duas, outras duas aos bombardeiros, quatro aos pilotos e outro tanto ao mestre. Pilhavam todos, de braço dado com a Corôa.

Vicente Sodré andava n'isto, ao mesmo tempo que Ruy Lourenço, por sua conta e risco, varria a costa de Zamgebar, caçava navios e cobrava tributos aos sultões.

O dominio portuguez adquiria logo de começo o caracter duplo que jámais perdeu, apesar de todas as tentativas posteriores de regularisação e de ordem. Era no mar uma anarchia de roubos, na terra uma serie de depredações sanguinarias. Vasco da Gama ensinára o modo de imperar com o fogo e o sangue; Sodré indicava o modo de ceifar no mar, pela abordagem, as náus de Meka. A pirataria e o saque foram os dois fundamentos do dominio portuguez, cujo nervo eram os canhões, cuja alma era a Pimenta.

Na artilheria, effectivamente, estava o segredo do poder dos invasores da India. Ao tempo em que o Gama voltava da sua segunda viagem, partia de Lisboa uma terceira esquadra (1503, abril) com Affonso de Albuquerque e Duarte Pacheco a bordo. Foram a Katchi acudir ao rajah, na sua guerra com o de Kalikodu, e construiram a primeira fortaleza na India. Albuquerque voltou ao reino; Pacheco ficou em Katchi com as tropas e navios preparados para o ataque. O heroe — porque este bateu-se como uma fera, no seu covil de Kambalaan, nobre, desinteressada e bravamente — desde logo disse que *toda a festa havia de ser de artilheria.* De que serviam com effeito as armas brancas e de arremeço, principal equipamento dos indigenas, que mal sabiam usar dos mosquetes e bombardas, perante o vomitar distante da metralha? Isto explica

a possibilidade da resistencia dos setenta homens de Pacheco, brandamente auxiliados pelos naturaes, contra os cincoenta mil que se dão ao exercito do Samudri-raiah de Kalikodu. As surriadas da mosquetaria auxiliavam decerto, mas a defeza decisiva consistia nas ondas de metralha, que n'um instante varriam as jangadas cobertas de gente que vinham por mar, e as columnas cerradas dos nayres armados de settas e lanças investindo por terra. Mas nem por si só a artilheria seria capaz de resistir á onda massiça das columnas inimigas, se a coragem, a rapidez fulminante das marchas, a ubiquidade — póde dizer-se assim — do primeiro heroe soldado do Oriente não animasse os poderosos meios de defeza. Quatro mezes durou o assedio de Katchi, que terminou pela derrota do Samudri-rajah.

A esquadra de Lopo Soares de Albergaria trouxe para o reino (1505) Duarte Pacheco: um homem simples que, por voltar carregado de feridas, mas leve de dinheiro e diamantes, foi parar á capitania de S. Jorge da Mina, para de lá vir em ferros por *capitulos* que d'elle deram; para jazer no carcere por muito tempo, e acabar esquecido e pobre. A sorte d'este heroe, diz Goes, «foi de calidade que se pode d'elle tirar exemplo para os homens se guardarem dos revezes dos reis e principes e da pouca lembrança que muitas vezes tem d'aquelles a que são em obrigação. «Pacheco voltou, pois, do Oriente, e na India ficou, por capitão do mar, Telles Barreto com a missão de *correr as naus de Meca.* A armada trazia para o reino, a bordo, Pacheco — um infeliz! — e uma carga abundante de especiarias e cousas ricas. A côrte, o rei, em Lisboa, quizeram muito mais ás segundas, do que ao primeiro.

Entretanto a este devia D. Manuel a consolidação do seu imperio oriental, incipiente ainda. Pacheco demonstrára aos naturaes e aos arabes que os portuguezes não eram apenas piratas; e podiam fazer mais do que bombardear impunemente uma cidade desarmada, ou tomar náus de indefesos mercadores e romeiros. A façanha de Katchi fôra o baptismo de sangue do novo imperio; e o baluarte, de pé, atestava a força dos novos dominadores.

Mas já do principio, tambem, surgia a ultima das pragas da India: a inveja, a sizania, os odios, a maledicencia, com que, uns aos outros, os homens do ultramar se abocanhavam na côrte; e a inepcia do governo do rei, incapaz de pesar o valor das palavras, de medir o alcance das accusações, e de ser justo e sabio. A lisonja reinava, e sobre ella o favoritismo.

Cinco annos tinham decorrido depois da viagem de Cabral; havia já uma fortaleza em Katchi; estava batido o de Kalikodu; os navios portuguezes pirateavam em liberdade no mar da India; e numerosas náus de Meka iam sendo apresadas. Esboçava-se o futuro imperio, anarchicamente, mas já por fórma tão decisiva, que era mistér organisal-o, dar-lhe uma lei e uma direcção.

D. Francisco de Almeida foi o homem escolhido para governador da India, constituida em vicereino. Das tres successivas phisionomias que o imperio portuguez no Oriente apresenta, é elle quem lhe imprime a primeira; dos tres vice-reis mais notaveis, é elle o primeiro tambem. Sem o heroismo antigo de Albuquerque, um Annibal; (1) sem a

V. *Hist. da republica romana*, I, pp. 215-80.

sympathica pureza ingenua de um Castro, imitador fiel dos typos de Plutarcho; Francisco de Almeida, valente como soldado, habil como almirante, é sobretudo um estadista.

Pondo de parte o merecimento absoluto d'essa politica commercial, fecundo systema de explorar uma região inteira, fielmente executado mais tarde e com tamanho exito pelos hollandezes, o facto é que, para conseguir o fim desejado de roubar aos arabes o imperio, e a venezianos e arabes o commercio do Oriente, a politica de Francisco de Almeida, sem grandeza, é lucida, perspicaz e forte. O governo da India formou tres grandes homens: Castro, que se póde dizer um santo; Albuquerque, a quem melhor cabe o nome de heroe; Almeida, que é um sabio administrador, um feitor intelligente.

No seu caminho para a India, o primeiro viso-rei foi ajustar as contas antigas com o sultão de Mombas, e arrazou-lhe a cidade (1505, agosto 14.) Levava tambem ordens para construir fortalezas em Quilua, Kananor, Anjediva, além da de Katchi, que seria augmentada e reparada, depois dos damnos soffridos no anno anterior. Não iam então as ambições do governo, no reino, mais além d'esse pedaço da costa oriental da Africa, com as estações fronteiras na costa do Malabar. Entretanto no pensamento do viso-rei, maduro pela observação local e pela prova de uma primeira guerra maritima com que o impenitente rajah de Kalikodu o recebera, formulava-se já todo o seu plano de dominio. Não duvidou expol-o a D. Manuel na carta que lhe escreveu, e que é um dos documentos mais importantes da historia portugueza no Oriente.

Toda a nossa força seja no mar, dizia; desistamos de nos apropriar da terra. As tradições anti-

gas de conquista, o imperio sobre reinos tão distantes, não convém. (1) Destruamos estas gentes novas (os arabes, afghans, ethiopes, turkomanos) e assentemos as velhas e naturaes d'esta terra e costa: depois iremos mais longe. Com as nossas esquadras teremos seguro o mar e protegidos os indigenas, em cujo nome reinaremos de facto sobre a India; e se o que queremos são os productos d'ella, o nosso imperio maritimo assegurará o monopolio portuguez, contra o turco e o veneziano. Imponhamos pesados tributos, exageremos o preço das licenças *(cartazes)* para as náus dos mouros navegarem nos mares da India e isso as expulsará: as nossas armadas darão corso aos contrabandos. Não é mal decerto que tenhamos algumas fortalezas ao longo das costas, mas sómente para proteger as feitorias de um golpe de mão; porque a verdadeira segurança d'ellas estará na amisade dos rajahs indigenas, por nós collocados nos seus thronos, por nossas armadas apoiados e defendidos. Substituamo-nos, pura e simplesmente, ao turco; e abandonemos a idéa de conquistas, para não padecermos das molestias de Alexandre. O que até agora se tem feito é uma anarchia e um esboço apenas; um systema de matanças, de piratarias e desordens, a que é mistér pôr cobro. — A primeira condição de um imperio seguro é um pensamento definido, e tal era o do viso-rei.

As difficuldades appareciam-lhe tanto mais fortes, quanto «as guerras passadas eram com bestas, agora as temos com venezianos e turcos do Soldão». Com effeito, a antiga impunidade, de que os nossos gosavam á sombra da artilheria, desapparecia, desde que o veneziano e o do Egypto,

(1) V. *Hist. da republica romana,* I, pp. 211 e segg.

vendo em perigo o seu poder no Oriente, tinham lançado ao mar Vermelho uma esquadra poderosa, e tão bem artilhada como as nossas. A guerra tomava um caracter novo; e os portuguezes já não se encontravam apenas a braços com as armas brancas do indigena. Apparecera a polvora do lado dos inimigos; e a esta grave e nova phase das cousas veiu juntar-se, no animo do viso-rei, o resultado cruel da temeridade do filho, que em Tchala (Chaul) morrera batido pela esquadra egypcia: a armada de *Mirocem, capitão-mór do Soldão do Gran Cairo e de Babylonia* — como se dizia no tempo.

Confirmando a doutrina com o exemplo, esporeado pelo desejo de vingar a morte do filho, (1) e pela necessidade de destruir essa armada que

(1) «O Viso rey estava assentado em uma janella que vinha sobre a praya com o Capitão e com outros fidalgos, e vendo o geito da caravella e o capitão d'ella d'arte que desembarcava, se tirou da janella e se assentou dentro em uma cadeira e poz o braço na cadeira e sobre a mão encostou a face direita e disse:

— Esta caravella me traz a nova que eu tenho no coração; pois que as náos de Cochim vieram sem meu filho, é que elle é morto.

Ao que o Camacho entrou com grande tristeza no rosto, o qual antes que fallasse, o Viso rey lhe fallou dizendo:

— Camacho, ainda que meu filho seja morto, porque não salvaste esta fortaleza: pois não é do pae do morto? Que meu filho não era mais que um só homem... Nem me fica outro.

O Camacho não lhe respondeu, mas poz os joelhos no chão e com muitas lagrimas disse:

— Senhor, Nossa Senhora perdeu a seu bento filho posto na Cruz entre dois ladrões, e vós perdestes o vosso filho pelejando com os turcos do Soldão.

O Viso rey com o rosto muy seguro lhe disse:

— Ora vos ide a descançar e mandae á caravella que faça sua costumada salva e eu mandarei na Egreja fazer signal pelo defunto e acodirá gente e lhe dirão paternosters pela alma, porque quem o frangão comeu hade comer o galo ou pagal-o.

Com o que se recolheu para uma ante-camara, onde as-

ameaçava matar á nascença o dominio portuguez na India.

> ... vem o pae com animo estupendo,
> Trazendo furia e magoa por antolhos.

Descendo pelo Mar Vermelho, a esquadra egypcia viera deitar ferro em Diu, na costa do Gujerât (Guzarate), impondo ao indio a obrigação de ser defendido. Entre *mouros* e portuguezes, que uns a outros disputavam a presa do commercio do Oriente, os rajahs, perseguidos pela protecção de ambos, não sabiam as mais das vezes por quem se decidir, incertos do lado para onde a victoria final penderia. Os vencedores foram sempre os fieis alliados de todos os fracos. Tal era a situação do indio de Diu. Não teve remedio senão acompanhar os rumes, e aprisionar os portuguezes da esquadra batida de Lourenço d'Almeida, guardando-os como penhor, e base de argumentos e desculpas para com o viso-rei — caso este vencesse com a nova armada em que vinha.

Effectivamente D. Francisco d'Almeida subia ao longo da costa, deixando apoz si o rasto de cinzas e sangue, que por toda a parte annunciava a passagem dos portuguezes. As faulhas do incendio de Deval (Dabul) e os lamentos da população dis-

sentado, o Capitão e fidalgos moveram pratica de sustancias consolatorias para abrandar tamanha dor como sentiam que o pae devia ter com a morte de tal filho. Ao que o Viso rey lhes foi á mão, dizendo:

— Eu não me posso escusar da dor que a carne me dá, como pae, de força da natureza, mas espero em Nosso Senhor que me ajudará por sua misericordia, e com a ajuda de meus amigos me dará alegria n'esta dor que ora tenho, em que acabando a vida será para mim o mór descanço. Vão-se Vossas Mercês embora, que as palavras de conforto são das mulheres para suas amigas, quando pranteam seus filhos mortos em acontecimentos como ora foi d'este meu

E lhes fazendo sua cortezia se recolheu á sua camara.» Gaspar Correia, *Lendas*, I, 775.

persa chegavam até á ria onde fundeavam as esquadras do egypcio e do de Diu, já engrossadas com as trezentas fustas que o de Kalikodu enviára tambem, para vêr se conseguia exterminar por uma vez os incommodos visitantes.

O egypcio, apesar de victorioso, temia o visorei; e fundeada a esquadra, dispozera que picassem as amarras os navios assim que fossem abalroados, dando á costa, e arrastando comsigo os portuguezes, sobre os quaes as lanchas e fustas dos indios cairiam então desapiedadamente. Mas o visorei, percebendo o ardil, mandou preparar as ancoras á pôpa, e os navios inimigos foram sosinhos varar na praia. Era 3 de fevereiro (1509) festa de S. Braz, pelo meio dia. A viração do mar soprava fresca pela pôpa dos navios portuguezes, quando a *capitaina* desfraldou o guião azul á prôa e, toda empavezada, no meio dos gritos de «Senhor Deus; misericordia! Santiago!» ao som das charangas de trombetas, soltou a primeira banda de artilheria. Um clamor immenso de vozes, de trompas, de tiros lhe respondeu, e a batalha generalisou-se com artilheria e arma branca, á abordagem. A confusão de gentes que alli combatiam era inextricavel; e os pavilhões da Cruz e do Crescente, erguidos nos mastros dos navios, abrigavam os sentimentos mais extravagantes, as crenças mais disparatadas. E que não se combatia, nem pela fé, nem pela patria: disputava-se com furor o saque da India; e a cubiça torna irmãos os homens de todas as fés, os filhos de todas as raças. Havia allemães e francezes por bombardeiros a bordo das náus portuguezas; havia indios, brahmanes e até *mouros*. Havia, do lado opposto, na confusão dos navios, desde o nubio até ao arabe, desde o ethiope até ao afghan; havia musulmanos de toda a casta, persas,

e *rumes* do Egypto — mercenarios de todas as partes, a que se dava este nome generico; havia ao lado da multidão dos infieis, o veneziano, renegado ou catholico, mas sobretudo mercador, que por ordem da sua republica vinha como artilheiro defender, no mar da India, os interesses solidarios dos seus socios no commercio oriental. Em volta da população confusa da esquadra dos *rumes*, apinhava-se em seus juncos a massa obscura dos indios, de Diu no Gujerât, de Kalikodu no Kanará.

Os navios portuguezes eram poucos, mas solidos, e ainda bem construidos e artilhados; as suas guarnições não excediam mil homens. Eram náus principalmente; mas tambem galés, *bastardas* e *subtis*, e *fustas* — os *avisos* d'essas antigas esquadras. As náus vomitavam fogo das amuradas. Nos castellos de pôpa e prôa fusilava a artilharia menor, baptisada com os nomes da monteria feodal, *aguias*, *sacres* e *falcões*, *leões* e *serpes*, *pedreiras* que arrojavam balas de granito, *berços*, *camellos*, *colubrinas* e *esperas*. Nos bailéos, de pôpa á prôa, os mosqueteiros despediam continuas surriadas de balas; e as xaretas de corda, presas nas amuradas, defendiam as náus das abordagens dos juncos e galeotas dos indios. A bordo das galés, o capitão sobre o chapiteu — Jesus! S. Thomé! Ave-Maria! — excitava os soldados que, de espada e rodella, se juntavam á prôa para a abordagem dos navios inimigos, ou da pôpa, a tiros, caçavam mouros. As enxarcias appareciam crivadas de settas. Da prôa tambem, o castello das galés vomitava fogo; e o ligeiro navio, caindo perpendicularmente sobre o contrario, rasgava-lhe o ventre com o esporão, despedaçava-lhe os remos, crivava-o de balas. Sentados os forçados, nús e negros, acorrentados aos bancos, remavam agil e poderosamente; obedecendo

aos gritos do comitre que, de espada em punho, corria na coxia, entre as platéas dos bancos, distribuindo cutiladas. Sob a coberta, junto ao paiol defendido por colchas e cobertores escorrendo agua, o capitão-do-fogo distribuia a polvora, tirando-a ás gamellas dos caldeirões. E os bombardeiros, com os murrões e bota-fogos a bom resguardo, obedeciam á ordem de atirar. Os bailéus, d'onde a taifa dos soldados se lançava ás abordagens, defendiam com a mosqueteria os remeiros; e as velas estavam carregadas nos mastros, por causa dos incendios. O fogo punha um elemento novo n'este antigo modo de batalhar no mar. (1) No meio do enxame das galés e caravelas, (2) correndo á caça dos paráos fugitivos, os navios de vela, de typos novos, náus e galeões, urcas e carracas, eram como fortalezas fluctuantes, vomitando lume, estrondos, fumo, naufragios e morte.

Tingiram-se mais uma vez de vermelho as aguas do mar das Indias; morreram innumeros; boiavam feridos, pedindo misericordia e recebendo tiros: e

(1) V. quadros das batalhas navaes dos antigos, *Hist. da republ. romana,* I, pp. 193-8. — (2) «Não têm cestos de gavea (as caravelas) nem as vergas fazem angulos rectos com os mastros, mas pendem obliquas d'uma alça que é triangular, roça quasi pelas amuradas. As vergas que se amuram aos costados do navio são pela parte de baixo grossas como mastareus, e adelgaçam até ao cimo da vela. De vasos d'esta feição se servem na guerra maritima os portuguezes, pelo muito ligeiros que elles são, sendo-lhes mui maneiro apontar á prôa ou á pôpa o conto d'estas vergas, e ainda a meio costado do navio passalas da direita para a esquerda segundo lhes faz feição, ferrar o panno ou disferillo das vergas, a que o atam pelo cepo da entenna, com quem as velas abrem a base do angulo; e qual lhes sopra o vento, tal lhe apresentam o bojo da vela não tardios. Todo o vento lhe faz geito, de modo que com vento de ilharga bolinam em direitura, como se foram arrazadas em pôpa, e para ir o mesmo navio em senso contrario não tem mais que mudar o velame, o que muy prestes se prefaz.» Osorio, *Vida e feitos d'el-rey D. Manuel* (tr. F. M. do Nascimento) I, p. 193.

por fim, depois de todos os episodios e scenas proprias d'estas tragedias, a victoria foi pelo vice-rei que destruiu rumes e indios. Esta batalha naval tinha uma importancia superior ainda á das victorias de Duarte Pacheco em Katchi: porque os indios, meditando e observando, reconheciam que a phalange portugueza não era só invencivel para elles: era-o tambem para os rumes do Egypto, e para a artilharia de Veneza...

O de Diu, que estivera sempre indeciso, ao vêr o resultado da batalha, veiu pressuroso, desculparse, entregar logo os prisioneiros da empreza anterior. Guardára-os para os salvar das garras ferozes dos rumes, a quem desejava todo o mal, sem lhes ter podido resistir. Mandava-os carregados de presentes e parabens, por tão grande victoria, que o libertava da odiosa tyrannia dos rumes.

No chapiteu da sua náu, o almirante e vice-rei contemplava a scena de carnagem, agora muda, e os destroços que boiavam com os cadaveres no mar tinto em sangue; e estava glorioso e contente no meio dos seus, que contavam com verbosidade os episodios, o que tinham feito, como se tinham saído, cada qual de seu lance... quando chegaram á borda, n'uma almadia, os prisioneiros forros, gritando alegres, a pedir que os recebessem. O vicerei lembrou-se então que lhe faltava o filho, e «se foi assentar na tolda com um lenço na mão, que não podia estancar as lagrimas que lhe corriam!» Acudiram todos a consolal-o; e elle, tornando-lhe os animos, ergueu-se, e disse-lhes enxugando os olhos, e tratando-os por filhos, que isso já passára e traspassára a sua alma, que se alegrassem todos agora com a boa vingança que Nosso Senhor por sua misericordia lhes dava!

E regressando, conformado com a sua sorte, ao

passar em frente de Kananor, salvou á terra para celebrar a victoria; mas, para acabar de vingar a morte do filho, mandou amarrar prisioneiros ás boccas das bombardas, e as cabeças e membros despedaçados dos infelizes iam cair na cidade como pelouros... A morte do filho transtornára o seu lucido espirito, mudando as suas opiniões antigas de estadista n'um furor carniceiro, attestado pela devastação da costa do Gujerât. Cedêra tambem ás intrigas e maledicencias dos capitães que tinham vindo de Hormuz, fugindo ao mando terrivel de Albuquerque, atemorisados pela loucura das suas emprezas tytanicas. Bulhavam, o governador que acabava o praso do governo, e Albuquerque já nomeado de Lisboa para lhe succeder; e á côrte haviam chegado noticias perfidas de excessos commettidos pelo sabio vice-rei. Em paga dos seus trabalhos esperava-o a masmorra de Duarte Pacheco; porém, na viagem para o reino, deu á costa da Cafraria, e foi morto pelos negros ás pedradas e zagunchadas.

O seu plano de governo, por ser sabio, era chimerico, pois que a India era uma loucura. Só homens de genio, como Albuquerque, poderiam tornar grande uma empreza condemnada; só, como Castro, um santo podia resalvar o brio portuguez da nodoa de uma ignominia formal.

Para que o nosso dominio fosse maritimo e mercantil apenas, era necessario que essas tradições estivessem na alma portugueza, como tinham estado, n'outras edades, na alma de Carthago, e como agora estavam na de Veneza. Em Portugal, o espirito patrio fôra formado pela religião e pela cavallaria; e exigir dos soldados d'Africa que não

desembarcassem dos navios, convencel-os de que o verdadeiro modo de conquistar fosse prescindir do governo, era querer uma cousa impossivel. Alargar, ao contrario, os dominios portuguezes, avassallar territorios, fazer conquistas, e crear um imperio á antiga, como o de Alexandre e o dos romanos, era o pensamento commum—naturalmente deduzido dos antecedentes militares da nação, e agora fomentado de um modo especial pela cultura classica, enlevo de todos os bons espiritos da Europa. A idéa de que Portugal era uma Roma preoccupava os reis e os escriptores, que se fatigavam a procurar origens e a indicar analogias, de certo verdadeiras. Albuquerque fez vivo em si um tal pensamento, e viu-se o Scipião d'essa Roma (1), ou antes o Alexandre da nova Grecia.

Além dos motivos intimos que tornavam inacceitavel a politica commercial e maritima do primeiro vice-rei da India, havia motivos mais praticos. Uma das suas justas exigencias era a da prohibição do commercio aos soldados, magistrados e capitães do Oriente. Com effeito, o dominio, tal como elle o concebia, não era um saque: era uma protecção armada a um commercio, franco por um lado, monopolio do Estado, ou apanagio da corôa, pelo outro. Os capitães e governadores seriam simultaneamente agentes commerciaes de S. A., excelso mercador da Pimenta. Isto exigia uma fleugma de que só os hollandezes foram capazes, e ainda assim á custa de salarios que supprimem as tentações.

Desde que o rei era o primeiro negociante, porque não seria o vice-rei o segundo, os capitães das fortalezas e das armadas os terceiros, os soldados

(1) V. *Hist. da republ. romana*, I, pp. 292 e segg.

os derradeiros? Só isto era, evidentemente, logico; e, apesar de todas as confusões, quem bem observa, descobre sempre que a historia obedece á logica. Ninguem distinguia bem, na éra de 500, entre a pessoa individual do rei e a pessoa abstracta ou symbolica do monarcha. Não se separavam Rei e Estado; e só com esta perspicacia moderna poderia convencer-se o rude soldado da India de que o commercio, bom para o rei, era mau para elle; de que uma virtude podia ser um vicio, por mudarem as condições. Além d'isto, os portuguezes lançavam-se, famintos, ao banquete do Oriente, como seculos antes os povos do norte, ao banquete da Gallia, da India, da Hespanha (1). Ninguem seria capaz de lhes arrancar dos dentes essas carnes palpitantes, que devoravam com ancia; e eram inevitaveis as consequencias funestas, que D. Francisco d'Almeida previa sabiamente.

Fleugmatico e pontual no cumprimento dos seus deveres duplos de capitão e caixeiro, o vice-rei, ao mesmo tempo que expunha para Lisboa os seus planos de governo, mandava os seus relatorios commerciaes, como um correspondente ao seu patrão de Genova ou de Veneza. O vice-rei estudára como geographo o Oriente; e para fundamentar o seu plano de imperio maritimo dizia, com Barros, que a India «tem entradas e saídas de que seu commercio vive, e que são como o corpo animado, que, se lhe tiram a entrada e saída das cousas que o sustentam, não tem mais vida.» O principal estado consiste na navegação, escrevia o vice-rei; só com ella se governará no mar Vermelho e no golpho persico, essas duas correntes da

(1) V. *As raças humanas*, I, pag. 358 e segg. e *Hist. da civilisação iberica* (3.ª ed.), pag. 34 e segg.

exportação da India; só com ella na peninsula de Malaka, que é a transição da India para o extremo Oriente; só com ella manteremos o privilegio da passagem do cabo da Boa-Esperança, caminho que descobrimos para a Europa. Albuquerque em Hormuz, em Goa, em Malaka, assentou na terra firme os limites do imperio que para o seu antecessor devia vogar fluctuante sobre as ondas.

Estadista e geographo, D. Francisco d'Almeida era ao mesmo tempo um mercador cuidadoso e até habil. Dava ao rei minuciosas informações dos generos, preços e pezos. «E o lacre que V. A. diz lhe mande, será maravilha haver-se, porque estas náus (portadoras de cartas) partem cedo, e as náus que o trazem do Pegu e Martamão (Martaban) veem tarde. Espero por uma boa somma d'elle, porque o tenho mandado trazer... E assi V. A. me manda que a pimenta vá limpa e secca, e que o pezo se faça com nossas balanças e pezos... e dá-se tal aviamento que, com duas balanças, té vespora pesaram mil quintaes. Se os navios não chegassem tão avariados, em vinte dias carregariam e partiriam. O baar de Cochim (Katchi) tem tres quintaes e trinta arrateis de pezo velho, e custa o quintal mil e quinhentos réis e meio. — Mandei noticiar com pregões que todos trouxessem pimenta, e que logo se lhes pagaria á vista: é o meio de bater os mouros, que são regatões e compram fiado. Acodem os gentios com pimenta, e levam o cobre muito alegres. — Quanto á pimenta e drogas que vão ao Levante, são de Malaca, Sumatra e Diu, onde nasce muita pimenta longa e redonda, e muito bem sei por onde passa e em que tempo: falta-me o principal. — O aljofar e perolas qne me manda que lhe envie não os posso haver, que os ha em Ceylão e Carle (?); os sinabafos,

porcellanas e mais cousas de jaez são de mais longe. As escravas que quer, tomam-se depressa: que as gentias d'esta terra são pretas e mancebas do mundo, como chegam a dez annos. — Tem cobre aqui para cinco annos, vermelhão sem numero, chumbo e azougue, pannos de lan a apodrecer, escarlatas, espelhos, oculos, chapéus, e sellas ginetas, que é mui certa mercadoria para cá.» E continúa assim, misturando toda a especie de mercadoria, desde as escravas mancebas do mundo, até ás perolas e aljofar.—Porque não manda S. A. papel? Seria um excellente negocio.

Eis ahi o motivo intimo, o principio fundamental, o cuidado superior do rei e dos seus governadores na India. (1) D. Manuel perdoava tudo, os crimes e os roubos, as carnificinas e as brutalidades, os incendios e as piratarias, com tanto que lhe mandassem o que elle sobretudo ambicionava: curiosidades, primores e riquezas para encher os seus paços de Lisboa, e deslumbrar o papa em Roma com a sua magnifica embaixada. «Manda pimenta e deita-te a dormir», dizia mais tarde, da côrte para a India, Tristão da Cunha, ao filho Nuno, governador. O saque do Oriente — este é o nome que melhor convem ao nosso dominio — ia ordenado de Lisboa.

(1) V. *Regime das riquezas*, p. 90 e segg.

II

Affonso de Albuquerque

«As cousas da India fazem grandes fumos!» costumava dizer o novo governador. Mas que *fumos* eram esses? Eram a vaidade e os erros de tantos pigmeus que o gigante via formigar activamente, encelleirar, e, depois de gordos e ricos, pavonearem-se na côrte, allegando serviços, com a basofia de quem tudo sabia das cousas do Oriente. Fumos, com effeito, eram todos esses para o governador, que aprendera nas suas primeiras viagens, e agora levava já bem definido o seu plano. Levava sem o saber os seus *fumos* tambem: porque em fumo se havia de tornar o imperio ephemero que construia na mente...

Quando em 1506 partira de Lisboa, o rei tinha-o mandado como subalterno, na armada de Tristão da Cunha; mas o genio do guerreiro não se reprimia com isso, nem estava decidido a esperar que o tempo lhe desse o mando absoluto, para pôr em pratica o seu plano gigantesco. Elle sabia demais que, no cháos da India, cada qual trabalhava por sua conta e risco; e que, n'esse vasto campo de batalha, as manobras não obedeciam ao mando de um general; iam ao acaso, segundo a audacia e o

genio dos capitães. De Lisboa a Zamgebar uma armada era um exercito; no mar da India o exercito fraccionava-se em batalhões independentes, e cada capitão era senhor de proseguir, conforme o seu plano, na vasta empreza de saquear o Oriente. O plano de Albuquerque não era o de um saque, era o de um imperio.

A esquadra de Tristão da Cunha foi de caminho, como introducção, arrasando, queimando e saqueando Juba (Oja) e Barava (Brava), (1) na costa, acima de Zamgebar, dirigindo-se a Sokotra — essa ilha que, junto á ponta extrema da Africa, pelo norte, o cabo de Jar-Hafun (Guardafui), era a vedeta sobre a entrada do mar Vermelho, e a estação onde os navios de corso ás náus de Meka se deviam abastecer e refrescar. Os arabes defenderam a sua ilha em vão; e Cunha matou-os todos, sem ficar um só, e construiu a fortaleza, deixando-a guarnecida. Feito isto, dirigiu-se á India, destacando Albuquerque (impaciente quasi até á rebeldia, durante a delonga da construcção do forte) com seis navios e quinhentos homens, para a caça das náus, no Estreito.

Afinal, o capitão commandava! Afinal dispunha de uma phalange sua! e resolveu não perder um só dia. Logo que as velas de Tristão da Cunha desappareceram, na sua viagem para a India, Albuquerque largou de Sokotra para a costa da Arabia, ao longo da qual foi subindo vagarosamente,

(1) «Ao que se achou presente Tristão Alvares, que era feitor do capitão-mór, que não consentiu que ninguem tomasse nada e com João Rodrigues Pereira que o ajudou levaram tudo ao capitão-mór, o qual logo tudo mandou qubrar e ameaçar e deu ao capitão e aos fidalgos da repartição primeira a cada um um quintal de prata e a Affonso de Albuquerque tres, porque nunca estes capitães e fidalgos se apartaram *para ir roubar*.» G. Correia, *Lendas*, I, 677.

assolando tudo. Formára o plano de começar por Hormuz as suas conquistas, marcando primeiro o limite por norte e occidente, para mais tarde ir ao oriente, pôr em Malaka o extremo do seu imperio. Hormuz, Sofala e Malaka são tres quinas de um triangulo, cuja base mede 70 graus em longitude, cuja altura, até ao vertice de Hormuz, conta 50 em latitude.

Foi a 10 de agosto do anno de 507 que Affonso de Albuquerque largou de Sokotra, em direcção do golpho Persico. A sua esquadrilha compunha-se de seis navios apenas, e não contava mais de quinhentos homens; mas a poderosa unidade que o mando do atrevido capitão imprimia, a confiança que todos tinham no seu genio e na sua sabedoria, e tambem nos mosquetes e artilharia das náus, tornavam poderosa como um ariête esta pequena divisão. Para nos servirmos da expressão de Francisco d'Almeida, tratava-se apenas de combater *com bestas*; e não havia ainda que temer em Hormuz a artilharia dos rumes, nem os bombardeiros venezianos. A novidade de um engenho de guerra e a audacia de um guerreiro á antiga, iam levar a cabo uma empreza, de facto espantosa, como as de Alexandre ou de Cyro.

Seguindo os exemplos d'esses famosos, cuja sombra Albuquerque tinha na mente, punha em pratica os antigos meios orientaes. Avançava no meio de um côro de afflições e mortes, precedido por uma columna de incendios, para que, ao chegar, a vanguarda do terror precipitasse os animos na abjecção. Assim ia ao longo da costa da Arabia assolando e devastando todos os logares vassallos do suzerano de Hormuz. Primeiro arrazou Kalhât (Calayate) «que é feito de casas de pedra, terradas e muitas cobertas de palha, casas espalhadas

e mal armadas e fóra do logar á mão direita um palmar de palmeiras de tamaras, onde estavam uns poços de agua de que bebiam. O logar assenta ao longo d'agua, e por detrás ha grandes serranias de pedra viva, e no mar alguns zambucos e náus que vem aqui carregar cavallos e tamaras e peixe salgado.» (G. C, *Lendas*).

Em Karayât (Curiate), que lhe resistiu, cortou as orelhas e o nariz a todos os prisioneiros, soltando-os para irem, lavados em sangue e mutilados, annunciar por toda a parte a fama do seu poder. Em Khor-Fakhan (Orfacate) reduziu tudo a cinzas; e como em Karayât, mutilou todos os prisioneiros. Entre elles, porém, estava um velho letrado persa, de longas barbas brancas, que vivia de admirar Alexandre, cujo livro possuia. O velho applaudia o portuguez, commentando o livro com as façanhas do novo heroe; e applaudia-se a si por ter ainda em vida assistido á resurreição do filho de Olympias. Acclamava o portuguez, ou o grego, confundindo a realidade com a historia; e de joelhos, adorando-o, deu o seu livro a Albuquerque. O novo Alexandre perdoou-lhe.

Em Makât (Mascate), já na entrada do golpho, e quasi fronteiro a Hormuz, tinham vindo acudir a curar-se, chorando, os fugitivos de Karayât e Khor-Fakhan, atroando os ares com a fama do poder terrivel d'esse heroe que se approximava. Tremiam todos de susto; mas quando a esquadrilha appareceu diante da poderosa cidade, ainda houve quem pensasse em resistir, por vêr que os navios eram tão poucos. Ignoravam, porém, que cada um d'elles, com os seus canhões escondidos por detraz das amuradas, era um vulcão prompto a rebentar em lava, um inimigo perfido cuja força latente não podia medir-se. Maskât foi bombar-

deada. A mesquita onde os infelizes se tinham refugiado caíu a machado, e os captivos, mutilados, foram fugindo, chorando, reunir-se á gente da cidade escondida nas serras. Havia cadaveres em todas as ruas e o fogo posto começava a crepitar lavrando nos armazens cheios de azeite e de melaço. As labaredas subiam, zumbia ao longe o clamor dos desgraçados, e á maneira que o terribil heroe se alongava na praia com os seus para regressar aos navios, os *mouros* vinham anciosos e cheios de medo vêr se podiam ainda salvar algumas migalhas da sua cidade, pasto das chammas vivas. Era em vão. Como uma tromba devastadora, Albuquerque proseguiu deixando um rasto de sangue e cinzas. Hormuz estava proximo, e cumpria que a onda do terror, que fôra crescendo, estoirasse agora de um modo pavoroso.

Hormuz era então a joia mais preciosa da corôa da Persia. Chamavam-lhe *a pedra do annel* das Indias. Era a Londres oriental, onde todos os productos do Oriente vinham desembarcar; d'onde saíam nas longas caravanas que se dirigiam a Bagdad e ao Cairo, para a Tartaria e o Turquestan, por toda a Asia do norte. Os armadores levavam por mar a Hormuz a pimenta, o cravo das Molucas, o gengibre, o cardamomo, os paus de sandalo e brazil, os tamarinhos, o açafrão, a cera, o ferro, as cargas do arroz de Dekkan, os côcos, as pedrarias, as porcellanas, o benjoim, os pannos de Kambai, de Chala, de Deval, e os cinabasos de Bengala. Ahi vinham, de Aden, no estreito de Bab-el-Mandeb, o cobre, o azougue, os brocados, os chamalotes, e tudo quanto Veneza mandava da Europa, pelo caminho de Alexandria, a Suês, via do mar Vermelho. Toda a Persia se abastecia em Hormuz dos generos de fóra; por Hormuz toda ella man-

dava importar os productos indigenas. Os navios carregavam ahi a seda e o almiscar, rhuibarbo de Babylonia, e as récuas de cavallos da Arabia, tão queridos no Dekkan, em Kambai e nos Estados da contra-costa de Cholomandalam (Coromandel) até Bengala, na foz do Ganges. Contra o arroz e os pannos que levavam, os commerciantes traziam de Hormuz as tamaras, o sal das suas collinas coloridas, as passas, o enxofre e o aljofar grosso, muito procurado em Narsinga.

A cidade era em si pequena, mas um brinco. Era uma terra de luxo e prazer, uma côrte de mercadores. As casas, recheiadas de cousas preciosas, eram thesoiros ou museus, com paredes forradas de marmores, columnatas, eirados, pateos ajardinados e fontes preciosas. A vida custava ahi carissimo, porque o luxo absorvia todos os recursos naturaes. A terra, uma salina, era esteril de si: tudo vinha da Persia, da Arabia, da India; mas os mercadores tinham defronte, além, na costa firme, as quintas e hortas, onde iam com frequencia. Ahi o platano magestoso do Oriente, o álamo esguio e esbelto, o negro cypreste meditativo, destacavam-se no meio das hortas viçosas, das quintas e jardins de rosas, povoados de rouxinoes, abrigando nas encostas á sua sombra as vinhas ferteis. Os pomares regados estavam coalhados de laranjeiras, de fructos de ouro e flores de neve perfumada; de macieiras, pecegos, albaquorques; de figueiras de fórmas extravagantes e amplas folhas; de granadas, com os fructos rebentados a sorrir nos seus grãos côr de rubi. No chão serpeavam as redes de hastes dos meloaes, louros e perfumados; e das latadas e parreiras caíam com peso os cachos de uvas preciosas do todas as côres. Por entre os bastos pomares e do seio dos jardins de

rosas, levantava-se orgulhosa e nobre a palmeira, com o seu turbante de folhas agudas, carregada de tamaras.

Nas ruas da formosa cidade, em frente dos bazares, sob os toldos que a defendiam da luz e do calor do sol, formigava uma população de varias raças, de côres diversas, occupada em comprar, em vender; mais occupada ainda em gozar a vida no seio de uma devassidão torpe. O calor e os perfumes inebriavam os sentidos, e acordavam todos os instinctos sensuaes. Vinham ali vender neve, de trinta leguas do interior da Persia. Amar era o primeiro de todos os commercios de Hormuz; e o persa, alto, elegante e formoso, entregava-se a todos os desvairamentos da pederastia. Por isso as mulheres valiam pouco, eram até aborrecidas em Hormuz. Os pobres escravos, moços e mutilados, enchiam os harens dos ricos, e os bordeis para o commum dos mercadores. Era uma devassidão abjecta, e um luxo desenfreado. Os personagens, nos seus passeios, iam sempre seguidos por pagens, com toalhas e jarras de prata e bacias com agua. Havia musicas e festas por toda a parte e as bandas e orchestras andavam constantemente nas ruas onde os mercadores expunham á venda o aljofar em colchas purpurinas. Os trajos eram dos mais preciosos estofos, e sobre as camisas brancas de algodão finissimo vestiam-se tunicas de chamalote ou gran, cingidas por almejares com grandes adagas ornadas de ouro e prata e pedras preciosas. Os broqueis eram redondos, forrados de seda; os arcos acharoados, ou de corno de bufalo com cordas de seda. Usavam, além do arco e da frecha, do escudo e da adaga, machadinhas e maças de ferro, todas preciosamente lavradas e tauxiadas de ouro e prata. Os mouros diziam que o mundo era um

annel e a pedra Hormuz. Só a alfandega rendia meio milhão de xerafins. (1)

As noticias de Maskât, os mutilados de Karayat e Khor-Fakhan encheram de terror essa população embriagada na orgia de uma vida de delicias. No porto havia, com effeito, uma poderosa armada que escondia as aguas: eram centenas de náus e galeões, uma infinidade de terradas. Tinham-se arrestado os navios dos mercadores e do seio da frota estava a náu de Cambaya, a *Meri*, de mil toneis, com gente basta e numerosa artilharia. Havia o melhor de duzentos galeões de remo com arrombadas de saccas de algodão tão altas que escondiam os remeiros. O persa que vestia os laudeis, em vez de corpos de aço, couraçava tambem de algodão os navios. As terradas alastravam o mar, carregadas de gente armada, com estandartes garridos «que era cousa fermosa para ver». Na terra, ao longo da praia, havia de quinze a vinte mil homens formados com as suas musicas de trombetas e anafis. «As gaitas do mar e terra eram tantas que parecia que se fundia o mundo!» Mas os fugitivos abanavam a cabeça desesperados, contando como os seis, seis navios apenas portuguezes! traziam no ventre uns monstros de fogo destruidores! E o soldão persa, afflicto, não sabia de que modo receber a visita de Albuquerque e dos seus navios, que já estavam, terriveis mas quietos como um volcão em paz, fundeados no meio do porto, entre os galeões de Hormuz. Albuquerque exigia-lhe que abandonasse o persa, e se declarasse vassallo do portuguez; e o infeliz estava decidido a abandonar tudo, para

(1) O xerafin (as hrafi) = ½ rupia = 1 cruzado. Duarte Barbosa dá-lhe a equivalencia de 300 reis.

que deixassem em paz — quando o capitão, enfadado com as delongas e subtilezas, rompeu inopinadamente o fogo. Começou a varejar em torno o estendal de barcos, reduzindo-os a uma massa de destroços, de naufragios e cadaveres que era horroroso de vêr. Estava como um lobo no meio de um rebanho de ovelhas. Não era uma batalha, era uma carnagem. Os fugidos nadavam n'um mar rubro de sangue, perseguidos pelas almadias em que os soldados matavam n'elles ás lançadas e cutiladas. Da amurada das náus os grumetes e pagens rasgavam-lhes o ventre com os croques, pondo pastas de visceras fluctuantes no mar de sangue. Houve grumete que matou assim oitenta *mouros*. E emquanto a armada de Hormuz e as tropas do sultão eram chacinadas, desmanchava-se o lançol de barcos como uma teia cujas malhas se soltam. Havia correrias sobre as ondas, e de espaço a espaço o mar sorvia uma atalaia com a gente e as armas. Outras, já ardendo, iam fugindo em chammas, como trombas de fogo correndo, vogando á mercê do vento «que era um grande espectaculo para vêr». Ainda oito dias depois do sanguinario caso havia cadaveres boiando no mar, e os portuguezes em lanchas occupavam-se n'essa particular especie de pesca. A colheita era abundante, os cadaveres aos centos, os trajos ricos, e muitos os anneis e alfinetes, as adagas e punhaes tauxiados de ouro e prata com joias engastadas. Denudados, vinham a bordo as familias reconhecer os cadaveres e leval-os piedosamente, em lagrimas, aos seus sepulcros. A façanha fôra tão grande, que parecia milagre: pois não se viam nos corpos mortos as chagas das frechas, não havendo similhante arma entre os nossos? Milagre! diziam os soldados e os capitães, perante esse caso tristemente revelador

da confusão do combate com o novo Alexandre da India.

O pobre sultão de Hormuz, afflicto, immediatamente accedeu a tudo: consentiu que Albuquerque levantasse uma fortaleza e pagou-lhe vinte mil xerafins de tributo. E d'este concerto se fizeram duas cartas, uma em folha de ouro, a modo de livro, escripta em arabico com letras abertas a buril e suas brochas de ouro com tres sellos de ouro dependurados por cadeias; a outra em parsi, que era a linguagem commum da terra, e em papel com letras de ouro. E ambas estas cartas mandou Affonso d'Albuquerque a el-rei D. Manuel.

Hormuz escapara, rendendo-se, aos horrores de um saque; mas isto mesmo desesperava os capitães e soldados da esquadrilha, que murmuravam, cubiçosos de tamanha riqueza desenrolada diante de seus olhos. Não comprehendia para que se haviam de demorar alli, a construir uma fortaleza; quando, a não saquearem a cidade, mais valia partirem para o rendoso corso das náos de Meka, na bocca do Estreito. A intriga insinuava-se, dizendo que o capitão-mór queria construir a fortaleza para si, e fazer-se rei de Hormuz, levantando-se contra o de Portugal: na India não havia ainda mais tradição do que a do saque maritimo, e o pensamento imperial de Albuquerque chegava a não ser comprehendido. Nem em tres annos, diziam, voltariam á India, perdendo occasião de carregar as quintaladas que tinham de ordenado. A cubiça de mãos dadas com a violencia e a cegueira agitavam perigosamente as guarnições. Albuquerque, impassivel, proseguia. De uma vez que lhe levaram um requerimento quando vigiava pessoalmente a obra da

fortaleza, tomou-o assim dobrado como lh'o deram, e sem o ler metteu-o debaixo de uma pedra do portal da torre que se estava erguendo. O baluarte ficava cimentado com as queixas. Mas as lages não pesavam bastante para as abafar, e recrudesceram. Além do mais, os queixosos reclamavam a metade dos 20:000 xerafins pagos pelo de Hormuz, que, esperançado n'estas desordens, confiado em promessas de sedição, e nos auxilios que o persa lhe enviava, ousou romper as hostilidades. Viera com effeito o cheik Yar (Xaquear) trazendo comsigo quatro mil arabes. Albuquerque estava n'um serio perigo, e outro qualquer perder-se-hia. Os capitães recusavam ir ao combate; mas elle, arrancando as barbas, aos punhados, ao capitão Nova, levou diante de si os soldados, sósinho, ás cutiladas. Dos seis navios, porém, fugiram-lhe tres, que vieram para a India contar ao vice-rei as loucuras e barbaridades do conquistador: não podiam resistir ao seu mando *terribil*, só lhes era dado fugir! Albuquerque retirou tambem de Hormuz, quando viu a impossibilidade de levar por diante a empreza, abandonado por metade das suas forças. Levantou ferro, voltou a Sokotra aprisionar as náus de Meka, e mais um navio o abandonou ahi: nenhum podia supportar o ferreo mando do heroe.

Em novembro de 508, depois de ter voltado ainda outra vez a Hormuz, estava de regresso á India, em Kananor, onde abriu a carta de Lisboa, que lhe confiava o governo do Oriente. N'esse momento a violencia do seu genio furioso arrebatou-o: queria castigar os capitães insubordinados, queria sobretudo terminar rapidamente o plano das suas conquistas; e foram necessarios os rogos de D. Francisco de Almeida, a quem o filho acabava de mor-

rer, para consentir na expedição naval de Diu. Só quando, mezes depois, chegou á India a fidalga armada de D. Fernando Coutinho, poderam terminar as deploraveis contendas, entre o vice-rei e o seu successor. Coutinho levava de Lisboa ordem expressa de tomar Kalikodu; e, cheio de basofias, lançou-se na empreza em que achou a morte. Engolfados na matança e no saque, no meio de parte da cidade incendiada, os portuguezes foram por sua vez trucidados, quando os inimigos os colheram dispersos e sem armas.

Só e livre, absoluto senhor do imperio nascente, Albuquerque entregou-se com franqueza e decisão ao seu projecto. A primeira condição d'elle era a fundação de uma cidade, uma capital portugueza — cousa que até então não existira. Katchi, cujo rajah desde o principio se abraçára aos novos invasores, era uma cidade india, onde possuiamos apenas uma fortaleza, abrigo da feitoria e guarda de um porto amigo. Albuquerque elegeu Goa para capital. Collocada a meia altura da costa occidental da peninsula, bom porto, a cidade reunia as condições desejaveis. Fazia elle então parte do reino de Vijajapur (Bijapor) fracção que no fim do XV seculo se separára do de Dekkan, declarando-se o seu khan independente, sob o titulo de adil-shah (Adil-Khan, Hidalcão); e o adil-shah do Vijajapur, ao tempo de Albuquerque, tinha por nome Yusuf. Por este governava em Goa Sipahdar, a quem os nossos chamaram Sabaio. Em fevereiro de 510 Albuquerque tomou Goa por surpreza; e pela primeira vez houve no Oriente um Estado portuguez. Até então, depois de uma batalha, a tomada de um logar significava apenas a substituição da suzerania indigena pela nossa; e o estabelecimento de feitorias e a construcção de fortalezas, tinham

sómente em vista assegurar o commercio e a cobrança das páreas ou tributos de vassallagem, segundo o plano do primeiro vice-rei. Albuquerque iniciava um systema differente: creava uma cidade propriamente portugueza; e com o novo governador, o nosso dominio desembarcava dos navios para a terra firme. A um systema de colonias, como fôra em volta do Mediterraneo o dos phenicios ou o dos gregos, substituia-se um imperio, como Annibal o sonhára na Italia, e Alexandre o fundou na Asia. Albuquerque, porém, não pensava em fazer de Goa uma cidade portugueza, no sentido de ser exclusivamente habitada por europeus: seria chimerico. Faltava-lhe gente, e para obviar a isto fomentou os cruzamentos de portuguezes com mulheres indigenas, creando, tanto em Goa como depois em Malaka (1), uma população de mestiços, que mais tarde se tornou um dos elementos de dissolução do nosso imperio. Sob o dominio portuguez, os naturaes viveriam livremente na sua religião, com as propriedades garantidas, mas sujeitos ao imperio protector e soberano de Portugal. (2) Era um

(1) V. *Raças humanas*, I, pp. LX-I.

(2) Não consentia o governador A. de A. que os portuguezes tratassem (negociassem), dizendo que onde tratassem haviam de querer ser poderosos e valorosos e não ser humildes como mercadores, do que se recreceriam males de os matarem e perderem suas fazendas... e tambem que, se os mouros vissem que lhes tomavamos seus tratos nos teriam mór odio, e mais, que os homens, andando tratando, andavam fóra do serviço de Deus e d'Elrey, de que elle daria muitas contas a Deus: pela qual razão não consentia que nenhum homem andasse fóra do serviço d'Elrey. Com esta pragmatica os portuguezes eram muito temidos por cavalleiros e não mercadores, e tão temidos e obedecidos que ainda que um só portuguez fosse em uma almadia, se o topassem naus de mouros, todas amainavam e lhe iam obedecer, mostrando-lhe seus cartazes que tinham para navegar, que todos eram assignados por A. de A.» — Gaspar Correia, *Lendas*, I, 518.

plano correspondente ao que mais tarde os inglezes pozeram em pratica, sem todavia cruzarem com os indigenas; da mesma fórma que os hollandezes preferiram os planos maritimo-commerciaes de D. Francisco d'Almeida.

Goa occupou ao governador todo o anno de 510; porque o *Sabaio*, tomado por surpreza em fevereiro, voltou no verão; e os soldados de Albuquerque não quizeram resistir-lhe. Apesar do desespero e das maldições, da furia e das ameaças do governador, abandonaram a cidade e embarcaram. Os planos de Albuquerque pareciam loucuras aos bandidos e piratas da India, que além de lhes não comprehenderem o alcance, se viam privados de saques, apenas fartos de guerra. Goa perdeu-se em agosto; mas logo tornou para o dominio portuguez, ganha por assalto em novembro. Os soldados obedeciam, porque o commando do governador era *terribil*, desapiedada a sua crueldade genial, fervorosa a sua fé catholica. Alexandre cria-se um deus, Albuquerque *viu* mais de uma vez os milagres do céu nas horas do combate. Em Goa viu Santiago: um cavalleiro de armas brancas, no manto uma cruz vermelha, pelejando contra os *mouros* (1) — conforme a tradição historica portugueza. Nas cidades da costa da Arabia, viajando para Hormuz, as suas crueldades tinham sido barbaras: em Goa não o foram menos. Além queria impôr pelo medo; aqui destruia como politico. Todos os *mouros* de ambos os sexos, de todas as edades, mais de seis mil, foram mortos; e queimados vivos os que se tinham refugiado na mesquita, sendo a terra assim «despejada», porque para socego d'ella só devia conter gentios. Era o

(1) V. *Systema dos mythos relig.*, p. 331.

logar escolhido para capital do imperio dos novos gregos pelo moderno Alexandre.

Consolidada a posse da capital, no coração da India, Albuquerque voltou-se rapido para as duas emprezas que rematariam o seu imgerio: Malaka e Hormuz. Embarcou, logo no principio de 511, e tocando em Ceylão, a terra encantada das pedras preciosas, delicias do mundo, patria da canella e das perolas, achamol-o, já em maio, em frente de Malaka, no extremo Oriente.

Malaka, na ponta da peninsula da Indo-China, sobre o estreito a que dá o nome, era para esta região, como Hormuz, a norte-leste, para a outra. Assim como além se permutavam os generos da India com os da Arabia e da Persia, e em Adem com os do Egypto; assim em Malaka se faziam todas as trocas dos productos occidentaes da China e das Molucas, e de todo o extremo Oriente. De Malaka iam as náus a Ternate e a Tidor, a Banda e a Ambon, em procura do precioso cravo; e o estreito andava coalhado de *juncos* de Java, conduzindo á cidade o arroz, as carnes, a caça e os *crizes* tauxiados de fino aço, em troca dos damascos e brocados, que levavam de retorno para as ilhas do archipelago. Amphibios, os malaios viviam no mar em permanencia, com a casa e a familia a bordo; e os seus *juncos*, com enxarcias de verga, iam buscar a Malaka os pannos de Paleakat e de Mahabalipurum (Meliapor), na costa de Coromandel, e as drogarias de Kambai.

Do saque de Malaka, o governador reservou para si apenas seis leões de bronze, destinados ao seu tumulo. Sem se demorar, avassalou todo o archipelago malaio, levantando fortalezas e deixando guarnições; e, segura a porta oriental da India, voltou-se a Goa, de caminho para Hormuz e Aden,

a consolidar o imperio pelo occidente. Em fevereiro de 513 sáe com uma armada para Aden, que não consegue tomar; viaja em torno do Mar Vermelho, incendiando e bombardeando as costas; mas não sente forças para levar a cabo o seu plano de conquistar a Arabia, indo a Meka despedaçar a santa Kaaba. A campanha de 513 não tem portanto resultado positivo, desde que Aden consegue resistir ás investidas do governador. Adiou pois para outra vez esses planos, que eram a cupula do seu edificio e a chave do imperio que vinha construindo. Conquistada Aden, as duas emprezas que meditava eram relativamente faceis na sua simplicidade temeraria. Levaria quatrocentos homens de cavallo em taforeas ou caravellas e iria desembarcar em Liumbo, partindo n'um galope até Meka, logar santo mal guardado por gente prostrada em adorações. Roubaria o thesouro sagrado e o proprio corpo do propheta: com ambos se resgataria o Santo-Sepulcro de Jerusalem, captivo. Consumar-se-hia a obra mallograda das Cruzadas, tradição piedosa que na Renascença passara das nações do norte para a Italia e para a Hespanha, arrastando mais tarde Portugal a Alcacerquibir. Ao mesmo tempo, e por outro lado, a grande empreza do mar Vermelho descarregaria um golpe mortal no Egypto, que era a joia do imperio dos turcos e o arsenal de onde vinham as armadas á India. O seu plano consistia em «cortar uma serra muy pequena que corre ao longo do rio Nilo, na terra do Preste Joham, para lançar as correntes d'elle por outro cabo que não fossem regar as terras do Cairo». (1) Desviando o Nilo seccaria o Egypto. (2) Já pedira

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) p. 243.
(2) V. *As raças humanas*, I, pp. 106-10.

a D. Manuel que lhe mandasse officiaes da Madeira, onde os havia mestres no córte das serras para formar as levadas de rega dos canaveaes. Tudo isto continha a empreza de Aden, cujo mallogro cortou os vôos ás ambições grandiosas do heroe.

Embora no céu, lá para os lados das terras do Preste abexim, tivesse fulgurado aos olhos do mystico e terrivel heroe uma cruz vermelha, Christo abandonara-o na empreza. Quando o famoso milagre surgiu, Albuquerque e todos, ingenuamente, crentes na missão divina em que andavam, caíram de rastos adorando a cruz. (1) E o capitão, para corresponder ao céu, mandou tanger os córos de trombetas, responder com artilheria aos cumprimentos de Jesus. Lavrou-se um *estromento* assignado pelas guarnições, que veiu para D. Manuel, com a carga de pimenta, afervorar a piedade mystica da côrte carthagineza.

Como, porém, apesar do milagre, nada se fez, Albuquerque em 514 volta-se para Hormuz, cujo dominio não estava seguro. Outro Alexandre em Persepolis, o heroe condemnou-se em Hormuz: a grandeza das suas façanhas tinha-lhe feito nascer um orgulho, que já não distinguia o bem do mal. Orientalisado como o imperador, cujos exemplos seguia, não lhe bastavam já a crueldade, nem a força: appellava para a perfidia; e intromettendo-se nas miseraveis politicas dos persas, chamou á sua tenda para uma festa o ministro que então governava o principe idiota de Hormuz, e assassinou-o covarde e friamente, substituindo-se-lhe. Estava proximo da cova; e a sorte não queria que á historia d'este heroe faltasse o epilogo frequente da historia dos heroes: uma abjecção. Tampouco

(1) V *Syst. dos mythos relig.*, p. 331.

a verdade consente que se esconda um fraco de vaidade e fraqueza commum. Alexandre mimoseava os litteratos de Athenas para que o exaltassem: Albuquerque mandava anneis de pedras preciosas ao chronista Ruy de Pina «para escrever com melhor vontade os memoraveis feitos da India».

De volta de Hormuz a Goa morreu na viagem: a morte salvava-o, como fizera a D. Francisco de Almeida, dos ferros que tinham servido a Duarte Pacheco. A côrte de Lisboa já o mandára substituir no governo por Lopo Soares de Albergaria, que, chegando, começou por condemnar o seu predecessor, exaltando todos os que lhe eram inimigos. Antes de acabar, Albuquerque pegou da penna e dirigiu uma carta ao rei — «quando esta escrevo a V. A. estou com um soluço que é signal de morte!» E pedia-lhe que lhe honrasse a memoria e protegesse o filho; o que o rei fez, honra lhe seja. Agonisando, via-se incomprehendido pela tacanha côrte de Lisboa, e acceitava de bom grado a morte: «Mal com os homens por amor d'elrey, mal com elrey por amor dos homens, bom é acabar». E acabou, á vista de Goa. Era homem de mean estatura, rosto comprido e corado. Era avisado latino e de grandes ditos: falava e escrevia muito bem; mui facil na conversação, muito grave no mandar, muito manhoso no negociar com os mouros, muito temido e amado de todos. Nascera filho segundo de uma familia de sangue nobre, e educara-se na côrte militar de Affonso V, viveiro da geração dos capitães da India amestrados nas guerras de Africa. Fôra em 1480 na esquadra mandada a Napoles em auxilio do rei Fernando contra os turcos, e nove annos depois partira para Africa a defender a fortaleza da Graciosa, em Larache, contra os mouros. Era estribeiro-mór de D. João II

e já um grande fidalgo quando, em 1503, D. Manuel o mandou á India pela primeira vez. Foi, voltou com bons creditos, mas sem nada ter feito de singular; provavelmente observou e aprendeu muito, levando já um plano formado quando o rei o mandou como capitão na esquadra de Tristão da Cunha. D'essa ida começa a historia que narrámos e que termina agora com a sua morte.

Os soldados, a bordo, amortalharam-no no habito de Santiago com borzeguins e esporas, espada á cinta, na cabeça uma carapuça de velludo e aos hombros uma beca tambem de velludo. O enterro subiu em lanchas, e era tamanho em todos o choro e pranto, que parecia fundir-se o rio de Goa. Ao desembarcar, foi levado aos hombros dos soldados, sob o pallio, pelas ruas da cidade que conquistara; e os gentios, vendo-o com os olhos meio abertos, a longa barba atada até á cinta, fluctuando, não o criam morto: Deus o chamara para alguma façanha no céu! Voltaria breve. E por muito tempo houve romarias ao sepulchro do heroe, vindo os naturaes pedir-lhe justiça contra os desmandos e perfidias dos portuguezes, offerecendo-lhe boninas e azeite para a sua lampada. Do extremo Oriente, desde o Pégu até á China, ficaram-lhe chamando o Leão-do-mar. (1)

---

(1) Ainda hoje os indios chamam *Affonso d'Albuquerque* a um certo peixe, do tamanho da corvina, e cujo nome zoologico não podemos apurar. Diz a lenda que o *Leão do Mar* não morreu: afundou se, e revive n'esses animaes marinhos. A maxilla inferior do peixe, descarnada, tem o aspecto aproximado das figuras portuguezas do seculo XVI: o barrete, as barbas ponteagudas e longas, etc. Os indios pintam esses ossos, dando-lhes phisionomia humana e guardam os *Affonsos de Albuquerques* como fetiches.

Hormuz, Goa, Malaka, os tres pontos cardeaes do imperio fundado por Albuquerque no breve periodo de cinco annos (1507-11), valiam o dominio em todo o mar das Indias e a vassallagem de todas as costas, desde Sofala, em Africa, ao cabo de Jar-Hafun; desde Khor-Fakhan, na Arabia, até ao golpho Persico; desde o Indo até ao cabo Kumari (Comorim); d'ahi ás boccas do Ganges, e descendo pelo Arakan e pelo Pégu, até Malaka — com as ilhas dispersas de Madagascar e Sokotra, Anjediva, os archipelagos de Lakkha (Laquedivas) e de Malaja (Maldivas), Sinhala (Ceylão), (1) e Sumatra e Java, Bornéo e as Molucas, até aos pontos extremos de Banda e Ambon. Com effeito, depois de Malaka e da viagem temerosa mas esteril de 513 a Aden, todo o Oriente pasmava e tremia de Albuquerque, o *terribil*. A Goa vinham de toda a parte embaixadas e tributos; todos os principes queriam a amisade do portuguez, e a seus pés arrastavam a corôa os rajahs de Ahmednagar e de Kambai, de Vijajapur e de Narsinga, (2) o shah da Persia e os sultões de Sião, do Pégu, do Arakan; e até o proprio *Hidalcão*, o adil-shah do Kanará, consentindo a fortaleza de Kalikodu, comprada com tanto sangue, seguia o exemplo do Guierât, do Konkana, do Karnataka e de Bengala. Desde o Indo até ao Ganges, pelo Cabo Kumari, desde Kambai até Golkonda, o litoral da peninsula estava inteiramente submettido ao jugo portuguez.

Entretanto este imperio não podia dizer-se ainda construido: era um esboço apenas. Como depois de uma victoria brilhante os timidos se curvam todos perante o vencedor, assim acontecia no Oriente.

(1) V. *Instit. primit.*, p. 3.
(2) V. *Ibid.*, pag. 163.

Lançado na politica de conquistas, o imperio portuguez ganhava a primeira batalha; mas não podia decerto ensarilhar as armas, emquanto a costa da Arabia e as margens do mar Vermelho se conservassem em poder dos inimigos. Os naturaes da India, avassallados por uma corrupção antiga, acceitavam o dominio de qualquer vencedor; mas era necessario, para o manter, que a victoria fosse decisiva. Ora o inimigo, o *mouro*, fôra batido, mas não fôra expulso. Como n'uma doença, tinham-se debellado muitos symptomas, mas não se destruira o principio morbido. Aden continuava a ser o emporio do dominio commercial maritimo dos arabes e egypcios no Oriente; o mar Vermelho, o Suês, no extremo fundo d'esse estreito corredor, as boccas sempre abertas, para vasar sobre a India navios, artilheria e soldados. O dominio, que os portuguezes se propunham substituir, continuava; e do caracter dual ou mixto que a occupação da India apresentava, resultaria um estado de guerra permanente com os *mouros* e com os naturaes, que ora os preferiam a elles, ora a nós. Ninguem, nação alguma seria capaz de resistir a um seculo inteiro de similhante vida. O destino do imperio portuguez no Oriente dependia do exclusivo do dominio, desde que era impossivel pactuar ou dividir a presa entre os dois caçadores rivaes.

O genio de Affonso de Albuquerque adivinhava isto com toda a lucidez: Aden, Meka, o mar Vermelho, eram a sua preoccupação: «Tres cousas, diz o filho e commentador, ha na India que são escapolas de todo o commercio das mercadorias d'aquellas partes, e chaves principaes d'ella. A primeira é Malaka, que está em tres graus na entrada e sahida do estreito de Singapura; a segunda Aden, que está em vinte e um graus de altura e

na entrada e saída do mar Rôxo; a terceira é Hormuz, a qual está em quinze graus e na entrada e saída do estreito do mar da Persia. Este Hormuz. a meu vêr, é a principal de todas. E se el-rey de Portugal tivera senhoreado Aden podera chamar-se senhor de todo o mundo.» Dar um golpe mortal no islamismo era, além de retribuir em Meka a affronta humilhante de Jerusalem, mostrar aos musulmanos do Oriente que Jesus podia mais do que Mafoma. Mas se o genio excepcional de Albuquerque não bastou para levar a empreza ao fim, como poderiam bastar para isso os pigmeus que lhe succederam? Valentes muitos ou quasi todos, incansaveis no mar e na terra, os governadores da India foram extenuando em um seculo de guerra permanente as limitadas forças da nação, sem pensamento politico, sem plano definido, á tôa e á mercê d'um capricho, ou d'uma idéa a que o ciume imbecil da côrte limitava constantemente os vôos. A primeira politica, a maritima, fôra abandonada com a quéda de Francisco de Almeida; a segunda politica, a imperial, condemnada com a deposição e morte de Albuquerque. Faltava assim a condição essencial de um dominio estavel e seguro: uma tradição.

Esta falta, comtudo, provinha de causas mais intimas, umas nacionaes, outras chronologicas. O absurdo espirito da politica de Lisboa, e a já provada incapacidade dominadora dos portuguezes. estão na primeira categoria; na segunda estão os costumes e idéas de tempos relativamente barbaros. Os portuguezes, ao pôr pé na India, faziam o mesmo que os povos germanicos, ao descer dos Alpes sobre a Lombardia: cevavam-se. A historia de Affonso de Albuquerque em Hormuz (1507) demonstra bem quanto era impossivel impôr disci-

plina e ordem em campanhas que tinham no saque o exclusivo motivo.

> Fomos ao rio de Meca,
> Pelejámos e roubámos
> E muito risco passámos.

Estas palavras de Gil-Vicente resumem a historia da India; e com taes elementos era possivel saqueal-a, era impossivel dominal-a.

Por isso, n'esse seculo de 500 que a historia da India abrange, o conjuncto dos caracteres da occupação portugueza fórma dois systemas: o da rapina, contra o qual protesta e reage em vão a espada militar de Albuquerque; e depois o da simonia, contra o qual, em vão tambem, reage a vara justiceira de D. João de Castro.

Estudemos agora o primeiro, a seu tempo estudaremos o segundo. Todos os soldados de Antonio da Silveira, um capitão que andava pela costa, entre Chala e Daman, trouxeram fato, escravos e dinheiro, com que foram contentes; e assolaram tudo «em tanta maneira que se despovoaram todolos logares da fralda do mar, que pela terra dentro dez leguas não havia gente». Em Barava, destruida por Tristão da Cunha, os barbaros cortaram as mãos e as orelhas ás mulheres para furtarem as manilhas e brincos de ouro. A tomada de Mangaluru ficou celebre: «Foi entrada com muito valor, e dentro d'ella fizeram os nossos espantosas cruezas, não perdoando a sexo nem a idade, nem ainda ás alimarias». D. Paulo de Lima «deu na cidade de Johore (Jor) — escreve á esposa — e assolou-a *com o favor divino*». N'outro logar os combatentes, empilhados contra os muros, pedem aos da frente que, *por amor de Deus*, lhes deixem ma-

tar um *mouro*. A' approximação dos portuguezes, despovoam-se as cidades e fogem todos com terror: assim aconteceu em Bintang. Albuquerque sustentou por tres annos, no mar da Arabia, a sua armada com as presas das náus de Meka. Quando os portuguezes occuparam as terras de Bardez «fizeram mui grandes males de roubos, tyrannias, tirando as mulheres e filhas formosas a seus maridos, e outras corrompiam, e as furtavam e tornavam a vender». O de Hormuz queixava-se de que, em paz, lhe tiravam, a elle e aos seus, «parentas de que (os nossos) faziam uso, tornando-as christans a seu pesar». O roubo e a luxuria, alliados aos inimigos, davam lugar a interminaveis guerras: assim os capitães de Malaka originaram as de Johore e do Atchim (Achem); e nas Molucas a cidade de Bachian, despovoada e vasia, foi incendiada, indo-se os barbaros ás sepulturas dos reis furtar os ossos, na esperança de receber por elles, mais tarde, um grosso resgate. Roubando e pirateando á solta, o genio aventuroso dos portuguezes larga as azas, e os exploradores vão até aos confins do mundo, fiados no seu atrevimento. Dois heroes das *Peregrinações* teem uma historia extravagante. Um, Antonio de Faria, vae á China roubar os sepulcros dos imperadores; outro, Diogo Soares de Albergaria, obtem o titulo de irmão do rei de Pégu, com duzentos mil cruzados de renda e o commando do exercito: é o rei, mas morre assassinado, por ter furtado uma rapariga. Nem se julgue que só pelos confins do mundo oriental portuguez, em Hormuz ou em Malaka, ou só pelas costas, nos seus navios, a furia dos portuguezes se desmanda em ferocidades anarchicas. Na propria Gôa, capital, a vida é um combate. Pelas ruas ha batalhas e cadaveres insepultos. Um governador

prende certos salteadores portuguezes, manda-os ferrar no rosto, junto á picota, e degredar para o Brazil: logo um pelotão de amigos se amotina em armas para os libertar, e, não podendo conseguil-o, vae a bandear-se para os mouros inimigos: o governador manda-os desorelhar e amarrar aos bancos das galés; fogem e fortificam-se, e é necessario tomar á força o reducto; prisioneiros, são, afinal, amarrados vivos a elephantes, e esquartejados. E' conhecida a tragedia em que a amante de D. Paulo de Lima, precipitando-se das janellas do seu palacio de Pangin, morreu, e o seductor, de espada e rodella, abriu caminho por entre a gente armada que acudia com o marido.

Até dentro das proprias egrejas havia rixas, a tiros: viam-se homens caír assassinados no confessionario, e nos degraus dos altares, á meza da communhão; e uma vez foi morto com um tiro o bispo quando levava a hostia, em procissão, pelas ruas.

Era uma anarchia barbara; e decerto os naturaes lamentavam a má-sorte que os condemnava a supportar tantas crueldades ferozes. Antes o mouro indolente e molle, e o antigo tempo que placidamente corria no seio de uma orgia podre mas calma, nos braços do luxo, da opulencia e dos prazeres! Como demonios vomitando fogo, negros nas suas armaduras, esses portuguezes eram enviados para os desgraçar, para os punir talvez! E levas esfarrapadas de fugitivos, n'um côro unisono de lagrimas e afflicções, acompanhavam por toda a parte a visita dos terriveis forasteiros, que não sabiam fazer-se amar do indio, tão submisso, tão bem disposto para obedecer e servir.

Os *fumos* da India (como Albuquerque dizia) embriagavam os pobres portuguezes, limitados na

Europa á porção congrua do bragal e do aço, sujeitos a uma forçada sobriedade e a costumes mais presos. Na India o *fumo* desenfreava o animal, que se retouçava delirante nas sedas e nos perfumes, nas fructas e nas mulheres, coberto de diamantes, abarrotado de pardaus de oiro. Breve, porém, esse *fumo* se dispersou no ar; e a desolação universal trouxe a miseria, o luxo trouxe a fraqueza; e á violencia de barbaros, os portuguezes juntaram a mesquinhez de chatins.

III

D. João de Castro

Morto Albuquerque, as cousas da India voltam ao estado anterior; e abandonada a politica imperial, torna-se á politica maritima; ou antes o dominio fluctua ao acaso, indeciso entre os dois planos. Lopo Soares proseguiu ainda as guerras de conquista, acabando de avassallar Ceylão e as Molucas. Vasco da Gama voltou pela terceira vez á India, como vice-rei, para vêr se podia pôr cobro ás desordens e á corrupção interna das colonias: foi com elle que se inaugurou o systema das successões, mandadas de Lisboa em cartas, que só se abririam por ordem numerica, na falta de cada vice-rei, para prevenir as frequentes desordens, a que dava lugar a transmissão do governo. O almirante morreu tres mezes depois de chegado, succedendo-lhe D. Henrique de Menezes; a este, Pero Mascarenhas, e o usurpador Lopo Vaz de Sampaio, tão celebre pelas suas perfidias.

Nuno da Cunha tomou posse do governo em 1528 em condições difficeis. As torpezas dos governos anteriores tinham sublevado contra nós os monarchas do Hindustan. O de Kambai, ao norte, com o de Kalikodu, inimigo antigo, ao sul, estavam desde tempo em guerra aberta comnòsco, de mãos dadas com os *mouros*, nossos rivaes. O governador, em quem os dotes de guerreiro prima-

vam, decidiu reunir todas as suas forças para ir tomar Diu, na costa do Guierât, castigando por um modo ruidoso a insubordinação do de Kambai.

Quem via a esquadra com que Nuno da Cunha se foi a Diu, podia avaliar a transformação que trinta annos apenas, ou menos ainda, tinham produzido no caracter dos portuguezes. Ninguem os tomaria já pelos descendentes de Pedralvares Cabral, envergonhados da sua pobreza em Kalikodu; nem sequer pelos piratas domesticados com a disciplina de Albuquerque: pareciam já mouros, na opulencia e nos costumes. A esquadra era das maiores, senão a maior de todas as que se tinham reunido na India: constava de quatrocentas vélas, entre as quaes mais de quarenta vasos maiores, e multidão de bergantins, galeaças, fustas e catures. Apoz ella vinham os juncos malaios com mantimentos, e um cardume de zambucos e cotias de taverneiros, gente da terra, vendendo comestiveis e vinho. Capitães e soldados tinham-se preparado como para uma funcção, luxuosamente vestidos, carregados de pedras preciosas e ricas armas tauxiadas. As mulheres enxameavam a bordo, esposas e amantes da gente da guarnição; e além das mulheres os escravos eram numerosos. O governador tinha promettido premios de 1:000, 500 e 300 pardaus aos primeiros que successivamente subissem ás muralhas. Era uma expedição mercenaria, e não uma aventura de bandidos. Isto exprimia a transformação que já se tinha operado; e o governador, apesar dos seus meritos, nada podia contra ella.

Seguindo as boas tradições, a esquadra foi ao longo da costa deixando o seu rasto de carnificinas e investidas covardes, contra os pontos indefesos; e quando chegou em frente de Diu, rom-

peu o bombardeio. Dentro da cidade era grande o susto. Os commerciantes mouros agitavam-se, escondendo os seus thesouros e preparando-se para a fuga. Os fakirs immundos, nús, e de rastos, estrebuxavam, e, erguendo-se como doidos, acutilavam os braços e as pernas, ou batiam com calhaus grossos na ossatura do peito, como a quererem matarse n'um delirio de visões santas. E o brahmine, com os seus longos cabellos enlaçados em turbante no alto da cabeça coroada de flores, perfumado de aloes e de agua de rosas, untado de sandalo branco e açafrão, lançava-lhes uma esmola e palavras de paz, para não juntar á desgraça da guerra novas desgraças de suicidios! Os senhores de Diu, ricos do Gujerât, principes de Kambai, attonitos, vagueavam nas ruas com as mulheres, a procurar refugio contra as bombardas que estalavam por toda a parte. Com as caras rapadas á navalha e os longos bigodes negros caídos, arrastavam pressurosos as compridas camisas de algodão e de seda, calçados nos seus sapatos bicudos de cordovão lavrado; e os longos brincos de ouro cravejados de pedras balouçavam e tilintavam nas orelhas, em quanto corriam desafivelando, cansados, os cintos de ouro rutilantes de esmeraldas. Atraz d'elles as mulheres, de uma raça delicada e formosa, com o rosto de um branco de leite, meio encoberto em mantos de seda com que vestiam o tronco nu, corriam descalças, mostrando nos dedos dos pés os ricos anneis, nas pernas as manilhas de ouro e prata, os braços nús carregados de pulseiras, as mãos rutilantes de pedras preciosas. Era um terror e uma agitação por toda a cidade, ao ouvirem o ribombar da artilheria, e ao verem no ar a trajectoria de fogo das bombardas, que vinham sem piedade rebentar em estilhas no meio da gente, cri-

vando de lascas o corpo côr de perola das mulheres, e as carnes côr de barro dos fakires tisnados pelo sol, cabertos de uma camada de lodo secco e de immundicies das estrebarias dos elephantes.

As tropas de Kambai, nos seus postos das muralhas, esperavam o assalto, para então se medirem com esses homens que, abrigados por detraz das suas peças, distribuiam assim impunemente a devastação e a morte. Tremiam comtudo; e os mouros, por entre os batalhões, lamentavam-se da falta dos artilheiros venezianos e das esquadras dos rumes. Esperavam, porém, muito da tropa de elephantes, que eram quinhentos com as prezas limadas e o pé triturador, com que haviam de fazer em pastas humidas de sangue a phalange portugueza. (1) As balas dos mosquetes nada podiam contra a couraça da sua pelle, e esmagando com o peso, despedaçando com as prezas, acabariam a obra começada pelos besteiros e fundibularios de cima das torres. Mudos e immoveis, os quinhentos elephantes de Kambai estavam na planicie, como ancora da salvação de Diu; e os soldados olhavam para elles com amor. Além dos elephantes, tambem a cavallaria se achava formada, montando á bastarda os leves cavallos da Persia, embraçados os seus escudos pequenos e redondos forrados de seda, ao cinto duas espadas e uma adaga, ao hombro as settas e o arco. Uns vinham defendidos com armaduras e cotas de malha de aço, outros com laudeis, que eram mantos de algodão acolchoado, onde todos os golpes morriam perdidos. Os cavallos traziam testeiras de aço. Porém, apesar de toda a força reunida, a artilheria dos navios aterrorisava-os; e já por mais de uma vez alguma

(1) V. *Hist. da republica romana.* I, pp. 161-2 e 275-6.

bomba, caíndo no meio dos elephantes, dispersára as montanhas de carne, a correr em rugidos, com a tromba erguida, como um mastro, entre as prezas de marfim. Na cidade havia tambem artilheria e mosquetes, mas que nada podiam contra os navios distantes: os pelouros disparados recochetavam na agua.

Parou afinal o bombardeio, e todos olhavam com ancia, porque esperavam assistir ao desembarque e contavam com a peleja. Viram, porém, com surpreza que as náus emmastreavam e as galés mudavam a prôa ao mar, afastando-se ao impulso dos remos. Fôra medo? fôra fraqueza? Decerto; e a esquadra, atulhada de escravos e mulheres, não tinha forças para uma batalha: apenas se arriscava a um canhoneio sem perigos. Já era fóra de duvida que os deixava. As velas desfraldadas impelliam os navios na volta do mar. A alegria e a assuada substituiram então o pavor e o silencio. Todos pulavam contentes, desde o fakir immundo, até ao grave e perfumado brahmine; desde os velhos e as creanças, até ás mulheres, envolvidas nos seus mantos de seda, com os braços e as pernas nuas, a correr, agitando os longos brincos, preciosos, tão pesados que lhes rasgavam as orelhas. Os commerciantes mouros abriam os bazares e desenterravam os cofres; e todos vinham á praia vêr a armada que se afastava, despedindo-se d'ella com vaias e gritos de zombaria, tangendo musicas, disparando tiros de espingardas para o ar, e mandando, por cortezia, pelouros, a arranhar a superficie azul das ondas. Diu estava salva das ameaças do portuguez.

Porém quatro annos depois, intervindo nas questões internas dos sultões e rajahs da peninsula, Nuno da Cunha obteve a permissão de construir a

fortaleza de Diu, celebre depois pelo heroismo dos seus cercos. A politica do governador não desdenhava, comtudo, o assassinato; e o pobre sultão de Kambai, convidado a uma entrevista, foi trucidado, á maneira do que já succedera antes em Hormuz. D'ahi proveiu a guerra e o primeiro cerco de Diu, sobre-humanamente defendido por Antonio da Silveira.

As chronicas chamam a Nuno da Cunha vencedor de Kambai, heroe de Bassaim, de Kalikodu, e fundador de Diu. Basta esta enumeração dos logares para demonstrar que o dominio portuguez na India inclinava já, com trinta annos de vida apenas, á decadencia. Os erros politicos originavam guerras permanentes; e o poder dos invasores, que n'um relampago se alargára por todo o Oriente, não se consolidava: agitava-se desordenadamente, no meio de questões sempre renascentes, extenuando as forças defensivas, e corrompendo-se intimamente. Se Nuno da Cunha merece dos coevos o nome de heroe, não é pelo valor ou alcance dos meritos proprios, é pela absoluta incapacidade dos seus predecessores e dos que lhe succederam. D. Garcia de Noronha, que veio apoz elle, era um fidalgo pobre, sem merecimentos, além do da pobreza e das sympathias do rei, que o mandou á India enriquecer. «Honra, eu a tenho: não venho mais que a levar dinheiro», dizia mais de um governador. D. Estevam da Gama foi ninguem; e Martim Affonso de Souza prégou com o exemplo, francamente cynico, a abjecção em que a administração da India se tornára — agora que terminára o saque de todas as costas, e as náus de Meka, mais raras e já artilhadas e preparadas para rudos combates, não davam com que satisfazer a cubiça dos occupantes.

A segunda epocha da historia da India, a da podridão, apparecia já desenvolvida e accentuada por tal fórma, que o governo de Lisboa reconheceu a necessidade de pôr cobro a tamanha desordem, e nomeou viso-rei D. João de Castro, leitor assiduo de Plutarcho e decidido, por opinião, a ser um modelo de virtude, e um typo de nobreza á antiga, — ou pelo menos á moda do que então se julgava terem sido certos dos antigos heroes.

Effectivamente o estado das cousas exigia remedios energicos. Martim Affonso de Souza deve abrir o rol, porque ninguem melhor e mais ingenuamente vivia no seio da podridão e o confessava, nas cartas que enviava para Lisboa, ao rei. A successão do governo de Vijajapur era debatida entre dois principes indigenas; e o governador «tardou em se determinar, porque estava esperando quem levava a melhor». Afinal decidiu-se pelo *Hidalcão*, que parecia ter mais justiça e era *mais firme*, «ainda que vos certifico que da outra (parte) havia tantas razões e contrarios que foi necessario *soccorrer-me a missas e devoções*». Além das devoções, o vencedor deu-lhe 70:000 pardaus para el-rey, 20:000 para elle proprio governador, e uma joia para sua esposa. Deus, porém, não se contentando com ajudar o modo por que o governador vendia o seu apoio, matou o rival vencido. Tudo corria para o melhor, quando, para coroar o caso, vem um privado de Assud-Khan propôr-lhe a divisão do thesouro do fallecido: 500:000 pardaus: «Mando 300 a el-rey, mas d'estes tomei 30:000 para mi, que é o dizimo que lá mando a minha mulher: que em razão está que tenha alguma

parte d'isso, pois o podera ter todo, que eu podera ter tomado este dinheiro sem o ninguem saber». Esta pratica de vender o auxilio nas contendas indigenas não era, todavia, privilegio de Martim Affonso. Em Hormuz, sob a tutela dos portuguezes, D. Duarte de Menezes substitue a um governo amigo dos nossos, um outro que preferia o mouro, porque este lhe deu «cem mil pardaus em xerafins novos, e em conta ricas perolas e joias e aljofar». Gaspar Correia diz do governador, que gostava de «boas peças e dadivas e alvitres de apanhar dinheiro, e banquetes e prazeres, e com mulheres solteiras com que ia folgar no tanque de Tinoja, e em tudo era mui devasso».

Os capitães seguiam os exemplos dos governadores. De um de Hormuz, Diogo de Mello, queixa-se o *rei*, porque o alguazil o ferira e quizera matar por lhe não dar dinheiro e joias que exigia; pedindo soccorro, pois se lhe não acudissem, despovoava-se a cidade. E nem só as fortalezas, ao lado dos soberanos indigenas, eram rendosos meios de rapina: o mar produzia tambem muito. Ruy Vaz vae por sua conta a Bengala *ás prezas*; e dois navios, mandados expressamente de Lisboa á India com instrucções e cartas, para decidir o pleito entre Pero de Mascarenhas e Lopo Vaz, fogem para Madagascar *ás prezas*, e ahi se perdem. A pirataria dos portuguezes era tão productiva que excitava os estranhos; e de parceria, piratas francezes, guiados pelos nossos, dão a volta d'Africa, e vão explorar a India. Não era tampouco raro vêr nos mares do Oriente navios de arabes guarnecidos por portuguezes mercenarios; os *mouros* pagavam melhor do que o rei. A guarnição da armada com que Lopo Vaz foi ás ilhas de Sunda incendeia os navios por falta de pagamento do soldo; e os na-

turaes assaltam os portuguezes á pedrada, obrigando-os a pedir capitulação. Effectivamente a sorte dos soldados era tão dura, que se recusavam a embarcar em Goa, sem primeiro terem sido pagos. Os governadores eram obrigados a mandal-os caçar pelas ruas e casas, levando-os algemados ao tronco, e da prisão para a armada.

A vida do soldado da India e a organisação militar eram com effeito singulares. Desembarcando sem dinheiro em Goa, depois das doenças da viagem, os que não tinham parentes ou amigos na capital da India, espalhavam-se pedindo esmola em bandos pelas ruas, dormindo esfarrapados e seminus debaixo dos alpendres das egrejas, ou nas galés e lanchas varadas na praia. Empenhavam o que traziam: a capa, a espada; ou preferiam roubar para viver, esperando o arrolamento da armada, que todos os annos ia varrer as costas do Malabar, inçadas de piratas arabes cujo *rei* era o Cutiale (Kuuat-Ali). (1) Chegada a epocha, lançado o bando, nomeiavam-se os capitães dos navios — logo veremos porque artes e maneiras o capitão tratava de angariar a sua gente. A *chusma* da marinhagem compunha-se de negros captivos, agarrados a laço pelas ruas. Os soldados recrutavam-se nos bandos já amestrados na rapina e que, de volta das expedições, se pavoneavam nas ruas de Goa: era uma tropa de salteadores e adulteros, malsins e alcoviteiros, que enchiam a cidade de roubos e assassinatos nocturnos, occupando-se a beber nos lupanares e a matar por officio e dinheiro. Os *reinoes* bisonhos entravam só nas faltas, até que tivessem por seu turno aprendido como se era sol-

(1) V. na *Hist. da repub. romana*, I, pp. 188-95, a descripção da pirataria mediterranea: causas identicas produzem resultados eguaes.

dado da India. O capitão dava dez xerafins a cada um dos soldados para se prepararem e armarem. Cada qual escolhia as armas que bem lhe agradavam, e muitos preferiam gastar o dinheiro em orgias, indo para bordo esfarrapados e sem mosquete, nem lança, nem rodella, nem espada: com as mãos vazias.

A mesma anarchia se usava no ataque; desembarcavam em chusma, e *davam-lhes de Santiago*, cada um conforme podia e sabia. Dispersavam-se todos com a mira no que podiam roubar, porque esse era o verdadeiro soldo; os dez xerafins um preparo apenas. Geralmente a primeira investida era irresistivel: e logo ao ataque se seguiam o incendio, o roubo, a matança — muitas vezes tambem a reacção dos inimigos. Dispersos, deixando as armas ás portas das casas para irem mais leves a roubar, os soldados eram mortos um a um: como succedera no grande desbarato de Kalikodu, onde morreu D. Fernando Coutinho; como succedia a cada passo, por toda a parte. Com tal systema, a guerra protrahia-se indefinidamente; mas era isso o que convinha a todos, porque d'ella tiravam o melhor dos seus proventos.

Os soldados roubavam, os capitães roubavam com elles, roubavam-nos a elles, cerceando-lhes as rações de arroz avariado e pôdre. E depois da façanha, em que muitos ficavam, depois de forçados a fugir em debandada, «os capitães-móres das armadas recolhem-se com os focinhos quebrados e com alguns navios perdidos. E ao entrar a barra de Goa, é tanta a bombardada que não ha quem se ouça, e ao sahir em terra tanta pluma e bisarrice, como se deixaram destruido o mundo. (1) — E

(1) V. *Hist. da republica romana*, I, p. 274.

não é bem, accrescenta outra testemunha, a facilidade com que os capitães da India entram em Gôa triumphando, esbombardeando, cheios de plumas e pontas de ouro, deixando muitos companheiros descabeçados nas praias de Calecut.»

Não é bem, decerto; mas não podia ser de outra fórma; e ainda assim a basofia, apesar de ser enorme, não era a peior das fraquezas dos capitães da India. Pedro não obedecia a Gonçalo por não ser tão fidalgo como elle: eram todos *pontinhos e biquinhos de honra*. Em tendo sido capitães de quatro fustas, não queriam mais saír fóra sem bandeira na quadra; «e alguns não teem mais noticia da guerra que passear ás damas.» O peior, o peior de tudo era que uma vergonhosa corrupção apagava todos os brios. Nuno da Cunha dizia que os homens da India eram como os doentes de colera, tinham os gostos damnados; e outro accrescentava que os viso-reis, ao passarem o cabo da Boa-Esperança, perdiam de todo o temor a Deus e ao rei, como perdem a memoria os que passam o Lethes.

Vimos ha pouco o modo por que se guarnecia uma armada; resta dizer que as capitanias do mar e as das fortalezas eram compradas por dinheiro aos viso-reis: um rapaz imberbe pagou uma d'essas por um serviço de mãos e um saleiro de prata; e duzentos pardaus eram *as ordinarias*, isto é, o preço usual de uma capitania. Providos no seu lugar, os capitães, que o tinham comprado, faziam-se mercadores e contrabandistas, conluiando-se com os empregados fiscaes, e associando-se com os mouros e judeus. Os capitães de Malaka tinham náus para irem de sua conta, á China, de um lado; a Diu, Chala, Daman, Bassaim, do outro. Os de Hormuz commerciavam por mar

com Bengala, com os portos da costa occidental da peninsula, e com o Zamgebar. Como negociantes, á imagem do rei, exigiam tambem em favor proprio um monopolio; e d'ahi vinham as desordens e violencias brutaes exercidas sobre os indigenas. «A guarda do *cartaz* (salvo-conducto que os navios *mouros* pagavam para navegar no mar da India) é o credito do nosso Estado», diziam os homens-bons do Oriente; mas por cima de tudo o mais, os capitães, para fazerem prezas, buscavam *bicos* no exame dos passaportes e roubavam os navios e as cargas. Os lucros do commercio não lhes bastavam, e o roubo vinha engrossar o rendimento das capitanias. Hormuz era, sobre todas, celebre n'esta especie. Arrolamentos de guarnições ficticias, matriculas de praças mortas, para embolsarem o soldo de suppostos soldados, eram casos ordinarios e communs a todas: só d'esta verba um capitão de Hormuz fazia 30:000 cruzados em tres annos. Com os navios succedia outro tanto: fundeados, a apodrecer nas aguas, ou varados na praia, custavam ao thesouro da India o preço de guarnições que só existiam no papel. E estes roubos eram tão vulgares que não havia pejo em os confessar. Um capitão de Hormuz declarava alto e bom som, que não perdoaria um real da somma que se tinha decidido a ganhar — 300:000 cruzados.

Um certo Alvaro de Noronha, na mesma praça, accusado, responde que outro tanto fizera o seu antecessor, «que sendo *apenas um Lima* levára 140:000 pardaus: elle *como Noronha*, havia de levar mais». O brazão da sua casa ficaria manchado, seus avós córariam, se gente menos nobre lhe passasse adiante em qualquer cousa — até no roubo.

E os crimes dos capitães não podiam ser puni-

dos, porque os viso-reis faziam outro tanto e mais: quando o exemplo vinha de cima, como se havia de condemnar a copia? O governador Lopo Vaz de Sampaio, que era pobre e tinha muitos parentes a proteger, foi a Hormuz *para fazer proveito*, com doze navios, cujos capitães eram todos seus proximos e afilhados. Diogo de Mello era seu cunhado, e isso o deixou impune dos roubos e males extraordinarios que tinha commettido. Nas deploraveis intrigas com que empolgou o governo a Pero de Mascarenhas, Lopo Vaz, para crear partidarios, usou de todos os meios. Pagaram-se todos os *alcances* por meio de folhas de suppostos soldos vencidos; e n'esta *agoa envôlta* muitos enriqueceram. A um certo Nuno Redondo, eximio em *falsar sinaes*, deveu o governador o alvará com que espoliou o seu émulo.

As principaes rendas dos governadores provinham de diversas especies de peculato: as *peitas*, ou luvas que recebiam por todos os empregos; as heranças jacentes que roubavam; os cabedaes do indio ou judeu queimado pela Inquisição de Goa; os conluios com os *contadores*, para extorquirem dinheiro aos funccionarios e litigantes; a falsificação da moda; o roubo do cofre dos orfãos; o fornecimento de material de guerra; as matriculas de soldados mortos ou nunca arrolados; a amortisação dos titulos de divida do governo, comprados no mercado por vil preço, e que nas contas iam mettidos pelo seu valor nominal.

A turbulencia e devassidão dos soldados provinham dos crimes dos commandantes, ficando por isso impunes; os roubos dos governadores authorisavam os dos capitães: mas se o governador fosse punido, não poderia acaso varrer-se o lodo e moralisar-se o dominio? Poderia; mas os governado-

res tinham a favor da sua corrupção argumentos muito valiosos, e podiam contar com a impunidade. Em Lisboa, salvas momentaneas excepções, considerava-se a India como uma vasta seara a colher. «Cartas se liam pelas portas, em ajuntamentos de cadeiras, que era uma vergonha os descreditos que n'ellas vinham.» Desde o rei até ao mais infimo dos moços da chusma, todos eram commerciantes; e o commercio, cuja mira é o lucro apenas, tolera tudo, pactua com todas as devassidões. Contam que D. Manuel em pessoa achava graça ás manhas e expedientes vis, com que se explorava a India, quando os que de lá vinham jnstificavam as artes com a riqueza, augmentando a opulencia faustuosa da côrte. Bastante dinheiro e um pedaço de lisonja venciam tudo. Digo de Mello, de quem já falamos como heroe, foi condemnado á morte pela Relação de Lisboa; mas *fiqou* em morte civil para S. Thomé; depois para Africa; e, por fim, com dar 500 cruzados para a Arca-da-Piedade, casando suas filhas com as muitas riquezas dos roubos que n'este mundo não pagou.

Pagal-os-hia no outro? Não era de crer; porque o jesuitismo tinha descoberto que a simonía não era peccado, sempre que se seguissem umas certas regras. O furto deixava de provocar escrupulos de consciencia, desde que os casuistas tinham averiguado ser licito cobrar por qualquer modo, o que se não póde haver por demanda, de pessoa poderosa. Ora quem mais poderoso do que o rei, dono do thesouro da India? Por isso, uma vez os conegos de Goa fecharam a sua egreja e suspenderam o culto, quando o viso-rei, distante em Katchi, deixou atrazar-se-lhes as pagas. E além d'esta justificação de todos os expedientes, os pa-

dres confessores da *Companhia*, defendendo os que recebiam *luvas*, diziam que o nome de *peita* se entende só do que se toma da parte antes de a despachar, ou de concerto que se faça para o negocio (1). Mas se a parte fôr despachada, póde muito bem gratificar depois: é um agradecimento, e não uma peita.

Não deixaria, por certo, de valer para muitos esta boa paz em que se achavam com o céu; mas é fóra de duvida que os escrupulos religiosos não incommodavam a maxima parte, senão quando, na volta para o reino, os assaltavam os temporaes da costa d'Africa. A cumplicidade de Deus era muito; mas era melhor ainda a cumplicidade das justiças, que na terra podiam confiscar, prender e matar. Um chronista erudito escrevia: «O imperio romano não se começou a perder, senão depois que se começaram a vender os magistrados; e assim eu dou a India por acabada». Não eram só venaes, eram tambem analphabetos, os juizes: fazia-se um desembargador com *dois debrums de latim*. As testemunhas custavam em Goa a pardau por cabeça «e se a um ladrão ou salteador, por conhecido que seja, não faltam 4 ou 6 testemunhas que o abonem, como faltarão a um viso-rei?» Além d'isso, de que valeriam rigores contra os «roubos, injurias, mortes, forças, adulterios com as casadas, viuvas, virgens, orfans... se dizem que elrey N. S. é tão cheio de misericordia, que por males que lhe façam, tudo perdoa e quita?» Gaspar Correia achava, entretanto, indispensavel que se mandasse cortar a cabeça de um viso-rei no caes de Goa.

A misericordia de S. A. não consentia isso, mas o povo esteve por um nada a fazel-o. Quando o

(1) *Hist. da rep. romana*, II, p. 187.

conde da Vidigueira, ex-governador, partia para o reino, as turbas derribaram da porta da cidade de Goa a estatua do bis avô (Vasco da Gama), enforcaram-no em effigie na verga de uma náo, e envenenaram ao neto o pasto dos animaes que levava de vitualha para a viagem (1).

Mais graves e decisivos symptomas de desaggregação do ephemero imperio da India rebentavam constantemente, e por toda a parte. Ferviam as deserções; e grupos de soldados iam arrolar-se nas tropas indigenas, ou nos navios arabes, por miseria, por cubiça, por homizio, arrastados pela fome ou pelas *moraxas* infieis, espalhando-se em Kambai, no Balutchistân, no Afghanistân e na Persia, de um lado; em Bengala, do opposto; alastrando-se pelo Arakan, por Pegú, por Malaka, e Kamboja, até á China. Os que militavam debaixo das insignias dos reis e principes infieis eram tantos, «que sem muitas lagrimas não se poderá considerar, quanto mais escrever... e muitos se põem por soldados em navios de chatins, onde, posto que o soldo não seja tão honrado como o d'elrey, é mais proveitoso, por ser melhor pago». Em tempo d'elrey D. Sebastião havia na India 16:000 portuguezes, e não se poderam mandar 800 homens a soccorrer Malaka.

Já em Chala, no tempo de D. Francisco de Almeida, logo no começo da occupação da India, 50 marinheiros da armada do viso-rei, perante o inimigo, conspiravam para se passar aos *mouros*, que pagavam melhor. Estes phenomenos, pois, não provinham directamente da decadencia, manifesta agora; mas tinham causas intimas, e logo evidentes no começo da empreza.

(1) V. *Hist. da repub. romana*, I, p. 356.

Além dos que desertavam, outros iam por conta propria estabelecer feitorias, ninhos de piratas «buscando pão para comer, por não haver armadas ou fortalezas em que lh'o deem». Assim em Tchitâgan, assim em Ugoli de Bengala, em Nagapatan na costa oriental da India, em Macau e em infinitos lugares. (1)

Para engrenar esta roda de miserias, foi do reino enviado D. João de Castro. O quarto viso-rei da India (2) era, havia muito, conhecido pela candida

(1) V. nas *Raças humanas*, a p. LX-I do vol. I, o estado actual dos restos da colonia portugueza de Malaka; tambem I, pp. 75 e segg.

(2) 1	D. Francisco d'Almeida	1505	1.º	viso-rei
2	Affonso de Albuquerque	1509		
3	Lopo Soares de Albergaria	1515		
4	Diogo Lopes de Sequeira	1518		
5	D. Duarte de Menezes	1521		
6	Vasco da Gama	1524	2.º	»
7	D. Henrique de Menezes	1524		
8	Lopo Vaz de Sampaio	1526		
9	Nuno da Cunha	1529		
10	D. Garcia de Noronha	1539	3.º	»
11	D. Estevam da Gama	1540		
12	Martim Affonso de Sousa	1542		
13	D. João de Castro	1545	4.º	»
14	Garcia de Sá	1548		
15	Jorge Cabral	1549		
16	D. Affonso de Noronha	1550	5.º	»
17	D. Pedro Mascarenhass	1554	6.º	»
18	Francisco Barreto	1555		
19	D. Constantino de Bragança	1558	7.º	»
20	D. Francisco Coutinho	1561	8.º	»
21	João de Mendonça	1564		
22	D. Antão de Noronha	1564	9.º	»
23	D. Luiz de Athayde	1569	10.º	»
24	D. Antonio de Noronha	1571	11.º	»
25	Antonio Moniz Barreto	1573		
26	D. Diogo de Menezes	1576		
27	D. Luiz de Athayde	1578	12.º	»
28	Fernão Telles de Menezes	1581		
29	D. Francisco Mascarenhas	1581	13.º	»
30	D. Duarte de Menezes	1584	14.º	»
31	Manuel de Sousa Coutinho	1588		
32	Mathias de Albuquerque	1591	15.º	»
33	D Francisco da Gama	1597	16.º	»

Pela constituição do vice reino da India o mandato dos

nobreza do seu caracter, pela sua experiencia de navegador e guerreiro, e pela vastidão do seu saber, pelo seu amor ás boas lettras. Esse amor punha na sombra os dotes ingenuos do seu espirito; e esse asceta e amante mystico da natureza, qual o descobrimos nos seus escriptos, vestia a toga dos heroes antigos, para apparecer em publico na attitude classica do estylo dos seus papeis de Estado e do cortejo do seu triumpho em Goa. A preoccupação romana do XVI seculo em Portugal tinha em D. João de Castro um fervoroso sectario; e como o genio do viso-rei era de uma sinceridade candida, a affectação antiga tomava para elle as proporções de um culto. As suas phrases e gestos, copiados dos antigos heroes, não eram decerto uma mascara postiça, embora a nós se affigurem taes. Affonso de Albuquerque, porém, tinha no sangue a força de Alexandre; e a D. João de Castro só a imaginação fazia um Numa, e um Cincinnato. Mas a imaginação governava-o tanto, que lhe moldou o genio, tornando-o um exemplo vivo do poder que a educação moral é capaz de exercer sobre o temperamento. Esta construcção artificial do caracter produzia, comtudo, contradicções necessarias. O amor litterario da phrase, e o enthusiasmo da copia, arrastavam-no a cousas, senão ridiculas, extravagantes. Não ter em casa uma gallinha para

governadores durava tres annos, findos os quaes podiam ser reconduzidos por novo triennio, conforme succedeu a muitos, e se vê do rol supra. Com a nomeação do vice-rei iam em cartas fechadas e numeradas, as dos substitutos; e quando occorria a morte do governador abria-se a primeira *successão*, na falta do individuo ahi indicado, a segunda, etc. As datas acima inscriptas e a ausencia do titulo do viso-rei mostram quem governou por *successão*. O titulo de vice-rei, excepcional a principio, tornou-se inherente ao cargo de governador desde 1550.

comer, enfermo, e confessal-o com orgulho, era de certo misturar á honradez natural uma ponta de affectação. Quando pediu a Goa trinta mil pardaus para levantar a fortaleza de Diu, mandou os cabellos das barbas por penhor; mas, com o symbolo, era forçado a dar tambem uma provisão para o thesoureiro de Goa, adjudicando ao pagamento do emprestimo o rendimento dos cavallos. Todos os casos da sua vida sympathica demonstram a nobreza ingenita de um caracter, cunhado artificialmente pela educação litteraria.

Era este o homem capaz de engrenar a roda da decomposição do imperio oriental? Não, decerto. A sua propria grandeza na honra valia pouco, por ser affectada, embora não fosse fingida. Os homens positivos e corrompidos da India sorriam d'esse espectaculoso heroe; e, vendo ao mesmo tempo a ingenuidade candida e pura do seu espirito, confiavam descansados em que não lhes viria d'ahi mal algum para os seus interesses. A propria affectação *antiga* do viso-rei demonstrava a fraqueza do estadista; porque só uma alma ingenua podia ligar tamanho amor ás fórmas, e a ingenuidade jámais venceu nos governos. Integro, forte, e piedoso no seu fôro intimo, D. João de Castro era um heroe e um santo; mas nem essa fórma subjectiva do heroismo, nem a santidade, foram nunca os meios de travar o movimento de decomposição de uma sociedade, ou de a impellir no caminho do progresso. Para tanto, exigem-se as almas duras, os espiritos frios, sem escrupulos, de um João II, ou de um Pombal.

D. João de Castro não tinha em si os dotes de nenhum d'esses; e o seu governo ficou inutil como uma bella pagina de moral: á maneira do livro em que lhe escreveram a vida, e que é uma boa pa-

gina de rhetorica. (1) Ficou, porém, como um sincero protesto: esse é o seu valor social-historico. Ficou como um exemplo de bravura temeraria, attestada nos cercos de Diu — quando o sultão da Turquia (Soliman II) mandou de reforço quatro mil janisaros, ou *rumes* sob o commando do pacha do Cairo, em auxilio de Khuajeh Safar (Cogeçofar), o ministro do rei do Gujerât — mas d'esses exemplos abundavam; ficou, por fim, como um typo, ao mesmo tempo nobre e interessante, do caracter de um santo e da influencia da litteratura no genio dos individuos, ou antes nas suas acções.

Se é que alguem havia em Porrugal capaz de governar a India, o governo de D. João III demonstrou cegueira, escolhendo-o; ainda que, por distinctos que fossem os dotes de qualquer outro, é tambem facto que a empreza de levantar da anarchia o imperio do Oriente excedia as forças humanas, porque os vicios d'elle eram congenitos da sua existencia.

Ao terminar este rapido esboço da vida politica de Portugal no Oriente, convém mencionar a opinião do quarto viso-rei e as suas observações, transmittidas para Lisboa, em cartas ao monarcha. «Cá está tudo, escrevia, em estado que não ha mouro que cuyde haveis de ser de ferro para o seu ouro, nem christão que o creio.» E passava a enumerar o estendal das miserias. As armadas ficavam podres, que se desfaziam com as mãos; e não escapariam ao inverno, sem irem ao fundo. Nenhum dos soberanos do Oriente confiaria nem uma palha a um portuguez: a tanto chegára o descredito. Fôra um milagre trazer do reino á India, a salvamento, a esquadra em que viera. Todos os dias havia em

(1) J. Freire de Andrade, *Vida de João de Castro.*

Goa lançadas, revoltas e desafios, capazes de maravilhar até a propria Italia. Não havia soldado que não tivesse uma ou mais mancebas. Todos desobedeciam aos capitães, e cada qual se arvorava em chefe. Por causa das mancebas dos soldados havia revoltas e desastres em todas as náus. Nas Molucas, os nossos, depois de saquearem e roubarem as casas de um certo rei, pozeram-no a ferros e «forçaram suas mulheres com tamanhas desonestidades, que se não póde dizer a V. A. — Todos são ladrões, todos, sem excepção, chatins. As cobiças e vicios teem cobrado tamanha posse e authoridade, que nenhuma cousa já se póde fazer por feia e torpe, que dos homens seja estranha. E são mais as almas perdidas dos portuguezes que veem á India, do que se salvam as dos gentios que os prégadores religiosos convertem á nossa santa fé.»

IV

Summario da derrota. Volta ao reino

Anarchicamente iniciada, a occupação da India foi, de principio a fim, uma exploração anarchica. A politica maritima e commercial de D. Francisco de Almeida, o imperio de Affonso de Albuquerque, o virtuoso reinado de D. João de Castro, provaram egualmente impotentes para organisar o dominio portuguez no Oriente, de um modo regular e duradouro. Nem a arte, nem a força, nem o santo exemplo, poderam disciplinar a turba dos invasores da India.

Causas intimas, a que de passagem temos alludido, o impediam. A Renascença, apresentando aos homens um sem numero de idéas e impressões novas, desorganisando os systemas, as crenças, as instituições e todo o organismo das sociedades medievaes, abandonou o individuo aos impulsos desordenados da natureza, pondo ao mesmo tempo nos seus actos uma energia affirmativa até alli desconhecida. Heroismo pessoal e naturalista, uma grande explosão de força, a devassidão nos costumes e a anarchia nas idéas, eis ahi em que se resume, por este lado, a Renascença. A França, a Italia, a Hespanha, a Inglaterra e a Allemanha, isto é, a Europa inteira, offerecem ao observador caracteres de phisionomia bastantes para suppôr que, se a qualquer d'ellas tivesse cabido o destino de

occupar as Indias, o seu imperio não teria sido melhor nem peior do que foi o nosso.

Porventura, porém, ás nações protestantes que nos succederam com superior fortuna no Oriente poderia a rigidez fanatica ter cohibido um tanto, e o genio mercantil ter mostrado mais depressa os meios efficazes de explorar a india, sem a saquear. A nós faltavam-nos os dois requisitos. O catholicismo não era então — como o era a religião protestante — uma fé intima e absorvente: era uma convicção para uns, uma convenção para outros, uma conveniencia para muitos, e um desvairamento para os defensores intolerantes da fé. Havia decerto uma affirmação religiosa unanime e violenta; mas desapparecera a unanimidade ingenua e espontanea da crença, que radica as religiões. O catholicismo atravessára uma crise, de que saíra malferido; e a violencia com que se impunha, estava denunciando que ficára sendo, antes uma expressão de authoridade, do que uma expansão de sentimento popular. Isto fazia com que o povo, sem renegar o catholicismo, fosse caíndo n'um relaxamento; e que, ficando com a religião, deixasse de lhe dar significação ou importancia moral. Muita devoção e muita devassidão; eis ahi a concomitancia resultante, e universalmente provada pelos costumes das nações catholicas depois da Renascença.

Apesar do catholicismo, podemos, pois, dizer que não havia no dominio da India uma religião capaz de moralisar o imperio, embora houvesse exemplos de uma santidade heroica como a de Antonio Galvão, o apostolo das Molucas. Mas taes exemplos eram excepções, e faltando o primeiro elemento de ordem, quando os motivos sociaes não se tinham definido ainda de um modo sufficiente, o individualismo naturalista do tempo arrastava os

homens a todas as desordens, precipitava-os em todos os crimes; e umas e outros cresciam tanto mais, quanto maior era a força intima, o arrojo, a temeridade dos guerreiros. Sobre isto, a influencia dissolvente do clima, do luxo, da sensualidade oriental, veiu lançar a sua semente de corrupção; e o individuo, desarmado, sem crenças nem leis, vivendo ao bel-prazer dos seus instinctos e paixões, caíu n'um poço de ignominias, perdendo inteiramente a noção do proprio brio, da força, e tornando-se, de um pirata, em um chatim.

A estas causas geraes é necessario addicionar as causas particulares, provenientes da incapacidade fortuita dos governos em Lisboa; e porventura, se a India se tivesse descoberto meio seculo mais cedo, o genio politico de D. João II teria desde o começo evitado graves transtornos. D. Manoel e os seus conselheiros tinham para a India um plano só: exploral-a, e arrastar a Lisboa, por quaesquer meios, as riquezas do Oriente. Systema e programma de governo foram cousas desconhecidas; e assim vemos que a occupação muda de caracter com os successivos governadores, e ao sabor das idéas ou das inclinações de cada um d'elles. A India soffre de todos os inconvenientes dos governos electivos e temporarios, sem gozar das vantagens dos governos hereditarios; e é n'isso que se fundará sempre a accusação de incapacidade que a historia formúla contra o nosso dominio.

Porém essa incapacidade trazia raizes de mais fundo. Explorar o Oriente commercialmente á hollandeza, era cousa para que o nosso genio nos não chamava. Nos estadistas não houve a perspicacia bastante para medirem as differenças que distinguiam Portugal de Veneza, e as condições do commercio anterior do Oriente das condições em que

elle ia achar-se, desde que nós chegámos por mar, armados, á India. A geographia dera aos arabes o dominio indisputado dos mares das Indias; e era ella tambem que fazia dos venezianos os alliados do Turco, e de Veneza o emporio do commercio oriental. Para nos substituirmos na India aos arabes, na Europa a Veneza, tinhamos contra nós, não só a geographia, mas ainda e principalmente outra circumstancia. Indo despojar os arabes da sua preza, deviamos commerciar de armas na mão, manter poderosas esquadras n'esses mares longinquos outr'ora avassallados pacificamente por visinhos.

Estas causas naturaes, alliadas ás causas egualmente naturaes da falta de tirocinio commercial, produziram um genero de exploração, até certo ponto novo na historia; porque não é propriamente uma *razzia*, como as conquistas dos antigos persas ou assyrios, pois pretende ser um commercio; mas, como o commercio só póde fazer-se á sombra da fortaleza ou á vista da esquadra, as transacções andam sempre misturadas com pilhagens e mortes, com roubos e violencias. Isto dá aos nossos capitães da India uma phisionomia original na sua dualidade. Vê-se de um lado um mercador, como foram outr'ora os carthaginezes ou phenicios; mas vê-se no mesmo homem um soldado, como os de Cyro, ou Assurbanipal. (1)

Uma tal confusão de cousas, um tão grande cahos de elementos oppostos e idéas contradictorias, bastavam para arruinar breve e necessariamente o imperio; ainda quando, por sobre tudo isto, o caracter do portuguez, pouco vivo na sua audacia, bronco, cheio de orgulho ingenuo, mais temerario

(1) V. *Raças humanas*, II, pp. 185-91, e *Taboas de Chronol.*, pp. 45-9.

ainda que valente, presumpçoso e fanfarrão, não viesse accrescentar difficuldades; ainda quando o ar inebriante, os venenos adormentadores, as seducções perigosas, os vicios extenuantes do encantado Oriente, não viessem entorpecer os braços e perverter o espirito dos occupadores.

O padre Manuel Godinho, que estava na India pelo meiado do XVII seculo, dividia em quatro epochas a historia do nosso dominio oriental. A primeira eram os 24 annos do reinado de D. Manuel; a segunda os 35 do de D. João III; a terceira vinha de 1557 a 1600; e a quarta, finalmente, até á epocha em que elle viajava no Oriente.

Logo na primeira, o dominio portuguez conseguira alargar-se por todas as costas e ilhas, desde Sofala até Malaka; isto é, pela Africa Oriental, pela Persia, por todo o Hindustân, do Indo ao Ganges, e pela Indo-China. Algumas, poucas, cidades propriamente portuguezas, feitorias e fortalezas espalhadas por toda a parte, e a vassallagem dos soberanos em cujos Estados assentavam: eis ahi a fórma do nosso dominio. Goa e Malaka eram nossas; e tributarios da corôa portugueza os soberanos (independentes ou subalternos, porque o regime politico indigena era feodal) — o de Hormuz, na Persia; o de Tidore, nas Molucas; (1) o de Simhala; o das ilhas Malajas; o de Batukala (Batecalá), no Kanará; o de Kollan, em Karnataka, na extremidade austral da peninsula da India; e na costa de Africa, os de Malinda e de Quilua. Além d'estas suzeranias, algumas d'ellas consignadas apenas nos

(1) V. ácerca dos costumes dos indigenas, *Quadro das instit. primit.*, pp. 14-5, 158, 160-1, 174; e *Regime das riquezas*, pp. 56, 65, 85, 109.

tratados, varias fortalezas garantiam a vassallagem de outros territorios. A de Sofala era a primeira, para quem vinha do reino pelo Cabo; depois a de Sokotra na ilha d'esse nome, junto ao Jar-Hafun, dominando a embocadura do mar Vermelho; d'ahi Hormuz, na garganta do golpho persico; depois, na costa occidental da India, descendo para o sul, Chala, Anjediva, fronteira a Goa; Kananor, Kalikodu, onde Vasco da Gama primeiro aportou; Kadunguluru (Cranganor); Katchi, theatro das façanhas de Duarte Pacheco; e Kollam (Coulão), proximo do cabo Kumâri. Sobre as ilhas do oceano indico havia a fortaleza de Malaia (Maldiva), e a de Kolaambu (Colombo) em Ceylão; e finalmente, lá para os confins orientaes, Persaim (Pacem) no Pégu, (1) e Ternate nas Molucas.

Os annos do segundo periodo viram consolidarse estes dilatados dominios por meio de numerosas fortalezas que, completando o systema esboçado pelas antigas, bordavam de feitorias todas as costas. Na oriental da peninsula hindustanica, ou de Cholamandalam (Coromandel), levantaram-se os presidios de Nagapatan e de Mahabalipurum (Meliapor, S. Thomé). Completou-se a occupação da ilha de Ceylão por meio de fortalezas e coloniasfeitorias (2) de Jafanapatan, de Negombo, de Kalitura (Calaturé) e de Galla, na costa occidental; e de Pattikalo (Baticaloa) e Trinkonomali (Triquimalé), na oriental. Bassaim, Daman e Diu, além de outros pontos fortificados, asseguraram a costa de Kambai. Incessantes guerras, bem succedidas, abateram as revoltas, consolidaram dominios antigos, ou alargaram o imperio portuguez. Assim, a

(1) V. *Regime das riquezas*, p. 109.
(2) V. *O Brazil e as col. port.* L. IV, 3.

derrota final do Samudri de Kalikodu, do sultão de Kambai, do Shah de Vijajapur (Hidalcão), do Nizam de Ahmednagar (Melique, Isamaluco, Nisamaluco, ou Nisamoxá), garantiram a posse pacifica de toda a costa occidental da India, no Gujerât, em Kontana, no Kanará. As guerras da Indo-China firmaram o poder portuguez em Jadithani (Ujantama), no reino de Annam, e em Johor; em Bintang (Bintão), na ponta extrema da peninsula de Malaka; em Atchim (Achem), na ilha de Sumatra; e a submissão de todo o archipelago de Sunda até ás Molucas completou, por oriente, o imperio colonial portuguez, reproducção do velho typo grego e liby-phenicio. (1) Por occidente, os resultados eram menos decisivos; e se as duas costas que levam ao estreito de Bab-el-Mandeb se confessavam tributarias de Portugal, nem em Aden ao norte, nem ao sul, na costa de Adal, o nosso dominio era positivo. O musulmano guardava com ciume a porta do mar santo de Meka; e os mercadores arabes sabiam que, mais ou menos embaraçados, jámais seriam de todo expulsos do commercio da India, emquanto possuissem o mar Vermelho, onde os inimigos iam, sim, mas não conseguiam fixar-se. De arma ao hombro, na sua ilha de Sokotra, e a bordo das armadas que cruzavam no golpho do mar da Arabia, o portuguez espiava o armamento das esquadras de rumes e os comboyos das naus de Meka; mas não faltavam opportunidades para que umas e outras, astuta ou violentamente, conseguissem atravessar o estreito, entrando ou saindo para mercadejar ou combater.

No terceiro periodo conserva-se, não se alarga o dominio da corôa; ainda que na Africa oriental e

(1) V. *Hist. da rep romana*, I, pp. 183-91.

na costa do Malabar apparecem novos presidios. São, no Kanará, Barkuluru (Barcelor), Mangaluru (Mangalor), e Hanavare (Onor). Na Africa, pela derrota e morte do *rei* de Laum, a fortaleza de Patta; mais ao sul a de Mombas, e a da ilha de Pemba; e além do Zamgebar, já avassallado, Monomotapa, na costa de Moçambique. Afóra isto, funda-se ainda Sirian, no Pégu; e Hugli (Golim), em Bengala, sobre o delta do Ganges.

Porém o acontecimento mais grave d'este periodo foi a guerra simultanea do Adil-Shah contra Goa, do de Ahmednagar contra Chala, do Samudri contra Kalikodu. Os principes indigenas da India occidental, collocados contra o portuguez, foram porém batidos; ao mesmo tempo que o era o de Atchin (Achem) atacando Malaka; e que um pirata incommodo e celebre nos mares da India, o *Cunhalle* (Kunji-Ali-Markar), era degollado em Goa depois de tomado o seu forte de Pudepatan, d'onde saía ás prezas.

Apesar dos symptomas de decomposição, o imperio commercial portuguez attingia, no fim do XVI seculo, o seu apogeu. As frotas singravam, carregadas de preciosidades, até aos mares do Japão e da China, d'onde traziam a prata e o ouro, sedas e almiscar. Das Molucas vinha o cravo, de Sunda a massa e a noz, de Bengala toda a sorte de finissimos tecidos, do Pégu os rubis, de Ceylão a canella, de Mausalipatam os diamantes. Na pequena ilha de Manaar, junto a Ceylão, carregavam-se as perolas e aljofares; em Atchin, na Sumatra, o benjoim; das ilhas Malajas trazia-se o ambar; e Ceylão exportava elephantes, por Jafanapatan. Katchi contribuia com os angelins, tekas e couramas; toda a costa com a pimenta, e com o gengibre o Kanará. Nas ilhas de Sunda, Madurá fornecia o salitre,

Solor o pau, e Bornéo dava a camphora. De Kambai vinham o anil, o lacar, os tecidos; e Chala era celebre pelas suas baetas. Hormuz vendia os cavallos da Arabia, e as sedas e alcatifas da Persia: e, do outro lado do mar da India, a Africa dava em Sokotra o azebre, em Sofala o ouro, em Moçambique o marfim, o ebano e o ambar. Além dos preciosos carregamentos, além dos lastros de arroz do Kanará para mantimentos, e de pimenta que era um estanco regio, as náus da corôa levavam, de Diu, de Hormuz e de Malaka, as grossas quantias de dinheiro que n'esses tres pontos estrategicos se cobravam, pelos *cartazes* que ahi compravam os navios mercantes.

As causas de decadencia, tão antigas como a descoberta, mas avolumadas todos os dias, precipitaram porém a queda, logo que, pela união a Castella, Portugal se achou envolvido nas guerras com a Inglaterra e a Hollanda. Mais tarde ou mais cedo, de um ou de outro lado, é, porém, fóra de duvida que o dominio portuguez na India, corroido de tão grandes lepras, cairia, desde que os protestantes, maritimos e mercadores, seguissem caminho do Oriente, pelo cabo da Boa-Esperança, na esteira das náus portuguezas. Já por vezes piratas francezes tinham ido por ahi á India; e se, com o inglez, nem o hollandez lá fôra ainda, era porque lh'o impediam as condições e embaraços que, a religião para um, para o outro a independencia, levantavam na Europa. Batida a Hespanha pela Inglaterra protestante e pelas Provincias-unidas independentes, ambas estas nações, alliadas, iam batel-a na India, com a facilidade com que se vence um inimigo doente, mal apercebido, cheio de vicios e molestias.

Os que no meiado do XVII seculo observavam o

mperio portuguez, diziam no estylo pretencioso do tempo: «Está o estado da India tão velho que só o temos *por estado*. Se foi gigante é pigmeu. Se foi muito, não é já nada.» Era apenas Goa e Macau, Bassaim, Daman, Diu, Moçambique e Mombas. Já não havia armadas nos mares; e os hollandezes e inglezes, fomentando a rebellião dos naturaes, e auxiliando-os, substituiam-nos, como nós tinhamos substituido os arabes — mas com outra arte e muito juizo.

Uns preferiram a Indo-China, outros as partes occidentaes; e em cincoenta annos varreram das costas e ilhas os presidios e feitorias portuguezas. O inglez combateu ao lado do persa em Hormuz para nos expulsar, e o exito levantou todos os naturaes. O soberano do Arakan lança-nos fóra do Pégu, o de Bengala despede-nos de Hugli, perdemos assim Mahabalipurum e na contra-costa, Mangaluru, Barkuru, Hanavare, Chala, Kalikodu. A perda de Hormuz arrastou comsigo Maskat, com a qual se foram todos os estabelecimentos no litoral da Arabia até ao mar Vermelho; e desguarnecida a costa do norte, inutil era conservar Sokotra e os pontos fronteiros no Adal, que foram abandonados com Quilua em Africa, as ilhas de Malaja e Anjediva, e Passir (Pacem) em Sumatra.

Os hollandezes herdavam, do nosso imperio do extremo Oriente, tudo o que não voltava a caír no poder dos naturaes. Outro tanto succedia na India. Da Africa, Arabia, e Persia, isto é, das fronteiras occidentaes, ficavam-nos Mombas e Moçambique; (1) das fronteiras orientaes, o ponto isolado de Macau, já na China, e Solor; do centro, restavam apenas uma cidade e quatro fortes — memoria, mais do

(1) V. *O Brazil e as colon. Port.* (2.ª ed.), p. 36.

que dominio, em frente d'esses mares, onde já se não via tremular a bandeira porfugueza em poderosas esquadras como as de outro tempo.

Ambon, Tidor, Ternate nas Molucas, Malaka na sua peninsula, Madurá e toda a Sunda, eram hollandezas; os nossos antigos pontos de Ceylão — Kola-ambu e Kalitura, Negombo e Battikalo, Trinkonomali, Galla e Jafnapatan, com a ilha de Manaar visinha — pertenciam-lhe tambem; e nas duas costas da peninsula hindustanica tinham-nos tomado egualmente Negapatan de um lado, Kollam, Kadunguluru, Kananor, e Katchi, do outro. Abertamente se proclamava a queda do imperio portuguez, e até os mais infimos blasonavam. Um regulo do Arrakan escrevia nos seus estandartes: «Fatekan, senhor de Sundiva, derramador do sangue dos christãos e destruidor da nação portugueza!»

Tudo estava perdido, e a viagem terminada. Não havia outra cousa a fazer, senão voltar a casa: embarcar para o reino, com o producto das rapinas, dando a pôpa a esse mundo, onde a nossa missão terminára.

Cada capitão que, nos bons tempos, regressava da India, fazia outro tanto: cerrava as arcas atulhadas de ouro e pedrarias, arrumava a bagagem no porão, e largava as velas á náu, dizendo adeus para sempre ao Oriente!

Assim aconteceu em 1589 a D. Paulo de Lima, o que assolára Johor, na Malasia. (1) Foi em janeiro d'esse anno funesto que embarcou em Goa. Vinha rico; e a náu gemia com o peso do carregamento,

(1) V. *Hist. da republica romana*, II, p. 185.

abarrotada com um lastro de pimenta a granel, o convez atulhado de arcas, fardos e escravos. O capitão trazia comsigo a esposa e domesticos; e embarcaram com elle, de passageiros, numerosas pessoas: soldados de retorno, frades, clerigos e mulheres.

Como na India não havia estaleiros onde os navios podessem vêr o fundo e passar o calafeto, a náu, já velha e demasiadamente grande, voltava em mau estado. Ao embarque benziam-se todos e imploravam a protecção dos frades, lembrando-se dos muitos naufragios que o tamanho e má condição das náus multipticava todos os dias. Este contava que da esquadra de Kalikodu, no anno anterior, tinham desapparecido quatro náus com toda a gente, vindo um mastro com a cordoalha da enxarcia entrar pelo rio de Daman. Aquelle, que já tres vezes fôra á India, narrava o naufragio celebre da *Flamenga*, e chamava ás náus sepultura de homens, e vasos de desastres: e um, persignandose, contrito, dizia que as náus iam e vinham tão alastradas de peccados, que nas tormentas se ouviam falar os demonios claramente. Os religiosos não declaravam que fosse impossivel, mas recommendavam resignação e esperança no auxilio divino; intercalando nos seus discursos phrases breves, n'um latim sagrado. (1)

Entretanto a viagem seguia feliz com um ma bonançoso. Todos confiavam em que Deus não dei xaria de proteger um capitão piedoso como era D. Paulo de Lima. Isto, porém, não impedia que fossem commentando as tristes cousas do mar; e com tanta maior liberdade, que começavam a crer-se

(1) V. a estatistica dos naufragios *no Brazil e as colonias port.* (2.ª ed.), p. 34, *nota.*

salvos d'esses perigos, á medida que viam irem-se approximando do terrivel cabo da Africa. Asseguravam que nem um terço dos que embarcavam em Lisboa chegavam á India, e isto ninguem impugnava, por ser verdade reconhecida; e que a volta ao reino acabava os que as doenças da terra, a miseria e a guerra tinham poupado no Oriente. Era um sorvedouro de homens, era... De 700 a 800 que cada náu levava, só metade vinha a servir. Depois, queixavam-se dos calafates que lançavam os navios ao mar, mal feitos e mal vedados; e referiam os numerosos casos de agua-aberta, dentro do Tejo, em navios novos. Outros accusavam o modo deshumano com que se arrumava a bordo muita mais gente do que a lotação permittia: iam como carneiros, a monte, nas toldas, expostos ao sereno mortífero das noutes, sem camas nem para os enfermos, respirando o ar podre das cobertas: por estas causas havia o escrobuto, as febres podres, as dysenterias... como se não bastassem os perigos do mar e dos ventos! Na náu em que fôra á India D. Antonio de Noronha iam 900 pessoas: metade morreu na viagem. Além d'isso os capitães — era sabido — roubavam nos mantimentos, e para poupar, escolhiam generos da peior especie. Tudo ia avariado e podre, a agua corrompida. N'uma viagem de seis mezes, como a da India, abasteciam-se para cinco apenas: d'ahi resultavam fomes.

Estas conversas exaltavam muitas vezes os animos. Como punham nos crimes o nome dos réus, levantavam-se os partidos; e mais de uma vez houve rixas tão bravas, que o capitão se viu forçado a leval-os de roldão, para debaixo do castello de prôa; e os frades, atraz, de crucifixos nas mãos, prégavam paz e amor, com orações pausadas em latim.

Os fidalgos e religiosos, no chapiteu da pôpa, commentavam as queixas dos soldados, reconhecendo que, em verdade, tinham razão; e como eram mais letrados, ligavam os effeitos ás causas. A abundancia da pimenta e uma economia mal entendida tinham exagerado as dimensões dos navios, ainda por cima aggravada pelo excesso das cargas. Era funesta uma cubiça, causa de tantas victimas; mas o mal vinha de longe, desde o reinado de D. João III. Os navios, mal desenhados, de muito porão, e, por cima de tudo, abarrotados, não obedeciam ao leme, e eram ronceiros... Verdade seja dita, os antigos não tinham podido admirar as monstruosas carracas de sete e oito cobertas, com alojamento para dois mil homens e porões para mil tonelladas de carga. Cada um d'esses navios parecia um reino! Armavam peças de vinte tonelladas de peso e calavam mais de dez braças. O costado media cincoenta palmos acima do lume de agua á meia náu, e chegava a oitenta nos castellos á pôpa e á prôa. Os baileus, que os ligavam, tinham dois andares; e nos cestos de gavea cabiam dez ou doze homens, para manobrar os canhões pequenos: berços e sacres. Mas as carracas, observavam tambem, eram pessimas no mar: boiavam, não andavam. E um dos fidalgos velhos contava como era o *S. João*, o *Botafogo* em que fôra, em 1535, com a divisão portugueza, a Tunis, na expedição de Carlos V.

E por fim, esquecidos de males distantes, todos concordavam em admirar a grandeza de Portugal, onde havia sempre para mais de 400 navios de alto-bordo, além de perto de 2:000 caravelas e vasos menores... porque o tempo ia bonança, e o vento fresco levava-os rapidamente, pelo canal de Moçambique, direito ao Cabo.

Estavam em 26º quando, porém, quasi á vista da ponta austral de S. Lourenço (Madagascar), deram por uma agua que a náu fazia. Tudo correu aos porões, clamando contra os calafates, por cuja causa as náus se perdiam, andando pelo mar a Deus misericordia, por pouparem quatro cruzados. Afastando a carga, viram que a agua era na prôa, abaixo das escôas, ás primeiras picas: cuspia as estopas e as pastas de chumbo do fôrro, jorrando no porão, d'um torno tamanho que por elle cabia um punho. Mas, como o tempo estava bonança, não se affligiram demasiado, depois de terem vedado o rombo com saccas de arroz; e foram rumando para o sul, até 32º, a oitenta leguas da terra do Natal. Já levavam tres mezes de viagem.

Foi então que o vento rondou a sudoeste, o que os forçou a fazerem-se na volta do norte. O mar crescia, e com o quebrar das vagas a náu desconjuntava-se, e o torno da prôa, vedado com arroz, cedeu. Agua aberta e temporal desfeito: era um dia de juizo! Começaram a ouvir-se os demonios, e as mulheres a gritar em ais. Cada qual implorava o seu santo, a sua Nossa-Senhora, com uma fé simples e espontanea, beijando os relicarios e bentinhos, resando em voz alta, confessando em grita os seus peccados, arrepellando os cabellos, estorcendo-se nas ancias do medo da morte e do inferno. Occorriam os expedientes devotos e pediam-se milagres. O capitão levava a bordo uma cruz de ouro com uma particula do Santo-Lenho engastada: reliquia, fetiche, em que todos punham as maiores esperanças. Amarraram-na com um fio de retroz, ataram-na piedosamente a uma espia, lançaram-na pela pôpa, a vêr se moderavam a sanha do mar. A náu rolava com as ondas, o Santo-Lenho, seguro na pôpa, com um prégo para o afundar, se-

guia os balanços do navio. Milagre! milagre! exclamaram quando o céu aclarou, amainando o vento, parecendo socegar as ondas. Os homens — fidalgos, soldados e escravos, brancos, pretos, mulatos e amarellos, pozeram mãos á obra, confiando ainda na salvação. Havia seis palmos de agua no porão; mas apesar da ancia, revezando-se nos aldropes das bombas, não conseguiam vencel-a. Alijaram ao mar toda a carga do convez, para libertar as escotilhas e alliviar a náu que vinha abarrotada. Nos porões a carga nadava, e as pranchas de brazil, as pipas da aguada, e mais volumes, boiando, eram lançados pelos balanços do mar contra o costado, batido por fóra com violencia pelas ondas. O temporal recrescia; o Santo-Lenho não queria protegel-os! Era um inferno e um desespero de estrondos, com o assobiar sinistro do sudoeste na cordoalha das enxarcias. Como as bombas não vasavam os porões, estabeleceram forcas nas escotilhas, e por ahi tiravam a agua em barris, como de um poço. D. Paulo de Lima não fugia ao trabalho, puxando á corda como os escravos. Nem comer podiam; e os frades iam de uns a outros, com agua e biscoitos, matando-lhes a fome e a sede, combatendo o cansaço com exhortações, e recommendando contra a desesperança que confiassem na providencia de Deus...

Tres dias, desde 12 a 14 de março, conservaram a fé e os brios. Ao quarto viram que trabalhavam debalde. A agua já inundava a coberta, e só no convez se podia estar. As bombas não trabalhavam, entupidas com a pimenta a granel do porão; e só á custa do muito que iam alijando — todo o fructo das rapinas da India! — conseguiam que o navio não sossobrasse. Já tinham resolvido varar na terra; mas o temporal crescia sempre, e no

meio da cerração plumbea, não podiam governar-se. Para mais, uma vaga partiu o leme. O vento sudoeste vinha batido em salseiros rijos, que despedaçavam o panno. A pobre náu era um destroço, com que as ondas brincavam na sua furia. Assim estiveram, perdidos e já sem esperança, duas noites e um dia. De 14 para 16, os transes foram medonhos. Em montes, estendidos no convez, os homens, ou blasphemavam, ou se confessavam em voz alta, accusando todos os seus crimes, os roubos, as violencias, os estupros, as matanças da India, e pedindo em lagrimas, aos clerigos, que os salvassem das penas do inferno! As mulheres, pranteando-se, levantavam um choro de resas, lembravam-se dos seus santos favoritos, as *nossa-senhoras* particulares da sua devoção, fazendo votos e promessas. Os frades ouviam as confissões, absolviam, deixando semi-mortos, na confiança do perdão, os que antes clamavam em desespero, movidos pelo terror. E por sobre tudo isto os salseiros rijos do vento assobiavam nas cordas, bradando: morte! morte! «D. Paulo havia que aquelle castigo era por seus peccados.»

No dia 16 o tempo clareou um pouco; e no rumo de nor-nordeste que levavam, descobriram terra á prôa. A noute de 17 passou-se em afflicções e esperanças; mas quando amanheceu, e os olhos ávidos não poderam tornar a vêr a costa, decidiram formalmente deitar o batel ao mar. Logo todos se precipitaram no barco, ainda suspenso nos apparelhos. A ancia de viver enlouquecia-os; e D. Paulo em pé sobre o batel, com a espada e a adaga em punho, defendia-o, acutilando os invasores, como n'uma abordagem. O seu abatimento, a sua fraqueza, a sua desesperança, apagavam-se, varridos pela aurora derradeira. Repellidos os homens, o batel desceu e

poisou no mar. Depois veiu remando, pela pôpa da náu, para receber pela varanda os fidalgos, suas mulheres, e os frades: o commum dos infelizes tinha a bordo um tumulo feito. Com os balanços da náu e o impulso da vaga, o batel ameaçava despedaçar-se a cada momento contra o costado; e as mulheres desciam, penduradas em cordas de lançoes e pannos, até ao mar, onde as apanhavam.

Os do batel gritavam, desesperados por partir, porque a gente era demais e o barco afogava-se; os da náu gesticulavam, bradando em furia para que os salvassem. Uma escrava, com o filho da senhora nos braços, mostrava-o de bordo á mãe que lh'o pedia, exigindo que a salvassem, se queriam salvar da morte a creança. E os marinheiros condemnavam, em altos gritos e phrases insultuosas e obscenas, D. Paulo e os fidalgos, pelos abandonarem cruamente a uma morte miseravel. Mais difficil fôra o naufragio da nau *Santiago*, no baixo da India, e tinham-se salvado todos em jangadas. Não abandonassem os infelizes, lembrando-se apenas de si, os fidalgos malditos! Havia tempo para formar uma jangada, onde todos iriam, guiados pelo batel.

N'este desespero infernal e no meio da explosão de egoismo feroz houve um unico heroe: um frade que não saíu de bordo, sem ter confessado todos os condemnados. Absolvidos, lançou-se ao mar, e foi a nado agarrar-se ao batel que se afastava pesadamente: o habito salvou-o, porque os do barco não ousavam repellir o sacerdote, como repelliam a golpes os mais que vinham a nado. Na imminencia da morte, escrupulisavam de matar um padre.

Por toda essa noute de angustias, o batel vogou nas aguas da náu: os remos não podiam vencer a força das ondas, e o vento arrojava-o para o mar. A carga era demasisada, e reconhecendo isto, dei-

taram fóra seis homens; depois mais seis, ficando de 110, em 98, ao todo. A bordo da náu havia mais de outro tanto.

Condemnados a uma morte inevitavel, já confessados e absolvidos, estavam resignados. Ainda tinham formado duas jangadas, que o mar logo devorou: e depois d'isso unanimemente resolveram morrer, a bem com Deus. Os do batel viam no escuro da noute as luzes das velas accesas ao retabulo da *nossa-senhora* do castello da pôpa, (1) diante do qual, prostradas de rastos, com os cabellos desgrenhados, chorando, as escravas resavam. Os homens faziam procissões sobre o convez, cantando ladainhas e hymnos. Pela manhã viram o batel tão perto que chegaram á fala; e pediam ainda que os salvassem com vozes tão profundas e piedosas, que mettiam medo e terror.

Finalmente, n'um clamor de gritos e n'uma columna de fumo, espadanando a agua, a náu sossobrou: no alto do capitel da pôpa a escrava, com a creança nos braços, mostrava-a á mãe, desolada no batel. A náu sossobrou, enterrando comsigo os homens, as mulheres e «as cousas da India, adquiridas pelos meios que Deus sabe».

A viagem da India não terminou aqui. O imperio submergiu-se, mas os salvados foram arrastando ainda, pela arenosa costa, uma vida de miseria e perdição...

O batel foi dar á terra em 27°20′ sul, na terra dos *fumos*, a que os cafres chamam Macomata, a Zuluandia. Desembarcaram, os restos da náu da

(1) V. *Hist. da republ. romana*, I. pag. 194.

India; e achou-se que tinham 5 espingardas, 5 espadas e um barril de polvora. Eram ao todo 98. Dos remos fizeram contos de lanças, e ferros das verrumas dos carpinteiros. Formaram em columna, seguindo costa em fóra, em demanda de Lourenço Marques.

A' frente ia um frade com a cruz alçada; depois D. Pedro de Lima com metade da gente e das armas, na cauda o capitão da náu com o resto; e, entre ambos, as mulheres, umas de pé, outras em andores levados por marinheiros e grumetes, e feitos com os remos e velas do batel. Seguiam a columna bandos de cafres, com quem por vezes tinham de pelejar, e que fugiam rebolando-se no chão e em gatinhas, como bogios aos saltos. Dormiam na areia ao relento; comiam alguma cousa que apanhavam, principalmente os caranguejos da praia; levavam os pés empolados e em chagas... Em tamanha miseria se tornára o antigo imperio com que tinham andado pela India, pela Arabia e por Johor, em Malaka!

Na altura de 26° 30' depararam com os restos das jangadas da náo *Santiago*; uma sorte commum esperava, no regresso, todos os que vinham da India; e esses desastres eram os da nação, que em massa embarcára, e agora em massa tambem naufragava. «Estas desventuras e outras, diz o chronista, que cada dia se vêem por esta carreira da India poderam servir de balizas aos homens, principalmente aos capitães de fortalezas, para n'ellas se moderarem com o que Deus á boa mente lhes dá, e deixarem viver os pobres».

Os naufragos, miseraveis e famintos, internaram-se em Manhica, achando nos cafres a protecção e carinho que negavam no Oriente aos naturaes. Dispersaram-se em varias direcções, indo uns por

mar a Inhàmbane; e na ilha de Inhaca, D. Paulo «caío em cama, ou para melhor dizer, no chão», e morreu...

Não eram, porém, sómente as ondas que, punindo a desordem e a avidez, tragavam os navios podres e abarrotados; eram tambem os nossos inimigos, cruzando nos mares da India, que apresavam as náus portuguezas, como outr'ora nós tinhamos apresado as dos arabes e egypcios.

Cornelio Honteman, perseguido pela Inquisição de Portugal, fôra para Amsterdam, e publicára o que sabia das viagens da India, incitando os hollandezes com as perspectivas de grossos lucros. Em 1595 partiu de Texel a primeira frota hollandeza que dobrou o cabo da Boa-Esperança; e já em 1591 os inglezes tinham feito uma viagem á India. Em 1602 fundou-se a companhia hollandeza das Indias orientaes: foi no primeiro quartel do XVII seculo que o imperio portuguez caiu.

Tudo se desmoronava de um modo simples e rapido. As esquadras perdiam-se inteiras; e tantas desgraças abatiam os animos antigos, a ponto de tornarem a covardia tão vulgar, como eram de antes a audacia e a bravura. Entre outros casos, conta-se o de um philippebote hollandez tomando um galeão que montava dobrada artilheria e guarnição. Em 1591 e 92, de 22 navios de alto bordo saídos da India, só duas náus chegaram ao Tejo, porque vinham vasias por velhas. Quer á ida, quer á volta, os cruzeiros inimigos caçavam as nossas frotas; e a destruição do poder maritimo portuguez garantiu para todo o sempre a destruição consummada do imperio do Oriente.

Essa louca viagem, sem pilotos habeis, terminava por um breve naufragio; e os mares que, no seculo XV nós vencemos com tamanha audacia, vin-

gavam-se, no XVI, do nosso atrevimento. Rasgáramos as nuvens do Mar Tenebroso; mas, para além dos seus confins, fômos perder-nos no seio dos nevoeiros prognosticados pelos geographos arabes, no meio das trevas da nossa perversidade. A natureza offendida punia-nos com a morte; e o destino implacavel retribuia-nos todos os males com que tinhamos flagellado o proximo.

FIM DO TOMO PRIMEIRO

INDICE

DO

TOMO PRIMEIRO

HISTORIA DE PORTUGAL

TOMO II

J. P. OLIVEIRA MARTINS

OBRAS COMPLETAS

I. Historia nacional:

HISTORIA DA CIVILISAÇÃO IBERICA, 4.ª ed. (1897), 1 vol. br. 700 rs. Enc. 900.
HISTORIA DE PORTUGAL, 7.ª ed. (1908), 2 vol., br. 1$400 rs. Enc. 1$800.
O BRAZIL E AS COLONIAS PORTUGUEZAS, 4.ª ed. (1888), 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.
PORTUGAL CONTEMPORANEO, 4.ª ed. (1907), 2 vol., br. 2$000 rs. Enc. 2$400.
PORTUGAL NOS MARES, (1889), 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.
CAMÕES, OS LUSIADAS E A RENASCENÇA EM PORTUGAL (1891), 1 vol., br. 600 rs. Enc. 800.
NAVEGACIONES Y DESCUBRIMIENTOS DE LOS PORTUGUESES (*ed. do Ateneo de Madrid*, 1892), 1 vol. (não entrou no commercio.)
A VIDA DE NUN'ALVARES, 2.ª ed. (1894), 1 vol., br. 2$000 rs. Cart. 2$400. Enc. (folhas doiradas) 3$200.
OS FILHOS DE D. JOÃO I, 2.ª ed., 2 vol., br. 1$400 rs. Enc. 1$800 rs.
O PRINCIPE PERFEITO, (1895) 1 vol., br. 2$000 rs. Encad., folhas doiradas, 3$200

II. Historia geral:

ELEMENTOS DE ANTHROPOLOGIA, 4.ª ed. (1895), 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.
AS RAÇAS HUMANAS E A CIVILISAÇÃO PRIMITIVA, 2 vol., br. 1$400 rs. Enc. 1$800 rs.
SYSTEMA DOS MYTHOS RELIGIOSOS, 2.ª ed. (1895) 1 vol., br. 800 rs. Enc. 1$000.
QUADRO DAS INSTITUIÇÕES PRIMITIVAS, 2.ª ed. (1893) 1 vol., br. 700 rs. Enc. 900.
O REGIME DAS RIQUEZAS, 2.ª ed. (1894), 1 vol., br. 600 rs. Enc. 800.
HISTORIA DA REPUBLICA ROMANA, 2.ª ed., 1897, 2 vol., br. 2$000 rs. Enc. 2$400.
O HELLENISMO E A CIVILISAÇÃO CHRISTÃ, 2.ª ed., 1 vol. br. 800 rs. Enc. 1$000.
TABOAS DE CHRONOLOGIA E GEOGRAPHIA HISTORICA, (1884), 1 vol., br. 1$000 rs. Encadernado 1$200.

III. Varia:

A CIRCULAÇÃO FIDUCIARIA, 2.ª ed., 1 vol. br. 800 rs. Enc. 1$000 rs.
A REORGANISAÇÃO DO BANCO DE PORTUGAL, *opusculo*, (1877) br. 150 rs.
O ARTIGO «BANCO» no *Diccionario Universal Portuguez*, (1877), 1 vol., br 500 rs.
POLITICA E ECONOMIA NACIONAL, (1885), 1 vol., br. 700 rs.
PROJECTO DE LEI DE FOMENTO RURAL, *apresentado á camara dos deputados na sessão de 1887*, 1 vol., br. 300 rs.
ELOGIO HISTORICO DE ANSELMO J. BRAAMCAMP, *ed. part.* (1886), 1 vol. (esgotado).
THEOPHILO BRAGA E O CANCIONEIRO, *opusculo*, (1869) esgotado.
O SOCIALISMO, (1872-3), 2 vol., br. 1$200. (Esgotado)
AS ELEIÇÕES, *opusculo*, (1878), br. 200 rs.
CARTEIRA DE UM JORNALISTA: I. *Portugal em Africa*, (1891), 1 vol., br. 400 rs.
A INGLATERRA DE HOJE, CARTAS DE UM VIAJANTE, 2.ª ed., (1894), 1 vol., br. 600 rs. Enc. 800.
CARTAS PENINSULARES, (1895), 1 vol. br. 600 rs. Enc. 800 rs.

HISTORIA

DE

PORTUGAL

POR

J. P. OLIVEIRA MARTINS

Setima edição

TOMO SEGUNDO

1908

PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA

LIVRARIA EDITORA

Rua Augusta — 44 a 54

LISBOA

HISTORIA DE PORTUGAL

LIVRO QUINTO

A catastrophe

(DYNASTIA DE AVIZ (continuação) 1500–80)

Corre sem vela e sem leme
O tempo desordenado
D'um grande vento levado.

CAMÕES, *Redondilhas: O Tempo*.

I

A côrte de D. Manuel

A conquista da India encheu de ambições o animo ostentoso do rei D. Manuel. Queria tambem figurar entre os primeiros soberanos da Europa, intervir de um modo conspicuo na politica internacional; e para isso resolveu mandar a Roma uma embaixada, tão faustosa que deslumbrasse o mundo. Ao Salomão papal enviava o imperador de Sabá um tributo de cortezia, que era ao mesmo tempo um escudo de pretenções. Menos de quatro seculos andados tinham bastado para que o rei de Portugal, o antigo humilde vassallo da Egreja, se apresentasse hoje, não aos pés, mas em frente do throno papal, vestindo o manto roçagante de um imperio constellado pelas corôas do Oriente.

O rei de Portugal queria que se proseguisse no concilio de Latrão, na reforma dos abusos da Egreja, porque «desde o tempo do papa Alexandre sexto havia na côrte de Roma muita soltura de viver e se dava dissimuladamente licença a todo o genero de vicio, de maneira que grandes peccados se reputavam por veniaes», diz Goes. «Amoestar o papa, continúa, e pedir-lhe que quizesse pôr ordem e modo na dissolução de vida e costumes e na expedição de breves, bullas e outras cousas que em a côrte de Roma tratavam, do que toda a Christandade recebia escandalo», eis ahi a causa de uma embaixada anterior, e um motivo tambem da ostentosa missão de agora. Queria, porém, mais elrey que se lavrasse entre os principes christãos uma liga contra o Turco; queria ainda que o clero portuguez contribuisse com uma collecta para as despezas da India; e que o padroado de todas as egrejas do Oriente ficasse á Ordem de Christo, cujo mestrado andava com a Corôa portugueza. Sobretudo, o rei queria mostrar ao mundo o que valia e o que podia, ostentando a sua riqueza em Roma, ahi onde o seu embaixador tinha de pagar tudo a peso de ouro — salvo os *martyres*. Miguel da Silva annunciava a offerta de uma canonisação *gratis*.

A embaixada, confiada a Tristão da Cunha, partiu de Lisboa em janeiro (1514), e foi recebida em Roma em março. Era uma procissão magnifica, e o fausto espectaculoso do rei portuguez conseguiu deslumbrar essa côrte de Leão X onde se reuniam os primores da civilisação da Europa.

Partiram, primeiro, da porta del Populo, trezentos cavallos guiados á redea por outros tantos azemeis, vestidos de seda, e os cavallos cobertos por mantos de brocado com franjas de ouro. Seguia logo a turba da creadagem, e após ella os portu-

guezes de Roma, seculares e ecclesiasticos. Depois iam os parentes dos embaixadores, ostentando o luxo desvairado d'esses tempos: chapeus de plumas bordados de perolas e aljofar, grossos collares e cadeias de ouro cravejado de pedras preciosas, armas tauxiadas com embutidos e lavores, sedas, velludos, rendas, anneis; montando cavallos de raça, ornados de fitas e jaezes de preço. Eram mais de cincoenta os fidalgos; e atraz do brilhante esquadrão via-se, primeiro, uma companhia de bésteiros de cavallo, depois os officiaes da casa do papa, com a sua guarda de honra de archeiros suissos e lanceiros gregos, a pé.

A cavallo, os musicos da embaixada portugueza e trombeteiros e charameleiros do papa, reunidos, abriam a segunda metade, mais singular, do prestito capitaneado pelo estribeiro do rei, Nicolau de Faria, que montava um cavallo cujos arreios eram esmaltados de ouro cravejado de perolas.

Um elephante, recamado de xaireis preciosos, levava, na sua torre, o cofre onde ia o pontifical offerecido por D. Manuel ao papa; e um nayre da India, vestindo os seus trajos de seda, ia governando o animal docil «tão formoso, sendo mui feio, que era cousa gentil de vêr.» Depois do elephante, n'um cavallo da Persia, montado por um caçador de Hormuz, ia deitada na anca uma onça domesticada. Estes animaes, dois leopardos em carros, encerrados em gaiolas, e o pontifical magnifico, eram as páreas que, dos seus dominios orientaes, o rei enviava ao papa. Morreu n'outra viagem o rhinoceronte, destinado a representar a Africa, mas foi depois empalhado para Roma; não chegando porém lá as quintaladas de cravo, de pimenta, de canella, de gengibre, de malagueta, carregação da náu que naufragou em Genova.

Depois das páreas, a embaixada formava um grupo deslumbrante de riqueza. Garcia de Rezende, o secretario, era seguido pelo rei d'armas de Portugal, com a sua cota vestida, e pelos masseiros do papa que precediam os embaixadores. Tristão da Cunha a cavallo «tão posto e tão poderoso com seu chapeu de perolas que matava todos de gentileza» vinha entre o duque de Bari e o governador de Roma; Diogo Pacheco entre o bispo de Nicosia e o embaixador de Allemanha, o conde Alberto Caspio; e João de Faria entre o bispo de Napoles e o sabio Guilherme Budeo, embaixador do rei de França. Depois seguiam os embaixadores de Castella e de Inglaterra, da Polonia, de Veneza e de Milão, de Lucca e de Bolonha, cada um com seu bispo ao lado, e marchando em columna, aos pares.

Havia seculos, desde o antigo Imperio, que a Italia não vira um elephante, e a novidade espantosa correndo por toda a peninsula trouxera gente de muito longe. Havia quem estivesse em Roma desde mezes esperando o grande dia, e as ondas de povo alastravam o chão anciosas: «Não sei contar a V. A. por onde vim, que eu não via outra cousa senão gente, sempre gente». O dia amanhecera chuvoso, mas aclarou depois, e nas ruas, nos palanques, nos telhados das casas, nos balcões, por toda a parte, o negrume do povo se estendia a perder de vista.

Boa terça parte da população de Roma, por trinta mil pessoas, andava nas ruas para vêr o desfilar do prestito; e ao rumor, aos vivas, ás exclamações do povo, juntavam-se o estrondo das salvas de artilheria, e o cantico metallico dos sinos de todas as egrejas, repicando e dobrando com furor. Chegada a procissão em frente do castello de

Sant'Angelo, o papa, com os seus cardeaes, appareceu na varanda a recebel-a; e o elephante, molhando a tromba, como hyssope, n'uma bacia de agua perfumada, aspergiu por tres vezes, primeiro o papa, depois o povo Singular ceremonia, extravagante sacerdote!

A' agua abençoada de virtudes mysticas, Roma preferia as essencias do Oriente; e um elephante de Ceylão valia muito mais, para a sua curiosidade naturalista, do que o funebre acolyto, á entrada da nave obscura do templo christão. A Egreja triumphante era acclamada na varanda de Sant'Angelo.

E' verdade que D. Manuel pedia, ou affectava exigir, que se reformassem os abusos da cleresia, que se moralisassem os costumes, e intimativa com Gil-Vicente:

> **Freirae o carão que trazeis dourado,**
> **O presidente do crucificado:**
> **Lembrae-vos da vida dos santos pastores**
> **Do tempo passado!**

Mas se Leão x, o magnifico papa, não quiz ouvil-o, é fóra de duvida que o esplendor da embaixada traduzia, mais o amor pagão da vida, do que o fervor mystico da pobreza virtuosa, da caridade humilde do christianismo legendario.

Não foi mais feliz o rei na pretenção que tinha de intervir nas pendencias internacionaes da Europa, propondo a liga contra o Turco, e advogando a idéa chimerica da Edade media, em que se abrazava o mysticismo hespanhol. (1) O rei levava n'isto, porém, um motivo interesseiro, porque abater o sultão na Europa era libertar a sua India das esquadras dos rumes do Egypto. Ninguem já na Eu-

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 199 e segg.

ropa tinha odio ao Turco; e D. Manuel podia ostentar a riqueza oriental, mas não podia impôr a sua vontade á Italia, á França, á Allemanha — como o fez mais tarde Carlos v, o grande imperador. «Nem se fez o Concilio, nem se reformaram as cousas da Egreja, nem menos se poz em obra a guerra contra os turcos».

A embaixada ficaria como uma opera magnifica, uma exhibição deslumbrante da riqueza oriental, uma satisfação esteril da vaidade portugueza, se o papa não accedesse ás outras pretenções da corôa. Conseguiu-se o padroado pedido para a Ordem de Christo, cousa facil; obteve-se a collecta das terças dos rendimentos ecclesiasticos; e além d'isso a Cruzada, que o nuncio trouxe, e na execução da qual, diz Damião de Goes, «por mau resguardo, culpa e demasiada tyrannia dos officiaes d'ella, foi o reino muito avexado, e sobre tudo a gente popular, a quem faziam tomar por força as bullas, fiadas por certo tempo, no cabo do qual, se não pagavam, lhes vendiam seus moveis e enxovaes, publicamente em pergão, por muito menos do que valiam: pela qual deshumanidade os mais dos executores d'esta cruzada houveram mau fim».

Não era, decerto, repetindo em casa o que já levantava as cóleras e indignações daEuropa, que o rei podia obrigar o papa a reformar a Egreja; antes a venda das bullas trazia para Portugal o fermento de um protesto, que o espirito da nação não podia, é verdade, fazer levedar.

As questões religiosas, acordadas na Europa, tinham em Portugal um caracter particular. Na Peninsula, a constituição acabada do poder monarchico — obra em que o rei D. Manuel trabalhou com

affinco (1) — dava ás nações uma cohesão organica

(1) Na serie de phenomenos que caracterisam a politica centralisadora, iniciada por D. João II e seguida por D. Manuel, está em primeiro logar o abandono das convocações de côrtes nacionaes Essa instituição, cujas origens e historia o leitor conhece (V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 54-7, e 169-73) vivera de um modo mais ou menos regular durante a primeira dynastia; mas a sua edade aurea é a primeira metade do reinado dos monarchas de Aviz (João I, D. Duarte, Affonso V; 1385-1478). A nova dynastia, nascida de um movimento popular, era legitima filha da nação: e as côrtes, onde ella se achava representada, collaboravam permanentemente com os reis no governo do Estado. A frequencia das suas reuniões, a força das suas reclamações, a variedade dos logares onde se reunem, estão provando quanto a sua acção era geral e constante. Os precedentes dos dois reinados anteriores, e os creditos adquiridos, chegam a levar a assembléa de 1438 a decidir que haja reuniões ordinarias annuaes; e se tal cousa vingasse, as côrtes ter-se-hiam tornado entre nós um verdadeiro poder legislativo, á moda dos modernos. Não vingou, porém; e a condição das cousas, alterando as noções correntes sobre a origem do poder politico, determinou a decadencia gradual das côrtes, até ao ponto de se reunirem apenas para receber os juramentos e confirmar a posse da corôa pelos imperantes.

Eis aqui o catalogo das côrtes nacionaes durante a segunda dynastia:

Reinado de D. João I.—1385, Coimbra.—87, Porto, Coimbra, Braga.-89, Lisboa.—90, Coimbra.—91, Evora, Vizeu e Lisboa.—94-5, Coimbra.—98, Porto, Coimbra.—1400, Coimbra.—401, Guimarães.—404, Lisboa.—406, Santarem.—408, Evora.—410, 12, 14, Lisboa.—16, Estremoz.—17, Lisboa.—18, Santarem.—27, Lisboa.—30, Santarem.

Id. de D. Duarte.—1434, Leiria e Sant,—35, Evora e Leiria.

Id. de D. Affonso V.—1438, Torres-novas.—39, Lisboa.—41, Torres-vedras.—42, 4, Evora.—46, Lisboa.—51, Santarem e Lisboa.—55, 6, 9, Lisboa.—60, Evora.—65, Guarda.—68, Santarem.—71, Lisboa.—72, 3, Coimbra, Evora.—75, Evora, Arronches.—76, Lisboa.—77, Montemór-o-novo.—78, Lisboa.

Id. de D. João II.—1484, 2, Evora, Alvito.—83, Santarem.—90. Evora.

Id. de D. Manuel.—1495, Montemór-o-novo.—98, Evora, Lisboa.—99, 502, Lisboa.

Id. de D. João III.—1525, Torres-novas.—35, Evora.—44, Almeirim.

Id. de D. Sebastião.—1562, 3, Lisboa.

Id. de D. Henrique.—1579, Lisboa.—80, Almeirim.

Para as outras causas de constituição do poder absoluto dos monarchas, V. *Hist. da civil. iberica*, liv. III, 3 4—V. tambem *Hist. da republ. romana*, I, pp. 450-1.

bastante, para impedir as revoluções anarchicas da França e da Allemanha, a cuja sombra medrava o protestantismo; e esta circumstancia favorecia as tendencias, evidentemente catholicas, do espirito collectivo. Por outro lado, a questão dos judeus complicava os problemas da reforma da religião, dando força á ortodoxia; porque o povo, sendo contra esses herejes, (1) de uma especie diversa, é verdade, encontrava, porém, n'isto mais um motivo para condemnar todo o genero de heresia.

A estas causas devemos juntar o ardôr mystico da côrte castelhana, que o rei D. Manuel, sem o partilhar, servia, na esperança de vir a herdar esse throno cubiçado, accrescentando mais a influencia que os felizes acontecimentos ultramarinos exerciam no animo de todos. Como seria condemnada por Deus a sabedoria de homens, a quem a Providencia galardoava todos os dias e de um modo inaudito? O céu abria-se em milagre: e a nação por elle favorecida protestaria? Nunca. Entre os pedidos geraes de reforma da Egreja, formulados por Gil-Vicente nos seus *autos*, por Damião de Goes, o amigo dos *humanistas*, por todos e pelo proprio rei; entre esses pedidos e o *protesto* mystico dos allemães, ha uma distancia que nem sempre se mede bem. E como havia de Portugal protestar, se, para que as revoluções, quer religiosas quer politicas, rebentem, é indispensavel o aguilhão da miseria: e o reinado de D. Manuel via abrir-se o thesouro do Oriente, que parecia inexgotavel?

D. João II tinha acolhido em Portugal os judeus foragidos de Castella; e D. Manuel protegera-os até ao dia em que casou. A expulsão dos judeus foi o preço por que julgou pagar o imperio da Pe-

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 263-9.

ninsula. Inconsequente e dubio na sua politica, oscillando entre o bom-senso e a ambição, obedecendo agora ás suas opiniões, logo arrastado pelos clamores do povo, o rei tornou-se réu das matanças que no principio do seculo molharam em sangue tantas terras, e mais do que todas Lisboa em 1506. O odio aos judeus era tradicional em toda a Hespanha: Portugal não fazia excepção. Já no seculo XIV as côrtes pediam a D. Pedro (1361) que não désse logar aos judeus de sua terra de onzenarem, reclamando que «lhe deem logares aguizados pera saa morada e esto medez se estenda nos mouros». D. João II acolhera os expulsos de Castella, mas as côrtes não cessam de pedir leis de excepção para essa gente que suja o povo: que não usem vestidos ricos e só trajos por que sejam conhecidos (1482); que não sejam rendeiros das rendas reaes, nem tenham officios publicos, nem sejam feitores de nenhumas pessoas (1490). O povo, para o qual os assassinos de Christo eram réprobos, temia n'elles a habilidade e as artes com que, enriquecendo, desgraçavam o trabalhador. Esta velha questão chegava agora a uma crise. (1)

Um dia, o rei D. Manuel tomou para si o papel de Heródes, e como um satrapa mandou arrancar aos paes e baptisar todos os filhos menores de quatorze annos, «a qual obra não tão somente foi de grão terror misturado com muitas lagrimas, dor e tristeza dos judeus, mas ainda de muito espanto e admiração dos christãos». Ao mesmo tempo, n'um praso breve, os judeus haviam de receber o baptismo, ou embarcar em navios que se lhes não davam. Era um choro, uma afflicção desoladora, e Lisboa parecia uma Babylonia com as turbas dos captivos

(1) V. *Regime das riquezas*, p. 190.

eleitos de Jehovah. Os malsins furavam pelas ruas, farejavam pelas casas á busca das creanças; as mães escondiam os filhos no seio, fugiam clamorosas, caíam desgrenhadas soluçando. Muitas preferiam afogar os innocentes, arremeçando-os do seio ao fundo dos poços ou ás aguas do rio. E a desolação era tanta que os proprios christãos davam guarida aos infelizes perseguidos.

Por outro lado, em Lisboa, onde, para embarcar, os judeus tinham vindo de todo o reino, os Estáos da Ribeira apresentavam o aspecto de um acampamento antigo. Albergadas em barracas as familias, vinte mil judeus esperavam as náus de embarque, contando hora a hora o prazo da redempção. Esse prazo correu, sem virem as náus; por isso foram todos convertidos á força, porque os teimosos ficavam captivos. Este baptismo forçado, causa de tantas desgraças posteriores, revela a politica dubia e falsa de um governo que não tinha a coragem purista do castelhano, depois de ter perdido o bom senso e a humanidade dos tempos anteriores. Deshumanos, os actos eram ao mesmo tempo cobardes, pois o chronista diz com franqueza que se procedia assim com os judeus por serem párias, sem rei nem terra, não se podendo já fazer outro tanto aos mouros, com medo das represalias dos soberanos mahometanos.

De tal modo se originou a crise que teve na éra de 1506 o seu primeiro episodio tragico.

As fomes dos annos precedentes, a peste que lavrára no outomno anterior e victimava, já na primavera mais de cem pessoas por dia, enchiam de afflicção o povo da capital, que buscava uma causa a tamanhas desgraças. D. Manuel tinha fugido da peste, para Evora. O castigo tremendo, que a cólera divina impunha sem piedade, não podia ter

outro motivo senão a criminosa protecção concedida aos judeus. Baptisados, mas não convertidos, eram uma viva e impune blasphemia; e todos os seus actos religiosos outros tantos sacrilegios. Dèus estava, decerto, offendido; e por isso castigava sem dó. E o pobre povo soffria tamanhas miserias por causa d'esses malditos que insultavam Deus dentro do seu templo sagrado, fingindo orar e commungando! Eram só estas accusações vagas e mysticas? Não eram. O baptismo forçado dos judeus tornára mais grave ainda o problema economico da sua existencia. «Depois que tiveram nome de christãos, diz Damião de Goes, poderam tratar em muitas cousas que pelo direito canonico expressamente lhes eram defezas — das quaes uma era não arrendarem os bens das egrejas nem nenhumas novidades, do que se seguia não haver n'aquelle tempo tantas vezes carestia de mantimentos como houve depois que elles começaram a tratar n'isso, fazendo alevantar o preço ás novidades da terra».

A 15 de abril tinha havido uma procissão, com muitos votos e lagrimas, pedindo a cessação do flagello; e todas as noutes, em S. Domingos, se faziam preces publicas. Houvera um milagre, a 19, domingo de Paschoela: a custodia do lado do *Senhor* apparecera illuminada; mas um hereje ousou rir, dizendo que um pau secco não podia fazer milagres. Isto fez transbordar a ira de todos, e o tumulto começou fulminante. O impio foi tirado pelos cabellos de rastos, para fóra da egreja, e logo alli morto e lançado a uma fogueira.

Os mercadores dos arcos do Rocio, desde a Bitesga até S. Domingos, fecharam as lojas — onde vendiam as cassas de Hollanda, os pannos de linho cadequim da India, rendas, tranças, franjas e passamanarias — vindo em pessoa, com os seus escra-

vos pretos e mouros, engrossar o tropel. A multidão corria por debaixo d'essa arcada, que limitava por Oriente o Rocio, abrangendo o Hospital e o dormitorio do convento de S. Domingos, amontoando-se ás portas da egreja, onde o borborinho era grande, e um frade, de crucifixo em punho, prégava, exaltando o furor religioso da turba.

As mulheres agitavam-se colericas pronunciando ditos obscenos, palavras descompostas, á mistura com as expressões de refinada devoção e de um fervente beaterio. Incitavam os homens á matança; e, do pulpito, o frade, oraculo do céu, definia com palavras os sentimentos da multidão. Os judeus eram a causa da fome, eram a causa da peste! De cruz alçada, saindo da egreja, os frades vinham clamando «Heresia! Heresia!» concitando o povo á matança.

Já houvera sangue, já crepitava o lume; e a côr rubra e os primeiros ais dos moribundos exacerbaram, como a um touro, a furia da plebe, açulada pelos sermões dos frades energumenos. Desencadeou-se a tempestade, rebentando n'uma hora a colera reunida em muitos seculos. Cresceram as fogueiras no Rocio e na Ribeira; e os bandos iam caçar pela cidade os judeus escondidos, invadindo as casas. Traziam-nos ás manadas de quinze ou vinte, amarrados, feridos, cuspidos, semi-mortos; e lançavam-nos, aos montes, nas fogueiras. As chammas crepitavam, e os gritos dos moribundos conseguiam ouvir-se por entre o vozear da plebe. Os sinos dobravam a rebate, chamando os fieis á matança. Viam-se os homens despirem-se, para mostrar que, não sendo circumcisados, não podiam ser judeus; porque o furor da plebe já a arrastava a queimar tudo, n'uma fogueira que purificasse os ares pestilentos. Além d'isso as vinganças pessoaes

e o roubo soltavam-se á vontade no meio da desordem. Queimavam-se os infelizes porque os tinham assassinado, e assassinavam-se porque se não deixavam roubar. Ao saque de Lisboa tinham corrido as tripulações dos navios do Tejo: e mais de quinhentos marinheiros flamengos e outros; e na faina do roubo e da matança andavam gentes de todas as nações e côres, invadindo as casas, violando as mulheres, e incendiando. No primeiro dia, domingo, não faltou gente: matou-se meio milhar. Na segunda-feira eram já mil e quinhentos os que andavam na faina da matança. As justiças tinham fugido, o povo escondera-se, os judeus aferrolhavam as portas, e emquanto os escravos acarreavam lenha para as fogueiras, os bandidos assaltavam as casas com vaivens e escadas. Arrancavam as creanças do collo das mães desesperadas, e, tomando-as pelos pés, esmagavam-lhes os craneos tenros contra os muros. As casas escorriam sangue, que se precipitava pelas escadas, vindo reunir-se em poças nas ruas. Havia um cheiro nauseabundo de carne queimada, risadas ferozes no rosto dos pretos, e olhares terriveis na face macillenta dos frades, que prégavam ás esquinas das ruas. Os desgraçados corriam ás egrejas perseguidos, rojavam-se nos altares abraçados aos santos e ás reliquias, e d'alli eram levados á fogueira arrastados pelos sicarios. Na segunda feira mataram-se mais de mil. Na terça acalmou a furia «porque já não achavam quem matar». Tres dias e duas noites durou a orgia; e no fim contavam-se mais de trezentas pessoas queimadas, mais de duas mil mortas, e não se sabe quantas mulheres, chorando com amargura a sua viuvez, a sua orfandade, a sua miseria, a sua deshonra.

O rei acudiu com tropas, abriu devassa e enfor-

cou muita gente; entre essa, frades. Os marinheiros de bordo velejaram barra em fóra com os roubos nas mãos tintas de sangue; nas esquinas das ruas havia forcas; na fogueira acabaram os dois frades concitadores, e Lisboa pela sua fraqueza foi desauthorada dos seus fóros. O rei puniu o que não soubera prevenir; e insistindo na sua indifferença, ou na sua fraqueza, fez com que as scenas de Lisboa se reproduzissem periodicamente por todo o reino.

Os *fumos* da India, como dizia Affonso de Albuquerque, não deixavam pensar a côrte senão em enriquecer e gozar. Pouco importavam essas miseraveis questões de judeus, quando dia a dia chegavam do Oriente os preciosos carregamentos e as noticias das victorias estupendas. Se Leão x alcunhava o rumor da Allemanha de invejas fradescas, o cesar de Lisboa olhava com o mesmo desdem da opulencia para as miseraveis rixas da plebe. Meditava na embaixada a Roma, para espantar o mundo; e calculava as proporções do seu imperio, quando reunisse, a Portugal Castella, e ás Indias do oriente as do occidente. Affonso de Albuquerque trouxera-lhe o elephante e o cavallo persa com o seu caçador de Hormuz, a onça e os leopardos, que ia enviar ao papa!

Occupado a calcular os lucros da sua fazenda da India, mercador e apaixonado pelas ricas alfayas preciosas, como um Medicis, D. Manuel tratava os seus capitães como feitores; e com um espirito acanhado de negociante, ouvia todas as intrigas e usava do seu poder de rei para satisfazer os seus caprichos. Injusto e ingrato, era pequeno e cruel: Goes fala dos alvarás-de-espera, uns em

contrario dos outros. D. Francisco d'Almeida escrevia da India ao rei: «Se cada dia cá hade armar uma invenção, sem informação do que cá vae, perder-se-nos-ha tudo em pouco».

O rei queria ser absoluto, além-mar, como o era em Portugal, desde que resumira em si todas as soberanias da Edade-media, unificando a legislação, reformando os foraes, levando a cabo a obra do seu predecessor. Este, porém, se prezava os *rhetoricos*, Diogo Sigêo e Cataldo o siculo, a quem regalou «montão, pelote, calças de menim, jubão de setim e um barrete», fôra todavia um estadista, e os seus actos obedeciam a planos de governo. D. Manuel era um ser mediocre, para quem o mandar não passava de uma satisfação e de um gozo tão mesquinho e pouco nobre, como as delicias de sybarita opulento cuja vida, sem ser uma orgia, era apenas um deleite, e o reinar, em vez de officio espinhoso, um molle abandono aos gostos delicados. A côrte portugueza era n'essa epocha um paraizo de delicias faceis: a existencia moldava-se no typo das côrtes italianas, com excepção das orgias de punhal e veneno. O paço era um theatro: o rei comia, adormecia, ouvia os conselheiros para tratarem dos negocios publicos, ao som de musicas permanentes. De todas as partes da Europa lhe vinham cantores e musicos extremados a quem fazia grandes partidos; tinha bandas de charamelas, saca-buchas, cornetas e harpas, tamboris e rebecas, atabales e trombetas; tinha menestreis mouriscos que cantavam e tangiam em alaúdes e pandeiros. Emquanto ceiava, dançavam os moços-fidalgos do paço, e os chocarreiros castelhanos diziam disparates intencionaes, como todos os bobos. Rara era a noute sem folia; havia danças e concertos; havia saraus preciosos em que o rei lia gravemente as chronicas

dos seus maiores, revendo-se todo na sua gloria: ou assistia ao esgrimir pedante do alfobre das litteratas da côrte, a infanta D. Maria, Anna Vaz, as Sigêas e as Hortensias; ou escutava os autos em que Gil-Vicente, fulminando o clero, era applaudido pela côrte *humanista*, ainda não inspirada pelo mysticismo funebre de D. João III.

Esta inferioridade do rei fez com que elle não soubesse imprimir ao dominio do Oriente o caracter de um imperio, pondo-se a commerciar por sua conta, como faziam em Carthago os oligarchas da republica, e agora, em Veneza, os doges mercadores. Guardou para si o monopolio de certos generos da exportação; e, da importação, a pimenta era privilegio seu. O Brazil e a Africa ainda rendiam pouco ou nada para o Thesouro (1), mas a India estava em plena sazão de receitas. Orçava por vinte mil quintaes só a pimenta que vinha cada anno, produzindo o melhor de um milhão de cruzados: afóra isto havia os rendimentos do Estado, e para a nação os lucros de um commercio opulento. E quanto á metropole, os redditos *bem fectos*, *forros* de toda a despeza, attingiam duzentos contos. Garcia de Rezende diz que vemos no reino

> As rendas tanto crescer
> Que agora o vemos render
> Duzentos milhões de reaes
> India e Mina não entrando.

Lisboa avantajava-se em riqueza, em pupulação; o Tejo via-se coalhado de navios de todas as nações, que vinham trazer e levar os productos de todo o

(1) V. *O Brazil e as col. port.* (3.ª ed.) p. 34.

mundo. Os mercadores, operando sobre os grandes valores dos carregamentos asiaticos,

> **Venderam junto em um dia**
> **Em drogas, especiaria,**
> **Setecentos mil cruzados.**

Damião de Goes diz que viu «muitas vezes na casa da contratação da India mercadores com saccos cheios de dinheiro de ouro e prata para fazerem pagamento do que deviam; o qual dinheiro lhes diziam os officiaes que tornassem o outro dia, por não haver tempo de o contar.» O commercio do Oriente fazia-se, ou por mar, livremente; ou com os naturaes, á sombra da protecção dos sultões; ou por contractos (á maneira depois seguida pelos hollandezes) com os soberanos locaes; era este o systema adoptado na costa do Malabar, em Kananor, em Katchi, e em Kollam, bem como na ilha de Ceylão.

Apesar das desordens e das pestes, (1) Lisboa contava mais de cem mil habitantes, porque a immigração era abundante, do reino e de fóra d'elle. Irregular nas suas ruas tortuosas, e tão estreitas que muitas vezes os carros esmagavam contra os muros quem passava, a cidade tinha na rua nova dos Ferros uma arteria, que era ao mesmo tempo o coração da sua vida commercial e o da sua vida brilhante. (2) Contava cerca de vinte lojas de pannos, trinta de sedas e outras fazendas, treze de mer-

(1) Os cataclismos de toda a especie, incluindo os terramotos, fazem de Lisboa uma cidade, cuja população se tem renovado successivamente, alimentando-se com a immigração de provincianos e de estrangeiros. Não ha fixidez de typo em cidades assim; e por isso, apesar dos milhares de negros, que, depois dos judeus, se misturaram com a população, seria um erro dar importancia organica a qualquer d'estes elementos, para determinar a phisionomia da população em epochas ulteriores. — (2) V. *Hist. da repub. romana*, I, p. 382.

cearias e especiarias, nove boticas, onze livreiros, e mais de cincoenta sirigueiros e ourives. A' porta dos bazares dos homens de negocio, naturaes e estrangeiros, pavoneavam-se os casquilhos; e todos os prestitos e procissões desfilavam por essa arteria opulenta da cidade. Ahi pulsava o coração da capital, feito de luxo e devoção; ahi se cruzavam os trajos variegados e as cores diversas das gentes remotas que as conquistas traziam a Lisboa. Perpassavam as pretas com as canastras da limpeza á cabeça, ou vendendo agua por conta dos senhores: havia milhares d'ellas em Lisboa. Perpassavam os mendigos rotos e os fidalgos vestidos de seda. Corria a multidão n'um sentido, e ouvia-se o rumor surdo de um prestito: era o rei, que vinha de passeio, com o seu cortejo asiatico. A' frente apparecia a ganga, rhinoceronte da Africa, depois, como montanhas, os cinco elephantes das cavallariças do rei, recamados de xaireis de brocado, depois, n'um cavallo da Persia, o caçador com a onça, como na embaixada papal, por fim o rei e a côrte, cavalgando, cercados e seguidos pelas bandas de atabales e clarins. Era um rei da Europa? era um rajah da India? ou um soldão de Babylonia?

O cortejo deslumbrante sumia-se, e certas vezes a rua-Nova tinha um outro aspecto oriental. Na quinta-feira santa desenrolava-se á noute a funebre procissão sagrada em que iam trezentos *irmãos* com vestes pretas, e muitos mais penitentes, oitocentos, um milhar, disciplinando-se a escorrer em sangue. Ouviam-se preces e gemidos clamorosos, viam-se crucifixos erguidos e homens com barras de ferro aos hombros, ou cruzes de madeira ou de pedra, como Jesus na sagrada paixão. Ao lado dos penitentes iam os que levavam as bacias de vinho cozido para molhar as disciplinas «porque lhes

apertem as carnes», e mulheres com bocetas de marmelada e cidrão, dons das fidalgas, para os que desmaiavam no caminho. Por entre a lugubre procissão fuzilavam baças as luzes das candeias e das tochas enfumadas, e de espaço a espaço, no negrume da noute, oscillavam no ar phantasticamente as chammas dos pharoes de fogo erguidos em varas altas. (1)

Lisboa apresentava o aspecto duplo de uma orgia de mercadores e de uma penitencia de fakires: os dois lados do genio como que africano da sua gente appareciam; e a tragedia que se representava no Oriente, tinha um ecco nas scenas da capital — como em Carthago, quando os phenicios, mercadejando por todo o Mediterraneo, adoravam nos seus templos Mylitta e Ball. (2)

O tempo, corrompendo o imperio, havia de atrophiar a riqueza, exacerbar a devoção e apagar o que restava d'essa semente de cultura iniciada pelos filhos de D. João I e ainda protegida ao depois, até que a vinda dos jesuitas a perverteu. O commercio traduzia um serio movimento da intelligencia. Calculava-se que os livreiros vendiam para cima de vinte mil cruzados por anno; e o valor do papel recebido de França, de Veneza e de outros logares, não importava em menos. De toda a Europa acudiam a Lisboa os productos das suas varias industrias. Eram as escarlatas de Veneza e Valencia, os razos de Florença, as sarjas de Flandres, as marlotas de Constantinopla, as sedas de Napoles, os velludos de Genova, os damascos de Lucca, os coraes, o cinabrio, o arame, e os espelhos de Veneza, que só o rei podia mandar para a India.

(1) V. *Systema dos mythos relig.*, p. 306. — (2) V. *Hist. da repub. romana*, pp. 135-6, e II, p. 23-5.

Todos os generos da Europa e os productos do reino, o vinho, o azeite, os pannos, vinham a Lisboa, para embarcarem para o Oriente; mas o que mais chamava ao Tejo os armadores de toda a parte, o que fazia acudir os curiosos e os ricos aos bazares da rua-Nova, eram essas preciosidades que as náus da India traziam constantemente. Além dos carregamentos de pimenta e de arroz, vinham as especiarias: o cravo das Molucas, a noz e massa de Banda, o gengibre de Kollam, a canella de Simhala, para os vastos armazens á borda do rio, d'onde eram baldeados nos navios de todas as nações da Europa. Os generos preciosos constituiam um commercio de grande valor: era o marfim da Guiné, em Africa; eram as sedas da China e os tapetes da Persia, o ambar das ilhas malaias, o sandalo de Timor, as tekas e couros de Katchi, o anil de Kambay, o pau de Solor, as cambraias de Bengala, o ebano, o borax, a camphora, a laca, a cera, o almiscar de Hormuz; e as porcellanas curiosamente pintadas com vivas côres, sobre a massa leve e transparente. As pedras e metaes preciosos completavam, por fim, o catalogo dos productos orientaes reunidos em Lisboa. Sofala e Sumatra mandavam o ouro e prata; o Japão e Manaar as perolas, que tambem vinham de Kalchar; o Pégu os rubis, e toda a India os diamantes. De Hormuz recebiam-se directamente os cavallos da Arabia e da Persia.

Na embriaguez de tamanhas riquezas, quem podia ouvir o grito lancinante do judeu queimado? quem se atreveria a affirmar que a nação se arruinava? que os campos se despovoavam? que a miseria crescia? e que o rei de Portugal tão opulento, era de facto um pobre pedinte?

Tal foi, porém, a verdade, logo no reinado de D. João III. As rendas do thesouro não chegavam para custeiar as despezas publicas; e o rei, a braços com falhas enormes, esmolava emprestimos successivos em Flandres, e em toda a parte, sem saber como havia de pagar os juros exorbitantes, que cada dia mais aggravavam o estado da sua fazenda. Já em 1534 D. João III devia «por juros vencidos, dividas das casas da India e cambios de Frandes» quatro annos das receitas do reino, ou oitocentos contos. Tres annos depois, os «cambios dos dinheyros tomados a emterese» em Flandres, chegavam a cento e vinte mil cruzados. Em 1543 esses *dinheyros* só por si representavam já quasi tanto como a divida total de nove annos antes: excediam setecentos contos. (1)

Era verdade que a India produzia muito, mas absorvia immenso. O Oceano tragava esquadras, subvertendo milhões e milhões de cruzados. Não menos de 32 náus se tinham perdido nos trinta annos, desde que durava o novo reinado (1521-51). O abandono de Arzilla e das mais praças de Africa não teve outro motivo, senão a penuria da nação, em dinheiro, e tambem em gente. D. João III, obedecendo á tradição humanista iniciada pelos filhos de D. João I e querendo egualar nos estudos superiores as nações da Europa central, reformára a Universidade de Coimbra, contratando professores e dotando-a generosamente: mas o reino já não podia com tamanho encargo. «Os gastos da Universidade tiraram demasiado pela fazenda real, e disso havia queixas por sobejarem estudantes e faltarem soldados.»

Já se calculava que a população do reino bai-

(1) V. *Regime das riquezas*, pp. 196-8.

xára de metade: de dois a um milhão de almas; o que não admirava, pois saíam annualmente para as Indias mais de 8:000 homens válidos; e a população rural definhava, vergada ao peso de uma miseria funebre. Fomes successivas tinham dizimado tambem a população. Em todo o anno de 21 não choveu, e no seguinte a miseria lavrava por todo o reino. Lisboa regorgitava de pobres e morria gente de fome pelas ruas, sob os alpendres das casas. As terras pareciam cinza, e em vez de sulcos de arado viam-se fendas e gretas da seccura desoladora. Por uma semana não houve pão: comia-se carne e fructas. Em 35 voltou segunda ou terceira fome, a que o rei acudiu mandando comprar cereaes em Dantzig e na Flandres.

Os preços ordinarios do trigo tinham triplicado, e a carne era um objecto de luxo: cada arratel valia 8 a 10 reaes, isto é, 240 a 300 réis do preço actual. O alqueire de centeio custava o equivalente de 300 a 400 réis; ao passo que o trabalhador rural, com cavar á enxada todos os dias, de sol a sol, não ganhava mais de metade. Não lhe dando o trabalho para comer, mendigava; e ia de porta em porta, pelas casas fidalgas, pelos conventos e passaes dos prelados, pelas commendas, conezias e abbadias, pedir que lhe matassem a fome. Garcia de Rezende nota assim o encarecimento do pão:

> **Vimos em Evora valer**
> **Os moios de pão iguaes**
> **Quinze, vinte mil reaes:**
> **Agora os vemos vender**
> **A setenta mil e mais.**

«Não ha paiz onde as cousas sejam mais caras do que em Portugal», dizia o belga Cleynarts. Por um florim em Louvain, notava, tinham-se mais

cousas, do que por um ducado aqui. A agricultura estava inteiramente abandonada, os escravos desempenhavam todos os serviços domesticos, e os estrangeiros todas as industrias. Os portuguezes viviam indolente, luxuosa, e miseravelmente. O belga, nem por 25 ducados ao anno, podia obter uma creada em Lisboa; e todo o serviço domestico era feito por negros e mouros captivos. Os escravos, em numero de dez mil, representavam a oitava parte da população da capital; e seus donos faziam d'elles creação para venda, como se foram bestas. Em Evora, os negros eram mais do que os brancos; e o belga, que vinha de Salamanca, onde tivera casa farta, á moda do seu Brabante, dizia-se transportado a uma cidade do inferno.

A emigração dos naturaes, a incessante importação de negros de Africa, (1) alteravam a phisionomia da população, e Garcia de Rezende escrevia:

> **Vemos no reyno metter**
> **Tantos cativos crescer,**
> **E irem-se os naturaes,**
> **Que, se assim for, serão mais**
> **Elles que nós, a meu ver.**

As manadas de escravas, creadas como rebanhos, pervertiam os costumes; «e Venus, dizia o belga, merece em toda a Hespanha o nome de *publica*, como em Thebas, e mórmente em Portugal, onde é raro ver um mancebo contraír uma ligação legitima». Esta desordem concorria decerto para diminuir a população. O rei dera a um fidalgo o exclusivo das casas de prostituição em certa villa do Algarve.

(1) V. *O Brazil e as colon. port.* (2.ª ed.) I. II, 1; o trafico da escravatura; pp. 58-63, a escravisação dos negros africanos; *Hist. da repub. romana,* I, p. 385, e *Inst. primit.,* pp. 286-9.

A corrupção desvirtuára todas as qualidades do caracter nacional. A justiça era um mercado, no reino e na India; e a nobreza ingenita, que além se traduzia em ferocidade, traduzia-se em Portugal n'um luxo impertinente e miseravel. Era uma ostentação, já não era um orgulho ingenuo. As classes sociaes estavam confundidas, e os plebeus olhavam com desdem as profissões mecanicas, para irem á India batalhar, afidalgar-se. Não haveria barbeiros, nem sapateiros, nem artifices, se não fossem os de fóra. As mulheres, sempre na rua, a pavonear-se, ou a correr as egrejas em devoções, não tinham mais utilidade pratica, dizia o belga, do que a lingua e aquillo que lhes dá o titulo de casadas.

«Se eu quizesse seguir o uso do paiz, accrescentava, poria mula e quatro lacaios, jejuando em casa». O typo do fidalgo pobre era tão commum e tão ridiculo, que andava nas comedias, conforme se vê em Gil-Vicente:

> **Trazeis seis moços de pé**
> **E acrescentae-los a capa**
> **Coma rei, e por mercê,**
> **Não tendo as terras do papa,**
> **Nem os tratos da Guiné,**
> **Antes vossa renda encurta**
> **Coma pano de Alcobaça**
> **.........................**
> **Todo o fidalgo de raça**
> **Em que a renda seja curta**
> **He por força qu'isso faça.**

Para satisfazer a vaidade dava tratos ao estomago:

> **Vem tão ledo: — Sus! cear!**
> **Como se tivesse quê.**

E a carestia dos viveres reduzia-o a pão e agua e rabanetes, quando os havia na praça:

> **Toma um pedaço de pão**
> **E um rabão engelhado**
> **E chanta n'elle um bocado,**
> **Coma cão.**

O pobre mordia-se de inveja, diante do luxo insultante do que tornava da India rico, e se passeava na rua-Nova com um estado oriental. Precediam-no dous lacaios, seguidos por um terceiro com o chapéu de plumas e fivelas de brilhantes, um quarto com o capote, e, em roda da mula, preciosa de jaezes e luzidia, um quinto segurava a redea, um sexto ia ao estribo amparando o sapato de seda, um setimo levava a escova para afastar as moscas e varrer o pó, um oitavo a toalha de panno de linho para limpar o suor da besta, á porta da egreja, emquanto o amo ouvia missa. Eram todos, oito escravos pretos, vestidos de fardas de côres agaloadas de ouro ou prata.

Se a nobreza ingenita e o orgulho do caracter se tinham transformado em uma vaidade miseravel, tambem a doença entrára na fé. A devoção, tornando-se em hypocrisia ingenua, e o mysticismo em embriaguez carnal, tinham exagerado o numero dos frades e clerigos, por não haver mais farta nem rendosa vida:

> **Somos mais frades que a terra**
> **Sem conto na christandade.**

E a plebe tonsurada acompanhava pelos prostibulos e tabernas a ralé da gente devassa e inutil:

> **He cura no Lumiar**
> **Sochantre da Mealhada**
> **Arcypreste de canada**
> **Bebe sem resfolegar.**

Na aristocracia do clero os defeitos eram outros. Elegantes, sabios, requintados, os grãos-senhores da Egreja praziam-se em orgias de ordem diversa. A embriaguez do mysticismo molle entontecia, nas capellas reconditas, forradas de sedas, com lampadas de prata cinzelada e alvos Christos de marfim sobre cruzes de ebano. Era ahi que se ouviam as confissões mysteriosas das fidalgas, e se rezava á noute o rozario mystico por fios de perolas de Manaar: um encanto! E o imperio terrivel com que era governada a cidade christan, á imitação do despotismo da cidade civil, enchia de authoridade os padres-mestres da Egreja, sanctificando-lhes todas as cruezas e perfidias de que usavam para converter e submetter o fiel omisso e o christão-novo impenitente.

O mysticismo não resistia á corrupção geral, e se se tornava externamente uma furia, começava já no intimo a desenhar aquelle estado puerilmente senecto que, para além da educação dos jesuitas, vamos vêr pronunciar-se claramente no nosso seculo XVIII. Do tempo de D. João III já Garcia de Rezende, coevo da primeira camada dos homens da India, dizia:

> Agora vemos capinhas
> Muito curtos pellotinhos
> Golphinhos e sapatinhos
> Fundas pequenas, mulinhas
> Gibõesinhos, barretinhos
> Estreitas cabeçadinhas
> Pequenas nominasinhas
> Estreitinhas guarnições
> E muito mais invenções
> Pois que tudo são coisinhas.

O diminutivo impera, a gente amesquinha-se, a nação decáe.

II

A inquisição (D. João III)

A inquisição, ardentemente desejada e pedida por D. João III ao papa, estava fundada; e se a creação do tribunal era o unico meio de conter e moralisar os furores fanaticos da turba, e de evitar o systema de matanças e pilhagens do reinado anterior, é fóra de duvida que os nervos da nação, já flascidos e pobres, não podiam usar, de um modo relativamente justo, a arma terrivel que lhes era confiada.

Os desejos do rei e dos seus acolytos eram sinceros e desinteressados: mas o estado moral das classes directoras era tal, que a instituição appareceu podre, desde todo o principio. Nem a tortura, nem as fogueiras propriamente a condemnam, porque esses processos eram communs ao direito penal contemporaneo. Os que identificam a crueldade com o habito dos dominicos, não se lembram de que antes de haver Inquisição, quando os processos de heresia corriam pelas mãos dos bispos, a crueldade era tão grande como foi depois. Em 1548. em Gôa, sob o governo de Martim Affonso de Souza, que presidia com o seu ouvidor á meza secular, e que por parte da justiça civil confirmou a sentença: em 1548, diziamos, o arcebispo, prede-

cessor dos inquisidores, condemnava um réu de heresia a ser queimado vivo, consentindo, porém, piedosamente, que, se se retractasse... o afogassem.

Não é pois a crueldade que condemna a Inquisição, mas sim o facto de constituir em poder do Estado uma funcção até então exercida de um modo mais ou menos regular, mas não consagrada ainda n'uma instituição particular. Não innovou: deu, porém, corpo, unidade e sancção, a processos que anteriormente se seguiam já. Tornou systematico e constitucional o uso que se fazia dos meios perfidos, atacando frente a frente a humanidade, a familia, o caracter, a virtude: triturando o homem em tudo o que ha nobre no espirito, em nome de uma razão-d'Estado transcendente. A Inquisição foi uma policia com authoridade de tribunal; e se já nos repugnam os meios immoraes da policia, que será quando esses meios são um poder, e não um instrumento? quando servem para condemnar, e não para elucidar e preparar apenas, de um modo indirecto e méramente prévio, o juizo do tribunal?

Tal era o vicio organico da Inquisição; e não só da nossa, como de todas essas instituições nascidas do espirito mystico que, á maneira do cesarismo no Estado, sacrificavam as garantias do individuo, quebrando todas as mólas moraes que levantam o homem na sociedade. E d'este vicio organico, inherente ao proprio principio, provinham logo as consequencias funestas: a ferocidade cruel e a devassidão natural dos cesarismos e dos mysticismos. Ponha-se, agora, nas mãos de uma sociedade corrompida até á medula, a arma terrivel de um poder absoluto e irresponsavel em si, e sem limites moraes nem legaes nos seus meios, e conceber-se-ha como a Inquisição portugueza, nascida do

seio das torpes negociações de tantos annos, (1) appareceu logo á nascença podre, qual miasma de uma lagoa infecta.

Os seus processos infringiam todas as regras elementares da justiça e do bom-senso. Os delatores serviam de testemunhas; os filhos depunham contra os paes, os paes contra os filhos; o réu não podia communicar com os defensores, nem conhecia quem o accusava; a delação era applaudida e a espionagem considerada uma virtude. Os *familiares* insinuavam-se nas familias, como medicos, confessores, intimos e conselheiros, para captarem os segredos e os delatarem. Na sentença não havia revisão, nem appellação. Nas prisões não havia prasos preventivos, e o encarcerado jazia mezes, annos, todo o resto da vida muitas vezes, ignorante do crime de que o accusavam. Armavam-lhe laços e perfidias para o perder. Mettiam-lhe no carcere pessoas subornadas, que se diziam tambem pacientes, para o afagarem e se condoerem da sua miseria. Ganha assim a confiança, começavam as confidencias: a Inquisição era um horror, uma peste! E se o miseravel, perdido, applaudia, estava condemnado. Para lhe obter a confissão de faltas, imaginárias frequentemente, os inquisidores fingiam enternecer-se, promettiam perdões, ajudavam, seduziam, até que o miseravel confessasse o que fizera, ou não fizera.

Esta especie de tortura era muitas vezes mais dolorosa do que a outra; e os infelizes encarcerados chegavam a considerar um céu o calabouço negro, onde lhes não era dado, nem vêr, nem falar, nem gemer, nem chorar, sob pena da chibata do verdugo. No seio da treva e do silencio absoluto,

(1) V. *Hist. da civil. iberica*, (3.ª ed.) pp. 271-6.

nem bem sabiam se viviam ou tinham morrido, e, como idiotas, deixavam-se ficar estendidos no chão, immoveis, no antro dos seus sepulcros.

Cada vez que a porta do carcere se abria, estremeciam de medo, ou de uma esperança meio-apagada. Levavam-nos amarrados á casa dos tormentos; e emquanto iam descendo as escadas tortuosas, onde os gritos se perdiam abafados, o juizo ardia-lhes, confundiam-se-lhes as idéas, já não distinguiam do real o supposto; começavam a crer-se monstros, a acreditar em tudo aquillo de que eram accusados: tinham visto o diabo em pessoa, tinham-lhe vendido a alma, tinham partido com um machado um crucifixo, etc. O inquisidor, frio e funebre, sentado ao fundo da casa de abobada, mal alluminada por tochas presas em anneis de ferro ás paredes, acreditaria no diabo e nos seus apparecimentos? Porque não? Um doido torturava um idiota; e, no fundo escuro de uma crypta, a loucura dos homens tinha os seus ágapes terriveis. (1)

Demonios pareciam os verdugos, mudos e mascarados, com o capuz e samarra de hollandilha preta, onde havia os buracos dos olhos e da bocca, movendo-se como automatos a preparar os instrumentos da tortura; e de toda aquella gente, nem talvez o medico, a um lado, a observar que a vida dos pacientes se não apagasse de todo, tivesse o juizo são. Desde que os homens se tinham considerado senhores da verdade absoluta, a palavra de Deus enlouquecia-os, e fazia d'elles monstros. N'essas tragedias lugubres morria por vezes o miseravel, na tortura ou no carcere; e então era enterrado nas covas do palacio, sendo primeiro o esqueleto descarnado, religiosamente, para que os

(1) V. *Syst. dos mythos relig.*, pp. 322-4.

ossos podessem figurar no Auto-da-fé proximo, queimados na fogueira.

O primeiro d'esses dramas funebres e burlescos teve logar em Lisboa no dia 20 de setembro de 1540: ainda a Inquisição não estava definitivamente confirmada pelo papa.

A procissão saía do palacio do Rocio, para a praça da Ribeira, onde tinha logar a ceremonia. Vinham á frente os carvoeiros, armados de piques e mosquetes para olhar pelas fogueiras; depois um cruxifixo alçado, e os frades de S. Domingos, nos seus habitos e escapularios brancos, com a cruz preta, levando o estandarte da Inquisição, onde n'uma bandeira de seda se via a figura do santo, tendo n'uma das mãos a espada vingadora, na outra um ramo de oliveira: *Justitia et Misericordia*. Apoz os frades, seguiam as pessoas de qualidade, a pé: familiares da Inquisição, vestidos de branco e preto, com as cruzes das duas côres, bordadas a fio de ouro.

Depois vinham os réus, um a um, em linha; primeiro os mortos, depois os vivos: fictos, confictos, falsos, simulados, confitentes, diminutos, impenitentes, negativos, pertinazes, relapsos — por ordem de categoria dos delictos, a começar nos mortos e pelos contumazes.

Em varas erguidas como guiões, que os homens de samarra e capuz de hollandilha preta levavam, penduravam-se as *estatuas* dos condemnados ausentes, vestindo as *carochas* e *sambenitos*; e se a estatua representava o morto. outro verdugo seguia apoz d'ella com uma caixa negra pintada de demonios e chammas, contendo os ossos, para serem lançados aos pés da estatua na fogueira. Mais de uma vez se queimaram esqueletos desenterrados de pessoas que, immunes durante a vida, foram julgadas e condemnadas depois de mortas.

Em seguida vinham os réus vivos, por ordem crescente de gravidade dos crimes, sem distincção de sexos, um a um, com o padrinho ao lado, ou com o confessor dominico, se iam a queimar. Os homens vestiam um fato raiado de branco e preto, com as mãos, a cabeça e os pés nús; as mulheres appareciam em longos habitos da mesma fazenda. Traziam todos tochas de cera amarella na mão, e o baraço ao pescoço. Insignias differentes distinguiam os que iam ao fogo, dos penitentes e dos confessores. Estes vestiam o *sambenito*, especie de cazula branca, com as cruzes de santo André, vermelhas, no peito e nas costas; e levavam a cabeça descoberta. Os que depois da sentença tinham obtido perdão da fogueira, levavam *samarra*, uma cazula parda; e *carocha*, uma mitra de papelão; e n'uma e n'outra, pintadas, linguas de chamma invertidas, o *fogo revolto*, a indicar a sua sorte. Os condemnados á morte, quer para serem estrangulados primeiro, quer não, os destinados, vivos ou mortos, á queima, levavam na samarra e na carocha o retrato pintado, ardendo em chammas, com demonios pretos pelo meio, e o nome escripto, e o crime por que padeciam.

Depois da estirada procissão, no couce, vinham os alabardeiros da Inquisição, e, a cavallo, os officiaes do conselho supremo, inquisidores, qualificadores, relatores, e mais sequazes da cohorte. Os sinos dobravam pausadamente nas torres das egrejas. A turba apinhava-se nas ruas, insultando os pacientes com palavras deshonestas e atirando-lhes pedras e lama.

Cordões de tropa impediam que o povo invadisse, na praça, o recinto reservado ao Auto. Havia alli, para um lado, afastadas, as pilhas de madeira, rectangulares, com o poste erguido ao centro e um

banco; e no meio da praça um espaço reservado com o estrado e as tribunas. Na da esquerda estava o rei, D. João III, piedosamente satisfeito na sua fé, como espirito duro, mas sincero e forte; estavam a rainha e a côrte; e ao lado do monarcha, o condestavel com o estoque desembainhado. Na outra, da direita, levantavam-se o throno e docel do cardeal D. Henrique, depois rei, e agora infante inquisidor-mór, ladeado pelos membros do tribunal sagrado, nos seus bancos.

A meio do tablado ficava o altar com frontal preto, banqueta de cera amarella, e um crucifixo ao centro. Em frente, n'um plintho, erguia-se o estandarte da Inquisição. A um lado tinha o pulpito; ao outro a meza dos relatores das sentenças, coalhada de papeis com sellos pendentes; e os padecentes, em linhas, ficavam de pé, voltados para o altar, para o pulpito, para o tribunal.

Disse-se missa. O inquisidor-mór, de capa e mitra, apresentou ao rei os Evangelhos, para sobre elles jurar defender a fé. D. João III e todos, de pé e descobertos, juraram com solemnidade sincera. Depois houve sermão; e finalmente a leitura das sentenças, começando pelos crimes menores.

A adoração das imagens, questão debatida nos concilios, dava logar a muitas faltas. Outros iam alli por terem recusado beijar os santos dos mealheiros, com que os *irmãos* andavam pelas ruas pedindo esmola. Outros por irreverencias, outros por falta de cumprimento dos preceitos canonicos; muitos por cousa nenhuma; a maxima parte, victimas de delações perfidas ou interessadas. Os relatores iam lendo as sentenças, os condemnados gemendo, uns, e chorando; outros exultando por se verem soltos do carcere, livres da tortura, promettendo

de si para comsigo serem de futuro meticulosamente hypocritas.

Chegou-se finalmente aos condemnados á morte, no fogo: eram tres mulheres por bruxas, e dois homens, christãos-novos, por judaizarem, mais um por feiticeiro.

O relator, imperturbavel, leu as sentenças, onde se narravam os crimes. Os christãos-novos comiam pães asymos; e um d'elles, quando varria a casa, chamava nomes a um crucifixo, fazia-lhe caretas, e dava-lhe tantas unhadas, quantos eram os golpes de vassoura no chão. Estes crimes vinham envolvidos em phrases horrorosas e generalidades tremendas: e a côrte, o clero e o povo, ao ouvirem tão grandes sacrilegios, pasmavam de odio contra os desgraçados.

A feiticeira não os impressionava menos. Christãos-novos e bruxos, que lançavam maleficios e olhados, eram a causa das pestes, das fomes e dos naufragios das náus da India. Sobre as cabeças dos desgraçados caíam as maldições de uma população afflicta. Ninguem duvidava da verdade dos crimes, que muitas testemunhas afiançavam. O diabo apparecera a um, e ensinára-lhe as curas infernaes, pelo livro de S. Cypriano. Sangrava os doentes na testa, com alfinetes. Estou picado e enfeitiçado: Jesus! nome de Jesus! despicae-me e desenfeitiçae-me! — dissera uma victima a um padre da Beira. Os diabos, para se vingarem, foram a casa do padre e quebraram-lhe toda a louça. Um caso novo era esse; e o povo olhava com horror para o medico de S. Cypriano, que tinha a loucura evidente na face. — A's bruxas o diabo apparecia de dia sob a fórma de um gato preto, e de noute, de *fórma humana de homem pequeno*; assim o dizia gravemente a sentença, com o depoimento das tes-

temunhas. A bruxa saía com o demonio, e iam juntos a um rio, onde as outras estavam com outros demonios; e depois de se banharem tinham coito com circumstancias lascivas e abominaveis: a sentença enumerava-as, e a devassidão da côrte e do povo percebia-as, commentava-as. De volta do sabbath, de madrugada, as bruxas entravam invisivelmente nas casas, perseguindo as familias honestas e piedosas.

Terminada a leitura, absolvidos os penitentes, os christãos-novos e as bruxas foram relaxados ao braço secular, para serem queimados. O rei, a côrte, o inquisidor, retiraram-se; e os sinos continuavam a dobrar, pausada e funebremente...

Os carvoeiros de alabardas, os verdugos de capuzes e os frades de escapulario e crucifixo na mão, ficaram junto dos condemnados para os queimar. O povo cercou em massa o logar das pilhas quadrangulares de lenha, com os olhos ávidos, e a cabeça cheia de coleras, contra esses réus das suas desgraças. Todos, menos o bruxo, morreram piedosamente garrotados, depois queimados.

O medico de S. Cypriano, porém, tinha culpas maiores e fôra condemnado a ser queimado vivo. Junto da pilha, o frade, com as mãos postas, pedia-lhe que, por Deus, se arrependesse; mas elle, com o olhar esgaseado do louco, virava a cara e zombava. Largando a correr pela escada, subia á pilha, e do alto, sentado no banco, fazia esgares e visagens irreverentes. O frade batia nos peitos, a plebe rugia colerica. Os verdugos amarraram-no ao poste, e os carvoeiros accenderam a fogueira, que principiou a crepitar. Os rapazes e as mulheres da Ribeira, salteando-o com paus e garrunchos, arrancaram-lhe um olho. Atiravam-lhe pedras, pregos e tudo; e faziam-lhe feridas por onde escorria san-

gue: tinha a cabeça aberta e um beiço rasgado. Entretanto, a chamma começava a romper por entre os toros; e elle com as mãos, extorcendo-se, dava no fogo, querendo apagal-o; e quando via, com o olho que lhe restava, vir no ar uma pedra, fazia rodella ou escudo com a samarra, para se livrar. Do vão do outro olho escorria pela face um fio de sangue. Isto já durava por mais de uma hora e divertia muito o povo — agora que tinha a certeza de vêr morrer o seu inimigo. Mas o vento, que soprava rijo do poente, da banda do rio, arrastava comsigo as chammas; e por não ter fumos que o afogassem, o condemnado ficou tres horas vivo, a torrar, agonisando, contorcendo-se, em visagens, e gritando — ai!... ai!... ai!...

Prolongára-se o supplicio pela tarde; e, no paço, a familia real commentava o succedido, accusando todos com furia os christãos-novos e os feiticeiros. Referiam-se as crueldades piedosas, e contavam-se anecdotas beatas de procissões e milagres. Lembravam-se as brincadeiras devotas do infante D. Duarte, filho d'el-rei D. Manuel, que era mui dado a ellas: de uma vez metteu na cabeça de um judeu uma carapuça untada por dentro com therebentina, e puxando-a arrancou-lhe os cabellos; de outra, sabendo que um creado seu tratára com judeus, obrigou-o a comer toicinho até ao ponto de o homem ficar á morte com uma indigestão.

A' noitinha iam todos para a capella, o rei, a rainha D. Catharina, o principe D. João, e a princeza; e piedosamente recolhidos, ouviam as praticas do mystico Francisco de Borja, que viera de

Castella habitar no paço, para entreter a devoção do rei. Transportado e absorto em Deus o frade, parecia que a alma lhe voava para os mundos ethereos, e o corpo ficava alli n'um abandono, morto. O rei e os principes confessavam-se e commungavam todas as semanas; e ainda essa manhã o tinham feito, para se prepararem para a ceremonia solemne do Auto-da-fé. Na capella usavam passar as noutes em rezas e jogos de devoção: era o divertimento do rei, e toda a côrte lhe seguia o exemplo. Duro, recto e simples como ser mediocre e «não d'aquelles mais capazes de se regularem pela propria cabeça», o rei fôra educado na alfobra devota e luxuosa da côrte de D. Manuel. Creança, aos doze annos, deram-lhe como brinquedo pio um convento. Instituiu (1514) a egreja de N. Senhora da Serra, em Almeirim, e os altares, as imagens, os frades, as rezas, eram os seus jogos infantis. Creára-se pois n'uma estufa de devoção, e como o seu caracter era ingenuo e forte, a piedade avassallou-lhe inteiramente o animo, tornando-se verdadeiramente um chefe de religião coroado. Grosso de corpo, sem agilidade, com o pescoço breve e a cabeça pesada apertada entre os hombros, a phisionomia triste do rei adquiria o quer que é de severo da cicatriz do olho direito, consequencia de uma queda da varanda do paço. Falava de vagar, com pausa e magestade, e a seriedade do seu caracter traduzia-se no juizo das medidas do seu governo. Foi elle o fundador da colonisação do Brazil (1), foi elle o reformador da Universidade, foi elle o que por todos os modos buscou em vão enfreiar a orgia da India, foi elle o que supprimiu as mutilações e as marcas de ferro nos criminosos. Apostolo porém

(1) V. *O Brazil e as colonias port.* 2.ª ed.) pp. 6-15.

de uma religião fanatisada, era elle quem accendia as fogueiras onde o judeu ardia.

Os costumes beatos tornavam a gente somnambula, cegando-lhe a vista. As cousas do Estado eram sacrificadas aos caprichos devotos; e o rei, com a mania de obter do papa a Inquisição, gastára rios de dinheiro. O extasi gerava a crueldade; porque, na absorpção mystica, perdiam-se as noções do justo, e as maximas crueldades e perfidias eram virtudes, desde que se encaminhavam a servir a Deus. *Sancta sanctis*. Mas esta doença da côrte era a doença de todo o reino: os doidos que appareciam por toda a parte, a fazer milagres ou endemoninhados, traduziam a loucura universal de um povo. Os terrores funebres da Edade-media tinham crystallisado no catholicismo peninsular; e os portuguezes, exangues pela India, uma sanguesuga, e estonteados pelos milagres das descobertas e conquistas no Oriente, pervertidos pelo luxo, corrompidos pelas pestes e pelas doenças que vinham do Ultramar, tinham perdido a noção da realidade forte. A vida era-lhes um sonho feito de loucura e medos.

Dois seculos antes, Portugal — uma nação pequena, homogenea e forte — defendera-se, affirmando a sua independencia e a sua vitalidade, por um modo eminente. Depois, á maneira que a força lhe acordava a ambição, e que as idéas imperialistas vingavam nos espiritos, os seus monarchas pensaram confiscar para si a corôa de Castella.

D. Affonso V fôra jurado rei de Castella e Leão em 1471 pelo direito da *beltraneja*, a filha de Henrique IV com quem casou; mas a infelicidade de Toro, e a incapacidade pessoal do rei favoreceram a resistencia de Castella, condemnando a *excellente senhora* D. Joanna á sua triste sorte, e o rei á

viuvez. D. João II, mais tarde, contava com a desejada corôa para seu filho, casado com a princeza de Castella; e se não fosse a inesperada morte do principe, acaso a historia da Peninsula tivesse sido diversa. Depois ainda, D. Manuel, casando com a viuva do principe Affonso, esperou herdar um imperio então colossal, porque as duas nações na Peninsula dominavam em todos os territorios descobertos. O herdeiro de Fernando e Isabel morrera, e a rainha de Portugal era a unica successora da monarchia hespanhola. D. Manuel tinha d'ella um filho que viria a ser o maior rei da terra. A morte, porém, varreu tudo n'um momento, porque levou comsigo a rainha e o principe; e a corôa de Hespanha coube ao austriaco, imperador da Allemanha.

N'este momento inverte-se a acção; e é da parte da Hespanha que se promove a annexação de Portugal. Curiosas coincidencias historicas: porque no instante, em que a nossa grandeza começa a declinar, volta-se contra nós a politica fomentada pela nossa ambição. A separação nacional consummada pela energia da vontade, era evidentemente um erro e um mal, no espirito dos principes dos dois reinós que então viviam n'uma estreita intimidade; e a fusão pareceu que devia levar-se a cabo. Por nós, ou contra nós? eis ahi o que a sorte, ou a vitalidade relativa de cada nação resolveria.

Entre Carlos V e D. João III, que trocaram as irmãs para se casarem, havia um accordo sobre essa questão da unidade do corpo peninsular; e porventura unanimes no principio, deixariam ao acaso decidir entre os descendentes das duas dynastias.

Quando D. João III morreu, Carlos V julgou que a sorte propicia se declarava em seu favor. O her-

deiro de Portugal, D. Sebastião, era uma creança e debil. Morto, ficava o reino sem successão: e o imperador que, ainda na sua cova de San-Justo tecia as intrigas politicas, queria assegural-o para o seu neto. Tinha em Portugal, na rainha viuva, sua irman, um instrumento submisso; e mandou-lhe por embaixador o mystico Francisco de Borja, que nos tempos do marido era escutado com tanta devoção na capella do paço da Ribeira. O embaixador veiu a pé, disfarçado, peregrinando a pedir esmola até Lisboa, para não levantar suspeitas. Trazia cartas para a regente, que estava por tudo e obedecia cégamente ao imperador. Entretanto Carlos V morreu; e a timidez do cardeal regente, porventura os seus reservados planos em favor da duqueza de Bragança, sua afilhada, não consentiram que as negociações progredissem.

Philippe II, porém, estava de atalaya, e não esquecia os conselhos do pae. Facilmente conseguiu que D. Sebastião se não casasse; porque o moço principe, arrebatado pelas tradições cavalheirescas, suppunha a castidade uma condição necessaria para levar a cabo a sua empreza, ainda vagamente esboçada. Consummada ella, viria o tempo de tratar da herança do reino. Bem pensava em noivas, quem ardia em grandes esperanças: arrasar os muros de Constantinopla, ou apoderar-se do caliphado do Egypto, ou libertar a Palestina, ou conquistar Marrocos! A morte, a que vamos assistir, precipitou a acção; e sem rei, nem força, nem vida, Portugal, exanime, caíu afinal nas mãos do filho de Carlos V.

Tudo convergia para arrastar a nação a essa data infeliz de 1580. Os symptomas morbidos, anteriormente expostos, diagnosticam a doença, e explicam a necessidade da catastrophe. Eram um

despedaçar de todos os tecidos vitaes, uma febre que destruía o sangue, um veneno que irritava todos os vasos do organismo nacional. Era uma doença lenta, mortal (1), mas cujo termo foi precipitado por uma crise. Então se exacerbaram todos os males; e o moribundo, erguendo-se no catre, bracejando em delirio, caíu como uma pedra, morto instantaneamente.

(1) V. *Hist. da civil. iberica*, I, IV. Causas da decadencia das nações peninsulares.

III

Jornada de Africa (D. Sebastião)

Todo o reino soffria dos symptomas d'essa doença, e muitos previam a crise final que se aproximava; entretanto, quasi todos, costumados a um padecer chronico, nascidos já na atmosphera pervertida, ou não reconheciam os males, ou se deixavam levar, indolentemente, pela maré da desgraça e da protervia, do beaterio e do vicio, da simonia e da ferocidade piedosa. A Inquisição, a India, e as pestes concorriam para perverter a moral, aguçando nos espiritos desejos orgiacos, irritando coleras funebres, terrores extravagantes.

Todo o seculo fôra açoutado por epidemias: em 1506, em 1530; e agora ainda, nas vesperas da jornada de Africa, eram vivas as lembranças da *peste grande* de 1569. Em julho e agosto d'esse anno morriam setecentas pessoas por dia em Lisboa, e já não havia onde enterrar os cadaveres. Abriam-se vallas, onde se lançavam aos cincoenta e mais de cada vez. Era uma doença fulminante; e sem duvida alguma um castigo do céu, pelos peccados dos christãos-novos; quando não era o maleficio dos bruxos, vendidos a satanaz. Repentinamente os homens caíam mortos, nas ruas. Topavam-se cadaveres a cada instante. Tinham-se sagrado campos e olivaes para cemiterios: porque, nas egrejas e nos adros, as covas estavam atulha-

das, e havia exhalações podres. Os grilhetas das galés serviam de coveiros por faltarem braços para tanto cadaver. Enterravam-se os mortos nas calçadas, e nas proprias lojas das casas, por não haver quem os levasse ao cemiterio. Ao longo das ruas, viam-se fiadas de embrulhos brancos de cadaveres em lençoes. O mau cheiro dos corpos insepultos, das covas á flôr da terra, mal fechadas, era insupportavel; e, ao passar em frente das portas cerradas das casas, ouviam-se ruidos: eram os ratos e doninhas cevando-se nas carnes putrefactas da familia que caíra toda. Morreu da *peste-grande* mais de um terço da gente de Lisboa: quarenta mil pessoas. A herva crescia em grande altura na rua-Nova, onde os maráos jogavam a bola.

E se mais gente não morreu, foi porque um boato horroroso circulára na primavera, afugentando grande parte da população da cidade. Corria e todos acreditavam, que em junho, no dia 10, os montes do Carmo e do Castello, unidos por um terramoto, iriam caír sobre Almada, entulhando o Tejo, arrasando Lisboa. No dia 9 a cidade vasou-se, levando todos as roupas e alfaias em carradas, ás trouxas, para os arrabaldes. O dia 10 passou; mas, como a peste já grassava, só voltou á capital quem absolutamente não pôde residir fóra.

De tal modo começava o reinado de D. Sebastião, que no anno anterior (1568) tomára posse do governo. N'esse proprio anno se reduzira a um terço o valor da moeda de cobre — o patacão a tres réis, as moedas a real e meio e um real. Era uma medida cruel, mas indispensavel, porque o inglez, que levára toda a prata e todo o ouro, mandava para cá, nas barricas de farinha e nas pipas de pregos, o cobre fraco, portuguez, cunhado por elle. O dinheiro da India tinha passado por Portugal como

trigo por uma ciranda: fôra-se o grão, ficava o joio e o lixo da eira. Os figurões, sabendo de vespera a lei, pagaram tudo; e o pobre povo, pasmado achou-se com dois terços de menos. Enforcou-se muita gente, ao vêr-se perdida. No anno seguinte veiu a peste: dizia-se ser o castigo do roubo infame da Semana-santa de 68.

A dureza das infelicidades da patria levava os espiritos ao estado de uma loucura febril, de uma superstição idiota, de um furor de devassidão, de medo e de extravagancia. Tudo se acreditava possivel, com o desvairamento do delirio. Como outr'ora, nas vesperas do anno mil, todos queriam gosar á farta o pouco tempo que o mundo tinha a durar. Portugal era uma nação de loucos perdidos, e no moço rei encarnára toda a loucura do povo. Passados os tempos do mysticismo feroz e devoto de D. João III, a religião tornára-se um puro medo, o culto um fetichismo, a vida uma orgia. O crescendo da decomposição approximava-se do acume, e esse terror do abraço dos montes marginaes do Tejo era a revelação inconsciente do grande terramoto que ia subverter a nação inteira. A loucura positiva do rei humanisava o estado moral da nação. Um destino commum arrastava a ambos para o fundo de uma voragem; e nação e rei, nas bordas do precipicio, dançavam alegres como uma chorêa de espectros. O sabbath, tantas vezes queimado nas fogueiras da Inquisição, era a tragedia em que, por fim, todos se achavam actores.

A imaginação do povo tinha creado em volta do berço do rei uma nuvem de milagres; e a lenda phantastica que ella lhe formou depois de morto trazia origens de antigos casos maravilhosos. Quando fôra do casamento do principe D. João — o pae

do rei, que não chegou a reinar — viram as gentes de Lisboa no céu, por cima das torres da Sé, noutes seguidas, um fogo àvermelhado, em fórma de ataúde. Contavam-se, depois, as singulares apparições no paço de Xabregas. A princeza estava no leito, D. Sebastião ia nascer; e da sombra da camara de altos tectos destacou-se a figura de uma dona, vestida de negro... Trazia mangas de ponta e touca larga; vinha envolvida em crepes. Não falava, mas seguia, oscillando e crescendo para o leito, com um estallido de ossos nús que se tocam. Parou, e, como quem despede um beijo com os dedos, soltou um sopro. Uma visão e um stertor de vida que foge, seriam o rei ainda no ventre, a nação na beira da cova.—De outra vez—caso para espantar! — viu-se apparecer na varanda do paço um bando de moiros com albornozes de côres, tochas accezas, como n'um enterro, caminhando a psalmear, com vozes lugubres.

N'essa atmosphera de prenuncios funebres viu a luz a

Maravilha fatal da nossa edade!

Em Almeirim, na coutada, caçava em permanencia, domando os cavallos bravíos, expondo-se a todos os perigos dos saltos atrevidos, gabando-se da sua destreza e da sua audacia. Outras vezes arremettia n'um barcó aos temporaes do Tejo; e por toda a parte, como um quichote, fazia gala de uma temeridade que a loucura do seu genio confundia com a coragem. Quando tinha dezeseis annos, gastava tres horas por dia a correr lanças, sósinho; e com a cabeça repleta das tradições cavalheirescas, memorando a vida do grande Condestavel, queria fazer voto de castidade, para ir puro á sua empreza. «De natureza feroz e robusta, de

espirito vehemente e levantado, e de coração invencivel e determinado, não cuidava senão em guerras e em famosas conquistas e militares emprezas. E nem é possivel senão que um dia imaginava sujeitar a si toda a Berberia; outro arrazar os muros de Constantinopla; logo fazer-se senhor do caliphado do Egypto, e trazer á sua obediencia a veneranda Palestina». Era um rapaz antes baixo do que alto, ruivo, de olhos azues, com a tez branca picada um tanto de bexigas, e e beiço inferior grosso dos Habsburgos, cujo sangue tinha da mãe. Inquieto, nervoso, doentio, era um desequilibrado. Tinha todo o lado direito maior do que o esquerdo: a mão, o braço, o flanco, a perna e o pé, com um dedo a mais. As pernas eram excessivamente longas para as dimensões do tronco. Tinha um tal horror a mulheres que corriam versões, a ponto de Philippe II, seu tio, lhe mandar o dr. Almazan, a vêr se o curava. D'ahi vinha o dizer-se que a castidade lhe era facil. Vingava-se na devoção; e dos padres que ouvia, dizia um emissario francez a Catharina de Medicis: «São dois hypocritas perigosos, mais sequiosos de vingança do que de religião». Os negocios do Estado eram-lhe um aborrecimento; e na sua nobreza ingenita, olhava com horror as intrigas e conselhos da politica. Seus validos eram os moços, temerarios e doidos como elle. Vagamente percebia que a nação, desesperada, pedia um messias, e tinha para si talhado o papel de salvador.

A legislação de 70-71 demonstra bem o caracter agudo a que a crise chegára, e o pensamento que havia para a resolver. Era um recrudescimento de tyrannia no reino, e um relaxamento do poder no Ultramar. A India já se não mantinha fechada aos inglezes e hollandezes que navegavam impu-

nemente nos seus mares: legislou-se, portanto, a franquia da navegação. Mas era mistér reconstituir as forças navaes e militares do reino, era mistér paralysar a corrente pavorosa da desorganisação. O novo reinado accentuava-se como uma renascença; mas nem o rei, nem os seus conselheiros, a viam na reorganisação das instituições, mas sim n'uma aventura famosa. Assim, as longas leis militares coloniaes, maritimas, empallidecem na importancia e no alcance, como impotentes para travar a roda das desgraças e para acalmar o delirio do monarcha. Outro tanto succede aos regulamentos e pragmaticas, incapazes de moralisar uma sociedade corrompida, mas reveladores do estado dos costumes. Condemnam-se os hereges e tambem os sodomitas. Que a usura lavrava desenfreada, vê-se da lei dos «cambios, onzenas e trapaças» que, na sua dureza, manifesta o desvario do vicio. A facilidade com que se havia dinheiro a juro era uma das origens do luxo desmoralisador. Prohibem-se, pois, os emprestimos a premio sob penas crueis: perda do capital á primeira, perda da metade de todos os bens á segunda, confisco geral e degredo para o Brazil á terceira. Quando a lei ataca de tal modo os direitos da liberdade individual, a sociedade agonisa. A ociosidade, a vadiagem, eram tão perseguidas como a usura; o luxo dos trajes, das mobilias, dos manjares, merecia uma lei meticulosa e indiscreta. O espirito do governo reagia, protestando contra a tradição manuelina da opulencia, regressando ás doutrinas spartanas do tempo de D. João II. Ninguem poderia gastar mais do que a renda que tivesse; ninguem ter á mesa mais do que «um assado, um cozido e um picado». A importação de tapeçarias era vedada; e ordenada a moderação

no dotar. Nos quartos não haveria, nem doceis, nem camas, nem cadeiras de brocado, nem de tela de ouro ou prata, nem de raz, nem de seda alguma, nem dourados ou pinturas a oleo; nos fatos apenas o gibão seria de seda com um pesponto simples de retroz, sem alamares, nem bordaduras.

A legislação, porém, nada podia contra a tendencia dos costumes. O luxo e o desvairamento tinham maior força do que as leis. Condemnavam-se já francamente a India e as podridões que trouxera ao reino — conforme se vê nos *Lusiadas* — e a opinião regressava á politica africana de Affonso V e D. João II. Nenhum moço fidalgo da casa do rei *se acrescente* a escudeiro ou cavalleiro sem ir a Africa. Podia a lei varrer assim as consequencias tristes da viagem da India? Não podia. O desvairamento que ella trouxera á sociedade via-se, como n'um symbolo, na cabeça do moço rei. A Africa seduzia-o; mas não tinha planos politicos, nem prudencia, nem conselho, nem paciencia, para ir lentamente corrigindo, encaminhando a nação. Um grande milagre, ou uma grande catastrophe, qualquer cousa extravagante e nunca vista: eis ahi o seu desejo, a sua ambição.

Essa chimera dava-lhe uma arrogancia iuaudita. Tinha, decerto, o genio de um heroe, mas nascera no meio de um paúl de rans. Foi o Nun'alvares da perdição. Mas essa catastrophe inevitavel, cujas causas punham todos os seus defeitos no genio do rei, tornou-a elle, ao menos, tragica; levantando, com a sua morte, uma esperança querida, um symbolo, como uma cruz; e encerrando, com uma temeridade infeliz, a grande éra da vida de Portugal, que começára pelas temeridades afortunadas do infante D. Henrique.

Tanto o rei percebia a solidariedade que o ligava aos seus antepassados, que, á maneira dos heroes, quiz vel-os de perto e examinal-os, antes de partir para a sua empreza. Diante do cadaver de Pedro I tem coleras contra a fraqueza do amante; o D. Affonso III, conquistador do Algarve, merece-lhe applausos. Foi á Batalha, para vêr e adorar D. João II; e mandou-o tirar do caixão, erguer de pé, com a espada em punho. Reverente e orgulhoso, saudou com admiração o avô — o predecessor, porque elle estava certo de lhe continuar as façanhas!

Esta certeza dava-lhe ironias, gargalhadas e escarneos, contra a prudencia dos conselheiros, graves e encanecidos nos negocios, que bem mediam a distancia dos tempos, e as consequencias fataes da projectada conquista de Africa. Mãos anonymas iam depôr trovas e conselhos, amorosamente accusadores, sobre os poyaes de pedra do paço de Almeirim, implorando ao rei que não aventurasse tudo n'uma empreza desvairada. Jeronymo Osorio, o latinista, escrevia-lhe memorando as desgraças consequentes da sua aventura: «Não fallo nos juros que a fidalguia tem vendido, nas joias empenhadas, nas lagrimas das mulheres, na pobreza da gente nobre, na miseria dos que pouco podem». D. João Mascarenhas ousava dizer-lhe que, se se decidia a ir, levasse a mortalha, para enterrar o reino fóra de sagrado. E o rei, parando-se a olhar o defensor de Diu, chamou-lhe, formaes palavras, velho e tonto; e depois, insistindo, accrescentou: e covarde! — Martim Affonso de Sousa, que fôra governador da India, onde se manchára em torpezas, não ousava advertir o rei, mas bradava pelas salas do paço que, se se atavam os loucos perigosos, não sabia porque se havia de deixar solto a este.

D. Sebastião não tinha ouvidos, senão para o bando de estouvados, temerarios como elle; a guerra de Africa era uma corrida de javalís, como as de Pancas. A côrte era um covil de intrigas, os cortezãos um bando de miseraveis, cacheticos, ou doidos, ou enfesados. Uns eram os aventureiros do bando d'el-rei; outros os molles pintalegretes alfanados, que entravam nas salas encostados ao hombro dos pagens, arrastando o corpo, arrastando a fala, parecendo mulheres doentes de requinte; outros finalmente, os conselheiros velhos, miseraveis, como Martim Affonso de Sousa, o mais descarado de todos os condottieri da India, e D. João Mascarenhas, o heroe de Diu, que vendeu Portugal como um Judas. Como haviam de perceber a heroica doidice do rei? Como haviam de sentir na face o ar quente do patriotismo de Camões? (1)

Como D. João Mascarenhas insistia n'a sua reprovação, o rei mandou, por chacota, buscar medicos, para que decidissem se acaso o velho teria os brios acobardados pela velhice, ou o cerebro amollecido. Uma vez perguntára ao duque de Alba se sabia qual era a côr do medo. Estes modos atrevidos, insolentes, e escarnecedores, tinham desgostado todos os velhos, que se afastavam da côrte. O cardeal ex-regente, offendido, retirou-se; e a avó, a rainha D. Catharina, desattendida e só, fiava longas noutes o linho da sua roca, as tristezas da sua alma, molhando a miudo os beiços, quentes e seccos do trabalho e da afflicção. Assim, fiando, morreu a irman de Carlos V, com a certeza da irremissivel perdição do neto estremecido.

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 245-52.

Além dos valentões, ou como elle temperados, ou que o adulavam, o rei só podia entender-se com os theatinos e jesuitas. Não era beato, como seu avô D. João III, nem a licença dos costumes, nem a propria irreverencia, já impressionavam; mas ficára-lhe na sua alma poetica um quente mysticismo para substituir o amor, condemnado pela castidade tradicional cavalheiresca. Embriagava-se ao ouvir a historia de Santo-Ignacio, que fôra a Jerusalem para conquistar o sepulcro sagrado de Christo. Passava horas esquecidas no convento de Almeirim com os frades, e manhãs inteiras, fechado a sós com o jesuita Simão Gomes, a ouvil-o discorrer.

Em que? Na historia romanticamente piedosa de Loyola, o rei Arthur da Virgem, (1) já commentada com subtilezas theologicas. Pio V mandára ao doido rei, para mais o ferir, uma das settas com que S. Sebastião fôra martyrisado; e terminados os piedosos colloquios, o cavalleiro, professado o voto, escutava os conselhos dos vates. Camões dizia-lhe:

> **Africa esconde em si luzentes veias:**
> **Mova-vos já sequer riqueza tanta,**
> **Pois mover-vos não póde a casa Santa**
> **. . . . .**
> **Vedel-o duro inglez que se nomeia**
> **Rei da velha e santissima cidade**
> **Que o torpe ismaelita senhoreia**
> **(Quem viu honra tão longe da verdade?)**

Era uma renascença do genio das Cruzadas nos dois espiritos do rei e do poeta. Cervantes (2) (1547-1616) condemnava ambos no typo immortal

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 206-19.
(2) *Ibid*, pp. 258-60.

do Quichote. Quichote, fôra em Tunis, na mocidade, o castelhano; mas curou-se. Camões, soldado e poeta, ficou o mesmo, prégando a chimera de uma aventura desesperada a uma nação agonisante. Emquanto Castella, a patria da «caballeria á lo divino», a patria de Santa Thereza, de Loyola, de Jimenes o cardeal-soldado, (1) abandonára para sempre a guerra-santa, nós, que tinhamos tambem desistido d'ella desde o tempo de D. João II, voltavamo-nos agora para esse passado remoto, como para uma ultima esperança. O enthusiasmo mystico era em Camões, porém, a necessidade de acção de um temperamento forte, e não o desvarío de uma imaginação dolente. Partidos de um mesmo estado de espirito, Loyola chegava á visão, Cervantes ao bom-senso, e Camões, nem santo nem sceptico, á doutrina da acção positiva:

> **Não se aprende, Senhor, na phantasia,**
> **Sonhando, imaginando ou estudando,**
> **Senão vendo, tratando e pelejando.**

Tal era o estado de espirito do poeta e do rei quando a sorte approximou um do outro. Em ambos o mesmo pensamento; em ambos egual idéa para resolver a crise lugubre em que viam o reino. Camões e D. Sebastião ouviram-se, comprehenderam-se. O louco arrebatamento do ultimo exprimia de um modo temerario, desvairado, o pensamento do primeiro. Ambos olhavam para a historia; e em frente do roído cadaver do imperio ultramarino, appellavam para a politica africana esquecida por elle, inspirando-se nas tradições heroicas da

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 187-8.

nação. Outro Virgilio, tambem o nosso poeta chamou Marcello ao rei:

> **Rei bemaventurado, em quem parece**
> **Aquella alta esperança já cumprida**
> **De quanto o céu e a terra te offerece!**
> **Poz Deus na mão do rei a vara alçada**
> **Para guia do povo errado e cego...**
> **.....................................**

O caracter anachronico da educação cavalheiresca e mystica do soberano era um dos modos por que se traduzia a loucura actual, de que padeciam, tanto o rei como a nação. Os prudentes conselheiros, cheios de juizo, condemnavam o heroe, temerario como um doido, por não poderem perceber já, nem a cavallaria, nem o mysticismo — cousas passadas! Porém esses mesmos soffriam de uma loucura diversa, mas abjecta: por que Martim Affonso mostrára na India ser um chatim; por que D. João Mascarenhas sujou as mãos com o dinheiro de Philippe II, fazendo-se seu corretor; por que o cardeal D. Henrique, inquisidor ferino, era um sacco de fraqueza molle, a que, depois de morto, o povo condemnou a viver «no inferno muitos annos».

Morto, D. Sebastião viveu por seculos na alma popular e assim se realisou o motto que tomára para si de um verso de Petrarcha:

> **Un bel morir tutta la vita honora!**

No verão de 1574 partiu para Cintra o rei, a passeio. Mandou esperar as galés em Cascaes; e dizendo que ia visitar o Algarve, embarcou. Não levava tropas, nem polvora, nem canhões. Os fidal-

gos, o duque de Aveiro, o conde de Vimioso, iam em trajos de côrte, por nem terem tido tempo para vestir os de guerra. D. Sebastião partiu. De caminho, aggregando á frota os barcos guarda-costas, foi fundear em Sagres. D'ahi, fóra do alcance dos conselheiros importunos, expediu oito mil cartas que levava feitas, convocando para Tanger os terços dos concelhos, as mesnadas dos fidalgos. Era uma conspiração contra o reino inteiro, que para salvar o rei correria a Africa. Seguiu a Tanger. Mas o tempo fugia: era outubro, entrava o inverno, e teve de renunciar por então ao seu plano. A' volta, um temporal desbarata a frota: a galé do rei, corrida do tempo, desce até á Madeira; já outros navios tinham chegado a Lisboa — e o do rei? naufragado? perdido?... Quando as afflicções eram maiores, entrou n'um dia de temporal no Tejo, mareando a galé, borrifado de espuma, e foi deitar ferro em Xabregas... no dia de finados, dois de novembro.

O revez acirrou-lhe o desejo. Contra os sabios conselheiros de quem escarnecia, tinha por si o papa que lhe mandára uma das settas do santo do seu nome, e Camões que, incitando-o mais que nunca, positivamente lhe dizia:

> **Tomae tambem a setta veneranda**
> **Que a vós o successor de Pedro manda.**
> **... Sereis o braço forte e soberano**
> **Contra o soberbo gladio mauritano.**
>
> **Que farão, rei, as vossas (settas) que têm liga**
> **Com a que já tocou Sebastião?**
> **................. .. ..**
> **No sangue sarraceno as tingireis.**

Philippe II instava com elle para que abando-

nasse a empreza temeraria, em que ia acabar de arruinar um reino, já considerado como seu pelo castelhano. Enviára a Portugal D. Christovão de Moura (o que mais tarde foi corretor da compra de Portugal), mas este, vendo as nenhumas probabilidades de exito, preparou ao tio e ao sobrinho as vistas que tiveram em Guadalupe, e em que o castelhano nada conseguiu do portuguez.

Mas, desde que a recente revolução de Fez levára o monarcha desthronado a implorar o auxilio do rei de Portugal, D. Sebastião considerou este caso como providencial, vendo n'elle uma revelação do seu destino. Nenhuns rogos, nem advertencias, nem conselhos, nem invectivas, foram capazes de o dissuadir.

Succedera que, tendo Marrocos sido dividido entre os dois sherifs irmãos Maula Ahmed e Mohammed, ambos morreram assassinados (1556). A Mohammed succedera seu filho Abdullah que nomeou herdeiro um bastardo por nome Ahmed (1572). Isso determinou a fuga de Abd-el-Melik, decano da familia e como tal herdeiro legal do throno, para Constantinopla, onde obteve as boas graças do sultão e soccorros com que desembarcou em Marrocos e desthronou o usurpador Maula Ahmed bin Abdullah (1577) que trazido por D. Pedro da Cunha, captivo na Barberia, veiu pedir o auxilio de D. Sebastião. Parecia, com effeito, um acaso providencial, e o rei não hesitou um instante.

Tampouco recuou diante dos obstaculos levantados pela penuria e fraqueza do reino, nem vacillou na escolha dos meios. Cunhou moeda com todas as cousas. Por 250:000 cruzados dos christãos-novos concedeu-lhes a isenção da pena de confisco durante dez annos. Obteve de Gregorio

XIII uma bulla de Cruzada, e a imposição de um terço das rendas ecclesiasticas, convertida, por accordo entre o rei e o clero, n'uma prestação de 150:000 cruzados. Fez do sal um monopolio. Lançou a contribuição de um por cento sobre o valor das propriedades. Deu curso legal á moeda castelhana, mais fraca. Vendeu empregos. Arrematou antecipadamente as rendas do Estado, e, por vontade ou força, obteve muitos emprestimos de particulares; pondo, com todos estes meios, em pratica um *desusado esfolar*, segundo se exprime um coevo.

Tanto ou mais difficeis de obter eram soldados, do que dinheiro. Mandou alistar tres mil homens na Allemanha e outros tantos em Castella: e despachou por todo o reino os coroneis e capitães, para fazerem um recrutamento, ou uma rusga. Solteiros ou casados, moços ou velhos, serviam todos. Porém os coroneis e capitães, boa gente educada na eschola do Ultramar, não conheciam escrupulos; e só era preso quem não tinha com que pagar-lhes. Deixavam-se peitar por vinte cruzados; mas crescendo o numero, o preço da isenção dos recrutas foi baixando até dois: só os miseraveis pedintes eram arrebanhados. As mulheres vendiam as saias, e por vezes a honra, por dois cruzados, para salvarem os filhos e os maridos.

E' de vêr que especie de exercito se reuniria por tal fórma. O recrutamento do reino produzira apenas 9:000 soldados bisonhos, bandos de gente miseravel e perdida: as fezes da população. Os 3:000 allemães mercenarios chegavam, carregados de bagagens e mulheres, como gente para quem a guerra era um modo de ganhar a vida burguezmente. O melhor do exercito eram os 3:000 castelhanos, aguerridos e disciplinados. De Castella

tinham vindo tambem 500 fidalgos com a sua peonagem e creados; e havia 900 italianos do papa. Com os fidalgos pobres formára-se o terço *dos aventureiros*, que o rei armára á sua custa, pondo-os sob o commando de Christovam de Tavora. seu valído. Era agora o terço dos aventureiros, como a ala dos namorados em Aljubarrota: a cavallaria, esgotadas as glorias medievaes, figurava n'um esquadrão de gente perdida, de mancebos devassos e pedintes, temerarios e vaidosos.

Taes foram os elementos da expedição, á qual os *senhores* portuguezes iam com as suas tropas, ao lado do rei; á qual em Africa se haviam de reunir os cavalleiros de Tanger e Arzilla, e os berberes do sherif desthronado. A somma não excedia 24:000 homens, de que só tres quartas partes vieram a entrar em batalha, «são e podre, que se não sirandou».

Nas vesperas da partida, Lisboa era um acampamento; e a excitação da aventura enchia as ruas de gente curiosa, que vinha futilmente vêr, divertir-se, pavonear-se. Tantos rapazes, de todas as familias do reino, aguçavam a curiosidade das mulheres; e as entrevistas, os requebros e galanteios, as promessas e noivados, occupavam a gente moça. As mulheres não deixavam as ruas, correndo aos bandos, com o rosto coberto pelos rebuços dos mantéos, em busca de aventuras. Os rapazes folgavam, dando largas á doidice, entregando-se nos braços dos amores faceis. Lisboa inteira cantava, ria, dançava, preparando-se para a jornada de Africa: uma batida de javardos, como as de Almeirim, ou de Pancas! Galanteava-se nas ruas; e as damas, nas suas liteiras forradas de seda, com sorrisos tentadores, provocavam os amantes que lhes falavam, descobertos e

de joelhos. Os companheiros invejavam-nos; e os grupos de mulheres embiocadas nos mantéos, deixando vêr o pé e os chapins afivelados, passavam, breves, rindo e commentando, cada qual para a sua entrevista.

O luxo fazia um leito seductor ás aventuras amorosas, e com os preparativos da funcção, os fidalgos arruinavam-se; desbaratavam o que tinham, vendiam as terras, empenhavam-se, como o rei que tambem empenhára por muitos annos os redditos do Estado. As mulheres gastavam o seu e o alheio, para se vestirem e adornarem com joias em profusão. Appareciam como idolos, carregadas de pedraria: fivelas e topes nos chapins, collares, luas, gargantilhas e afogadores de ouro, cravejados de diamantes de Dekkan, de saphiras do Pégu, de perolas de Bornéo, de camafeus da Allemanha, arrecadas nas orelhas, os dedos cobertos de anneis. Vestiam as cousas mais preciosas: as martas e zibelinas de Moscow, os arminhos da Suissa, as sedas da Persia e da Italia; e nos encantados camarins, onde recebiam os seus valídos, reuniam tudo o que no mundo havia de precioso, desde os bufetes encastoados de marfim até aos tapetes da Persia, as colgaduras de damasco de Genova, os espelhos de Veneza, os vasos de porcellana da India, ou de bronze do Japão. Dobradas pelos amores e pelo luxo, tinham requintes nos modos, e uma affectação de enthusiasmo nas falas. Adoravam o rei, moço e temerario, e queriam vêr nos seus amantes outras tantas imagens do principe. Meneavam-se com donaire, provocantes, abanando-se com os preciosos leques de charão da India; e embalsamavam o ar com os perfumes dos frascos de crystal da Bohemia, suspensos da cintura por cadeias de ouro. Onde ficavam

as severas leis de 70? No pó das gavetas dos archivos, na triste desesperança dos conselheiros graves.

Os fidalgos tinham-se empenhado em apparecer bem na côrte; e a porfia exagerava o fausto até onde não fôra ainda, porque ninguem queria parecer menos do que o visinho, nem fazer peior figura. Sem o saber, amortalhavam-se no seu luxo, como vaidosos que, ainda na morte, queriam impôr aos vivos. Trajavam de galas, com gibões de velludo, de setim ou de damasco, ornados de alamares e rendilhas e passamanes de ouro. Traziam nos chapéus tranças cravejadas de pedras rutilantes, e as capas bandadas de velludo e torçaes. Esmaltavam de ouro as esporas; e os arreios dos cavallos, as cabeçadas e estribeiras, eram lavradas, com borlas de ouro; as mochilas e cobertas de velludo, franjadas de ouro ou prata. Os creados vinham vestidos de seda de côres, segundo o rito de cada casa; e nos corpos de aço brunido, os senhores traziam pintados os brazões em campos de côres diversas. Nas couras e colletes de anta assentavam as couraças de laminas sobre velludo e setim, cravadas de ouro e prata. As armas eram objectos de arte: rodellas tauxiadas, adagas com punhos esmaltados, montantes e terçados preciosos. Alguns tinham chegado a fazer de seda de côres as tendas de campanha, com grimpas douradas; e as bellas damas da côrte vinham vêr e admirar todo esse luxo, applaudindo, commentando, pagando com risos de approvação as loucuras dos seus namorados que se pavoneavam, perfumados, ostentando no peito de aço o brazão, levantando com a bainha da espada a capa, descansando a mão nos copos, tendo na outra, pendente, o chapéu emplumado, quando, amorosamente curvados, falavam.

Era uma festa permanente; nas tendas havia banquetes e amores entre os fidalgos e fidalgas; orgias, embriaguez e rixas entre os soldados. A cidade andava atulhada de soldadesca, natural e forasteira. Havia constantes revistas e exercicios; e os toques dos pifanos, o rufar dos tambores á frente dos piquetes, os gritos das sentinellas, o commando dos officiaes, as côres brilhantes dos fardamentos, tornavam seductor o aspecto das ruas. Ninguem parava em casa: todos queriam vêr os exercicios das tropas, o manobrar dos tudescos e dos italianos da frota do papa, e dos castelhanos; mirar-se no explendor da fidalguia; e assistir aos ataques simulados, ás descargas da artilheria, ás surriadas da mosquetaria, tapando os ouvidos para não ensurdecer, observando os rolos de fumo da polvora erguerem-se no ar. As proprias bulhas e rixas dos soldados eram um divertimento. As ondas de povo corriam impellidas em todas as direcções, quando a desordem tomava proporções maiores: como no dia em que as tropas do duque de Bragança vieram ás mãos com os castelhanos, havendo muitos feridos e mortos. E pelo meio da turba, com os seus capotes de burel e carapuças de lã, por entre os escravos pretos curiosos e mudos, viam-se os grupos de mendigos chagados, que o ajuntamento reunira de todo o reino, pedindo esmola pelo amor de Deus; e os beatos com as suas opas, descobertos, levando na mão os mealheiros com retabulos de santos, que todos beijavam devotamente, deixando o seu cobre: «Santo Antão o abençoe!»

O rei não socegava um momento; ia do campo a bordo dos navios, pressuroso, indifferente ás etiquetas. Tudo aquillo era obra sua, feita contra a opinião de todos. O capricho aguçava-lhe o ar-

dor. Dos exercicios, ia ao caes dirigir a carregação dos navios; e depois embarcava na sua galeota, navegando por meio das 800 náus que compunham a esquadra, a saber o que faltava, se tudo corria como era dever.

Finalmente, em 25 do mez de junho, a armada largou velas. D. Sebastião levava a bordo a corôa imperial de ouro, que havia de pôr na cabeça, depois de entrar em Fez; levava os fardamentos e alabardas para a guarda de honra, na ceremonia da coroação; e o prégador Fernão da Silva levava, tambem. o sermão composto e já decorado para a solemnidade.

Essa «maravilha fatal da nossa edade», que nascera n'um berço cercado de phantasmas, caminhava para a guerra no meio de um cortejo de presagios funebres. Apparecera um cometa, e corria que Pedro Nunes, o astrologo, fizera prophecias. Vinha dar á praia um peixe, que de um lado tinha uma cruz entre dois açoites, os emblemas da paixão do Redemptor, do outro a data de 1578. Ouviam-se vozes por varias partes. No Minho tinha-se visto no céu um combate de cavalleiros. D. João III, em phantasma, apparecera a Luiz de Moura, prophetisando mortes. Uma voz dissera: « Ai!» a Vasco da Silveira, capitão da armada; e assegurava-se que o rei a quizera ver e ouvir, e que a alma crescera, côr da noute, dizendo em tom dolente: «Chóro por mim! chóro por ti! chóro por quantos vão!...» Mas apesar do susto, ou talvez por causa do terror, os que iam abandonavam-se ainda mais á orgia do luxo e do prazer. Amar, jogar, beber, era o meio de afugentar as visões pavorosas do medo.

Por mar continuou a festa. Refrescaram em Cadiz, onde se ficaram seis dias a vêr touros; e, chegados a Africa, debateu-se no conselho o plano da campanha. Os capitães experimentados e prudentes propunham que se não abandonasse a costa, cooperando com a esquadra, e tendo, como apoio, as praças portuguezas de Tanger — e de Arzilla, que já no tempo de D. Sebastião voltára a ser christã. O rei oppoz-se terminantemente a um tal plano: queria internar-se em Marrocos, vencer o inimigo em sua casa, e n'uma carreira fulminante, ir a Fez coroar-se imperador. A temeridade era tão grande, que pela cabeça de alguns passou a idéa de o prender. Mas já era tarde, e os capitães do terço dos *aventureiros*, esse grupo de rapazes estouvados que pensavam como D. Sebastião, atacavam com chufas os prudentes. Muitos viam a perdição fatal, mas raros ou nenhuns se atreviam a falar. O duque de Aveiro, com a sua authoridade de grande fidalgo, ainda insistiu: o rei disse-lhe que se não queria pelejar podia ir para bordo. «Tudo foram erros commettidos pela cabeça de um só homem.»

Outra cousa ainda fazia desconfiar do exito os homens velhos: era a impiedade dos moços. Tinham por Deus um grande desdem, e blasonavam contra o juizo e experiencia. Não se dizia missa no arrayal, nem havia «oração geral, como se costuma: só houve dados, ganha-perde, pontos de honra, juramentos, e deshonestidades». Nos despojos do campo, depois da derrota, acharam-se dez mil guitarras.

E o berbere astuto, receiando a guerra na costa, não apparecia; espreitava de longe, como um condôr, para tombar sobre a presa, logo que a visse perdida nos areaes adustos, sequiosa e

esvaída pelo sol ardente. Quando o momento propicio chegou, appareceram as nuvens de cavalleiros fugazes e um numeroso exercito. Foi em 4 de agosto. Que se quizesse ou não, já não era possivel retroceder. Se não pelejassem, morreriam á fome. Havia sete dias que tinham deixado Arzilla, e no campo não chegava a haver «duas costas de biscouto nem outra cousa que comer». A batalha durou uma hora apenas. No primeiro impeto, os *aventureiros* tinham levado os mouros de roldão. A bravura desordenada e louca fôra tanta que chegára a haver rixas para disputar logares na primeira linha; mas quando os clamores de victoria já soavam, ouviu-se uma voz gritando: «Ter! Ter!» e os *aventureiros* pararam. Os mouros tornaram então com bastas rociadas de escopetaria e cargas dos de cavallo. A avançada recuou, o grosso do exercito fundiu-se. Eram quinze ou dezeseis mil homens congregados pelos modos que o leitor viu, na maior parte bisonhos, «tirados á força do arado ou das cabras», não falando em seis mil gastadores e muitos carreteiros e escravos que não era gente, nem mais que impedimento. Viu-se logo o desbarato na sua desgraçada crueza; «tudo gritos e lamentos, mortos em cima de vivos e vivos de mortos, feitos pedaços, christãos e mouros abraçados chorando e morrendo, uns sobre a artilheria, outros braços e tripas arrastando debaixo de cavallos e em cima, espedaçados, e tudo muito mais do que posso dizer porque aperta comigo a dôr na lembrança do que passei!» (M. Leitão d'Andrade) — O primeiro ataque, vertiginoso, levára de roldão os inimigos; mas a phalange portugueza, penetrando como uma setta no meio da seara dos soldados africanos, foi abafada na sua victoria. Depois veiu a chacina, e o

trabalho mais lento de amarrar os prisioneiros: elles eram tantos que já não havia cordas!

O suicidio é ainda uma virtude nas batalhas; mas o exercito de D. Sebastião nem essa virtude possuia já. Raros sabiam morrer; todos preferiam render-se. Mas o duque de Aveiro, offendido nos brios pela resposta do rei antes da batalha, andava no campo á maneira de um anjo de exterminio «todo tinto em sangue», e encontrando o rei na correria disse-lhe: «Veja V. A. se eu sou homem que me embarque!» E seguiu. D. Sebastião seguiu tambem, «cheio de pó e suor, e a camisa como o mesmo carvão» — tão escuro como as nuvens espessas da sua amargura. Calado e sombrio, assistindo ao desmanchar da sua chimera, defendia-se; e aos que o rodeavam, insistindo com elle para fugir, respondia com o silencio. precipitando-se a cavallo contra a mó dos inimigos. — «Mas que resta?» perguntavam-lhe afflictos. «Morrer!...» — E seguia, batalhando, matando.—«Morrer, senhor!» diziam-lhe em lagrimas, e elle, sereno e conciso— «Morrer, sim; mas devagar! — Pois não ha outro remedio? — O céu!»

Um tropel de africanos, rolando como uma vaga que rebenta, envolveu tudo, e esmagou esse ultimo grupo de resistencia. Foi como n'um terramoto, ao desabar de uma casa; tombaram, n'um turbilhão de pó e de imprecações, d'onde rebentavam os clarões das espadas, como linguas de fogo pelas fendas dos escombros. Os que poderam escapar, não viram o rei imberbe cair, nem morrer; ficou obscuramente enterrado nas ruinas da sua loucura ..

Quando a nova do desastre chegou a Lisboa, a cidade entrou em si, tomada de contrição e espanto, as mulheres saíam pelas ruas, desgrenhadas,

a pedir misericordia, chamando pelos paes, pelos maridos, pelos filhos, captivos dos mouros! O que ainda havia de homens em Portugal perdera-se em Africa; e a prova era que o reino ia parar ás mãos do cardeal D. Henrique, tio do rei infeliz: o clerigo timido, já caduco, incapaz de nenhum acto viril. Todos o imploravam, todos o rodeavam chorando, orfãos e viuvas, para que remisse os captivos! E o reino «acabou de ficar sem pelle com o preço dos resgates».

Acabavam ao mesmo tempo, com a patria portugueza, os dois homens — Camões, D. Sebastião — que nas agonias d'ella tinham encarnado em si, e n'uma chimera, o plano da resurreição. N'esse tumulo que encerrava, com os cadaveres do poeta e do rei, o da nação, havia dois epitaphios: um foi o sonho sebastianista; o outro foi, é, o poema dos *Lusiadas* (1). A patria fugira da terra para a região aerea da poesia e dos mythos (2). Na terra via-se apenas o cardeal rei, cachetico, pendurado, como uma creança, a mamar nos peitos da Maria da Motta. E havia quem pedisse ao papa que o deixasse casar para dar successão ao reino! A successão estava preparada a favor do Philippe que comprava tudo, e diante de quem todos reverentes caíam de rastos.

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 245 e segg. e *Theoria da historia univ.* nas *Taboas de chronol.*, p. XXXIV, *intr.*
(2) V. *Instituições primitivas*, pp. 240-1.

IV

O sebastianismo

Mas o clamoroso acto de contrição, gemido nas ruas, ao chegarem as noticias de Africa, afogou-se logo na atmosphera corrompida. «E' para chorar e acabar de pasmar a louquice d'essa terra», dizia uma testemunha. Não havia força bastante, nem para soffrer; e os infelizes, desesperados, abandonavam-se á protecção do castelhano, vendendo-se-lhe; abandonavam-se á protecção magica das *promessas*, dos votos e das feiticeiras. — O rei de Castella, Deus, o Diabo, um qualquer messias que nos salve, pois que o adorado Messias, o moço redemptor morreu (talvez não morresse!) em Africa.

E as donas illustres e de qualidade andavam a modo de romarias pelas ruas e egrejas; e não havia devoção defeza que não fizessem, nem feiticeira que não buscassem, para saber noticias do captiveiro: era um tempo dourado para santões e beatas, que as roubavam em quanto possuiam. Achavam-se por toda a parte, aos grupos, cumprindo as devoções, embiocadas e descalças, parecendo medos. Mas, na prolongação molle d'estes habitos, tinham adquirido paixões novas, e a frequencia das missas e procissões tornára-se uma fórma diversa de vicio, uma nova origem de devassidão. Nas casas não ficava negra, nem rapariga; todas iam ás resas acompanhadas pelos

namorados, velhos emparvecidos, ou algum rapaz travesso, porque os homens tinham morrido ou estavam captivos em Africa. Todas se conheciam nas egrejas e iam ahi como a saraus; e «tam andejas se fizeram por modo de galanteria, que duvido que os maridos, se o soubessem, queiram de lá (do captiveiro) sair, pelas não verem».

As mulheres galanteavam, os homens vendiamse, e o cardeal D. Hnrique resava e chorava, sem saber como decidir-se — fugido em Almeirim da peste, que mais uma vez tinha chegado a visitar Lisboa. Philippe II queria o reino, o prior do Crato sonhava repetir a façanha do Mestre d'Aviz, o duque de Bragança allegava os seus direitos; e o caldeal-rei, tremendo do pretendente visinho, inclinado ao duque pela amisade, odiava D. Antonio, em cuja cabeça estava a unica taboa de salvação do reino, se é que o reino podia salvar-se.

O prior do Crato não valia mais nem menos do que o Mestre d'Aviz: acaso valesse pessoalmente mais; a nação, porém, fôra um ser vivo e forte no seculo XIV, e era um corpo moribundo no seculo XVI. Os pretendentes, com a avidez de herdeiros, affligiam no seu leito de morte o cardeal, cuja vida se extinguia com a da nação.

Assim que o rei cachetico morreu, sem deixar cousa alguma resolvida, Philippe II mandou occupar Portugal; e o prior do Crato dispoz-se a repetir a historia de 1385. O duque de Bragança, retirado em Villa Viçosa, caçava no seu paço, indifferente á sorte do reino; e o exercito castelhano descia, do Alemtejo a Setubal, capitaneado pelo duque d'Alba.

Em Lisboa reinava D. Antonio, acclamado rei. A capital, obediente ao jugo d'um messias importuno, anciava, comtudo, por uma terminação da

crise. Queria entregar-se nos braços do tyranno de Castella, mais poderoso, e por isso, provavelmente, mais benigno. Assim como a onda da miseria viera crescendo, invadindo e afogando, assim crescera a onda da loucura; e quem viu Lisboa antes da jornada de Africa, e a vê agora sob o mando do rei do Crato, reconhece que o paroxismo do delirio não fôra então ainda attingido. Era uma loucura feroz, um terrorismo do desespero, como se dá em toda a parte, quando desgraças calamitosas desequilibram as forças collectivas, acclamando as ambições vulgares, e dando o mando ás plebes e aos facinoras. [1]

Assim estava Lisboa, na imminencia do ataque dos castelhanos. Com o intervallo de duzentos annos, em que se fechára o circulo de uma historia brilhante e meritoria, a capital, que iniciára a viagem por uma revolução, concluia-a por uma *Communa*. As mesmas ruas que tinham visto as scenas de 1385, presenciavam as de 1580. O prior era um Mestre d'Aviz, o conde de Vimioso o Nun'alvares de agora. Havia a scena, havia os personagens: faltavam, porém, os córos; porque n'esses duzentos annos o povo extinguira-se, trucidado nos palmares da India, devorado pelos mares irritados, roído pelas pestes. [2] Restava apenas a baba vil,

[1] V. *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) I, pp. 126 e segg.

[2] Eis aqui um Censo de 1535, descrevendo os logares representados em côrtes: (ap. Santarem, *Côrtes geraes*, doc. pp. 100 e segg.

	VISINHOS		
Traz-os-Montes	Villa	Termo	Total
Villa Real	478	1:500	1:978
Bragança	481	1:161	5:662
Mais tres villas	979	2:168	3:147
Entre Douro e Minho			
Porto	3:006	10:116	13:122
Guimarães	1:405	3:553	4:958

como os limos e restos que a onda abandona com desprezo quando vae fugindo para o mar, na praia núa.

Braga	848	1:091	1:089
Mais 8 villas	3:353	13:474	16:826
Beira			
Guarda	379	1:942	2:321
Lamego	472	1:018	1:490
Vizeu	459	2:881	3:390
Castello Branco	870	547	1:417
Mais 7 villas	2:640	9:883	12:523
Estremadura			
Lisboa	13:010	4:024	17:034
Santarem	1:988	3:387	5:375
Thomar	737	1:516	2:253
Abrantes	775	1:225	2:000
Coimbra	1:329	3:241	4:570
Aveiro	994	466	1:460
Mais 13 villas	3:304	11:014	14:318
Entre Tejo e Guadiana			
Evora	2:813	788	3:601
Montemor	879	705	1:584
Elvas	1:016	438	2:354
Olivença	1:053	186	1:239
Beja	1:927	880	2:807
Serpa	727	550	1:277
Moura	875	747	1:622
Estremoz	969	452	1:421
Portalegre	1:224	195	1:419
Setubal	1:220	35	1:255
Mais 27 villas	10:578	5.573	16:151
Algarve			
Faro	1:567	478	2:045
Tavira	873	572	1:445
Lagos	1:310	453	1:763
Mais 4 villas	1:126	1:939	3:065

A diminuição da população progrediu sempre, desde o principio do seculo XVI, talvez, e os successivos revezes nacionaes fizeram com que dois annos depois de Alcacerquibir, na resenha que então se fez, se visse não attingir a um milhão toda a população do reino. De 18 a 50 annos não havia mais de 18:000 homens, excluindo a nobreza e a gente que podia servir a cavallo. (V. *Mem. econ. da Acad.*, I, p 133).

O governo do prior do Crato em Lisboa era uma tyrannia de energumenos. Tinham desertado da capital os nobres e os ricos: ficára uma plebe desvairada, que tomou posse dos cargos e dos arsenaes. Era o reinado da demagogia. Lisboa parecia uma cidade antiga, D. Antonio um antigo tyranno da plebe. Os fugitivos, tibios, eram caçados; e uma vez colhidos, prendiam-nos, arrastavam-nos pelas ruas, apedrejando-os e vilipendiando-os, para os obrigarem a alistar-se nas desordenadas levas do exercito de Lisboa. Do mesmo modo porque se compunham as tropas, se obtinham recursos: eram assaltos ás casas, rapinas, violencias. O governo vendia tudo: logares e honras, desesperado por não achar compradores bastantes. Os judeus folgavam. remindo-se a dinheiro. Tambem os escravos, alistados nas tropas, se libertavam; e esta medida deu um tom novo aos tumultos e aos roubos e assassinatos que impunemente se commetiam por todas as ruas. Os thesouros e alfaias das egrejas eram saqueados, os templos profanados. Os frades andavam arregimentados, de couraça e capacete sobre o burel, prégando sermões e ordens de commando. Arregaçado o habito, subiam aos marcos, nas esquinas das ruas, e de espada em punho, falavam em Deus, na gloria que esperava os Machabeus, nas penas do inferno reservadas aos tibios. Os conventos eram arsenaes, e pelas salas abertas, homens e mulheres escolhiam armas, praguejando. Era uma saturnal.

Entretanto o duque d'Alba avançava cautelosamente. Como os enfermeiros, quando rodeiam em circulo o louco varrido, approximando-se, defendidos por almofadas para evitar os golpes, e para o abafar, pondo-lhe o collete: assim o veterano, com prudencia, fortificada Setubal, dava por mar

a volta a Cascaes segurando as torres, e avançando contra Lisboa, torneada e presa.

Em Alcantara (1580, agosto) não houve propriamente uma batalha: foi o encontro de uma onda fatal com um viveiro de formigas tontas. A artilheria castelhana varreu breve os batalhões de frades, de escravos, e de regateiras; e a cavallaria tornou a derrota n'uma debandada. Toda a força do Prior, do conde de Vimioso, do bispo da Guarda, não bastavam para amparar, na derrocada, os muros que desabavam a pedaços.

Os do senado de Lisboa imploravam ao duque d'Alba que os libertasse da tyrannia dos revolucionarios; e os governadores, a quem o cardeal, morrendo confiára o reino, refugiados em Castro-Marim, tinham, por sentença, dado a corôa a D. Philippe. O seu general occupou Lisboa, e no anno seguinte (1581, abril) as côrtes, em Thomar, acclamaram-no rei.

Não houve protestos contra a perda da independencia? Houve; mas de tal natureza, que são mais uma prova da incapacidade da nação para a defender.

O prior do Crato, vencido e fugido, foi pedir á politica europêa o auxilio que òs portuguezes lhe negavam; protrahindo nos Açores, e mais tarde em expedições dirigidas contra o continente, uma teima impossivel de vingar; porque o povo, deprimido e miseravel, nada confiava nem esperava dos homens: pedia tudo a Deus, e a um milagre.

Como os antigos judeus na Palestina, os portuguezes tinham amassado com as suas lagrimas a

chimera do messianismo. Devastada, vencida e por fim vendida, a nação era um campo-santo; os homens como sombras; as agitações messianicas, especie de fogos fatuos que ondeavam no ar, suspensos na atra sombra da noite do infortunio. Os machabeus de 1580 não tinham sabido menear a espada; e o povo, perdido o sentimento da sua realidade, como todo e como força, abandonava-se a esperar a volta do Messias — D. Sebastião, o principe encantador, a divina creança, que soubera aspirar para a salvação commum, que viria de certo redimir a nação!

Ninguem vira morrer o rei; Sebastião de Rezende achára-lhe o cadaver já nu; vestira-lhe um gibão de hollanda branca, e atravessando-o na sella do cavallo montára nas ancas, levando-o comsigo. Os prisioneiros lavraram um auto, reconhecendo aquelle cadaver como o do rei; mas depois dizia-se que o tinham feito para melhor defenderem a fuga, tirando ao inimigo as esperanças de o haver ás mãos; e se no primeiro momento, o terror do cataclysmo fizera esquecer a circumstancia da morte occulta, logo as maiores desgraças posteriores acordaram na alma do povo a suspeita de que D. Sebastião vivia. A sua phisionomia sympathica, os seus proprios erros que eram virtudes, por fim a sua historia tragica. fundavam os alicerces de uma beatificação que se ia formando. O povo crystallisava os seus ideaes, transfigurando o homem n'um symbolo das suas esperanças e desejos.

Um fugitivo, mascarado, batera depois da batalha ás portas de Arzilla, e para que lh'as abrissem dissera-se D. Sebastião. De nada valeu o depoimento do capitão de Arzilla, nem o do proprio author da mentira. O povo acreditava que taes noticias eram embustes, armados contra a sua espe-

rança pelos miseraveis, vendidos e podres, que o governavam. Tinham covardemente abandonado o heroe, e agora temiam-lhe a colera: porque elle voltaria a julgal-os, a condemnal-os.

Desde que se lançára nos braços d'esta esperança mystica, desde que o messianismo, symptoma superior da cachexia nacional, levava o povo a confiar indiscutivelmente n'um milagre proximo, D. Antonio, um pseudo-messias, debatia-se em vão chamando a si o auxilio das populações contra o castelhano.

Os prophetas, o Bandarra, e Simão Gomes, o *sapateiro-santo*, inspirados, cantavam a epopêa do heroe, e as condições em que viria a apparecer para redimir o seu povo: como na Judéa, tambem, o Christo fôra um salvador da nação, antes de ser redemptor das almas. Tambem o Christo portuguez havia de alargar o seu imperio por longes terras, e a sua edade seria a éra da redempção. Tambem o messianismo da Judéa fôra buscar ás lembranças proximas do reinado glorioso de Hyrcan a raiz positiva da formação aerea — como a pessoa do imberbe principe desgraçado era a raiz do edificio mystico portuguez.

Em 1584-5 apparece o Messias, encarnando successivamente em dois homens, que tambem tiveram a sua paixão, a sua cruz. O primeiro, o *rei de Penamacor*, era um oleiro; o segundo, o *rei da Ericeira*, era um pedreiro. Um apparecia nas faldas da serra da Estrella, junto á fronteira; o outro nas raizes da serra de Cintra, junto ao mar: ambos no coração do paiz, sobre o seu dorso, junto da medula espinal, onde vibram as commoções centraes do organismo: n'essa cordilheira onde moram os puro-portuguezes. Quando a alma nacional rebentava n'um soluço intimo, o grito não po-

dia vir, nem do norte gallego, nem do sul turdetano.

Não são os dois reis da plebe impostores, nem charlatães: ou tambem Jesus foi uma e outra cousa. Não são, como o prior do Crato, pseudo-messias, politicos cheios de manhas e atrevidas artes: são homens simples, como é simples o povo que os acclama e segue. Por um mysterio, vedado á razão, encarnou em ambos a alma collectiva e são verdadeiros christos nacionaes. Não se arrogam a si esse titulo, como tambem Jesus o não fez; mas quando lhes dizem: és o rei! elles crêem; como Jesus acreditou, quando lhe disseram: és o filho de David! — Só o povo sagra os verdadeiros christos, e mal dos que, sem a sagração popular, usurpam essa dignidade.

Morreram ambos no cadafalso ignominioso, como Jesus acabou n'uma cruz; mas as suas agonias radicaram a fé na alma do povo, porque o proprio das sublimes loucuras collectivas é protestarem contra as sentenças da realidade, do mundo, dos sentidos. Inconsciente voar para a região de um mundo ideal indefinido, a fé e os milagres que ella produz são a corôa divinisadora da humanidade...

Os dois reis da plebe não podiam evidentemente ser D. Sebastião, mas era, comtudo, facto que ninguem vira morrer o rei. Corriam tradições a respeito da sua fuga, e nada se oppunha á possibilidade d'elle, de facto, existir escondido por algum canto da Europa. Os emigrados com D. Antonio em Paris ardiam em desejos de vêr confirmada esta suspeita; e não faltava quem, depois das revoltas de Penamacor e da Ericeira, chegasse a pensar em forjar um D. Sebastião, para o apresentar á adoração do povo em Portugal, levantando-o como pendão de revolta contra o castelhano.

D'estes dois motivos nasceram as aventuras de Madrigal e de Veneza, cujos heroes foram o pasteleiro, e Marco Tullio, o calabrez. Não nos demoraremos a contar essas historias, curiosidades sem alcance. Se o pasteleiro conseguiu fazer-se amar por D. Anna de Austria, enclaustrada; se o de Veneza conseguiu ser prégado pelo primeiro apostolo do Sebastianismo, D. João de Castro, neto do vice-rei, e S. Paulo da religião portugueza; se ambos acabaram nos supplicios, pagando com a vida a sua impostura (1594-1603): são isso meras curiosidades da historia, e na nossa propozemo-nos apenas a traçar a derrota do sentimento popular.

Para este, eram verdadeiros todos os successivos D. Sebastião, passando a falsos desde que morriam. Deificar o rei, transferir o seu reinado d'este para o outro mundo, transfigurar a esperança e transcendentalisar a crença, como succedera na Judéa, era cousa que o espirito portuguez não podia realisar. Tudo se oppunha a isso; e este phenomeno de embriologia religiosa não passou á categoria de religião. Não só o catholicismo — já de si messianico — o impedia radicalmente, como tambem na raça não havia os dotes elementares, com que o hellenismo, insinuando-se nas tradições judaicas, fizera do messias um deus, de um imperio uma apotheose, e de uma edade aurea, a èdade eterna e ideal do espirito.

Manteve-se o caracter realista da lenda. D. Sebastião conservou-se um heroe, e o christo nacional não attingiu a categoria de deus. Os successivos desenganos, porém, e o tempo que, no seu decorrer, tirava a possibilidade á existencia real do homem, não podendo transferir a lenda para a região do dogma, levaram-na para a região do mytho; não

podendo transcendentalisal-a, naturalisaram-na; não podendo transfigurar o rei em Deus, fizeram d'elle um heroe: Herakles e não Zeus, o Archanjo e não o Verbo. [1]

Com os movimentos da intima psychologia collectiva e com a historia dos sentimentos inconscientes da nação, é que o observador póde penetrar no fundo das origens ethnicas, por toda a parte encobertas com as superfetações successivas das influencias estranhas, da intervenção do acaso, da vitalidade das tradições.

E quando vemos que a alma religiosa da nação, retrahindo-se ao seu amago intimo, creando espontaneamente uma fé, ao lado do catholicismo dogmatico e transcendente, imposto, importado, e mal definido nas consciencias, constroe essa fé com os materiaes conhecidos das antigas religiões naturalistas dos celtas; quando vemos que D. Sebastião se transforma n'um rei Arthur, escondido na ilha viçosa dos bardos: somos, com effeito, levados a suppôr que o elemento primitivamente dominante nas populações é em Portugal celta, pois que os seus fructos ingenuos e espontaneos têm a côr e a fórma dos productos d'essa raça.

Nem só a lenda de D. Sebastião prova isto; porque já observámos as manifestações do ingenuo amor da natureza, o enthusiasmo candido do heroismo, a sentimentalidade nebulosa da poesia. Para nós, o sebastianismo é uma prova posthuma da nacionalidade. Na hora das agonias derradeiras, os soluços violentos do povo traziam aos labios a voz intima, e proferiam de um modo eloquente e altisonante o pensamento natural organico. Como nos terramotos geologicos, a revolução das lavas

(1) V. *Systema dos mythos relig.*, p. XVII.

subterraneas repellia as camadas superiores, levantando-as e separando-as; e punha a nú a ossatura dos granitos, vomitando uma golphada de lume vivo.

Mas, porque motivo, se no fundo intimo da alma nacional ardia esse fogo celtico, as suas manifestações foram sentenciadas a ser por tal fórma indecisas, quasi obcuras, nas epochas ordinarias da vida? Porque appareciam apenas, ou nos typos excepcionaes (Nun'alvares, D. João de Castro), ou nos momentos de crise—crise de enthusiasmo, como quando nos lançavamos ao Mar Tenebroso, ou de desespero, como quando nos afundavamos no messianismo tumular? Porque fôra a vida da nação uma existencia pallida, incolor, sem caracter accentuado, nem phisionomia bem definida? Porque foram, nos melhores dias, os seus grandes homens como os heroes de Carthago, ou como os imperadores da Assyria? E a sua religião, como o culto africano dos deuses da Orgia? Porque não podéra, finalmente, uma raça que tanto sentia agora o seu genio, construir uma historia, e instituições e religião proprias d'esse genio, como na Irlanda, na Escocia ou na Bretanha?

Porque a definição da nacionalidade não obedeceu ás prescripções da natureza; porque a nação portugueza foi, como tal, o fructo de actos da vontade de certos homens; porque á gente lusitana se aggregaram, pelo norte, os gallegos onde corria muito sangue suevo, pelo sul os turdetanos onde corria muito sangue berbere, e a população formou-se da combinação dos tres grupos; porque, finalmente, nem o *habitat* dos celtas da Lusitania correspondia a uma unidade geographica, adequada a manter independente a vida da raça, nem as fronteiras, delimitadas pela politica, a uma expres-

são territorial que nos pozesse ao abrigo das influencias incessantes, imperiosas, multiformes do estrangeiro. (1)

Só um principio subjectivo, qual é a Vontade, podia dar cohesão a esse amálgama de elementos, a esse conjuncto sem unidade natural; e a nação portugueza vive, emquanto vive o patriotismo. Esse querer, que é uma ambição pessoal apenas nos reis da primeira dynastia, é um sentimento collectivo na segunda; e o desenvolvimento das idéas faz com que os monarchas se sintam os representantes, os orgãos e os symbolos, de um acto que não obedece ás leis da natureza phisica, mas provém das ordens da natureza moral. Portugal foi uma nação como a Judéa, e um imperio como Roma. E assim como, no intimo fundo das manifestações romanas, apparece a raiz do latino: assim tambem apparece entre nós o lusitano, ou celta. Mas, da mesma fórma que o acto da consciencia alargou, para fóra da esphera natural da raça, a esphera politica e social de Roma: assim tambem succedeu a Portugal. A nação não foi um producto simples das qualidades naturaes; a sua historia não é apenas um desenvolvimento organico ou impessoal: é uma successão de actos voluntarios, de planos de estadistas.

Por isso, em Roma e em Portugal, Virgilio e Camões, dois verdadeiros épicos, inspirados pelas idéas, e não apenas arrastados pelo temperamento collectivo, são a mais cabal expressão do genio das duas nações.

Quem fôr observar intimamente a phisionomia da *Eneida* ou dos *Lusiadas* verá que, para além das manifestações conscientes do pensamento mo-

(1) V. *As raças humanas*, I, pp. XXVIII-XXXV.

ral, apparecem comtudo as confissões espontaneas do genio natural. O mysticismo rural de Virgilio traduz a alma do Lacio; o amor ingenuo da natureza, as invenciveis attracções do mar, traduzem, em Camões, a alma lusitana. Tem a critica notado a affinidade litteraria do poema de Camões e do de Virgilio: registremos nós uma differença. Os *Lusiadas* cantam um passado, e são um epitaphio. A *Eneida* era uma apotheose, cantando os *aurea sæcula*, a edade presente, de Augusto Cesar, filho dos deuses...

A alma lusitana, ingenua na sua candidez — tombado agora por terra o edificio imperial, desconjunctado e condemnado o systema de idéas patrioticas que desde o XVI seculo tinham dado vida á nação — rebentava em soluços, buscando no seio da natureza, onde se acolhia, uma salvação que não podia esperar mais das idéas, dos systemas, dos heroes, nem dos reis em quem tinha confiado por dois seculos. A obra temeraria dos homens caía por terra; e o povo, abandonado e perdido, abraçava-se á natureza, fazendo do lendario D. Sebastião um genio, um espirito — e da sua historia um mytho.

O sebastianismo era pois uma explosão simples da desesperança, uma manifestação do genio natural intimo da raça, e uma abdicação da historia. Portugal renegava, por um mytho, a realidade; morria para a historia, desfeito n'um sonho; envolvia-se, para entrar no sepulcro, na mortalha de uma esperança messianica.

Por aqui se póde avaliar a loucura dos que esperavam derrubar, com o sebastianismo, o rei de Castella. D. João de Castro, o apostolo da realigião, amontoava textos sobre textos, invocava as Sibyllas e os Santos-padres, os Evangelhos e o

Apocalypse, para demonstrar que D. Sebastião viria salvar Portugal; e nenhum dos apostolos via que o messianismo sebastianista se tornára um milagre, e uma esperança funebre. Como S. Paulo, os apostolos só deviam aconselhar a morte, porqne só essa era a ambição do povo!

LIVRO SEXTO

A decomposição

(1580-640; DOMINIO HESPANHOL; 1777; — DYNASTIA DE BRAGANÇA)

> Somos entrados na santimonia, ou por melhor dizer, na beataria. Tenho cansado a V. m., quisera passar voando por aqui, mas hei medo que não possa. A materia é das mais importantes.
>
> D. Francisco Manuel, *Carta de Guia de Casados.*

I

A educação dos jesuitas

Desde que o destino concedera ás duas nações da Hespanha o dominio sobre os novos mundos por ellas descobertos, as côrtes de Madrid e de Lisboa primavam sobre todas na Europa; e a Peninsula, onde Santo Ignacio vira a luz, a Hespanha cujo mysticismo formára o corpo da doutrina da *Companhia*, (1) era, por mais de um motivo, o fóco de attracção da força reformadora da nova milicia ecclesiastica.

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) IV, 3-4.

Reagindo contra a explosão violenta do heroismo dos homens da Renascença, o jesuitismo prégava a doutrina da submissão e proclamava a Obediencia systematica. Santo Ignacio recommendava aos seus discipulos portuguezes que fizessem inteira resignação das suas vontades, que offerecessem candidamente ao Creador, em seus ministros, a liberdade: um dom providencial! Mas esta abdicação formal da vontade, assim prégada, não era simplesmente uma regra de consciencia religiosa; pois o jesuitismo soubera conciliar a transcendencia com a realidade, e dar ao mysticismo um caracter pratico. Era uma ordem de moral positiva, e o primeiro principio da educação: o sacrificio da vontade é uma abdicação real, nas mãos dos confessores e ministros de Deus, padres da *Companhia.*

Não basta, porém sacrificar a vontade, porque o homem moral vive tambem da intelligencia; e ninguem soube ler as intimidades psychologicas do genero humano como Santo Ignacio e os seus companheiros. Além da vontade, escrevia o fundador, é necessario offerecer o entendimento, tendo não só o mesmo *querer*, mas tambem o mesmo *pensar* do superior. Esse segundo, e mais intimo e difficil sacrificio, acabava de reduzir á passividade ideal o discipulo. Entretanto a passividade não era uma abjecção, porque na bocca do ministro, ou superior, estava o verbo de Jesu-Christo; nas suas palavras e nas suas ordens, a intenção divina: «Não considereis o superior, qualquer que elle fôr, como homem sujeito a erros; antes olhae para aquelle a quem no homem obedeceis, para Christo; buscae em vós as razões que possam defender os seus mandados.»

O ministro ou superior não é, decerto, impecca-

vel, pois que é homem; mas no mundo, imperfeita imagem da sociedade celestial, governam as idéas, como o sol ainda nos alumia, quando o não vemos. As fraquezas e imperfeições do espirito humano são como os nevoeiros que nos encobrem o fóco de uma luz, ou como a incapacidade da palavra para traduzir toda a profundidade e delicadeza do pensamento. Essa luz intima, esse primeiro principio abscondito é a Obediencia; porque o Universo é a grande monarchia de Jesus, imperador absoluto das vontades e dos pensamentos. Obedecer, pois, é acertar sempre; ainda quando, por motivo de fragilidade humana, a ordem possa ser errada. A authoridade é em si mesma impeccavel, embora as suas manifestações se nos affigurem alguma vez erroneas.

Tal era o primeiro principio da reforma jesuitica; e entre os diversos monumentos da capacidade do espirito humano que a Renascença nos legou, nenhum excede a este em grandeza, porque nenhum ousou atacar de frente, com maior coragem, nem força mais intima, os problemas da religião e da moral. Fundar a moralidade na abdicação, construir a ordem com a ruina da vontade, era contradizer por tal modo o racionalismo e o mysticismo, confundir o ideal e o real, o divino e o humano, por fórma que o mundo, submettido á educação jesuita, dominado pela profundidade d'esse pensamento, corria o perigo de acabar afogado por um paradoxo de genio.

O mundo reagiu; mas nós portuguezes, filhos d'esta Hespanha em cujo seio o monstro se gerára, acabámos effectivamente, triturados pelas tentações frias e potentes d'uma serpente de nova especie — afogados, extenuados, cadavericos, já sem alma, nem pensamento, nem vontade.

Uma revolução tão intima e constitucional, que se propunha a modificar a natureza humana, para depois alterar a ordem do mundo, exigia, desde logo, que a *Companhia* fosse, antes de tudo, instructora e educadora. A prégação e o exemplo que tinham bastado no XII seculo ás ordens mendicantes, não bastavam agora; porque, então, os apostolos propunham-se a converter os homens, mundanos, á absorpçãe em Deus; e agora, os novissimos missionarios queriam formar *ab ovo* uma diversa especie humana, e transfigurar o mundo sem o aniquilar.

O jesuitismo não condemnava o mundo nem o homem, como outr'ora os mysticos tinham feito. Queria á natureza e ao homem, queria á actividade e ao saber; mas todas essas cousas eram para elle aspectos apenas de realidades intimas, e instrumentos cegos de uma obra mysteriosa e santa. O imperio de Christo na terra, o messianismo que até ao anno mil fôra uma esperança realista; que depois se transfigurára n'uma abjecção mystica, n'uma condemnação formal do mundo, da natureza e do homem — resuscitava agora sob uma fórma nova. A Obediencia piedosa, a abdicação, conseguiram o que, nem a thaumaturgia, nem o mysticismo, tinham realisado: fundir n'uma essencia unica Deus e o Homem, o céu e a terra, o absoluto e o contingente; resolver essa eterna e insoluvel questão que, desde Alexandria, vinha enlouquecendo as cabeças e ameaçando a solidez e o futuro do christianismo.

O milagre que a Europa esperára durante seis seculos, contavam os jesuitas realisal-o, educando o homem, transformando o mundo: transfigurando ambos, de realidades positivas e de seres vivos e

autónomos, n'aquelles *aspectos* que a razão transcendente descobre na realidade. O homem ficaria sendo, não propriamente um automato, mas um cadaver, um phantasma, a representação impessoal de uma idéa. Viveria como se fosse morto, conservando a fórma, sem conservar a alma. E assim, a instrucção, origem da sua força (porque, no XVI seculo, a influencia do saber primava já sobre a do braço) seria tambem formal apenas.

Examinaremos, successivamente, mas de um modo succinto, a maneira pela qual esta philosophia se traduziu nas instituições e na politica; e releve-nos o leitor o demorarmo-nos sobre tal assumpto, porque, sem comprehendermos o caracter exacto do jesuitismo, jámais comprehenderemos a historia nacional nos seculos XVII e XVIII. Portugal tornou-se o baluarte da *Companhia*, e a dynastia de Bragança, obra d'ella, foi o seu melhor pupillo.

— — —

Contra o mysticismo protestante, tinham os jesuitas defendido em Trento (1) a razão e a sciencia; e agora, perante os conflictos inevitaveis entre uma religião revelada e a philosophia, davam a ambas o caracter fugitivo e n'um sentido falso que, no entender dos fundadores, convinha a todas as cousas reaes. A fé reduziam-na a cathecismos dogmaticos, e a moral religião á casuistica. Na philosophia mantinham tudo o que lhe é exterior, exagerando o luxo apparatoso de uma rhetorica inutil e van, e levando os espiritos á mudez, pelo cami-

(1) V. *Hist. da civil iberica* (3.ª ed.) l. IV, 4.

nho de uma erudição myope, de um apparato de sabedoria, no fundo ignorante. O crente e o sabio. e a religião e a philosophia eram formulas seccas, estatuas mudas de cousas outr'ora vivas. O jesuitismo mumificava o mundo e o homem.

A força da disciplina, o enthusiasmo por uma doutrina genial no paradoxo, servidos pelo temperamento heroico de Santo Ignacio e pela perspicacia do professor Laynez, deram desde o começo á educação jesuita uma superioridade incontestavel. O exito confirmava as previsões dos fundadores; e todos concordavam, até no seio da Allemanha protestante, que a mocidade aprendia mais e melhor com os jesuitas. As linguas antigas eram, na Renascença, o alicerce da educação classica. Ninguem excedia, no conhecimento d'ellas, os professores dos collegios que a Companhia espalhava por toda a parte: sempre que erigiam um templo fundavam uma eschola. Assim chegaram a contar 25 universidades e 150 estudos-geraes, seus proprios.

Laynez reconhecera com perspicacia os effeitos devastadores da grammatica no espirito sensivel da infancia. As formulas abstractas e incomprehensiveis para a imaginação, as definições metaphisicas (cuidadosamente evitadas na instrucção superior) convinham para estontear e emparvecer os cerebros infantis, cujas impressões duram por toda a vida do homem. O cathecismo de Canisio vinha em socorro da grammatica; e ao mesmo tempo que esta seccava, com as abstracções a fonte viva da imaginação, o longo rosario de perguntas e respostas encadeadas, infalliveis, clarissimas na sua obscuridade, realistas e praticas, atrophiava na origem o sentimento ingenuo e quente sobre que vive a piedade espontanea. Juntando, final-

mente, ao cathecismo e á grammatica, as formulas e praticas devotas, sempre regulamentadas, e ligadas sempre a fetiches (rosarios, bentos, reliquias, etc.) para que o espirito se não perdesse na espontaneidade, nem se deslocasse, do mundo positivo, para o do sentimento ou da imaginação, os jesuitas conseguiam, effectivamente, fazer uma sociedade de beatos e pedantes, exteriormente religiósa e sábia, n'um accordo completo, sem disputas, nem rixas, nem protestos, nem contradicções — por isso que tinham conseguido seccar as fontes da vida moral e da vida intellectual.

Assim como substituiam a *devoção* á oração, a pratica religiosa á religião: assim tambem punham, no logar da espontaneidade abafada, a emulação, para provocar o ardor dos estudantes. Foi Laynez o inventor dos *premios*, distribuidos solemne, publicamente, para galardoar o aproveitamento de uns discipulos, ferindo e deprimindo os menos capazes, ou menos felizes.

Convenientemente encaminhado, podado, arranjado e correcto, como as arvores que nas latadas se estendem em leque, para produzirem monstruosamente, o discipulo entrava nos estudos superiores. Ahi, as materias eram ainda nominalmente as mesmas, mas na essencia outras. Na Theologia tinham substituido a escholastica aos Santos-padres; no Direito tinham banido o methodo historico, cingindo-se ás apostillas dos lentes, a *sebenta*; na Medicina tinham supprimido a anatomia, sem a qual o estudo era uma chimera; e a Mathematica, reduzida em Coimbra a uma cadeira apenas, como distracção, limitava-se em Evora a um curso elementar. O ensino da Philosophia, prolongado por tres ou quatro annos, era um modo de entreter, com phrases occas e disser-

tações estereis, a actividade mental dos discipulos, desviando-a do pensamento para a rhetorica. Em tres ou quatro annos, apenas outros tantos dias eram consagrados á idéa do Ser; e quanto á Substancia, aos primeiros principios e á liberdade e eternidade de Deus, não era licito discorrer, nem investigar: *nihil dicant, nihil agant.*

Precursores positivistas, propunham-se temerariamente a fixar a raia do imperio da razão, construindo os marcos fronteiros, além dos quaes lhe não consentiam ir: *Questiones de Deo... praeterantur.* Ninguem levante problemas novos: *Nemo novas introducat questiones.* E como a natureza, vingando-se d'essa disciplina secca, pratica, mas irracional, multiplicava os idiotas, apesar de sabios, o jesuitismo, prevendo a hypothese, tinha já destinado o logar dos tolos: os que forem ineptos para philosophar, destinem-se á casuistica.

Tal foi o systema de educação introduzido em Portugal; e n'essa eschola se formaram os braganções, e o reino de que os jesuitas os fizeram seus feitores.

Entre as medidas do reinado de D. João III conta-se, como o leitor já viu, a reforma da antiga Universidade nacional. Fundada em Lisboa na ultima decada do seculo XIII pelo rei D. Diniz, a universidade foi trasladada para Coimbra na primeira da seguinte: o bolicio de uma capital não provava favoravel ao progresso dos estudos. D. Fernando, porém, em 1375, volta a estabelecel-a em Lisboa, mas logo em 1431 é reconduzida a Coimbra sob os auspicios do infante D. Henrique. O leitor sabe como os filhos de D. João I, que sem exagero se podem dizer os fundadores do

nobre e glorioso Portugal da Renascença, se tornaram os iniciadores da cultura eminente d'essa epocha. A litteratura, as artes, as sciencias e a philosophia, trazidas em semente para este magro torrão de uma nação rural e como que *provinciana*, eram verdadeiramente uma importação; mas a semente vingou tanto que deu de si a historia, ou brilhante, ou duradoura, das nossas descobertas, das nossas conquistas e das nossas colonias. A decadencia foi rapida, e acabou por uma tragedia funebre.

Mas já muito antes de Alcacerquibir se viam e conheciam os symptomas morbidos. O governo que mandava á India D. João de Castro para travar a desordem miseravel do Ultramar, reconhecia a necessidade de revivificar os estudos decadentes, abastardados. Planta exotica, a sciencia, trazida de fóra para o seio de um povo em que a curiosidade intellectual não é um traço de caracter eminente, definhára. Como se faria reviver? Como se renovaria a tradição em via de extinguir-se? Por meio de novas introducções de gente de fóra, contractando sabios que viessem alumiar os cerebros de um povo naturalmente inclinado á inercia intellectual. A empreza de D. João III precede a do marquez de Pombal, na historia e no alcance expressivo para a comprehensão do caracter do povo portuguez. O governo reformador não se limita a alargar a área dos estudos universitarios: manda vir de toda a parte professores que ensinem aos nacionaes essas materias novas — conquistas do espirito, coevas e parallelas ás descobertas e conquistas do Oriente e das Americas, e idéas religiosas formuladas por opposição ás doutrinas da Allemanha hereje e mystica.

Em Paris havia desde muito uma colonia de estudantes e doutores portuguezes, intellectualmente desnacionalisados, mas que sem duvida podiam melhor do que ninguem pôr em pratica o pensamento de D. João III. Por sua ordem veiu pois Marcos Romeu, doutor da Sorbonna, ensinar theologia, com o companheiro Payo Rodrigues Villarinho. Thomaz Rodrigues e Henrique Colhar vieram leccionar medicina, ao lado de Pedro Nunes, do dr. Reinoso, do dr. Franco e do dr. Luis Grego. Alcalá mandou-nos castelhanos celebres, como Affonso do Prado e Francisco de Monção, mestres na theologia; como Aspilcueta Navarro, Alarcão, Morgovejo, doutores em canones. Para as leis veiu de Castella Santa-Cruz, e de Italia vieram os doutores Fabio e Ascanio; e para ensinar latim e grego «mandou elrey D. João vir de Paris um collegio inteiro».

Dir-se-hia que uma nova éra intellectual ia iniciar-se, e Portugal demonstrar a força e a originalidade do seu pensamento. Outrotanto devia esperar nos tempos vindouros o marquez de Pombal; mas com o intervallo de dois seculos, as tentativas de acclimação falharam egualmente e por motivos similhantes. O leitor já viu como o espirito reaccionario e rudo protestava contra as despezas da Universidade no tempo de D. João III: a onda cresce, e no reinado de D. Sebastião os capitulos dos Tres-Estados (1562) pedem a abolição dos estudos de Coimbra, applicando-se as suas rendas para as despezas da guerra.

Mas seria ingenuo ou sincero o pedido? Não haveria já quem inspirasse ou explorasse o protesto de um povo sem curiosidade scientifica, apenas dotado de energia militar e religiosa? Talvez. Havia já tres annos que os jesuitas tinham trans-

formado em Universidade o seu collegio de Evora; por não poderem apropriar-se de Coimbra. Havia já vinte e dois annos qne Simão Rodrigues de Azevedo e Paulo Camerate, tinham aportado a Setubal, mandados de Roma por Loyola, a quem D. João III pedira padres para missionarem no reino. Chamando os jesuitas, entregando-lhes o ensino primario e o secundario, o rei piedoso julgava completar a obra da reforma dos estudos iniciada pela reorganisação da Universidade. O jesuitismo, introduzindo-se capciosamente na cultura humanista, racionalista, da Renascença latina, perverteu-a em Portugal e fóra d'elle, roendo-a; e lavrou, minando, até collocar sob a sua direcção o systema inteiro dos institutos de ensino.

Em 1542 funda-se o collegio de Coimbra, logo depois o de Sanfins, no Minho; em 1554 o cardeal D. Henrique, depois rei, fundou o de Evora; em 1560 abriu-se o do Porto; e ao cabo de vinte e cinco annos, depois da introducção da *Companhia*, os seus collegios estavam espalhados por todo o reino.

Não bastava, porém, collocar ao lado da antiga instrucção, o novo methodo: a *Companhia* não queria concorrer apenas, queria dominar absoluta. Emquanto o não conseguia, ia combatendo contra as ordens monasticas que se queixavam de que os jesuitas lhes roubavam os moços mais intelligentes, espalhando emissarios pelo reino a arrebanhar discipulos, reduzindo o preço das matriculas, etc. A decidida protecção da corôa, porém, breve lhes confiou o monopolio do ensino. Em 1555 D. João III entregou-lhes o Collegio-das-Artes de Coimbra, onde se estudavam os preparatorios da Universidade, prohibindo que os alumnos *ouvissem* nas faculdades de Direito e Canones, sem a certidão de

exames no Collegio. Em 1559, por fim, não conseguindo confiscar a Academia de D. Diniz, transformaram o collegio de Evora em Universidade, para bater Coimbra; e o exito correspondeu ao proposito: em 1660 Evora doutorava 248 alumnos, e 404 cincoenta annos depois. Por outros meios ainda, os jesuitas se assenhoreavam do ensino superior: todo o professo da *Companhia*, por ella approvado, era admittido gratuitamente aos graus em Coimbra; e por ultimo, qualquer jesuita, doutorado onde quer que fosse, tinha fóros eguaes aos doutores de Coimbra. O collegio existira sob a direcção do reitor da Universidade, mas os jesuitas repelliram a tutela.

Na instrucção secundaria, o monopolio fundára-se a favor dos Collegios, desde que as ordens religiosas foram inhibidas de ensinar publicamente, limitando-as a instruir os seus noviços. Em Evora, capital do ensino jesuita, era prohibido ensinar, não só aos conventos, como aos particulares. Annulladas para a instrucção as ordens religiosas, prohibido o ensino secular livre, batida a authoridade dos bispos, substituida á Universidade do Estado a privativa dos jesuitas, a *Companhia* conseguira realisar o seu programma, cujos fructos se viram quando D. João IV, rei levantado pela Sociedade para a servir, ordenou que todos os doutores e estudantes jurassem a immaculada conceição de Maria.

Ao ensino propriamente dito juntava a *Companhia* a prégação; e assim como batia as ordens monasticas nos bancos das escholas, batia-as no pulpito, porque, rainha em Roma, monopolisava

as indulgencias e jubileus com que trazia todo o povo a ouvir os seus prégadores. Nos collegios leccionando, prégando nas egrejas, dominava ainda nos atrios e nas ruas ensinando a cartilha e o cathecismo ás creanças da plebe, que vinham em procissão, chamadas pelo instructor da infancia, o Padre Ignacio, com o pendão arvorado e a campainha tocando pelas ruas.

Essas campanhas do mestre popular não se reduziam, porém, ao ensino do cathecismo. Seguido pelo seu exercito de cathecumenos, invadia os pateos, onde o povo se entretinha a ouvir as comedias e autos dos seus authores favoritos — de Gil-Vicente, o primeiro de todos. O padre Ignacio subia ao palco, expulsava os actores, persignava-se, prégava, e dizia a doutrina.

Por que era este odio ás comedias? Pela liberdade com que accusavam o *carão finado* do papa, aconselhando-o a imitar a vida dos antigos pastores; pela irreverencia, pela falta de submissão e obediencia com que o povo ousava ainda applaudir. Assim como, sem destruir o ensino, a *Companhia* o pervertera: assim tambem era necessario que o fizesse a essa educação do theatro e dos livros.

Nos seculos XV e XVI (1375-1580) Portugal conseguira apresentar um caracter nacional proprio, fazer acto de existencia independente, e consagral-a para todo o sempre nos monumentos de uma litteratura breve, mas esplendida. O patriotismo é porém ainda uma affirmação de força, uma rebeldia contra a Obediencia; e para as nações poderem viver com virtude é necessario que se confessem humildes servas do Vigario de Christo — que é o servo da *Companhia.* Mal do povo, mal do rei, que pensar valer por si alguma cousa. O typo do sobe-

rano e da grei é esse D. João IV, beato e molle; é esse povo portuguez, macillento e inerte, com a cabeça occa, os labios sempre occupados a rezar ladainhas e rosarios, os joelhos doridos das longas estações dos jubileus, para ganhar interminaveis indulgencias.

Afogar esse antigo orgulho nacional é tanto maior necessidade, quanto as desgraças repetidas, a perda do Oriente, estão mostrando que Deus o condemna. A educação faz-nos os novos homens: que o theatro e a litteratura não venham prejudicar a obra, lembrando como eram os passados. Já que o povo carece de distracções, demos-lh'as. mas innocentes e piedosas.

E d'este modo a *Companhia* fundou um theatro seu, deslumbrante de tramoias e comparsas, e inventou o genero innoxio, semsabor, da Tragicomedia latina, em que o poema, insipido, desapparecia afogado pelo esplendor do scenario. Ao mesmo tempo, com os Indices expurgatorios, (1564, 81, 97, 1624) truncava, mutilava a litteratura nacional; e dava nas *Selectas* os textos classicos, bons para exercicios rhetoricos, sem perigo de que os leitores comprehendessem e se namorassem do naturalismo vivo da Antiguidade.

Destacando o homem do mundo real e moral, e arrancando o portuguez ás suas ainda recentes e mal seguras tradições nacionaes, a *Companhia* em parte alguma conseguia realisar tão cabalmente o seu programma, como em Portugal. Nação moça, creada pela audacia dos seus principes, a abstracção era mais facil entre nós do que pelos reinos da Europa, mais ou menos assentes sobre o alicerce resistente de uma origem ethnica, consagrada por uma longa historia. Desnaturados e desnacionalisados, os portuguezes eram, nas mãos da *Compa-*

nhia, uma excellente materia prima, um barro de qualidade rara, para se moldar a todas as formas que aos oleiros do Senhor aprouvesse dar-lhes.

Filho amado, seu Paraguay da Europa, a *Companhia* reconheceu por fim que não lhe convinha vêr Portugal agrilhoado á visinha Hespanha, onde imperava, decerto, como em toda a parte: mas onde não podia tão facilmente apagar, com a esponja da abstracção, nem as tradições nacionaes nem os caracteres profundos de uma raça bem constituida, organicamente desenvolvida n'uma civilisação já historica de muitos seculos. Portugal seria a cousa sua propria, e não a cousa de el-rei de Hespanha. Se, para o arrancar das mãos do sèu dono, era necessario inventar uma tradição, não estava ahi o Sebastianismo, lavrando quente no desvairado espirito popular?

O geral Aquaviva, no seu *Directorio*, tinha deixado escriptas as regras a seguir, para conquistar os neophitos á doutrina da Obediencia: convém esperar a occasião — uma desgraça, maus negocios — e explorar até os vicios e fraquezas humanas. Tal era a situação de Portugal, perdido em 1580, escarnecido, miseravel, pedinte, e agora mugido até dar sangue, pelos Philippes; taes eramos com a nossa fraqueza sebastianista e o vicio ingenito da nossa basofia fidalga. — Depois, continúa Aquaviva, eduque-se o neophito na solidão cellular, onde não veja estranhos, muito menos os amigos, só o instructor; entreguem-se-lhe os *Exercicios* e deixem-no ruminar, digerir o seu desanimo e a esperança da doutrina. — Assim a *Companhia* usava,

expurgando os livros amigos de Gil-Vicente, espalhando por toda a parte os seus collegios e as suas missões.—Quando o converso abraçou a doutrina, conclue o *Directorio*, o papel do instructor muda; apparente indifferença... Convém excitar o enthusiasmo; mas abafal-o, assim que rebenta. — Essa foi a regra seguida em 1640, desde que Portugal julgou restaurar, com a independencia, o antigo imperio. O jesuita, com frieza, ordenou-lhe que abandonasse a India aos hollandezas, e não se deixasse arrebatar por loucuras e chimeras.

Os preceitos da educação individual generalisavam-se, entre nós, a uma educação nacional; e o Portugal restaurado em 1640 era como devia ser, um bom filho da *Companhia*: uma sombra apenas, phantasma sem phisionomia nem caracter, passivo, obediente, nullo, idiota e beato.

Assim como no palco bastavam as tramoias e os comparsas, tambem no throno bastava um manequim vestido de rei, com uma corôa e um sceptro, scenario vistoso e córos numerosos. N'outro tempo os jesuitas tinham tido velleidades de combate; e mais de uma vez tinham dito ser necessario matar os reis. Era ainda uma comprehensão imperfeita do principio do systema. Agora, no seculo XVII, estavam já convencidos de que o regicidio era um erro, especialmente quando se achava uma tão boa fórma de rei como D. João IV, o devoto da Immaculada-conceição. Fiel discipulo, o bragança, sem amor pelo povo, sem ambições vivas, sem odios, sem coragem, egoista e *dilétante*, era mais do que um bello instrumento: era um typo.

Assim devia ser tudo sobre a terra. O homem e o mundo, os cidadãos e os Estados, reduziam-se a um systema de machinas automaticas, só apparentemente vivas; e o regime do equilibrio politico,

dos exercitos permanentes e da diplomacia, regime em que a Europa ia entrar depois da explosão das guerras religiosas e das descobertas, afigurava-se ao jesuita como a ossatura de um corpo, dentro do qual mysterioso e humilde na sua roupeta negra, elle viveria, imprimindo direcção a todos os movimentos, pensamento a todos os actos: como aquelle que nos bastidores do palco move por cordeis os titeres da comedia. Esse programma de universal esterilisação foi uma realidade em Portugal. O padre Vieira, exaltando o *seu* rei, accusando o castelhano, n'esse pamphleto prophetico-politico chamado a *Historia do Futuro*, exclama: «Ah! se os reis e monarchas considerassem que as purpuras que vestem lh'as empresta Deus da sua guarda-roupa, para que representem o papel de reis emquanto elle fôr servido!»

A grande explosão de *descobertas* no mundo psychologico. tambem consummada pela Renascença, trouve para o fôro da moral uma confusão similhante á que das outras descobertas proveiu para o regime politico dos Estados, e para a economia das sociedades. Loyola foi decerto um Machiavel, com a differença de que a esphera de acção do florentino não ia além das idéas e das acções politicas, ao passo que o hespanhol propoz-se a explicar e regular não só a vida dos Estados, mas tambem a da sociedade e da familia, e até a vida intima individual, affectiva, religiosa. Um não via mais do que os cidadãos, o outro via os homens; mas em ambos o modo de vêr era egual. O realismo individualista da Renascença proscrevera as doutrinas abstractas em que a Edade-media se deli-

ciára, impondo a tudo e a todos o espirito pratico e o regime da acção positiva.

Estes principios não bastavam, comtudo, para constituir uma doutrina — necessidade eterna do espirito humano; e á falta d'ella, Machiavel e Loyola fundaram o systema de equivocos, delicadas subtilezas, em que a critica tanto póde achar perversidades requintadas como intuições profundas, segundo a occasião, o temperamento e o mobil do observador. Effectivamente, ha um momento em que o terreno foge, e tudo é nebuloso e vago; e tanto se podem explicar os factos por uma sinceridade inaudita, como por um *machiavelismo* extraordinario. As manhas com que o Principe deve fazer felizes os seus subditos, são, nos jesuitas, os *casos* e *probabilidades*, com que o educador e sacerdote deve encaminhar as almas, distribuir o perdão, a paz, a fortuna moral, na sociedade dos crentes.

Ao esboçar a phisionomia do nosso Machiavel, D. João II, vimos posta em pratica a doutrina da justificação dos meios. O processo é ainda o mesmo, (1) porém diversos os fins; porque, se para além, como uma ambição definitiva, ha no jesuita a esperança de uma fortuna ultra terrestre, a ambição immediata é a transformação do individuo humano n'aquella especie de ser obediente e passivo, indispensavel á constituição do futuro Imperio. Machiavel e D. João II, em nome do espirito pratico, pactuavam com o crime; e os jesuitas, em nome do mesmo espirito, pactuavam com todas as fraquezas d'essa alma humana que queriam adormentar sem a extinguir.

A casuistica, sciencia que desnortêa e irrita os

(1) V. *Hist. da republ. romana*, II, p. 320.

espiritos rectos e simples, é, como a politica de Machiavel, o odio de todos os republicanos catonicos. O peccado, diziam os Padres, só consiste no conhecimento da falta e no perfeito accordo da vontade. As culpas dos homens são, na maxima parte, a consequencia do acaso, das condições, da fragilidade, e por isso quasi sempre perdoaveis. Basta não desejar o peccado, basta não pensar em Deus quando se commette, basta obedecer ao imperio de uma paixão — para estar innocente. O uso ou os maus exemplos reduzem o crime a uma falta. Deus tudo perdoa, porque o homem é miseravel, fraco, irresponsavel.

Proteste embora — e com fundamento — o espirito da justiça contra esta negação do livre-arbitrio, mas reconheça n'ella a expressão de uma opinião, hoje proclamada por certas sciencias e cégamente applaudida; e não vá, com uma cegueira maior, lançar o stygma absurdo de uma perversão consciente sobre o jesuita. O sabio de hoje, quando affirma a irresponsabilidade do homem, propõe ás sociedades a vida brutal dos instinctos; o jesuita, na sua incompleta sabedoria, e na sua fé ardente, propunha-lhe o regime da obediencia abstracta, a cujo systema chamou probabilismo.

Sempre que o espirito duvide, abandone o homem os escrupulos, ponha termo ás vacillações, abrace-se a uma authoridade, ainda que não concorde com ella. Negada a certeza psychologica, negada a consciencia, só é provavel acertar quando se siga moderada e submissamente a opinião estabelecida por outrem e consagrada pela tradição.

Temos estudado, com o desenvolvimento indispensavel, o espirito d'essa sociedade que o destino alliou á existencia do novo reino, de fórma tal que a Companhia e o Reino são uma e a mesma cousa,

a partir do XVII seculo. Como perceberiamos o ultimo, se desconhecessemos a primeira?

Resta-nos, porém, accentuar agora as consequencias intimas da doutrina e a sua acção, não já no mundo exterior sobre que se propõe actuar, mas no proprio espirito dos seus sectarios; porque esse phenomeno é tambem essencial para a historia portugueza, desde que Portugal se tornou a nação jesuita por excellencia. No XVI seculo a *Companhia* influe em Portugal e consegue transformal-o: foi o que já historiámos na educação, no theatro, etc. Nos seculos XVII e XVIII, consummada a transformação, Portugal é a *causa* da *Companhia*; e só no estudo da acção da doutrina sobre os seus sectarios, podemos encontrar os traços genuinos do novo aspecto da existencia moral portugueza. Assentemos pois os pontos cardeaes, a que o exame particular da historia se ha de referir ulriormente.

A falta insanavel de todas as doutrinas que propõem ao homem uma authoridade, ou esoterica ou materialista — em ambos os casos estranha á constituição moral do mesmo homem, isto é, á consciencia, unica fonte de certeza e de verdade — está em que, illudidos por uma chimera, os proprios que se julgam missionarios de Deus, ou deuses da força, obedecem fatalmente ás consequencias deleterias da illusão. Dedicados neophitos, apostolos sinceros, no seu espirito dá-se inconscientemente o mesmo movimento que se propõem imprimir ao espirito alheio.

Assim succedeu ao jesuita. Elle queria torcer, afogar, adormentar os homens, e, de todos os que mais soffreram d'essa chimera, foi elle o primeiro.

A natureza humana protestou, repellindo por fim a taça de opio consolador; mas o jesuita, sem o saber, embriagára-se com a bebida que offerecia ao proximo. Assim os cesares que, sobre a ruina da liberdade, offerecem ás nações a taça da fortuna, são os primeiros que, inebriados por essa fortuna, acabam escravos e perdidos. As nações ficam, os cesares morrem. Tambem os jesuitas morreram, e não a humanidade que é immortal. Portugal que era, porém, um jesuita collectivo, foi com elles ao tumulo.

Quando se compara a primeira com a segunda geração dos homens da *Companhia*, vê-se bem a influencia fatal que transforma inconscientemente o espirito jesuita, arrastando-o do alto de uma chimera sublime ao abysmo da perversão ignobil e pueril, quasi idiota, sem atacar por isso a sinceridade individual. Assim, tambem, a religião sincera de D. João III ou de D. Sebastião é uma doidice, mas nobre; ao passo que a de D. João IV, não menos sincera, é mais pueril do que doida, e é vulgar em vez de illustre. O caracter deprime-se fatalmente nos apostolos da doutrina da anniquilação do homem; e a sinceridade, egual em si mesma, reconhece e venera, da mesma fórma, primeiro uma chimera, depois uma perversão.

Comparem-se os *Exercicios* com as *Constituições*, e ver-se-ha como, na propria alma do grande fundador do jesuitismo, actuára o veneno lento da educação. Comparem-se esses primeiros monumentos com o *Directorio* de Aquaviva, e ver-se-ha a que ponto, n'uma só geração, a indole da *Companhia* chegou a transformar-se.

N'um homem, que foi para D. João IV o que o *grão-doctor* fôra para D. João I; n'um homem superior e forte que está á frente do Portugal de

agora, como o guia, o mestre, o fundador, multiforme na capacidade, omnimodo da acção, missionario e diplomata, financeiro e estadista, e por sobre isso philosopho, moralista e litterato: n'esse homem, que é o padre Antonio Vieira, o jesuita, apraz-nos vêr, ao mesmo tempo, o espirito da *Companhia* no meiado do XVII seculo, e o genio da nação, formada no seio da Sociedade de Jesus, por ella educada, por ella restaurada á independencia politica. A doidice do Quinto Imperio, a frieza requintada e perfida do politico, a imbecilidade da devoção, a extravagancia do estylo pomposo, a monstruosidade das idéas, a antithese e a extravagancia, fazem do padre Antonio Vieira a individualidade mais accentuada do tempo, e como que o typo, onde irão encontrar-se miudamente todos os traços da sociedade portugueza, desde que alguem se lembre de cumprir a velha divida da biographia do grande prégador.

As aberrações monstruosas ou abjectas, a que levára (necessariamente) a idéa chimerica de Loyola, appareciam todas na pessoa do padre Vieira, que, succedendo ser um homem de genio, e ao mesmo tempo um representante do espirito nacional, ficou o typo do Portugal restaurado, do Portugal jesuita. A doença nacional do Sebastianismo reverdecia na alma do padre sob a fórma nova de um sonhado imperio, prophetisado desde Isaias e David até S. Frey Gil de Santarem. «Note-se aqui e note-se muito que os prophetas são os que dividem os reinos e os que os repartem: elles os dividem primeiro prophetisando, e depois Deus executando». (*Hist. do Futuro*) A acclamação de D. João IV era a verdadeira vinda de D. Sebastião. Varriam-se no ar as nuvens celticas das ilhas encantadas, invadindo os espiritos uma chimera de imperio clas-

sico, reproducção dos de Cyro e de Alexandre: um novo imperio, o quinto e ultimo, que, nos seus psalmos. Isaias, David, Salomão tinham prognosticado. Quando Isaias dissera: *Ecce isti de longe venient ot ecce illi ab Aquilone et mari, et isti de terra Australi*, era evidente referir-se á conversão da China. As ilhas esperavam-nos já: *Me enim insulae expectant!* e o propheta perguntava quem seriam esses que voam como nuvens: *Qui sunt isti qui aut nubes volant?* — Salomão dissera: *Surge Aquilo,* etc. David falára nas viagens pelos mares remotos *maris remotorum;* tudo fôra previsto — as viagens, as descobertas, os antipodas do Brazil e as gentes do Japão. Nem a crise da occupação castelhana esquecera á visão prophetica, e videntes mais modernos tinham-na prognosticado. Não dissera S. Frey Gil que «Portugal por orfandade do sangue de seus reis gemerá por muito tempo, mas Deus lhe será propicio e inesperadamente será remido por Um não esperado?» Não se ouvira o que Deus disse a Affonso Henriques quando o veiu visitar: que velaria pela sua descendencia, *super semen tuum,* até á decima sexta geração; que n'essa hora o seu olhar se attenuaria, mas que em breve tornaria a volver seus olhos?... Queria-se cousa mais clara? Contem-se os reis, veja-se quantos ha até D. Henrique. E se não bastasse o que Deus disse, tinhamos o que S. Bernardo escreveu de Claraval a Affonso Henriques, agradecendo-lhe a doação de Alcobaça á sua ordem: n'essa carta estão annunciados os sessenta annos fataes. — Tal era o pensamento do maior portuguez do seu tempo...

E' nos factos da historia, e não no retrato do padre, que nós, porém, iremos estudando esse novo modo de ser da nação portugueza. Veremos em

breve que, nem a doidice, nem a superstição inepta, nem a vulgaridade chata, nem a corrupção intima do Portugal jesuita do seculo XVII representam o ultimo resultado da educação anterior. O progresso da decomposição vem até nossos dias; e vamos vêr a sinceridade com que se commettem abjecções e crimes, até ao primeiro quartel do seculo XIX.

II

Os Philippes

A primeira consequencia da educação jesuita foi o modo por que Portugal, rendido ao probabilismo, se abraçou ao rei de Hespanha que vinha salval-o em 1580 dos atrevimentos e loucuras do prior do Crato. Ainda n'essa epocha o jesuita, fiel alliado da monarchia castelhana, esperava levantar com ella o imperio de Deus; porque ainda Philippe II, no apogeu da sua força, era o primeiro soberano da Europa. Do alto da sua grandeza dizia de Portugal: «Yo lo heredé, yo lo compré — yo lo conquisté, para quitar dudas!»

A administração da casa de Austria em Portugal divide-se em tres epochas, correspondentes aos reinados dos tres Philippes. O primeiro (segundo em Hespanha) conquistou, mas prometteu guardar os fóros d'este ultimo pedaço da Peninsula, amalgamado no corpo da sua monarchia. O segundo, em cujo nome reinava com fortuna o duque de Lerma, procurou cimentar a união com a amisade e o interesse, abandonando os meios violentos, e fazendo muito pelo bem de Portugal. O terceiro, com o seu louco Olivares, homem de *hespanholadas*, creou embaraços e levantou conflictos que o perderam. Quando o jesuita viu que a Hespanha baixava, o seu plano mudou. Os politicos abraçaram-se a Richelieu para libertar Portugal da Hes-

panha; os illuminados começaram a esperar uma resurreição: o Quinto-Imperio que absorveria o mundo, formando um apocalypse das lendas maravilhosas de D. Sebastião.

Philippe II (em Portugal, III em Hespanha) fez, realmente, bastante para a restauração do corpo da nação portugueza, submissamente curvada, e decidida a esquecer o momento breve em que no mundo contára como individuo soberano e independente. Recopilou e refundiu a legislação patria; aboliu as alfandegas da raia: primeiro passo da unificação, promovida tambem pelos esforços para melhorar a navegação do Tejo, longa e caudalosa arteria que poria em communicação directa o coração da Peninsula (em Aranjuez, junto a Madrid) com o porto magnifico de Lisboa, atravez das campinas estremenhas. Deu a Christovam de Moura, grande homem que sabia de cór os interesses do seu paiz e a funda abjecção dos próceres, pois que os comprára a todos antes da invasão: deu-lhe o vice-reinado de Portugal, e a administração melhorou, cresceram as rendas do thesouro, prohibiram-se os conluios dos arrematantes dos contractos reaes que passaram a licitar-se em Lisboa, diminuiu-se a mendicidade official, velha molestia — ainda hoje por curar! — da extravagante monarchia portugueza, feitora de um imperio ultramarino.

Por tudo isto, quando o rei veiu a Lisboa, foi acclamado pelo povo como um bom principe. Ninguem se lembrava então da possibilidade, nem pensava nas vantagens da independencia. O povo trasladára a sua chimera sebastianista para a região dos sonhos ideaes, depois das escaramuças da Covilhan e de Obidos; a nobreza, mendicante, curvava-se toda perante o monarcha, e perante o

vice-rei que a conhecia bem de perto; o clero e os jesuitas confiavam ainda no grande-futuro catholico da monarchia da Peninsula. Nos seus Collegios, a *Companhia* poz em scena as mais apparatosas comedias; e os poetas laureados, Quevedo que escrevera o *Affonso Africano* e Rodrigues Lobo author do *Condestabre*, enrouqueceram a cantar versos em louvor do soberano. Philippe II distribuira vinte mil cruzados pelos pobres de Lisboa e suspendera por tres dias os direitos do pescado: a plebe acclamava-o, e vinham coroal-o, saudal-o, pedir-lhe a benção, as danças, as folias, as chacotas populares.

Incontestavelmente Portugal abdicára da independencia; e a educação jesuita, consagrando o resultado das loucuras e desgraças do XVI seculo, apagára para todo o sempre a tradição antiga da nobre monarchia de Aviz, agora perdida pelos desvios das serras no sonho de um D. Sebastião transfigurado, como os flocos de nevoa fugaz ainda errantes nos valles angustos, quando o sol vae doirando já as cumiadas.

Não podiam, porém, os jesuitas dar de comer a um paiz extenuado, miseravel e faminto; e muito menos saciar a voracidade feroz dos grandes de Hespanha e dos fidalgos portuguezes. Essa impotencia foi o motivo dos desvarios da politica hespanhola, e da resistencia tumultuaria do povo; sendo estas as causas que levaram os fidalgos portuguezes e os jesuitas, alliados, a crearem mais tarde, com o nome de Portugal, uma nação nova que da antiga só tinha a identidade do logar.

Quando o primeiro Philippe veiu ás côrtes de Thomar, a nuvem dos pedintes era tal que se dizia não bastarem todas as riquezas da Peninsula para satisfazer a venalidade portugueza. Christo-

vam de Moura sabia-o de perto; e ninguem ignora que essa mendicidade aristocratica traduzia a penuria geral do reino. saqueado até ás ultimas pela expedição de Africa. As correrias aventurosas do prior do Crato, os bandos que o acclamaram em 1580, o simulacro de guerra, a invasão castelhana, e, depois d'ella, as associações dos inglezes com que D. Antonio veiu mais de uma vez assaltar as costas de Portugal, tinham reduzido o paiz áquelle extremo de miseria e de afflicção que Aquaviva, no seu *Directorio*, acha conveniente e proprio para que o homem se converta a Jesus. Tamanha era a penuria, que as guarnições castelhanas, condemnadas a viver do paiz occupado segundo as regras militares do tempo, não achavam que pilhar, e esmolavam, esfarrapadas e famintas, pelas portarias dos conventos e pelo interior dos alcouces.

A propria natureza conspirava tambem, como fizera com as pestes do seculo XVI, contra este cadaver roído, humilhado, contrito e convertido pelo cathecismo de Loyola. De 1598 a 1602, durante cinco annos, uma brava peste ceifou o reino; e só em Lisboa matou oitenta mil pessoas. Um grande terramoto arrazou a cidade em 1598: foi quando o monte de Santa-Catharina se subverteu, deixando aberta essa chaga profunda, hoje cicatrizada — a Bica de Duarte-Bello.

No meio da penuria universal, a antiga mina dos judeus não se esgotára ainda: era um ubero que não seccava; e os monarchas hespanhoes seguiram fielmente as tradições da torpe especulação portugueza.

As leis de D. João III, que não deixavam saír do reino os judeus sem fiança, leis abolidas por D. Sebastião para ter dinheiro com que fosse morrer em Africa, tinham sido revalidadas em 1580 e em 1587 pelo Cardeal-rei e por Philippe I. No tempo do segundo Philippe, a pobreza do thesouro obrigára a tributar o sal (1601); e os judeus, esperando muito da politica mais livre do novo rei, offereceram-lhe cento e sessenta mil cruzados pela revogação das leis. Bem ouvidos, cresceram-lhes as esperanças. Decuplicando a offerta, pediram uma absolvição geral, e que os declarassem aptos, como quaesquer cidadãos, para todos os officios, cargos e honras. Quando o Portugal beato soube que Lerma, em Madrid, dava ouvidos ás tentações dos judeus, a velha alma catholica rugiu; e por um momento se receiou a repetição das scenas antigas. Nem a miseria, nem as vergonhas, nem o duro imperio do soldado estrangeiro, tinham podido acordar o povo da sua indifferença humilde e morta: mas o odio antigo aos judeus possuia ainda o condão de o excitar. Jesus seria mais uma vez vendido: os castelhanos eram o Judas.

Quem se demora a observar intimamente o desenvolvimento dos sentimentos collectivos, vê que, se entre o Portugal antigo e o restaurado ha uma linha de união que se não cortasse, é esta. Tudo se apagára na morte universal, menos o odio ao judeu, sentimento vivo desde o tempo dos godos.

Com effeito, a resistencia á combinação projectada pelo duque de Lerma é o ponto de partida da serie de acontecimentos que, dirigidos e aproveitados pelos jesuitas, levam á separação de 1640.

Lerma disse em Madrid aos emissarios portuguezes que, se o reino protestava contra a rehabi-

litação dos judeus, era mistér que supprisse ao thesouro as sommas que a recusa fazia deixar de receber dos pretendentes. Os emissarios obrigaram-se, com effeito, a sacar oitocentos mil cruzados do reino, para que os judeus não fossem remidos.

Quando em Portugal se soube isto, levantou-se outro clamor contra a extorsão. Entretanto, em Madrid, Lerma não abandonava o dilemma: ou 800:000 cruzados, ou a redempção dos judeus. O portuguez, entre o odio e a penuria, dava tratos á cabeça, e, como se não decidia, Lerma assignou o contracto. Cumpriu-se? Não; nem o rei os equipaparou aos nacionaes, apesar de perdoar tudo; nem os judeus pagaram, por fim, allegando falta de execução do tratado. Como podiam saír livremente, iam vendendo os bens, fugindo, rindo-se da arte com que tinham illudido o rei e todos. Em 1605, porém, poz-se côbro ao desaforo por uma crueldade: suspenderam-se as lèis de 1601, prohibiu-se a saída, e decretou-se o confisco para pagamento da quantia devida; e em 1610, cobrado o serviço e não havendo mais que pilhar, revogaram-se terminantemente as leis protectoras: a casuistica demonstrava claramente a possibilidade de guardar o dinheiro negando o perdão, innocentemente, sem peccado.

Mais tarde (1627), sob Philippe III e Olivares, os judeus compram o indulto por milhão e meio de cruzados, e o escambo acordou novos tumultos em Portugal; porém, a contar da confirmação do indulto, em 1629, os judeus gozaram de uma relativa segurança, sem terem porém obtido a sua ambição de agora: a egualdade civil, que só o marquez de Pombal se atreveu a dar-lhes.

A penuria, crescente sempre, e a mendicidade, cada vez mais teimosa, das duas côrtes de Madrid e de Lisboa, faziam perder o juizo aos dominadores. Se nunca houvera escrupulos, agora já não havia politica, nem sabedoria, nem calculo. Philippe III e o seu fatuo ministro Olivares, parecia terem apostado empregar todos os meios capazes de provocar a resistencia dos portuguezes. Quando em 1635 mandaram para Lisboa a duqueza de Mantua, pozeram-lhe ao lado, como secretario, Miguel de Vasconcellos, cheio de odios pessoaes contra a patria, vulgar, temerario e bebado.

Desde logo começou a pôr-se em pratica a politica de pilhagem, lançando-se novos impostos, augmentando-se os anteriores; e as sommas tiradas de Portugal iam perder-se no sorvedouro de Madrid, sem utilidade para o reino; ficando ao abandono as colonias da India e da America, de que os hollandezes e os inglezes iam livremente tomando posse.(1) Diante do protesto contra as novissimas extorsões, occorreu a Olivares um pensamento ineptamente simples: abolir todos os novos impostos, (sal, real d'agua, e augmento de cizas) reduzindo-os a um serviço annual de meio milhão de cruzados, que os concelhos distribuiriam entre si livremente. Via-se, porém que esta somma attingia o dobro do que podiam produzir os impostos, e que a proposta de Madrid era uma nova extorsão e um escarneo.

Era tão monstruosa a exigencia que, para muitos, encobria mal o plano de excitar uma resistencia desesperada, para então se invadir Portugal, rasgando os tratados das côrtes de Thomar, abolindo de direito a independencia, reduzindo o reino

(1) V. *O Brasil e as colonias port.* (2.ª ed.) pp. 29-46.

á condição de uma provincia da monarchiahespanhola. Seria como quando no circo, o touro extenuado e indifferente não quer vêr o matador, e que, para o excitar, lhe enterram as bandarilhas de fogo. Desesperado, o animal corre n'um impeto a offerecer a nuca á espada fria e cortante. Perém a espada do grande *matador* da Hespanha, no meiado do XVII seculo, Olivares, nem tinha ponta nem gume: era apenas um resto, embotado, da lamina antiga com que a Hespanha traspassára o mundo.

Portugal, effectivamonte, levantou-se e arremeteu (1637). Como? Como o animal offegante, extenuado. A vista, pervertida, mostrava-lhe cousas extravagantes; e a terra andava-lhe á roda, diante dos olhos espantados e vitreos de moribundo.

Assim foi a insurreição de Evora, que, como um fogo de palha, se generalisou a todo o reino. Os jesuitas, já alliados a Richelieu contra a Hespanha, fizeram, como primeiro ensaio, uma revolta popular. O caracter realista e extravagante, somnambulo e positivo de todas as suas cousas, manifestou-se n'esse arremedo de resurreição de um povo. fadado a reapparecer no mundo como o exemplo da inepcia mais boçal e ridicula, alliada ao positivismo mercantil e pratico mais soez. Em 1637 viu-se o caso unico de uma revolução anonyma, porque, dos seus dois chefes, um era D. Sebastião, uma sombra; outro o *Manuelinho*, gigante membrudo — um doido que divertia pelas ruas a plebe de Evora. Inconscientemente, os jesuitas creavam um symbolo: o *Manuelinho* era a estatua de Portugal. Fizeram de um doido um messias, e de D. Sebastião o deus incognito, encoberto, cuios milagres enchiam de esperanças redemptoras as imaginações populares. Prégaram o

advento do Quinto-Imperio, precedido por calamidades pavorosas, como no Apocalypse: e o terramoto de Lisboa vinha a proposito, e Olivares era um Antechristo, um Nero! Como nos primeiros tempos christãos, agora, na limitada arena de Portugal, os milagres e prodigios pollulavam: havia prophetas, e a plebe atacava e combatia, inspirada pelos textos do velho Testamento, dos oraculos sibyllinos, das revelações do padre Leão Henriques a quem Deus falára, e do padre Luiz Alvares, que morrera santo em 1590, depois de prégar por todo o sul do reino. O Alemtejo, o Algarve, boa parte da Extremadura, e, no norte, o Porto e Vianna, ardiam no fogo da insurreição jesuita.

Que faziam entretanto as altas classes, a burguezia e a nobreza? Que fazia o duque de Bragança, rei presumptivo do futuro Portugal restaurado? Quieto e egoista no seu paço de Villa-viçosa, o duque chegou a ser acclamado rei; mas, sem recusar, mandou a Madrid um proprio, confessar a sua innocencia, garantir a sua sujeição. Elle não era o *Manuelinho* de Evora; lavava as mãos, como Pilatos; não queria lançar-se em cavallarias, altas de mais para o seu genio, e perigosas. Não queria comprometter-se por uma loucura; e, se adorava os jesuitas, seus mestres, adorava tambem, e mais ainda, o seu socego, a sua riqueza. O Portugal positivo e baixo, utilitario e pratico, surdo a qualquer excitação da gloria; o Portugal sem alma, que a educação jesuita formára, vivia na pessoa do duque, egoista e beato. As loucuras sebastianistas eram boas, mas sómente para a imaginação infantil da plebe, ou para o illuminado espirito dos padres — que o duque venerava como santos, mas que prudentemente se abstinha de imitar.

Com o duque, a nobreza e a burguezia não reclamavam a independencia, desejando, bem no intimo, a fusão. Repelliam e indignavam-se, porém, contra o systema hybrido, contra a *união* dos dois reinos, que permittindo á Hespanha saquear Portugal, não dava aos portuguezes os fóros e interesses dos hespanhoes. Se a politica de Madrid não estivesse condemnada á fraqueza da cobiça; se claramente se pronunciasse pela encorporação de Portugal, em vez de seguir o caminho, fatal para ella, da rapina, parece evidente que Portugal, concluido o cyclo de Aviz, teria desapparecido para sempre do rol das nações.

Com effeito, as reclamações portuguezas eram simples e justas, sem enthusiasmos nem reivindicações patrioticas. Eram praticas; e n'um sentido estavam indicando a annexação, como a politica que satisfaria a todos. A nobreza queixava-se de que os senhorios e bens aristocraticos de Portugal se dessem a hespanhoes, contra as decisões das côrtes de Thomar. Os negociantes pediam que se lhes abrissem os portos das colonias hespanholas da America. Os magistrados, os jurisconsultos, os lettrados e ecclesiasticos, pediam tambem que se lhes desse logar nos tribunaes e nas egrejas de toda a Hespanha. Que pretendiam todos? Que Portugal se fundisse no corpo da monarchia (1); mas a côrte de Madrid, que podia ir saqueando o reino conquistado e *unido*, veria seccar-se essa fonte, desde que a fusão se consummasse; e a burguezia hespanhola, togada, mitrada, commercial, temia a concorrencia dos adventicios aos logares e ás especulações mercantís.

Por estes motivos, as altas classes abandonaram

(1) V. *Hist. da republ. romana*, I, p. 124.

a revolução e o seu chefe truanesco, o *Manuelinho.* O fogo de palha apagou-se, tão breve como crescera, quando os exercitos do duque de Bejar e do marquez de Valparaiso occuparam Portugal. O duque de Bragança, satisfeito de si, dava graças a N. S. da Conceição pelo modo habil com que, sem se indispôr com os seus, ficára bem com os amos; e o jesuita, sêr duplo, feito de illusões e manhas, guardava as primeiras, para ir continuar a sua obra com as segundas.

III

Portugal restaurado

Uma das condições peculiares de Portugal no XVII seculo, era a existencia de uma casa aristocratica, tão grande como as maiores de Hespanha, e que no reino estava como a cabeça monstruosa de um anão. O duque de Bragança era dono de grande parte do Minho e Traz-os-Montes e de quasi todo o Alemtejo, porque na sua casa se tinham reunido os senhorios de Barcellos e os do Condestavel, rei verdadeiro do Alemtejo, esse theatro principal das suas façanhas no tempo de D. João I.

De sangue de reis, os duques de Bragança eram verdadeiramente os reis da terra, porque a possuiam. Eram duques de Bragança, de Barcellos e de Guimarães; marquezes de Valença e de Villaviçosa; condes de Ourem, de Arrayollos, de Neiva, de Faro, de Faria, de Penafiel; senhores de Monforte, Alegrete, Villa do Conde, etc. Tinham como padroado ecclesiastico a collegiada de Guimarães, a de Barcellos; tinham a apresentação de 80 egrejas, 14 commendas, além de um sem numero de matrizes e conventos. Proviam 18 alcaidarias-móres, 4 ouvidorías, abraçando a nomeação de mais de mil e trezentos officiaes de justiça e fazenda. Possuiam, além da cidade de Bragança, 21 villas, e logares innumeros: só no termo de Bragança

contavam 202, e no de Chaves 187. Chegavam a perto de cem mil os seus vassallos.

Herdeiros de Nun'alvares, que fizera um rei, viviam como reis, tendo um *estado*, como na côrte. Se jantavam á mesa do rei, eram servidos pelos officiaes proprios, como um soberano em casa de um egual. Usavam de arautos com cotas de armas, e de porteiros de maça, como a casa-real. Do gremio dos seus creados sairam governadores para a India, como foi Martim Affonso de Sousa. (1)

Condemnados, porém, á condição de quasi-reis, viu-se nos duques de Bragança o que toda a Europa aristocratica mostrava nas casas que hombreavam com a real. A preoccupação constante de parecer uma cousa que se não é, a rivalidade, a ambição mais ou menos definida de substituir o monarcha, a esperança tradicional de uma fortuna vindoura, são tentações constantes que criam uma situação falsa depressora do caracter, pervertendo as intenções, lançando em tudo o fel da desconfiança mesquinha. Para vassallos de reis os duques eram grandes de mais, sem chegarem a ser propriamente monarchas.

Por isto a descendencia de Nun'alvares, um heroe e um santo, foi uma successão de intrigantes mesquinhos, de maus doidos, ou de egoistas vulgares. A grande herança do heroe esmagou os seus descendentes. O que ousou luctar com D. João II morreu no patibulo; e a casa, confiscada, desappareceu. Exilada por Castella durante quatorze annos, a familia voltou a Portugal em 1497; e D. Manuel restituiu ao filho do justiçado, D. Jayme, as honras e os bens. Doido, foi este o que assassinou cruelmente a esposa; e depois, vaidoso,

(1) V. *O Brazil e as colonias port.* (2.ª ed.) p. 8.

para impôr ao rei, emprehendeu á sua custa a jornada de Azamor, em Africa (1513). Quando em 1580 a corôa portugueza se debatia entre um sympathico estouvado, o prior do Crato, e um terrivel pretendente, Philippe II, o duque de Bragança teve medo; e não quiz arriscar o socego, a fortuna, á empreza aventurosa — de facto cheia de perigos — de se medir com o tyranno. Durante o governo dos Philippes, o receio pelo poderoso fidalgo portuguez era tão grande, que em Madrid pensava-se sempre em o reduzir, nunca em o dominar. Philippe II (de Portugal) quando enviuvou de Margarida de Austria, propoz casamento á duqueza D. Catharina, viuva tambem. Ella recusou, afagando a esperança de fazer rei o filho D. Theodosio, e não querendo prejudicar a sua ambição. Esperava que de Madrid nomeassem o duque vice-rei ou governador de Portugal, para então facilmente empolgar a corôa. Por isso os braganças foram fieis defensores do castelhano. (1) Quando os inglezes do prior do Crato assaltaram Lisboa, o duque veiu com 6:000 homens seus auxiliar o cardeal-archiduque Alberto, governador do reino. Mais tarde, perante nova ameaça, armou 13:000

(1) Successão dos duques de Bragança:

I D. Affonso, bastardo de D. João, que casou com a filha de Nun'alvares (n. 1377 m. 1461)
II D. Fernando I, filho dos precedentes (n 1403).
III D. Fernando II (n. 1430); executado em 1483; banida a familia e confiscados os bens.
IV D. Jayme I, filho do precedente, restaurado na posse do titulo e dos bens em 1497.
V D. Theodosio I
VI D João I (n. 1582).
VII D Theodosio II; prisioneiro em Alcacerquibir, de regresso ao reino em 1580 (m. 1630).
VIII D. João II (n. 1604), acclamado rei em 1640.

homens á sua custa. Mas estas provas de uma excessiva dedicação eram astucias perdidas, porque a propria força demonstrada instigava o castelhano a não se lançar nos braços de um amigo tão poderoso.

Depois da morte de D. Theodosio, o duque D. João seguiu a mesma politica de submissão e fidelidade apparente. Vimos a decisão que tomou, quando em 1637 os jesuitas sublevaram o reino.

Esse episodio irritou Olivares, incitando-o a proseguir na extenuação systematica de Portugal. Novos impostos, multiplicadas lévas que iam combater na Flandres, sugavam as mealhas de sangue e dinheiro do cadaver portuguez. Preparava-se o ultimo golpe: a annexação violenta — sem egualdade, nem garantias, como de um paiz conquistado e escravisado — para quando chegasse a Lisboa a poderosa armada de Oquendo, que, no caminho, devia bater os hollandezes. A sorte foi mais uma vez adversa a Olivares; e perdida a batalha naval das Dunas (1640, março), os planos crueis do ministro modificaram-se.

Nomeára o duque de Bragança vice-rei da Lombardia, para o retirar de Portugal e confundil-o na turba dos satellites da côrte de Madrid. D. João recusou, Olivares não insistiu. Em Madrid, porém, sabia-se quanto o duque era dubio, fraco, egoista. O receio de que abusasse de um posto de confiança não era de temer, e dar-lh'o seria talvez o modo de o ligar pára sempre aos interesses hespanhoes. Por isso, nos fins de 1639, realisára-se o que fôra a antiga ambição da duqueza D. Catharina. Separou-se a administração politica do governo militar de Portugal, confiando-se este ao

duque sob a regencia da duqueza de Mantua. D. João acceitou e tomou posse do cargo: portuguezes e castelhanos, amigos e inimigos, o censuravam e o repelliam.

Tal era a situação, quando á derrota das Dunas veiu juntar-se a insurreição da Catalunha (junho), para impedir a realisação dos planos de Olivares sobre Portugal. A nobreza do reino teve ordem para ir em massa á Catalunha; e a 24 de agosto chegou um mandado positivo para que todos, incluindo o proprio duque de Bragança, acompanhassem Philippe III ás côrtes aragonezas.

Eram impossiveis as dilações, e a dubia situação do duque tinha de difinir-se. A éra das tergiversações, dos compromissos fracos, em que a sua natureza mesquinha se prazia, terminára. Não o forçavam a arrancar uma mascara, porque elle não a usava; mas obrigavam-no a decidir-se, o que era uma afflicção, uma dôr-d'alma, para o seu genio quieto, egoista, pequeno.

D'esta situação nasceu o dia 1.º de dezembro: nma conjuração, como sempre se lhe chamou, e não uma revolução. Os jesuitas, que em 1637 tinham tramado uma revolução, batidos, mudaram de rumo; e passaram da rua para a alcova, do pulpito para o confessionario, da prégação para a intriga. Todos os conjurados accusavam o duque; e para o decidir foi mistér propôr-lhe claramente, cruamente, a dureza da situação. Estava perdido: a conjuração far-se-hia que elle o quizesse ou não; e ou teria de combater contra os seus, ou de acabar miseravel no fundo de algum carcere em Hespanha. O medo decidiu-o; resou a Nossa Senhora, carregou o pescoço de rosarios e bentinhos que os jesuitas piedosamente lhe davam; e confiando na protecção do céu e na de Richelieu, o émulo de

Olivares e intimo dos jesuitas, resolveu lançar-se á aventura.

O que o dia 1.º de dezembro melhor prova, não é a audacia dos conjurados, é a indifferença do povo, o medo da burguezia, e a inepcia do governo hespanhol. Tudo estava podre, tudo caduco: fructos maduros, que o jesuita saboreava, com a esperança no futuro imperio de Deus!

Os conjurados foram ao paço; mataram com um tiro o secretario Vasconcellos, prenderam a duqueza de Mantua, que assignou todas as ordens para a entrega das fortalezas. Foi uma mutação de scena, uma substituição de pessoas, um acontecimento imprevisto e singular. Os vereadores no senado, cheios de susto, não queriam crêr, nem reconhecer o que se lhes dizia. O castello abriu as portas, e a guarnição foi convidada a continuar, por conta do novo regimen: seria fielmente paga. As torres do Tejo, Almada e Belem, entregaram-se. Os galeões do rio renderam-se á voz de uma galé guarda-costas; e S. Julião, que o duque de Alba comprára em 1580, vendeu-a em 1640 Fernando de la Cueva por uma commenda.

Em quinze dias, metade de Portugal acclamára D. João IV, sem dispendio de segundo tiro: bastou o de Miguel de Vasconcellos. Entretanto, o duque descia, em procissão triumphal, atravez das *suas* terras, de Villa-viçosa a Lisboa, onde chegou no dia 6. Era mais facil do que receára; e estava contente com o seu povo.

Esse povo, porém, conservava-se fiel a D. Sebastião; e não faltou quem se recusasse a reconhecer o novo rei, temendo ser desleal ao antigo, ao verdadeiro: spectro fugaz do passado reino, senhor da India! O padre Vieira esforçava-se por demonstrar com sabias allegorias, antigos proces-

sos da litteratura primitiva do christianismo que D. João IV não era senão o verdadeiro D. Sebastião, o verdadeiro *encoberto*; apesar de, como rei apparente, ser outro — uma sombra, um meio, um instrumento, um *fetiche*. Não errava o fogoso jesuita.

Tudo era, com effeito, apparencia, sombra e instrumento, nas mãos dos terriveis educadores. Apparencia e comedia, a conjuração; sombra sepulcral, o reino. Quem viu Portugal por esse tempo, descreveu-o como uma região desolada e nua. Extensas campinas, outr'ora ferteis, reduziam-se a poucas folhas cultivadas, em volta de pequenas aldeias de 30 ou 40 visinhos. O commum das terras estava coberto de urzes, roidas pelas cabras silvestres. Por toda a parte havia casas arruinadas, abertas á inclemencia do tempo; miseraveis choupanas de colmo, onde habitavam cretinos, como os dos Alpes, alimentados de peixe secco e pão de farelo.

O rei d'este reino, *encoberto* e morto, punha-o sob a protecção de N. S. da Conceição, padroeira; e da antiga fidalguia portugueza restava ainda uma tradição: nas cortes de 1641 o estado popular insta com fervor para que se castiguem as mulheres que usarem *dom*, sem o possuirem *de jure*; e se proscrevessem as cabelleiras e guedelhas postiças dos homens, como attentorias da velha gravidade portugueza!

A guerra, que principiou logo em 1641, para só vir a terminar em 1668, póde dividir-se em quatro periodos. O primeiro, que vae até 1646 e inclue a victoria de Montijo, demonstra aos portuguezes a inutilidade das operações offensivas. O segundo

conta dez annos (a 1656) em que de parte a parte nada se faz, além de correrias e encontros sem importancia. No terceiro (1660) os hespanhoes tomam a offensiva; mas páram, diante da batalha das linhas d'Elvas. No quarto, finalmente, que termina com a paz, a invasão occupa todo o Alemtejo; mas é repellida pelas batalhas do Canal e Montes-claros.

As duas campanhas de 1641 e 42 não passaram de escaramuças e reconhecimentos. De parte a parte faltavam os meios de combate; não havia exercitos. Os hespanhoes esperavam os regimentos que andavam na Flandres e na Catalunha; e o exercito portuguez compunha-se de um aggregado de mercenarios bisonhos, sem disciplina, nem commando. Além de que a guerra era, no seculo XVII, cousa differente do que fôra no XIV, via-se que o povo não acudia, como no tempo do Mestre de Aviz. O governo recrutava soldados em França e por toda a parte onde a Hespanha era inimiga; e contratava coroneis e capitães: os Fieschi, os Pignatelli, os Naper, os Saint-Paul, etc. Esta invasão de forasteiros, sempre que em Portugal ha alguma cousa a fazer, na guerra, no trabalho, na sciencia, recrudesce agora, sendo a melhor prova da incapacidade do novo reino. Só a desorganisação completa a que a Hespanha chegára, livrou D. João IV do captiveiro ou da morte, fazendo crer que em Portugal havia, com effeito, energia e vontade da independencia. O bragança insistia porque se licenciassem os batalhões mercenarios hollandezes, *por serem herejes*, e isto quando a deserção ardia por toda a parte: passavam de 3:000 os desertores no principio de 1643.

Apesar de tudo, a inercia dos hespanhoes era tal, e tamanha a sua fraqueza, que, na campanha

de 1644, o exercito portuguez invade a Extremadura, e ganha a batalha de Montijo (maio). Logo porém a desordem, a penuria, a corrupção, ponderaram as forças, ou antes a ausencia de força.

Nos annos de 45 e 46 nada se fez. A deserção fervia; os hollandeses mercenarios passavam-se para e inimigo, e os naturaes fugiam para as suas aldeias. O recrutamento, em rusgas, assolára todo o reino, e as resistencias surgiam por varios pontos. Nas côrtes de 1646 ouviu-se um lamento universal: era o povo a dizer os roubos dos capitães-móres, as rapinas da soldadesca, a crueldade dos aboletamentos. Os paes, as mães dos desertores iam presos por culpa dos filhos; e as viuvas ficavam desamparadas, esmolando, na ausencia dos orfãos roubados pela guerra. Os de Obidos diziam que não havia quem lavrasse as terras; e Castello-branco perdera 800 homens *mortos á formiga*, (sem falar nos soldados que déra) e mais de 68:000 cabeças de gado.

O jesuita, em cujo nome D. João IV era rei, acudiu n'este doloroso transe; achou o meio de resolver as difficuldades que pareciam insuperaveis. Foi o padre Antonio Vieira quem aconselhou a guerra defensiva. Effectivamente, as tropas recolheram áquem das fronteiras, fortificando-se nas praças. Em 1648 assignou-se a paz de Westphalia, que reduziu a um só, a França, os anteriores inimigos da Hespanha. O susto do bragança foi tão grande, que esteve a ponto de abandonar a empreza, atraiçoando o reino que devastava. Mas, por outro lado, a paz deixava massas de mercenarios ociosos, para preencher os quadros do exercito portuguez. Fr. Domingos do Rosario foi mandado á Irlanda buscar gente; da Allemanha vieram 1:500 homens; o recrutamento em Napoles

era maior. D. João IV recommendava aos emissarios que só alistassem catholicos, e os emissarios respondiam ser cousa difficil: meia Europa, ou mais, era protestante. O rei tinha horror aos herejes, mas acreditava em milagres e feiticeiros, apesar da Ordenação, apesar da Inquisição; e imaginava diminuir as baixas do exercito do Alemtejo, dando uma tença a um soldado que curava os enfermos *com palavras* — diz assim o alvará.

Pouco ou nada se fazia, entretanto, no theatro da guerra: razzias e escaramuças, correrias, encontros sem importancia. Em 52 tomou o commando do exercito o principe herdeiro, mallogrado, D. Theodosio. Era um sêr formado de astucia e mysticismo, beato, discipulo querido dos jesuitas, e no qual elles punham as maiores esperanças. Ao partir para a campanha, o padre Vieira dizia-lhe: «Leve quantidade de dobrões.» Para que? Isto explicava o padre no seu estylo, redundante e obeso: «A polvora, as balas, os canhões, são comprados, e bem se vê o impeto com que servem, e o estrago que fazem nos inimigos: e mais natural é em muitos homens o interesse, que n'estes instrumentos a mesma natureza.»

Apesar d'isso, a campanha jesuita perdia-se, e o futuro apparecia negro de borrascas. A Hespanha batia a França, e nós tinhamos chegado á ultima penuria. Famintos e nús em casa, eramos o riso das capitaes da Europa. Na Haya o nosso embaixador, D. Luiz de Portugal, era perseguido pelos padeiros e cervejeiros; e, em Paris, Francisco de Sousa Coutinho via a casa penhorada por belleguins. Urbano VIII em Roma não quiz receber o embaixador portuguez; a Suecia não

(1) V. *Systema dos mythos relig.*, p. 51.

reconhecia o que fôra para lá mandado; e em Londres, Cromwell invadiu a legação portugueza para prender o irmão do embaixador Pantaleão de Sá que assassinára um burguez. D. Fernando Telles de Faro, enviado junto da Hollanda, vê as cousas tão mal paradas, que se passa para Castella, confessando no seu manifesto de Colonia a desunião dos fidalgos e a ruina infallivel. Ninguem confiava no bragança apesar da sua riqueza: as primeiras *letras* que passou, para tirar dos bancos de Amsterdam dinheiro para a guerra, apregoaram-se em vão na praça; e ficariam inuteis a não ser um judeu, o Costa, que as comprou por um emprego. Salvou-nos em 1654 a inercia dos hespanhoes, que, deixando passar o momento, só atacaram vigorosamente em 57, quando as cousas já tinham mudado em França.

Essa campanha de 57 foi de parte a parte uma vergonha: Olivença rendeu-se covardemente; e depois da empreza inutil do cerco de Badajoz, caíu tudo no marasmo antigo. D. João IV morrera; e felizmente acabavam com elle as contínuas intrigas, a desconfiança permanente, que paralysavam as operações. Em 58-9 as defezas de Elvas e de Monsão faziam raiar uma esperança, quando a paz dos Pyreneus, desembaraçando a Hespanha, pactuava a nossa perda: o Mazarino vendia Portugal por Philippeville e Marienburgo.

Tudo estaria perdido, se, de facto, o francez, ao mesmo tempo que nos abandonava no tratado, nos não favorecesse efficazmente, mandando-nos generaes (Schomberg) e soldados. Adiante veremos a historia complicada dos tratados, que são um constante commentario á guerra, e valem mais do que as batalhas.

Aos soccorros de França vieram juntar-se dois

mil homens que nos mandou de Inglaterra Carlos II; mas nada d'isto bastou para sustar a invasão fulminante de D. João de Austria. D'esta vez a Hespanha, desembaraçada successivamente (Westphalia, Pyreneus) dos seus inimigos, podia occupar-se de Portugal. Em 61 os hespanhoes invadem o reino: Borba, Jerumenha, Veiros, Monforte, o Crato, Assumar, Ouguella, cáem n'um instante nas mãos do inimigo, que occupa o Alemtejo em todo o anno seguinte. Na primavera de 63 a invasão desce a Evora, que se rende vergonhosamente, entregando 7:000 prisioneiros; e depois de Evora, a tomada de Alcacer-do-sal enche Lisboa de terror.

Entretanto, uma revolução de côrte terminára a regencia da rainha viuva Luisa de Gusmão (dezembro, 62) dando o throno a Affonso VI, e o governo ao conde de Castello-melhor. Os jesuitas, desacreditados e batidos na sua campanha infeliz, perdiam terreno; e o forte ministro, copiando Richelieu, usava d'elles sem ser seu escravo. Reinava em nome de um rei positivamente doido, como o padre Vieira tinha reinado em nome de D. João IV, e O'Daly (Fr. Domingos do Rosario) em nome da regente D. Luisa de Gusmão.

Castello-melhor provou ser um homem. Organisou o exercito e preparou uma reacção energica. Em junho, menos de um mez depois da queda de Evora, ganhava-se a batalha do Canal e libertava-se o Alemtejo; no anno seguinte invadia-se decididamente a Extremadura hespanhola, e vencia-se em Castello-Rodrigo; em 64, finalmente, respondia-se ao cerco de Villa-viçosa e á nova aggressão de Hespanha, com a victoria decisiva de Montes-claros, que poz ponto á guerra.

Portugal parecia reviver á voz de um homem. Acordaram tradições apagadas, em cujo nome o

ministro, apoiado por um exercito victorioso, reclamava, e talvez obtivesse, da Hespanha caduca a Galliza — se as apparencias fossem verdades. Eram uma illusão, porém. No seculo XVIII a abstracção fizera do governo uma arte, e da guerra um xadrez. Nem nos conselhos, nem nas batalhas, se ouvia a voz poderosa e viva do povo. Como certas plantas que medram só do ar, sem raizes no solo, assim o governo, a diplomacia, o exercito eram cousas quasi phantasticas, sem base, ephemeras, que viviam de formulas e convenções apenas, divorciadas da natureza. Productos da abstracção racional, estavam á mercê das lufadas imprevistas do capricho. A força apparente era uma fraqueza intima, e por isso os castellos erguidos caíam de repente com um homem.

Assim aconteceu em Portugal em 1667; assim havia de acontecer um seculo depois, e de um modo ainda mais evidente. Os jesuitas, desthronados, conspiraram, aproveitando habilmente a rivalidade da França e da Inglatera, que possuiam em Portugal um instrumento docil e submisso contra a Hespanha. Os jesuitas, cuja obra era o reino, tinham um rei feito para pôr no logar do doido Affonso VI, que cedia do throno em favor do Castello-melhor; e como o ministro se atrevia a ser um homem, como não se curvava submisso e humilde, a Companhia baniu-o. Depoz o rei, acclamou D. Pedro II, voltou a reinar, assignando a paz com a Hespanha (1668), sem fazer exigencias temerarias: o *Directorio* de Aquaviva condemnava o excesso de zelo, e toda a especie de enthusiasmos e ambições...

Contámos a guerra; é mistér contar agora as

commoções internas e a politica internacional da Restauração, que sacrificou Portugal aos interesses dymnasticos.

Indifferente o povo, adversa uma boa parte da nobreza, D. João IV tinha por si em 1640 o clero; tinha a plebe da capital que fraternisava, vendo sentada no estribo do coche real a *Maranhan*, regateira-mór de Lisboa; tinha os alliados da França contra a Hespanha. Para formar o seu ministerio, foi escolher entre os parciaes do dominio hespanhol, que agora parecia renegarem-no: Francisco de Lucena, nomeado ministro, era um d'esses. A fidalguia protestava contra a nova ordem de cousas, não acreditando no exito da empreza. Desertavam muitos para Castella, e os de casa conspiravam claramente contra o rei. Em julho de 41, oito mezes depois da acclamação, o governo decidiu-se, por fim, a perseguir e castigar. Sem força para vencer na guerra, ia sendo ridiculo na sua fraqueza interna. Era necessario sangue, para dar vida ao novo throno, e terror, para dominar os incredulos.

A historia d'essa conjuração de 1641, que termina com as execuções de 19 de agosto em Lisboa, é mais uma prova da deploravel decadencia universal. Alliciados o conde de Armamar e o marquez de Villa-real pelo chefe da conspiração, Sebastião de Mattos de Noronha, o moço e idiota duque de Caminha entrou ahi como Pilatos no *Credo*, sem saber porque — para não denunciar o pae. Só elle, o infeliz, por quem em vão o arcebispo de Lisboa implorou a rainha, deixou de ser covarde. Todos os mais se rojaram aos pés de D. João IV, pedindo perdão, denunciando os cumplices. Salvou uma vida miseravel o arcebispo de Braga; e o duque de Caminha, irresponsavel e

até innocente, foi degollado com os companheiros — porque era necessario extinguir a familia, para com os bens da casa de Villa-real, confiscados, se crear a casa do infantado. Assim se dotou o principe que depois foi D. Pedro II, rei a *pedido das côrtes e muito a aprazimento da Santa Sé.*

O novo throno já tinha um degrau de cadaveres e sangue: bom fundamento. Era necessario consolidal-o com a protecção dos inimigos da Hespanha.

Desde 1634 que Richelieu vinha incitando o duque de Bragança a declarar-se rei de Portugal. Por occasião da revolta do *Manuelinho* mandára um espia propôr o auxilio de 50 navios, 13:000 homens, e dinheiro. Se o bragança recusasse, elle offerecia um bourbon. Em 39 voltára a insistir, propondo a corôa a um neto do prior do Crato. Quando rebentou a conjuração de 40, Richelieu viu consummada a sua esperança, e considerou morto o seu rival Olivares: feria-o com duas graves diversões, a Catalunha e Portugal. Logo em julho de 41 se assignou o tratado com a França, e os navios (20) francezes encorporaram-se na esquadra hollandeza que vinha em soccorro da dynastia. Que pedia a França em troco? Nada; porque era bastante para ella o serviço de apunhalar a Hespanha pelas costas. Indifferente aos territorios portuguezes da India e do Brazil, unica moeda com que D. João IV podia pagar; exclusivamente occupada pela Europa de que era o centro, a França usava de nós como um mero instrumento e fal-o-hia emquanto isso lhe conviesse. Effectivamente, o tratado permittia á França assignar a paz com a Hespanha, sem Portugal ser ouvido; e o futuro mostrou bem o valor d'esta condição, e a nenhuma conta em que o rei dos jesuitas era tido.

Já estava assignado o tratado com a Hollanda

(21 de junho). Se o francez escarnecia de nós, o hollandez, que até então nos roubava como inimigo, ia agora expoliar-nos como bom amigo; e em nome de uma promessa fallaz de soccorro, o rei vendia o melhor do seu reino. Como inimigo da Hespanha, a Hollanda era nossa alliada; mas nosso inimigo, ao mesmo tempo no Ultramar. O governo portuguez queria de certo reivindicar o muito que a Hollanda pilhára durante os sessenta annos anteriores, porém a Hollanda poz como condição *sine qua non* a conservação do *stato quo*. D. João IV comprou o auxilio, pagando-o com o imperio ultramarino, sanccionando os roubos de sessenta annos. Não era a primeira vez, nem seria a ultima, que os dynastas, substituindo-se á nação, a venderiam para se conservarem a si. O hollandez, porém, exigia e obteve mais. Além do reconhecimento da posse do que occupava, concedeu-se-lhe o ser equiparado a Portugal nas colonias ainda portuguezas, o que equivalia a uma cessão positiva de toda a fortuna colonial. Não valeria a pena abandonar tudo, para termos D. João IV, e os jesuitas que applaudiam e defendiam os tratados hollandezes: para os termos como os senhores e reis?

Nem por tal preço, comtudo, os hollandezes davam por concluidas as pendencias ultramarinas: o tratado não consagrava a paz, estabelecia apenas uma tregua de dez annos. Assignada essa convenção ruinosa, a Hollanda mandou 40 navios, 2 regimentos de cavallaria, armas, munições, etc.; mas logo em setembro chegou do Ultramar a noticia de que a tregua era uma mentira: os hollandezes acabavam de tomar-nos o Maranhão, no Brazil; Angola e S. Thomé, em Africa. (1) Que fez D. João IV

(1) V. *O Brazil e as colon. Portuguezas* (2.ª ed.), pp. 34 e 43-4.

em Lisboa? A esquadra estava no Tejo, e as guarnições viam-se perdidas, crendo que o rei tería o juizo bastante para aprezar os navios e os homens, como refens. Nem a tanto chegava, porém, a intelligencia, nem a audacia; e quando o hollandez o percebeu, levantou ferro, largou velas, e foi-se, livre e socegadamente, com o preço das colonias cedidas de facto e de direito.

D. João IV ficou burlado; mas Angola e o Brazil, abandonados, vendidos, souberam defender-se a si proprios. Essa epopêa, que sellou a independencia real da nossa colonia americana, terminou em 1654 pela expulsão total dos hollandezes. (1)

Falta o terceiro dos alliados contra a Hespanha, a Inglaterra, sobre a qual reinava ao tempo Carlos I. Inspirada por outros interesses, a nação onde o genio commercial e fabril despontava viu em Portugal um bom paiz de ilotas a explorar. Do tratado de janeiro de 42 data a suzerania que a Inglaterra veiu exercendo até nossos dias sobre Portugal: desde logo se creou um fôro especial para os inglezes residentes, com um juiz conservador privativo.

Cego instrumento nas mãos da França, campo aberto á exploração ingleza, burlado pela Hollanda, o Portugal restaurado, sem gente, sem dinheiro, sem colonias, sem vida, sem caracter, era o cadaver sobre que o jesuita imperava, e a ***herdade*** de D. João IV, rei pela graça das espingardas dos alliados e da senectude da Hespanha.

Ninguem acreditava no exito de uma empreza começada sob tão maus auspicios; e os cadafalsos do Rocio (1641) demonstravam o protesto contra o egoismo do rei, que sacrificava tudo á sua conser-

(1) V. *O Brazil e as colon. Portuguezas* (2.ª ed.) pp. 37-46.

vação. O terror lavrava por toda a parte; calculava-se o que havia de soffrer, quando a Hespanha voltasse a tomar posse do reino. Havia a consciencia de uma absoluta impotencia. E, para suffocar o medo, D. João IV sacrificou em um patibulo o seu ministro Lucena (1643). O povo, além de temer, gemia com os tributos repetidos que lhe sugavam até á ultima gota de sangue. Em 41, as côrtes tinham votado dois milhões de cruzados, que a guerra absorvera inteiramente em 42. Novo serviço se reclamava, e o povo exigia por sua parte que elle se repartisse por estados, segundo as posses de cada um: pela nobreza, pelo clero. O padre Vieira, n'um sermão de finanças, esgotou em vão a sua eloquencia theatral, para convencer o povo da utilidade de pagar; e o rei, não se atrevendo a bulir na arca santa da riqueza do clero, teve de dar do seu bolso um milhão de cruzados.

Em 44 foi a victoria de Montijo, que trouxe algum alento; mas, no fim do anno seguinte, mais dois milhões eram necessarios, e o povo gemia e chorava. Tudo peiorava; os horisontes cada vez se carregavam de maiores sombras, quando em 48 estoirou, como um trovão, a noticia da paz de Munster. O tratado de Westphalia terminava uma guerra de trinta annos, deixando a França, apenas, em campo contra a Hespanha.

D. João IV não resistiu ao medo e tratou de se salvar a si. Já tinha empenhado uma parte da sua riqueza, sacrificados os seus ocios benedictinos de erudito, os encantos da musica — porque era um *virtuose* — para dar a Portugal a dita de reinar sobre elle. Não duvidára alienar o Ultramar, e subscrever a todas as exigencias humilhantes da França e da Inglaterra, para nos dar a nós a honra de o termos como rei. Arriscar tudo, in-

cluindo a propria cabeça, parecia-lhe excessivo. Não era mau, decerto, nem talvez inepto; mas o seu genio não o chamava para o campo, nem para o conselho: prazia-se estudando, tocando e rezando, porque era beato. Já que o destino assim o mandava, perdesse-se o reino, mas ao menos salvasse-se o rei. Sempre foi egoista. Enviou, pois, o padre Vieira a entender-se com os jesuitas em Roma. Propunha uma combinação aos verdadeiros soberanos da Europa. O neto, herdeiro presumptivo, e filho do já fallecido D. Theodosio, casaria com a infanta de Hespanha, e voltaria a fazer-se a união. O padre Vieira, acaso author do plano do rei, ia enthusiasmado com a visão do Quinto-Imperio; e mal sabia a Hespanha o que perdia, recusando uma dynastia tão illustre. O facto é que de Madrid prohibiram terminantemente as negociações, e o padre Vieira veiu corrido de Roma. Então, mais do que nunca, a Hespanha contava submetter-nos pela força.

Repellido com desdem, D. João IV viu-se tão perdido, que pactuou com o ante-christo Cromwell, elle, o rei devoto que não queria herejes entre os mercenarios do seu exercito. Carlos I caíra em Inglaterra, e a revolução puritana estava no apogeu, quando um conflicto ridiculo trouxe ao Tejo uma armada ingleza, que apresou as náus do Brazil, nas barbas do rei, Este, que dera de barato as colonias aos hollandezes, abandonava agora (1654) tudo ao inglez. Confirmou-se o tratado de 42, que fazia de cada inglez um rei em Portugal; deu-se a esses insulares activos, a faculdade de commerciar livremente, em Portugal, com a India, com a Africa e o Brazil. Os portuguezes não poderiam fretar navios de outras nações emquanto houvesse no porto navios inglezes;—nenhum inglez poderia

ser preso, sem permissão do seu juiz conservador — e as mercadorias inglezas nunca pagariam na alfandega portugueza mais de 23 o/o *ad valorem*, sob quaesquer titulos.

Era impossivel descer mais fundo, baixar mais, abdicar de um modo mais completo a independencia, que se debatia contra o hespanhol, e se sacrificava, assim, ao inglez. Só faltava morrer de todo; e D. João IV morreu, com effeito, dois annos depois de assignar o tratado.

No anno seguinte perdeu-se Olivença; e em 59 assignou-se a paz dos Pyreneus, entre a França e a Hespanha: Mazarino aproveitou a condição do tratado de 41, tratando livremente com a Hespanha, e abandonando-nos. Os francezes ficavam inhibidos de servir no exercito portuguez e de auxiliar de qualquer modo o governo de Affonso VI; e Philippe IV, attendendo á poderosa intercessão da França, concedia generosamente que Portugal retomasse a posição que tinha antes de dezembro de 1640.

Rompiam-se pois as relações diplomaticas com a França que, de alliada, se tornava nossa inimiga; e o padre Vieira, considerando tudo perdido, aconselhava a regente a embarcar a casa de Bragança para o Brazil, abandonando o reino á sua sorte, para fundar na America o Quinto-Imperio — de Deus e dos jesuitas.

Entretanto, ou o rei de França tinha uma politica diversa da do seu ministro, ou este, nas complicadas combinações do seu genio, decidira abandonar e apoiar Portugal ao mesmo tempo. O facto é que, illudindo as estipulações do tratado, Schomberg e mercenarios francezes vieram para o exercito, e a protecção da França continuou de um modo occulto. As questões francezas na Hespanha

estavam adiadas, mas não resolvidas; as pazes eram treguas apenas.

Desembaraçada, porém, a Hespanha pôde cair sobre nós com as suas melhores forças, e occupar todo o Alemtejo, quasi até Lisboa (1661). A regencia valeu-se do inglez que, tèndo provado a utilidade de sugar este canto da Peninsula, de explorar este bando de ilotas, e mirando no futuro valor do Brazil, offerecia auxilio e soccorro. Já Cromwell caira, e no throno britannico sentavamse outra vez os Stuarts. Deu-se a Carlos II a infanta D. Catharina, com o dote de dois milhões de cruzados, Tanger e Bombaim — para nos defender dos hollandezes na Africa, dos hespanhoes na Europa. Confirmaram-se os tratados de 42 e 54, concedendo-se aos inglezes a liberdade de estabelecimento em todas as colonias. Garantiu-se a propriedade de tudo o que podessem haver dos hollandezes na Asia, salvo Kolaambu, em Ceylão, que reverteria (mas nunca voltou) á corôa portugueza.

Pelo tratado de 54 a Inglaterra ficára-nos possuindo: por este de 61 tutelou-nos, declarando-nos prodigos e ineptos; encarregava-se de nos defender, mas como bom tutor, vendeu-nos. Não nos defendeu na Europa, porque a monarchia dos Stuarts era, em Inglaterra, a obra de França; nem no Ultramar, porque nos impoz o tratado de paz com a Hollanda (1662), em que desistimos formalmente de todas as pretenções e de todos os direitos.

Da longa campanha diplomatica da Restauração atravez de todos os incidentes, hollandezes e francezes, resultava este facto que ficou pesando por dois seculos sobre o novo Portugal: o protectorado inglez. Protectorado, sempre se traduziu,

na linguagem real da historia, por exploração: é um euphemismo diplomatico.

A guerra proseguia; e D. João de Austria, senhor do Alemtejo, ameaçava Lisboa, quando a revolução de palacio que entregou o governo ao unico estadista portuguez do XVII seculo, o conde de Castello-melhor, imprimiu força e unidade ás operações, dando-nos as victorias decisivas do Ameixial e de Montes-claros. O inglez acudia a intervir pela paz, e o ministerio inclinava-se para ahi, desde que obtivesse as compensações necessarias. Por outro lado, Luiz XIV, a quem a successão de Flandres punha de novo em conflicto com a Hespanha, embaraçava as negociações, porque lhe convinha ter no flanco do inimigo um cravo penetrante. O casamento de Affonso VI com uma princeza franceza (1667) fez decidir a politica, e assignar a liga defensiva e offensiva contra a Hespanha. A situação respectiva das duas nações da Peninsula mudára muito depois de Montes-claros; e a alliança franceza era n'este momento o meio unico de exigir indemnisações (a cessão da Galliza) de um inimigo incapaz de continuar a guerra.

Outra revolução de palacio, cujo alcance indicámos já, expulsou do governo o Castello-melhor, depoz o rei, e levantou sobre o throno o jesuita — entre D. Pedro II e a rainha, desbragada e sem pudor.

Pagámos então (1668) á França na mesma moeda de 59. Abandonámol-a, como ella nos abandonára na paz dos Pyreneus; e a Hespanha, contente por se vêr tão facilmente livre de um dos inimigos, assignou a paz, reconheceu finalmente a independencia de Portugal. Vinte e oito annos durára o pleito.

Luiz XIV, victorioso, pouco se lhe deu do nosso

abandono; e como, na sua politica de equilibrio, as nações eram dados, na tavolagem da Europa, ganha a vaza, esqueceu Portugal. O inglez, com outros intuitos commerciaes e utilitarios, pôde reinar sósinho, de mãos dadas com o jesuita.

E o povo, a nação? Abstração era tudo no XVII seculo, e em Portugal mais do que em parte alguma. O jesuita educára cuidadosamente o seu reino; e, como fructo primoroso, nascera Affonso VI, especie de rei Lear, doido e mau, furioso e docemente terno. Não tinham, porém, os padres contado com a hypothese de um homem, como Castello-melhor, que os vencesse a elles na inclinação estupida de um rei nullo; e quem sabe se não correram o risco de lhes succeder, um seculo antes, o que mais tarde veiu a acontecer, no momento analogo do marquez de Pombal.

Em 1667 venceram o ministro precursor do espirito civilista e secular do XVIII seculo, e pozeram no throno um homem apaixonado e violento, explorando o amor incestuoso em que ardia pela cunhada. Ella era uma cousa propria da *Companhia*, e, *bem educada* na côrte dissoluta de Versalhes, não temia os escandalos e as indignidades, que os padres sábia e piedosamente lhe descreviam como virtudes. A comedia repugnante da *Causa de nullidade* é a sentença condemnatoria de educadores e educandos.

O caracter immundo, as inclinações vís, os gostos obscenos de Affonso VI, reproduziam n'um typo o estado a que a educação embrutecedora dos jesuitas levára os costumes: opportunamente esboçarmos esse quadro.

Agora, a victoria de 1667 e a paz com a Hespanha, desembaraçando os movimentos dos actores, colloca evidentes na scena, o rei, o jesuita e o

inglez: o sátrapa, o mestre e o judeu. Esta é a trindade augusta que vae reinar em Portugal — uma necropole!

O inglez aproveita o momento de 703, para exigir de D. Pedro II, seu protegido, dois serviços: o tratado de Methwen e a liga contra a França (rasgando a de 67), para defender a successão de Hespanha da ambição bourbonica.

O tratado de Methwen tornou-nos feitores da Inglaterra, e fez do paiz uma *fazenda*, uma ***vinha*** da Gran-Bretanha no Meio-dia. Os vinhos portuguezes pagariam em Inglaterra um terço menos do que os francezes, e Portugal preferiria os productos fabrís inglezes. Comprehende-se como este processo ***livre-cambista*** (applicar as regiões ao que a natureza indica, sem curar das considerações sociaes e politicas) desvairou para logo a economia nacional. As exportações subiram no primeiro anno a treze milhões de cruzados, e os vinhos attingiram no paiz o preço de 60$000 rs. a pipa. A especulação folgava; mas em 1750 era tanta a producção que o vinho baixára a 10$000 rs. O inglez, dando largas ao seu vicio querido, podia embriagar-se por pouco dinheiro, e enriquecer vestindo-nos e dando-nos de comer por bom preço — porque Portugal não produzia pão.

D. Pedro II já tinha reconhecido o throno de Philippe V, bourbon da Hespanha; mas isso não obstou a que retirasse a palavra, entrando no conluio do inglez, do hollandez e do Imperio, a favor do pretendente austriaco, contra Luiz XIV. Portugal armaria um exercito de 28:000 homens, pagando os alliados metade do soldo. Ao exercito

portuguez se reuniria uma divisão de 10:000 homens de tropas estrangeiras; os alliados forneceriam polvora e generaes, munições de guerra, e uma esquadra para defeza das costas. O pretendente austriaco promettia a Portugal a cessão de Badajoz, Albuquerque e Valencia-de-Alcantara, na fronteira de leste; de Vigo, Tuy e Guardia, na do norte; e além d'isto a restituição de todos os territorios usurpados no Rio-da-Prata.

Desde o começo appareceu evidente a nenhuma sinceridade de todas as combinações; e das quatro nações alliadas, Portugal, onde todas vinham assentar arraiaes; Portugal torrão precioso para um acampamento contra a Hespanha, foi quem tudo perdeu. Em março de 704 chegou a Lisboa o archiduque Carlos pretendente, e declarou-se a guerra á Hespanha, mas a desordem, as bulhas, a anarchia nas tropas, a rivalidade dos commandantes, prognosticavam uma derrota. Portugal era uma hospedaria e um acampamento, e a insensata politica anglo-mana do rei fôra, por gosto, fazer do reino o throno da guerra.

Logo em maio os burbonicos de Berwick entram pela Beira, descem para o sul, e occupam Castello-branco e Portalegre: ao mesmo tempo as costas do Algarve eram devastadas por mar. A guerra estava desencadeada; e nenhuma guerra melhor do que esta retrata a confusão a que a victoria das formulas abstractas monarchistas (poder-absoluto, equilibrio, diplomacia, etc.) levára a Europa. Eram tres exercitos em campanha, sobre o territorio portuguez — uma banca de jogo. A' frente do nosso via-se um herege e hollandez, Fagel; á frente dos franco-hespanhoes andava um inglez, Berwick; á frente dos inglezes e imperiaes, um francez, Ruvigny.

Em 705 e 706, Luiz XIV e Philippe V baixam; a Hespanha é invadida pelos alliados, e a divisão do marquez das Minas chega a entrar em Madrid, acclamando Carlos III (2 julho, 706); porém, logo em 707, a perda da batalha de Almanza (abril, 25) determina a reacção. D. Pedro II morrera antes da derrota; e o novo rei, D. João V, tomou conta do governo com o fardo da guerra. Nos quatro annos seguintes (707-11) o throno de Philippe V consolida-se a ponto que os inglezes, desenganados, abandonam-nos, retirando a divisão auxiliar. Esboròa-se tudo: os soldados desertam em massa para o inimigo. Negoceia-se então a paz, que se assigna em Utrecht em 713. De dez annos de guerra, que lucravamos? Devolvemos fielmente tudo o que tinhamos na Extremadura hespanhola, e apenas nos foi restituida a colonia do Sacramento na America. (1)

N'esta guerra de *equilibrio* em que D. Pedro II lançára o reino, n'esta guerra em que nenhum interesse nacional se pleiteava, vê-se bem o imperio das novas idéas a que a monarchia obedecia já no principio do XVIII seculo. Formára-se, como systema, o *absolutismo*; (2) e D. Pedro II desde 1674 não convocára mais as côrtes nacionaes, instituição que outr'ora representava a nação, como um corpo, perante o rei, um chefe. Póde dizer-se que depois de 1668, quando se fez a paz com a Hespanha, as côrtes portuguezas não tiveram mais intervenção no governo. Em 1674 o rei convocou-as, mas dissolveu-as logo, por quererem fiscalisar as despezas publicas. D. João V fingiu, illudiu, sem negar; mas D. José I affirmou, de um modo

(1) V. *O Brazil e as colonias port.* (2.ª ed.) p. 89.
(2) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) p. 287 e segg.

positivo e terminante, que o poder é uma «alta e independente soberania, que o rei recebe immediatamente de Deus; pela qual manda, quer e decreta aos seus vassallos, de sciencia certa e poder absoluto».

Das tres pessoas que designámos no throno — o rei, o inglez e o jesuita — vimos como vivem os dois primeiros. E o terceiro? o mestre, o guia, o fundador do novo reino? — A sua educação educava-o a elle proprio; o veneno com que minára a sociedade corroía já a constituição intima da *Companhia*. O inglez, apesar de judeu, apresentava-se como apostolo do espirito pratico e utilitario, radicalmente inimigo de todos os sonhos e chimeras, de sebastianismos e beaterios. O rei, como um pupillo que cresce em forças e experiencias, não ousava renegar o mestre, mas ia commentando e explorando em proveito proprio as lições recebidas. Prevê-se, pois, já o choque entre os dois absolutismos, o do espirito e o da lei; e as intrigas da côrte no tempo de D. João V preparam a campanha de que Pombal saiu vencedor.

Essa victoria era de esperar, porque o absolutismo monarchico, apoiando-se naturalmente á corrente das opiniões praticas e utilitarias, ganhava forças; ao passo que o jesuitismo, pervertido pelo tempo, era absorvido pelo cuidado exclusivo de intrigar e enriquecer. O reino da terra (com que antes se havia de ganhar o do céu) é para o jesuita do XVIII seculo o motivo positivo da sua actividade, e a ambição transcendente desce á condição de uma formula van de estylo.

No seio da Ordem tinham tambem occorrido casos graves, na segunda metade do XVII seculo. De começo houvera apenas um pequeno numero de professos que tivessem proferido os quatro

votos. Afastados dos collegios, vivendo de esmolas, a sua authoridade era toda espiritual: por isso tambem eram a força e o nervo da Sociedade. Os logares que exigiam actividade temporal, reitores e provinciaes, e em geral os collegios, estavam nas mãos dos coadjutores.

Foi sob o geralato do fraco Vitelleschi que os professos chegaram aos empregos administrativos, participando do rendimento dos collegios, fazendo-se reitores e provinciaes. D'ahi veiu a obliteração das severas praticas devotas; d'ahi a preoccupação ambiciosa de ganhar os altos graus, que agora davam já o poder temporal com a authoridade espiritual. Acabou assim a disciplina severa, e veiu a mundanisação.

Desde logo se restringiu o poder absoluto dos geraes, collocando-se-lhes ao lado um vigario, com poder privado: o que fazia duas cabeças n'um mesmo corpo, e destruia a unidade do mando.

Outr'ora exigira-se dos neophitos a renuncia absoluta dos proprios bens. Agora temperava-se esta disposição crua. Primeiro, começou-se por adiar o cumprimento do preceito; depois, a renuncia foi condicional, prevendo-se o caso de expulsão; por fim, a doação não se fazia propriamente á Sociedade, mas sim áquelle collegio em que o neophito entrava, e de que ficava fazendo parte como associado.

Os collegios transformaram-se em sociedades mercantis — porque o banco e o commercio, diziam, nada tinha de peior do que a lavoura em que os santos monges dos primitivos tempos se occupavam. As fabricas de tecidos de Macerata eram propriedade do collegio de Roma: o embaixador portuguez na cidade dos papas recebia os honorarios em saques sobre os jesuitas. Os de

Marselha tornaram-se celebres pelas especulações do padre Lavalette na Martinica; mas o centro da rede de escriptorios commerciaes e bancarios que abraçava os dois mundos era Lisboa, capital do jesuitismo e do reino por elle e para o seu uso trazido á luz da historia. (1)

As mundanidades (poder, riqueza, etc.) de que, antes, fôra idéa fazer instrumentos de salvação, corrompiam, agora, os apostolos; e as fraquezas humanas (superstições, escrupulos, paixões, illusões, etc.), desculpadas, primeiro, em nome de uma tolerancia transcendente, ou exploradas com um espirito idealista, tinham apagado a consciencia, varrido a intelligencia: eram toda a moral e toda a religião dos homens.

Foi isso o que o reinado beato e devasso de D. João V veiu mostrar, patenteando um systema de costumes ridiculos e nojentos.

(1) V. Para a exploração das missões da Africa e America, *O Brazil e as colonias portuguezas*, I, 4, 5, II, 4.

IV

As minas do Brazil (D. João V)

Um facto fortuito, alheio aos elementos naturaes da vida portugueza na Europa, tinha vindo pelos fins do seculo XVII influir poderosamente nos destinos da nação. Despovoado e inculto o reino, miseraveis e núas as povoações, sem riqueza nem trabalho — as minas do Brazil deram ao rei e ao póvo uma fortuna que o reino lhes negava.

A situação que a descoberta da India creára a Lisboa, no XVI seculo, renascia agora com a riqueza americana. Populosa, theatralmente opulenta de um luxo fidalgo e sacerdotal, côrte de uma especie de satrapa, Lisboa era mais a metropole de um vasto imperio ultramarino, do que a capital de um reino europeu. Portugal via-se outra vez o alfoz da sua bella cidade que o devorava. O destino maritimo da nação, creado pelo seu porto magnifico, n'uma das fronteiras do mundo, condemnava-a a soffrer as duras consequencias de uma grandeza singular. Portugal, nos antigos e modernos tempos, só commenta a miseria das suas provincias, a penuria do seu organismo nacional, nas horas de crise: 1640, 1755, 1820, 1834. Agora, as minas americanas chamam todas as ambições e todas as forças para a cidade onde se encontra a vida in-

teira da nação. (1) Na côrte, em Lisboa, portanto, se desenrola a historia, muda em provincias despovoadas, embrutecidas e miseraveis.

Foi sobre o ouro e os diamantes do Brazil que se levantou o novo throno absoluto de D. Pedro II; foi com elles que D. João V, e todo o reino, poderam entregar se ao enthusiasmo desvairado d'essa opera ao divino, em que desperdiçaram os thesouros americanos. O acaso, pae sem virtudes d'este filho prodigo chamado Portugal brigantino, concedeu a um tonto o uso de armas perigosas, abrindo-lhe de par em par as portas dos arsenaes; e D. João V, enfatuado, corrompeu e gastou, pervertendo-se tambem a si e desbaratando toda a riqueza da nação. Tal foi o rei. O povo, pastoreado pelos jesuitas, beato e devasso, arreava-se agora de pompas, para assistir como convinha á festa solemne do desbarato dos rendimentos do Brazil.

A tradição da existencia do ouro era antiga. Em 1573, um certo Tourinho, subindo o rio Doce, descobriu o territorio chamado de Minas, e encontrou esmeraldas. Depois d'elle, outros exploradores visitaram a região; até que, em 1693, chegou a Porto-seguro um paulista com a noticia de que havia ouro no sertão de Cuyaté. A exploração começou desde logo, provocando o delirio que em nossos dias se viu na Australia. A principio, a saca do ouro era severamente prohibida, mas, por impossivel de fiscalisar, libertou-se, impondo-se o tributo do quinto, que começou a render cerca de 12 arrobas por mez. (2)

Para que bem se possa avaliar a importancia

(1) V. *Hist. da republ. romana*, I, p. 363.
(2) V. *O Brazil e as colonias portuguezas*, II, 6, 7.

das novas descobertas; para que ninguem se illuda, suppondo que os desperdicios faustosos de D. João V traduzem um renascimento da riqueza natural do reino, poremos aqui uma nota das massas de metaes e pedras preciosas que D. João V recebeu do Brazil: 130 milhões de cruzados; 100:000 moedas de ouro; 315 marcos de prata; 24:500 marcos de ouro em barra; 700 arrobas de ouro em pó; 392 oitavas de peso e mais 40 milhões de cruzados de valor, em diamantes. Além de tudo isto, o producto do imposto dos quintós e o monopolio do pau-brazil rendiam annualmente para o thesouro cerca de milhão e meio de cruzados. Pois esta somma quasi incalculavel de riquezas não bastou para encher a voragem do luxo e da devoção do espaventoso e beato monarcha. O inglez sentava-se com elle á meza, e applaudia os desperdicios, porque todo o ouro do Brazil passava apenas por Portugal, indo fundear em Inglaterra, em pagamento da farinha e dos generos fabrís, com que ella nos alimentava e nos vestia. A industria nacional constava de operas e devoções. O portuguez só sabia ser lojista: todo o commercio externo estava na mão de inglezes, principalmente, e de italianos.

Por isso, nem todo o ouro do Brazil chegou, a divida nacional cresceu, e se Lisboa quiz deixar de morrer á sêde, teve de pagar com um imposto especial a construcção do seu Aqueducto.

Os dinheiros do Brazil tinham outro e melhor destino. Iam para Roma custear o preço de concessões valiosas. Era a elevação da capella do rei a Patriarchado — um arremedo do Vaticano; eram as insistencias (sem resultado) para que se definisse o dogma da immaculada conceição de Maria, antiga devoção dos Braganças; era a licença para os padres dizerem tres missas em dia de finados;

eram os lausperennes, as reliquias, as canonisações, as indulgencias.

A educação jesuita produzia duas especies de caracteres que, ás vezes, quasi sempre, se viam reunidos na mesma pessoa, e que imprimiram na phisionomia portugueza do XVIII seculo um cunho ainda não de todo apagado em nossos dias: a brutalidade soez e a parvoice *carola*. Eram os fructos da esterilisação do ensino e da perversão da religião. Nos nossos reis quiz o acaso que os dois caracteres encarnassem, como typos, em dois homens, para melhor se poderem vêr e observar. Affonso VI foi um, João V o outro.

A antiga hombridade portugueza, que a perversão universal tornava em basofia, dava o braço á antiga piedade, traduzida agora por uma devoção idiota e piegas. D. João V era, ao mesmo tempo, balofo e carola. Tinha o amor das ceremonias, e sabia todos os pontos da etiqueta do paço e da egreja. Era mestre em liturgia. Queria bem a todos os santos, mas tinha um fraco particular por S. José e por S. Francisco de Assis. Quem diria, ao asceta do XIII seculo, o amor do futuro rei sybarita e devoto? Nossa-Senhora-das-Dores merecia-lhe tambem um cuidado especial: estendeu e vulgarisou pelo reino o seu officio; mas o fraco por S. Francisco era de tal grau, que aspirava ao logar de andador da sua Ordem-terceira. D. João III aspirára ao logar de inquisidor; n'esta differença de ambições se vê a differença dos tempos e da religião. O jesuita está de permeio.

A Patriarchal era para D. João V o reino, a côrte. Essa opera contava quasi quatrocentos figurantes. Afóra o patriarcha, tinha vinte e quatro principaes, setenta e dois prelados, vinte conegos, setenta e tres beneficiados, mais de trinta mestres

de ceremonias, acolytos, capellães. Custavam todos trezentos contos ao anno. E além d'isso, cento e trinta cantores e musicos, por trinta e oito contos. E por cima, as rendas principescas do patriarcha. E mais ainda, o preço incalculavel das festas magnificas, com o scenario deslumbrante de ouro, pedrarias, velludos, rendas, luzes, em nuvens de incenso despedidas pelos thuribulos cinzelados.

D. João V não regateava o preço das cousas; antes, como rei *brazileiro*, rico sem bem saber como, punha a honra na despeza, imaginando espantar o mundo com o modo perdulario com que dissipava. Mais de duzentos milhões de cruzados foram para Roma; não tem conta o que deu pelo reino ás egrejas, aos conventos de frades e freiras; e na sua furia de ser o esmoler-mór do catholicismo, lembrava-se de todos, derramando por toda a parte o ouro do Brazil: Santo-Antão de Benavente, S. Francisco de Badajoz, a capella dos portuguezes de Londres, o presepe de Belem na Palestina, os templos de Jerusalem, para não falar nos de Roma. — Alexandre de Gusmão, attonito, apertava a cabeça com ambas as mãos, exclamando: «A fradaria absorve-nos, a fradaria suga tudo, a fradaria arruina-nos!»

O rei não pensava em tal; e emproado, soberano, a peruca magestosa, o pulso em fofas rendas, com a mão sobre a bengala, risonho de si, passeava os olhos pelo scenario da opera faustosa. Vestia-se de Paris. Era, devéras um grandissimo rei! E os mitrados de purpura, os tonsurados de camandulas e burel, de rastos, humildes, batendo nos peitos, louvavam e adoravam o grande Lama do extremo occidente.

Faltava, porém a D. João V alguma cousa. O figurino pelo qual se vestia, o seu modelo, o rei-

sol de França, Luiz XIV, tinha fabricas, academias e monumentos; e além d'isso o monarcha, intimamente interessado em todas as cousas do culto, reparára não serem bons os galões que vinham de fóra para as armações de egrejas e para os fatos dos comparsas — os soldados. Creou pois uma fabrica de sedas: primeira e evidente necessidade de um reino que não fiava a lan, nem o linho.

Creou tambem uma academia, pomposa e grave, para escrever n'uma *Historia* os fastos de antepassados da grande éra a que se assistia. Por isso o historiador encartado chamou á historia da nação *Historia genealogica da casa real*. Que era, de que valia o reino, perante a real casa? Quem era o miseravel povo, diante do Bragança magnifico?

Já tinha os galões de seda, já tinha a *Historia*, mas não estava satisfeito ainda, o grande rei. Queria tambem monumentos, e traçou uma basilica maior do que o reino. Mafra devorou, em dinheiro e gente, mais do que Portugal valia. Tambem, para o rei, afóra Mafra, a Patriarchal, a Côrte, nada havia, no canto extremo da Peninsula. Erro! havia um cubiculo mysterioso em Odivellas, onde o sybarita dava largas á concupiscencia, fundindo n'um só os amores da carne e os do incenso, n'uma embriaguez dolente e sensual, cheia de mysticismo doce. O jesuita preparára, ao rei e a todos, esses recessos mysteriosos, alcovas perfumadas, vestidas de imagens piedosas, onde se exercia o culto de todos os amores, sem peccado, n'um arrobo de semi-vida de delicias. O mystico levava o rei até á porta, abria-a, sumia-se, murmurando resas unctuosas...

Não desvendâmos, comtudo, por em quanto, as alcovas, nem as salas dos importantes conselhos.

Vejamos apenas, como espectadores da platéa, a opera sumptuosa que se desenrola entre os bastidores de Mafra. Por fim o rei conseguira o cumulo da sua ambição; e a mania do monumento, que lavrára em França com Luiz XIV, transportada para cá, erguia de uma só vez, n'um logar unico, uma montanha fria de pedra. Vasto abrigo mortuario, povoado de frades negros, era ao mesmo tempo o palacio do moderno Salomão. 50:000 homens andaram n'essa obra, como escravos; e ao lado a forca ameaçava os que protestassem; fugindo, contra o capricho do soberano que os mandava buscar de todo o reino, ás levas, entre alas de soldados. As oficinas de Roma e de Veneza, de Milão e de Genova, da Flandres e da França, tinham fornecido as alfaias preciosas, os lustres e candelabros, os cancellos de bronze arrendado, as lampadas e tocheiros, os relogios e carrilhões. Nunca se vira opera tão estrondosa de musicas, tão brilhante de ouros, pedrarias, luzes, purpuras, rendas, sedas!

D. João V triumphava. Não tanto, afinal, por ter levantado Mafra; mas porque via nas torres o seu enlevo, a sua paixão, o objecto dos seus cuidados — um sino que pesava oitocentas arrobas! Quando lhe annunciaram estar suspenso, deu ao alviçareiro o cargo de sineiro-mór, com a tença de cem mil réis. O sino dobrava agora solemnemente, e cada golpe vibrava no coração do rei como uma nota de alegria e de orgulho. E o sino continuava, batia! e esses golpes repetidos parecem á historia os soluços de um povo inteiro, faminto e miseravel, arrastado por um doido n'uma procissão grutescamente funebre.

Em toda a Europa não havia um sino assim.

Entremos agora nos bastidores da scena.

Alexandre de Gusmão, em Lisboa, junto do rei que o tinha por secretario, e D. Luiz da Cunha, embaixador em Paris, carteavam-se intimamente. Ambos sabiam Portugal de cór; e emquanto o embaixador insistia com o amigo para que se interviesse na politica da Europa, ganhando um logar no concerto internacional, Gusmão respondia: «Esquece-se de que deixou os amigos luctando com as ondas do mar da Superstição e da Ignorancia».

D. João V presidia aos conselhos, entretendo-se a armar e desarmar um modelo do Vaticano, de madeira, miniatura primorosa que de Roma lhe tinham enviado de presente. «Oh! quem pudera dizer o que sente!» exclamava comsigo o secretario. O rei não lhe prestava attenção; só curava das cousas beatas: quanto rende o mealheiro *das almas?* e as missas? perguntava ao prior de S. Nicolau, seu valído. Depois o cardeal da Motta, irmão do secretario de Estado, que tinha a paixão de alporcar cravos, observava a Gusmão ser inconveniente mettermo-nos *em fôfas*. E voltando-se para D. João V, contava-lhe gravemente a apparição de Sancho a seu amo, como a conta o padre Casuino na sua *Côrte-Santa:* o rei, o duque de Lafões, o marquez de Valença, e todos os outros do conselho, com uma attenção cortezan, intima e imbecil, escutavam religiosamente. Esses homens, tão formaes diante do rei, eram um poço de brutalidade, de portas a fóra. Contava-se ao ouvido como Antonio de Saldanha déra uma forte descompostura no cardeal da Motta, e como Francisco Galvão mandára a todos os diabos o secretario de Estado. O que agora occupava principalmente o rei e o conselho era o caso de uma feiticeira, caida

em poder da Inquisição, e que fizera confissões tenebrosas. (1) Por isso o cardeal instava com o soberano para que se conseguisse do papa o livrar-nos de espiritos malignos e de feitiços que causavam n'este reino tanto damno. «Não me consta que os sintam outras nações», concluia gravemente. E emquanto o papa não resolvia a questão, decidiu-se prohibir o annuncio dos raios, tempestades e trovões, nas folhinhas do anno, para socegar o povo.

Por isto, Gusmão, respondendo para Paris, dizia que se D. Luiz da Cunha caísse na materialidade de querer instituir algumas irmandades, dissesse, que o empenho havia de conseguir-se, e dar até bom premio. Outra cousa não havia a esperar nem do Soldão, nem de seus vizires. O rei era um «Bolonio, esteril e contrafeito».

Luiz XIV teve um furunculo; o nosso teve tambem na decadencia (1742) uma paralysia. Toda a côrte dos santos do céu grutesco de Lisboa se agitou. O Senhor-dos-Passos foi para a Patriarchal, a Senhora-do-Carmo para o quarto do rei. Houve preces, esmolas, procissões, via-sacras: não cessava o latim dos frades, nem o tocar dos sinos importunando a Deus. Os medicos enviaram o soberano para as Caldas e só então se viu a necessidade da estrada que se fez, e que o cardeal da Cunha mandou benzer antes da passagem do enfermo. Melhorou; e então os sinos repicavam alegres e nos recintos das egrejas fulgurantes entoavam-se Acções-de-graças. Nas academias litterarias, os desembargadores de oculos e preciosas tabaqueiras tiravam do cerebro emperucado themas d'estes:

(1) V. *Systema dos mythos relig.*, pp. 314-24.

«Foi tão grande a molestia de S. M. como a affectuosa piedade dos seus vassallos?» ou «Foi n'este reino tão grande o sentimento da queixa de S. M. como o gosto da sua melhora?» E os *Escolhidos* dissertavam gravemente, analysando o problema, emquanto os vates dos conventos e das secretarias entornavam um enxurro de odes latinas, de sonetos, *lyras*, e toda a farragem da poesia pseudo classica.

Lord Tirawley, o embaixador da Inglaterra, verdadeiro sultão em Portugal que o seu paiz tutelava, dizia: «Que se póde esperar de uma gente, metade da qual está pela vinda do Messias, e a outra metade pela de D. Sebastião?» Este reparo do inglez provava tambem quanto o povo era indifferente ao novo regime. O seu verdadeiro rei era, continuava a ser, e seria sempre (até nossos dias) D. Sebastião. Nem os Philippes, nem os Braganças; nem 1580, nem 1640, nem depois ainda o marquez de Pombal, nem mais tarde a invasão franceza; nem os reis beatos, nem os reis magnificos, nem os reis plebeus; nem João IV, nem Affonso VI, nem João V — tinham poder bastante para o acordar do seu sonho. Este phenomeno de um povo, inteiramente fiel a um rei encantado, piamente crente n'uma lenda, e por isso indifferente ao rei de facto, ás revoluções, á politica, ás guerras do estabelecimento da dynastia, e ás reformas profundas do meado do XVIII seculo, é um caso unico. Por isso o marquez de Pombal pôde impunemente mudar a face de todas as cousas em Portugal; por isso, tambem, a sua obra caíu n'um momento. Nada ganhava raizes, nem solidez, no terreno fugidiço de um povo indifferente á realidade, só fiel á sua chimera sebastianista. A propria côrte, apesar do fausto,

parecia aos visitantes estrangeiros «tout á fait triste».

D. João V, porém, não era sempre bolonio; tambem arremedava os estadistas, e queria mostrar-se forte e severo, nos seus impetos, porque os tinha. Portugal era então uma especie de Tunis da extrema Europa, e toda a casta de estrangeiro ousava rir-se de nós. De uma vez, o capitão de um navio flamengo, á carga do sal em Setubal, desaveiu-se com o guarda-mór, e para encurtar razões, prendeu-o e levou-o para bordo. Em Lisboa, por qualquer rixa dos marinheiros inglezes, bebados em terra, o *conservador* prendia livremente os naturaes. Os almirantes das esquadras forasteiras desembarcavam tropas e faziam recrutamentos de marinheiros, rusgados a cordel. D. João V enchia-se de colera e desenvolvia energias extravagantes, risiveis, sem isso impedir que as cousas continuassem. O estrangeiro dizia: pois não é verdade que nós fizemos o rei e o reino? não foram os soldados inglezes, hollandezes, francezes, que bateram o castelhano? E chamavam a isto seu, os commerciantes e armadores. e os governos das nações estrangeiras.

Mas D. João V tinha a consciencia da sua grande força, e nos momentos graves empregava-a ruidosamente. Uma vez mandou preso para Cascaes o conde do Prado, por não parar a sege quando passava o patriarcha. D'outra vez que um conego da patriarchal fugira com uma mulher, sua amante, temendo que ambos saissem por mar, mandou embargar todos os navios no Tejo, para dar busca. Mas o caso maior de todos, a grande

façanha do governo, foi a batalha que as tropas do rei feriram contra as freiras de Odivellas.

Certa madre presa pela Inquisição por christan-nova, figurára n'um auto-da-fé, e, absolvida, fôra recambiada ao convento. As irmans, porém, renegaram-na, recusando-se a recebel-a no gremio piedoso e casto. Saíram em procissão de cruz alçada, caminho de Lisboa, para se lançarem aos pés do rei, que tamanho amor tinha pela communidade. Mas D. João V, se era terno, tambem sabia ser severo, como um bom pae. O magestoso soberano não consentia rebeldias. Mandou-lhes ao encontro a sua cavallaria, que fez recuar o exercito inimigo. Acastellado no palacio da condessa do Rio, o adversario esperou o ataque; e como a cavallaria jámais serviu para investir os muros das fortalezas, e como as freiras recusavam a batalha em campo raso, mandou-se infanteria tomar o reducto. Deu-se o assalto, que os sitiados aguentaram bravamente, metralhando as tropas reaes com pedras e moveis, bacias de toda a especie, e liquidos de varias naturezas corrosivas. O exercito fiel não foi batido: venceu. E os vencidos foram, presos, em carruagens para Odivellas.

Este caso deu a medida da força do rei, que todos, com susto e respeito, admiravam. Por isso, quando as freiras de Sant'Anna quizeram tambem rebellar-se, bastou a intervenção do Camões-do-Rocio, o *picaro* favorito do monarcha.

*

No meio da comedia burlesca da devoção, a desordem, a corrupção, eram enormes. «Tudo se consegue com quaesquer quatro bolsas, applicadas decentemente a qualquer bonzo, quando não possa

ser ao vizir seu protector», dizia Alexandre de Gusmão que via as cousas de dentro. Era publico effectivamente, que o vigario dos padres da Boa-hora, o Grillo. confessor e valido da rainha, vendera o contracto do tabaco por 12:000 cruzados. O conde de Unhão, capitão general do Algarve, contrabandeava por sua conta e risco, e na propria Lisboa succedia outro tanto. Os fidalgos occupavam-se em *troças* brutaes, promovendo tumultos e desordens, em que havia mortos. Eram falados os bandos e arruaças do duque de Cadaval, dos marquezes de Marialva e de Cascaes, dos condes de Aveiras e Obidos, que punham Lisboa n'um estado permanente de terror. O proprio irmão do rei, o infante D. Francisco (como D. Affonso VI) de sucia com o Suppico e outros, se divertia n'essas aventuras e raptos nocturnos que ensanguentavam as ruas da capital. A antiga valentia portugueza apparecia transformada em uma brutalidade grosseira. Falava-se com enthusiasmo do fallecido rei, D. Pedro II, que levantava e punha ao hombro com uma só mão um sacco de trigo de seis alqueires; do celebre *menino do Freixo* que dera méças ao famoso monarcha, e do marquez de Alegrete cuja cutilada abria por meio a cabeça de um toiro. Estas *gracinhas* que vieram sendo applaudidas até nós, e tiveram um heroe em D. Miguel, introduziam nos costumes uma ferocidade singular. O assassinato, a tiro, pelo meio da capital era cousa commum; e nas casas fidalgas propinavam-se bebidas de agua forte, para resolver as questões domesticas. Em Coimbra a desordem era maior ainda: ninguem ousava sair de casa depois do sol-posto, porque a Universidade se organisára em sociedade de malfeitores. O bando da *Carqueja* dava brado; e além dos roubos e assassinatos que commettiam, os seus

parceiros viviam por todos os conventos de freiras, de Coimbra e dos arredores, transformados em bordeis.

A orgia sanguinaria e lubrica era o fundo real do quadro da devoção idiota e da magestade burlesca. O conde de Tarouca, tão piedoso que dava ao papa authoridade para tirar um santo do Paraiso e mandal-o para o Inferno, vivia amancebado com a Rocha, furtada por elle ao pae e casada com um criado seu: a Rocha fugiu-lhe com o padre Soares. D. Henrique de Menezes, que se homiziára em França por uma questão de adulterio, voltou, e foi monsenhor na Patriarchal. O conde de Valladares, que matára a filha com crueldades devotas, ia disfarçado em mulher, de manto e touca, o vegete, falar á criada em Santa-Clara, e dormia no convento com ella, depois da morte da filha. O prior de S. Jorge, em Lisboa, tornou-se celebre pelo seu *molinismo*: tinha 65 annos e um serralho de beatas suas confessadas. A Inquisição interveiu, condemnando-o a degredo; mas o velho defendia-se dizendo que *o amor é a caridade, resumo de toda a lei.* A abbadessa do convento de Sant'Anna de Lisboa fugia para a Hollanda com um frade capucho. A Quaresma e a Semana Santa eram a epocha desejada das aventuras piedosas. O ritual funebre do catholicismo acirrava o desejo, pondo um requinte mystico no amor lubrico. Dizia-se que o rei ia disfarçado em andrajos de pobre para junto do andor do Senhor-dos-Passos da Graça beliscar as fidalgas quando beijavam o pé da imagem. Em Quinta-feira-maior a côrte visitava a pé as egrejas, e, como as ruas eram enxurros de immundicie, iam diante moços com tàboas para a côrte se não sujar. O commum da gente formigava vestida de preto, de egreja para egreja,

visitando, penitenciando-se com bofetadas diante dos nichos dos santos nas ruas; os homens de espada á cinta e rosario na mão, as mulheres em biocos, falando e rezando a um tempo, batendo com as mãos nos peitos e namorando com olhadelas furtivas, segredinhos ou bilhetes perfumados que os galans passavam ás meninas. Toda a gente usava oculos — traço que impressionava os forasteiros. A sangria imperava absoluta n'esta terra já sangrada pela India e a que o jesuita prescrevera drasticos e emeticos tão fortes que a deixaram cachetica. O rei devoto e lubrico era o verdadeiro representante da nação, e se imperava sobre a aristocracia e sobre as freiras, o seu imperio chegava ás cantoras e bailarinas da sua Opera, chegava á plebe — tendo por amante, no seu harem, uma cigana. Para empunhar, porem, a vara de um poder tão absoluto, não lhe bastavam os requintes sensuaes com que as luzes e o incenso com o seu cheiro capitoso excitam o amor: comia ambar.

As suas prodigalidades abraçavam os santos da côrte do céu e as divas da côrte, bem terrestre de Lisboa; por toda a parte se falava do capricho do rei pela Petronilla, da opera do Bairro-alto onde representavam companhias hespanholas. A Gamarra dera brado tambem, quando abandonou o marido pelo amante, o marquez de Gouveia, mettendo-se depois a freira em Santa-Monica, e deitando, por fim, os votas ás malvas, para fugir para Hespanha, a congraçar-se com o marido.

E' verdade que D. João V perdia a cabeça por todas as mulheres; mas a sua verdadeira paixão estava em Odivellas, o ninho da madre Paula. Mandára fazer uma boceta preciosa, para guardar os seus amores. Madre Paula e a irmã Maria da

Luz viviam juntas, n'esse fofo recinto preparado para todas as voluptuosidades. Todo o luxo da epocha se accumulára no palacete mysterioso e maravilhoso: as talhas douradas, os mosaicos de Italia, os charões da India, os moveis de ebano embutidos de marfim, os espelhos de Veneza, os crystaes, as cambrayas, as rendas, as pratas e ouros, as franjas pesadas, os estofos de melania, (a fazenda da moda) e as sedas adamascadas que revestiam as paredes. As duas irmans dormiam no mesmo quarto, e entre as camas tinham duas pias de prata, com agua benta, para se persignarem. Da sala verde, onde havia um relogio de menuetes e um balcão de marmore envidraçado, abria-se uma tribuna cramezi e ouro sobre a egreja do convento, com os retabulos de N. Senhora da Graça, de S. Bernardo e de S. Bento, tres protectores dos tres beatos: o rei e as duas irmans. A embriaguez devota não excedia, porém, o desvario lubrico da sala côr de fogo, onde a molle odalisca, brevemente vestida de rendas, era servida pelas suas criadas mulatas, de arrecadas de ouro nas orelhas...

O rei entrava e saía, sem se esconder, sem receiar que o vissem. Todo o convento o conhecia e lhe beijava, reverentemente, a mão. Perto do palacio, porém, rebuçava-se por decoro: era ao Arco-dos-pregos, e o Cucolim, ao contar as idas para Odivellas, dizia — «Alli perde a vergonha!»

O voluptuoso monarcha era verdadeiramente rei, porque o seu povo — a nobreza, o clero, a burguezia rica — ardia nas mesmas paixões.

Os escravos, (1) legado repugnante da descoberta da Africa e do dominio ultramarino, punham na sociedade uma mancha torpe, e na phisionomia das massas, borrões de côr negra pelas ruas e praças da capital. Tinham-se e tratavam-se como gado. Engordavam-se rebanhos de mulheres para crias; porque um pretinho novo, desmamado apenas, já valia 30 ou 40 escudos.

As pretas, que são fecundas, inçavam as casas de negrinhos e molatinhos, vivos como demonios, chocarreiros, ladinos: quem não gostaria d'elles? E, depois, não eram bem gente, não havia receios com esses animalinhos. Por isso tinham todas as intimidades, e os mimos das meninas que ás vezes appareciam gravidas. O preto, o mulato, submisso, escravo, mudo, era o confidente dos amores, e por vezes o amante — por desleixo, fraqueza, ou requinte sensual dos temperamentos ardentes. Era o escravo, era a escrava, quem punha em contacto a fidalga ou a rica merceeira com as curiosidades picantes da plebe das ruas. Por seu intermedio vinham ao gabinete afastado, á tardinha, os namorados e as alcouvetas, as ciganas, ermitôas, mulheres que deitavam cartas e diziam a *buena-dicha* ás meninas perdidas de amores, dessoradas de beaterio. Vinham as adelas e contrabandistas, vendendo garavins e bolotas de cheiro para os lenços, vendendo doces e confeitos, mais barato do que nas lojas — porque traziam dentro o bilhetinho dobrado do namorado. Vinham os benzedeiros e adivinhos, chocarreiros, tregeitadores, bufões, prégando e arremedando os animaes, diante das velhas donas, piedosas, ainda cheias de esperanças e pretenções. Vinham os que vendiam

(1) V. *O Brazil e as colonias port.* (2.ª ed.) II, 1-2.

dixes, aguas de rosto, e faziam sobrancelhas com linha, punham os signaes, limpavam a pelle com vidro: cabelleireiras e perfumistas. Vinham, finalmente, certas mulheres idosas, humildes, pedindo para uma certa missa, esmolando para amparar uma orfan, contando terrores: as bruxas que chupavam as creanças recemnascidas; os lobis-homens cumprindo o seu fado, a uivar como cães, de dia esgazeados, macillentos, melancolicos sob fórma de gente; os ciganos do pinhal da Azambuja. — Medos, milagres, espantos! Uma freira, em S. Eloy, á força de exorcismos, vomitára demonios, sob fórma de alfinetes! E as meninas e as velhas pasmavam, bemdizendo o poderoso Deus; e mettidas com os seus santos davam-lhes torturas para que lhes fizessem a vontade: Santo-Antonio, o pobre, ia baldeado ao tanque, Nossa Senhora para debaixo da cama, se a velha beata das novenas de S. Roque não trazia a horas o bilhete perfumado do galan.

«Oh! quem pudera dizer o que sente!»

Quem pudera escrever, nua, realmente, as cousas encobertas sob essa procissão que visitava todos os dias as casas nobres e ricas. — «Sabeis latim, creaste-vos em mosteiro, tendes marido na India?» perguntavam os confessores. «Vinde cá outro dia, que tereis muito a dizer, e eu não tenho agora tempo. — O saber latim era a *sensatez* pretenciosa e pedante, fradesca, nos homens e nas mulheres. Uns formavam a apparatosa *Academia*; as outras decoravam perguntas para gente discreta, traziam memoriaes para motes difficeis, davam significação ás hervas, adivinhavam a tenção das côres, repetiam os sermões, falando em circumloquios e paraphrases, meneando as mãos com eloquencia, e revirando os olhos affectadamente.

A creação de mosteiro dava outros resultados, que se combinavam com os traços anteriores. Dava, em primeiro logar, a gulodice classica, propria dos costumes brandos, convencionaes e requintados. Reinava a marmelada, reinava o cidrão; e os *copos d'agua*, nas *grades* e em casa, eram occupação favorita. Não havia dia sem merenda, não havia merenda sem requebros; e as meninas riam, sem tom nem som, apenas para mostrar os dentes e a covinha da face, preoccupadas com isso, a chupar o cidrão. As filhas-familias mettidas á força nos conventos, ou iam morrer ao hospital, ou fugiam de noute endemoninhadas, ou beatamente abraçavam a doce vida do mosteiro, entregando-se com molleza nos braços da concupiscencia piegas e da carolice ridicula. Debatiam o feitio dos sapatos em bico ou redondos, em chinella ou afogados, e a côr das fitas: roxa ou preta? e a fórma dos toucados: a toalha chegaria ao nariz, ou não passaria da testa? Um caso d'estes sublevou Odivellas: a communidade saíu, protestando em côro contra um bico da toalha: «Não queremos! não queremos!» com vozes de falsete.

A creação de mosteiro dava a embriaguez da devoção que era um encanto, uma vaidade, um luxo, uma seducção, e muitas vezes um protesto. Ir ouvir missa era desculpa para tudo, sempre prompta; e quando iam á missa escolhiam sempre aquella onde havia melhores charamelas. Quando havia *festa*, levavam a comida para as egrejas, *para ficar para a tarde*. Nos conventos encontravam-se, além dos melhores doces, os mysterios mais irritantes. Iam vêr as freiras veleiras, as velhas alumiadas que diziam visões, as que sabiam dar á lingua e contar novidades e escandalos; as que traziam devoções de tantos dias, com tantas

candêas, e de certas côres, a certos santos. Iam consultar as *madres* que diziam, em segredo, se o casamento iria ou não iria ávante; se teriam filhos; se enviuvariam; se o filho seria governador de tal parte. Havia-as que benziam os enfermos, e gastavam rolos de cera a Santo-André, affirmando os dias certos que a alma do defuncto esteve no purgatorio.

E as meninas, arrebicadas e pintadas, sensatas e namoradeiras, caçoulas perennes, em visitas constantes, merendas, jogos, romarias, festas, rodeadas de comadres e amigas, com os seus papagaios e saguins, os seus cãesinhos felpudos (o *Cuidado*, o *Primor)*, mestras em jacaras e sarambeques, formavam um typo ridiculo e *precioso* de que resta ainda, desbotada, a imagem da menina *da baixa* de Lisboa. Ver o lagarto da Penha, e afogar o *Judas* na Madre-de-Deus em quinta-feira de Endoenças, eram distracções queridas, esperadas com affan. Passava na rua o cego apregoando o *Auto de Maria-Parda* e as obras de Clara Lopes, o testamento da *Velha* antes da serração, contos semsabormente divertidos, com pulhas e beatices, que eram lidos ao serão pelo frade armado de oculos, á luz do candieiro no velador. Em volta, encruzadas no chão, velhas e meninas, desmanchavam-se em gargalhadas; e vinham as visinhas da escada ouvir, com a costura ou a meia pendurada do seio por um gancho, ou a roca e o fuso nas mãos. «Bemdito Deus!» Acudiam tambem primos e namorados; e cheio de remoques e facecias chulas, o estudante de Coimbra, em ferias — uma alegria! A dona da casa ensarilhava; o marido, empregado no *Erario*, dobrava as teias; as meninas córavam com os beliscões amorosos dos primos; e o frade, guardando os oculos, dobrando o papel, despedia-

se, abençoando, dando a mão a beijar. Chegava a hora de Vesperas.

Dos conventos dizia um observador coevo serem logares arriscados para os maridos depositarem as mulheres; e dos frades accrescentava que pareciam bem, sobretudo — pintados. De facto, as calvas luzidias e os oculos, celebres em toda a Europa, davam-lhes um aspecto pittoresco. Os cruzios, principes de Santa Cruz, em Coimbra, andaram um tempo afflictos com as reformas do commissario do papa, fr. Gaspar da Encarnação; e queixavam-se em termos nada piedosos, quasi blasphemos. Os breves, as bullas, compravam-se a dinheiro, diziam, observando que «para ir ao inferno não é necessario *Breve*, mas que o reformador intentava o caminho de Roma por mais breve». Não lhe invejavam a romaria, depois de o castigarem com um trocadilho. Na raiva, os frades confessavam que as consciencias ficavam enredadas, as aulas sem estudantes, as cadeiras sem mestres, os pulpitos sem prégadores. E a miseria, confessada, da religião dos cruzios, era a miseria de toda a religião, dessorada, pervertida, embrutecida pela educação dos jesuitas. Os pensamentos d'elles convertiam, involuntariamente, os proprios que eram no mundo os inimigos declarados da Sociedade.

A Religião e a India davam occupação aos bastardos que abundavam; e os escravos, a devoção e a syphilis, eram tres lepras que tudo roíam. As mulheres dos ministros e dos juizes vendiam a justiça e os empregos: eram já o melhor *empenho*. Sob a opulencia ostentosa, havia uma miseria real: nenhum *desembargador* deixava perder casamento de 30:000 cruzados. Os fidalgos, com os seus nomes da extensão de leguas, com as casas empenhadas,

eram mendigos impertinentes, mas ao mesmo tempo obsequiosos: os ministros recebiam-lhes os memoriaes por mão das esposas, nos seus gabinetes reservados, com toda a decencia e respeito; e elles ficavam fóra, esperando que a mulher convencesse o magistrado da justiça da sua causa.

Esses eram, ao mesmo tempo, os arruaceiros da noute, rufiões da rua, espadachins e até facinoras. A brutalidade soez, a crueldade sanguinaria, o requinte e a corrupção de todos os costumes, formavam a corôa e a côrte de D. João V.

O inchado Salomão de Mafra, o lubrico devoto de Odivellas, o vencedor da batalha das freiras, foi o que mandou queimar Antonio José, por este se atrever a chamar-lhe *Grande governador da ilha dos lagartos*. Esse auto celebre, que o povo applaudia no Bairro-alto, definia assim a justiça na ilha dos lagartos:

«Sabei primeiramente que isto de justiça é cousa pintada; e que tal mulher não ha no mundo, nem tem carne, nem sangue... porém como era necessario haver esta figura no mundo, para metter medo á gente grande, como o papão ás creanças, pintaram uma mulher vestida á tragica, porque *toda a Justiça acaba em tragedia*. (O poeta adivinhava a fogueira). Taparam-lhe os olhos, porque dizem que era vesga e mettia um olho pelo outro; e como a justiça havia de saír direita, para não se lhe enxergar esta falta, lhe cobriram depressa os olhos. A espada na mão significa que tudo ha de levar á espada, que é o mesmo que a torto e a direito.»

A perversão dos instinctos, o vasio das intelligencias, a maldade imbecil e a carolice piegas e

lubrica, retratavam a primor o estado caduco do corpo da nação amortalhada n'um sudario de brocados de sacristia, fedendo a incenso e a morrão. Portugal era um scenario de opera, armada n'uma egreja. Não somos nós, com as nossas criticas inspiradas por motivos felizmente diversos, quem o diz: confessam-no os contemporaneos. Leia-se o que escreveu o cavalheiro de Oliveira, leia-se Alexandre de Gusmão, leia-se o *Testamento politico* de D. Luis da Cunha, e reconhecer-se-ha a verdade do triste quadro que esboçamos.

Nada ha a esperar do rei: é a impressão que sáe do texto d'este ultimo documento. E o qne fôra ministro portuguez em França e conhecia a Europa, appella para o principe, o futuro D. José, aconselhando-o, indicando-lhe já o tambem futuro marquez de Pombal, como o unico homem capaz de fazer alguma cousa da pobre, miseravel patria. «Achará muitas terras, dizia, usurpadas ao commum, outras incultas, os caminhos intransitaveis. A terça parte de Portugal é propriedade da Egreja que não contribue para a segurança e defeza do Estado: é dos cabidos das dioceses, das collegiadas, dos priorados, das abbadias, das capellas, dos conventos de frades e freiras. Achará que o reino não é povoado». Fundão, Lamego, Covilhan, Bragança, a Guarda, estavam desertas, e a Inquisição continuava a matar e a expulsar judeus. Tudo nos vinha de Inglaterra desde o tratado do Methwen, cujo irmão era lá fabricante de pannos. O cardeal da Motta, omnipotente junto de D. João V, tinha «muito pouco conhecimento dos negocios estrangeiros e menos actividade ainda nos domesticos». — «Não tenha ministro, nem valído, aconselhava ao principe, muito menos confessor: confesse-se ao cura da freguezia que tem sciencia bastante para

tranquillisar a consciencia—porque a theologia de frades é muito arriscada, principalmente a dos jesuitas».

A revolução do marquez de Pombal acha-se esboçada no *Testamento* de D. Luis da Cunha. A reacção contra o Portugal bragançâo, jesuita e inglez, formulava-se no espirito de um homem que achava no equilibrio a razão de uma independencia, só nominal desde 1640. «Se Hespanha estivera senhora da prata, ouro, e mais productos de Portugal e da America, daria a lei a todas as potencias da Europa: e esta razão-d'Estado é o nosso melhor garante». O seguinte episodio da historia nacional veiu mostrar que D. José teve as qualidades bastantes para seguir á risca o *Testamento* do diplomata: chamou, com effeito, o marquez de Pombal e sanccionou o terramoto da *ilha dos Lagartos*.

Foi esta ilha o porto, leitor amigo, onde nos conduziu a educação que os jesuitas começaram a dar-nos no XVI seculo. Não se investe debalde contra a natureza, seja em nome do que fôr; e os padres, seccando em nós todas as fontes da vida real e justa, deram-nos, em troca do juizo, um systema de tresvaríos e fraquezas, para nos salvarem. Quando estavamos a bom caminho do fim final, o Bragança lembrou-se de nos remir, e as minas do Brazil vieram jorrar um diluvio de ouro nos bolsos de uma gente perdida, de corpo e alma. Das loucuras que isso deu, fiquem estas paginas por documento. A historia interrompe-se, mas não termina aqui. Se alguem pensa que um povo não podia descer mais, engana-se: em breve se convencerá da verdade.

V

O terramoto. — O Marquez de Pombal

«E o senhor arrasou a cidade com todos os seus moradores, e os seus arrabaldes, e todo o viço das terras». Assim aconteceu a Sodoma, assim aconteceu a Lisboa. O terramoto durou cinco annos (1755-60); e subverteu as ruas e as casas, os templos, os monumentos, as instituições, os homens, e até as suas idéas. E sobre as ruinas e destroços da cidade maldita, levantou-se a Jerusalem do utilitarismo burguez; sobre as migalhas de Sybaris, a ephemera Salento do marquez de Pombal...

Na manhã do 1.º de novembro a cidade estremeceu, abalada profundamente, e começou a desabar. Eram nove horas, dia de Todos-os-santos. Nas casas ardiam as velas nos oratorios, e as egrejas regorgitavam povo a ouvir missas. Toda a gente, n'uma onda, correu ás praias; mas, rolando em massa, estacou perante a onda que vinha do rio, galgando a inundar as ruas, invadindo as casas. Por sobre este encontro ruidoso, uma nuvem de pó que toldava os ares e escurecia o sol, pairava, formada já pelos detritos das construcções e das mobilias, que o abalo interno da terra vasculhava, e os desabamentos enviavam, em estilhas, para o ar. A onda do povo afflicto, retrocedendo, a fugir do mar, tropeçava nas ruinas; e as quédas,

e a metralha dos muros que tombavam, abriam na floresta viva, agitada pelo vento da desgraça, clareiras de morte, montões de cadaveres e poças de sangue, dos membros decepados, com manchas brancas dos cerebros derramados contra as esquinas. E as casas erguiam-se com as paredes desabadas, os tectos abertos sobre o esqueleto dos tabiques, mostrando a nú todos os interiores funestos, n'este dia em que, para muitos, Deus julgára e condemnára Lisboa, como outr'ora fizera a Sodoma. Por isso o rouco trovão dos desabamentos se ouvia cortado pelos ais dos moribundos, e pelos gritos dos homens e das mulheres, abraçados ás cruzes, aos santos, ás reliquias, soluçando ladainhas, ungindo moribundos, parando esgazeados a cada novo abalo da terra que não cessava de tremer, arrastando-se pelo chão, de joelhos, com as mãos-postas, a face em lagrimas, a clamar: Misericordia! Misericordia!

Casas, palacios, conventos, mosteiros, hospitaes, egrejas, campanarios, theatros, fortalezas, porticos, tudo, tudo caía. «Se visses sómente o palacio real, diz uma testemunha, que singular espectaculo, meu irmão!» Os varões de ferro, torcidos como vimes, as cantarias estaladas como vidro! A onda do rio sorvia n'um momento o caes do Terreiro-do-paço, com os barcos atracados, coalhados de gente. Dos andares altos precipitavam-se sobre as lages das ruas. O medo crescia, vinha a loucura: viam-se mortos arrastados pelos vivos, viam-se mutilados coxeando, gente correndo desgrenhada, semi-núa, homens e mulheres, velhos e creanças, dilacerados, sangrentos, arrastando uma perna fracturada, esvaindo-se em sangue por algum membro decepado. Gritos, choros, clamores, imprecações, ais, preces, um borborinho de vozes

desvairadas acompanhava os gemidos comprimidos dos soterrados nos escombros. No turbilhão das ruas havia quédas e mortes, abraços e agonias. A mesma loucura dos homens era o desvairamento dos brutos: os machos, desbocados, arrastavam os cavalleiros e as caleças, precipitando-se nos despenhadeiros da cidade montuosa; e as massas de gente viva, moribunda e morta, de envolta com os entulhos, rolavam nas ruas ladeadas pelos esqueletos das casas dando uma imagem desolada do que sería o cahos. Quando a terra se subvertia, quando o mar vinha subindo, a afogar a terra, quando no ar faiscavam as linguas flammiferas rutilantes, que lembrança podia haver das invenções humanas? Abraçados, confundidos, na communidade do pranto, fidalgas e freiras, meretrizes e mães, mendigos e senhores, villões e cavalheiros, abraçavam-se na communidade da fome, do frio, da nudez, do terror. De rastos a cidade inteira, sacudida pelo abalo formidavel, reunia toda a sua eloquencia n'uma palavra unica—Misericordia! Misericordia!

Mas vinha o clarão das chammas com a sua luz sinistra; vinha a labareda fustigar com lume a pobre gente semi núa, tiritando sob o açoite de um nordeste frigido. Gelava-se e ardia-se a um tempo: suffocava-se em fumo e pó. E as labaredas cresciam, e o incendio lavrava, e aos gritos desvairados dos infelizes juntava-se o crepitar das madeiras, o estalar das cantarias, a cascalhada dos espelhos, dos crystaes e dos charões, que o fogo devorava. A densa nuvem de pó que escurecia tudo, illuminava-se com os clarões vermelhos que rebentavam por toda a parte, porque Lisboa inteira derrocada era um braseiro. As linguas orgulhosas das chammas subiam emproadas para o céu,

juntando ás preces lacrimosas dos habitantes como um protesto satanico dos elementos. Outros protestos, mais positivos e egualmente horriveis, atroavam agora os ares: os escravos vingavam-se da sua escravidão, os mendigos da sua pobreza, os maus da sua maldade. O assassinato, o estupro, o roubo, como n'uma terra posta a saque, rolavam de envolta com as ruinas e o fogo; e por entre os destroços ainda apagados, viam-se os perfis negros dos escravos, rindo infernalmente, com os olhos injectados, os dentes brancos, a atirar tições ardentes para cima das ruinas, augmentando o incendio, acclamando a chamma vingadora... Misericordia! Misericordia! [1]

Calcula-se terem morrido n'este dia, em Lisboa, de 10 a 15:000 pessoas.

D'essa hecatombe nasceu o poder do marquez de Pombal; e o acaso, aterrando os animos com o pavoroso acontecimento, preparou-os para acceitarem submissamente o jugo do tyranno, que ia consummar o terramoto politico, depois da natureza ter consummado a ruina da cidade perdida de D. João V. A decisão do ministro, nas horas do cataclysmo, dera a medida da sua força, conquistando-lhe para logo a absoluta obediencia do rei D. José. Lisboa era um acampamento; e tudo havia a refazer, tudo se podia executar, n'esse momento unico da destruição total do passado. O terramoto era o fim de um mundo. Antes de crear, porém, o ministro precisava consagrar a destrui-

(1) V. *Systema dos mythos relig.*, p. 140.

ção, nas espheras onde a natureza não chega — na sociedade, nas instituições — para que a futura Salento fosse uma cidade nova em todos os sentidos. O terramoto fez-se pois homem, e encarnou em Pombal, seu filho.

Quando a cidade ardia e desabava ainda, nos dez primeiros dias de novembro, Pombal, como o imperador de uma tribu antiga, destroçada na guerra pelo inimigo — assim era Lisboa, acampada em barracas nos suburbios — Pombal, duro e forte, preveniu as consequencias da desgraça funesta. Denunciava-se uma fome temerosa. Já se comiam os cães, os gatos, os ratos e passaros vivos; já se devoravam as raizes, as hervas e as cascas das arvores. Gemia-se n'um abandono miseravel; não havia alimentos, nem casas. Pombal construiu albergues para os dispersos; organisou a tropa em companhias de coveiros; recolheu todos salvados, restos das cousas preciosas de Lisboa, da India e do Brazil: comprou trigos; tarifou os generos; impediu os conluios; prohibiu a saída dos viveres; defendeu as praias contra os argelinos, corvos que decerto viriam explorar o campo de batalha; prendeu os mendigos e vadios; enforcou summariamente, sem processo, em altos paus erguidos pelas esquinas das ruas, os ladrões e incendiarios, deixando-lhes as cabeças pregadas no patibulo, para exemplo.

Tamanha força aturdia o povo simples, tanto ou mais do que a furia do cataclysmo. Que momento singular era este em que a terra estremecia, como nas dores de um parto, dando á luz um tyranno? Seria chegada a hora das catastrophes promettidas, ou vinha Pombal como Ante-christo do Messias sebastianista? Os velhos livros do Bandarra, biblia portugueza que andava na memoria

de toda a gente, acudiam a desvendar o phenomeno que lá se achava prophetisado:

> **Na era que tem dois cincos**
> **Entre madeiras armadas,**
> **Vejo dar umas passadas**
> **E uma gallinha com pintos**
> **Prognostica grandes gritos**
> **De gente despedaçada.**
> **Não deito mais longe a barra**
> **Fico batendo na testa...**
> **Cuidem-me agora n'esta**
> **Prophecia de Bandarra.**

O povo cuidava, scismava: a éra, 1755; madeiras armadas, as forcas; os grandes gritos de gente despedaçada, não os estavam todos ouvindo por meio dos escombros das casas, d'onde com ais de moribundos saiam coruscantes as linguas rubras do incendio?

O terramoto entrou assim, como episodio, no corpo do sebastianismo, enraizando com uma nova desgraça essa religião que nascera espontanea na alma portugueza — bella flôr de candura, alva como as nympheas dos paúes.

Com o anno de 56 começou o ministro o seu terramoto, continuação do anterior. Queria principiar corrigindo os costumes; e por isso mandou abrir devassa contra os concubinatos publicos: os nobres seriam desterrados, os plebeus teriam prisão. O pulso forte do ministro, abalando com energia os membros da sociedade, doía-a. Houve a sombra de uma conspiração (junho) que Pombal castigou, prendendo, por suspeitos, frades e fidalgos, e promettendo 20:000 cruzados ao delator. No fim de

agosto foi degredado Diogo de Mendonça Corte-real, que ainda lhe fazia sombra. Em setembro fundou-se a Companhia dos vinhos, e em dezembro a Junta do commercio, instituições de que, por se prenderem ao systema da edificação pombalina, falaremos em outro logar.

O Porto rebellára-se contra a companhia (janeiro, 57); em fevereiro foi ahi a alçada, que em outubro enforcava 18 réus, mandava para as galés 26, e degredava 99.

Taes foram os prolegomenos das duas grandes catastrophes: a dos jesuitas e a da nobreza. A tempestade formára-se nos annos de 56 e 57, para rebentar nos seguintes, fechando o cyclo dos seis annos que durou o terramoto portuguez.

Em 58 o attentado contra a vida de D. José (setembro, 3) veiu dar ao marquez de Pombal um excellente pretexto para deitar por terra a cidade aristocratica, já abalada por investidas anteriores, mas rebelde e forte ainda. Tres mezes o ministro, guardando a camara do rei, soube conservar secreto o acontecimento. Recebia os visitantes, e como bom actor, informava todos, até os proprios réus, da *doença* do monarcha. Decorridos tres mezes e preparadas todas as redes, desmascarou-se, por fim, e passou as ordens de prisão (9-13 dezembro).

O processo foi rapido e barbaro — como são todos os processos politicos, em que os accusados vão já condemnados á presença dos juizes. A 12 de janeiro (de 59) publicava-se a sentença, e a 13 executava-se.

Quando as paredes do paço da Ribeira desabaram, no dia 1.º de novembro, e todo o edificio se esboroou, viu-se correr um jorro de cousas preciosas que a onda do rio enguliu: eram as joias, as louças, as pratas, os quadros e charões da India,

que, desde D. Manuel, os reis enthesouravam, e se dizia valerem para cima de mil milhões de cruzados.

Quando a sentença de 12 de janeiro se publicou, viu-se tambem a nú o interior de um edificio feito de crueldades, de protervias e de sangue: eram outras alfaias do palacio dos reis...

No dia 13 de janeiro, em Belem, foram executados os réus, ou suppostos réus, do attentado de 3 de setembro. D. Leonor de Tavora foi degollada e morreu nobremente.[1] Seguiu-se o segundo filho

(1) «A aurora do dia 13 de janeiro de 1759 alvorejava uma luz azulada do eclipse d'aquelle dia por entre castellos pardacentos de nuvens esfumaradas que, a espacos, saraivavam bátegas de aguaceiros glaciaes. O cadafalso construido durante a noite estava humido. As rodas e as as aspas dos tormentos gottejavam sobre o pavimento de pinho. A's vezes rajadas de vento do mar zuniam por entre as cruzes das aspas e sacudiam ligeiramente os postes. Uns homens, que bebiam aguardente e tiritavam, cobriam com encerados uma falua carregada de lenha e barricas de alcatrão, atracada ao caes defronte do tablado. A's 6 horas e 42 minutos ainda mal se entrevia a facha escura com umas scintillações de espadas núas, que se avisinhava do cadafalso. Era um esquadrão de dragões. O patear cadente dos cavallos fazia um ruido cavo na terra empapada pela chuva. Atras do esquadrão seguiam os ministros criminaes, a cavallo, uns com as togas, outros de capa e volta, e o corregedor da côrte com grande magestade pavorosa. Depois, uma caixa negra que se movia vagarosamente entre dois padres. Era a cadeirinha da marqueza de Tavora, D. Leonor. Alas de tropas ladeavam o prestito, e á volta do tablado postaram-se os juizes do crime, aconchegando a capa das faces varejadas pelas cordas da chuva. Do lado da barra reboava o mugido das vagas, que rolavam e vinham chofrar espumas no parapeito do caes. Havia uma escada que subia para o patibulo. A marqueza apeou da cadeirinha, dispensando o amparo dos padres. Ajoelhou no primeiro degráo da escada, e confessou-se por espaço de 50 minutos. Entretanto martellava-se no cadafalso. Aperfeiçoavam-se as aspas, cravavam-se pregos necessarios á segurança dos postes, aparafuzavam-se as roscas das rodas. Recebida a absolvição, a padecente subiu, entre os dois padres, a escada, na sua natural attitude altiva, direita com os olhos fitos no espectaculo dos tormentos.

Trajava de setim escuro, fitas nas madeixas grisalhas.

quasi imberbe e louro, desfallecido entre os braços de dois frades. Estenderam-no sobre as aspas, quebraram-lhe os ossos a marro, e garrotaram-no; mas como a corda partiu, o infeliz acabou lentamente. Appareceu então o marquez de Tavóra, cuja mulher passava por amante do rei. D. José, dizia-se, deshonrára-o primeiro: depois matava-o barbaramente. Veiu logo o conde d'Athouguia e mais tres cumplices, plebeus. Isto durou toda a manhã, das 6 ás 12.

orelhas e n'um laço dos cabellos, envolta em uma capa alvadia roçagante Assim tinha sido presa, um mez antes. Nunca lhe tinham consentido que mudasse camisa nem o lenço do pescoço. Receberam-a trez algozes no tôpo da escada, e mandaram-a fazer um giro no cadafalso para ser bem vista e reconhecida. Depois, mostraram-lhe um por um os instrumentos das execuções, e explicaram-lhe por miudo como haviam de morrer seu marido, seus filhos, e o marido de sua filha. Mostraram-lhe o masso de ferro que devia matar-lhe o marido a pancadas na arca do peito, as thesouras ou aspas em que se lhe haviam de quebrar os ossos das pernas e dos braços ao marido e aos filhos e explicaram-lhe como era que as rodas operavam no garrote, cuja corda lhe mostravam, e o modo como ella repuxava e extrangulava ao desandar do arrôcho. A marqueza então succumbiu, chorou muito anciada, e pediu que a matassem depressa. O algoz tirou-lhe a capa, e mandou-a sentar n'um banco de pinho, no centro do cadafalso, sobre a capa que dobrou de vagar, horrendamente de vagar. Ella sentou-se. Tinha as mãos amarradas, e não podia compor o vestido que cahira mal. Ergueu-se, e com um movimento do pé concertou a orla da saia. O algoz vendou-a; e ao pôr-lhe a mão no lenço que lhe cobria o pescoço — *não me descomponhas* — disse ella, e inclinou a cabeça que lhe foi decepada pela nuca, de um só golpe.

Este processo de carniceria, n'aquella manhã de nevoeiro, debaixo de um ceu de chumbo, impassivel como a lamina que degolou Leonor de Tavora, ha-de sempre lembrar com horror e piedade. Porém, que nome execrado, que verdugo responsavel escreveremos na pagina da Historia? Sebastião José, esse não tinha nada que vêr com os adulterios de seu real amo e senhor. Mas agora, que temos ahi á porta o centenario do marquez de Pombal, vem de molde recordar alguns episodios d'aquelle tempo».

CAMILLO CASTELLO BRANCO.

Depois de um descanço, proseguiu a hecatombe. Entrou primeiro em scena o velho marquez de Tavora: mostraram-lhe os cadaveres da esposa e dos filhos, deitaram-no na aspa, esmigalharam-lhe os ossos. O desgraçado gemia; mas o horror pavoroso dos gritos veiu da execução do duque de Aveiro. O Ferreira, que dera os tiros contra o rei, foi untado de breu, com um sacco de pez e enxofre ao pescoço, queimado vivo e assado lentamente, porque o vento afastava o fumo e as chammas: a cadeia de ferro que o ligava pela cintura ardia em braza, apertando-o n'um annel de fogo. A scena acabou ás 4 horas da tarde. A nobreza estava domada, arrasada; e vingado o sacrilegio do ataque ao rei, erigido em deus pelo absolutismo.

Restava agora o outro baluarte da velha Sodoma: faltava extirpar pela raiz a manzanilha do jesuitismo—a cuja sombra Portugal se definhára e se corrompera—para que a nova Salento do marquez de Pombal podesse erguer-se, soberana e forte, sobre as ruinas e os cadaveres.

O duello começára logo em 57;[1] e a partir de então, o ministro encontra, ou convém-lhe encontrar, a roupeta jesuita em todos os episodios da resistencia á sua tyrannia. Declarando-a cumplice da revolta do Porto, expulsa do paço os tres confessores do rei á meia noite, pondo-os, real e verdadeiramente, na rua (21 setembro, 57). Este primeiro acto indicava bem o resultado da lucta, e o futuro vencedor. Perder o confessionario que tinham tornado a mola real e absoluta do poder,

(1) *Hist. da civil. iberica* (3.ª edi.) pp. 289 e segg.

era para os jesuitas começar por perder tudo. Em fevereiro de 58, o ministro abre a campanha em Roma, pedindo o castigo d'aquelles a quem já chamava réus: Excitavam o povo á revolta contra as paternaes leis do soberano, atemorisavam a plebe com vaticinios pavorosos, usurpavam as colonias, eram rebeldes, e a paz do reino exigia uma emenda.

O marquez de Pombal reforçava a inchada rhetorica das suas notas para Roma com as instrucções secretas e mais positivas ao seu embaixador. A antiga comedia do tempo dos judeus repetia-se com os mesmos traços. «Combata o suborno dos padres, dizia o marquez ao embaixador, observando quem são os cardeaes e as pessoas mais importantes com relação ao negocio, e compre-os por todos os meios que lhe forem possiveis, sem se expôr a ser sacrificado por elles. Vale mais e custa menos fazer a guerra com dinheiro, do que com exercitos. Aqui (em Lisboa) ha mais de cem mil cruzados de fina prata lavrada em Paris e de porcelana de Saxe. Poderei tambem enviar-lhe alguns diamantes brutos, que mandará lapidar; entretanto dir-me-ha se podem servir para cruzes, peitoraes, etc. Mando-lhe quatro anneis. Seria talvez melhor offerecer as pedras em bruto, como uma amostra dos productos dos paizes tão queridos dos jesuitas».

O marquez de Pombal fôra discipulo d'elles; sabia-lhes os processos, jogando assim, em terreno conhecido. Em abril, o papa nomeou o cardeal Saldanha reformador dos jesuitas; em maio, o reformador prohibe-lhe o exercicio do commercio; em junho, o patriarcha de Lisboa expulsa-os do confessionario e do pulpito, na sua diocese. Tão claramente vencida, a *Companhia* não abdi-

cava, porém; e no fim de julho pedia humildemente ao papa que annullasse os éditos patriarchaes, e avocasse a si o julgamento da pendencia. Qual seria a sentença, sabiam-no os padres; e não criam que o terrivel ministro imperasse no animo piedoso do rei, a ponto de o levar a rebellar-se contra o papa. Enganavam-se, como o tempo o demonstrou, mas esperavam; e com effeito, o marquez apenas conseguiu a dilação da resposta papal.

O attentado de 3 de setembro veiu em soccorro da policia do ministro: os jesuitas foram declarados cumplices de regicidio, peccado antigo da Ordem. Justiçados em 13 os fidalgos, em 19 de janeiro (59) os bens da sociedade foram sequestrados, e prohibidos os povos de communicarem com os padres. Em 20 eram expedidas as cartas para Roma, pedindo licença para que a Meza-da-Consciencia julgasse os reus de tão horriveis crimes, agora coroados pelo sacrilegio de attentarem contra a vida do rei.

Essas cartas eram um libello contra a *Companhia;* e ao lado dos suppostos crimes que eram pretextos apenas, vêem-se n'ellas patentes todos os verdadeiros peccados da instituição que se pervertera. Nas casas de Deus acceitavam-se e expediam-se letras de cambio, como nos bancos e casas de commercio: vendiam-se mercadorias, fretavam-se navios. A *Companhia* tinha armazens proprios onde vendia ao publico, por grosso e a retalho, todos os generos. Porque a instituição da companhia do Grão-Pará fazia concorrencia aos seus interesses, os jesuitas, excitando os negociantes da Meza-do-Bem-commum, diziam do pulpito que não entraria na companhia de Christo quem entrasse na do Grão-Pará. No Ultramar tinham *saladeros* e faziam charques, vendendo carne e peixe salgado,

coiros e drogas do sertão, e abrindo tendas de molhados e açougues.

Depois enumeravam-se emphaticamente os crimes politicos. Na occasião do terramoto exaltavam os animos, annunciando castigos do céu, e fulminando anathemas. Tinham fomentado as desordens do Porto. Tinham — cousa horrivel de referir! — ousado tramar contra a sacrosanta vida de S. M.

Finalmente vinha a emaranhada questão dos dominios americanos. O tratado de limites no Prata, entre a Hespanha e Portugal, destruia a *sua* republica do Paraguay; e em Madrid diziam que Portugal cudilhára a Hespanha; em Lisboa diziam o inverso: para que o ajuste se não realisasse.

O que n'este sentido praticavam na America era inaudito. Conservavam o Paraguay em carcere privado; escravisavam e exploravam os indios, para fruir de toda a riqueza. Não consentiam que no sertão entrassem bispos, nem governadores, nem europeus, a não serem elles proprios, jesuitas. Prohibiam o uso do hespanhol, e aprendiam o guarani, para que só elles podessem entender-se com os indios. Governavam esse povo sequestrado com uma auctoridade religiosa. Faziam crêr aos indios que os brancos seculares eram gente sem lei, nem religião, tendo um deus unico, o ouro. (1)

O general Gomes Freire, que commandava o exercito de occupação, escrevia para Lisboa: «Entendo que acabará de persuadir-se (o ministro) de que os padres da *Companhia* são os sublevados. Os indios dizem que el-rei está muito longe, e só conhecem o seu bemdito padre. Cortam as cabe-

(1) V. *O Brazil e as colon. port.* (2. ed.) I, 4-5: II, 4-5 e 8, a pp. 88-9.

ças aos portuguezes, porque os padres lhes dizem resuscitarem ás vezes, quando o não fazem». O general accrescentava que os indios manobravam com planos de campanha sabiamente feitos, o que revelava a intervenção dos jesuitas para fomentarem a resistencia. O imperio dos padres era tão absoluto que os pobres indigenas rojavam-se-lhes espontaneamente aos pés para receberem os açoutes, levantando-se depois a beijar a mão que os castigára. O general encontrára artilheria nas mãos dos indios, e allemães que a manobravam; o principal plano da resistencia consistia em arrasar os campos, para que o exercito perecesse á mingua.

Taes eram os artigos do libello contra os jesuitas. O papa tergiversa: quer que o tribunal seja presidido por um bispo, á sua escolha. Pombal recusa, e as negociações interrompem-se. Por fim, em setembro, os jesuitas são expulsos violenta e arbitrariamente, e confirmado o sequestro dos seus bens. Roma protestou, e em junho de 60 foi expulso o nuncio; em agosto intimada a saída de Portugal a todos os subditos dos Estados pontificios.

Estava arrasado o ultimo baluarte da cidade antiga; e o marquez de Pombal, no orgulho da victoria, estudava o risco da nova Salento.

Para satisfazer uma veia de rancor que entrava no seu caracter, o terrivel ministro desceu a representar a comedia repugnante da execução do padre Malagrida. Vêr a roupeta no patibulo fôra a sua esperança; e não prescindia do gozo de se vingar sobre esse infeliz que guardára no carcere quando expulsára os companheiros. Ao mesmo tempo que a sociedade de mundanos commerciantes e diplomatas era banida, o mysticismo jesuita,

chegado ao extremo da loucura visionaria, acabava n'uma fogueira (1761, dezembro).

Á medida que tudo caía e o chão, nivelado pelos terramotos de seis annos, pedia a regoa e o esquadro do constructor mathematico, o marquez de Pombal, rico pelos quintos do Brazil, levantava a nova cidade utilitaria e abstracta.

Foi em junho de 59 que o risco de Lisboa mereceu a sua approvação. Em breves annos se ergueu do seio das ruinas a mole das construcções anonymas: as ruas em alinhamentos rectos, as praças rectangulares, as fachadas symetricas e monotonas, as arcadas classicas supportando os muros lisos, fendidos por janellas regulares e simples, os edificios publicos centralisados em torno do Terreiro-do-paço, que sob o nome de Praça-do-Commercio recebia no seu centro a estatua insipida do pseudo-fundador de Salento. Não se reedificava Lisboa: erguia-se no logar da antiga, uma nova cidade, porque Portugal, a que o jesuitismo quebrou a tradição da sua vida historica, veiu, desde o XVII seculo até nossos dias, de revoluções em revoluções, *fazendo tudo de novo* (1640, 1755, 1834). Arvore sem raizes, qualquer sopro abala a construcção inteira, e depois de cada terramoto, os estadistas, perante a ausencia da vida collectiva, podem livremente seguir os impulsos do seu proprio pensamento. A sociedade, esteril e muda, sómente pede alguem que a governe e a faça feliz; recebe tudo, acclamando os audazes. A grande catastrophe do XVI seculo embrutecera-a; corromperam-lhe o caracter, quando a encontraram assim afflicta; e na sua miseria mesquinha e torpe, con-

servou apenas o messianismo sebastianista como fé, esperança, e principio de cohesão espontanea.

D. João IV nunca pôde passar por messias; mas agora apparecia o Salvador, na pessoa do marquez de Pombal, de quem a furia, a crueldade e o terror faziam ao mesmo tempo o precursor, ou ante-christo.

A nova lei, que o ministro vinha impôr á sociedade obediente e passiva não era propriamente uma descoberta. Pombal applicava ao seu reino o codigo da França absolutista e *mercantil*, cuja phisionomia deixámos já esboçada em outro logar. (1)

Abolindo as distincções entre christãos novos e velhos, abolindo a escravidão no reino, equiparando os canarins aos portuguezes, dando por uma vez a liberdade aos indios do Brazil – o reformador nivelava todas as classes perante o throno absoluto, varrendo parte do systema de categorias individuaes, legado pelas tradições da Edade-media. As reformas na condição das pessoas foram completadas pela reforma da legislação, da qual tambem se baniram as tradições anachronicas do romanismo e do direito canonico.

Por outro lado, cohibindo a liberdade de testar e travando o movimento de absorpção de toda a riqueza de uma nação beata pelo clero, Pombal atacava de frente a theocracia nacional. «Por uma parte, diz a lei de 9 de setembro de 1769, são já tantos os encargos de Missas que ainda que todos os individuos existentes n'estes reinos em um e outro sexo fossem clerigos, nem assim poderiam dizer a terça parte das Missas que constam das instituições registradas nas Provedorias dos mesmos reinos, em uma das mais pequenas das quaes (por

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) pp. 298 e segg.

exemplo) se acharam instituidas doze mil Capellas e mais de quinhentas mil missas annuaes: Por outra parte, para se dissimular e cobrir a referida impossibilidade se affectam Bullas Millenarias que não existem nem poderiam existir sem o reprovado vicio de Simonia; e se fazem negociações sordidas de flores, doces, e outras mercadorias a troco de Missas solicitadas, etc.»

A expulsão dos jesuitas, educadores já seculares de Portugal, forçava a organisar a instrucção publica, preenchendo os quadros vazios do professorado. O marquez foi além, e não sómente secularisou o ensino, como o propagou. Mas de todas as suas grandes emprezas, era esta a mais difficil, porque, se a legislação se faz e se impõe, o ensino póde decretar-se, mas não passa do papel, quando, como em Portugal não havia, não ha instrucção no corpo da sociedade. Expulsavam-se os jesuitas, mas, nem dos costumes, nem da educação, podia banir-se de repente o jesuitismo: como evidentemente o provou a reacção de D. Maria I.

Já em tempo de D. João V começára a desmanchar-se o monopolio da instrucção concedido aos jesuitas: fôra abolida a exigencia das certidões do Collegio-das-Artes para entrar na Universidade; e o collegio das Necessidades, fundado em Lisboa, tinha sido entregue á congregação do Oratorio. D. João V mudára de confessor, e como se sabe, no seculo XVII as revoluções de confessionario e de alcova são, por toda a parte, a chave das alterações politicas e administrativas.

Logo em 1755, o marquez de Pombal encarre-

gou as congregações dos exames dos seculares nas provincias; e quatro annos depois, os jesuitas foram dispensados do serviço de professores regios. A Universidade voltou ao poder do Estado, e as leis posteriores lançaram as bases da organisação do ensino.

Das quatro casas dos jesuitas em Lisboa — S. Roque, Santo-Antão, Arroyos e a Cotovia — a ultima foi applicada ao *Collegio-dos nobres*, eschola superior, militar e patricia, creada na capital. As tres casas restantes foram transformadas em Misericordia (S. Roque), em hospital (Santo-Antão), e a ultima entregue ás freiras da Conceição, da Luz.

A nova Universidade e o Collegio-dos-nobres eram os institutos da instrucção superior ampliada com o ensino das doutrinas e sciencias novas. Repetindo a tentativa de D. João III (mas sem melhor exito) Pombal quiz levantar a Universidade ao nivel do saber europeu, instituindo as cadeiras do que no seculo XVIII se chamava Philosophia natural, creando museus, observatorios, gabinetes scientificos, organisando o ensino do direito natural e da historia civil dos povos. E como em Portugal ninguem tinha idéa nem conhecimento das sciencias recentes, nem do espirito novo, naturalista, que as animava, o ministro confiou o ensino a estrangeiros — como D. João III já fizera tambem no seu tempo. A instrucção primaria e a secundaria creava-as por outro lado a lei de 6 de novembro de 72. Estabelecia-se uma eschola de primeiras lettras em cada centro local, cadeiras de portuguez e latim por todas as villas, e um systema de lyceus onde se devia ensinar a philosophia, a eloquencia e o grego. Para obviar aos encargos, creava-se o subsidio litterario. O ensino particular ficava livre, o

magisterio seria provido por concurso, e as ordens religiosas poderiam ensinar publicamente.

A *Real meza censoria* era uma especie de conselho superior de instrucção publica, a cujo cargo competia superintender em todas as escolas primarias e secundarias do reino. A essas funcções juntava a de revisão dos livros, encargo que o marquez de Pombal tirou á Inquisição. O claro espirito do tolerante humanista Fr. Manoel do Cenaculo, presidente nomeado pelo marquez, fomentava a reimpressão dos authores nacionaes, facilitava a importação dos estrangeiros; e Portugal pôde ler o que se escrevia pela Europa, ao tempo agitada por controversias ardentes e profundas.

O alvará de setembro de 74 reformava e quasi destruia a Inquisição. a que a lei que abolira a classe dos christãos-novos tirára grande parte do publico e a censura, confiada á *Real meza*, uma das occupações principaes. Sem propriamente a abolir, o marquez de Pombal mirrava-a. O tempo d'ella acabára, mas nos seus fastos sangüinarios deixava uma profunda valla sepulcral. Até 1732 os autos tinham penitenciado mais de 23:000 pessoas e queimado 1:454. O numero dos que morreram nos carceres é desconhecido. O marquez de Pombal, antes de garrotar a Inquisição, quiz condemnal-a; e para isso encarregou-a do papel odioso e ridiculo de julgar o jesuita. A sentença do padre Malagrida é o testamento lugubre e burlesco da terrivel instituição. Como um demonio, feroz na sua ironia, o ministro oppunha, frente a frente, os velhos deuses rivaes — elle, o moderno semi-deus absoluto — e obrigava-os a devorarem-se, condemnando-se por suas palavras. Se tal comedia se não representasse sobre uma fogueira, onde verdadeiramente, em carne e osso. ardeu mais um doido — nós, o

publico, d'esta platéa da historia, applaudiriamos com enthusiasmo o causticismo do comediante.

Até 1732 os autos-da-fé tinham penitenciado mais de 23:000 pessoas e queimado 1:454. Já no logar proprio estudámos o nascimento e formação d'esse tribunal destinado á exterminação dos judeus e á depuração da fé; já n'outro livro (1) mostrámos como da raiz do mysticismo peninsular tinham brotado a Inquisição e a Sociedade de Jesus, instituições parallelas, e por isso mesmo constantemente rivaes. Nacionalisada uma, cosmopolita a outra; tribunal a primeira, exercito a segunda, o caracter adquirido por ambas, e a rivalidade com que se empenhavam em purificar, castigando e expurgando, ou ensinando, propagando e convertendo, foram a causa dos conflictos successivos que enchem a historia nacional no XVII seculo, mas que pertencem particularmente á mesma historia—por escrever entre nós—da religião portugueza, do que á historia geral da nação.

Para esta, as duas instituições, embora rivaes, proveem da mesma origem moral, e traduzem, por fórmas distinctas, um movimento unico das consciencias. O mysticismo ardente do XVI seculo creára o novo tribunal e a nova milicia catholica; e no seculo seguinte, quando as desgraças inauditas, o abaixamento do caracter, a perversão do saber, amesquinham o espirito da nação, vemos amesquinhadas tambem as manifestações do mysticismo nacional. A loucura messianica do sebastianismo subs-

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed.) IV, 6. e *Syst. dos mythos relig.*. pp. 324 e antes.

titue o enthusiasmo com que o proprio Camões prégara a conquista do Sepulcro-Santo e a exterminação de mouros e judeus. A pieguice devota e os milagres burlescos substituem as visões, como a de Affonso de Albuquerque no mar da Arabia. O *amor* poetico de uma Santa Thereza vae descendo até ao abysmo de uma embriaguez de devoção ridiculamente lubrica; e as façanhas do diabo tornam-se cada vez mais trasparentes, revelando a malicia dos impostores ou a devassidão dos costumes monasticos — em vez de revelarem a doida mas pia crença das imaginações desvairadas do tempo de D. João III, «o homem de curto juizo» como lhe chama Fr. Luis de Sousa.

Nós que estudámos com um certo vagar a influencia da educação jesuita, sabemos até que ponto lhe devemos attribuir a responsabilidade d'esse rebaixamento universal dos instinctos religiosos observado no tempo de D. João V. Se por seu lado a Inquisição não cessava de funccionar, queimando judeus para depurar a fé, confiscando-lhes os bens para acudir ás urgencias do erario regio — e não raro para satisfazer vinganças particulares e sanccionar roubos descarados: força é tambem confessar que, no decurso do seculo XVII e na primeira metade do seguinte, a Inquisição condemna, castiga e queima os messias sebastianistas, frequentemente padres, as freiras feiticeiras, os molinistas pietistas, quietistas e *tutti quanti* mais ou menos ingenuos sectarios de uma devoção lubrica, de um mysticismo orgiaco, antipathico ás tradições ecclesiasticas do catholicismo. A' rivalidade do poder juntava-se, entre a Inquisição e o Jesuitismo, a inimisade proveniente de temperamentos religiosos oppostos. Na primeira, o racionalismo catholico predominava contra a mystagogia, contra a equi-

voca moral probabillista, contra a verdadeira devassidão mystica — consequencias provadas (e já por nós estudadas) do aspecto falso sob que Loyola encarára a alma humana, ao construir a sua doutrina (1).

O marquez de Pombal, representante eminente e sectario audaz do naturalismo do seculo XVIII, aprendido nas suas missões de Inglaterra com D. Luis da Cunha que decerto o educou, pois o recommendava no fim do reinado de D. João V ao herdeiro da corôa para seu ministro: o marquez de Pombal, utilitario e *pratico*, incluia n'uma condemnação commum — e terrivel, porque o seu genio era feroz — a Inquisição e os Jesuitas, a tradição purista do catholicismo e os desvarios mysticos. A religião era para elle, não um instincto ou um sentimento, mas sim uma engrenagem necessaria, porém subalterna, do machinismo da sociedade; e aos espiritos geometricos da sua eschola passavam desconhecidos e desapercebidos os phenomenos complexos e profundos da alma religiosa. Eram inconscientemente atheus, ou reduziam Deus a um architecto. O fanatismo de D. João III, as visões de Affonso de Albuquerque, o enthusiasmo catholico de Camões, a loucura de D. Sebastião, deviam parecer ao marquez, ou imposturas, ou artes de politicos, ou verdadeiras doidices de cerebros perfeitamente ocos.

Varrendo tudo com a esponja do absolutismo mathematico ou mecanista; desprezando, com a intolerancia da paixão utilitaria, dois seculos, ou mais vivos da nossa historia, o marquez suppunha em Portugal o temperamento collectivo de uma Inglaterra ou de uma Flandres, porque a philosophia

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed) IV, 3.

absolutista e classica não reconhecia ainda que as sociedades crescem e vivem tambem como plantas, segundo as sementes, os climas, os ares que respiram e as aguas que as regam. (1)

Feitas estas reservas, é mistér applaudir com ambas as mãos a dupla destruição da Sociedade-de-Jesus e da Inquisição, porque ambas, já caducas, serviam apenas para protrahir, de um modo corruptor, um estado já anachronico. O mysticismo que as creára tornára-se de facto uma verdadeira doidice ou uma torpeza sordida, e os antigos odios contra os judeus estavam amaciados, mortos quasi.

Um relancear de olhos sobre os processos da Inquisição — infelizmente ineditos — no seculo XVII e na primeira metade do seculo XVIII, demonstra cabalmente o que temos dito. Vê-se ahi a historia da alma religiosa portugueza, e mede-se o fundo abysmo onde o catholicismo a levára. Vê-se a perniciosa acção dos tribunaes especiaes, que por um instincto de conservação acham sempre réus, e condemnam com a ferocidade propria de juizes da fé. Como nos tribunaes da revolução em França, todo o suspeito é réo, todo o réu condemnado, quaesquer que sejam as provas. Não se julga, impera-se. Não se castiga, fulmina-se. Nas agonias do terror e dos tormentos, os mais innocentes confessam os crimes mais inverosimeis e estupendos: crimes absolutamente impossiveis; e o critico é forçado a duvidar da sinceridade com que os juizes

(1) V. *As raças humanas introd.*, I. A terra e o homem.

crêem nas vistas do demonio ao corpo dos possessos; forçado a condemnar a ferocidade com que se mata gente, sem haver já a razão de um enthusiasmo, vivo em outras éras. A imparcialidade, sob pena de se transformar n'uma estupida indifferença, obriga-nos a protestar; reconhecendo no proceder do tribunal mais um symptoma da decadencia deploravel de costumes actuaes, que dos antigos guardavam apenas a ferocidade.

A queima dos judeus, cujos retratos ficavam alinhados em pequenos paineis nas paredes de S. Domingos, era, ainda assim, dos crimes da Inquisição, se não o mais desculpavel, o mais comprehensivel. Apesar de visceralmente pervertida, a religião nacional não morrera; e o odio contra os suppostos executores de Jesus trazia raizes bem profundas, tradições não apagadas de todo ainda. Mas a crença feroz nas visitas do demonio, denunciada em casos ridiculos ou inverosimeis, será sempre o testemunho, ou da absoluta imbecilidade a que a educação *realista* dos jesuitas levára os juizes, ou de pavorosa ferocidade, de imperdoavel iniquidade. Além d'estes dois generos de crimes, a Inquisição vivia condemnando outros dois, absolutamente condemnaveis, e n'este sentido — embora em principio o juizo nos obrigue a não reconhecer a justiça de nenhuma especie de tribunal moral, religioso, politico ou philosophico — devemos confessar que o Santo-Officio pugnava em favor da razão humana, desvairada pela sordidez do mysticismo orgiaco, e pela doidice varrida do sebastianismo apocalyptico. Além d'estes quatro typos genericos de crimes, a Inquisição punia constantemente os crimes communs do clero.

No auto de 1600 em Lisboa, onde foram 68 pessoas, das quaes 6 a queimar, appareceu Fr. Jero-

nymo do Espirito Santo, franciscano, condemnado a degredo e galés, por se ter casado duas vezes. Não ha auto em que não figurem padres, frades e freiras, réus de crimes mais ou menos graves. A sodomia é dos peccados mais frequentes, em clerigos e seculares, e um dos mais cruamente punidos pelo tribunal. Os bens dos christãos-novos queimados são, por via de regra, confiscados para a fazenda real: a nodoa de cobiça que desde o começo mancha a historia da Inquisição, protrahe-se até á extincção d'ella. Em 1660, Philippa Ferraz é queimada viva em Lisboa por judia; em 1682 são-no Gaspar Pereira e Miguel Henrique da Fonseca; em 1709 ha nova queima; em 732 Rodrigues Mendes e o medico Francisco de Sá e Mesquita são garrotados e queimados; em 706 morrera na fogueira, como um heroe e um martyr, Heitor Dias da Paz. (1) Como se vê, a ferocidade do tribunal não abrandára com o tempo.

Embora se possam e se devam distinguir crimes de duas especies — os demoniacos e os mysticos — é difficil isolal-os nos casos especiaes de muitos processos, porque, para os juizes do Santo-Officio, as visões, os extasis, as carnalidades do mysticismo são invariavelmente obra do demonio. Entretanto, encontram-se endemoninhados sem ponta de mysticismo, e é n'estes casos singulares que o critico não sabe se deva chamar imbecis, se malvados, aos juizes. Entre outros, deu brado o caso da freira do Sacramento, Maria Thereza Ignacia, penitenciada no auto de 1748. A sua historia é um tecido de extravagancias burlescas, risiveis — se não fizesse ar-

(1) Estes e os seguintes processos a que alludo encontram-se n'uma copiosa collecção ms. da livraria do snr. Camillo Castello Branco, a quem devo a communicação.

riar a lembrança de que por taes motivos se ía ao garrote, ou á fogueira.

Induz-se das confissões e depoimentos que a rapariga fôra uma das muitas mettidas á força nos conventos; e que, para vêr se a soltavam, commettia toda a especie de diabrura, correndo de noute as cellas das freiras e estonteando-as com extravagancias, fazendo crêr que o demonio se apossára d'ella. Passou a ser tida por feiticeira, e as madres de Alcantara contavam os casos espantosos que se davam desde então no convento. Ouviam-se ais e guinchos dos demonios, alta noute; e de manhan, no leito, soror Magdalena apparecia com um cabresto de burro na cabeça, soror Gertrudes com uma fita apertada no pescoço; ambas se sentiam picadas de muitos alfinetes — invisiveis, como o eram as feridas. Roupas, breviarios, camas, tudo andava em desordem, estragado, rasgado. Um dia fôro o diabo que empurrára uma freira que caíu ao tanque do jardim; outro dia fôra ella, a feiticeira, quem deitára soror Joanna por uma escada abaixo. E o mais terrivel era o não se vêr a acção diabolica dos espiritos malignos! O comer apparecia sujo de muitas porquidades.

Os clamores cresciam e a Inquisição interveiu. A rapariga interrogada confessou sinceramente todas as diabruras que fizera, porque não queria ser freira, queria despir o habito — não tinha pacto nenhum com o diabo, nunca o vira: era boa christan! Os juizes mandaram-na encarcerar. E emquanto a estouvada jazia gemendo na masmorra, firmava-se a lenda nos cerebros emparvecidos das freiras e accumulavam-se as accusações tremendas. A historia apurada e *provada* que a condemnava era a seguinte: Aos cinco annos fôra entregue ao demonio em pessoa por duas bruxas; aos sete as-

signára o pacto lendario, com o sangue da tradição, em tres escriptos authenticos; aos dezoito annos entrára no convento, de mãos dadas com o diabo, que lhe pozera uma marca de fogo n'um seio. Já a esse tempo tinha morto *infinita gente* com feitiços e bruxedos. A profissão fôra uma comedia. De noute era adorada como rainha por cem demonios, no sagrado recinto do convento! O diabo seu esposo, com quem não quardava castidade, dera-lhe um annel. Ao commungar, tirava a hostia da bocca, sem a engulir, e guardava-a para feiticerias. Açoutára e picára com agulhas o menino Jesus. E até comia carvão! — exclamavam chorosas ou indignadas as freiras.

As cousas pavorosas que lhe imputavam eram sem conta. Entre pessoas grandes e creanças tinha mais de cem mortes ás costas incluindo os proprios paes. Do convento matára, com doenças que lhes dera em philtros, o nosso padre confessor, a nossa mana Joanna, e a nossa parenta Calhariz — dizia D. Barbara de Jesus, em cartas ás irmans. Deus os tenha em sua santa gloria!

Havia doenças graves, singulares, entre as freiras, desde que o demonio por lá andava. Ninguem podia dormir, porque se ouviam grunhir porcos, zurrar burros, tocar pandeiros, castanhetas e tambores, com grandes risadas, e cantares de passaros extravagantes. As freiras achavam-se vivas por milagre e levavam uma existencia de medos. Soror Magdalena tinha dado grandes quedas, e apparecera mais de uma manhan na cella com a bocca cheia de sal; na de soror Gertrudes apparecia pimenta, e a madre caira com bexigas. Soror Vicencia cegára.

E a Inquisição, gravemente, torturava a infeliz rapariga que por fim reconhecia ter tido coito com

o diabo, ter-se-lhe vendido por um *pacto;* confessava ser rainha e adorada, confessava todas as mortes e crimes—confessaria ter engulido o reino e o mundo inteiro, para que a poupassem ás cruas dores do tormento; e porque duvidava, afinal, de si propria, vendo unanimes tão graves e doutas pessoas, e emparvecida e louca, acreditaria ter praticado tudo o que lhe imputavam...

Quasi sempre, comtudo, o endemoninhamento se traduzia por visões e extasis em que os criminosos julgavam vêr a Virgem, Deus, os anjos — feiticerias do demonio, explicavam os juizes. Havia frequentemente iesuitas entre os mysticos; mas por via de regra eram mulheres em que o hysterismo se apresentava com symptomas de mysticismo religioso. Em 664 fôra executado em Gôa o jesuita Matheus Francisco por ter visões de córos de anjos e dizer-se deus. Em 742 foi açoutada em publico e degredada por 10 annos, para S. Thomé, Joanna Maria de Jesus, que se julgava Sant'Anna em pessoa, mãe da Virgem, membro da sacra-familia: cousas do diabo, com quem tinha coito! Em 720 figuraram no *auto* de Lisboa tres padres por molinismo; e em 745 foi garrotado e queimado o padre José de Sequeira, por se ter demonstrado que vivia n'uma carnalidade mystica com as suas confessadas — por ordem de Deus! allegava o padre; por tentações do diabo! julgava a Inquisição. Tinha filhos das suas pupillas espirituaes; e os desvarios que commettera não eram preceitos divinos, nem infernaes: eram a consequencia da miseravel doidice que a educação mystica e realista do jesuitismo propagára por toda a parte.

Madre Thereza, penitenciada em 1740, fôra victima da deploravel confusão que o realismo punha entre os dois elementos antitheticos da moral reli-

giosa do catholicismo — o espirito, a carne. Não negava as visões que tinha, nem como era arrebatada em extasis ao céu, nem a sciencia universal que adquirira em Jesus, na sua divina graça, no seu amor ardente. Contestava porém que houvesse luxuria nos seus actos, confessados e apparentemente deshonestos. Examinava a sua consciencia e só se accusava de negligencias, imperfeições, tibieza, no amor santo! Odiava a concupiscencia e cria que o seu corpo, o contacto das suas carnes, tinham poder curativo para as doenças da luxuria. Dormindo abraçada ás peccadoras, curava-as do mal da carne; as infelizes torturadas pelas tentações dos homens enfiavam-se no leito «e tanto se deitavam junto d'ella R. sentiam logo melhoras». Perseguida, torturada, martyrisada, confessa, por fim — como raros apenas deixavam de o fazer — que tudo isso era o demonio, a quem se entregára, vendendo-se e escravisando-se...

E' necessario observarmos agora a outra face da loucura mystica — o prophetismo. Judeus e jesuitas, possessos da febre messianica, confundiam a redempção com o sebastianismo, o Apocalypse com o Bandarra. A doença do espirito portuguez, ganha com as desgraças do seculo XVI, lavrava profundamente na alma collectiva, apesar da Restauração e da Independencia. E' nos processos da Inquisição que a historia irá descobrir os momentos successivos do desenvolver d'essa loucura sebastianista, fundo do quadro da existencia moral portugueza nos seculos XVII e XVIII, e que nem D. João IV, nem D. João V, nem o marquez de Pombal, poderam apagar de todo — por isso que a ve-

mos reapparecer ainda viva politicamente no seculo XIX.

O padre Manuel Lopes de Carvalho, queimado vivo n'um poste na Ribeira, no auto de 1725, dizia-se o Christo, chegado do Brazil; accusava S. Paulo; era ebionita; e vinha restaurar a primitiva pureza do christianismo galiléo. Heroe e martyr, não conseguiram dobral-o; e no decurso do processo teve uma visão, em que Deus lhe disse haver de lavar as mãos no sangue dos inquisidores — que o queimaram.

O padre Antonio Hebre Loureiro, penitenciado em 1741, dizia-se o proprio Deus e annunciava uma segunda encarnação do Verbo e uma segunda redempção do mundo. Era em pessoa o Messias, e havia seiscentos annos que andava pela terra esperando a hora da salvação geral. Tinha morrido, tinha resuscitado, e possuia o dom dos milagres. O mysterio da transubstanciação endoidecera-o, e consagrava-se na Hostia, vendo-se unido em corpo e sangue á Trindade. As suas heresias tinham porém um caracter nacional, porque o propheta que o annunciára fôra o Bandarra.

Pedro de Rates Hennequim, tambem queimado em 1744, era tambem um enviado a prégar o imperio portuguez, o quinto — definitivo reinado de Deus, de D. Sebastião, sobre o Universo. Chegava do Brazil onde vivera no Paraizo, examinando por seus olhos os signaes das passadas de Adão. Era ao pé da Bahia, e falava-se, já no Paraizo, o portuguez! (1)

O padre Antonio Vieira formulára um seculo antes a structura do Quinto imperio; e esse lado particularmente portuguez da loucura jesuita col-

(1) V. *Systema dos mythos relig.*, p. 291

lava-se ás suas feições cosmopolitas: a mystagogia, o mysticismo dubio, confundindo n'um sonho a carne e o espirito, o céu e a terra. Dir-se-hia que voltava a éra de Alexandria, e que a somma dos desvarios mysticos, levedada pelo fermento poderoso amassado por Loyola, ia alastrar tudo. Não era porém assim. Na propria religião jesuita se vêem bem claras as duas faces do seculo: o ultimo arranco do catholicismo dualista, e o imperio indomavel do espirito pratico, utilitario. A Sociedade, banqueira e fabricante, era a patria religiosa do padre Malagrida.

O seculo XVIII, o marquez de Pombal, não podiam julgar os jesuitas, porque os não percebiam. Condemnavam os mercadores e intrigantes, os rivaes na riqueza e no poder politico; e Malagrida, e todos os visionarios eram considerados loucos — como se tal explicação explicasse cousa alguma!

D'essa opinião acanhada, d'essa incomprehensão dos phenomenos intimos da alma religiosa, dão testemunho os processos instaurados pelo grande marquez. Os crimes são para elle a simonia e o commercio, são a lesa magestade do attentado contra as leis, contra o rei: não são os attentados contra a moral religiosa, contra a razão humana. que condemnam o jesuitismo n'um tribunal mais vasto, mais sabio — o nosso tribunal da critica racionalista.

Abatendo a Inquisição, o marquez abatia um poder do Estado, segundo a regra niveladora do absolutismo; mas decerto pensava que o tribunal da fé era uma casa de orates. Que podiam ser, senão doidos, os graves juizes que levavam a vida a julgar as loucuras mysticas e as parvoices da theosophia? Reduzida a uma *meza censoria* dos costumes do clero, do decoro conveniente á fria religião official;

eliminadas as distincções de christãos-novos e velhos, para pôr cobro á matança e ao roubo de mais de dois seculos, a Inquisição podia, devia continuar a funccionar como engrenagem subalterna do machinismo politico do Estado.

Se o critico não applaude, nem o acanhamento das vistas doutrinarias, nem a seccura formalista, nem a crueldade feroz do grande marquez, é mister applaudir com ambas as mãos a obra, não a intenção, o facto, não o pensamento, porque a tyrannia absolutista, desmantelando o Santo-Officio, foi um instrumento de liberdade.

Resta-nos agora falar do commercio da nova Salento portugueza. Não podemos examinar, uma a uma, as differentes creações do ministro. Subordinadas todas ao principio de que um Estado é um corpo autónomo, independente, soberano: como um astro que só se prende ao systema europeu pelas leis da gravitação que determinam a estabilidade, e cuja lei vital é o egoismo collectivo e nacional; de accordo com o principio do equilibrio e com o systema mercantil (falsa expressão de um principio exacto emquanto houver nações): as medidas do marquez de Pombal tendiam todas a formar de Portugal, com as suas colonias, um individuo independente no seio dos individuos-nações da Europa.

Por isso prohibia a exportação do ouro; por isso creava as companhias do Grão-Pará e do Maranhão para bater o commercio cosmopolita *(livre-cam-*

(1) V. *O Brazil e as colonias portuguezas*, II, 5.

bista) dos jesuitas; (1) por isso denunciava os tratados do Methwen, que estabeleciam a troca *natural* do vinho portuguez pelos artefactos e farinhas inglezas; por isso queria que Portugal désse trigo para si, e mandava arrancar as cepas dos valles do Tejo e do Mondego; por isso favorecia e protegia os vinhos do Douro — uma cultura natural em seu entender; por isso creava fabricas e industrias, para que Portugal não dependesse do estrangeiro, nem para comer, nem para se vestir e mobilar.

A guerra, incidente inevitavel no regime de equilibrio internacional, é a condição que, tornando as nações adversas, embora transitoriamente, vem provar a necessidade de cada uma d'ellas poder satisfazer, com os seus recursos, as suas proprias necessidades. A guerra, porém, condemnação do radicalismo livre-cambista, não é a unica razão do proteccionismo que considera uma nação como um todo, artificial se quizerem, mas d'este artificio sem o qual não ha direito nem instituições: cousas que ninguem jámais pôde descobrir na natureza inconsciente. A guerra não faltou á historia do marquez de Pombal, para lhe mostrar a necessidade de um exercito, para affirmar de um modo activo e positivo, perante as demais nações, a existencia real de uma nação nova, que o genio do ministro soubera crear sobre a confraria de sacristaens de que a Europa mofava no tempo de D. João V.

A rapida campanha, encetada na primavera de 62 — terminada na de 63 pela paz de Fontainebleau, que poz termo á guerra dita dos *sete annos* — não encontrou ainda armada esta parte da machina social de que o marquez era o constructor. Alliado da Inglaterra contra a Hespanha, pôde, porém, rechaçar a invasão; e logo que se viu livre, mandou levantar o systema de fortificações que defendem

a nossa raia de léste e os nossos portos, e organisou um exercito numeroso á moderna.

Não lhe faltou, assim, o genio, nem o tempo. para levantar desde os alicerces o edificio da cidade destruida, *ab imis fundamentis*, por um espantoso terramoto. Architecto ou machinista, estudára cuidadosamente todas as peças do seu artefacto, e deixou a prova de quanto é capaz a vontade de um homem.

Ignorava-se porém no seu tempo — e mais do que ninguem o ignorava Portugal, ensandecido e cachetico; mais do que ninguem o ignorava o marquez, discipulo illustre dos philosophos mecanistas dos seculos XVII e XVIII — que Salento nunca existiu fóra da imaginação; e que uma cidade, ou uma nação, é um sêr vivo e organico, e não um artefacto, um producto da abstracção, construido com uma regoa, um esquadro, um prumo e um compasso. Mas, quando a philosophia fazia de Deus o supremo architecto do Universo, que outra cousa podiam ser os grandes homens, senão architectos supremos dos seus pequenos mundos nacionaes?

Pombal queria construir uma nação, com a idéa de fazer d'ella um individuo autónomo e forte. Ora, nas casas e nas machinas, pouco importa d'onde vém o tijolo e o ferro; mas, nos edificios humanos e nacionaes, o material, ou é de casa, ou é mau. Em Portugal nada havia capaz de entrar na liga das argamassas, nem na elevação dos muros; a cal estava ardida por dois seculos do jesuitismo, as pedras estavam podres do tempo e da acção corrosiva dos vicios orientaes. Material assim, genuina, authenticamente nacional, só podia

dar um D. João V, e dera-o; só daria D. Maria I, e deu-a — logo que o rei anonymo acabou, e com elle desappareceu da scena o importuno que adornava Lisboa com a casaria insipida da *baixa*, e o reino com uma phantasmagoria de leis impias, *estrangeiras*. A machina desconjuntou-se, desde que o machinista a largou; e para ensinar aos utopistas que uma nação não se inventa, que um organismo é cousa diversa de um machinismo, veiu a reacção de D. Maria I repôr á luz da evidencia o verdadeiro Portugal, beato, soez, violento e ridiculo.

O Portugal de D. José — só agora, ao concluir, lhe proferimos o nome, para dizer como foi ninguem — era um falso Portugal de importação, nas idéas, nas instituições, nos homens. Para crear um exercito e construir as fortalezas, o marquez mandou vir o conde Lippe e officiaes estrangeiros. Allemães, francezes, hespanhoes, mas principalmente inglezes, tinham muitos commandos dos regimentos do exercito: Valerai, Weinholtz, Aguilar, Monroi, Mac-Donal, Sharp, Preston, Maclean, Smith, Anderson. Para inventar as industrias, já D. João V mandára vir de Lião os tecelões de sedas; de França, os relojoeiros e cuteleiros, chapeleiros, tintureiros, penteeiros e fundidores de metaes; de Italia, os louceiros e estucadores. O marquez de Pombal não mandou vir operarios apenas: encommendou emprezarios, industriaes, commerciantes, como Bacigalupo, Bom, Emeretz, Jorge, Palyart, Despie, Vanzeller, Crammer, Vanpraetz, Clamouse, Verdier — e Ratton, cujas *Recordações* lançam tamanha luz sobre o fim do XVIII seculo portuguez. O marquez tambem queria ter um Portugal sabio; e como, na patria de Pedro Nunes, não havia, nem um geographo, nem um cosmographo, importou professo-

res para a Universidade, e para o Collegio-dos-nobres. Já antes fôra necessario mandar vir homens capazes de se entenderem com os commissarios hespanhoes na delimitação das colonias da America do sul: Ciera, Velasco e Brunelli. Depois para o magisterio das escholas superiores, vieram mais: Franzini, Tallier, Vandelli, Cecchi, Gould, Birmingham.

O dinheiro do Brazil dava para todas as extravagancias, sensatas e insensatas. Déra para D. João V satisfazer a sua loucura de ostentação magestatica e fradesca; dava agora para o marquez de Pombal construir uma nação *de estufa*, com gente de fóra.

Collocada, pois, no seu verdadeiro logar a empreza do grande ministro, estudada no seu valor exacto, resta-nos memorar uma consequencia. A acção da vontade dos homens sobre a natureza social não é completamente esteril, ainda quando seja, como foi a do marquez, viciada por uma crueldade ferina, e contrariada por uma tendencia opposta da força collectiva. Se as sociedades são verdadeiros sêres organicos, são tambem n'um sentido mecanismos sobre que a energia das acções conscientes dos individuos decerto influe. Manter a justa ponderação d'estes dois elementos é a prova suprema do genio politico. Exagerando um lado, o marquez condemnava a uma ruina quasi total e proxima a sua obra heroica; mas por isso mesmo que batia de frente o Portugal jesuita, consummava uma revolução cujo merito foi mostrar ao portuguez, beato e ensandecido, que havia no mundo alguma cousa mais do que freiras e marmelada, outeiros e arruaças, piedosa luxuria e visões desvairadas. Por isso mesmo que a machina era construida com materiaes da Europa, onde uma revolução se realisava nas idéas, os homens de fóra

vieram lançar no torrão portuguez a semente das revoluções futuras.

Talvez que um vislumbre de verdadeira luz raiasse já no cerebro nacional, quando, ao observar a restauração das cousas patrias, com a sua natural pachorra, o povo dizia depois: «Mal por mal, melhor Pombal!»

LIVRO SETIMO

A anarchia espontanea

(DYNASTIA DE BRAGANÇA: 1777-1834)

> Lisboa já não é (torno a dizer-vos)
> A mesma que ha dez annos se mostrava,
> É tudo devoção, tudo são terços,
> Romarias, novenas, via-facras.
> Aqui é nossa terra, aqui veremos
> A nossa cara irmau cobrar seu reino.
>
> *O reino da Estupidez*

I

A sociedade

O reinado de D. Maria I veiu demonstrar que o braço de ferro do marquez de Pombal não pudera desviar da carreira da decomposição esta sociedade envenenada pela educação jesuita. O ministro pôde exterminar a Companhia, mas não pôde extinguir o seu espirito, nem os seus discipulos que eram em Portugal toda a gente, incluindo Pombal em pessoa. Pôde, á custa de vontade e dinheiro, forjar um Portugal apparente: não pôde alterar a indole adquirida do povo. Como charrua que revolve a gleba, exterminou as plantas visi-

veis; porém as raizes dos cardos e escalrachos ficaram e reverdeceram. Logo que a morte do rei condemnou o ministro ao exilio, rebentaram do chão os cogumelos, a adornar o throno de uma rainha a quem nunca sobrou o juizo, e veiu a morrer doida. Nos seus seis reis, a dynastia de Bragança contava já dois mentacaptos declarados: Affonso VI, D. Maria I.

Nobreza e clero, de mãos dadas, sentiam a necessidade de continuar a comedia do tempo de D. João V, que o importuno ministro viera interromper. Mas o abalo do terramoto amesquinhára ainda mais os espiritos, e a restauração do Portugal classico demonstrou a realidade de um verdadeiro entremez idiota. Nem para forças nem para operas, como as do tempo de D. João V, havia já nervos. Cumpre-nos, pois, a nós registrar as phisionomias dos personagens e a acção da peça. D'esse modo o leitor ficará sabendo melhor como era esse tempo, do que se nos demorassemos a estudar os casos mesquinhos da politica: o processo do marquez, a rehabilitação dos réus do 3 de setembro, etc.

As influencias de confessionario e de alcova tornaram a ser dominantes, agora que no throno se sentava uma mulher, virtuosa sim, mas tambem a maior *beata* que a educação jesuita creára no decurso de quasi tres seculos. Os *empenho* sficaram desde então caracterisando a móla principal do mecanismo administrativo portuguez; e á sombra d'elles, á sombra da camarilha que reinava no paço, instituia-se uma desordem tão soez como corrupta. O *desembargador* formou-se em typo da pujança inepta, cheia de basofias, ventripotente e faz-tudo, de uma nação que nada sabia. Pina-Manique, o grande homem do reinado, era desembargador, intendente geral da policia, administrador

da alfandega de Lisboa. feitor-mór das alfandegas do reino, provedor da casa-pia, administrador das calçadas e da illuminação da capital, e muitas cousas mais.

A' sombra da protecção desembargatoria fervia o roubo. Um Sarmento e um Costa — era sabido por toda a gente em Lisboa — tinham loja aberta de logares publicos. Um sargento-mór das ordenanças do Fundão comprára o cargo por 5:000 cruzados. Certa freira, querida de Luiz de Vasconcellos, era considerada como um dos melhores *empenhos*. E o proprio arcebispo de Thessalonica, o confessor da rainha, omnipotente sol da monarchia, não se dedignava de proteger os Ferreiras, arrematantes dos contrabandos. Foi essa uma larga historia, cheia de peripecias. Outr'ora as tomadias eram queimadas; mas a rainha convenceu-se de que melhor valia pol-as em praça, e applicar o producto a obras pias. As tomadias não eram arrematadas, mas eram dadas por avaliação aos Ferreiras, que engordavam, engordando os seus protectores. Considerava-se como uma das melhores *postas* a de superintendente dos contrabandos. Os ministros eram creaturas singulares. O marquez de Ponte-de-Lima, dado por prodigo, nem por isso se julgava inapto para governar o reino. A sua paixão eram as gran-cruzes, e occupou-se todo na grande obra de fixar de uma vez a côr das fitas de Christo, de Aviz e de Santiago. O cardeal da Cunha tinha uma ostentosa livraria: 11:000 volumes, a que alguns chamavam as onze mil virgens. Mas o grande, grande homem do tempo, era o arcebispo de Thessalonica, tão bruto e atrevido que não escapou a uma sova que lhe deram na *matinha* de Queluz, moendo-o com saccos de areia, e deixando-o pelas ruas da amargura.

Quem o conheceu de perto viu-o rustico e volumoso, exemplar acabado da brutalidade fradesca e fidalga do fim do XVIII seculo em Portugal. Tinha começado por cabo de esquadra, e conservava os habitos: até com o principe do Brazil, o futuro D. João VI, a quem tratava de um modo incivil e grosseiro. Era rubro e gordo, e sentado á fresca, desabotoado, prazia-se em gosar as digestões, arrotando soltamente, á portugueza. O marquez de Pombal dera-o por confessor á rainha, então princeza do Brazil, por vêr como elle era jovial e ignorante. D. Maria I fel-o inquisidor-mór e seu ministro: quasi-rei. Sentia-se feliz, satisfeito, e dava largas á sua alacridade, beliscando as moças do paço, e perseguindo-as pelos corredores, como um satyro amavel. A rainha, que era muito piedosa, julgava-o, porém, um santo, e nada sabia das suas travessuras. Enfadava-o bastante o governo, a necessidade de ensaiar os conselhos, antes de ir á presença da rainha; e quando olhava para a escada interior, que ligava os seus aposentos aos da soberana, dizia aos intimos: «Forte praga é aturar essas mulheres, lá d'escada acima!» Porém a sós, nos seus quartos, desforrava-se, *á larga*, sentado á meza, onde tinha sempre frades seus intimos, e o famoso truão D. João da Falperra que lhe fazia estoirar de riso a bocca atassalhada de leitão assado. Contavam-se então livremente, na intimidade, as chronicas do paço, os escandalos picarescos da côrte, apimentados com as graçolas obscenas ou immundas que ainda faziam rir nossos paes: as graçolas portuguezas. Outra especie de truão era o leigo que o servia, rochunchudo e chocarreiro, tosco e vulgar, almocreve de sandalias, carreiro de escapulario. O leigo dizia que só tres pessoas tinham entrada no paço: o sabio, o santo e o bobo; mas

o primeiro saía logo desanimado, o segundo martyr, e só o terceiro prosperava. O arcebispo, incapaz de malicia, meneava a cabeça, ria ás gargalhadas, servindo-se do leitão louro, nadando em molho na bandeja de prata.

Escadas acima, a scena mudava. O palacio era um convento. O rei esposo, feíssimo, com um aspecto de idiota, o olhar esgazeado, a peruca desgrenhada, parecendo bebado, era um sacristão, ou cousa nenhuma: o ente que piedosamente fôra encarregado de dar herdeiros á corôa. Por toda a parte se murmuravam *terços*, e havia *santos* por todos os cantos, em oratorios e nichos, com velas e lampadas accesas. Os aventureiros protestantes da guerra do conde de Lippe *convertiam-se*, para terem postos e a rainha por madrinha. O exercito era uma confraria; e Santo-Antonio, que por ordem de D. Pedro II sentára praça em 1668 no regimento de infanteria de Lagos, subia ao posto de major-ajudante, depois de varias façanhas e proezas que no commando das tropas praticára contra os castelhanos — segundo o attestava o coronel. O paço, venerando o milagre, despachava o santo. Cheia de escrupulos devotos, a rainha banira as mundanidades theatraes, prohibindo as mulheres de entrarem em scena. Contavam-se as abominações perdidas do reinado anterior; e com os olhos no ceu, e as mãos postas, a piedosa senhora pedia a Deus que lhe perdoasse os peccados do rei seu pae, a quem tanto respeitava. As damas descreviam as comedias do Pateo-das-Arcas, ou do Bairro-alto, e os córos infernaes das bailarinas e cantoras da Rua-dos-Condes. Em boa verdade, diziam

algumas com saudade, a companhia da Zamperini trouxe-a o nuncio de S. Santidade, Galli, que vivia com elles em permanencia. — E a rainha, não podendo explicar o caso, impunha silencio, lembrando a impiedade de dar 1:200 ducados de ouro a Jomelli por uma cantata, e 25 contos á Conti e á Cafarelli por tres mezes de theatro em Lisboa. Tanto dinheiro poderia ter tido mais piedosa applicação, e ter-se-hiam evitado graves escandalos... O patriarcha tinha sido forçado a castigar o Padre Macedo, o *Grão-Macedo*, prohibindo-o de ir á opera, de fazer versos á Zamperini, e de usar o cabello á italiana, polvilhado e penteado. Essas cantoras de perdição davam a volta ao juizo, e eram um sacrilegio: ia-se á missa do Loreto para as ouvir gargantear!

Melhor do que ellas trinavam os *castrati*, o celebre Antonio Antunes e o *Tortinho* da Sé: a musica de egreja substituia bem a opera. Com effeito, a da capella real era então, no dizer dos entendidos, a primeira da Europa, levando a palma ao proprio Vaticano. Para distracção bastavam as assemblêas em casa, aos domingos, em que as cadelinhas vestidas de senhora representavam comedias com aprazimento geral.

As quatro ou cinco duzias de açafatas commandadas por um frade, o rancho dos sopranos castrados, o viveiro de musicos e cantores, redondos e lustrosos, os seis mil cavallos e muares das estrebarias reaes, a negrinha anã, valída, por nome D. Rosa, sempre vestida de encarnado; os mais anões e fidalgos e pretos, grandes e pequenos, com o portentoso arcebispo de Thessalonica, e o visconde de Villa nova da Cerveira, o ministro de quem o poeta dissera ser «gran-besta que chegou a ser gran-cruz» — formavam o sequito inseparavel da

rainha, quando ia a Salvaterra á caça, ou ás Caldas, banhar-se. No sequito incluia-se tambem o rei.

A capital do seu reino recordava aos viajantes sabios, que tinham visto mundo, Fez ou Mequinez em Marrocos. Mas, por sobre a Lisboa africana, havia uma outra Lisboa afrancezada; e a reunião das duas, e a côr raiada de preto e branco da população, produziram contrastes extravagantes.

«Ha uns poucos de annos, quando se via um mocetão bem trajado, animado de galantes ditos, andando pelas ruas em ar de menuete, com os olhos em todas as janellas, tirando muitas vezes o chapéu ás senhoritas, puxando da algibeira o lenço de cambraia, cuspindo n'elle para não sujar a rua, emfim um casquilho completo, chamava-se-lhe *bandalho* (antes, no tempo de D. João V, tivera por nome *faceira)*: agora diz-se *peralta*». (Nicolau-Luiz) O janota odiava os costumes nacionaes, falava em francez ou italiano, e ia exclusivamente á Rua-dos-Condes, á opera, porque detestava o theatro nacional, do Salitre ou do Bairro-alto. Meneando-se ostentosamente nas ruas, recebendo algum recado que os criados lhe davam de joelhos, mostrando (ou fingindo) riqueza, o fidalgo janota era chamado por varias occupações. Estacionava nas esquinas e nos adros das egrejas, *namorando de estafermo*, fazendo os signaes com o lenço *(alcoviteiro das distancias)* ou partia *escudeirando* a dama. Corria apressado outras vezes, de uma missa a uma *grade*, a um *oiteiro*. Durante a quaresma devia achar-se ás quartas-feiras no Carmo, ás quintas na Trindade, aos sabbados na Graça; mas os grandes dias eram os das procissões. Tomava

então pilulas de azogue, espalhando-se como espadana pelas ruas, bebendo janellas, engulindo cortinas com um chapéu tão pequeno como a cabeça, *quitó* (espadim), casaquinha, luvas de manopla e gravata. Se tinha sege, esgotava a fortuna». As meninas, das janellas, faziam-lhe momices e acenos, chamando-o ás vezes, á escada, para cochicharem; e pela noute fóra ia aos conventos das freiras, onde mais de uma vez a policia deu assaltos para expulsar as ternuras.

Por essas horas perdidas, nas ruas da mal-cheirosa Lisboa — *fedorenta*, diz Ratton — despenhavam-se das janellas as cataractas de immundicies que os bandos de cães vadios exploravam. Ausente o peralta, Lisboa parecia Marrocos. Afigurava-se tambem um acampamento do Grão-Mogol das Indias no grande dia de *Corpus*, com as casas vestidas de damascos e tapeçarias, ás varandas cobertas de colchas opulentas, as ruas toldadas de seda e tapetadas de areia e buxo, com o cortejo de padres vermelhos e brancos, de frades e fidalgos, plumas, luzes, pallios, leques, incensos e tropa, salvas de artilheria e foguetes, mendigos leprosos e bandos de creanças com sarna, correndo por meio do povo.

Um dia Beckford (opulento inglez que passou algum tempo entre nós e o contou) excitado por uma gritaria infernal na rua, chegou á janella: eram visitas. Vinham dois frades: o padre Theodoro d'Almeida, humilde e unctuoso, voz fanhosa e olhos em branco, e outro que falava em tom rotundo nas *allucinadoras bebidas da philosophia*. Cada qual trazia a sua missão. O da philosophia offereceu um cestinho de doces, embrulhados em papeis recortados, da parte de uma abbadessa fidalga que pedia o dote para duas noviças. O padre

Theodoro, capellão das Sallesias, trazia uma salva de prata com um crucifixo, e um bilhete de convite para uma *grade*. Os dois frades sairam acompanhados pela musica do convento: seis pretos, vestidos de encarnado a tocar tambor e pifanos: seguidos por mais pretos que atacavam foguetes, por uma ralé de velhas beatas pedintes, e de garotos tinhosos, saltando, berrando, a dar cabriolas. Os mendigos iam esmolando como fakirs, os andadores dos conventos vendiam piedosamente uvas, rapé, e muitas cousas mais, pelas bentas almas do purgatorio! Era Fez.

Na *grade* reuniam-se, porém, aos costumes africanos, os costumes francezes. O requinte devoto adquiria entre nós um caracter mais sensual. A imagem loura, feminina, infantil do *pastor* bucolico, S. Francisco de Salles, o filho dos colloquios doces das Philoteas e das Chantal, o camarada do *sire* de Urfé, amavel author da *Astrea* e ex-amante de Margarida, refugiada em Saboia, presidia em espirito no locutorio de Belem. O padre Theodoro, statico, com os braços cruzados sobre o peito, os olhos em alvo, mudo, ou conciso em voz tenue, assistia ás visitas. Soror Thereza era forte em arithmetica, a *madre* especial em grammatica, soror Francisca muito boa moralista e excellente costureira. O padre Theodoro, esse melifluo author da *Formosura de Deus*, do *Pastor Evangelico*, do *Feliz independente*, da *Lisboa destruida* e outros poemas de massadora memoria, creava alli a sua melhor obra, um viveiro de prodigios; e a sala da grade, deliciosamente fresca, perfumada de jasmins, com uma luz tepida, era ao mesmo tempo a

doirada gaiola das sallesias e das pombas, dos papagaios e canarios que voejavam soltos, chilreando, dos seus poleiros para o seio das meigas freiras. E n'esta deliciosa mansão as visitas comiam doces, ouvindo os discursos seraphicos do confessor...

Quando algum *primo* tinha serios e secretos assumptos de familia a communicar, o confessor, a madre, retiravam-se prudentemente, por descrição. Diz-se que muito se namorava nas *grades*, e que o amor de freiras era o mais appetecido e o mais picante. A severidade do habito, o composto da figura. emmoldurada na touca, irritavam. Para os capellães e confessores, as freiras eram uma tentação constante, vivendo com ellas no convento, no confessionario. O *ter freira* não lhes ultrajava a gravidade. A arte de namorar, cultivada por todas as classes, tinha prescripções especiaes nos conventos, por causa dos vestidos de feitio diverso, e dos encontros das *grades*. Mostrar o sapato com pejo, por acaso, mas de modo a enlouquecer; voltar a cara piedosamente, ao ouvir as confissões galantes; ter os tregeitos melindrosos; indicar desaffectadamente as fórmas, eram, entre outras, as regras do amor devoto. Preceito universal se considerava fugir dos frades franciscanos. vadios em moços, zelosos em velhos. A *madre*, confidente discreta, acudia, n'algum momento de crise, a chamar a esquecida que, por noticias de familia — questões mundanas, indignas das filhas do Senhor! — deixava o coro, as matinas ou a novena. Já na egreja os fidalgos, de joelhos, curvados, batiam nos peitos; já os padres estavam no altar; já os musicos entoavam as contradanças e menuetes de Haydn e Jomelli com que o Eterno era invocado. — Adeus!... Um beijo furtivo, um doce rebuçado,

ficavam como penhor das futuras *noticias* que, d'alli por dias o primo levaria.

Nem todos os frades eram seraphicos: além de os haver plebeus e grosseirões, havia-os livres-pensadores, que não poupavam sarcarmos á Egreja, e tinham publicamente mulheres e filhos. Estas contradicções extravagantes eram, de resto, communs em todas as classes.

A fidalguia apresentava tambem uma combinação de brutalidade soez e de requinte precioso, que por toda a parte constitue o traço particular proprio da sociedade portugueza no fim do XVIII seculo, e ainda na primeira metade do actual.

O maior fidalgo da côrte era, no tempo de D. Maria I, o marquez de Marialva. Um pateo precedia a entrada do palacio, e esse pateo parecia uma casa de posta: as seges de um lado, as cavallariças do outro, montes de estrume pelos cantos, e um rebanho de porcos, pulando e grunhindo, por entre os monturos. Nos palacios do campo, atravessava-se o pateo sobre um tapete espesso de matto, para alli deitado a apodrecer, para estrume. As estrebarias, por baixo das salas, davam a toda a casa um cheiro immundo, e por toda ella se ouviam as patadas e o relincho dos cavallos. O nome de Marialva ficou celebre na equitação.

A plebe dos criados e parasitas formigava no pateo: o marquez distribuia trezentas rações de arroz. A turba dos cortezãos chegava de tarde para *passar a noute.* Na sociedade dos fidalgos não havia demasiada escolha, porque a grosseria nos costumes não deixava excluir os plebeus. A mistura nas classes correspondia ao disparate nos usos,

e o nome que melhor define o conjuncto de cousas e pessoas é o de grotesco.

Na varanda do palacio em Belem, sobre o rio, acudiam a tomar o fresco e a fazer companhia ao velho marquez, personagens plebeus, seus parasitas: era o frade, volumoso e comilão, de facecias de taberna; era o boticario esguio, vestido de negro; o anão das senhoras, fazendo esgares, ou chiando n'uma frauta de cana; o apparatoso brigadeiro, no seu fardamento já velho, fanfarrão, impudente, governador licenceado d'alguma fortaleza distante; era um toureiro celebre, ou picador famoso; era, finalmente, o orate improvisador, disparando a torto e a direito esguichos de versos, na sua furia repentista:

> Rapada amarelenta cabelleira.
> Vesgos olhos que o chá e o doce engoda;
> Japona que da ladra andou na feira,
> Ferrugento faim que já foi moda.
> Ruço calção que espipa no joelho,
> Meia e çapato com que ao lado avança.
> Vindo a encontrar-se com o esbrugado artelho.

Emquanto na varanda a sociedade contava anecdotas grosseiras e partidas de toureio, de caça e de comezanas, do fundo da estrebaria vinham os sons de viola e canto: um *fadinho* batido com os arrieiros pelo *filho segundo*, mendigo em casa, embaraço constante, madraço e mariola—quando não era frade, ou o não tinham mandado para o Ultramar n'um *cavallinho de pau*. Por outro lado as senhoras, depois de se divertirem com as criadas, cochichando para passar a tarde calmosa no jardim, catando a cabeça, recolhiam-se, porque já chegára o querido bispo do Algarve: um colosso de tamanho e de cortezia, armado de um par de

famosos oculos verdes. Sentados todos no chão, encruzados, as senhoras á roda, o bispo no meio, resavam o terço e ladainhas; depois vinham os brincos e pulhas, os jogos de prendas, as venetas, em que o prelado era celebre. Todas as senhoras o adoravam, e por isso o feliz era sempre regalado com os doces mais primorosos.

A' hora da ceia os criados gravemente aprumados, com tochas accesas, alumiavam o corredor da sala perfumada com brazeiros e caçoilas. Comiam-se então os guisados doces, gordurosos e pesados, cuja digestão laboriosa esgotava a maxima parte das forças. Por isso, fóra da meza, eram todos grotescos, e, não é injuria dizel-o, idiotas.

O marquez tinha a mania dos relogios: só no quarto de cama havia dez que davam horas e quartos, com assobios, cucos, menuetes e procissões. Toda a casa tresandava a camphora, para defender dos parasitas as curiosidades: obras de conchas e jaspe, marfins, louças, cruzes e santos; toda a casa fedia a alfazema, que se queimava a toda a hora, para varrer os maus cheiros das alcovas que serviam para tudo. O marquez babava-se, e como era enthusiasta de D. João V. celebrava agora a morte de Pombal, falando com volubilidade e calor, no meio de uma chuva de perdigotos.

Amava os saraus; e um sarau é a occasião de vêr de perto os homens e escutar as suas opiniões, as suas idéas. Estava o esperançoso conde de Villa-nova, depois marquez de Abrantes, que tinha uma paixão: acompanhar o Viatico. De dia, de noute, escutava em permanencia, trazendo sem-

pre o criado com a capa encarnada e a campainha de prata; e como ouviu tocar os sinos, foi correndo aos pulinhos, sem dizer adeus, envergando a opa. O herdeiro de Angeja, doido pela janella, de ninguem fazia caso, e pregado contra uma varanda, via de noute a estrada empoeirada, depois de ter observado o dia inteiro a sua rua. O conde de S. Lourenço, que viera com ambos, era asthmatico, portuguezmente obeso, com duas barbas e dois bobos para o distrahirem ás noutes, um bocado, antes do terço; e deixava, por toda a parte onde passava, um rasto de espirros e uma esteira d'esse rapé tão adorado que já no collo se dava ás creanças.

Os *peraltas* e as *franças* ou *secias* falavam agitadamente, com grande mobilidade, agudeza e repentes, em cousas preciosas. Esta era Sol-entre-nuvens; os olhos d'outra Figas-de-Cupido, por serem pretos, Ciumes-da-vista os azues, Traições-á-beata os pardos; os pés chamavam-se Onças-de-neve, as mãos Jasmins-de-carne. As mães sizudas eram Venus-maduras. As meninas, polvilhadas, mosqueadas de signaes. meneavam os leques, mordendo os beiços para encurtar a bocca, ajustando o broche para mostrar as mãos e os anneis. Os *signaes* formavam uma sciencia: o da testa era *magestoso*, o das fontes *discreto*, *apaixonado* o do canto do olho, *atrevido* o do nariz, o da face *galante*, o dos labios *garrido*, o da orelha *tentador*, o da barba *provocante*, e *louquinho* o da aza do nariz. Os signaes traduziam, assim, todo o requinte dos sentimentos amorosos; ao passo que os penteados, em pyras, estrellas, cestos, polvilhados de amido ou diamante, com laços, flôres, fios de perolas e colchetes, fitas, plumas, e *bellezas* ornando a testa ou as fontes, accusavam a extravagancia

pretenciosa e de mau-gosto, do pensamento, da litteratura e da moda, em uma sociedade em decomposição podre. O stoico briche do marquez de Pombal estava condemnado—só resuscitou em 1820 — e o *faceira*, vestido de velludo e seda, camisa de hollanda, chapéu de plumas com presilha e botão de diamantes, sapatos afivelados, cabellos frisados a ferro e empoados, cheio de rendas e presumpção, traduzia na figura o tolo requinte de uma sociedade ignara.

Essas importações francezas adquiriam na musica uma expressão nacional. Emquanto á sociedade de Luiz XV bastava o requinte, o portuguez sensual e grosseiro, *amavioso* de feitio antigo, juntava-lhe a brutalidade e a ternura. A *modinha brazileira* era o encanto doce de uma sociedade licenciosa. Havia mulatos celebres, authenticos, applaudidos nos salões por darem ao *lundum* um accento libidinoso como ninguem: era uma feiticeira melodia sybarita, em languidos compassos entrecortados, como quando falta o folego, n'uma embriaguez de sensualidade voluptuosa.

Não esquecia o Polycarpo, castrado da capella da rainha, que cantava ao cravo, acompanhado por algum frade, organista no seu convento, e mestre de musica nas casas fidalgas; não faltava a tocata de psalterio e harpa hebrêa pelos dois anões, tambem celebres na epocha. Mas o *lundum*, acompanhado á guitarra, ensandecia as meninas:

> Em bandolim marchetado
> Os ligeiros dedos promptos,
> Louro peralta adamado
> Foi depois tocar por pontos
> O doce *lundum* chorado.

Depois do *lundum*, a velha marqueza, alta, com

o rosario de perolas e topazios enrolado no pulso, a cruz de brilhantes pendente, dizia, lembrando-se de outros tempos: «Lá vae!» Era um *mote*, que os peraltas *orates* glosavam. E as meninas, derretidas, applaudiam com affectação: bello! sublime! precioso!

Porém as pessoas graves, os desembargadores e bispos, os monsenhores da Patriarchal e os ministros e padre-mestres das Ordens occupavam-se no gamão ou voltarete, conversando sabiamente nas cousas do tempo. O thema obrigado era a apotheose do piedoso D. João V, a condemnação de Pombal, que se dizia assim: «o Sebastião-José», sentindo-se respeitosamente a fraqueza do rei defunto em se ter deixado governar por tal fórma. Applaudia-se a insistencia dos Tavoras para obterem a rehabilitação, censurando-se os escrupulos da rainha que não queria offender a memoria do pae. Lamentavam-se os pobres jesuitas exilados, e, a proposito, o desembargador Sampaio tirou do bolso e leu, a carta do irmão que escrevia de Urbania: «Já tenho dito 81 missas das 112 que encommendou, e espero carta sua para saber se posso metter alguma das que veem a offerecer, e me servia para as despezas ordinarias; porque estar 112 dias sem receber dinheiro algum de missas, vivendo nós pobremente, dá seu incommodo; accrescendo mais que esta gente, persuadindo-se que nós seremos aqui de pouca duração, querem agora cumprir todos os seus legados, emquanto têm aqui tanto sacerdote: de facto nos vieram agora 950 missas da esmola de 100 réis cada uma».

Ouvida a carta e lamentada a penuria do padre, todos concordaram em que o desembargador devia consentir que o irmão fosse vendendo as suas missas, a tostão, aos de Urbania, para ir comendo.

D'ahi começaram as conversas ponderosas sobre a sorte das victimas do Sebastião-José; e por entre as graves dissertações politicas, em que se discutiam os *empenhos* capazes de mover fulano ou sicrano, vinham incidentemente os casos mais notaveis do dia. Este visitára o *Lausperenne* em S. Roque; aquelle fôra na vespera com os filhos, as meninas á Conceição, os rapazes aos Arrabidos: eram quem livrava de bexigas. Um desembargador possuia, moída em pó, uma perola da rainha defunta: misturada em agua, curava as quartans. Por mãos de outro correra o processo de uma mulher formosa que comia creanças: tomava-as como ama, porque tinha abundancia de leite, e os meninos desappareciam: estava agora na Inquisição, depois de ter devorado mais de vinte.

Este caso fez sensação: trocaram-se perguntas, deram-se explicações, e a proposito d'elle, não se sabe como, levantou-se uma questão de theologia e de historia. O prior de S. Julião ponderava que fôra Henrique VIII em pessoa quem fizera saltar os miolos a S. Thomaz de Cantuaria; e o arcebispo de Thessalonica affirmava, com authoridade, que Luthero era sem duvida alguma a besta designada no Apocalypse.

Passando á religião, occorreram anecdotas freiraticas, e voltou-se a fazer a apotheose do senhor rei D. João V. Fallou-se do milagre do Senhor-dos-Passos da Graça: um judeu que lhe dera uma dentada na perna, ficando os dentes cravados no pau, como se fosse carne. Agora mesmo um mouro se convertera vendo o milagre, e ficára de sacristão em S. Roque. Monsenhor Acciaioli, aos pulinhos, esfregava as mãos, contente e risonho, pela conversão recente de certa ingleza protestan-

to. «Figas, demonio!» e dava estalinhos com os dedos.

Fallar-se do demonio, fez com que se referisse mais uma vez o caso estupendo do convento do Sacramento, em Alcantara: o caso que aterrára Lisboa, pela audacia de Satanaz. Belzebut, sequaz do inferno, entrára em pessoa no convento por uma janella sobre o rio, e seduzira as freiras. (1) Todos, arripiados, com medo das bruxas, tremiam. Talvez, porém, que mais de um desembargador risse comsigo, recordando as vezes que fôra ás *grades* visitar suas primas. Mas a decisão do arcebispo-confessor o primeiro ministro merecia o applauso unanime: as freiras estavam na Inquisição; a janella por onde Belzebut entrára, entaipada; e sobre essa e todas as que dão sobre o rio, mandára o prelado pintar cruzes vermelhas, para afugentar o demonio...

Caso horrendo! e para não irem assim, com tão maus sonhos para a cama, lembraram a *gracinha* dos rapazolas que tinham posto fogo ao convento de Santa Clara, para metter medo ás freiras. — «Para alguma coisa mais..» observou, com benevola malignidade, monsenhor Acciaioli. Eram uns maganões, os rapazolas. Verduras da mocidade.

A' porta, em baixo, esperavam as liteiras e os criados com lanternas, no meio de um borborinho de mendigos leprosos. E, saindo com mesuras, o desembargador dizia — como o corregedor de Vizeu a Link — «Portugal é pequeno, mas é um torrão de assucar!»

No reinado de D. Maria I, apesar da reacção

(1) V. *Syst. dos mythos relig.*, 314-25.

beata e do odio ao Marquez de Pombal, julgava-se necessario continuar o movimento de organisação e fomento do reino. Martinho de Mello, Almada, e outros homens, discipulos de Pombal, proseguiram ainda a sua politica, como o rasto de um navio que passa. D'ahi veiu a fundação da Academia das Sciencias, da Academia de Marinha, a construcção da Cordoaria de Lisboa, além de outras obras.

Projectaram-se tambem estradas; e o primeiro cuidado foi lavrar em Lisboa columnas monumentaes para marcar as leguas. Cada marco tinha um relogio de sol; mas como, ás vezes, a legua acabava á sombra, debatia-se qual era preferivel: errar a medição, ou ficar o relogio de sol sem luz. Por se não chegar a um resultado, deixaram de fazer-se as estradas. Gastaram-se, em compensação, nove milhões de cruzados na construcção do *Convento-novo.*

Apesar de todos os sabios que Pombal importára, a ignorancia continuava na mesma. Um desembargador, conselheiro da fazenda, administrador da Alfandega, negou entrada a uma caixa, vinda de Genova, por haver peste em Marselha: estudando o mappa, e achando só meio palmo entre os dois portos, julgou perto de mais para não haver perigo. Outro desembargador não mandava para o Rio de Janeiro noticias do cerco de Gibraltar (1781), porque, estando-se no Brazil mais perto, as novas seriam mais frescas.

As famosas cabeças desembargatorias eram tão vasias, como vasio de gente era o reino; e documentos de pouco mais tarde (1804) accusam este facto estupendo: ao longo da raia, as Misericordias negociavam com os engeitados da roda dos expostos, vendendo-os aos hespanhoes, a moeda de

ouro por cabeçá, para crias. Essas rodas tinham nascido da necessidade de albergar a numerosa creação dos conventos. Quando a uma parte consideravel da população se impunha o celibato, era indispensavel instituir asylos para os milhares de filhos sacrilegos.

Tal era o Portugal-Bragança, *restaurado*, ao que se disse. Para consolidar uma dynastia, cedeu-se o Oriente aos hollandezes; e se não se perdeu o Brazil, foi porque elle proprio soube defender-se. Depois enfeudou-se o reino aos inglezes; e por cima de tudo isto acceitava-se o santo e a senha dos jesuitas. Quando o Brazil começou a render, D. João V começou a reinar e a gastar. Devorou-se o que ainda restava em Portugal, devorou-se tudo o que veiu da America. Portugal importava, só por Lisboa, 4:000 contos de pão cada anno.

E uma serie de doidos, de maus, ou de idiotas, levados pelo braço dos negociantes jesuitas e inglezes, pupillos de uns, prebostes de outros, disseram-se reis de um reino que era uma sombra, animada por um unico sonho vivo: o Sebastianismo.

D. Maria I endoideceu de todo; e na scena portugueza levantou-se a espessa figura do principe regente, com o seu olhar vago, na immovel contemplação da régia ociosidade, bocejando em permanencia — a assistir com as mãos nos bolsos, indifferente e passivo, ao desabar ruidoso do carcomido edificio da nação. Casou-se com o principe herdeiro dos Braganças uma princeza castelhana, ou napolitana. Enxertou-se no tronco roído de uma familia, sempre esteril e agora moribunda, o rebento da familia orgiaca em cuja seiva corria toda a podridão ardente da Italia do sul. Vieram d'ahi, com um temperamento audaz e um caracter

similhante, os dois filhos que o acaso fez rivaes. Esse cruzamento de sangue concorreu para determinar a nossa longa crise de trinta annos (1808-38), já annunciada pelos éccos da grande revolução de França, já em esboço na dupla phisionomia do paço de Queluz.

Fóra, nos jardins, reinava Carlota Joaquina; dentro, nos salões nús, tristes e sombrios, o principe-regente. Fóra eram festas e esperanças, dentro ironias e tristezas. A princeza tinha uma côrte de aias e criadas hespanholas, e sentada á moda do Oriente n'um tapete de velludo sobre a relva, assistia ás danças voluptuosas da Andaluzia acompanhadas de castanholas, ao som das cantigas sensuaes da Peninsula. Era um jardim da Syria com o seu cortejo de bacchantes, com as suas ruas de limoeiros, de buxo, de murta, folhagem de um verde quente e escuro, quasi carnal; com os repuxos e cascatas presididos por estatuas e grupos da mythologia amorosa dos gregos; com aviarios, encerrando passaros de côres rutilantes que embriagam e gritos stridulos excitantes como a nota selvagem da *malagueña*; com estufas recheiadas de plantas gordas do Brazil, tão extravagantes nas fórmas e nas côres como as talhas e jarras da India e do Japão espalhadas ao longo das ruas mysteriosas. A' noite os bailados, os risos, o canto, o sapateio do bolero e o estalar das castanholas, insinuavam-se em côro pelas avenidas umbrosas onde timidamente luziam as velas ardendo em campanulas de cristal, como estrellas lubricas incitando amantes. O jardineiro preto parecia um eunuco, e os bosques de Queluz, embalsamados pelo aroma das laranjeiras, jardins de uma Armida feia e já em moça mal reputada.

Dentro do paço, habitado pela sombra de um

rei, vagueavam nas salas nuas as sombras de uma côrte. Era um dó, uma tristeza molle sem nobreza. Era uma galeria enorme forrada de espelhos, para augmentar ainda o vago de uma realidade crepuscular. Ao fundo, em pé, o principe dava audiencia a um inglez excentrico e opulento (Beckford) e confessava-lhe tristemente a sua miseria com ironias pungentes. O reino era de frades, mas metade d'elles não estavam em seu juizo. Tudo enlouquecera, tudo emparvecera. E de longe ouvia-se o trovão medonho da França! «A nau do Estado, dizia o principe arcadicamente, naufraga: Deus sabe a que praia irá bater!» E retirou-se o principe como um somnambulo. As velas de cera, enfumadas, tristes e raras, alumiavam sepulcralmente o paço, e nas camaras havia enxames de pretendentes, como os mendigos nas portarias dos conventos. Generaes e magistrados, morgados, capitães-de-navios, nobres e plebeus, triste, passivamente esperavam horas depois de horas, calados, encolhidos com a sombra dos muros. Uma vaga nuvem de tristeza caída envolvia o paço, envolvia a nação, moribunda e silenciosa.

De repente ouviram-se gritos de horror. Que era? Chegára o trovão de França, despedindo raios? «Ai, Jesus! Ai, Jesus!» Era a rainha doida que se estorcia no leito com um accesso de medo. «Ai, Jesus! Ai, Jesus!» Eram as chammas do inferno invadindo o quarto; era o pae, impio cumplice de Pombal, de pé, em cinzas, devorado pelo inferno e ainda vivo, eternamente padecente. Era o pae a cavallo, vestido imperialmente: a magestosa estatua do Terreiro-do-paço, negra, horrida, sobre um pedestal de ferro candente, no meio dos córos de demonios, asseteando-a, perseguindo-a. «Ai, Jesus! Ai, Jesus!»

De joelhos, o principe chorava implorando socego á mãe delirante; fóra, nos jardins, ouvia-se o estalar das castanholas e o grito selvagem da malagueña; e de longe, pelas quebradas das serras, vinha reboando o trovão ameaçador da tempestade franceza, a approximar-se.

II

A invasão franceza

Por toda a parte rebentavam symptomas da gangrena. Não eram só os documentos da inepcia ingenua: eram tambem certos protestos de um espirito revolucionario, que entrava em Lisboa por via maritima, e no reino por intermedio dos sabios e fabricantes estrangeiros importados pelo marquez de Pombal. A intendencia de policia, inquisição politica formada sob o modelo da outra, e confiada ao factotum Pina Manique, farejava e perseguia. As *moscas* do intendente não cessavam de zumbir por toda parte; e como ainda hoje na Russia, a policia formava um poder do Estado, absoluto, irresponsavel. O intendente percorria as cadeias, sentenciando verbalmente os presos, sem processo; dava buscas ás casas, confiscava, deportava; e na sua propria moradia tinha segredos e prisões, para os réus de maior peso. A segurança da capital exigia absolutamente os meios violentos. Havia combates á facada e a tiro pelas ruas, e os ladrões andavam organisados em quadrilhas que se batiam com a policia em formaes pelejas. Mas a policia não se occupava só da segurança: era principalmente um instrumento de perseguição reaccionaria.

Nem por ser tyranna, deixava, porém, de ser burlesca. As *moscas* prenderam, mais de uma vez,

rapazes, para os casar ou metter a frades, conforme as ordens da familia poderosa; e o caso de M.me de Entremeuse, entre outros, deu muito que rir e falar. Incommodada pelas exigencias da alfandega, ao chegar a Lisboa, protestára, alto e bom som. Foi presa: porque? por desrespeito? não; mas porque não se julgou que uma mulher podésse falar alto, e suspeitou-se que o trajo encobria um *jacobino*. Prenderam-na para vêr se era effectivamente mulher, e como o fosse, logo a soltaram.

O medo dos *jacobinos* era o unico sentimento forte dos ultimos annos do seculo passado, e do principio d'este. Por toda a parte se descobriam emissarios da convenção franceza, franco-mações, apostolos da impiedade revolucionaria. Bocage foi preso, Ratton foi banido do reino. O bispo do Algarve, confessor da rainha, queria que o episcopado portuguez excommungasse em massa a França revolucionaria. «Os cafés, dizia a Intendencia, são clubs onde se prégam aquellas liberdades que têm adoptado os taes chamados philosophos modernos». Sabia-se que na Madeira se tinha aberto a primeira loja maçonica, por via de um emissario do grão-mestre de Orleans; e a um corregedor enviado a essa ilha recommendava Pina Manique: «Aquelle que v. m. vir de sapatinho bicudo e mui brunido, atilhos nos calções, com gravata por cima da barba, collarinho até meias orelha, cabello rente no toitiço e tufado sob a moleirinha com suissas até aos cantos da boca (o retrato do nosso futuro jacobino de 20) — agarre-me logo d'elle, tranque-m'o na cadeia carregado de ferros, até que haja navio para ó Limoeiro: é illuminado ou pedreiro-livre!» A divisão auxiliar ingleza, que viera em 1797, espalhára as lojas de pedreiros-livres pelo reino. Já não era raro vêr

nas ruas luvas e laços de côres suspeitas, *cocares*, *fitas*, da liberdade. O livreiro Borel tinha vendido mais de 10:000 exemplares da constituição franceza traduzida em portuguez, e 12:000 folhinhas do Père-Gérard. A policia conhecia os principaes propagandistas das novas idéas, e os logares onde elles se reuniam. A loja de capellista da rua do Amparo, debaixo do convento de S. Domingos, era um *club*; era-o o café dos Romulares; era-o sobretudo a Praça-do-commercio, onde se reuniam os estrangeiros: Lecenei, negociante francez, Rubie, Guillon, Macé, fabricantes e artifices. No Tejo carregavam-se armas e munições, em navios que se dizia irem para a Hollanda, e saíam para França, onde a *Convenção* se defendia da Europa colligada. O ministro e o consul da America do norte, o Kantzow agente da Suecia, o Lebzeltern enviado da Austria, favoreciam o contrabando de guerra e fomentavam a propaganda! Não eram porém só estrangeiros: eram nacionaes que assim prégavam a abominação *jacobina*. O duque de Lafões reunia os neophitos na sua quinta dos *Alfinetes*, a Braço-de-prata; e na propria Academia das Sciencias, ao Poço-dos-negros, hospedava o emigrado Broussonet, ex-secretario de Necker, em quem o intendente via um commissario da *Convenção*. Para o duque se descobrira na Alfandega uma caixa com os livros *perigosos* e *incendiarios* de Reynal, de Brissot, de Voltaire. O abbade Correia-da-Serra, valído do duque, era um infatigavel propagandista, e por sua mão corriam secretamente manuscriptos de obras sediciosas: era, dizia o intendente, o primeiro dos *bota-fogos*.

Um rumor surdo de tempestade começava a ouvir-se; presentia-se um segundo terramoto. Não podia ser tão medonho como o anterior, porque

tudo baixára, tudo estava derreado pela podridão. Mas na inercia do nosso cemiterio nacional, as noticias aterrando o portuguez, fiel ao throno e ao altar, eram commentadas com os casos da França, onde o mundo acabava. A rainha, o rei e o melhor do reino tinham morrido no patibulo; Robespierre fôra o primeiro Ante-christo; e agora, sobre o seu cadaver, vinha á frente de exercitos invenciveis o segundo, a derramar por todo o mundo o clamor do ultimo dia.

Quem resistiria ao destino armado? quem faria face a Napoleão, cuja cohorte atravessára a Hespanha, e pisava já o solo portuguez? Não seria o principe-regente, nem a rainha doida, nem as altas classes ensandecidas, nem o povo faminto, indifferente, sebastianista. A' voz do verdadeiro Ante-christo portuguez, que foi Junot, desabou tudo por terra! A nação, roída nos ossos pelo termita infatigavel, o jesuita, nem já era o esqueleto: era apenas o pó de um cadaver.

Tres seculos antes, Portugal embarcára, cheio de esperanças e cobiça, para a India; em 1807 (novembro, 29) embarcava um prestito funebre para o Brazil. A onda da invasão varria deante de si o enxame dos parasitas immundos, desembargadores e repentistas, peraltas e secias, frades e freiras, monsenhores e castrados. Tudo isso, a monte, embarcava, ao romper do dia, no caes de Belem. Parecia o levantar de uma feira, e a mobilia de uma barraca suja de saltimbancos fallidos: porque o principe-regente, para abarrotar o bolso, com louras peças de ouro, seu enlevo, ficára

a dever a todos os crédores, deixando a tropa, os empregos, os criados, por pagar.

Desabava tudo a pedaços; e só agora, finalmente, o terramoto começado pela natureza, continuado pelo marquez de Pombal, se tornava um facto consummado. Os cortezãos corriam pela meia noute as ruas, offegantes, batendo ás lojas, para comprarem o necessario; as mulheres entrouxavam a roupa e os pós, as banhas, o gesso com que caiavam a cara, o carmim com que pintavam os beiços, as perucas e rabichos, os sapatos e fivelas, toda a frandulagem do vestuario. Era um afan, como quando ha fogo; e não havia chôro nem imprecações: havia apenas uma desordem surda. Embarcavam promiscuamente, no caes, os criados e os monsenhores, as freiras e os desembargadores, alfaias preciosas e moveis toscos sem valor, nem utilidade. Era escuro, nada se via, ninguem se conhecia. Os botes formigavam sobre a onda sombria, carregando, levando, vasando bocados da nação despedaçada, farrapos, estilhas, aparas, que o vento secco do fim dispersára n'essa noute calada e negra.

Muita gente, por indolencia, recusava ir; outros preferiam o invasor ao Bragança que fugia miseravel e covardemente: ao herdeiro de reis, que jámais tinham sabido morrer, nem viver. Mais de um regimento desobedeceu aos chefes que o mandavam embarcar; e muitos, vendo a debandada, se dissolveram, deixando as armas, dispersando. Outros embarcavam: chegavam ao portaló dos navios já repletos, e voltavam para terra, aborrecidos e enjoados de tanta desordem, de tão grande vergonha.

O principe-regente e o infante de Hespanha chegaram ao caes na carruagem, sós: ninguem

dava por elles; cada qual cuidava de si, e tratava de escapar. Dois soldados da policia levaram-nos ao collo para o escaler. Depois veiu n'outro coche a princeza Carlota Joaquina, com os filhos. E por fim a rainha, de Queluz, a galope. Parecia que o juizo lhe voltava com a crise. «Mais devagar! gritava ao cocheiro; diriam que fugimos!» A sua loucura proferia com juizo brados de desespero, altos gritos de raiva, estorcendo-se, debatendo-se ás punhadas, com os olhos vermelhos de sangue, a bocca cheia de espuma. O protesto da louca era o unico vislumbre de vida. O brio, a força, a dignidade portugueza acabavam assim nos labios ardentes de uma rainha doida!

Tudo o mais era vergonha calada, passiva inepcia, confessada fraqueza. O principe decidira que o embarque se fizesse de noute, por ter a consciencia da vergonha da sua fuga; mas a noticia transpirou, e o caes de Belem encheu-se de povo que apupava os ministros, os desembargadores, toda essa relé de ineptos figurões de lodo. E — tanto podem as idéas! — chorava ainda pelo principe, que nada lh'o merecia. D. João tambem soluçava, e tremiam-lhe muito as pernas que o povo de rastos abraçava.

A esquadra recebera 15:000 pessoas, e valores consideraveis, em dinheiro e alfaias. Levantou ferro na manhã de 29, pairando em frente da barra até ao dia seguinte, ás 7 horas, que foi quando Junot entrou em Lisboa. Os navios largaram o panno, na volta do mar, e fizeram prôa a sudoeste, caminho do Brazil. Emquanto a esquadra esteve á vista, pairando, os altos da cidade, d'onde se descobre o mar, appareciam coroados de povo mudo e afflicto. As salvas dos navios inglezes que bloqueavam o Tejo troavam lugubre-

mente ao longe. O sol baixava, a esquadra perdia-se no mar, ia-se toda a esperança, ficava um desespero, uma solidão... Soltou-se logo a anarchia da miseria, e na vespera da chegada do Ante-christo, Lisboa correu risco de um saque.

Napoleão estava burlado. O principe D. João, a bordo com as mãos nos bolsos, sentia-se bem remexendo as peças de ouro: ia contente com a sua esperteza *saloia*, unica especie de sabedoria aninhada no seu gordo cerebro. Bocejava ainda: mas porque o enjôo começava com os balanços do mar. E' o que succede á historia, com os miseraveis balanços do tempo: vem o enjôo incómmodo e a necessidade absoluta de vomitar.

Este desenlace burlesco tivera condignos precedentes.

Alliados aos hespanhoes, ainda então inimigos da França, tinhamos feito a guerra á republica franceza, entrando na campanha do Roussillon (1793), que terminou com o tratado de paz de julho de 95, seguido pela alliança offensiva e defensiva da França e da Hespanha, um anno depois. Godoy, que devera á paz o principado, reinava em Hespanha, onde era o instrumento da politica da nação sua visinha. Nós eramos o instrumento da Inglaterra, no seu duello com a Republica. Essa aventura do Roussillon acabou de arruinar os miseraveis restos do nosso commercio maritimo. Nos annos de 93-6 os francezes aprezaram-nos cerca de 200 navios, no valor de mais de 10:000 contos. As nove náus que armámos, apodreceram sem honra nas docas de Portsmouth.

Em 96, tinhamo-nos declarado neutraes, mas

como não podiamos evitar a protecção amiga imposta á força pelo inglez, a declaração era ociosa.

Em 801, a França, já então dirigida por Napoleão, ordena á Hespanha que nos declare guerra; e logo em maio o principe da Paz, Godoy, invade o Alemtejo. A Inglaterra, invocada por nós, não se move. O conde de Pombeiro escrevia de Londres: «Nenhumas diligencias para salvar Portugal, nenhumas tropas destinadas, dinheiro escasso. Outros objectos lhe doem mais. — A Inglaterra está feita o odio das nações, e a popularidade está do lado dos francezes».

O duque de Lafões que tinha 82 annos, e Forbes, da mesma edade, commandaram o exercito, para o deixarem ser constantemente batido. O duque não esperava, nem queria outra cousa. Era o epigramma vivo de uma sociedade podre. Rindo, observava ao hespanhol que o atacava, a desnecessidade de se baterem. «Para que? Somos duas mulas de carga. As esporas da França fazem andar a Hespanha; as da Inglaterra fazem-nos andar a nós. Já que o mandam, pulemos: que se ouçam os guisos, pois que é necessario — segundo dizem. Mas, por amor de Deus! não nos façamos damno: rir-se-hiam demasiado á nossa custa!» E assim combinaram os dois, vencer e ser vencido. Esta ultima foi, nem podia deixar de ser, a sorte de Portugal. Tudo estava desorganisado: os quadros incompletos, as fortalezas desmanteladas. Mertola nem tinha portas. O hespanhol entrou como por sua casa; tomou posse de Olivença e Juromenha (20 de maio); ganhou o combate de Arronches (29); o de Flor-de-Rosa (4 junho); fingindo perseguir o exercito que retirou para Abrantes. O duque era demittido dos seus cargos, escarnecido em pasquins, elle que levára a rir com

motivo dos burlescos personagens da corte: — «Alviçaras a quem achar um menino de 82 annos que se perdeu entre Portalegre e Abrantes!» — Campo-Maior entregou-se em 6 de junho; e n'um mez apenas, terminava a campanha, se tal nome convém a essa miseria. Assignava-se a paz com a Hespanha (8 junho), e com a França (29 de setembro), perdendo-se para sempre Olivença.

Em 1804 Napoleão fez-se imperador, empenhando a sua corôa no duello com a Ingaterra. A precaria situação de Portugal desde o estabelecimento dos Braganças, por ser forçado a optar por um dos contendores da influencia na Peninsula; essa situação que impedia a neutralidade em todos os conflictos europeus — a historia o prova — desde que o reino não tinha em si força para a defender; essa situação ruinosa, e que veiu, em menos de dois seculos, a mirrar de todo a nação para conservar uma dynastia de procuradores de interesses estrangeiros; essa situação definiu-se no principio do seculo actual de um modo que forçou o monarcha a fugir demittindo-se, e a nação a protestar insurreccionando-se.

Entre a Inglaterra que não admittia a hypothese de prescindirmos da sua protecção, e a França que exigia de nós, depois da paz de 1801, o entrarmos na liga franco-hespanhola contra a Inglaterra, Portugal debatia-se n'uma impotencia absoluta, vasio de força, de intelligencia, de audacia. Eramos uma pella jogada entre os dois luctadores; e o principe-regente, na sua inepcia, esperava cudilhal-os a ambos com a esperteza *saloia* do seu caracter.

A França exigia d'elle que declarasse a guerra a Inglaterra dentro do prazo de vinte dias, que fechasse os portos aos navios inglezes annuindo ao

bloqueio continental, que juntasse os seus navios ás esquadras combinadas franco-hespanholas, que sequestrasse todas as propriedades inglezas e prendesse todos os subditos britannicos.

Como havia de o principe annuir a isto, se por seu lado o inglez, para o proteger, guardava a costa com uma esquadra? Mas, como podia lançar-se-lhe nos braços, se a Inglaterra declarára que, á invasão de Portugal pela França, responderia a occupação do Brazil pelas forças britannicas? Quando o seu defensor affirmava que o saquearia para o defender, como havia de o principe-regente acceitar o auxilio offerecido?

Fez o que pôde. Fechou os portos, sequestrou as propriedades dos inglezes; dizendo-lhes ao mesmo tempo, em segredo, que não era a valer, que seriam indemnisados, que se tratava apenas de amansar Napoleão — a vêr se o despota o deixava ir arrastando em paz a sua vida ociosa de innocente principe.

Resultou d'esta solução o que era de esperar. Napoleão não se illudiu: dictou o tratado de Fontainebleau com a Hespanha (1807, outubro), para pôr fim a Portugal. A Inglaterra, reconhecendo a necessidade imperscriptivel de nos defender, tomou posse da Madeira e ordenou á Companhia das Indias que occupasse Gôa. Portugal, acabava; e o principe-regente adoptou a decisão de se demittir, escapando para o Brazil. Talvez no outro mundo o deixassem em socego. Em 1810, o inglez foi ter com elle, para o proteger na America pelo mesmo modo por que o protegera na Europa. (1)

O tratado de Fontainebleau — em virtude do qual Junot atravessou a Hespanha para occupar

(1) V. *O Brazil e as colon. port.* (2. ed.) pp. 98-100.

Portugal — dispunha a divisão do reino em tres Estados. O de Entre-Douro-e-Minho, com o nome de Lusitania setentrional, seria dado á rainha da Etruria, expropriada pela nova constituição da Italia. O sul do Tejo, chamado principado dos Algarves, indemnisaria Godoy, pagando-lhe os seus bons serviços. Traz-os-Montes, as Beiras e a Estremadura ficariam, como penhor, nas mãos do imperador, podendo eventualmente reverter á casa de Bragança, se ella de futuro se mostrasse docil e submissa.

Talvez nenhum dos actos de Napoleão mostre tanto como este o desvario da sua politica.

Quando o principe-regente se soube perdido e ameaçado com uma viagem de mezes, tão incómmoda, até ao Brazil, mandou que o rojassem de rastos aos pés do terrivel despota, pedindo perdão, e offerecendo tudo para ganhar o seu socego. Estava pelo que quizessem; e até dava o seu primogenito para marido da filha do sargento Junot. Tanta baixeza avigorava o plano de Napoleão.

Junot passou a fronteira de Portugal em 20 de novembro (1807), e dez dias depois entrava em Lisboa: o principe escapára. A rapidez da marcha, a temeridade da aventura, provavam parcialmente inuteis. Foi necessario que a regencia se lançasse de joelhos pedindo misericordia, para que a colera do soldado burlado nos seus planos não rebentasse violentamente. Ao mesmo tempo que os francezes occupavam Lisboa, os hespanhoes entravam em Setubal, tomando posse do sul em nome do principe da Paz, e no Porto, apoderando-se do norte em nome da rainha da Etruria.

Junot em Lisboa lançava a mão sobre a esquadra que ficára no Tejo, fortificava a barra contra os inglezes. Em Madrid, Godoy mandava cunhar moeda com a sua descarada effigie: ***Dux Algarbio-***

rum. Tudo se curvava, a começar pela regencia. O cardeal Mendonça, patriarcha de Lisboa, chamava a Napoleão o Prodigio, o grande imperador eleito por Deus para fortuna dos povos!» No primeiro de fevereiro de 808 Junot supprimiu por fim a regencia, tomou conta do reino em nome de Napoleão. Godoy e a rainha da Etruria estavam burlados, e havia muito que em Portugal, por odio aos hespanhoes, preferisse a monarchia de Junot. O sebastianismo appareceu como sempre. Napoleão era o *encoberto*; o Bandarra prophetisára o N e a aguia:

> **Ergue-se a aguia imperial**
> **. . . . .**
> **Faz o ninho em Portugal.**

Junot podia querer um reino, mas Napoleão queria um saque, uma contribuição de 18:000 contos, a pelle de um cadaver, a prata das egrejas, uma rapina universal. Queria o resto das forças vivas da nação, e os soldados que foram nobremente combater em Wagram, em Smolensko.

Decerto ninquem applaudia a rapina, mas já que o Bragança fugira, deixando o reino viuvo, o reino podia esposar o Junot — que lhe promettia dois Camões; um á Beira, outro ao Algarve. Tratou-se de reunir os Estados — as *côrtes-de-Lamego*, para acclamar o rei francez. E quem sabe se, a não ser a Inglaterra, nos teria succedido como á Suecia?

As guarnições hespanholas do Porto, de Setubal, protestavam. A reacção contra os francezes lavrava para além da raia, e em junho (11) Sepulveda levantou-se em Tras-os-Montes; em 19 installou-se uma junta no Porto. Ao mesmo tempo

(1) o Algarve rebellava-se em Olhão; e o protesto descia de um lado pelo Alemtejo, do outro pela Beira e pela Estremadura. Balsemão foi mandado do Porto á Inglaterra pedir auxilio, e no dia de *Corpus* em Lisboa, Junot, cercado por uma sublevação geral do reino, correu o risco de um levantamento da capital. O inglez vigiava, do seu posto das Berlengas, com a esquadra guardando a costa, esperando o momento. Vellesley e 9:000 homens desembarcam em Buarcos no 1.º de agosto. A divisão portugueza de Bernardino Freire com 8:000 homens reuniu-se-lhe. Depois chegaram os 13:000 de Spencer, e venceu-se o combate da Roliça (17). Em 21 ganhou-se a batalha do Vimeiro; e em 30, Junot, cercado e batido, assignava a capitulação de Cintra. Convém notar que n'ella se entendiam a Inglatterra e a França, por via dos seus generaes: nem Portugal, nem a Regencia, figuravam em cousa alguma!

Eramos o instrumento, o servo, a *mula de carga* da Inglaterra, desde que ella nos arrebatára das mãos do francez, Beresford, nomeado general do nosso exercito, foi de facto um proconsul, um rei. Instituiu-se, comtudo, uma nova Regencia, por amor da fórma; e o inglez arregimentou toda a gente portugueza, para com ella bater Napoleão na Peninsula. A Inglaterra, que por toda a parte salariava já os exercitos inimigos da França, descobrira em Portugal um processo melhor e mais barato. A nação, bem comprimida, deu ainda 60:000 homens: o portuguez soube ainda ser soldado. Soult, Massena, vieram e foram batidos. Mas Wellington, que fizera das linhas de Torres o baluarte d'onde partiu a ruina do imperio francez, deixára todo o reino aberto á devastação; porque o pensamento do inglez não era defender

Portugal, mas sim destruir Napoleão com os soldados portuguezes.

O imperio foi, com effeito, vencido; mas Wellington em pessoa lamentava os feitos das suas tropas: «E' uma canalha insupportavel, dizia, que tem saqueado o paiz do modo mais terrivel». Como no tempo de D. Fernando, como no tempo de D. João IV e de D. Pedro II, os nossos alliados inglezes faziam-nos maior mal do que os inimigos, hespanhoes ou francezes.

As depredações d'estes, no calor das invasões, tinham sido atrozes; mas o inglez possuia a arte de ir, fria e systematicamente, saqueando toda a vida (exercito permanente de 60:000 homens) e todas as migalhas da antiga opulencia portugueza. O seu auxilio estrangulava-nos, vasando-nos o bolso e saqueando-nos para nos salvar.

A ultima invasão, a de Massena, em 1810, excedera, porém, as duas anteriores em ferocidade. O caminho do exercito francez, atravez da Beira, era um fundo sulco de ruinas alagadas em sangue. Houve gente esquartejada a machado; houve requintes de barbarie selvagem. No Rego-da-Murta penduraram um homem n'uma arvore, e assaram-no vivo. Em Taperra cortaram os tendões das pernas a um velho tropego e abriram-lhe as veias. Por toda a parte queimavam os celleiros, destruindo os grãos: só em Arega se perderam 12:000 moios. A gente de Coimbra e seus arredores fugira para as montanhas vagueando nos pinhaes: foi cercada e condemnada á morte, salvando-se dos fusilamentos por dar tudo o que tinha em joias, ouro, dinheiro. Os registros, decerto incom-

pletos, accusam, só no bispado de Coimbra, 3:000 assassinatos, mais de 1:000 casas e 20 logares queimados e saqueados.

Por seu lado o inglez, «insupportavel canalha» de tropas auxiliares; o inglez que, desde 1640, e principalmente desde 1703, reinava mercantilmente sobre a inepcia portugueza; o inglez, que agora tinha em Portugal uma cousa sua, um Gibraltar e um exercito, sentia ainda o appetite de acompanhar o principe-regente ao Brazil, para o *defender* na America, apropriando-se do resto do imperio e da riqueza nacional.

Uma semana apenas, depois de chegar, o principe-regente, aconselhado pelo seu protector, abriu os portos do Brazil ao commercio de todas as nações amigas: euphemismo de boa economia que queria dizer — á Inglaterra. Ainda assim não lhe bastava isto, a ella que na Europa tanto se esforçava por conservar o morgado bragançáo. Exigia a paga, e obteve os tratados de 1810 (19 de fevereiro). Mais uma vez a dynastia vendia o reino, como Ezaú a primogenitura; mais uma vez, depois de tantas, o Bragança, para conservar o throno, sacrificava o paiz. A Inglaterra reconhecia, mais uma vez, os seus humildes vassalos, que se compromettiam a consentir as reparações dos navios inglezes nos portos do Brazil; a conservar em todos os dominios da corôa o fôro e jurisdição especial dos inglezes; a favorecer os generos inglezes nas alfandegas das colonias com o direito de 15 % *ad valorem*, isto é, 9 % menos do que os das outras nações: ao passo que a Inglaterra só daria aos generos portuguezes o direito da nação mais favorecida. Além d'este monopolio commercial que a Inglaterra creava para si, uma theoria platonica, liberal e sentimental, que então

seduzia a patria de Wilberfoce, impunha uma ultima condição: abolir o trafico dos negros.

A consequencia d'estes tratados era de vêr, e desde logo se viu. O commercio, a industria portugueza ficaram de todo arruinados. De 1796 a 1807, a exportação de manufacturas portuguezas para as colonias subira a 94 milhões de cruzados: nos dez annos seguintes é de 2 milhões, apenas. Em eguaes periodos, o Brazil manda para Portugal generos no valor de 353 milhões de cruzados, antes, e de 189 depois; e a exportação portugueza, que fôra de 300 milhões, baixa a 159. Em 1806 tinham sido reexportados de Portugal 14 milhões de generos brazileiros; em 1819 eram-no sómente 4. Em 1805 tinham entrado no Rio 800 navios portuguezes; em 1820 entraram 200 apenas. O rendimento das alfandegas baixava 4 ou 5 mil contos. Wellington dizia abertamente que era a ruina de Portugal.

Arruinada no fim do XVI seculo, e perdida a independencia, a nação arrasta uma vida pedinte e miseravel no XVII seculo, á mercê da Europa e das suas intrigas de equilibrio. No seculo XVIII o rendimento do Brazil vem dar riqueza a um paiz desolado e despovoado; e agora, de facto perdida outra vez a independencia — se alguma houve realmente, a não ser durante o reinado do marquez de Pombal — perdia-se com ella o thesouro portuguez. No fim do XVI seculo, era o desabar do imperio ultramarino que fazia caír por terra a nação. A dynastia de Aviz soube acabar heroicamente. O D. Sebastião de agora, o D. Sebastião dos Braganças, sabia fugir em vez de morrer; sabia apenas sacrificar tudo para se salvar a si, como fizera o avô, D. João IV. Por tudo isto, o ultimo homem dos de Aviz deixou no coração do

povo um rasto de luminosa saudade, e o ultimo homem dos Braganças deixou apenas aquelle enjôo que provoca o vomito...

Quando Napoleão caíu e voltou a paz, deu-se o balanço á fortuna portugueza. Era um sudario de miseria e solidão. De 1807 a 14 a população baixára de meio milhão: um quarto do que fôra. Não havia quem trabalhasse: Beresford fizera soldados todos os que não eram frades, nem desembargadores, nem conegos e capellães cantores, ou castrados. Não havia cultura, nem industria, nem gado, nem pesca. De cada 2:000 recrutas só ás vezes dois sabião lêr. Até ao principio do seculo, com uma população de um quarto maior, bastava importar por anno 10 milhões de cruzados de trigo: agora necessitavam-se 40, e mais 23 de bacalhau, n'um paiz que é uma faxa maritima e piscosa. A desgraça crescia de anno para anno, 19 era muito peior do que 18. Em Lisboa e Porto tinham entrado menos 416 navios, tinham saído menos 238. As importações de fóra baixavam de 49 a 37 milhões; as exportações de 42 a 26. Para o Brazil, em 18, tinham ido 20 milhões de generos, em 19 iam só 16; tinham vindo 24 milhões, vinham 19 apenas. No congresso (1821, fevereiro) lamentava o ministro, ainda sectario do equilibrio economico pombalino, que o *deficit* total da balança do commercio portuguez fosse de 21 milhões de cruzados. As finanças arruinadas reproduziam o estado da industria, do commercio. Custava a casa real por anno, apesar do rei estar ausente, 260 contos; e só por si as cavallariças absorviam 80. O *commissariado* consumia mais de 1:200 contos; e ao mesmo tempo que os operarios das fabricas de Portalegre e da Covilhan pediam esmola, o *deficit* do orçamento annual chegava a 2:000 contos.

III

1820

Tornou-se moda, para muitos, escarnecer da revolução de 20, pela sua fraqueza, pelas suas illusões, sobretudo pelo seu mau exito. Os democratas *pé-de-boi*, gravemente hirtos nas suas gravatas altas — como os retratava Manique — solemnes nos modos, afogados em rapé, couraçados de direito romano, e tratando os velhos monarchas por *senhores reis*, formaram um typo de que muitos riram, e riem. «Mandaram, disse Herculano, a D. João II e a D. João III, nos seus tumulos, o codigo do absolutismo e a bulla da Inquisição. Queimaram profusamente a cera e o azeite em illuminações brilhantes, vestindo-se de briche nacional, horrorosamente grosseiro e bastante caro. Foi um tiroteiro de banquetes, procissões, foguetes, dircursos, arcos de triumpho, revistas, *Te-Deum*, eleições, artigos de jornaes e salvas de artilheria. Todos os dias havia novas festas, e babavam-se por ellas. Era um salseiro de hymnos, sonetos, canções, dramas, córtes de fato, e fórmas de sapatos liberaes. (Foi então que appareceu nas cabeças portuguezas o *chapeu alto*, revolucionario). Multiplicavam-se as lojas maçonicas: os tolos iam lá gastar dinheiro em honra do Supremo Architecto do Universo, e os espertos comer-lh'o em honra do mesmo Architecto. Reuniram-se as côr-

tes. Fez-se uma constituição pouco mais ou menos republicana, mas inteiramente inadequada ao paiz. Repetiram-se, palavra por palavra, traduzidos em portuguez, ou cousa semelhante, os discursos mais celebres do *Choix des rapports*, ou as paginas mais excentricas de Rousseau e de Bentham. O povo espantava-se de se achar tão grande, tão livre, tão rico, em direito theorico: porque, na realidade, nos factos materiaes, palpaveis da vida economica, as cousas estavam pouco mais ou menos na mesma».

Com effeito, assim succedeu; mas a sinceridade das illusões é ainda o que mais nobilita os homens. Os revolucionarios de 1820, imbuidos das chimeras jacobinas que a invasão franceza propagára em Portugal, (1) foram nobres; mas — triste força é confessal-o — foram um tanto ridiculos. Cegava-os a idolatria da liberdade, ao mesmo tempo que os accendia o desejo de serem um novo Pombal, uma segunda Convenção. Eram apostolos, quando a miseria publica não deixava ter ouvidos para dissertações, e só podia ser convencida por factos duros e crueis. Nem Moura, nem Fernandes-Thomaz, nem Borges Carneiro, os radicaes, os voltairianos tinham pulso para tanto. O plano das suas reformas, dominado pelos principios naturaes-utilitarios da eschola de Rousseau e de Bentham, nem por isso deixava de reconhecer as necessidades do paiz; mas o seu erro foi pensar — era, é ainda o erro da eschola — que os povos podem converter-se e mudar de temperamento á voz dos apostolos, e que a simples evidencia da verdade basta para afastar os peccadores dos seus erros, para convencer e levar á abdicação das clas-

(1) V. *Hist. da civil. iberica* (3.ª ed) pp. 304 e segg.

ses dominantes, e ao dominio as classes escravas e passivas.

As côrtes supprimiram a antiga legislação municipal, judicial e fiscal, aboliram as jurisdicções senhoriaes e ecclesiasticas, crearam o jury para as causas crimes e civeis, substituiram as camaras municipaes por conselhos electivos, chamaram ao dominio publico as propriedades das prelaturas, canonicatos e beneficios ecclesiasticos, tributaram as rendas das corporações religiosas, extinguiram varios mosteiros, prohibiram os votos, chamaram ao fundo nacional os bens da corôa e ordens, destinando-lhe o producto para amortisação da divida nacional. Tudo isto, ou pouco mais ou menos isto, fez Mousinho da Silveira em 34: porque vingou depois, e não vingou em 1820? Por dois motivos. Agora, legislava-se: mais tarde houve uma espada para o impôr, e uma victoria para o consagrar. (1) Agora, o rei estava ausente, vivas, pois, todas as esperanças de restauração do antigo regime, e viva ainda, tambem, a esperança de readquirir o Brazil, á custa do qual esse antigo regime podia conservar-se em paz e socego. Depois, a lenta decomposição que durava quasi tres seculos soffrera a ultima crise; o rei estava á frente da revolução, como um tyranno da Antiguidade; e o Brazil, decididamente perdido, obrigava a uma partilha dos bens das corporações parasitas, impunha o regime da porção congrua, impunha as reformas, com as exigencias duras da miseria sem esperança.

As côrtes aboliram a Inquisição, de facto acabada pelo marquez de Pombal, e convidaram D. João VI a voltar a um reino onde formalmente lhe

(1) V. *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) 1. pp. 390 e segg.

negavam o exercicio da realeza: na constituição, o rei sem *veto*, era uma simples imagem. Para que o queriam? porque não proclamavam de uma vez a republica? Porque a maioria era ainda sincera e ingenuamente monarchica; e porque se considerava a volta do rei indispensavel á realisação do projecto de reconducção do Brazil á fructifera condição antiga de colonia — a mais viva de todas as questões pendentes.

N'ella, como sempre, as côrtes demonstraram a sua incapacidade, o contradictorio das suas idéas, a arrogancia das suas palavras, a debilidade das suas acções. O Brazil, a que a residencia da côrte, os seus decretos abrindo-lhe os portos, os tratados de 1810, finalmente, tinham dado uma independencia de facto, já consagrada pela logar-tenencia do herdeiro da corôa que D. João VI lá deixára: o Brazil só pedia que as exigencias reaccionarias de Lisboa o impellissem a proclamar a independencia, seguindo o exemplo das colonias da Hespanha. As côrtes satisfizeram amplamente esse desejo. Decretaram a abolição de todas as authoridades centraes do Rio de Janeiro, devendo os governadores das capitanías entender-se directamente com a mãe-patria. Os 14 districtos, em que a colonia estava dividida, seriam outras tantas colonias; e esperavam as côrtes que a destruição da unidade e a volta de D. Pedro para o reino, formalmente exigida, permittiriam restabelecer pouco a pouco o antigo estado. Esta esperança era tão chimerica como eram absurdas as exigencias: o Brazil proclamou-se independente (maio-agosto, 1822) e D. Pedro, em vez de voltar, fez-se seu imperador. (1)

Os decretos das côrtes (setembro, outubro, 1821)

(1) V. *O Brazil e as colonias port.* (2.ª ed.) III, 1.

eram arrogantes; os seus actos, porém, eram nenhuns, nem força tinham para serem alguma cousa.

Abolindo os tratados de 1810, repellindo a alliança ingleza, e elevando ao duplo os direitos sobre as manufacturas britannicas, as côrtes, cujo radicalismo tornára Portugal suspeito a toda a Europa já restaurada á monarchia, creavam para si uma situação desesperada, sem auxilio fóra do reino, sem apoio dentro d'elle, porque feriam as altas classes, e porque o povo, surdo e passivo, nem entendia, nem se movia em defeza dos seus representantes: nem queria saber de *carcundas* nem de *empertigados*. No seu proprio seio tinham as côrtes a causa da sua impotencia: eram um amálgama de illusões radicaes, de paixões declamatorias, de um *pastiche* classico, pseudo-romano; eram Brutos de papel, e Catões pintados, Annibal, Scipião, Mario o perpetuo consul, o triumphador Pompeu, ou Camillo o *supersticioso* — como a moda os construia no principio do seculo, nas odes, nas tragedias, nos quadros, nas mobilias; eram arremedos de Robespierre e de Pombal; eram montes de ignorancia pratica e ausencia de espirito administrativo: eram, sobre tudo isso, representantes das tradições nacionaes, e votavam um horror piedoso aos pedreiros-livres, um profundo respeito aos *senhores reis*, e tinham uma grave opinião sobre as bellezas do estado natural e dos direitos do povo.

Da confusão d'estas cousas disparatadas nascia a impotencia das côrtes. Em agosto (1820) rebentára a revolução, depondo a regencia e creando um governo provisorio (setembro), proclamando a constituição hespanhola de Cadiz (novembro), e reunindo um congresso que levou quatro mezes a votar as bases da constituição nacional. Em junho (21) regressou D. João VI a Lisboa e foi maltra-

tado, insultado. Intimaram-lhe a hora a que podia desembarcar; prohibiram-lhe que trouxesse para terra os valídos, o Maciel, o Targini, os Lobatos; prohibiram que os fieis subditos beijassem a mão papuda do seu soberano. Um anno durava já a revolução, e apenas poucos paragraphos da constituição estavam votados. A inepcia de facto, sob uma agitação apparente, o inchado das phrases e a innocencia das medidas, traduzia a falta de cohesão da assembléa, que decididamente se apresentava, cada vez mais, como o fructo pecco de uma arvore carcomida, como um phenomeno extravagante, inconcebivel, no meio da sociedade portugueza. Os cem deputados authores das leis eram os unicos a percebel-as, se é que elles proprios se entendiam. A nação não resistia; mas olhava para o desbragamento de que se usava com o rei, ouvia os discursos impios e revolucionarios; e o rei e o clero e a nobreza, se não se atreviam a insurgir-se, limitavam-se sabiamente a fomentar a resistencia, applaudindo a inercia do povo. Assim, ficaram como d'antes, apesar das reformas, os corregedores e juizes-de-fóra: não havia modo de os substituir. Assim, aconteceu que ninguem foi ás eleições dos conselhos municipaes, que ninguem quiz ser jurado, que os proprietarios continuaram a pagar os dizimos e os fóros, e os conventos a receber votos.

A revolução era, em si propria, um episodio mais da lenta decomposição: não podia tornar-se em outra cousa. A montanha das desgraças dos ultimos annos provocára-a; essas desgraças e a fome iam levar a historia ás convulsões finaes do absolutismo, apresentando ao mundo uma epilepsia social, predecessora do acabamento. A inopia era uma positiva mendicidade: em outubro

as tropas vindas do Brazil com o rei estavam ainda por pagar, e esmolavam ou roubavam pelas ruas da capital. A anarchia espontanea revestira até ao principio do seculo um caracter manso; agora, depois da invasão, depois de 20, depois da independencia do Brazil, a sociedade perdida, rota, núa, faminta, sem leme e sem governo, cáe n'uma anarchia feroz. Então, as altas-classes conservavam um dominio e uma authoridade: era uma doce anarchia aristocratica; depois, os ataques de 20, a fuga do rei, as successivas provas de incapacidade, destruiam no povo o respeito, sem lhe mudar a paixão. Era ainda monarchico e beato, mas de um modo rudo e demagogico. A monarchia desce ás ruas, e Portugal chega a offerecer o mais acabado exemplo de uma dictadura da plebe.

Concluira-se finalmente a Constituição, e foi jurada pelo monarcha e pelo reino (outubro-novembro, 1822). Portugal, a Hespanha, estavam divorciados da Europa já convertida á reacção. Os embaixadores do norte tinham abandonado Lisboa, porque a plebe quebrára as vidraças da legação de Austria que não pôz luminarias. O furor dos jacobinos denunciava o fim do *intermezzo* liberal. As côrtes ordinarias reuniram-se em dezembro.

Este episodio das idéas liberaes, que vinham lançar um novo elemento na combustão em que a sociedade se consumia, delimitou para logo tres partidos. Era o dos radicaes ou jacobinos, quasi-republicanos, pedreiros-livres, ideologos sem malicia, ingenuos sem maldade, que destruiam tudo com a sua rhetorica balofa, inçada de formulas,

principios, doutrinas, chimeras, esperanças, visões. Era o dos *miguelistas*, o partido que tinha no paço a rainha e o infante, que tinha os conventos, todos os parasitas, todos os veneradores do passado catholico e monarchico, e a plebe: o partido forte e audaz, a que estava reservado o futuro immediato, e o papel de consummador do desabamento final da nação. Era, finalmente, o partido *pratico*, moderado, conservador e monarchico, partido de uma minoria selecta que partilhava as opiniões correntes na Europa, *restaurada* pelos tratados de 1815.

Em fevereiro de 23, os futuros *miguelistas*, capitaneados pelo conde de Amarante, sublevam Traz-os-Montes contra as côrtes, a favor do absolutismo; em maio caía a revolução hespanhola á voz do exercito do duque de Angoulême. A acção precipitava-se, e cinco mezes depois de abertas as côrtes ordinarias (maio, 1823) os absolutistas rebellaram-se para *libertar* o rei, proclamando em Santarem a queda da constituição (maio, 29). O infante D. Miguel era o braço da revolta, de que era alma a rainha. D. João VI foi para Villa-franca (31), e os tres partidos acharam-se acantonados em tres pontos: Lisboa, Santarem, Villa-franca. Ia haver uma guerra civil? Não; ainda não. Houve apenas uma *poeira*. Bem ou mal, fizeram-se as pazes na familia real. D. Miguel foi nomeado generalissimo, a rapaziada fidalga substituiu os cavallos no coche de D. João VI, aboliu-se a constituição, nomeou-se um ministerio moderado, e creou-se uma medalha commemorativa da jornada *da poeira*.

O pobre D. João VI dizia em 30, da Bemposta, que abandonára D. Miguel como pae, e saberia castigal o como rei: estava em poder das côrtes. No dia seguinte fugira para Santarem d'onde an-

nunciava que as instituições careciam de reforma: estava em poder de quem? As côrtes em Lisboa deliberavam, declamavam, em sessão permanente; e afinal, vendo caido, vasio, o balão aereo das suas chimeras, sumiram-se dissolvendo-se com um protesto innocente (2 junho) que ninguem commentou com uma insurreição. O rei dissolvia de direito o congresso dissolvido de facto; abolia a constituição radical, e nomeava uma junta para redigir a futura carta *moderada* do reino. Palmella era a alma da situação e o *factotum* de D. João VI que o elevava a marquez.

Em poeira ficára a revolução de 20. Poeira, e não mais, era a restauração; porque o rei, solicitado pelos seus amigos moderados e pelos seus inimigos absolutistas, era um sêr feito de barro miseravel, sem consistencia, molle.

N'este derradeiro representante do sangue brigantino (1) appareciam vivos todos os caracteres da raça. Era necessario que, ao extinguir-se, a arvore désse o mais bem acabado fructo. Egoista e secco como D. João IV, tinha inclinações fradescas como D. João V; tinha a esperteza soez e baixa de D. Pedro II, e o plebeismo de Affonso VI, sem ser inteiramente idiota, como fôra o infeliz encarcerado de Cintra. Todas estas qualidades, e por isso mesmo que as reunia todas, appareciam em D. João VI esbatidas e confundidas, sem nenhuma predominar, realisando assim um typo complexo, merecedor dos louvores de alguns, egualmente digno do enjôo de muitos.

Começava por ser quasi disforme. Tinha as

(1) Os filhos, D. Miguel e D. Pedro, são antes hespanhoes ou italianos, aventureiros, *condottieri*. Teem o sangue da mãe. Os Braganças posteriores são allemães.

mãos enormes, e uma inchação das pernas, doença antiga da familia. Soffria de vertigens e ataques de melancolia, por padecer de hemorrhoidas. A má saude amarellára-lhe a côr do rosto flacido, d'onde pendia o conhecido beiço, carnudo, sem vida, peculiar dos Bourbons. Em 1805 os seus padecimentos tinham-se aggravado, repetindo-se-lhe os deliquios, e augmentando, com a fraqueza, a timidez e os medos, deixou de andar a cavallo, temendo cair. Abandonou Queluz, por ter visto ahi endoidecer a mãe, e receiar tambem a loucura: receiava, sobretudo e sempre, morrer. Este medo trazia-o estonteado e prompto a subscrever a todas as baixezas e humilhações: ninguem talvez as soffreu tão grandes! O medo, a indolencia, os padecimentos, até a ponta de ironia com que de si para si se vingava dos seus tyrannos domesticos (a rainba, o infante) diminuiam porém a crueza das provações.

Era muito sujo, vicio de resto commum a toda a familia, a toda a nação. Nem elle, nem D. Carlota, apesar de se odiarem, discrepavam na regra de se não lavarem, unica em que concordavam. Tinha inclinações baixas, e gostava, sobre todos, dos seus valídos plebeus: o padre João, seu afilhado, os Lobatos guarda-roupas, e o José Egydio, seu secretario particular. Com esses fieis e dedicados subditos, com os frades de Mafra em cuja companhia amava ir entoar o cantochão, para mostrar a sua poderosa voz de baixo, sentia-se bem, sentia que era tomado de véras como rei. Isto dava-lhe um gozo de innocente vaidade, e não deixava de falar de si na terceira pessoa: sua magestade quer dormir, sua magestade quer passeiar, sua magestade quer comer, etc.

Era, tambem, bastante avarento: por desleixo

economia, usava, até cairem de podres, as tradicionaes calças de ganga; e uma vez que lhe furtaram um capote de doze moedas, esteve a ponto de revolucionar Lisboa para descobrir o ladrão: era caso muito mais grave do que furtarem-lhe o poder, o governo, a authoridade! Não deixava de amar o seu povo, mas queria mais ainda ás louras peças de ouro que enthesourava; e como os liberaes não faltavam ao pagamento pontual da lista-civil, não achava de todo má a Constituição.

Não se vá suppôr com isto que era inteiramente boçal: não. Tinha uma esperteza de saloio, refinada por uma casuistica fradesca, porque era philosopho e theologo, a seu modo: um resto da educação nacional jesuitica. Desconfiava sempre, e de tudo, de todos; e se era indeciso, por ser fraco e inepto, era-o tambem por esperteza e dissimulação. Raras vezes se oppunha aos ministros que lhe davam, mas nenhum d'elles se gabou jámais de ter a sua confiança. Não se oppunha; mas intrigava, cortava-lhes os *vôos*, temendo sempre a sorte do avô D. José, a quem o marquez de Pombal pozera em risco de morrer de um tiro.

Não tinha paixões, mas por isso mesmo queria viver socegado. Desadorava o ardor da esposa irrequieta, e além d'isso infiel. Não queria restaurações, nem absolutismos: chegava a achar rasoavel que o povo tratasse de si. Observando-o de agora, é mistér concordar que, um pouco menos burlesco, seria o melhor dos reis constitucionaes: bastava o cantochão e as peças de ouro para o distrahir. Por mais que fizessem, não o levavam a ser tyranno: preferia os louros frangos assados com que abarrotava os bolsos da casaca engordurada, comendo-os á mão, polvilhados de rapé. Por economia, usava um chapéu alto e sebento, sem se

parecer no mais com Luis XI; e ria dos que, á força, queriam vêr n'elle um despota. Por isso chegavam a accusal-o de pender para o lado dos pedreiros-livres, quando elle pendia, apenas, atraz do seu beiço carnudo e sensual, para a indolencia e paz-d'alma proprias de uma creatura gorda, vulgar e pouco intelligente.

Se como rei não póde deixar de inspirar tedio, o homem não deixa de provocar em nós a sympathia caridosa que nos merecem as pessoas molles, pesadas, incapazes de bem e de mal, sêres inoffensivos que nos não irritam os nervos.

Representante quasi posthumo de uma dynastia, epitaphio vivo dos Braganças, sombra espessa de uma serie de reis doidos ou ineptamente maus, D. João VI, já velho, pesado, sujo, gorduroso, feio e obeso, com o olhar morto, a face caída e tostada, o beiço pendente, curvado sobre os joelhos inchados, baloiçado como um fardo entre as almofadas de velludo dos velhos coches doirados de D. João V, e seguido por um magro esquadrão de cavallaria — era, para os que assim o viram, sobre as ruas pedregosas de Lisboa, uma apparição burlescá. Para nós, ao lembrarmo-nos de que n'esse coche, desconjuntado pelos solavancos das calçadas, vae o herdeiro e o representante do Condestavel, o espectaculo resuscita-nos a historia da nação, tambem desconjutada pelos balanços da sua vida tormentosa.

E se, porventura, as mysteriosas leis da vida têm um papel na historia, força é reconhecer que na familia dos Braganças não vingou a semente da nobre raça dos Nun'alvares: viu-se em todos elles a descendencia do crasso sangue alemtejano da filha do Barbadão.

IV

D. Miguel

A indifferença de D. João VI, o seu amor ao socego, o seu odio á rainha, faziam o desespero d'esta e do seu pupillo querido, o infante D. Miguel. Mãe e filho, como idéa e braço, capitaneavam o partido que á força queria *libertar* o soberano, restaurar, com um absolutismo radical, o Portugal antigo e fiel, inimigo dos pedreiros-livres e enthusiasta da religião e da monarchia. No paço, o marquez de Loulé influia poderosamente no animo do rei, aconselhando-lhe a moderação, desviando-o das aventuras radicaes. Em fevereiro de 1824 o marquez appareceu assassinado em Salvaterra. A comedia da côrte, burlesca apenas desde o tempo de D. Maria I, apparecia tragica; a anarchia, mansa até agora, embravecia; as nodoas de sangue, o estertor rouco dos moribundos, a pallida amarellidão dos cadaveres, vinham dar côres novas ao quadro da sociedade. A revolução de 20, apesar do seu nome e do pomposo e atrevido das suas phrases, fôra innocente: nem uma gota de sangue tinha corrido. O assassinato do marquez de Loulé foi como o primeiro tiro perdido, de author ignorado, que no meio do tumulto surdo da rua desencadeia a furia, marcando a hora da vertigem e da matança. Não podia faltar

esta derradeira e necessaria conclusão ao longo drama da decomposição da sociedade portugueza.

A devassa ordenada sobre o assassinato do marquez querem alguns que descobrisse a cumplicidade da ferina rainha e do seu brutal filho; e esses dão como immediata causa da *abrilada* a necessidade de pôr pedra sobre o processo. O facto é que na noute de 30 de abril sublevaram-se as tropas, D. Miguel proclamou-se libertador do pae, demittiu o governo, prendendo em Belem o marquez de Palmella, chefe dos moderados. A cavallo, pelas ruas, durante essa primeira semana de maio em que se viu rei, o infante, seguido por um bando de campinos armados de lanças, galopava triumphante. A sua cohorte, recrutada nos carros das touradas e nas estrebarias do palacio, os seus amigos plebeus, o Sedvem, os Paiva-raposos, e outros, não o abandonavam jámais. As antigas arruaças estroinas de D. Affonso VI e do irmão de D. João V eram agora, nas mãos do moço infante, revoluções politicas. Plebeu nos modos, violento e bronco no espirito, fanatico e valente, o infante democratisava a monarchia, e o seu povo adorava-o. Era corpulento e trigueiro, queimado pelo sol, e tinha uns grandes olhos negros peninsulares sobre a face rapada e sanguinea. Vestia-se á picadora, com um casaco de baetão verde, calção preto, botas altas de cava, com tacões de prateleira e esporas de prata. Usava um bonet azul, de prato largo, com viseira. Tinha inclinações grosseiras e rusticas. Ensinava a lavrar aos moços do campo: tomava a rabiça do arado, chicotava as mulas, e sulcava fundo a terra mais dura. Suffocava um forte cavallo de Alter, puxando-lhe a ponta da cilha com os dentes. Levantava com a bocca um sacco de trigo de seis alqueires, e punha-o ao hom-

bro como uma só mão. Galopava á desfilada com o José Verissimo e o Sedvem, de Queluz a Lisboa, trazendo a vara entalada contra a sella, sob a perna. Os soldados de cavallaria da escolta nunca podiam acompanhal-o: ficavam para traz. Preferindo as touradas, os cavallos, a caça, as estrebarias, os arrieiros, os picadores, os frades bem grosseiros, as raparigas saloias de Queluz, tisnadas pelo sol e cheirando a herva, aos molles requintes do paço, aos entretenimentos da côrte, ao luxo arrebicado e ás damas e meninas preciosas da aristocracia — D. Miguel era o demagogo de antigas edades, perdido no meio de um seculo inimigo. Formado com todas as violencias da alma portugueza, inspirado pelo genio italiano da mãe, era o personagem destinado a imprimir a esta nação do extremo occidente uma phisionomia similhante ao Napoles da outra peninsula mediterranea, tornando eguaes, no fim, duas nações que, quasi a par, tinham descido a estrada de uma decomposição fétidamente florída.

D. Miguel em pessoa foi o alguazil da *abrilada:* ia ás casas arrancar os *pedreiros-livres* ao seio das familias, perseguia os fugitivos, a cavallo pelas ruas. O *moderado* Subserra, querido do rei e alma da situação anterior, conseguira embarcar e fugir: o infante largou á desfilada para a barra, para que S. Julião fizesse fogo sobre o paquete inglez. Corria os quarteis, falava ás tropas: os *pedreiros-livres* queriam matar o rei e a familia real! E diante d'esta explosão da loucura do infante, levantado e acclamado pelas ondas da plebe, pela tropa, pelos frades, Lisboa, pasmada e inerte, abservava, consentindo o imperio do novo partido, que afinal rompia os diques, e trasbordava, mandando no paço, no governo, no rei. No meio d'esta

crise, propria do Cairo ou de Tunis, os embaixadores intervieram, como é costume fazer-se no Egypto. O paço da Bemposta, onde o rei vivia, estava cercado; mas os embaixadores, seguindo o da França, cuja intervenção foi decidida e nobre, forçaram o bloqueio e chegaram junto ao rei. Quando D. Miguel entrou e viu Neuville ao lado de seu pae, teve um ataque de furia: mordia e rasgava as luvas, desesperado, com uma colera quasi infantil. O rei estava sobretudo afflicto, porque, ignorando o destino do Subserra, julgava-o morto. Neuville socegava-o.

A intervenção dos diplomatas estrangeiros, com quem D. Joao VI conspirou contra a esposa e o filho, fez abortar a revolução. Dezeseis annos antes fugira para o Brazil: agora fugia, outra vez, para bordo de uma náu ingleza (maio 9) para ordenar d'ahi o desterro do infante e a reabilitação do partido moderado.

D. Miguel foi com effeito banido, e por dois annos andou enchendo a Europa da fama das suas tropelias. Expulso de Paris, acolheu-se a Vienna, que era então o baluarte do *direito-divino*, com Metternich por summo-sacerdote. (1) D. Miguel era porém um effeito, e não uma causa; a furia do seu genio era o desespero de uma sociedade perdida, a que as idéas novas encolerisavam, e a fome perseguia já de perto. A successão das miseraveis desgraças, que desde o principio do seculo affligiam Portugal, affigurava-se como um castigo do céu contra as impiedades dos pedreiros-livres. Muita, se não a maxima parte da gente assim pensava, incluindo grande numero dos homens de 20, convertidos das suas illusões. Em junho (4) de 24 dis-

(1) V. *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) I, pp. 28 e segg.

solvia-se a junta encarregada em 23, depois da *Poeira*, de preparar uma constituição, e convocavam-se as *côrtes-de-Lamego*. No dia seguinte apparecia um alvará annullando todos os decretos das côrtes da revolução, por se lhes negar poder soberano ou legislativo. A revolução, perdida, era condemnada: a reacção imperava franca. Em 25 (agosto, 29) o Brazil separava-se. Reconhecida formalmente a independencia, varriam-se as esperanças de readquirir a fonte dos proventos nacionaes, e os commerciantes arruinados, a alfandega deserta, o thesouro vasio, enchiam de desespero os cerebros d'onde a historia de tres seculos varrera a lucidez. Só uma contrita confissão geral dos crimes liberaes, só uma depuração da sociedade, só um terror absoluto, em nome de Deus e do Rei, podiam fazer voltar os bons tempos piedosos, e com elles o Brazil!

Tal era o estado de espirito da maxima parte da nação; tal era o enthusiasmo da plebe; tal era a loucura que encarnára em D. Miguel. Carlota Joaquina, megéra horrenda e desdentada, creatura devassa e abominavel em cujas veias corria toda a podridão do sangue burbon, viciado por tres seculos de casamentos contra a natureza, atiçava essa chamma, como a horrida feiticeira, no fundo do seu antro, assopra o lume da sua cosinha diabolica. Ficára, na ausencia do infante, para lhe preparar a volta a elle, e ao pobre rei um morrer desgraçado, sem amigos, sem mulher, sem filhos, sem povo, sem nada!

Qeluz era o palacio querido d'essa côrte, onde reinava a devassidão plebêa. Entre o muito que

a revolução destruiu depois, esqueceu deitar por terra o mesquinho arremedo do Trianon, que foi para nós uma bastilha de perdição e vergonha.

D. João VI preferia a Bemposta, e sobretudo preferia viver longe da rainha, a quem tinha odio e medo. Não a podia soffrer, nem aos lacaios seus instrumentos. Como aquelle rei do Egypto alexandrino que varria os seus paços com um chicote, ou como Affonso VI que fustigava com elle os que o aborreciam, D. João VI tambem correu de bengala em punho o seu paço, atraz da mulata Maria Leonor, criada da rainha, confessada de fr. José do Pilar, para a castigar, á portugueza, das piedosas intrigas que armára.

Em Queluz a rainha, o seu frade, a sua mulata e toda a sucia, davam largas ao furor, e conspiravam abertamente. Carlota Joaquina, ao chegar do Brazil, enganando-se com a omnipotencia apparente das côrtes, jurára a constituição, affectando uma exaltação jacobina que seduziu o ingenuo Borges-Carneiro. Mostrando, porém, o tempo a impotencia absoluta da revolução, a rainha sentiu que vivo ardor enlouquecia o povo atribulado por tantas e tão repetidas desgraças e vergonhas. Mudou pois de rumo; poz-se atraz de todos os descontentes, a excital-os, a pical-os, a mordel-os, mettendo no corpo do filho um virus que rebentou n'um furunculo, n'uma furia—insensata, porque o seu curto juizo não dava para mais; plebêa e sanguinaria, porque taes eram as inclinações do seu temperamento.

Mallograda a *abrilada*, a rainha, a quem a reacção roubára o filho querido e seu instrumento, vestiu-se de dó, retirou-se, lamentando a perda da monarchia. O seu lucto era, porém, extravagante e burlesco: apparecia, esfarrapada e suja, n'um

roupão velho de chita, com um chapéo de feltro e duas escarcellas cheias de reliquias á cinta. Só um milagre poderia salvar o reino, convertendo-o á verdadeira fé absolutista e beata, contra os pedreiros-livres e contra o proprio rei que não se envergonhava de os apoiar. E esse milagre appareceu em Carnaxide, nos arredores de Lisboa: foi o cão de um caçador que, entrando n'uma gruta a perseguir um coelho, viu uma imagem da *Conceição* e ficou de joelhos a adoral-a, em companhia do coelho e do caçador que entrou logo. A *Senhora apparecida*, ou da *Conceição-da-Rocha*, pôde ainda excitar o fervor religioso do povo. O *miguelismo* tinha já o seu milagre. Deus favorecia-o.

Deus era com effeito o suspposto cumplice mais decidido dos tramas de Queluz, onde se reuniam os *carcundas*. Eram os diplomatas offendidos, os padres furibundos, os militares preteridos, os valídos do infante desterrado: o marquez de Abrantes, os Paiva-Raposos, e outros que a *moderação* do governo e os medos do rei não deixavam exterminar. Eram os valídos plebeus, o *Garrocho*, e Cardozo, o *Cambaças* que se tinha offerecido para carrasco dos pedreiros-livres no dia 30 de abril, o *Fitas*, ladrão celebre. Era uma ralé de frades, piccadores e bolieiros, de mercurios andrajosos, mendigos amputados e lazarentos que iam e vinham de Lisboa, com noticias e delações. Estava alli formada a côrte, o governo, do futuro restaurador do absolutismo. Á portas de Queluz, transformado n'uma estalagem de arrieiros onde se educavam as infantas, abriam-se a todos; e Latanzi, um italiano velho, ex-mercurio do caduco marquez de Abrantes, privava com as meninas, contrabandeando em bijuterias francezas que ia vender ao paço. Era muito querido, e esperando em paga um emprego,

presenteava as infantas com tres chavenas de porcellana para caldo.

Em Lisboa, o governo, indeciso entre a revolução e o absolutismo, *moderado* ainda, mas inchado e com vertigens como o rei, deixava correr á solta o furor das conspirações. Tudo estava absolutamente podre, caindo a pedaços, esboroando-se n'uma gangrena. Contava-se de desembargadores do paço que chumbavam dados, marcavam cartas, passavam provisões falsas, eram assassinos, ladrões e commettiam estupros, sem deixarem de resar o *terço* e commungar com toda a devoção. Na loja de bebidas de Marcos-Philippe, onde se reuniam empregados publicos, sabia-se, por exemplo, que dos 17 da contadoria de Marialva só 3 ou 4 não eram ladrões. Não tinham conta as lojas onde se podia depositar dinheiro para obter empregos, porque, seccada a fonte do Brazil, a nação devastada, sem agricultura, nem trabalho, esmolava em massa á porta das secretarias, como a peble esmolava o seu caldo nas portarias dos conventos. No paço, os *canaes* e *empenhos* vendiam tudo; mas nos tribunaes era peior ainda. No Desembargo-do-paço, na Meza-da-Consciencia-e-Ordem, no Conselho-da-Fazenda, vendiam-se até os despachos mais triviaes, e as consultas favoreciam quem melhor pagava. A sociedade estava tão pervertida na moral, como na intelligencia: cousa de resto commum, e por via de regra constante. A policia era uma malta de denunciadores por dinheiro; e sabia-se de um Pinet, de origem franceza, que dava graus maçonicos a quem os queria, a razão de meia moeda, para receber depois outro preço da policia, denunciando os novos pedreiros-livres. Um registro da Marinha classifica de um modo eloquente o pessoal da armada. O almirante nunca fôra bom official,

nem tinha força, nem saber. Dos quatro vice-almirantes, um estava incapaz por velho e tropego, outro nullo por doença, o terceiro valia pouco ou nada, o quarto era ignorante e intrigante. Havia um chefe de divisão que passára de monsenhor da Patriarchal; havia bebados conhecidos. Por isto a esquadra, que se pretendia dever ir submetter o Brazil rebelde, não partia, não partiu jámais.

O padre José Agostinho, enthusiasta de 20, era em 24 um dos mais bulhentos corypheus da reacção. Homem superior, perdido pelo tempo, a sua vida e os seus costumes resumem os diversos aspectos da decomposição final da sociedade. Andava em *troças* e orgias permanentes, de faca á cinta.

A devassidão, a brutalidade, e o cahos de idéas novas, naturalistas, amalgamadas com paixões velhas e opiniões antigas, fervia no seu cerebro e fazia d'elle um typo. Fôra liberal em 20, era miguelista agora. Todos os sanguinarios de 24 tinham sido radicaes. O celebre D. Gil, na Rua-dos-Condes, interrompera os actores declamando versos *liberaes*, n'um furor de ensurdecer. O Alpoim enchera a sala de S. Carlos com as suas odes radicaes. O Paiva-Raposo era lembrado pelos seus vivas á Constituição, no botequim do Marrare; e D. Antonio da Silveira espojára-se rebolando de alegria, no salão de S. Carlos, na noute de 17 de setembro. José Agostinho, em 24, transformado em energumeno, vagueava pelas ruas, arrastando o habito ennodoado das orgias, declamando e prophetisando. Era o idolo plebeu, e o primeiro apostolo do miguelismo.

Essa relaxação turbulenta, essa anarchia desenfreada a que o frade se convertera, era a lei geral. Não havia segurança, nem ordem, nem decencia em Lisboa. Um grupo dé *trocistas* armados de vergalhos introduziu-se uma noute no convento do Carmo; e á hora da disciplina invadiu o côro, desancando os frades, desalmadamente, ás escuras. A frequencia dos crimes crescia todos os dias, com o numero dos vadios. Não os assustava a cadeia, onde tinham casa e comida. No proprio coração da capital, nas ruas do Loreto, da Atalaya, da Rosa, da Barroca, havia tendas e tabernas, que eram sabidos covís de malfeitores. No bairro de Andaluz havia assaltos: uma casa defendeu-se a tiro e um dos salteadores ficou morto. Os marujos desembarcavam para roubar. Cosia-se gente a facadas todas as noutes. Havia botequins que eram, no saber de todos, covís de bandidos: o bilhar do *Abbade* ao Passeio, o do *Bosque*, o da *Rua-dos-Condes*,, o *Maneta*, no largo do Soccorro, e o *retiro* do Cabeço-de-Bolla, que estava sob a protecção decidida do escrivão do crime do bairro da Mouraria. Os soldados eram os mais assiduos; e de todas as tabernas, a mais terrivel era uma da rua do Loreto, porque n'ella se reuniam os soldados da guarda real de marinha, os artilheiros nacionaes, os artifices engenheiros, de braço dado com os da policia. A grande questão militar era então a falta de pagamento das fardetas: d'ahi dependia a sorte das instituições!

Os energumenos exploravam esta falta do ministerio; e viam-se, de braço dado, os frades e os soldados em colloquios intimos, ouviam-se as catilinarias dos primeiros seduzindo os segundos. Era notado fr. José da Rocha, jeronymo conhecido pela frequencia das suas bebedeiras, pela sua inclinação

pelas sucias e pandegas. Saíam das *hortas* e das tabernas, inflammados pelos sermões dos frades, bandos de homens de jaleco e de soldados de *cacete*, para deitar abaixo o governo, matar os pedreiros-livres, pôr no throno o *senhor infante*. E atraz da turba, avinhada e ameaçadora, vinha o grupo do cego com a guitarra e o cão de guia. garoto amarello e rouco, a cantar de um modo selvagem, com tregeitos lubricos, cantigas obscenas como o *Negro-melro*, que provocavam gargalhadas dos frades, dos soldados, das collarejas de faca na liga, das meretrizes debruçadas das janellas. A plebe, reinando já, pedia que lhe dessem o seu principe.

Appareciam pasquins nas esquinas, todos os dias, por toda a parte. Agora D. João VI corria risco de vida: os pedreiros-livres tinham-lhe jurado a morte. Logo, era o rei o traidor: «Portuguezes álerta, que el-rei deserta!» Uns annunciavam a chegada proxima do infante, com um exercito francez, um exercito *da fé*, como o que Chateaubriand mandára á Hespanha *libertar* Fernando VII. Mas, como era grande o odio aos francezes, authores da maçonaria e da *liberdade*, cuja invasão depredadora lembrava ainda, similhante noticia irritava muita gente. Queria-se bastante á pessoa de D. João VI, e os energumenos perdiam-se, desde que, para levantar o infante, deprimiam ou accusavam o rei: «Estou vendo isso, estou vendo! O mais velho (D. Pedro) está desafiando o pae no campo (no Brazil) com a espada na mão: que os brazileiros d'aqui a dois dias são capazes de o matar! Falta que o mais moço venha por ahi, com algum exercito francez, insultar tambem o pae». E o frade, para não ser batido, falava respeitosamente do rei, cantando, porém, longas historias da

sua fraqueza, e terminando, ao ouvido, com amor: «O *menino* não tarda por ahi...»

Esta propaganda activa lavrava, conquistando as baixas classes: o frade vivia com ellas. As diversas ordens monasticas constituiam uma sociedade ao lado da outra — desde os agostinhos que eram fidalgos, até aos plebeus franciscanos. Todas as classes tinham os seus frades, e a propaganda era, assim, intima, de egual para egual: força enorme que se alliava á de falarem em nome de Deus. Os liberaes conspiravam, sim, e prégavam tambem; mas eram poucos, eram *impios*, tinham o sabor estrangeirado, *francez*, e pertenciam exclusivamente á grossa burguezia do commercio, muito em baixo desde que se perdera o brazil. Essa desgraça que os arruinava, fazia-os liberaes. O caes do Sodré era o unico ponto onde reinavam, e o café do *grego* o seu baluarte: ahi dava as cartas o mercador Walsh — um inglez hereje!

De resto, por toda a parte, em todos os bairros, rebentavam os focos de agitação *miguelista*. No botequim do José Maria, no largo de Belem, onde se reuniam os picadores da casa real, via-se o toureador Sedvem, já solto da *abrilada*, falando em nome da santa religião; via-se o Gourlade, dando vivas ao infante, e pedindo «forcas e mais forcas». No café do Nicola, o procurador Paiva affirmava estar decidida a partida do rei para o Brazil, e a vinda de D. Miguel para governar o reino. A propria cadeia do Limoeiro, onde estavam os presos da *abrilada*, era um club presidido pelo mathematico José Accursio das Neves, sempre furioso contra a pedreirada que lh'o havia de pagar! O carcereiro estava comprado, e havia dinheiro em abundancia. O padre Braga jogava o voltarete, ás noutes, com o juiz-de-fóra de Oeiras

que ia á cadeia visital-o e conspirar. O governo via e sabia tudo isso; mas nada podia fazer, porque era cousa nenhuma: era um inchaço, como o rei. No Lumiar, em casa do escrivão José Egydio, dizia-se alto e bom som que rei e ministros eram maçons refinados. José Agostinho reunia em casa, em Pedroiços; mas a sua tribuna estava na loja do Tiburcio em Belem, onde iam o padre Braga e o Corvo e todos os sequazes da *abrilada*. O Paiva-Rapozo, o José Manuel, o Sabino, o Mesquita da *Marinha*, reuniam-se na loja do Grondona, ao Calhariz, preferida pelos padres. D'esses numerosos clubs, eram tambem falados o capellista Custodio, ao Loreto, os mercadores Paulo e Pedro José da Costa, no seu arruamento, o livreiro Caetano da rua da Prata, a loja de papel do Guimarães do Chiado, e sobre tudo a botica do Placido, na rua dos Algibebes, onde se reunia a nata dos energumenos. O boticario em pessoa, que ouvia missa todos os dias e era confessado dos padres da congregação, queria que se começasse logo a enforcar na *pedreirada*: o padre Braga estava alli para os confessar. Não era necessario esperar pela chegada do infante que, segundo diziam de Queluz, estava já em Madrid, carteando-se com o pae para vir herdar o reino. D. João VI tornaria para o Brazil.

Das provincias chegavam todos os dias noticias animadoras. Só no Porto vegetava ainda um fermento de liberalismo; mas ahi mesmo o partido do infante, ou da rainha, tinha adeptos seguros e dedicados. Em Braga eram todos pela revolução absolutista; em Guimarães, o convento de Santo-Antonio-dos-capuchos era o club onde conspiravam o corregedor e o capitão-mór: a camara ia toda com os rebeldes, contra o rei pedreiro-livre.

Em Traz-os-Montes, a provincia inteira ardia em desejos de vêr regressar o infante. Villa-Real levantava vivas á rainha, e Chaves era um dos seguros baluartes do absolutismo. Nas Beiras succedia outro tanto. Castello-branco fazia como Villa-Real. Na Covilhan corria com enthusiasmo a noticia, enviada de Lisboa pelo padre Braga de que em breve acabariam todos os pedreiros-livres. Repetindo os seus velhos motins, reaccendendo os odios antigos contra os christãos-novos, a Covilhan era agora o theatro de roubos e assassinatos na pessoa dos liberaes. Quando lá chegaram as proclamações do infante, pela *adrilada*, o povo sublevou-se: levava á frente o juiz-de-fóra, o Camolino, com os padres José Gabriel, Joaquim Coelho, Manoel Maia — e o Feio que do pulpito disse que o conde de Paraty fôra ao paço mascarado para matar el-rei; que só a rainha e o infante podiam salvar o monarcha das garras da *pedreirada*. Em Lamego fr. Antonio Espadeiro terminava assim um sermão: «Digam comigo, meus irmãos amados: Morram todos os pedreiros-livres!» E o povo, na egreja, em côro, batendo nos peitos com devoção, repetia: «Morram todos os pedreiros-livres!»

O povo, que em 1640 não chegára a convencer-se de que D. João IV fosse o verdadeiro D. Sebastião, o encoberto desejado, conforme lh'o prégava o padre Antonio Vieira, continuava a esperar a vinda de um Messias. Era D. Miguel? era; mas para muitos D. Miguel, bem no fundo, era D. Sebastião. Havia de voltar por mar, em manhan de nevoa; e os fieis iam todas as tardes ás sessões do largo das Chagas, d'onde se avista a

barra e o Bugio; e ás vezes deitavam até ao Dafundo, até Cascaes, para vêr se alcançavam as Berlengas. Os politicos, com o seu espirito positivo e pratico, receiavam o desenvolvimento d'este sonho amortecedor; e José Agostinho, esbaforido, não cessava de prégar que o sebastianista era mau pae, mau filho, mau cidadão — e por sobre tudo isso, um tolo refinado.

A persistencia d'este sonho durante dois seculos e meio, atravez de tão diversas condições, apesar da sequencia de meia duzia de reis de uma dynastia nova e indigena, demonstra-nos a profundidade da impressão recebida pela imaginação nacional na catastrophe do fim do XVI seculo. Demonstra-nos que a consciencia de um acabar desgraçado, depois de uma existencia irremediavelmente perdida, se não apagára, apesar do dinheiro do Brazil, da pompa de D. João V e do terramoto de Pombal. O sentimento da felicidade e do amor fixára-se, por fim, nos novos reis; mas como logar-tenentes apenas do verdadeiro soberano, que voltaria, decerto, com a fortuna perdida, e a corôa roubada nos areiaes adustos da Africa...

Effectivamente o povo não se enganava. A longa historia de quasi tres seculos fôra a historia de uma decomposição, semeada de incidentes, mas nunca interrompida, nem dominada. O Portugal restaurado era apenas a restauração de uma fórma, e não a revivificação de um corpo. Contundido, miseravel, roto, faminto, Portugal fôra tombando, de baldão em baldão, até ao fundo de um abysmo de loucura vertiginosa, de abjecção torpe, onde agora se debatia arruinado de corpo e alma. Estonteado pela fé catholica, entregára-se nos braços do director de morte — o jesuita. Perdera o rei em Africa; logo depois os fóros da independencia. O jesuita

voltou a dar-lhe um throno e uma autonomia, mas o povo não se illudiu: eram cousas apparentes, formaes, vasias de alma, como convinha que fossem a esses coveiros das sociedades, discipulos negros de Loyola. Pagou-se com o Oriente a nova independencia, e por um nada se perde o Brazil — que ficou para vasar sobre o reino uma chuva de ouro e diamantes. Appareceu então o beaterio triumphante e magnifico, manto doirado nos hombros de um corpo roído, de uma nação que era o riso da Europa. Depois veiu o terramoto, mas passou; e caíu-se logo mais fundo no abysmo da devoção idiota e da corrupção mansa, até que a revolução franceza, agitando a Europa, e a separação do Brazil, seccando o erario, fizeram erguer Portugal da sua somnolencia e medir as certo o cumulo de miseria a que se chegára.

Quatro homens de genio que a nação gerára no decurso da sua ruina — o padre Antonio Vieira e o *judeu* Antonio José, Bocage e José Agostinho — demonstraram successivamente, na extravagancia esteril, na grosseria vulgar, no desbragamento e no requinte ridiculo das suas obras, a influencia perniciosa d'essa educação de morte, que tomando conta da nação no XVI seculo, a entregára, no seguinte, ás mãos da dynastia de Bragança, fiel discipulo que veiu a exceder os mestres. A nação commovia-se agora; acordava o sentimento vago da miseria em que se afogava; queria subir, libertar-se, viver. Como? se estava decrepita e doida! Como as nações perdidas o fazem: debatendo-se nas crises do terror fanatico, da loucura varrida, da abjecção repugnante; revolvendo a vasa immunda; despindo com franqueza os andrajos, para mostrar o corpo chagado, a reclamar vingança e pão.

A dictadura de D. Miguel (1) é, n'esta Judéa da Europa occidental, como a crise feroz de Jerusalem quando se debatia contra os romanos. A plebe desvairada exerce o papel de funebre juiz, e as suas loucuras e os seus crimes são a expiação dos crimes accumulados pelo tempo. Um dia o instincto popular protesta, e a onda da anarchia rebenta. Uma vez impelle-a a miragem do futuro: assim acontecera em França. Outra vez arrebata-a a miragem do passado: assim acontecia em Portugal, que vivera tres seculos de esperar a restauração do Quinto-imperio, catholico e messianico.

Em março de 26 morreu D. João VI. A stulta incapacidade dos politicos demonstrou-se então cabalmente. O primogenito, que se levantára com o Brazil declarando-se imperador, desistiu da corôa portugueza em favor da filha, D. Maria II, e outorgou ao reino uma carta constitucional. Sob o regime de uma monarchia temperada, a rainha, desposando o tio D. Miguel, continuaria a fruir em socego o morgado de Portugal, segundo o systema mesquinho em vigor desde 1640. Haveria paz e concordia; evitar-se-hia o rebentar da procella que todos sentiam nos ares.

D. Miguel voltou ao reino (1828, fevereiro) regente em nome da sobrinha que devia esperar para as bodas, e jurou a nova constituição. Os politicos, moderados e prudentes, applaudiam tudo, confiando no exito da sua combinação singular. Se acaso o regente, ao jurar, acreditou n'ella e no thalamo e na corôa que lhe offereciam, um mez

(1) *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) I. pp. 52-5, 82-102 e 126 e segg.

bastou para o forçar a desempenhar o papel que as circumstancias lhe impunham. Se não era tão crente e tão forte como o partido que o elegia chefe, esse partido obrigou-o a mentir a todas as combinações dos habeis, dissolvendo as côrtes (março) e acclamando-se rei (junho).

A tempestade rebentou logo. Todos os elementos que estudámos, até então comprimidos e refreados, se soltaram; e a onda da anarchia da plebe, o delirio da vingança, as perseguições, os exilios, as forcas invocadas com tanto amor — saíram á luz do dia, para punir os homens cuja impiedade arrastára o reino a tantas desgraças: os liberaes, réus da perda do Brazil, os pedreiros-livres cujos peccados Deus fulminava com o diluvio de desgraças que se despenhava sobre a nação. *Vae pastoribus qui disperdunt et dilacerant gregem pascuae meae!*

Estes pastores sem grei, esse grupo de homens desnacionalisados pela educação franceza que lhes ensinára os dogmas da novissima idolatria da Liberdade e do Progresso, resistiram primeiro no Porto (1828, maio) mas foram esmagados. Depois acantonaram-se na Terceira, onde se lhes reuniu o ex-imperador do Brazil, ex-rei de Portugal, regente em nome da filha (1832, março) — para reivindicar o throno, invocando uma legitimidade contestada, e os novos principios que decididamente venciam na Europa com a revolução de julho e a monarchia de Orleans na França.

Começou então uma guerra de quatro annos, cujos fastos, presentes a todos, ainda não foram historiados condignamente. A circumstancia, apparentemente singular, da victoria final do exercito de D. Pedro, numericamente inferior de dezenas de milhares de homens, sem homogeneidade,

formado de voluntarios e de soldados de fortuna, mercenarios contractados por toda a Europa: essa circumstancia explica-se, sem ser necessario entrarmos na avaliação do merito pessoal dos capitães. Por D. Pedro combatiam a França e a Hespanha *liberaes*; por D. Pedro combatia, sobretudo, a fatalidade das crises que devoram rapidamente as forças sociaes organicas, á maneira da febre que queima o sangue e mata. O ardor, o enthusiasmo, a unanimidade da reação *miguelista* traduziam uma crise de desespero da sociedade: era um hysterismo que, depois de entorpecer lentamente o corpo da nação, rebentava n'uma furia, para logo a deixar prostrada e semi-morta. Esse mesmo caracter que dava momentaneamente a força, era a causa de muitas fraquezas, pervertendo o juizo, conturbando a lucidez, e pondo em seu logar a doidice varrida com que se arrostava a terra, o mar, e o mundo; com que se queria afundar a esquadra franceza no Tejo; com que se negava á Inglaterra a amnistia, condição por ella imposta ao reconhecimento do governo de D. Miguel.

O tempo que durou o cerco no Porto, um anno, bastou para que esse debil caustico, applicado ao enfermo devorado de febre, lhe abatesse o delirio, a ponto de um punhado de homens e alguns navios serem capazes de destruir a esquadra no cabo de S. Vicente, e descerem atravez do Alemtejo a Lisboa, occupando-a sem disparar um tiro. Depois, as batalhas de Almostér e da Asseiceira, bravamente pelejadas, foram já como um epilogo: o enfermo caíra no estado comatoso; estava por tudo, acceitava quem quer que quizesse impôr-lhe o mando. A sociedade, extenuada pela derradeira crise, caía n'um torpôr de indifferença, de que

não chegou a acordar de todo ainda nos dias de hoje. (1)

Os pastores sem grei, os revolucionarios liberaes eram uma resurreição de Pombal, e vinham construir de novo, sobre as ruinas do regime antigo, da mesma fórma que o ministro construira sobre as ruinas do seu terramoto. Então e agora a sociedade era como um barro nas mãos do oleiro; e á antiga educação jesuita, só agora por fim destruida, se devia a malleabilidade da materia prima sobre que Mousinho da Silveira, novo Pombal, imprimia as fórmas do modelo estrangeiro que o guiava.

O edificio levantou-se; mas a historia dos tempos successivos veiu mostrar uma differença intima e profunda. Pombal apoiára a sua reforma exotica na força existente e positiva da authoridade do rei, segundo o codigo do absolutismo, já formulado e recebido; Mousinho apoiava-se na espada e no exercito do duque de Bragança, mas esse apoio, por não ser juridico, por traduzir apenas a força da dictadura triumphante, era transitorio — como logo se viu, quando D. Pedro chegou a Lisboa e o insultaram; como desde o principio se tinha percebido nas reclamações formaes dos sectarios a que veiu a chamar-se ***setembristas***.

O novo systema trazia por alicerces a vontade commum, a soberania do povo, segundo os dogmas da novissima religião da França; mas quem diria ao certo qual era esse querer, em um povo abatido e morto, ignorante das formulas, adverso aos sys-

(1) A historia do estabelecimento do regime parlamentar é contada no vol. v da BIBLIOTHECA, I do *Portugal contemporaneo*.

temas? Educado pelos jesuitas, não fôra possivel ao marquez de Pombal inicial-o no naturalismo mecanista e utilitario d'onde saíu por toda a parte o liberalismo individualista. Sem prévia iniciação, davam-nos, pois, a *liberdade*, a *soberania popular*, e tantas outras cousas cujo valor ignoravamos, cujos merecimentos contestavamos em nome das nossas tradições.

Por isso a construcção levantada por Mousinho da Silveira oscillou por vinte annos, sem alicerces, batida pelo vento das revoluções, desconjuntando-se no seio de uma anarchia, ameaçada a toda a hora de uma ruina imminente.

A historia contemporanea das revoluções a que deu logar o estabelecimento do liberalismo entre nós não tem logar n'este livro; e o ultimo episodio da nossa historia será o rapido esboço da construcção social planeada por Mousinho, um habil architecto, exercida pelo duque de Bragança, um valente mestre-d'obras.

Guiar-nos-ha n'esta excursão um homem que assistiu á faina, e sabia vêl-a com os melhores olhos: Alexandre Herculano.

V

A revolução liberal

Se para todos os miguelistas ainda no goso de um pedaço de juizo a reconquista do Brazil parecia já impossivel, a esperança de restaurar a situação antiga formava, comtudo, um dos artigos do programma do partido. Os homens de 20 eram, no dizer d'elle, os culpados da separação, que de facto 1820 não fez mais do que precipitar com as suas medidas impoliticas e temerarias. Quem separára o Brazil fôra D. João VI. Desde 1808 que as rendas da casa de Bragança, da do Infantado, da das rainhas, de muitas casas particulares, além de uma valiosa consignação mensal, embarcavam em Lisboa com destino ao Rio. A situação relativa invertera-se: Portugal era a colonia, metropole o Brazil onde se acha o rei.

Portugal, o velho conquistador das costas de Africa e Asia, o colonisador da America, diz Herculano, tinha-se tornado, por sua vez, uma colonia do Brazil, onde um governo corrupto, os ministros de D. João VI, especie de rei Renato com os chapéus gordurosos de Luiz XI, desperdiçavam loucamente os impostos ou os roubavam, para se locupletarem ou para enriquecerem aventureiros sem merito e fidalgos abastardados. Politicamente, eramos colonos inglezes. O nosso exercito era inglez, com soldados, apenas, nascidos em Portugal.

Um general inglez governava-nos por meio de uma Regencia servil que se dizia representar em Portugal o rei, fugido no Rio-de-Janeiro.

A abertura dos portos do Brazil aos navios de todas as nações, e os tratados de 1810, finalmente, eis-ahi os principaes actos que de facto haviam dado ao Brazil a autonomia economica, infallivel precursora da autonomia politica. As côrtes de 1720 não fizeram mais do que precipitar a consummação de um facto realisado pela imigração e pelas medidas de D. João VI.

Porém as côrtes e todo o reino, observando a miseria em que se caía; porém os interessados partidarios do velho regime, vendo seccar-se a fonte do seu parasitismo, propunham-se unanimemente a fazer retrogradar a historia. Os productos agricolas de Portugal davam apenas para o consumo de 2 ou 3 mezes: todo o resto se comprava com ouro, que d'antes vinha do Brazil. Agora, esgotado esse rio, como se havia de viver? Das industrias nacionaes? Não; porque Portugal não tecia uma pollegada de algodão, e mandava a sua cortiça a Inglaterra para a receber na fórma de rolhas. De Inglaterra vinha o fato e o calçado; e o vinho do Porto — Brazil creado em casa pelo marquez de Pombal — baixára excessivamente desde que a paz de 1815 tornára accessiveis todas as adegas da Europa ao corpo infatigavel do inglez. A pipa de vinho generoso de embarque não valia mais de 10$000 réis, e 5 ou 6, apenas, o vinho commum.

Era uma miseria universal, e uma certa, infallivel mendicidade. De 1820 a 28, nos annos que precederam o rebentar da crise, havia ainda uma esperança positiva e universal: a expedição do Brazil, a esquadra que havia de sair para sub-

metter os rebeldes. Essa esquadra, porém, jámais levantava ferro, e o povo affirmava de todos os seus pastores que «não queriam senão comer». Eis aqui, textual e rudemente expressa, a opinião colhida da bocca de uma testemunha, interprete do espirito popular: «Está tudo perdido; e as nações estrangeiras fazendo o negocio do Brazil. Arre! que isto não é governo. Acabe-se uma vez com isto, ou experimente-se se se póde, ou não, restaurar o Brazil. Deixem demorar o caso, que d'aqui a dois dias não hão-de lá pôr o pé, e então morreremos aqui todos á fóme». Havia bons 6:000 contos de papel-moeda com agio, e o orçamento de 29 dizia assim: — receita 6:000, despeza 15:000. faltam 9:000 contos.

O motivo mais cruel da crise foi esta fome que todos previam. Os que tinham, além de fome, opiniões apaixonadas, esperavam que D. Miguel exterminasse primeiro a *pedreirada*, restabelecesse na sua pureza o antigo regime, para depois se conquistar — depois se conquistaria, sem duvida alguma! — o Brazil. A *pedreirada*, porém, rebellou-se, pegando em armas; e como elegeu para chefe o instrumento da autonomia politica do Brazil, o ex-imperador D. Pedro, claro está que a sua victoria implicava a negação formal de todas as esperanças. Era este um motivo mais para tornar impoplar o partido dos impios, cujo chefe expoliára o pae e o reino.

O Portugal historico, a nação que vivera da India, depois do Brazil, ninho de mercadores e soldados, escriptorio de uma vasta fazenda ultramarina, acabava por uma vez, para todo o sempre. Por isso a structura interna da sociedade devia transformar-se, para poder passar a viver á lei da natureza, e não como até ahi vivera: como uma

Hollanda. Mediram todo o alcance da revolução os seus sectarios? E' licito suppôr que foram principalmente impellidas pelos argumentos doutrinarios, pelas influencias da nova eschola do direito publico — os que o não foram pelo simples motivo do interesse ou da defeza, decerto justa contra a tyrannia, mas insufficiente, por si só, para inspirar e dirigir uma revolução, imposta e não pedida por um povo que a desadorava.

Que se medisse ou não o alcance social-historico, o facto é que as reformas de Mousinho da Silveira substituiram á structura antiga uma structura moderna; a instituições proprias de uma nação que vivia indolentemente de tradições caducas e de colonias rendosas, instituições adquadas á vida natural do trabalho e da industria. Sabia, podia a nação usar d'estas ultimas? Decerto não, como o provou a historia de vinte annos de convulsões. «Antes e depois de 1831-4 — diz Herculano, como bom portuguez, adorador da *energia*, que fez de D. João II o *principe perfeito*, e de Pombal um heroe: como genuino filho d'este povo, que a um tempo adorava dois tyrannos, D. Pedro ou D. Miguel — antes e depois de 1831-4, a historia do liberalismo é uma comedia de mau gosto; e n'esta mesma epocha ha apenas duas grandes e nobres figuras: Mousinho e o filho de D. João VI. O resto não vale a pena dar menção. São financeiros e barões, viscondes, condes, marquezes, de fresca e mesmo de velha data, commendadores, grão-cruzes, conselheiros: uma turba que grunhe, borborinha, fura atropellando-se e acotovellando-se na obra de roer um magro osso chamado orçamento, e que grita aqui-d'el-rey! quando não póde tomar parte no regabofe».

Assim devia e tinha de ser, porque tal é a con-

dição fatal de todas as dictaduras ou cesarismos, e este é o verdadeiro nome da revolução de 34. Quando um homem, ou um grupo, impõe a uma nação o regime, embora salutar, que elle não pede espontaneamente; quando se infringem assim as leis da natureza com os impetos da vontade humana, as consequencias são por toda a parte as mesmas. As condições particulares de Portugal parece terem-no destinado, desde todo o principio, a uma successão de revoluções d'esta ordem, por isso que. nem a geographia, nem a raça, dão á nação um alicerce que ella só encontrou, desde Affonso I até D. Pedro IV, na vontade energica dos seus homens superiores.

———

Os recursos ultramarinos tinham dado bastante para viver folgadamente uma existencia de dissipação. O enthusiasmo religioso, gradualmente pervertido, e o espirito aristocratico que descera a mesma ladeira, tinham-se tornado em dois instrumentos aspiradores que sugavam todo o rendimento da terra: instrumentos agora carcomidos sobre um solo já devastado. Os *dizimos*, creados no XII e no XIII seculo para as despezas do culto e caridade, eram, quinhentos annos depois, uma cousa secular. Guardavam-se ainda as apparencias, e ás ordens religiosas militares cabia ainda, com effeito, a melhor parte do producto do imposto: tinham a obrigação de manter o culto em toda a parte onde cobravam o dizimo. Desde que elle, porém, em grande parte, se distraíra da sua primitiva applicação, o baixo clero teve de vender os serviços religiosos, creando o *pé-d'altar*. A maxima parte das parochias vivia n'este regime, e o

dizimo constituia a renda dos nobres e poderosos que se inscreviam na jerarchia ecclesiastica. O rei cobrava um quinhão, apenas, sob fórma de tributos ou de emprestimos extorquidos á Egreja. Além do dizimo, os fóros ou direitos dominicaes seccavam os terrenos tradicionalmente pertencentes á corôa e possuidos por contractos emphiteuticos: taes censos attingiam nos *realengos* a quarta parte do rendimento bruto. — Entre a corôa, os fidalgos e morgados, a Egreja, as ordens militares e monasticas, distribuia-se, pois, a quasi totalidade do rendimento liquido da nação: eram essas classes que, salariando uma população mendiga e decrescente, governavam de braço dado com a fidalguia burocratica.

As ordens militares disfructavam os bens de 653 commendas, e nas secretarias havia um exercito: quasi 3:000 empregados. Só o Erario contava 800. Os conventos eram 534 com doze mil frades e freiras, por metades, com a renda de quasi mil contos em dinheiro, e milhares de moios de trigo, de cevada, de milho, de pipas de vinho e azeite, e legiões de porcos e carneiros, nuvens de patos e gallinhas. Orçava-se em 30:000 o numero dos ecclesiasticos, regulares e seculares, machos e femeas, com um rendimento total avaliado em seis mil contos de réis.

Sobre os encargos tradicionaes assentavam os impostos locaes do consumo, e os impostos geraes para as necessidades do Estado; porque as classes directoras tinham perdido com o tempo a consciencia de que eram depositarias, e não donas, d'esses bens que a historia lhes confiára, quando lhes attribuiu o encargo de presidirem ao organismo social.

Em volta de uma corôa, de facto dependente

apesar de absolua de direito, formigava uma nuvem de donatarios e alcaides, commendadores e prelados que eram os verdadeiros reis, nas suas pequenas monarchias. O *capitão-mór*, typo que a imaginação popular conservou tradicionalmente, era com effeito um modelo. Reunindo na sua mão todos os poderes, tinha a authoridade de um kadi. Governava patriarchalmente em ambos os sexos, recrutando ao mesmo tempo as tropas de soldados e as das suas houris serranas.

Mousinho da Silveira não era militar, e por isso, no acampamento da Terceira, o furor com que amontoava decretos sobre decretos, reconstituindo a structura da sociedade, passava por uma singular extravagancia de quem não era tido como senhor de todo o seu juizo. Estava ao lado de D. Pedro, como os philosophos gregos ao lado dos tyrannos da Sicilia. Essa extravagancia, porém, lida e commentada no reino, abria os olhos a muitos, covertendo-os; augmentava a opinião de que se devia pôr de parte a idéa de recuperar o Brazil, porque o verdadeiro Brazil estava em casa, na terra a libertar, no trabalho a remir, na *mão-morta* a partilhar. Entre os diversos calmantes que apressavam a baixa da temperatura febril do reino *miguelista*, os decretos de Mousinho valeram tanto ou mais do que a influencia da Europa: valeram mais, decerto, do que as batalhas do cerco do Porto. Eram granadas sem limite de alcance: rebentando, feriam a intelligencia e o interesse, em vez de ferirem apenas o phisico.

Quando a victoria das armas consentiu que se implantasse o novo systema, tornou-se facto indiscutivel que o antigo jámais se restabeleceria. Não houve mais a temer uma restauração como fôra a de 23, porque o estadista procedera de um modo

pratico e não abstracto, como se tinha feito em 1820.

Aboliram-se os dizimos ecclesiasticos e os direitos feudaes, libertando-se por tal fórma a propriedade rural e o trabalho agricola, a pequena industria e o pequeno commercio de dois terços de impostos só em minima parte cobrados pelo thesouro da nação. Separaram-se as funcções judiciaes das administrativas, organisando-se os tribunaes e implantando-se o systema administrativo francez. Tornaram-se os empregos publicos pessoaes e vitalicios, supprimindo-se a hereditariedade. Libertou-se o ensino. Aboliram-se as milicias. Restringiram-se os morgados aos que rendiam mais de 200$000 réis. Decretou-se a desamortisação e secularisou-se um certo numero de conventos. Limitou-se a *Siza* aos bens de raiz, reduzindo-a a metade do que era. Aboliram-se varios monopolios, entre elles o da venda do vinho do Portto fóra de Portugal. (1)

Por outro lado, fecharam-se violentamente os conventos de frades, prohibiram-se os votos de freiras, chamando ao fundo da propriedade collectiva todos os bens das ordens religiosas.

Era um terramoto, como o do marquez de Pombal.

Mais tarde, a sociedade, decididamente convertida ao utilitarismo, consummou-o abolindo de todo os morgados, o privilegio historico da barra do Douro, e outros monopolios. Já então Portugal estava lançado no caminho que factos de outra ordem concorriam a abrir-lhe.

A anarchia historica terminára por uma violenta explosão de todas as paixões antigas feita

(1) V. *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) I, pp. 402 e segg.

homem na pessoa de D. Miguel; e por uma destruição formal de todo o passado, por uma negação absoluta cujo apostolo foi Mousinho, cujo braço foi D. Pedro. Depois d'esta decisiva campanha em que a historia foi vencida, os echos dos combates prolongaram-se no tempo, como ribombar de trovão repercutindo-se pelas quebradas das montanhas. A anarchia, reinando em nome da reacção e da revolução; a anarchia no governo e na plebe, a anarchia dos tumultos e das praças, nos actos e nas idéas, no radicalismo e na tyrannia, nas perseguições e nas reivindicações, na administração e na fazenda, na economia e nos costumes — foi gradualmente amansando. Obliteraram-se os odios, varreram-se as tradições do duello de quinze annos, e a sociedade, vestida á moderna, desquitada da historia, renegando as tradições, appareceu outra. (1)

Ponhamos aqui umas breves palavras, para concluir. A historia da nossa vida contemporanea tem logar n'outra parte; mas ao despedirmo-nos do Portugal antigo, cuja vida de mais de sete seculos estudámos, seja-nos licito parar, indagando a natureza do novo sêr creado pela audacia e pela vontade dos authores da revolução de 1834.

Lançadas no esquecimento as tradições antigas, destruida a structura social da velha nação jesuita, que nova alma deu a revolução ao paiz? A idolatria da liberdade e do progresso, em cujo nome os ideologos o agitaram com successivas revoltas, só podia ser um culto para os homens edu-

(1) V *Portugal contemporaneo* (2.ª ed.) tomo II.

cados pela Europa contemporanea. O povo, quando os seguia, era apenas arrastado por seducções, por influencias, por illusões — porque não havia, nem podia haver n'elle consciencia. A vida politica da nação, debatendo-se entre as ambições e as idéas apaixonadas dos chefes de partido, foi por vinte annos uma desordem.

Não concorria para esse resultado a ideologia liberal apenas; pois, com os seus processos condemnaveis. com as suas tendencias intolerantes, os nossos *doutrinarios* semeavam tambem a anarchia, ao mesmo tempo que procuravam consolidar a obra da revolução, chamando o paiz á vida pratica do trabalho — mais definida expressão do progresso idolatrado, do que as formulas vasias dos sympathicos reformadores radicaes. Sem escrupulisarem nos meios, os estadistas audazes que sentiam a tendencia decisiva dos tempos modernos para o industrialismo, padeciam os vicios communs a todos os partidos que não têm outro norte além da Utilidade. Corrompiam, atacavam intimamente a fibra molle de um povo entorpecido; e por esse meio efficaz, muito havia em Portugal, conseguiam conservar-se, sem conseguirem domar a ambição enthusiasta, nem a colera nobre, nem as illusões tenazes dos caudilhos radicaes.

D'este conflicto de opiniões e pessoas nasceu uma situação que todos vieram a reconhecer intoleravel. Quando dizemos todos, referimo-nos aos politicos; porque, na sua grande massa, o povo, não comprehendendo a nova religião, desadorava-a por vêr que esse verbo novo não conseguia estabelecer uma paz e uma fortuna que agora, depois de 34, já pelo menos sabia desejar. A nova authoridade dizia fundir-se na vontade collectiva, porque o direito divino fôra condemnado; mas como tal au-

thoridade não existia, por faltar ao povo a consciencia da sua força e a intelligencia para usar d'ella, o systema traduzia-se apenas por uma successão de chimeras, um rosario de mentiras, á sombra das quaes pullulava um formigueiro de ingenuos crentes e de aventureiros atrevidos.

Foram todos esses que, ao fim de vinte annos, se sentiram fatigados de batalhas e intrigas. Por um compromisso, finalmente sincero, levados pela habilidade de um homem superior, frio e sem escrupulos, os partidos assignaram treguas, e o povo impôz a essas treguas o caracter de paz definitiva. Conhecera que, n'esse tumulto de vinte annos em que todos, vozeando, queriam salval-o, só elle era o perdido. Impenetravel á religião da democracia por ignorancia, e desadorando-a agora por vêr a qualidade dos seus apostolos, começava a venerar ess'outra religião que a segunda metade do seculo punha nos altares da antiga: a Utilidade, isto é, o progresso da viação n'um paiz que nunca tivera estradas, o progresso das culturas, dos rendimentos, do bem-estar. Desquitou-se formalmente dos politicos; pôz ponto ás revoluções d'elles; tapou os ouvidos ás suas declamações posteriores; guardou a clavina de guerrilheiro ao canto da alcova, deixando-a enferrujar, e deitou-se a uma nova faina. D'ahi proveiu um desenvolvimento rapido e consideravel da riqueza nacional.

A politica resentiu-se d'esta decisão formal do povo, e amansou. Fez-se melhor administradora; passou a cuidar mais das necessidades publicas do que dos interesses e das paixões das pessoas. Entretanto, os vicios antigos não podiam varrer-se tão depressa. No XVIII seculo, Portugal quasi se tornára um communismo monastico, em que as classes privilegiadas, fruindo todos os rendimentos,

distribuiam comedorias á nação sob a fórma de empregos e outras. O Brazil dava para tudo; o reino valia pouco. No cataclysmo de 34, quando se confiscaram os bens das ordens e da corôa, houve uma larga seara a repartir; e por modos differentes, essa massa de propriedade passou (como succede sempre) das mãos do vencido para as do vencedor. Isto, porém, não podia influir na economia da nação, e a pobreza antiga continuou como d'antes. O Thesouro, pedinte, gemia sob o peso das obrigações tradicioanaes, aggravadas agora pelo exercito de gente nova a que era necessario dar de comer. Successivas banca-rotas foram liquidando as situações creadas por tantos vicios.

Depois da ultima, em 1851, veiu uma causa nova juntar-se ás anteriores. A construcção de obras publicas, n'um paiz ignorante e pobre, tornou-se ao mesmo tempo uma aprendizagem cára, um campo a explorar por toda a casta de aventureiros estrangeiros, e um mercado rendoso para os bancos, encarregados por nós de nos angariar um dinheiro que não tinhamos para as obras que projectavamos. Da reunião das causas antigas e modernas proveiu o desordenado accrescimo da divida nacional e a voracidade correspondente do imposto.

A consequencia mais profunda da revolução liberal foi a ruptura da tradição, o acabamento definitivo do ***sebastianismo***: exprimindo por esta palavra symbolica todo o corpo de idéas, ambições e costumes historicos. Substituiu-se-lhe, porém, a consciencia de uma nova patria moral? Acordou-se o sentimento de um verdadeiro individualismo, fundado na ***religião*** (consinta-se-nos dizer assim) de-

mocratica? A personalidade tornou-se forte e conscite dos seus direitos? A intelligencia apurou-se? Cresceu o saber? Póde, com estes elementos, constituir-se o corpo homogeneo de uma nova nação real e viva?

Afigura-se-nos que não; e oxalá isto seja apenas a illusão de um espirito triste.

A vasia agitação politica, resultado necessario dos regimes parlamentares, parece condemnar os pequenos paizes a uma esterilidade intellectual, porque absorve todas as capacidades desde que desabrocham. A direcção moral que só a sciencia póde dar desapparece, e os institutos e as academias vasam-se para encher os parlamentos e alimentar o jornalismo. Vê-se, pois, uma educação apparentemente mais extensa, mas de facto sem intensidade, nem vigor, condemnada a uma decadencia fatal. Não se sabe mais do que o praticamente indispensavel, e por isso mesmo a craveira do saber necessario se fecha diariamente, chegando-se afinal a uma vulgaridade banal.

Essa mesma agitação politica, por natureza inimiga do caracter que amesquinha e deprime, vicia o temperamento das nações condemnadas a sacrificarem á profissão todos os seus melhores homens. A corrupção, mais ou menos positiva, a seducção da vaidade, das prebendas, dos empregos, da influencia, lança nos caracteres uma semente de perversão que germina no corpo de uma sociedade desprovida de um escol de homens sabios, de caracteres fortes, alheios ás miserias communs: fibra intima, mola resistente, que ponha em cheque a influencia deleteria da intriga.

A limitada área das operações administrativas, a exiguidade relativa dos recursos do thesouro, impedem, por seu turno, que se dote o paiz com a

instrumentação necessaria a um amplo desenvolvimento da riqueza e do saber, porque esses gastos-geraes das nações não são proporcionaes ao seu tamanho, mas quasi identicos em todas ellas. Assim, causas de ordem exterior veem concorrer para aggravar as causas de ordem intima.

Desde que o saber falta, os erros accumulam-se precipitando a ruina; desde que falta o caracter, a venalidade concorre para encarecer o custeio dos serviços; e ao mesmo tempo o reconhecimento da necessidade de progredir materialmente — e para esse não é mistér caracter, nem saber — arrasta a emprezas que, entregues a orgãos incapazes, podem ser cataclysmos.

Para além d'essa já numerosa classe que governa e intriga, de um modo em que não é licito vêr nobreza nem elevação, borborinha um enxame de trabalhadores obscuros, lavrando pacientemente a terra e transformando os seus productos, indifferentes a idéas que desconhecem, esquecidos de uma religião anachronica, desconfiados ou descrentes dos homens, inspirados e movidos pelo proposito unico de semear e colher os fructos do seu trabalho. São elles a materia prima da sociedade, mas ninguem descobre n'essa turba a phisionomia propria das nações. São uma população provincial que enriquece. Até hoje—não é ousadia affirmal-o—nem elles por si proprios, nem, por elles, os que os mandam, souberam tomar essa materia-prima, animal-a, dar-lhe a homogeneidade de fórma e a vida propria dos organismos collectivos.

D'ahi vem o caso, talvez unico na Europa, de um povo que, não só desconhece o patriotismo, que não só ignora o sentimento espontaneo de respeito e amor pelas suas tradições, pelas suas instituições, pelos seus homens superiores; que não

só vive de copiar, litteraria e politicamente, a França, de um modo servil e indiscreto; que não só não possue uma alma social, mas se compraz em escarnecer de si proprio, com os nomes mais ridiculos e o desdem mais burlesco. Quando uma nação se condemna pela bocca de seus proprios filhos, é difficil, se não impossivel, descortinar o futuro de quem perdeu por tal fórma a consciencia da dignidade collectiva.

Continúa ainda a decomposição nacional, apenas interrompida de um modo apparente pelas idéas revolucionarias e pela restauração das forças economicas fomentadas pelo utilitarismo universal? Ou presenciamos um phenomeno de obscura reconstituição; e sob a nossa indecisa phisionomia nacional, sob a nossa mudez patriotica, sob a desesperança que por toda a parte ri ou geme, crepitará latente e ignota a chamma de um pensamento indefinido ainda?

———

APPENDICE

I

CHRONOLOGIA [1]

(EDADE-MEDIA)

Primeiro periodo.—Independencia e constituição do reino

XII SECULO

Separação de Leão; conquista do sul

1097 — Creação do condado de Portugal, em favor de Henrique de Borgonha, conde hereditario, casado com Thereza, filha bastarda de Affonso VI de Leão.
1109 — Morte de Affonso VI; partilha de Leão; alargamento das fronteiras do condado para leste e norte.
1114 — Morte do conde D. Henrique. Começa o governo de D. Thereza, com os titulos de infanta, condessa, e rainha de Portugal.
1127 — Invasão leoneza, e perda da Galliza e da Terra-de-Campos, fronteiras de 1109.
1128 — Revolta dos barões portuguezes contra D. Thereza; batalha de Guimarães (Julho); exilio da rainha, e começo do governo de Affonso Henriques.
1120-37 — Guerras de Leão; invasões da Galliza, 1130, 1135 e 1137; fixação definitiva das fronteiras de norte (Minho), e leste além-Douro. Pazes de Tuy.
1139 — Batalha de Ourique (julho).
1140 (?) — Quarta invasão da Galliza: torneio ou *bufurdio* e treguas de Val-de-Vez. Affonso Henriques toma o titulo de rei.

(1) A éra chamada de Cesar, ou hispanica, foi vulgar em todos os monumentos historicos até ao fim do XIV seculo. D. João I substituiu-a pela éra de Christo. A de Cesar precede 38 annos esta, e diz-se datar da vinda de Augusto á Hespanha. Daremos sempre a éra vulgar, que o leitor facilmente poderá reduzir á antiga, quando o necessite. V. *Taboas de chronologia*, pp. 275-6, nota.

1143 — Pazes, e contracto de Zamora; reconhecimento da independencia pelo *imperador* da Hespanha; suzerania do papa.
1147 — Conquista da linha do Tejo: Santarem (março), Lisboa, Cintra, Palmella, Almada (outubro-novembro.
1151-7-8 — Tres successivas investidas conta Alcacer-do-Sal, afinal tomada.
1160 — Conferencia de Cella-nova; tratado de limites entre Leão e Portugal, nas ulteriores conquistas aos sarracenos: fronteira do Guadiana.
1161 — Invasão serracena: perda de Alcacer e das conquistas de além-Tejo.
1162 — Surpreza e tomada de Beja.
1165 — Correrias e surprezas de Affonso Henriques no Alemtejo, e Estremadura hespanhola; surpreza e tomada de Evora, Moura, Serpa, Alconchel, Caceres, Trujillo (1166).
1166 — Derrota do infante Sancho em Arganal, pelos leonezes; ultima guerra de Leão; invasão frustrada da Galliza.
1169 — Ataque de Badajoz, e derrota dos portuguezes.
1171 — Segunda invasão sarracena; primeiro cerco de Santarem; soccorro de Fernando II.
1179 82 — Invasões successivas dos sarracenos, que dominam em todo o Alemtejo.
1184 — Segundo cerco de Santarem, frustrado: retirada dos musulmanos.
1185 — Morte de Affonso Henriques, successão de Sancho I.
1189 — Irrupção dos almoravides, rechassada; expedição do Algarve; tomada de Alvor e Silves (setembro).
1191 — Invasão sarracena; perda de Silves ou de todo o Alemtejo.
1195-200 — Guerras de Leão.

XIII E XIV SECULOS

Organisação politica e economica do reino

1211 — Morte de Sancho I, successão de Affonso II.
1212 — Batalha das Navas de Tolosa.
1217 — Tomada de Alcacer-do-Sal.
1223 — Morte de Affonso II, successão de Sancho II.
1226-42 — Conquista da fronteira de leste no Alemtejo, até

ao Algarve: Elvas, Serpa, Moura, Mertola, Ayamonte, Tavira.

1245 — Deposição de Sancho II, regencia de Affonso III.

1248 — Morte de Sancho II em Toledo; começo do reinado de Affonso III.

1249-50 — Conquista do Algarve: delimitação das fronteiras de leste.

1254 — Côrtes de Leiria, primeiras em que teem assento os procuradores dos povos.

1261 — Côrtes de Coimbra.

1779 — Morte de Affonso III, successão de D. Diniz.

1286-91 — Côrtes; leis de desamortisação, continuando a primeira, de 1250.

1287 — Guerra civil pela sublevação do infante D. Affonso.

1288 — Fundação da Universidade de Coimbra.

1295-7 — Guerra de Castella.

1308 — Primeiro tratado de commercio com a Inglaterra.

1309 — Abolição das *honras* posteriores a 1290.

1310 — Nacionalisação das Ordens militares. Suppressão do *Templo*, creação de *Christo* (1319).

1325 — Morte de D. Diniz, successão de Affonso IV.

1328 — Guerra de Castella.

1340 — Alliança: batalha do Salado.

1355 — Assassinio de Ignez de Castro. Rebellião do infante viuvo D. Pedro.

1357 — Morte de Affonso IV, successão de Pedro I.

1361 — Côrtes de Elvas.

1367 — Morte de Pedro I, successão de D. Fernando.

1369 — Invasão da Galliza; primeira guerra castelhana. Paz de Alcoutim.

1371 — Casamento do rei com Leonor Telles.

1372 — Alliança do duque de Lencaster. Segunda guerra. Invasão da Beira pelos castelhanos.

1373 — Cerco de Lisboa. Paz de Vallada. Côrtes de Atouguia.

1375 — Promulgação das leis de almotaçaria, e sesmarias.

1376 — Côrtes de Leiria.

1381 — Declaração da terceira guerra a Castella; derrota naval de Saltes; paz de Badajoz.

1383 — Morte de D. Fernando (outubro); revolta de Lisboa, assassinato de Andeiro (dezembro).

1384 — Eleição do mestre de Aviz para defensor do reino. Cerco de Lisboa por D. João de Castella, frustrado.

1385 — Côrtes de Coimbra, acclamação de D. João I, rei (abril); batalha de Aljubarrota (agosto).

1387 — Casamento de D. João I com D. Philippa de Lencaster; alliança ingleza.
1393 — Preliminares da paz com Castella; 1406, treguas de dez annos; 1414, reconhecimento da independencia de Portugal.

(RENASCENÇA)

Segundo periodo. — Descobertas e conquistas ultramarinas [1]

XV SECULO

Navegações. Emprezas de Africa

1415 — (agosto) Tomada de Ceuta. — Primeiras viagens de descoberta, ordenadas pelo infante D. Henrique.
1418 — Descoberta da ilha de Porto Santo.
1419 — Descoberta da ilha da Madeira.
1432 — Principia a successiva descoberta das ilhas do archipelago dos Açores, já visitadas todas em 1453.
1433 — Morte de D. João I; successão de D. Duarte.
1434 — Dobra Gil Eannes o cabo Bojador. Publicação da lei *mental*.
1437 — Empreza de Tanger; capitulação e perda do Infante-santo.
1438 — Morte de D. Duarte; regencia do infante D. Pedro, na menoridade de Affonso V.
1446 — Publicação das *Ordenações* affonsinas. — principio do reinado de Affonso V.
1449 — Guerra civil; batalha de Alfarrobeira, morte de D. Pedro, ex-regente.
1454 — Bulla de Nicoláo V, concedendo a D. Henrique o direito sobre todas as descobertas ao longo das costas africanas.
1458 — Continuação das guerras de Africa: tomada de Alcacer-Seguer.
1460 — Morte do infante D. Henrique.

(1) V. a chron. particular das viagens, no *Brasil e as colon. port.* (2.ª ed.) pp. 2-8, e *pass.* as datas da exploração da America e da Africa. V. tambem *Taboas de chronologia*, pp. 413 e segg.

1471 — Tomada de Arzilla, em Africa.
1476 — Pretenções á successão de Castella. Batalha de Toro. Viagem do rei a França. Regencia do principe herdeiro D. João.
1477 — Regresso de Affonso V; restabelecimento do seu governo.
1479 — Pazes com os reis catholicos.
1481 — Morte de D. Affonso V; successão de D. João II. — Côrtes de Evora, reivindicação das doações de Affonso V á nobreza, depois de Alfarrobeira — Occupação da costa da Mina.
1483 — Execução do duque de Bragança, em Evora.
1484 — Assassinato do duque de Vizeu, em Setubal.
1486 — Partida da esquadra de Bartholomeu Dias a dobrar o cabo da Boa-Esperança. — Occupação de Azamor.
1487 — Partida de Covilhan e Payva, por terra, para o Oriente.
1490 — Bodas do principe herdeiro Affonso, com Isabel de Castella : morte do principe em 91.
1492 — Entrada dos judeus hespanhoes em Portugal.
1493 — Sentença de Alexandre VI, dividindo as descobertas entre Castella e Portugal, por um meridiano que passa a 370 leguas O. de Cabo-verde; cabendo as do nascente a Portugal, as do poente a Castella.
1494 — Tratado de Tordesilhas.
1495 — Morte de D. João II; successão de D. Manuel.
1496 — Casamento de D. Manuel com a viuva do principe Affonso : expulsão dos mouros e judeus.
1498 — Descoberta do caminho maritimo da India, por Vasco da Gama.

XVI SECULO

Imperio da India

1500 — Viagem de Pedro Alvares Cabral á India; descoberta do Brazil.
1503 — Fundação da primeira fortaleza na India, Katchhi. *(Cochim)*.
1504 — Defeza de Katchhi, por Duarte Pacheco.
1505 — Constituição do governo da India; D. Francisco de Almeida, governador. Occupação da costa oriental d'Africa.
1506 — Reconhecimento e desembarque em Madagascar. — Morticinio dos judeus, em Lisboa.

1507 — Tomada de Hormûz, por Affonso de Albuquerque.
1510 — Tomada de Gôa, pelo mesmo.
1511 — Tomada de Malaka, pelo mesmo.
1513 — Tomada de Azamor em Africa.
1514 — Embaixada de D. Manuel ao papa.
1517 — Reforma dos foraes do reino.
1518 — Occupação de Ceylão.
1519 — Viagem de Fernão de Magalhães.
1521 — Publicação das *Ordenações* manuelinas. — Morte de D. Manuel; successão de D. João III.
1526 — Primeiro ataque, frustrado, a Diu; repetido, com a mesma sorte, em 31
1535 — Fundação da fortaleza de Diu. Apogeu do imperio portuguez na India.
1540 — Introducção dos jesuitas.
1547 — Estabelecimento definitivo da Inquisição em Portugal.
1549 — Abandono de Arzilla.
1557 — Morte de D. João III; regencia da rainha viuva D. Catharina.
1562 — Substituição da rainha pelo cardeal D. Henrique, na regencia.
1568 — Principio do governo de D. Sebastião, rei.
157[illegible] — Primeira ida de D. Sebastião á Africa.
1578 — Segunda viagem de Africa; batalha de Alcacer-quibir onde o rei morre. — Segunda regencia do cardeal D. Henrique, que é acclamado rei á noticia da morte de D. Sebastião.
1580 — Morte de D. Henrique; questão da successão. Conquista de Portugal por Philippe II de Hespanha. Entrada do duque d'Alba em Lisboa, depois da batalha de Alcantara (agosto).
1581 — Côrtes de Thomar (abril). Philippe II de Hespanha reconhecido, e I do nome, em Portugal.
1591 — Primeira viagem dos inglezes ás Indias.
1594 — Substituição do regente castelhano por uma junta de membros portuguezes.
1595 — Primeira esquadra hollandeza ás Indias; principio da perda successiva da maxima parte das estações portuguezas no Oriente; extincção da potencia maritima e do monopolio commercial.
1598 — Morte de Philippe I; successão do II.

(TEMPOS MODERNOS)

Terceiro periodo. — Regime do equilibrio internacional

XVII SECULO

União e separação, da Hespanha

1600 — (janeiro) Christovam de Moura substitue no governo de Portugal a junta dos regentes.
1603 — Publicação das *Ordenações* philippinas.
1601 a 10 — Negociações para a liberdade dos judeus portuguezes.
1619 — Viagem de Philippe II a Portugal; côrtes de Lisboa.
1621 — Morte de Philippe II; successão de Philippe III.
1627 a 9 — Novas negociações para a liberdade dos judeus; tumultos em Portugal; indultos dos judeus.
1635 — A duqueza de Mantua, regente de Portugal; secretariado de Miguel de Vasconcellos.
1637 — Revolução de Evora: o *Manuelinho*.
1639 — O duque de Bragança (depois D. João IV) governador militar de Portugal.
1640 — (março) Batalha das *Dunas*. — (julho) Revolta da Catalunha. — (agosto) Convocação da nobreza portugueza ás côrtes de Aragão. — (Dezembro, 1) Sedição em Lisboa; aclamação de D. João IV, rei de Portugal. Principio da guerra da separação.
1641 — (julho) Tratado de alliança com a França e com a Hollanda. — Execução do duque de Caminha e seus cumplices, na conspiração contra a dynastia. — Côrtes de Lisboa.
1642 — (janeiro, 29) Reconhecimento da independencia pela Inglaterra; tratado de alliança.
1643 — Execução de Lucena; segunda conspiração contra a dynastia.
1644 — (maio, 26) Batalha do Montijo.
1645 — Regicidio frustrado no dia de *Corpus*; execução de Domingos Leite.
1648 — Paz de Westphalia (entre a Hespanha e os alliados da França) e fim da guerra dita *dos trinta annos*. Planos dynasticos de união iberica.

1654 — (julho, 10) Segundo tratado de alliança com a Inglaterra.
1656 — Morte de D. João IV, regencia da rainha viuva.
1657 — Perda de Olivença.
1658 — (outubro-nobembro) Defeza das linhas d'Elvas.
1659 — (janeiro) Batalhas das linhas d'Elvas. — Paz dos Pyreneus, entre a Hespanha e a França.
1660 — Planos de abandono de Portugal e emigração do rei para o Brazil. — Vinda de Schomberg e mercenarios francezes para o exercito.
1661 — Invasão e conquista do Alemtejo pelos hespanhoes. — Casamento da Infanta D. Catharina com Carlos II de Inglaterra: terceiro tratado de alliança.
1662 — Affonso VI, rei. — (dezembro, 14) Tratado com a Hollanda para a regularisação definitiva das questões coloniaes.
1663 — (junho, 8) Batalha do *Canal* ou *Ameixial*.
1665 — (junho, 17) Batalha de Montes-claros; evacuação do Alemtejo pelos hespanhoes.
1667 — (março, 31) Liga offensiva e defensiva com a França. — Deposição de Affonso VI, regencia de D. Pedro, depois II.
1668 — (fevereiro, 13) Paz com a Hespanha; reconhecimento da indepencia.
1669 — (julho, 31) Novo tratado de limites, no ultramar, com a Hollanda.
1674 — (junho, 16) Dissolução das côrtes de Lisboa; affirmação do regime absoluto.
1683 — D. Pedro II, rei, por morte de D. Affonso VI.
1693 — Descoberta das minas do Brazil.

XVIII SECULO

Estabelecimento do absolutismo

1703 — Tratado (do Methwen) de commercio com a Inglaterra. — Alliança com o Imperio, a Hollanda, e a Inglaterra, contra a Hespanha e a França. *(Guerra da successão)*.
1704 — (março, 7) Declaração de guerra á Hespanha.
1706 — Morte de D. Pedro II; D. João V, rei. — (junho, 3) Entrada do exercito portuguez em Madrid.
1707 — (abril, 25) Derrota dos portuguezes em Almanza.
1713 — (fevereiro, 6) Paz com a Hespanha. — (abril, 11) Paz com a França; tratados de Utrecht.

1720 — Instituição da Academia Real de Historia.
1750 — Morte de D. João V; D. José I, rei.
1751 — Emancipação dos indios do Brazil.
1755 — (novembro, 1) Terramoto de Lisboa.
1756 — Fundação das companhias de Pernambuco e Parahyba e dos Vinhos do alto-Douro.
1758 — Perseguição dos jesuitas. — (setembro, 3) Tentativa de assassinato contra o rei.
1759 — (janeiro, 13) Execução dos réus em Belem. — (setembro, 3) Expulsão dos jesuitas.
1761 — (dezembro, 1) Execução do padre Malagrida.
1762 — Guerra com a Hespanha.- (abril) Invasão em Traz-os-Montes.
1763 — Paz de Fontainebleau *(Guerra dos sete annos.)*
1764-73 Reformas economicas, administrativas e politicas do marquez de Pombal. — Abolição da escravatura no reino.
1777 — Morte de D. José; D. Maria I, rainha.
1779 — Creação da Academia Real das Sciencias.
1782 — Morte do Marquez de Pombal.
1792 — (fevereiro, 10) O principe D. João toma conta do governo, no impedimento da rainha.
1793 — (março) Declaração de guerra á França, com a alliança da Inglaterra e Hespanha; campanha do Russilhão.
1796 — Paz, entre a França e a Hespanha.
1799 — Deposição de D. Maria I, doida; regencia do principe D. João.

XIX SECULO

Invasão franceza. — Independencia do Brazil. — Revolução liberal

1801 — (março, 2) Guerra com a França-Hespanha, invasão do Alemtejo.—(junho 8) Pazes com a Hespanha; (setembro, 29) com a França.
1803 — Primeira conspiração da regente D. Carlota Joaquina contra o soberano, seu marido.
1807 — (outubro, 29) Tratado de Fontainebleau (França e Hespanha) para a conquista de Portugal. — (novembro, 30) Fuga da familia real para o Brazil; formação de uma regencia. Entrada do exercito francez em Lisboa; e occupação de todo o reino pelos franco-hespanhoes. Instituição da regencia.

1808 — (junho) Sublevação do norte contra os invasores — (agosto, 1) Desembarque de forças auxiliares inglezas. — (17) Combate da Roliça. — (21) Batalha de Vimieiro. — (30) Convenção de Cintra; evacuação de Portugal pelos francezes. (Exercito de Junot).

1809 — (janeiro) Confirmação da nova regencia, por D. João. — (fevereiro) Invasão (segunda) dos francezes, por Traz-os-Montes; rendição de Chaves. — (março, 29) Tomada do Porto. — (maio, 2) Batalha da ponte de Amarante; (13) tomada do Porto pelos anglo lusos, e evacuação de Portugal. (Exercito de Soult).

1810 — (fevereiro, 19) Tratados de commercio e alliança com a Inglaterra. — (julho, 24) Terceira invasão franceza (exercito de Massena). Batalha do Bussaco, entrada em Coimbra (27-30 setembro). Retirada dos anglo-lusos para as linhas de Torres-Vedras.

1811 — (março-maio) Perseguição dos francezes; retirado do exercito invasor pela Beira.

1816 — Morte de D. Maria I; D. João VI, rei.

1817 — Conspiração e execução do general Gomes Freire.

1820 — (agosto, 24) Sublevação do Porto; (setembo 15) de Lisboa. Governo provisorio; deposição da regencia; (novembro, 11) proclamação da constituição de Cadiz; reunião do congresso constituinte.

1821 — (março, 9) Decreto das bases da constituição nacional. — (julho, 3) Regresso de D. João VI a Lisboa.

1822 — (maio-agosto) Declara-se independente o Brazil. — (setembro, 23) Assignatura da constituição; (outubro, 1) juramento do rei; (novembro, 1) juramento geral; (dezembro, 1) reunião das côrtes ordinarias.

1823 — (fevereiro) Sublevação do conde de Amarante em Traz-os-Montes. — (maio, 27) Sedição absolutista. Jornadas de Santarem e Villa-França; (junho, 2) dissolução das côrtes; (5) volta do rei a Lisboa; proclamação do absolutismo moderado; suppressão da constituição.

1824 — (fevereiro, 29) Assassinato do marquez de Loulé, no paço. — (abril, 30) Sedição absolutista, a *abrilada;* (maio, 4) o infante D. Miguel, generalissimo — prisões e perseguição dos moderados; (9) embarque

do rei a bordo da nau *Windsor Castle*, no Tejo; desterro do infante.

1825 — (novembro, 15) Ratificação do tratado de independencia do Brazil em Lisboa (V. a chron. partic. da independencia do imperio no *Brazil e as colon. port.* (3.ª ed., pp. 113-15).

1826 — (março 10) Morte de D. João VI, regencia da infanta D. Isabel Maria.

II

QUADROS GENEALOGICOS

DAS

DYNASTIAS NACIONAES

I

Dynastia de Borgonha

1. D. Henrique, filho do conde de Borgonha c. Thereza, bastarda de Affonso VI, de Leão; n. 1020. — Conde de Portugal em 1097; — m. 1112

2. Affonso Henriques rei de Portugal n. 1109 m. 1185 c. Mafalda, de Saboya | Urraca c. conde Trastamara | Sancha c. Senhor de Bragança | Pedro (bastardo) 1.º grão-Mestre de Avis

3. Sancho I n. 1154 m. 1211 c. Dulce, de Barcelona | Henrique | Sancha | Urraca c. Fernando, de Leão | Mafalda c. Affonso rei de Aragão | Thereza c. conde Flandres | Pedro Grão Mestre de Rhodes | Fernando-Affonso Tenente-General do reino (Pedro and Fernando-Affonso: BASTARDOS)

4. Affonso II n. 1185 m. 1223 c. Urraca, de Castella | Fernando conde de Flandres | Pedro Senhor de Mayorca | Thereza c. rei de Leão | Mafalda c. rei de Castella | Sancha (freira)

5. Sancho II sem filhos n. 1209 m. 1248 | **6. Affonso III** conde de Bolonha rei de Portugal n. 1210 m. 1260 c. Beatriz, de Castella | Fernando (o infante de Serpa) | Leonor

7. Diniz I
n. 1261 m 1325
c. Izabel, de Aragão

Affonso
Senhor
de Portalegre

Branca
(freira)

Fernando Affonso
Templario

Gil Affonso
Hospitalario

Leonor
(freira)

BASTARDOS

8. Affonso IV
n. 1291 m. 1357
c. Brites, de Castella

Constança
c. rei de Castella

Affonso Sanches
Senhor de
Albuquerque

Pedro Affonso
conde de
Barcellos

Maria
(freira)

BASTARDOS

Maria
c. rei de Castella

9. Pedro I
n. 1320 m. 1367
c. D. Constança
c. D. Ignez de Castro

Leonor
c. rei de Aragão

Maria
c. infante de Aragão

10. Fernando I
n. 1345 m. 1383
c. Leonor Telles

FILHOS DE D. CONSTANÇA

João
Duque de Valença

Dini:

Beatriz
c. conde de Albuquerque

FILHOS DE D. IGNEZ DE CASTRO

João
Mestre de Aviz;
fundador da
nova dynastia
(BASTARDO)

Beatriz
c. rei de Castella
perdendo o direito á succes-
são e extinguindo-se
a dynastia

Pela morte de D. Fernando, 10.º rei, ficaram pretendendo a corôa, por direito da successão, os dois filhos de Ignez de Castro, João e Diniz; o rei de Castella D. João I, marido de D. Beatriz; e João, Mestre de Aviz, a quem a revolução deu o reino.

II

Dynastia de Aviz

Pela morte de **D. Henrique, 18.° rei**, ficaram pretendendo a corôa, por direito de legitimidade: *a*) **Antonio, Prior do Crato**; *b*) **Philippe II, rei de Hespanha**; *c*) **D. Catharina, duqueza de Bragança**; *d*) **Manuel, duque de Saboya**; *e*) **Raynuncio, duque de Parma, todos os netos de D. Manuel**; e *f*) **Catharina de Medicis, rainha de França**; *g*) **Isabel, de Inglaterra**; e, invocando o direito da suzerania historica, *h*) a Curia romana. A força deu a herança ao rei de Hespanha.

(Philippes I, II e III, 19, 20 e 21 ° soberanos de Portugal, durante a união á Hespanha)

III

Dynastia de Bragança

22, João IV, duque de Bragança n. 1604 m. 1656; c. Luiza de Gusmão.

- Theodosio, herdeiro presumptivo, principe do Brazil
- 23. Affonso VI, n. 1643 m. 1683, c. Maria de Nemours, sem descendencia
- 24. Pedro II, n. 1648 m. 1706, c. a esposa de Affonso VI, c. Sophia, palatina
  - Filhos de D. Sophia:
    - 25. João V, n. 1689 m. 1750, c. Maria, de Austria
    - Antonio
    - Manuel
    - Thereza
    - Francisca
  - Bastardos:
    - Luiza, c. duque de Cadaval
    - Miguel, fundador da casa de Lafões
    - Jorge, arcebispo de Braga
- Catharina, c. rei de Inglaterra

26. José I
n. 1714 m. 1777
c. Maria Victoria
de Castella

Maria Barbara
c Fernando VI,
de Hespanha

Pedro
Prior do Crato,
marido de
Maria I

Carlos Alexandre
m. creanças

Gaspar
arcebispo
de Braga

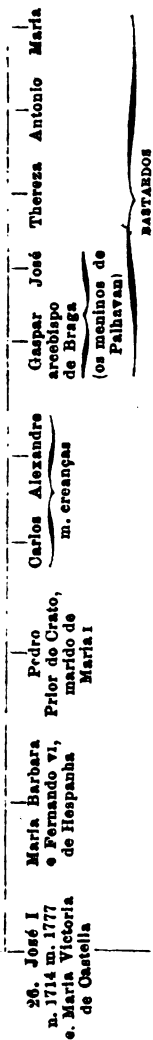
José

(os meninos de
Palhavan)

Thereza

Antonio

Maria

BASTARDOS

27. Maria I
n. 1734 m. 1816
c. D. Pedro III
seu tio

Marianna

Dorothea

Benedicta
princeza do Brazil

José
herdeiro pre-
sumptivo
principe da
Beira

28. João VI
n. 1767 m. 1826
c. Carlota Joaquina,
de Hespanha

Marianna
c. infante Gabriel,
de Hespanha

29. D. Pedro IV
n. 1798 m. 1834
c. Leopoldina, de Austria
c. Amelia, de Baviera

D. Miguel
Prior do Crato
regente

M. Thereza
c. Carlos de
Bourbon

M. Isabel
c. Fernando VII,
de Hespanha,

M. Francisca
c. D. Carlos,
de Hespanha

Isabel Maria
regente

M. Assumpção

Anna
c. marquez de
Loulé

III

NOTAS

SOBRE A

HISTORIOGRAPHIA EM PORTUGAL

Na impossibilidade de inscrever aqui um catalogo dos subsidios impressos da historia nacional, trabalho demasiadamente longo e porventura não reclamado pelo commum dos leitores, limitar-nos-hemos a indicar as principaes obras e publicações, caracterisando brevemente os diversos periodos da historiographia patria.

Os *Livros de Linhagem* são os mais antigos da historia nacional, se dermos a esta expressão o valor de composição destinada a referir successos anteriores; excluindo, portanto, todos os monumentos, como cartas, codigos, fóros, etc., materiaes de historia, e não historia propriamente dita. Fastos de uma epocha feudal nos costumes e semi-barbara, esses livros, mais ou menos fielmente reproduzidos nas suas edições successivas, são um documento precioso. A historiographia portugueza data, porém, do tempo de D Duarte, e o seu patriarcha é Fernão Lopes, o vivo e pittoresco escriptor, cuja penna soube animar, nas suas chronicas (D. Pedro I a D. João I), os dramaticos personagens da revolução do fim do XIV seculo. Pouco posterior, Azurara, na *Chronica de Affonso V* e na da *Conquista de Guiné*, relata, de um modo animado e colorido, acontecimentos de que foi testemunha; mas Duarte Galvão, que escreveu as *Chronicas* dos primeiros reis, sem conveniente saber, nem fortes dotes litterarios, tem um valor secundario.

O segundo periodo da historiographia nacional é o seculo de 500 N'essa epocha a litteratura historica é já rica e abundante. Para dar idéa da sua importancia dividiremos em tres generos ou categorias as obras contemporaneas:—*a)*

Litteratura historica, ou historia propriamente dita; — *b)* Erudição; — *c)* Chronicas e memorias. — Na primeira categoria incluimos as *Chronicas* de D. Manuel e do principe D. João por Damião Goes, e as de Ruy de Pina; de Barros as *Decadas* (continuadas no fim do seculo por Diogo do Couto), e os *Panegyricos*; a *Chronica de D. João II* de Garcia de Rezende; a *Historia da India*, de Castanheda; o *De rebus Emmanuelis* do bispo Jeronymo Osorio; os *Commentarios*, do filho de Affonso de Albuquerque; e finalmente o *Epitome*, e a *Europa, Asia e Africa portuguezas* de Faria e Sousa. O merito e o demerito de livros d'esta natureza são conhecidos, e, até certo ponto, o proprio valor que teem, como obras litterarias de mais ou menos puro quilate, provém das idéas ao tempo dominantes sobre a arte de escrever. — Da segunda categoria o exemplar mais notavel é o livro *De antiquitatibus Lusitaniæ* de André de Rezende; e na terceira os materiaes são tão abundantes que seria impossivel apontar aqui todos os que successivamente teem vindo á luz da publicidade. A *Memoria de todas as armadas* de Faria e Sousa, a collecção de *Leis e Provisões de D. Sebastião*, publicadas por Francisco Correia, a das *Ordenações da India*, o *Regimento da Casa da India*, o *Livro de toda a Fazenda* de Luiz de Figueiredo Falcão, a *Corographia* de Gaspar Barreiros, o *Tombo do Estado da India* de Simão Botelho, as *Noticias de Portugal* de Severim de Faria, a *Viagem* do Padre Manuel Godinho, etc. — constituem um corpo de informações do maior valor para a historia do tempo: ao passo que outro genero de livros nos revela o caracter da politica e dos costumes, e nos deixa vêr, realmente, os personagens da historia. Mencionaremos os *Dialogos do soldado pratico* de Couto, e a sua *Vida de D. Paulo de Lima*; o *Primor e honra da vida soldadesca no Estado da India*, anonymo; o *Tempo de Agora* de Miranda e as *Miscellaneas* de Garcia de Rezende e de Andrade; o *Espelho de casados* do dr. João de Barros, as *Lendas da India* de Gaspar Correia, a *Historia tragico-maritima*, as *Perigrinações* de Fernão Mendes Pinto, a *Vida* e a *Chronica do Cardeal-rei* de Miguel de Moura, além de outras obras recentemente impressas e que indicaremos no logar competente.

A litteratura historica do xvii seculo é copiosa decerto, mas inferior em merecimento á precedente por todos os lados. A corrupção do gosto diminue o quilate artistico das obras; o pequeno valor das questões agitadas n'esse periodo de decadencia omnimoda, e a substituição das fabulas eruditas á erudição, tiram o preço a obras historicas a que não

compete já propriamente o nome de litterarias. A emphase no pensamento e no estylo, a nimia credulidade e ignorancia produzem livros de um valor negativo quasi, como os de Fr. Bernardo de Brito, o padre-mestre das patranhas, author do *Elogio dos reis*, da *Chronica de Cistér*, e da 1.ª e 2.ª parte da *Monarchia luzitana;* a *Chronica de D. João III* de Francisco de Andrade, e a *Vida de D. João de Castro* de Jacintho Freire; as *Chronicas* refundidas por Duarte Nunes de Leão, que é tambem o author de uma *Descripção do reino de Portugal* e da interessante compilação das *Leis extravagantes.* As *Chronicas de D. Sebastião*, de Fr. Bernardo da Cruz e de D. Manuel de Menezes, a *Historia Sebastica*, a *Jornada de Africa*, de Jeronymo de Mendonça, narram o episodio com que terminou, desgraçadamente, o XVI seculo em Portugal. Obras d'outra natureza são as *Varias antiguidades* de Gaspar Estaço, as *Grandezas de Lisboa* de Fr. Nicolau de Oliveira, os *Dialogos de varia historia* de Pedro de Mariz, as *Antiguidades* de Diogo de Paiva de Andrade; mas a grande copia das obras historicas do seculo consiste nos livros escriptos por causa ou a proposito das diversas questões constitucionaes que agitaram a vida nacional contemporanea. João Pinto Ribeiro com a *Usurpação, retenção e restauração de Portugal*, com o *Desegano ao parecer enganoso*, está á frente da pleiade de escriptores politicos, em cujas obras o estudioso póde aproveitar muito. no sentido de apreciar a decadencia do saber e do gosto n'essa epocha deploravel. A *União de Portugal* de Conestagio, o *Portugal cuidadoso e lastimado* de Bayão, a *Restauração de Portugal prodigiosa* de Almeida, os *Avisos do Céo, successos de Portugal* de Luiz Torres de Lima, a *Luzitania liberata*, e as *Excellencias de Portugal* de Sousa de Macedo, são livros que só uma curiosidade erudita póde instigar a ler. Não são assim as revelações indiscretas que, despidas dos ouropeis litterarios, documentam a protervia real do tempo: a *Catastrophe de Portugal* do bispo do Porto, Lacerda, e a anonyma *Anti-catastrophe*, memorias reaes d'esse repugnante episodio de Affonso VI, recentemente esclarecido ainda pela publicação dos documentos judiciarios na *Causa de Nullidade*, etc.; não assim os *Ineditos*, cartas e mais papeis do ministro Alexandre de Gusmão; nem o *Casamento perfeito* de Andrade; nem a *Carta de guia* e os *Apologos dialogaes* de D. Francisco Manuel.

No principio do XVIII seculo acordára o furor das *Academias;* e das successivas tentativas resultou a fundação da *de Historia* em 1720, mais tarde transformada na actual

Academia Real das Sciencias. Apesar de todos os vicios do gosto, apesar de se ter interrompido a tradição dos estudos eruditos, iniciados no XVI seculo, força é reconhecer que os trabalhos da Academia representam o primeiro esforço e um importante passo andado na constituição da historiographia nacional. A' frente das obras que preparam ou acompanham esse movimento, devemos pôr, além dos quatorze vol. das *Memorias*, a colossal compilação da *Historia genealogica da casa real*, onde Antonio Caetano de Sousa buscou reunir, conforme podia, todos os materiaes primitivos, dispersos até ahi, da historia das origens nacionaes. Luiz Caetano de Lima publíca a *Geographia historica de Portugal;* José Soares da Silva, a *Historia de D. João I;* dos Barboza Machados, José, o *Catalogo das rainhas de Portugal*, e Diogo, author da *Bibliotheca lusitana*, as *Mem. para a Hist. de Port. no reinado de D. Sebastião;* dos Brandões, Fr. Antonio escreve a 3.ª e a 4.ª partes da *Monarchia lusitana;* Fr. Francisco a 5.ª e a 6.ª, e por fim Fr. Raphael de Jesus a 7.ª; o Dr. Alexandre Ferreira compõe a *Memoria e noticia da Ordem dos Templarios;* João Baptista de Castro o *Mappa de Portugal;* Antonio Carvalho da Costa a *Corographia Portugueza;* José de Seabra da Silva a *Deducção chronologica e analytica*; o conde da Ericeira o *Portugal restaurado;* D. Francisco Manoel as *Epanaphoras de varia historia*, o *Tacito portuguez*, o *Echo politico;* e Francisco Ribeiro Freire a *Nova Lusitania*.

Na enumeração que temos vindo fazendo, deixámos de mencionar as obras que tratam da historia ecclesiastica do reino, á frente das quaes é dever pôr as de Fr. Luiz de Sousa — a *Vida do Arcebisto*, e a *Historia de S. Domingos*. A segunda metade do XVII seculo e a primeira do XVIII são a edade aurea da publicação d'essas obras reclamadas e inspiradas pela devoção e pelo caracter clerical do governo: o *Agiologio lusitano* de Jorge Cardoso, a *Chronica da Companhia de Jesus* de Balthazar Telles, *as Relações* de Fernão Guerreiro, as *Vidas do padre Vieira* de André de Barros, de Francisco Alexandre Lobo; o *Catalogo dos Bispos do Porto*, e as *Historias ecclesiasticas de Braga e de Lisboa*, do erudito D. Rodrigo da Cunha; a *Historia ecclesiae lusitanae* de D. Thomás da Encarnação, a *Chronica dos conegos regrantes de Santo Agostinho* de Fr. Nicolau de Santa Maria, a *Historia da Santa Inquisição* de Fr. Pedro Monteiro, a *Memoria chronologica dos prelados de Lamego* de Fonseca, a *Chronica de Cistér* de Fr. Bernardo de Brito, a *Varia historia da christandade oriental* de Fr. João dos Santos, a *Vida do pa-*

dre S. Francisco Xavier de Lucena, e finalmente os escriptos de Fr. Antonio da Purificação e de Fr. Marcos de Lisboa.

Antes de estudarmos, agora, as modernas edades da litteratura historica nacional, convem indicar algumas obras preciosas, memorias reveladoras sem o uso das quaes se não conhece o seculo XVIII portuguez: são as *Recordações* de Ratton, as *Cartas* de Beckford, as viagens de Link; de Murphy, de Chatelet, de Jungk, as *Œuvres meslées* e as *Memoires concernant le Portugal* do cavalheiro de Oliveira, o *Testamento politico* de D. Luiz da Cunha, e o XIV vol. das *obras* de Manoel de Figueiredo, onde o irmão e editor deixou um importante documento para a historia dos costumes.

Nos ultimos annos do XVIII seculo a organisação da Academia real das sciencias de Lisboa deu logar a uma segunda epocha da historiographia academica. Assim como o author da *Historia genealogica* é a primeira figura da anterior, assim João Pedro Ribeiro é tambem o primeiro historiographo da actual, e tão paciente, sabio e incançavel, como um Baluzio ou um Montfaucon.

A collecção da *Historia e Memorias da Academia*, as *Memorias de litteratura*, as *Economias* e os *Ineditos de historia portugueza*, compõem, com outras publicações secundarias, um corpo de erudição historica; e revelam a existencia de uma pleiade de homens ardentes no trabalho e perspicazes de senso critico. Nos annos de 1788 a 95 funccionou uma commissão de inquerito aos archivos dos mosteiros, camaras e cathedraes, e das colheitas d'essa seara, João Pedro Ribeiro póde offerecer ao publico resultados de um valor estimavel. Trabalhavam com elle, na commissão, Joaquim de Santo Agostinho de Brito Galvão, o benemerito Viterbo, e Ferreira Gordo, que foi enviado a Hespanha estudar os archivos de Madrid e do Escurial. A collecção das *Memorias de historia e economicas* encerrára muitos dos trabalhos d'essa commissão, além de outros que, nem por lhe serem estranhos, deixam de prender-se ao movimento: de A. C. do Amaral sobre a *Fórma de governo e costumes* dos antigos portuguezes; de Gusmão sobre a *Agricultura;* de Ferreira Gordo sobre os *Judeus;* de Joaquim de Santo Agostinho sobre as *Moedas do reino*, sobre as *Côrtes de Lamego* e a *Tomada de Santarem;* de Villa-nova sobre a *Introducção do direito justiniano;* de Neves sobre a *Auctoridade do codigo wisigothico;* de J. A. de Figueiredo sobre a *Origem dos juizes*, as *Behetrias* e os *Coutos;* de Fr. Francisco de S. Luiz

e de A. P. de Figueiredo sobre a *Legitimidade de D. Thereza*, de Stockler, de Corrêa da Serra, de Ribeiro dos Santos, de Aragão Morato, de Raphael de Castro — de João Pedro Ribeiro, finalmente, o chefe da eschola, sobre a *Introducção do direito canonico*, as *Fontes do codigo philippino*, a *Reforma dos foraes*, etc.

Além das Memorias, João Pedro Ribeiro colligia e imprimia *Reflexões historicas*, as *Dissertações chronologicas e criticas*; Santa Rosa de Viterbo o *Elucidario*; Lobão a *Dissertação sobre os dizimos*, e a *Memoria para a historia das Inquirições*; Fernandes Thomaz o *Reportorio* e o *Ensayo politico*; J A. de Figueiredo a *Synopsis chronologica*.

A Academia occupava-se ao mesmo tempo na impressão dos monumentos de historia patria, e os 5 volumes dos *Ineditos* incluem as *Chronicas* de Acenheiro, compilador sem merito, do tempo de D. João III; parte das preciosas *Chronicas* de Fernão Lopes; as de Pina; o *Livro* de Affonso V, e uma collecção de *Foraes e Usos* de varias terras do reino. Além das reimpressões ou publicações feitas de novo nos *Ineditos*, a Academia dava á luz os *Documentos arabicos da historia portugueza* do padre Souza, os *Vestigios da lingua arabica* do padre Serra, a *Vida do infante D. Duarte* de A. de Rezende, e os *Dialogos do soldado pratico* de Diogo do Couto. Este livro liga se naturalmente ao corpo das *Memorias para a historia das provincias ultramarinas*, no qual, entre outras publicações de alto valor, deve mencionar-se o *Livro da India*, de Duarte Barbosa

Os violentos acontecimentos do principio do seculo, até ao estabelecimento do regime constitucional, interromperam o progresso d'esta obra dos estudos que em geral, tambem, a abolição das ordens religiosas prejudicava de um modo notavel A erudição historica, fundada em 20 annos de trabalhos aturados e proveitosos, não conseguia crear eschola, nem tradição.

A geração que lhe succedeu, assim que voltou com a paz a estabilidade politica, deitou mãos á obra, mas o seu trabalho nunca chegou a ter a importancia e vastidão do precedente Foi mais o esforço e exemplo individual de um homem, do que o movimento de uma geração. Para Herculano, porém, as ambições iam mais longe; e não só se propunha a restaurar a erudição, como a fundar a historia propriamente dita — arte scientifica e litteraria que se podia dizer esquecida entre nós desde o XVI seculo. Os seus modelos não eram porem já os classicos antigos, e o novo

historiador inspirava-se principalmente nos modernos typos do genero, publicados n'este seculo na Allemanha, na Inglaterra e na França. A historia afigurava-se então como a sciencia das instituições, ou uma especie de nomologia; e ao lado da historia formava-se um genero hybrido e falso, o *romance historico*, em que é para lamentar o tempo e o talento desperdiçados a compôr verdadeiros *pastiches*. O valor d'essas obras, a que ficaram ligados os nomes de Herculano e Garrett, de Mendes Leal e Rebello da Silva, de Marreca e Bernardino Pinheiro, de Corvo e Arnaldo Gama, de Camillo Castello-Branco e ainda de Pinheiro Chagas, valor escasso ou nullo como obras poeticas, é apenas o da historia dos costumes, trajos, etc., do *pittoresco* da historia traduzidos pelos authores com maior ou menor saber e fidelidade.

A influencia pouco duradoura de Herculano sobre a Academia conseguiu, ainda assim, avivar um pouco as tradições eruditas, e a publicação dos ineditos foi recomeçada na collecção dos *Portugaliæ monumenta historica*. Digno discipulo de Herculano em erudição, Soromenho, roubado ainda moço ás lettras e além d'isso desviado da historia moderna pela epigraphia e pela archeologia romanas, não póde dar aos *Monumenta* a sequencia desejada. Com elle se acabou de todo esse fugaz renascimento da erudição historica. Entretanto a Academia occupou se ainda (e occupa-se) da impressão dos ineditos da historia ultramarina; e as *Lendas da India*, preciosa revelação, foram saindo sob o cuidado de Rodrigo Felner, tambem author de um curioso jornal, o *Bibliophilo*, onde publicára uma narrativa fidedigna da jornada de Africa. Morto Felner, a tarefa anda hoje a cargo do sr. Bulhão Pato.

Pullularam, porém, de 1840 a 1860 as publicações e os livros de caracter diverso, com o fim de vulgarisar um conhecimento mais substancial da historia; e ainda aqui a influencia mais ou menos directa de Herculano, pessoalmente ou pelos seus discipulos, era evidente. O *Panorama* e as outras publicações da *Sociedade propagadora* fundada pelo mestre, o *Archivo pittoresco*, dirigido pelo snr. Tullio, um discipulo, e os *Annaes das Sciencias e lettras*, por Lopes de Mendonça e Rebello da Silva, contém subsidios historicos, muitas vezes de valor, mas frequentemente curiosos apenas. Herculano, além de director dos *Portugaliæ monumenta historica*, contribuiu para a erudição historica com as suas edições do *Roteiro de Vasco da Gama*, da *Chronica de D. Sebastião* de Fr. Bernardo da Cruz, e dos *Annaes de D. João III*

de Fr. Luiz de Sousa, não falando nas suas numerosas monographias, agora colleccionadas na serie de opusculos, em via de publicação (Liv. Bertrand). Tambem numerosos trabalhos avulso e curiosas investigações apparecem subscriptos com o nome de Camillo Castello-Branco, o editor das *Memorias de Fr. João de S. Joseph Queiroz*. Mencionaremos ainda as *Lendas peninsulares* e as curiosidades de José de Torres, o *Summario de varia historia* de Ribeiro Guimarães, as *Memorias das rainhas de Portugal* do snr. Figanière, a edição das *Obras completas* do Cardeal Saraiva, por Correia Caldeira, as excavações, mais curiosas do que importantes, de Innocencio da Silva, do marquez de Rezende, do snr. José Silvestre Ribeiro e do snr. Vilhena Barbosa.

Todos estes esforços, desordenadamente encaminhados, demonstram a anarchia dos estudos; e é de crer que, se a tradição erudita da Academia se não tivesse interrompido, poderiam elles ter produzido um systema de trabalhos tão homogeneos e importantes como os do fim do seculo anterior. A influencia pessoal de um homem, ainda mesmo dotado da capacidade e do amor do trabalho de Herculano, não podia supprir a falta da direcção superior de uma corporação como era a Academia.

Todos os trabalhos de Herculano já mencionados, edições, monographias, etc., gravitam em torno da *Historia de Portugal*, monumento imperfeito que revela, ao lado das fortes qualidades, os defeitos do primeiro escriptor dos nossos modernos tempos e a influencia das condições em que trabalhava. A *Historia da origem e estabelecimento da Inquisição* é de certo a sua melhor obra, como exemplar do genero; e ainda que redigido de um modo conciso e escholar, o *Ensaio sobre a historia da legislação* de Coelho da Rocha é o livro mais praticamente util, de quantos a historiographia produziu em Portugal n'este seculo. A Rebello da Silva deve-se uma *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, obra copiosa, e uma boa *Memoria sobre a agricultura e a povoação*.

Ao lado d'estes, convem mencionar ainda os trabalhos do snr. Chaby sobre a guerra peninsular; e as *Historias do reinado de D. José* e da *Guerra civil e estabelecimento do governo parlamentar*, do snr. Soriano — livros sem merito litterario, mas que tem o valor de chronicas sobre que futuros historiadores virão a contar e a julgar os acontecimentos modernos de Portugal. Não valem menos, tambem, as publicações periodicas, litteratura abundante que encerra a historia nacional, a começar na éra de 20 com o *Padre Amaro*,

impresso em Londres. A collecção do *Corpo diplomatico* e *Quadro elementar*, publicadas por ordem do governo, são tambem subsidios valiosos, e até indispensaveis para a historia diplomatica; bem como os *Annaes da Marinha portugueza* de Quintella e os *Quadros navaes* de Celestino Soares o são para a historia maritima.

A moderna historiographia nacional apresenta tres epochas successivas de uma consideravel expansão, mas ephemeras; em nenhuma d'ellas se conseguiu fixar uma tradição, fundar uma eschola A primeira é a da Academia de Historia (1720 a 31) a que preside A. C. de Sousa com a *Historia geneologica;* a segunda é a da Academia das Sciencias (1780 a 96) a que preside João Pedro Ribeiro com a *Dissertação chronologica*, as *Reflexões*, etc.; a terceira, finalmente, é a de Herculano, com a *Historia de Portugal.*

Depois d'esta ultima, a historiographia extingue-se; e embora appareçam trabalhos avulso de um merito mais ou menos avultado, é facto que não ha nos escriptores em geral a força bastante para arcar com a dureza ou com a difficuldade dos trabalhos historicos. A *Historia da philosophia em Portugal* do snr. Lopes Praça, as *Raças historicas* do snr. Vilhena, as *Causas da decadencia* do snr. Quental, *Os D. Sebastião* do snr. Dantas, *O Marquez de Pombal* de F. Luiz Gomes, os *Quadros historicos* do snr. Silveira da Motta, as *Rainhas de Portugal* do snr. Benevides, a *Descripção das Moedas* do snr. Aragão e as recentes *Memorias de um soldado da India* do snr. Costa Lobo, não bastam para formar uma litteratura historica; e nem os poderosos trabalhos do snr. Th. Braga, nem a compilação que sob o titulo de *Historia de Portugal* deu á luz uma Sociedade de litteratos (o snr. Pinheiro Chagas) bastam como eschola de estudos historicos.

Terminando, não deixaremos de mencionar algumas obras estrangeiras que podem e devem auxiliar o estudo da historia patria: a *Historia de Portugal* de H. Shaeffer, cuja primeira parte anda traduzida do original allemão em francez e portuguez; o *Portugal pittoresco*, em francez, de F. Denis; a *Vida do Infante D. Henrique*, traduzida em vulgar, do inglez de Major; e as *Noticias archeologicas* de Hubner, traduzidas tambem, do allemão em vulgar, por Soromenho.

Recentemente devemos mencionar por ordem de importancia e alcance o livro do snr. conde de Villa-franca *D. João I e a alliança ingleza*, o do snr. conde de S. Mamede

Don Sebastien et Philippe II, o *Portugal na epocha de D. João V* do snr. Bernardes Branco, e as preciosas edições commentadas pelo snr. Fernando Palha: *O casamento do infante D. Duarte*, *O conde de Castello melhor*, e sobretudo a *Carta de marca de João Ango*. No fim e como tributo de respeito mencionaremos a obra fundamental do snr. Gama Barros, *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV*, um livro digno de hombrear com os do grande Herculano, e que por signal seria impossivel fazer se o nosso historiador não tivesse desbravado o campo.

Como compilações ou codificações de documentos historicos devemos lembrar a *Collecção das leis de Divida publica portugueza* (1.ª parte, div. interna) mandada fazer pela Junta do Credito publico; e os *Elementos para a historia do municipio de Lisboa* (em via de publicação) a cargo do snr. Eduardo Freire de Oliveira e mandados coordenar pela camara municipal.

(N. DA 4.ª ED.)

INDICE

DO

TOMO SEGUNDO

LIVRO QUINTO

A catastrophe

(DYNASTIA DE AVIZ (cont.): 1500-1580)

LIVRO SEXTO

A decomposição

(DOMINIO HESPANHOL: 1580 640; DYNASTIA DE BRAGANÇA: 1640-1777)

LIVRO SETIMO

A anarchia espontanea

(DYNASTIA DE BRAGANÇA (cont.): 1777–1826)

APPENDICES